APONTAMENTOS DE HISTÓRIA ECLESIÁSTICA.

Maria Lucia Marcellini

Nº 405

APONTAMENTOS DE
HISTÓRIA ECLESIASTICA

POR

D. JAIME DE BARROS CAMARA
ARCEBISPO DO RIO DE JANEIRO

SEGUNDA EDIÇAO

1945
EDITORA VOZES LIMITADA
Petrópolis, R. J.
Rio de Janeiro — São Paulo

HISTÓRIA DESTA HISTÓRIA.

Aí vão uns "Apontamentos" que não foram tomados com a pretensão de um dia virem à luz da publicidade.

Eram apenas uns cadernos que nos auxiliavam, aos colegas de teologia e a mim, na preparação dos exames de história eclesiástica, no Seminário de S. Leopoldo (Rio Grande do Sul), perante o abalizado mestre, R. Pe. João Lutgen, S. J.

No decurso dos anos apareceu quem se desse ao trabalho de copiar tais cadernos, para fins idênticos.

Mais tarde, um grupo de estudantes do mesmo Seminário Central, descontente com a tradução da história eclesiástica de Funck, rejubilou-se com os esforços de um companheiro que lhes ofereceu cópias hectografadas dêstes modestos "Apontamentos".

Era então professor de história eclesiástica naquele modelar Estabelecimento Superior o R. Pe. Pedro Schroth, S. J., o qual tanto se agradou dos manuscritos que pediu licença de os mimeografar para seus numerosos alunos.

Enfim, julgaram conveniente e até necessária a publicação dos "Apontamentos".

Não se veja, pois, no presente compêndio, mais do que a boa vontade em facilitar aos caríssimos seminaristas do Brasil o estudo da história da Igreja.

Tão longe, porém, estão êstes "Apontamentos" de ser obra completa e científica, que já é muito poderem servir de manual escolar em algum curso teológico.

Pedindo desculpas dos inúmeros senões, reconhecido ficará a quem os apontar o despretensioso

AUTOR.

Aos Srs. Lentes de História

Sai esta segunda edição dos "Apontamentos de História Eclesiástica" sem que me seja possivel corrigi-los.

Nunca imaginei que passassem da primeira edição, e muito menos em tão curto espaço de tempo.

Além disso, um mês apenas me foi concedido para a revisão destas páginas. E era tempo de visitas pastorais...

Queiram os prezados mestres que desejarem reformas neste livro, apresentar, sem rodeios, as correções que possam ser aproveitadas numa — quem sabe? — ulterior edição.

Ficar-lhes-á sinceramente grato

o Autor

INTRODUÇAO.

§ 1. Noção e fontes da história eclesiástica.

Noção. — A história eclesiástica é a narração do desenvolvimento temporal da Igreja de Nosso Senhor Jesus Cristo. A Igreja consta de dois elementos: O divino, que é invariável, e o humano, material e variável.

E' do desenvolvimento dêste último que se ocupa a história eclesiástica.

As relações da Igreja com os homens que estão fora dela formam o objeto da história eclesiástica exterior, enquanto o objeto da história eclesiástica interior é formado pelo estudo da doutrina e constituição da Igreja, de seu culto e disciplina, e das relações da Igreja com os fiéis.

A história eclesiástica exterior compreende a difusão da Igreja, sua aceitação ou repulsa (perseguições). A interior estuda sobretudo o desenvolvimento da doutrina, que, até chegar a ser declarada dogmática, percorre três fases:

1) a forma fundamental ou embrional, donde
2) se tiram as conseqüências, e
3) a Igreja a define, ou declara verdade revelada.

Cronològicamente a Igreja se divide em:

antiga — período dos povos grego-romanos, até 680;
média — período dos povos germânicos, até o século XVI;
moderna — período das lutas com a civilização moderna, desde a pseudo-reforma do século XVI até nossos dias.

Fontes. — As fontes da história eclesiástica são de origem divina (a Sagrada Escritura) e humana. As de origem humana ou são diretas, como os documentos escritos, monumentos, testemunhas oculares, — ou indiretas, como as narrações dos historiadores, etc. Podem também os documentos ser públicos ou privados, escritos ou orais (tradição).

Documentos escritos temos:

1) Bullarium Romanum (atos Pontifícios), 34 volumes, edição Gaulinense.
2) Acta Conciliorum, melhorada por Harduin, S. J. e o Arcebispo Mansi.
3) Collectio de Maria Laach.
4) Opera Patrum, por Migne, compreendendo duas partes: 1) Patres latini (217 volumes); Patres graeci (162 volumes).
5) Acta Martyrum, em duas partes: 1) acta primorum martyrum (por Ruinart, O. S. B.); 2) acta sanctorum (por Bollando, S. J.), 63 volumes, e que ainda continuam a aparecer.

Ciências auxiliares. — Sensu lato, ajudam a história eclesiástica: a geografia, a história das religiões (do judaísmo e do paganismo), a filosofia e a teologia. Sensu stricto, ajudam-na: a diplomática (que ensina a julgar da autenticidade dos documentos), a paleografia (que decifra antigos textos), a filologia, a arqueologia cristã, a epigrafia (que examina as inscrições), a sigilografia, a numismática (que examina medalhas), a heráldica (que estuda e examina os escudos) e, last not least, a cronologia.

A cronologia atual, ou era cristã, data só do século VI e foi estabelecida pelo monge Dionísio Exíguo. Em alguns lugares contava-se o ano novo a partir de 25 de dezembro, noutros de 25 de março e noutros de 1.º de janeiro, predominando esta última data desde o século XVI.

Outras eras importantes: a) a constantinopolitana, desde o século VII, usada na Igreja grega (dá 5508 anos da Criação até Jesus Cristo);
b) a dos seleucidas (começa em 312 antes de Cristo; em uso na Síria).
c) a era das olimpíadas, 777 a. C.; seguida até o século IV p. C.;
d) a hispânica começou 38 anos a. C. e durou até o século XIV p. C.;
e) a da fundação de Roma (753 ou 754 a. C.);
f) a dioclecíana ou dos mártires desde 303 p. C.;
g) a era da indicção, até 1500 estava em uso. Contava-se pela renovação do imposto (indicção) que durava 15 anos, começando tôdas em 312 p. C. Estas, porém, nada indicam ao certo, pois dizem o ano da indicção, mas não marcam qual delas, se a 1.ª ou a 9.ª ou a 15.ª Há diversas indicções.

Quanto à data da criação do mundo várias são as versões bíblicas: a dos Setenta (tradução grega feita por 72 sábios judeus, em Alexandria), a da Vulgata, conforme o texto hebraico massorético e outros. Essa divergência vem dos copistas, e Deus a podia permitir porque, tendo embora prometido a sua assistência à doutrina da Igreja, não a garantiu para as datas e assuntos secundários e naturais. Se, pelo texto samaritano, o preferível nesse particular[1], decorreram uns 4500 anos da criação do homem até Jesus Cristo, nem por isso tal número exprime verdade revelada, visto que Moisés se serviu de genealogias já escritas, sem lhes dar valor pessoal, nem sobrenatural.

1) Padberg-Drenkpol, A idade do gênero humano. A Ordem, Rio de Janeiro, junho de 1938, pág. 583.

§ 2. Bibliografia da história da Igreja.

Entre os antigos escreveram sôbre a história da Igreja:
Hegesipo (séc. II) de cuja obra só restam fragmentos, e
Eusébio, Bispo de Cesaréia († 340). Narrou em 10 livros a história dos primeiros tempos, desde Jesus Cristo até 324. Felizmente chegou inteira até nós essa obra rica em documentos antigos, hoje perdidos. Eusébio é o pai da história eclesiástica. Seus continuadores foram:

1) entre os gregos:
   Sócrates, 7 livros, até 439;
   Sozômeno, 9 livros, até 423;
   Teodoreto, 5 livros, conta o nascimento do arianismo;
   Teodoro, resumiu os escritos dos precedentes e continuou a história de Sócrates.
2) entre os latinos:
   Rufino, traduziu e continuou a obra de Eusébio;
   Sulpício Severo, em dois livros escreveu sôbre os tempos desde a Criação até 400 anos p. C.;

Cassiodoro é o continuador mais completo; compilou os escritos de Sócrates, Sozômeno e Teodoreto.

Na idade média pouco escreveram sôbre a história geral da Igreja. Ocupavam-se em crônicas, histórias particulares de mosteiros, etc. Entre as poucas exceções destacam-se Aimon, Bispo de Halberstadt († 853), que escreveu a história dos quatro primeiros séculos, e S. Antonino († 1459), Bispo de Florença, que começou a narração histórica pela Criação e foi até sua época.

Nos tempos modernos foi menos cultivada a princípio a história da Igreja. Logo no comêço apareceram só os "Anais Eclesiásticos" do Cardeal Barônio, obra prima, em que se refutam as alterações e adulterações que os ministros protestantes de Magdeburgo fizeram na história antiga. Raynald, oratoriano como César Barônio, continuou a obra dêste. Com o tempo nos diversos países foram surgindo escritores da história eclesiástica. Assim:

Na Itália, Orsi (dominicano) e Saccarelli (oratoriano) escreveram obras de valor, pela erudição e vastidão.

Na França, Noël Alexandre (dominicano), compôs a história eclesiástica em 30 volumes. Sua obra está eivada de galicanismo, embora moderado. Claude Fleury escreveu uma obra célebre, em 20 volumes. Há, porém, nela galicanismo e jansenismo. Bossuet (dois livros) e Rohrbacher (29 volumes), notando-se que, dêste último, a edição alemã é mais crítica.

Na Alemanha, a história eclesiástica estava deturpada pelas idéias de Febrônio e Jansênio. Isto só melhorou depois da revolução francesa. O convertido Frederico de Stolberg foi quem inaugurou a nova época, com sua obra crítica e imparcial. Continuada por Kerz e Brischar, chega a história, em 53 volumes, até o Concílio de Lião. Hortig não acabou a sua, mas foi seguido por Döllinger, que depois apostatou. O Bispo von Hefele escreveu a história dos concílios (8 volumes). Hergenröther e Brück (omitindo os protestantes) escreveram obras resumidas.

PRIMEIRA ÉPOCA.

A IGREJA ENTRE OS POVOS GREGO-ROMANOS.

(ano 29 até 680).

Primeiro período.

DE CRISTO A CONSTANTINO MAGNO.

(313).

A. Desenvolvimento exterior da Igreja.

I. DIFUSÃO DO CRISTIANISMO.

§ 3. Situação do paganismo.

Fato é incontestável, e hoje absolutamente verificado pelas pesquisas mais rigorosas, não ter existido até hoje povo algum, civilizado ou bárbaro, sem religião, sem culto ao Ser Supremo. Tem-se provado ùltimamente que até o homem prehistórico, o troglodita da era quaternária e paleolítica, deixou gravados nas cavernas sinais copiosos de sua preocupação religiosa. Nem tiveram confirmação, nem resistiram a exames críticos as notícias relativas a povos sem religião.

Pelo contrário, tôdas as vêzes que surgiam invencionices tais, o resùltado era obter-se mais uma prova do consenso unânime, universal, constante, em favor da existência de mais um povo afeiçoado à sua religião.

Estabelecida essa inconteste verdade, afirmada pelos mais escrupulosos antropólogos modernos, já outra refutação se faz mister no campo histórico das religiões: a precedência do politeísmo ao monoteísmo.

A tese predileta dos adversários da religião é que esta, como tudo o mais, é a resultante do humano desenvolvimento (evolucionismo). Com outras palavras: o homem, no princípio, nada sabia de religião; depois, para explicar os fenômenos da natureza (o vento, o relâmpago, e o trovão, o crescimento das plantas e animais, etc.), começou a supôr a existência de sêres espirituais em tôda parte. Outros dão origem diversa ao politeísmo.[1] Daí, conforme os evolucionistas, se desenvolveu a religião, aperfeiçoando-se até a humanidade chegar ao culto de um Ser Supremo, que suplanta os demais em poder e por isso os governa; e, enfim, um passo mais, eis o puro monoteísmo.

Ora, o que se deu foi precisamente o contrário: a humanidade passou do monoteísmo ao politeísmo. Os etnógrafos e arqueólogos mais afamados e conscienciosos colheram dados suficientes para mostrar que tanto mais puramente monoteistas são os povos quanto mais antigos.

Os semitas, os chineses, os indo-germânicos tinham seu deus supremo. Os egípcios, cuja civilização era florescente já 4.000 anos antes de Cristo, eram monoteístas.[2]

Uma confirmação que perdura até nossos dias: entre os bantús da África, mais pura é a idéia de Deus nos ocidentais, justamente mais antigos.[3]

Causas várias influíram na modificação dessas crenças, tornando-se politeístas. Uma delas foi, sem dúvida, a confusão de nomes. Assim em Menfis (Egito) há o deus Rá. O mesmíssimo tem em Tebas o nome de Amon. Tebas conquista Menfis e o chama Amon-Rá. Séculos depois há três deuses: Rá, Amon e Amon-Rá.

Exigiria longa explicação o complicado processo de como o culto aos mortos e aos astros, a magia e outros fenômenos engendraram o politeísmo.

Bastem os fatos citados contra a famosa tese da precedência cronológica do politeísmo, o que, aliás, é insustentável em face do Gênesis.

O que, porém, nos importa no presente estudo é verificar como o politeísmo preparou os povos para a vinda do Messias, ainda que pareça o contrário.

Realmente o fêz:

I. **Negativamente,** pela decadência da religião, dos costumes, da família e da sociedade.

A) *Da religião.* Deixando de parte tristíssimas considerações sôbre a religião entre os orientais com seus sacrifícios humanos e tôdas as degradações, basta lembrar que o povo romano, último herdeiro da civilização, chegou ao extremo da decadência na religião. Todos os deuses dos povos vencidos (sobretudo dos etruscos) estavam representados no Capitólio. Da Ásia Menor veio a infame deusa madre Cíbele; da Síria, outra mais devassa; da Pérsia, do Egito e dos Helenos também copiou tôda a mitologia. Enfim, também os imperadores falecidos obtiveram culto divino. A religião consistia totalmente em exterioridades: rezavam com os ouvidos tapados, recomeçavam a oração cada vez que omitiam uma palavra, etc. Não havia quem se lembrasse de recorrer aos deuses, senão para alcançar auxílios materiais.[4] Os deuses eram cruéis, exigiam sacrifícios humanos.[5] Tito Lívio conta que uma vez sacrificaram por ordem dos livros sibilinos um casal de gregos e outro de gauleses. Ainda no século III p. C. sacrificavam crianças aos deuses.

B) *Dos costumes.* Aqui é só observar alguns fatos que se podem agrupar em duas categorias.

a) Vício da carne. Ainda que julguemos muito depravados os costumes atuais (o que, aliás, não se poderá negar), contudo nem de longe atingimos a perversidade habitual do povo romano e do paganismo em geral na época em que Jesus veio à terra. Como não ser assim? O exemplo vinha do Olimpo, que era povoado por deuses bastardos, amantes das deusas e em rela-

ções ilícitas com os mortais. Já se procurava, finalmente, explicar tudo isso por alegoria, mas o povo não queria entender assim. A devassidão era pública, comuníssima, até em lugares sagrados, e a prostituição era tida como coisa santa. As representações, decorações e imagens eram obcenas. Vícios contra a natureza pululavam.[6] E na literatura não havia quem se insurgisse contra essa abominação.

b) Crueldade. Se era cruel poder o pai rejeitar o filho que nascesse defeituoso, quanto mais, como se dava então, aceitar ou rejeitar a seu gôsto e capricho, deixá-lo morrer de fome ou lançá-lo aos cães![7] Quando alguém recolhia o enjeitado, criava-o para o anfiteatro (gladiadores) ou porque sua mulher já não era capaz de conceber. Passando sôbre os maus tratos dos escravos, notemos os combates dos gladiadores, em que um partido tinha o dever de exterminar o outro até ao último, e só para divertir o povo. Êsse abuso começou pelo costume de se fazer um combate na morte de algum alto personagem. O povo gostou e pediu-o depois ao Estado. César mandou à arena 320 pares num dia, e Trajano em festas de 123 dias 10.000 pares. Outras vêzes combatiam com as feras.[8] Nas chamadas naumaquias um partido devia morrer afogado na arena convertida em lago. O povo aplaudia os que sabiam morrer e apupava os que se contorciam na agonia. Era raro abaixar-se o dedo de uma vestal para salvar a vida a quem pedia socorro.

c) O suicídio, que antigamente era tido por coisa horrorosa, tornou-se então muito apetecível, e chegou a ser ensinado nas escolas filosóficas (estóicos). Catão emprega êsse meio para se livrar da vida. Sêneca se admira de que os escravos não o apliquem mais freqüentemente.

No fim da dinastia Júlio-Cláudia os suicídios eram em massa, sinal certo de decadência.

C) *Da família.* Do alto nível de pureza na família romana, houve uma queda repentina: divórcios em abundância (a ponto de já contarem o número de anos pelos maridos que tiveram), adultérios a granel.[9] Muitas eram as escravas libertas (libertinas) que viviam na prostituição. E nem a religião nem a opinião pública davam remédio a êsses males, porque os tinham como bens. Omitiu-se a "virtus" (sobriedade e exercícios) na educação dos meninos e substituiu-se pela dança. Ser puro era então um caso esporádico. A educação dos filhos era confiada a escravos corruptos, lisonjeiros e baldos de autoridade, em geral os que para outros trabalhos eram ineptos. Assim eram educados até aos 20 anos, pois as mães se ocupavam, entretanto, com galanteios.

D) *Da sociedade.* A sociedade romana compunha-se:

a) dos ricos, em pequeníssimo número. Na populosa Roma havia apenas dois mil proprietários. A metade da África pro-

consular, território mais extenso que a Inglaterra, pertencia, no tempo de Nero, sòmente a seis cavalheiros.[10] Os ricos viviam só para o luxo, gozos materiais, orgias inebriantes, deleites variados e contínuos.

b) dos proletários. Havia uns trezentos ou quatrocentos mil em Roma. Viviam na miséria, a expensas do Estado, que fazia o possível por os ter bem dispostos e calmos, pois eram numerosos. Faziam muitas vêzes o séquito a pessoas ricas, quando saíam de casa, e estas se julgavam assim muito honradas. Os das províncias eram desprezados, porque estavam longe e por isso não eram perigosos.

c) dos escravos, que eram os mais numerosos. Segundo Chateaubriand, cento e vinte milhões de escravos eram espezinhados por seis milhões de homens, a que chamavam o Povo-Rei. Sêneca afirma que o Senado jamais permitiu dar aos escravos traje especial, com receio de que os viessem a contar. Não se reputavam pessoas mas "res", e recebiam também o tratamento correspondente. Sendo velhos expunham-nos na ilha do Tibre para morrerem. Não tinham o direito de ser pai, nem mãe, portanto também não existiam os demais laços de sangue. Não obstante, os que nasciam de escravos (embora filhos ilegítimos) eram considerados como propriedade dos senhores de seus pais. Os maus tratos e crueldades eram sem conta. Sem escrúpulos mandou Calígula que alimentassem com carne de escravos as feras do circo.

E) *Da filosofia.* Não tinham escola própria, êles mesmos diziam que nunca deram para isso. Eram homens práticos. Seguiam as escolas gregas: a "academia", que era o pirronismo renascido; a "epicuréia", à qual pertencia o vulgo e ocultamente também uns senadores (escola do gôzo), e a "estóica", a única que possuía os melhores espíritos de Roma. A essa escola, porém, faltava o fundamento: era panteísta. Segundo ela Deus é a alma do mundo, e cada qual faz parte de Deus. Poucos se importavam com a doutrina, o principal era a sua moral: o fim de todos é conseguir a ataraxia (paz de espírito) e donde (contrária ao epicurismo) o dever de suportar-se indiferente, e até desprezar, a dor e a morte. Com seu princípio panteísta, sendo o homem parte da divindade, podiam ser e fazer o que quisessem seguindo as leis (divinas) de sua natureza, ainda as mais torpes, desde que alcançassem seu fim: a serenidade de espírito.

II. **Positivamente.** Os pagãos prepararam positivamente o advento do cristianismo por várias maneiras:

A) Pela generalização da *idéia de um só Deus.* Embora fôsse essa a idéia primitiva, os povos degradaram-se até ao fetichismo, de modo a não se estranhar que o Capitólio fôsse um acervo de

todos os deuses, um panteão. Ora, o povo romano não era tão estúpido que não compreendesse a impossibilidade de serem verdadeiros tantos deuses. Achavam-nos ridículos, contraditórios.

Experimentavam qual dos deuses lhes era mais propício ou merecia mais fé e culto. E como viram que devia haver deus, mas que não podiam ser tantos, "há um só Deus!", foi sua conclusão. Chegaram até, alguns mais independentes, a atacar a mitologia romana, com risco de sua vida. Como o Estado se achava intimamente ligado à mitologia, Cícero fala em deuses, como bom patriota; outras vêzes, porém, se atraiçoa e fala em Deus. Assim outros.

B) Pela generalização da *idéia de expiação.* Todos os povos faziam sacrifícios de animais para se reconciliarem com a divindade e apagar suas faltas. Em Roma havia ainda as lustrações, i. é, aspersões com sangue de carneiros e de touros. Mas julgavam que isso já não bastava, e que era preciso mais sangue. Daí começaram as taurobolias (dos asiatas à deusa Cíbele, e a Mitra, deus persa). Consistia em meter alguém num poço e ensopá-lo com o sangue de um touro, sacrificado sôbre umas tábuas furadas que tapavam o poço. Tal pessoa ficava desde então purificada por vinte anos, necessitando então renovar a cerimônia. Isso fazia-se com solenidades, mesmo entre os mais nobres. Não se pode afirmar, porém, que a taurobolia quisesse significar ou imitar o batismo, ao menos no princípio. Talvez o fôsse no séc. IV.

C) Pela generalização da *idéia de um Salvador.* Todos os povos possuíam a tradição antiquíssima (provàvelmente vinda dos tempos patriarcais) embora misturada com mitos, de que surgiria um medianeiro divino, conquistador, vencedor, que marcaria uma época de ouro na história da humanidade. Quanto ao tempo da vinda do Redentor, eis o que julgavam vários povos. Os reis magos tinham conhecimento da aparição de um astro no advento do Messias. Os chineses, que viviam afastados no Extremo Oriente e dependentes dos povos vizinhos, esperavam o Grande Santo do Ocidente, predito por Confúcio. Quando julgaram que êsse grande santo já existia (e não se enganaram nesse ponto), enviaram dois mandarins a fim de o buscarem. Os emissários, porém, julgando que Buda (da Índia) fôsse o grande santo esperado, levaram alguns sacerdotes budistas para a China. Reconhecendo o engano, o povo protestou. Alexandre foi tido pelo Messias esperado, aceitando as honras que lhe tributaram.

Em Roma, devido à profecia de Daniel sôbre o sonho de Nabucodonosor e à predição da vinda de Cristo, reconheciam que o império romano era o pé de ferro (da estátua) que tudo submetia. Essa profecia foi levada ao conhecimento do povo pelos arúspices etruscos e pelos livros das Sibilas (porta-vozes das tradições antigas), que davam justamente êsse tempo para o da vinda do Messias.

Quando nasceu Augusto, disseram que havia nascido o senhor do mundo, filho de Apolo. Suetônio e Tácito até declaram que o Salvador viria da Judéia. [11]

1) ótima exposição faz do assunto o revmo. Cônego Dr. Emílio Salim, em seu livro "Ciência e Religião", vol. I, cap. X. — 2) E' verdade que o sábio católico Marucchi declara como certo o estabelecimento do politeísmo no vale do Nilo já nas primeiras dinastias dos Faraós. Porém as Meditações de Ptah-Hotep (2.600 a. C.) o qual diz "serem dos antigos os seus aforismos", não contêm sombra de politeísmo, e muitas vêzes falam em Deus (no singular). — 3) Salim, opus cit. — 4) Lactantius, Institut. IV, 3. "Deorum cultus non habet sapientiam, quia nihil disseritur, quod proficiat ad mores excolendos... nec habet inquisitionem aliquam veritatis, sed tantum modo ritum colendi, qui non officio mentis sed ministerio corporis constat." — 5) Lactantius, Inst. I, 21. "Latialis Jupiter etiam nunc sanguine colitur humano." — 6) Doellinger, Heidentum und Judent., p. 679, 698 segs. — 7) Quintiliano declara que "matar os próprios filhos é muitas vêzes ação digna de louvor" (apud Devivier, Apol. Cristã). — 8) Tácito conta que Calígula, sabendo que faltavam gladiadores para o combate às feras, ordenou que os primeiros espectadores fôssem lançados à arena, mas de línguas amputadas (Doellinger, opus cit., pág. 710, seg.). — 9) Horácio, Lib. III, carmen 6; Juvenal, sát. VI, 593. — 10) W. Devivier, opus cit. — 11) Tácito, V, 13. "Pluribus persuasio inerat, antiquis sacerdotum libris contineri, eo ipso tempore fore, ut valesceret et Oriens profectique Judaea rerum potirentur."

§ 4. O povo judeu.

Salvou-se da geral corrupção o povo judeu, que tinha a missão de conservar a fé em um Deus e no Messias prometido, bem como de propagar e sustentar a fé entre os gentios, o que Deus alcançou pela dispersão do povo. De três meios Deus lançou mão para conseguir êsse duplo fim:

1) **Da escolha do povo judaico,** pois êste era oriundo do patriarca Abraão, tirado duma família religiosa da Caldéia e levado para Canaã, separando-o Deus, assim, dos demais. Prometeu-lhe o Senhor uma numerosa geração que lhe devia ficar fiel, recebendo em troca muitos bens entre os quais a preservação dos erros na fé. Em época de carestia, o povo foi levado ao Egito; mas havia entre êsses dois povos tão contínua rivalidade que impediu se misturassem suas crenças. O povo judeu, guiado por Moisés, foi conduzido à Terra da Promissão, que conquistou depois de uma longa preparação no deserto. Assim Deus provou e ajudou êsse povo, ao qual ia confiar missão tão importante.

2) **Da revelação mosaica.** Embora cada qual já tivesse gravado no coração os dez mandamentos, Deus publicou expressamente o decálogo no monte Sinai. Além disso deu ao povo hebreu uma constituição civil (o código mais perfeito dos povos antigos) e uma lei cerimonial muito minuciosa. Deus era o rei dos judeus (teocracia). A êle só se podia adorar na tenda da arca da aliança e mais tarde no templo de Jerusalém, para não virem a julgar que havia vários deuses. Os sacrifícios, como os judeus não ignoravam, eram o tipo do sacrifício do Novo Testamento, tanto os cruentos (imolação de touros, cabritos, etc.)

que representavam o sacrifício da cruz, como também os incruentos (vinho, pães), que significavam a missa. Os sacramentos da Nova Lei eram prefigurados em certas cerimônias, como a circuncisão, cordeiro pascal e outras.

3) **Das vicissitudes políticas.** a) O povo não tinha outro rei senão Deus, que o castigava, quando havia prevaricação, e dava-lhe juízes para o salvarem. b) Os judeus quiseram um rei, como as nações vizinhas. Deus o concedeu, por assim dizer, de má vontade. Veio Saul, veio Davi (alcançando então a maior extensão territorial), veio Salomão (incontinente e idólatra). Com êsse último começou a trabalhar o germe da decomposição política. Após sua morte as tribos de Benjamim e Judá separaramse das outras e seguiram seu filho Roboão, enquanto as outras dez formaram o reino de Israel sob o regime de Jeroboão. c) Israel deu-se à idolatria dos povos vizinhos e Salmanassar IV prendeu os israelitas na Síria. d) Judá foi levado ao cativeiro de Babilônia por Nabucodonosor. Mesmo assim, os judeus e os israelitas, embora misturados com os vencedores, formavam núcleos para salvar sua lei, obedecendo à voz dos profetas que prometiam a volta a seu país, se conservassem sua lei.[1] Ficaram cinqüenta anos no cativeiro, e quando Ciro os deixou sair, a maior parte preferiu permanecer entre os pagãos, formando, porém, centros e núcleos à parte. e) Zorobabel conduziu 40.000 ao seu país. Êstes vinham reformados: constituíam um povo todo purificado e devotado a Deus. Porém deviam, ainda, sofrer bastante. Assim era que a Palestina ora pertencia aos ptolomeus[2] (do Egito), ora aos selêucidas (da Síria). Ao passo que aquêles os tratavam bem, vexavam-nos os selêucidas, proibindo-lhes a leitura dos livros santos e os sacrifícios, introduzindo ídolos, etc. f) Foi então que começaram os tempos heróicos em que se levantaram os macabeus. Surgiu a pior época: a dos asmodeus, que, embora reinassem bem no princípio, brigaram no fim, chamando os romanos em seu auxílio. g) Pompeu aprovou Hircano (contra seu irmão Aristóbulo) como rei da Palestina, mas a pôs sob seu protetorado. César constituiu Herodes procurador, sob as ordens de Hircano.

Herodes, porém, dominou de fato, ainda que não de direito. Morrendo Hircano, Herodes governou completamente, vindo assim o cetro de Judá a passar para mãos alheias (Herodes era idumeu de origem, não cria em Jeová, proibia os sacrifícios e vexava os judeus, embora tivesse captado a benevolência judaica com a restauração do templo). A Palestina gemia assim sob o govêrno de Herodes Magno e vassalagem de Roma que lhe impunha graves tributos. h) Vieram, enfim, a governá-la só os romanos (Pôncio Pilatos), que os oprimiam com impostos e queriam introduzir o culto dos imperadores (que se julgavam deuses). Calígula, por exemplo, queria colocar sua estátua no "Sancta

Sanctorum", mas os judeus estavam dispostos a resistir fortemente. Felizmente Calígula morreu antes de o tentar realmente. Assim, não é para admirar que aquela gente esperasse que o Messias, o Salvador dos judeus, fôsse vencedor do povo romano.

Principais seitas judaicas: 1) Saduceus, eram os racionalistas de então. Ricos, helenistas, amigos dos romanos, deistas; eis seus traços gerais. Admitiam o Pentateuco, mas não se importavam com a lei.

2) Fariseus, no princípio quase todo o povo era fariseu, depois chamaram assim aos mestres da lei e aos crentes que cercavam a lei como de uma sebe, carregando-a de prescrições minuciosíssimas, de modo que a deturpavam: eis por que Jesus os exprobrou. Contudo sempre tinham seu merecimento.

3) Essênios, eram os místicos do Mar Morto e Palestina. Uma parte dos Essênios viviam em estado matrimonial.

4) Terapeutos, ordem contemplativa de judeus em Alexandria. Eram penitentes rigorosos. Ocupavam-se em interpretar a Bíblia, o que faziam alegòricamente.

5) Judeus da diáspora, os que viviam na Síria, Babilônia e Egito. Êstes, já contaminados pelos erros dos pagãos, reduziam sua lei a visitar anualmente Jerusalém e a pagar a dracma do impôsto. Filo (judeu helenista) mostrava que Moisés era o primeiro filósofo e que os filósofos gregos o seguiam. Para ensinar tais disparates interpretava a Bíblia o mais livremente possível. Admitia a existência de Deus e o tinha como idéia eficiente e exemplar da matéria e da criação tôda; negava-lhe, porém, a autoria do universo. O Verbo era um segundo Deus. A moral consistia na abstinência para vencer a volúpia.

6) Os Samaritanos eram um misto de judeus (que lá ficaram antes do cativeiro) e de pagãos adventícios. Adoravam a Deus no Garizim, tinham fé no futuro Messias, etc.

1) Flavius Josephus, Ant. Jud. XVIII, 8, 1 segs.; De bello Jud. II, 10, 1. — 2) No reinado de Ptolomeu Filadelfo foi traduzido o Pentateuco, em Alexandria, pelos setenta e dois rabinos. Pouco a pouco foram traduzidos os demais livros santos, para uso dos judeus dispersos, que falavam grego.

§ 5. O fundador da Igreja.

No ano 753 de Roma (mais exatamente 752, pois entrou pequeno êrro nos cálculos do monge Dionisio Exíguo, introdutor da era vulgar ou cristã) [1], ano 30 do reinado de Augusto, nasceu Jesus Cristo, em Belém de Judá, numa gruta desabrigada. (O Natal de Jesus, festejado embora desde os primórdios do cristianismo, teve sua data marcada para 25 de dezembro só desde Júlio I, séc. IV.) Foi sua mãe a Virgem Maria, filha de Joaquim e Ana, descendentes de Davi.

Fenômenos extraordinários ocorridos em a natividade de Jesus trazem pastôres de Belém e Magos do Oriente a adorá-lo, apenas recém-nascido. Porém Herodes Magno, receando que, no futuro, Jesus o destrone, manda matá-lo, o que não consegue, porque o carpinteiro José, pai putativo do menino, o leva para o Egito. Os anos de sua adolescência passa-os Jesus em Nazaré (Galiléia).

No ano 15 de Tibério começou a pregar a sua doutrina[2], cheia de sabedoria e santidade profunda e salvadora. Milagres de primeira ordem, realizados em plena luz meridiana e em presença de milhares de espectadores, demonstraram-no senhor dos elementos, dos demônios, da vida e da morte. Predisse eventos futuros que se verificaram à risca. Caluniado[3] pelos judeus, que o não haviam compreendido, pois esperavam um Messias restaurador do reino de Israel, foi Jesus condenado pelo sinédrio[4] e depois pelo governador Pôncio Pilatos. Êste, depois de o haver repetidas vêzes declarado inocente, covardemente o entregou à crucifixão. Morrendo no ano 18 de Tibério na idade de 33 para 34 anos, Jesus ressurgiu do sepulcro, em que o haviam depositado seus nobres discípulos Nicodemos e José de Arimatéia.

Era ao alvorecer do primeiro dia da semana seguinte às festas de Páscoa, isto é, ao terceiro dia de sua morte. Nos 40 dias que ainda passou com seus onze apóstolos (pois Judas de Karioth se havia enforcado cheio de remorsos, por haver entregue Jesus aos pontífices judeus), apareceu e falou a mais de quinhentos discípulos, concluiu seus ensinamentos e depois subiu ao céu em presença de seus íntimos.

Eis, em resumo, os principais dados biográficos do fundador da Igreja Católica.

Como há, entretanto, quem ponha em dúvida a existência histórica de Cristo, e a fundação da Igreja, convém frisar êsses pontos.

a) **Existência histórica de Jesus Cristo.** — Não são apenas os livros sacros do Novo Testamento que se referem à pessoa de Jesus, cujo nascimento, vida e morte descrevem pormenorizadamente, com circunstâncias locais e sincrônicas, absolutamente verificadas e comprovadas. A personalidade histórica de Jesus, tal como no-la apresentam os Evangelhos (livros fidedignos e ornados de todos os requisitos da mais exigente crítica histórica), é admitida e confirmada por Flávio Josefo[5], Tácito[6], Suetônio[7] e Plínio o Moço[8], historiógrafos independentes da "seita cristã".

O sábio francês Paul Vignon acaba de verificar cientìficamente a verdadeira efígie de Cristo, estampada no sudário conservado em Turim. Portanto, Jesus Cristo não é um mito, nem figura idealizada pela mente dos evangelistas, incapazes, aliás, de a conceberem e até de a compreenderem, mas um ente real, homem verdadeiro, pessoa histórica das que mais o são.[9]

b) **Credenciais e autoridade do fundador da Igreja.** — Anunciado pelos profetas do Antigo Testamento, apresentou-se Cristo ao mundo nas circunstâncias de lugar, tempo, modo e tôdas as demais, em que devia aparecer, desenvolver-se e finalizar o prometido Messias. Em seus ensinamentos, simples mas elevados e santos, proclamou-se não só enviado, mas Filho de

Deus. E provou à saciedade, por numerosos e insofismáveis milagres, a verdade de suas asserções, tudo confirmando com o sêlo divino de sua ressurreição. Pôde jamais alguém apresentar credenciais mais autênticas e autorizadas?

c) **Fundação da Igreja.** — Munido de tal autoridade, Cristo, o homem-Deus, propôs um verdadeiro corpo de doutrinas sublimes e transcendentes, que satisfazem às aspirações da natureza humana. Mais. Reuniu discípulos, dentre os quais escolheu alguns para apóstolos seus, e os enviou a ensinar, reger e santificar os povos, dando a seus emissários os amplos poderes que tinha recebido do Pai celeste. Nomeou Simão Pedro chefe da sociedade religiosa, que denominou sua Igreja, e dotou-a de todos os meios para conseguir seu fim.

A Igreja de Cristo foi, portanto, preparada antes da morte de seu divino fundador; instituída definitivamente após a ressurreição, quando entregou o tríplice poder aos apóstolos sob a suprema autoridade de Pedro; e promulgada no solene dia de Pentecostes, quando as multidões começaram a conhecer e abraçar o cristianismo, nêle entrando pelo sacramento do batismo.

1) Patrizi (De Evangel., Frib. 1853) e outros preferem o ano de 747. Mas F. Riess, S. J. (Geburtsjahr Christi, Leipzig, 1869), adota o de 752 e prova ser essa a data indicada por Dionísio. — 2) Aos que pretendem haver Jesus haurido sua sabedoria nas escolas do Egito, ou dos essênios, ou dos rabinos, responde-se com a admiração dos habitantes de Nazaré (Mc 6, 2): "Nonne hic est faber, filius Mariae"? — 3) O Grande Conselho procura falsos testemunhos e os acha, mas não concordes (Mt 26, 59; Mc 14, 55). — 4) Lemann, La valeur de l'Assemblée qui prononça la peine de mort contre Jésu Christ, Paris, 1876. — 5) Antiguidades judaicas, livro XVIII, 3, 3. — 6) Anais, III lib. XV, 44. — 7) Vita Claudii, 25. — 8) Relat. ad Trajanum, lib. X, 96. — 9) O racionalista Strauss e o blasfemo Renan, deturpadores da vida de Cristo, que descreveram sem critério, têm sua refutação em Literarischer Handweiser (1864 e 1865) e Liter. Rundschau, 1883, n. 11 e 12.

§ 6. Igreja primitiva.

Após a ascensão de Cristo ao céu, viviam os onze apóstolos com Maria, mãe de Jesus, e pessoas mais íntimas, formando uma comunidade de cento e vinte membros, mais ou menos.[1] Logo nos primeiros dias, por lembrança de Pedro, foi escolhido o discípulo Matias para substituir no colégio apostólico o prevaricador Judas Iscariotes, de modo que já estava outra vez inteirado o número, quando o Espírito Santo desceu sôbre êles no dia de Pentecostes. E' então que Pedro, agora iluminado e corajoso, profere o discurso inaugural da Igreja, em presença de judeus vindos do golfo Pérsico, da Mesopotâmia, Capadócia, Síria, Arábia, Ásia Menor, Egito, Cirenaica, Creta e até de Roma, ouvindo cada um dos presentes a pregação em sua própria língua. Converteram-se e receberam o batismo imediatamente três mil dos ouvintes, e dias depois mais dois mil.[2] Os que ficaram em Jerusalém tinham vida comum e auxiliavam-se mùtuamente com grande caridade. Ainda freqüentavam o templo, mas

se reuniam em um lugar à parte, o pórtico de Salomão, onde os demais judeus os deixaram isolados.

Começaram os vários apóstolos a pregar e operar prodígios, curas milagrosas, que atraíam sôbre êles a curiosidade popular e as iras dos fariseus e sacerdotes judaicos. Com suspeitas, inquéritos e proibições o sinédrio pretendeu impedir a marcha do cristianismo nascente. Mas prisões, cárceres e açoites não conseguiram intimidar os apóstolos, nem desunir os fiéis. Pelo constante aumento de prosélitos e para a cuidadosa distribuição das esmolas, foram escolhidos os sete primeiros diáconos, entre os quais Filipe, mais tarde o evangelizador da Samaria, e Estêvão, pouco depois o proto-mártir. O martírio de S. Estêvão, ocorrido no ano 34, teve origem no desespêro das sinagogas, que, não lhe podendo vencer a sabedoria e os carismas, amotinaram a plebe para que o apedrejasse como blasfemo.

Entre os apedrejadores achava-se um mancebo de Tarso, da Cilícia, por nome Saulo.[3] Embora discípulo do calmo e prudente Gamaliel, o fogoso Saulo, da seita farisaica, deu-se todo a perseguir os adoradores do Cristo.

Quando, nesse intuito, se aproximava de Damasco, cidade governada pelo rei Aretas (da Arábia) e em que se formara também uma comunidade cristã, eis que uma luz do céu o derruba do cavalo, e cega-o, enquanto a voz e graça de Cristo o converte de repente. Saulo torna-se ardoroso apóstolo e toma o nome de Paulo, após a conversão do procônsul Sérgio Paulo. E' "o vaso de eleição", destinado a levar às gentes o nome do Senhor Jesus.

1) Pio Paschini, Lezioni di storia ecl., vol. I. cap. I. — 2) A opinião mais provável é essa para explicar o vers. 4 do cap. IV dos Atos. Cfr. Fillion. — 3) Saulo devia ter, a êsse tempo, 30 anos. Era da tribo de Benjamim, mas a família tinha direitos de cidadania romana. Cfr. Cornely, S. J., Hagen, S. J., Dissert. VIII, intr. in S. Script.

§ 7. Atividade dos apóstolos.

A) **S. Pedro.** — Enquanto os demais apóstolos se ocupavam com os vários núcleos judeu-cristãos, Pedro, aproveitando a relativa trégua de perseguições, vai a Lida, Jope e Cesaréia, residência essa do procônsul romano. Aí, ensinado por uma visão, Pedro recebe na Igreja o primeiro incircunciso, batizando Cornélio, centurião da coorte itálica. Caiu assim a barreira judaica na admissão de gentios ao seio do cristianismo. Ainda que houvesse causado estranheza a atitude de S. Pedro, novos milagres mostraram que a graça do Espírito Santo foi difundida também sôbre os gentios, e com alegria e aplausos gerais.

Por êsse mesmo tempo, ano 40 ou 41, Barnabé, enviado de Jerusalém, vai a Antioquia batizar os que se haviam convertido pelo ensino dos fiéis que a perseguição espalhara. Foi aí que

pela vez primeira, talvez por escárneo, os infiéis deram aos discípulos de Jesus o nome de cristãos *(Chrestiani)*.

Os imperadores Calígula e Cláudio entregaram nas mãos de Herodes Agripa quase todo o território de seu avô Herodes Magno.[1] Precisando do apoio do partido nacionalista, resolveu perseguir os apóstolos para dar gôsto aos judeus. Decapitou S. Tiago[2], o maior, e quis matar S. Pedro, que foi salvo por um anjo.

Tendo evangelizado Antioquia por sete anos e aí deixado a S. Evódio como seu lugar-tenente, S. Pedro dirigiu-se a Roma (ano 42) acompanhado do evangelista Marcos. Fixa em Roma sua residência oficial e envia Marcos a fundar a Igreja de Alexandria. Assim estavam tomadas as três metrópoles do politeísmo. S. Marcos, estando ainda em Roma no ano 45, escreveu seu evangelho, examinado e aprovado por S. Pedro. Em Alexandria, operou inúmeras conversões e foi martirizado entre os anos 62 e 68.

A estada de S. Pedro em Roma tem sido contestada por protestantes modernos, o que nem Lutero nem Calvino ousaram. Não obstante, são insofismáveis os testemunhos de homens e de monumentos dos primeiros séculos, em favor da Cátedra de Pedro em Roma.[3] E' certo que não permaneceu constantemente em Roma, pois estêve em Jerusalém, Antioquia e Corinto, depois do ano 42. Mas Roma era sua sede; daí escreveu suas duas epístolas, e aí foi crucificado, no Janículo ou no Vaticano, no ano 67.

b) **S. Paulo.** — As primeiras prédicas de S. Paulo realizaram-se em Damasco, de onde passou à solidão da Arábia (Pétrea). Voltando a Damasco, sua pregação exasperou os judeus damascenos, que pediram ao rei Aretas guardas para as portas da cidade, a fim de prenderem Saulo. Mas os cristãos de Damasco desceram o apóstolo em um cesto por uma janela do muro. No ano 37 foi a Jerusalém, falar a Pedro. Mas só 15 dias aí se demorou, pois Deus o advertiu que fugisse das maquinações dos judeus. Foi a Tarso, donde Barnabé o convidou, no ano 42, a trabalhar em Antioquia. Deve ter sido então que recebeu as ordens sacras, porque aí lhe impuseram as mãos.[4] Foi no ano 43 (e provàvelmente na jornada em que levava aos famintos de Jerusalém as esmolas dos cristãos antioquenos) que Saulo foi arrebatado ao terceiro céu (ao empíreo). Do silêncio de S. Paulo sôbre os demais apóstolos, nessa ocasião, conclui-se que êles não se achavam na cidade, mas em excursões religiosas.

Saulo e Barnabé, repartidas as esmolas, voltaram a Antioquia, levando para lá o evangelista S. Marcos.

Primeira viagem. — Com os mesmos companheiros, Paulo começa a primeira viagem apostólica (ano 46) até à Panfília e Pisídia, passando por Chipre, onde converteu o procônsul Paulo. De Icônio, cidade da Pisídia, foi expulso a pedradas. Evange-

lizou então a Licaônia, na Galácia. Em Lístria, os habitantes tomaram Paulo por Mercúrio (pela eloqüência) e a Barnabé, mais alto, por Júpiter.

Já êles queriam oferecer sacrifícios, quando apareceram judeus de Icônio e o apedrejaram novamente, deixando-o por morto fora da cidade. Mas Paulo ainda entrou em Lístria e depois foi com Barnabé para Derbes e Antioquia (ano 49), confirmando os fiéis e entregando-os aos cuidados de presbíteros que ia ordenando. Eram os primeiros núcleos de cristandade organizados, segundo o modêlo de Antioquia.

Concílio de Jerusalém. — Realizou-se no ano 51, sob a presidência de S. Pedro. O motivo externo ou ocasião foi a conhecida questão dos judaizantes, que pretendiam impôr a circuncisão aos convertidos do paganismo, e isso como condição essencial à salvação. Com tal insistência o exigiam que S. Paulo teve que sofrer grande oposição dos fariseus convertidos.

Felizmente, S. Pedro e S. Tiago (Bispo de Jerusalém), com sua autoridade, puseram fim às discussões e os judaizantes se submeteram.

Controvérsia antioquena. — Não obstante, as exigências continuaram em certos grupinhos de "zelotas", o que concorreu para um reparo feito por S. Paulo a S. Pedro. Foi o caso de haver o chefe dos apóstolos vivido algum tempo em Antioquia com os cristãos étnicos em perfeita harmonia até à chegada de certos judaizantes vindos de Jerusalém.

Então S. Pedro se retraiu um tanto dos mais e acautelou-se para não escandalizar os recém-vindos. E Barnabé já começava a abandonar os convertidos dos gentios, para acompanhar S. Pedro, julgando ser isso mais perfeito. Eis por que S. Paulo repreendeu tal simulação, sem que S. Pedro se ofendesse.

Segunda viagem. — Ainda nesse ano 51 começou S. Paulo a segunda viagem apostólica, em companhia de Silas. Atravessaram a Cilícia, levando da Lístria seu discípulo Timóteo. Visitaram as cristandades fundadas na primeira viagem. Timóteo, como era filho de judia e entre os seus devia trabalhar, foi circuncidado por S. Paulo. Mas a Tito, outro discípulo, S. Paulo negou-se a circuncidar, porque não havia motivo, e os presentes julgavam que a circuncisão era de absoluta necessidade.

Paulo, Silas e Timóteo chegaram a Tróade, nas costas do mar Egeu, onde se lhes ajuntou S. Lucas. Foi aí que, em sonhos, S. Paulo viu um macedônio que o convidava a evangelizar sua terra. Partiu para a Macedônia. Lá fundou a igreja de Tessalonica, composta quase só de pagãos convertidos. A esta cidade sòmente Silvano ou Silas acompanhou S. Paulo, porque, em Filipes, Paulo e Silvano foram encarcerados, enquanto Lucas e Timóteo permaneceram em liberdade. S. Paulo e Silas, salvos por um terremoto, (que, mais do que a terra, moveu a von-

tade do governador da cidade), foram a Tessalonica; mas, expulsos pelos judeus que os perseguiram até Beréia, aproveitaram a ocasião de fundar também aí uma cristandade. Contudo nem em Beréia ficaram em paz. Perseguidos ainda pelos judeus de Tessalonica, foram levados a Atenas. Nesta cidade o apóstolo pregou diante do Areópago, convertendo S. Dionísio e muitos outros. Julgando que haveria muito trabalho em Atenas, S. Paulo chamou Timóteo, que ficara em Filipes, e Silas, que ainda estava na Beréia. Ouvindo, porém, da falta que êstes faziam na Macedônia, para lá os reenviou.

De Atenas S. Paulo foi a Corinto, onde fundou também uma igreja. Foi daí que, no ano 52, escreveu aos tessalonicenses a primeira epístola, louvando-lhes a fidelidade na perseguição que lhe moviam os judaizantes e lhes fala também do fim do mundo. No ano seguinte escreveu-lhes novamente, inculcando que não ficassem ociosos à espera do fim do mundo, que ainda não estava tão próximo, pois que seria precedido pela vinda do Anti-Cristo. Aos gálatas também escreveu de Corinto.

Vieram juntar-se-lhes Timóteo e Silas, e partiram para Antioquia (que era o centro das viagens de S. Paulo, como Roma para S. Pedro). Lá chegaram no ano 53, tendo passado por Éfeso e Jerusalém.

Terceira viagem. — Logo no ano seguinte (54), começou a terceira viagem. Partiu de Antioquia, passou pela Licaônia e Pisídia, pela Frígia e foi a Éfeso, onde escreveu a primeira carta aos coríntios (em 57), aos quais antes escrevera uma que já não existe. Em Éfeso ficou três anos (de 54 a 57), até que, obrigado por uma sedição popular, partiu para a Macedônia, donde dirigiu nova epístola aos fiéis de Corinto. Nessas cartas, além de tratar muitos pontos doutrinais e dirimir várias questões, ataca fortemente os judaizantes, que em tôda parte queriam impedir os frutos da pregação do apóstolo. Da Macedônia passou à igreja da Grécia e chegou a Corinto ainda em 57. Como se fôsse pequeno o campo de ação de S. Paulo, seus olhares se dirigiram ao Ocidente: queria ir à Espanha e aí pregar o evangelho, como também em Roma.

Quarta viagem, cativeiros e martírio. — Entre a terceira e quarta excursões paulinas, estêve o apóstolo prêso em Jerusalém, em Cesaréia e em Roma, passando por muitas peripécias e valendo-se de seu título de cidadão romano, mais de uma vez, para se livrar de dificuldades. Foi assim que, tendo tocado em Chipre e Creta, e sofrido seu quinto naufrágio, demorou-se em Malta, antes de chegar à Sicília e a Roma, onde foi recebido com alegria dos cristãos (ano 61). Como não dessem muito resultado aí suas pregações aos judeus, voltou-se para os gentios, com ótimo efeito. Nesse cativeiro mitigado de Roma escreveu

aos filipenses, aos hebreus, aos efésios e, provàvelmente, aos colossenses e a Filemon.

Em 63 foi pôsto em liberdade e visitou a Espanha, conforme S. Clemente e o Fragmento Muratoriano.[5] E' de lá que navega para Creta, entregando-a aos cuidados de Tito; e vai à Ásia Menor, deixando Timóteo em Éfeso. Pouco depois escreve a êsse mesmo companheiro, prometendo visitar novamente as igrejas da Ásia Menor, o que parece ter executado. Da Grécia ou da Macedônia escreveu, em 65, a epístola a Tito. Ignora-se em que circunstâncias foi S. Paulo prêso pela última vez (ano 67) e levado a Roma, em cativeiro muito mais penoso. Lamentando seu abandono, o apóstolo escreve sua última epístola a Timóteo, e o convida a ir a Roma.

Nessa perseguição de Nero contra os cristãos é que S. Paulo foi degolado na via Ostiense (Aque Salvie) no mesmo dia em que S. Pedro foi crucificado, 29 de junho de 67, conforme uma sentença comum que tem sofrido contestação.

C) Os demais apóstolos. — Não cabe em compêndio de história referir e procurar o que diz a tradição sôbre as fadigas apostólicas de S. André na Cítia, Trácia e Grécia (onde foi crucificado); de S. Tiago Maior na Espanha (decapitado em Jerusalém no ano 44); do evangelista S. João na Ásia Menor (único apóstolo que faleceu de morte natural, tendo, contudo, passado pelos tormentos e exílio no tempo de Domiciano); de S. Filipe e S. Tiago Menor na Judéia (aquêle crucificado em Hierápolis, e êste precipitado do alto e apedrejado em Jerusalém); de S. Bartolomeu na Ásia Menor, Licaônia, Armênia (crucificado ou esfolado em Albanópolis); de S. Mateus na Arábia, Pérsia e Etiópia (assassinado no altar); de S. Simão (martirizado na Pérsia ou, segundo outros, em Edessa); e de S. Matias na Judéia e Etiópia (apedrejado e decapitado em Jerusalém, ou em Sebastópolis).[6]

1) Herodes Magno foi o autor da matança dos Inocentes, em Belém. Herodes Antipas, filho do precedente, o foi da degolação de João Batista. Herodes Agripa, neto de Herodes Magno, foi o perseguidor dos apóstolos. — 2) Sôbre a autenticidade das relíquias de S. Tiago em Compostela, ver o breve de Leão XIII, de 1.º de novembro de 1884. — 3) S. Justino, Tertuliano, S. Cipriano, S. Jerônimo e outros, reconhecidos pelos protestantes Puffendorf, Grotius e Leander. — 4) Outros opinam que S. Paulo tenha sido ordenado na Arábia, logo após a conversão. Mas Fillion cita S. João Crisóstomo, S. Leão e outros em seu favor. Cfr. Fillion, nota ao v. 3 do cap. 13 dos Atos. — 5) Migne, Patr. Gr. (1805); Werner, Die Reise des Ap. Paulus nach Spanien. Oesterreich. theol. Vierteljahreschrift, 1863, pp. 320, e 1864, pp. 1599. — 6) Nem tôdas essas tradições têm valor histórico.

§ 8. Destruição de Jerusalém e dispersão dos judeus.

Embora os núcleos principais da Igreja primitiva fôssem formados por judeus escolhidos, a maior parte do povo judaico ficou obstinada em não aceitar a religião de Jesus Cristo. Mas bem depressa veio para essa raça o castigo do céu. Já havia tempo que perduravam as rivalidades entre os judeus e os romanos. Oprimidos pela crueldade de Gessius Florus, governador da Judéia, os judeus reclamavam inùtilmente o auxílio do governador da Síria. Foi então que em tôda a província o povo se insurgiu contra os romanos. Os judeus estavam sob o comando de Eleazar, enquanto Vespasiano, por ordem de Nero, dirigia o exército romano. Tomou êste o forte Masada (no Mar Morto) ocupado pelos judeus, e sucessivamente as outras fortalezas. Vespasiano subiu ao trono

e deixou a seu filho Tito a conquista de Jerusalém. Embora sitiasse a cidade, Tito queria poupá-la. Josefo Flávio aconselhou os judeus a se entregarem, pois era inútil a resistência. Porém, três exaltados de entre o povo insistiram no contrário, pelo que Tito apertou ainda mais o cêrco. Começou então a desolação: mulheres matavam os filhos para terem o que comer; os que tentavam passar os muros eram presos e crucificados (500 num dia); dois mil judeus foram estripados num só dia, porque suspeitavam, e com fundamento, que êles enguliam as jóias, para não as entregar aos romanos. Naqueles dias de castigo foram mortos um milhão de homens, e uns cem mil ficaram prisioneiros. Tito quis ainda poupar o templo, a que um legionário ateara fogo, mas os soldados não atenderam. Entretanto, os judeus cristãos estavam na Peréia desde o ano 66, pois conheciam pelo evangelho de S. Mateus a profecia sôbre a destruição de Jerusalém.

Novas cenas sangrentas se passaram nos dias de Trajano, pois os judeus de vários países faziam esforços para reedificar o templo.

Terceira revolta ainda houve no tempo de Adriano que no monte Moriá, onde antes estava Jerusalém, construira uma cidade com seu templo pagão, decretara leis opressoras e proibira a circuncisão. Morreram dessa feita mais de quinhentos mil judeus. Eis o que restava da nação deicida: um templo dedicado a Júpiter Capitolino, um povo exilado, sem sacerdócio nem sinédrio. Contudo nomearam dois grandes rabinos: um em Bagdad (até ao séc. XI), outro em Tibérias (séc. IV). O de Tibérias recolheu num livro, a que chamou Mischna, as tradições orais, coisa até então vedada. No séc. IV apareceu o Gemara, comentários da Mischna. Como, porém, os judeus que estavam sob a direção do rabbi de Bagdad não aceitaram o Gemara de Tibérias, escreveram um novo Gemara que forma com a antiga Mischna o Talmud babilônico (livro indigesto, sem nexo nem ordem) que os judeus ainda hoje seguem.

De todos os povos que foram vencidos e dispersos é o judaico o único que, perpetuando seu castigo, conserva a sua nacionalidade.

§ 9. Difusão do cristianismo até ao século IV.

I. Em geral. — Os padres antigos [1], como os historiadores, apontam como fato incontestável a grande disseminação do cristianismo nos três primeiros séculos. Que numerosos eram os cristãos naquele tempo podemos verificar:

a) Pelos muitos Bispos que então havia. Por exemplo, para tratar da questão sôbre os rebatizados entre S. Cipriano e o Papa Estêvão, reuniram-se na África nada menos de 87 Bispos. Embora naquele tempo cada Bispo tivesse menor rebanho que os atuais, sempre é certo que, havendo tantos pastôres, não seriam poucas as ovelhas.

b) Pelo número de heresias (nicolaítas, montanistas, antitrinitários, maniqueus, gnósticos) e cismas que se deram. Se fôssem poucos os cristãos, não poderiam ser muitos os que dêles se separavam. Ora, havia muitos egressos. Portanto, eram numerosos os cristãos.

c) Para que pudesse haver tantas perseguições, tão contínuas, repetidas e sangrentas, é evidente que não deviam faltar as vítimas, a saber, os cristãos. Nem se pense que todos os cristãos eram das classes pobres (dos libertos e escravos), embora êstes fôssem os mais numerosos; pois, como nos referem os apologistas e historiadores, foram martirizados muitos nobres, matronas, tribunos, cônsules e mesmo da família de Domiciano. [3]

II. Em particular. — a) Na Ásia Menor, a metrópole cristã era Antioquia na Síria. Em Edessa, já no ano 200 reinava um príncipe cristão.

Na Armênia havia florescentes comunidades cristãs já no século II. Da Síria passou o cristianismo à Pérsia e Mesopotâmia. Chegou, enfim, a ser evangelizada tôda a Ásia Menor com as respectivas ilhas, havendo muitos cristãos por tôda parte.

b) Na Europa. — A Itália recebeu a fé pregada por S. Pedro e por enviados seus, de modo que as principais cidades receberam o cristianismo bem cedo, gloriando-se muitas igrejas de serem de origem apostólica. Nas Gálias era tradição até ao século XVI, mas às vêzes contestada, que datava dos tempos apostólicos a fundação de suas igrejas.[4] Em todo caso, são do I ou II séculos e fundadas por enviados de Roma.[5] Na Espanha estêve S. Paulo.[6] E' tradição castelhana que S. Tiago Maior lá estêve, porém essa perde o rumo nas noites do século VIII, de modo que nada se pode averiguar. Outros querem que ao menos seu corpo lá esteja sepultado (em Compostela).[7]

Da Germânia belga fala S. Ireneu († 202) como se já existisse desde muito tempo aquela cristandade. A outra parte, além do Reno, recebeu cedo o cristianismo.[8]

c) Na África. — S. Marcos, enviado por S. Pedro, foi o primeiro Bispo de Alexandria. A África proconsular, devido às muitas comunicações comerciais que tinha com a Itália, recebeu bem depressa o Evangelho.

1) Just. Dial. cum Tryph., c. 117; S. Iren. Adv. haer. 1, 10. — 2) Lactant. De morte persec. c. 3... "et jam nullus esset terrarum angulus tam remotus, quo non religio Dei penetrasset, nulla denique natio tam feris moribus vivens, ut non suscepto Dei cultu ad justitiae opera mitesceret." — 3) Tert. Apol. c. 37. "Hesterni sumus et vestra omnia implevimus, urbes, insulas, castella, municipia, conciliabula, castra ipsa, tribus, decurias, palatium, senatum, forum. Sola vobis reliquimus templa." — 4) Eus. Hist. Ecl. v. I e III. 4. — 5) Brück. Kirchengeschichte, § 10. — 6) Cf. nota sôbre S. Paulo. § 7. — 7) Cf. nota ad hoc § 7. — 8) Tert. adv. Jud. c. 7; Arnob. adv. Gent. I. 6.

§ 10. Rapidez das conquistas do cristianismo.

I. **Causas.** — Entre as causas que concorreram para a rápida difusão do cristianismo umas são naturais e outras sobrenaturais.

A) Naturais, foram:
a) a existência de um só Império;
b) a unidade de língua, i. é, a língua grega, usada em quase tôda parte;
c) o animado comércio internacional;
d) a fé num só Deus;
e) a esperança de um Messias prometido.

B) Sobrenaturais (pois só as anteriores não bastariam):
a) enquanto os melhores filósofos se reconheciam impotentes para explicar os altos destinos do homem e os problemas da vida religiosa, o cristianismo oferecia a todos e para tudo uma solução fácil e ao mesmo tempo profunda, satisfazendo os cultos e a plebe;
b) Muitos cristãos se distinguiam por carismas ou dons miraculosos;
c) Ainda mais recomendava a origem divina da religião cristã a vida sobrenatural de seus adeptos, o seu zêlo e desinterêsse[1], e, sobretudo, o martírio.[2]

II. **Obstáculos.** — Que só as causas naturais não explicam a propagação do cristianismo, vemo-lo pelos obstáculos, que tinham a vencer os cristãos, de modo a poder daí tirar-se um argumento para a divindade da religião cristã.

A) Os cristãos passavam por ateus e rebeldes à autoridade do Estado. Eis por que: os romanos recebiam no Capitólio todos os deuses, desde que não fôssem contra o Pai Supremo (Júpiter). Ora, os cristãos diziam que êste era um demônio e não deus. Além disso, a vida domés-

tica (o pai era o sacerdote na família), social e política era essencialmente politeísta.[3] Já se compreende quão grande obstáculo devia ser êsse. Como os cristãos não adoravam os deuses, eram tidos por ateus, o que não se tolerava nos Estados Romanos (delito de alta traição).[4]

B) Seguindo o conselho do divino Mestre (não atirar pérolas aos porcos), reuniam-se os cristãos secretamente, porque os gentios ainda não estavam preparados para receber tôda a doutrina cristã. Ora, eram considerados réus de lesa-majestade os que se reuniam às escondidas.[5]

C) Os cristãos não podiam acompanhar os romanos no culto aos imperadores (deuses); daí lhes vinham punições atrozes.

D) Consideravam mágicos os cristãos, por causa dos milagres.

E) Os cristãos julgavam não poder servir no exército, não iam às festas populares (religiosamente pagãs); os comerciantes que fôssem cristãos se achariam prejudicados; nas demais classes, sobretudo na dos funcionários públicos, não menos. Eis outras tantas dificuldades naturais, mas fortes.

F) As calúnias e polêmicas, que desde o princípio os judeus levantaram contra os cristãos, foram em Roma aumentadas e exageradas pelos sacerdotes dos falsos deuses. À acusação de ateísmo juntaram a de incestos e a das refeições tiestinas, em que diziam que os cristãos matavam e devoravam crianças.[6] O nome é tirado de Tiesteu (irmão de Atreu) que, por ter adulterado com a mulher dêste, deu ocasião a uma série de vinganças recíprocas, vindo, enfim, a comer o próprio filho que Atreu lhe preparara.

G) A vida cristã exigia o sacrifício da inteligência e da vontade.

1) Tert. Apol. c. 39: "Vide, inquiunt (os pagãos), ut invicem se diligant." — 2) Opus cit. c. 50: "Semen est sanguis christianorum." — 3) Döllinger, Heidentum u. Judent., descreve a influência pagã em tôdas as situações sociais. — 4) Tert. Apol. c. 2: "Christianum hominem omnium scelerum reum deorum, imperatorum, legum, morum, naturae totius inimicum existimas." — 5) Daí tomavam ensejo de suspeitar que os cristãos adorassem, de fato, "caput asini" (Tert. Apol. 6, 16), "genitalia episcoporum et sacerdotum" (Min. Felix, Oct. c. 9), "solem et crucem". — 6) Tert. op. cit. c. 7.

II. A IGREJA E O ESTADO.

§ 11. Perseguição contra os cristãos.

No princípio o império romano considerava os cristãos como seita judaica, e não os perseguia, querendo Tibério até colocar Jesus Cristo entre os deuses do império.[1]

Mas foi curta a época de serenidade, pois logo começaram as perseguições. Há dois períodos de perseguições aos cristãos no território do império:

I) de Nero a Décio;

II) de Décio a Diocleciano.

1.º Período. — O motivo principal neste período não foi julgar que o império romano não podia coexistir com o cristianismo, como vieram a pensar mais tarde. Outras foram as causas:

a) o furor dos judeus e dos pagãos, que julgavam os cristãos culpados de todos os males que lhes sucediam[2];

b) a crueldade, a avareza, o fanatismo de alguns imperadores, governadores e sacerdotes idólatras.

A ocasião de procederem contra os cristãos foi dada por alguns pretextos ou por uns quase-motivos. São, por exemplo, as leis do Estado contra a magia, contra a introdução de novos cultos sem a respectiva aprovação do Estado. Mas como o cristianismo exigia a hegemonia e o domínio na religião, nunca podia alcançar tal aprovação. Outra lei ia contra as sociedades secretas, em que incluiam os cristãos. Outra punia os crimes de lesa-majestade, se, por exemplo, não adorassem a estátua dum imperador. Durante os reinados de Tibério e Calígula, os cristãos não foram perseguidos, pois ainda os julgavam uma espécie de judeus e nada mais. Mesmo assim o decreto de Cláudio contra os judeus só indiretamente atingiu os cristãos.

A) Começaram as perseguições com o feroz Nero, que, depois de assassinar sua espôsa e outros parentes, mandou atear fogo a Roma para representar ao vivo o incêndio de Troia. Pelo menos há motivos para assim julgar, e Tácito não ousa contradizer.[3] Quando o povo consternado foi protestar e pedir providências, Nero cinicamente acusou os cristãos daquele crime. Isso deu início às perseguições. Foi uma crueldade inaudita. S. Pedro morreu crucificado, S. Paulo pela espada, uma multidão imensa foi queimada viva, servindo de archotes às festas noturnas. Também nas províncias foram perseguidos, embora não tão ferozmente.[4] — Vespasiano e Tito eram guerreiros e deixaram em paz êsses homens inofensivos (os cristãos).

B) Mas Domiciano, também da dinastia dos Flávios como os dois anteriores, foi outro Nero para os cristãos, embora no comêço lhes mostrasse alguma simpatia. Foram vítimas nessa perseguição alguns parentes de Domiciano, como Flávio Clemente e as duas Flávias Domitilas. S. João foi enviado para Patmos. Nerva deixou em paz os cristãos. Mas veio

C) Trajano (primeiro imperador estrangeiro), o "optimus maximus", que aplicou aos cristãos a lei das sociedades ocultas. Plínio, governador de Bitínia, para ter uma norma certa contra os cristãos, interrogou o imperador. A resposta foi: "non sunt conquirendi." Ao que adverte Tertuliano: "Ou são culpados, ou não. Se são culpados, devem ser buscados e punidos. Se o não são, por que maltratá-los e persegui-los?" — Mas a resposta de Trajano só teve o proveito de pôr os cristãos ao abrigo das vexações do povo, e nada mais. Nesse tempo deu-se o martírio de S. Inácio de Antioquia, que escreveu a várias igrejas cartas belíssimas, onde patenteava seu ardente desejo do martírio. Outra vítima foi Simeão de Jerusalém.

Adriano, mais bondoso que Trajano, viajou dezesseis anos pelo vasto império, a fim de se informar do estado de seus súditos, sendo condescendente para com todos, mesmo para os cristãos.

Eis as normas que adotou:

a) só por serem cristãos não os molestaria;

b) não os condenaria, sem que fôssem provadas as acusações feitas contra êles;

c) se os delatores caluniassem os cristãos, seriam punidos severamente. Isso é o que se colige de um rescrito ao procônsul da Ásia Menor[5], embora alguns, sem fundamento, o ponham em dúvida. Ver-

dade é que também nesse tempo houve mártires, como, por exemplo, S. Policarpo (outros dizem que foi só mais tarde).
Antonino Pio nada fêz nem pró nem contra os cristãos.

D) Marco Aurélio, pelos mesmos motivos e pretextos que os demais perseguidores, e ainda mais, por julgar seu dever zelar pelo império, vexou muitíssimo os cristãos. Não publicou logo novos editos; mas, quando o povo supersticioso atribuiu aos cristãos as enchentes do Tibre e a praga dos gafanhotos, recomeçaram as perseguições, inflamadas pelos sentimentos hostis de muitos governadores. Muitos suplícios se inventaram então. Já naquele tempo eram incoerentes os governadores. Acusavam os cristãos de irem contra as leis e por isso os condenavam. Mas por outra parte aceitavam as acusações (nem sempre verdadeiras) dos escravos contra os senhores cristãos, o que era igualmente contra a lei. Foi interrompida a perseguição por causa da guerra com a Boêmia e Morávia, penosa aos romanos. Ora, sucedeu que numa ocasião (quando as Águias já andavam em perigo) sobreveio falta d'água, pelo que Marco Aurélio mandou rezar aos deuses. A legião de Mélita, composta quase só de cristãos, orou de joelhos ao Deus verdadeiro, e logo choveu no lado dos romanos, enquanto os inimigos foram dispersados por uma tempestade de coriscos e trovões. Como era natural, cada legião atribuia êsse efeito ao deus ao qual rezara. Diz Eusébio que o próprio Marco Aurélio julgava devê-lo à legião cristã, pelo que a chamou "legio fulminatrix". Alguns o põem em dúvida, porém Tertuliano e Apolinário o narram.[6] Igualmente não concordam se, em conseqüência dêsse fato, Marco Aurélio diminuiu ou aumentou as vexações aos cristãos. Em todo caso é certo que, três anos mais tarde, recomeçaram as perseguições pelas Gálias.

Eusébio narra por extenso os tormentos inauditos e incríveis de muitos, entre os quais figuravam Blandina, Santo, Alexandre, Potino, Átilo, segundo se deduz das cartas das igrejas de Lião e Viena às igrejas da Ásia Menor.

Cômodo, ao contrário do pai, foi extravagante e relaxado nos negócios do império, mas favorável aos cristãos, devido à sua concubina Márcia[7] que, ou era cristã, ou amiga dos cristãos. Não obstante, houve também alguns mártires em seu reinado. Varrão pensa que a divina Providência se serviu de Cômodo para castigo dos nobres, que antes vexavam os cristãos.

Seguiu-se depois um tempo de anarquia, em que os prefeitos do Palatino punham e depunham imperadores a seu bel-prazer. Entretanto, os cristãos não tinham tréguas.

E) Setímio Severo foi bom para os cristãos no comêço. Mas, em sua ausência, os governadores começaram a persegui-los e êle mesmo, voltando de uma viagem à Arábia, decretou uma perseguição muito sanguinolenta. Por quê? Ùnicamente porque julgou adeptos de Cláudio Albino, um dos seus dois competi-

dores, os cristãos que se negaram a tomar parte na festa de sua chegada, por ser festa pagã.

Caracala [8], Macrino [9], Heliogábalo quiseram fundir o cristianismo com o paganismo.

Alexandre Severo [10] reinou três anos, tempo de verdadeira paz para os cristãos, que edificaram grandes igrejas fora das catacumbas, progredindo então o cristianismo. As boas disposições de Alexandre devem-se à sua boa mãe Maméia, talvez cristã. [11]

F) Atribui-se a sexta perseguição a Maximino [12], o selvagem general da Trácia. Segue-se novamente um período anarquizado que terminou com Filipe, o Árabe (talvez cristão). Os que o afirmam, argumentam: o Bispo Bábila o pôs entre os penitentes públicos por ter assassinado seu antecessor, donde se conclui que era cristão, ao menos oculto. Outros o contestam, dizendo que o primeiro imperador cristão foi Constantino e que, se Filipe fôsse cristão, não seria tão supersticioso. Ignora-se a verdade. O mesmo Eusébio se contradiz.

2.º Período. — G) Décio reinou só dois anos, mas o bastante para deixar o seu nome no catálogo dos ferozes perseguidores do cristianismo. Persuadido de que o império não podia coexistir com a religião de Cristo, ordenou sistematizar as perseguições:

a) mandando que fôssem punidos severamente os governadores relaxados em perseguir;

b) tornando lentos os martírios e prolongando-os muito, para provocar apostasias, o que se conseguiu pela primeira vez. Em castigo do resfriamento que se introduziu na Igreja nos tempos anteriores, permitiu Deus não só essa perseguição, mas também apostasias. Uns (até Padres e Bispos) sacrificavam aos ídolos (e denominavam-se "sacrificati"), outros ofereciam incenso ("turificati"), outros se faziam inscrever nas listas dos que obedeciam ao impreador ("libellatici").

Porém a maior parte se conservou firme. Os apóstatas eram em geral da Ásia proconsular e do Egito. Foi êsse o tempo das penitências públicas, cabendo a S. Cipriano papel de destaque em tal mister. [13] As crueldades continuaram no reinado de Galo.

H) Valeriano, bem intencionado no princípio, mudou depois por instigação de seu general Macriano, de modo que não faltaram mártires também em seu reinado.

Galiano restituiu aos cristãos o que Valeriano lhes confiscara e os protegeu bastante.

I) Aureliano decretou a nona perseguição, para agradar ao senado. [14]

J) Diocleciano, a quem o império tanto deve, organizou a mais horrorosa e sangrenta perseguição. Era êle valente cabo de guerra, nascido na Dalmácia, de origem humilde. Na sua côrte possuia vários cristãos como generais e governadores e os favorecia, "sciens et volens". Mudou, porém, instigado por maus conselheiros, sacerdotes pagãos, sobretudo por um arús-

pice, a quem mandara consultar e que lhe respondera, negando o despacho, por haver ao redor do imperador gente incrédula. Daí Diocleciano tomou ocasião e decretou-lhes: "Ou deixar a côrte ou o cristianismo." Aceitou, depois, por companheiros Maximiano Hércules, Galério e Constâncio Cloro, e com êstes dividiu o império. Nenhum dos consócios de Diocleciano era amigo do culto cristão. Começou a perseguição no exército. Foi o caso de S. Maurício se haver negado a sacrificar aos deuses (no lago Lemano) conforme a ordem de Maximiano. Este mandou então dizimar duas vêzes a legião tebana e, como ela se manifestasse ainda firme, foi trucidada por completo, sendo uma parte dela perto de Colônia. [15]

Galério, o pior demônio, ateou fogo ao palácio imperial, na Nicomedia, e indigitou os cristãos como culpados. O efeito já era de prever: sairam três editos de Diocleciano, que ordenavam:

a) a destruição das igrejas e dos livros cristãos;

b) o encarceramento do clero;

c) a aplicação das leis contra os cristãos. E' inacreditável quantos e quão atrozes foram os padecimentos dos mártires nessa décima perseguição. [16] Num mês houve 16.000 vítimas. Enfim, Diocleciano e Maximiano abdicaram, e os dois césares (Galério e Cloro) se tornaram "Augustos". Não se sabe por que motivo Diocleciano deixou o trono, se por remorsos ou por querer sempre gente forte no govêrno. Maximiano é certo que foi obrigado por Diocleciano. Maximiano quis mais tarde voltar ao poder tentando matar Constantino. Mas, descobrindo-se a trama (pois matou outro na cama de Constantino), teve êle mesmo de escolher o gênero de morte que preferia padecer. Galério foi grande perseguidor dos cristãos, porém na sua horrorosa doença publicou um edito de tolerância, morrendo, ainda assim, desesperado, roído pelos vermes.

Os novos imperantes eram Galério com Maximino Daia, e Severo com Constantino.

Maximino era um selvagem; restaurou a perseguição, mandando publicar calúnias, atas falsas e o mais que surtisse efeito. Tudo teve fim pela fome e peste, horrorosas como nunca dantes. Só os cristãos (os que restavam, pois uma parte foi expulsa da cidade a que atearam fogo) é que se compadeciam e enterravam os mortos.

Constâncio Cloro, que pusera têrmo à perseguição no Ocidente (era espôso de Santa Helena) morreu catecúmeno, sucedendo-lhe o filho Constantino, pagão ainda, mas bem intencionado.

Maxêncio, filho de Maximiano, Augusto ilegítimo, era também perseguidor dos cristãos, embora às vêzes abrandasse por política. Constantino tinha que guerreá-lo porque invadira a

Récia, dependência de Constantino. (Outros dizem que foi Maxêncio o primeiro a declarar guerra a Constantino, para vingar a morte de Maximiano, seu pai.) Marchou, pois, êste para Roma, porém com poucas fôrças, enquanto Maxêncio as possuía abundantes. Em caminho lembrou-se de que seus antepassados se punham sob a proteção dos deuses ao marchar para a guerra. Por isso colocou-se sob a proteção do Deus dos cristãos. Teve então êle, como todos os seus soldados, a prodigiosa visão da cruz luminosa nos ares com a inscrição "in hoc signo vinces".

Constantino só compreendeu o significado dessas palavras, quando lhe apareceu Nosso Senhor, mandando marcar o lábaro e os escudos com o sinal da cruz, o que logo executou, entrelaçando ainda no lábaro as letras X P.[17]

Deu-se o encontro de Constantino com Maxêncio na ponte Mílvia, onde o exército de Maxêncio foi desbaratado e êle mesmo precipitado no Tibre.

Em 312, Constantino, com seu cunhado Licínio (nomeado Augusto por Galério), emite o edito de tolerância em favor dos cristãos. No ano 313, Constantino publicou o edito de Milão, dando tôda a liberdade aos cristãos, autorizando conversões, restituindo bens, etc.... Êsse edito teve todo o vigor também no Oriente, porque Daia foi vencido por Licínio, que invocou o Deus verdadeiro contra os falsos, em oposição a Daia.

Infelizmente Licínio recaiu no paganismo e posteriormente foi vencido por Constantino.

1) Tert. Apol. c. 5; De Rossi, Bolletino III, 37. 99. — 2) Tert. c. 40: "Si Tiberis ascendit ad moenia, si Nilus non ascendit in arva, si caelum stetit, si terra movit, si fames, si lues, statim christianos ad leones." — 3) Tácito, Anal. XV. — 4) Orosius, Hist. VII, 7. — 5) Justin. Apol. I, 69 e Eus. H. Ecl. IV, 9 trazem o decreto de Adriano dirigido a Minúcio Fundano, procônsul. Entretanto, a profanação de santuários cristãos em Jerusalém, por Adriano, mostra que êle não era tão favorável aos cristãos (Spartian. Hadr. c. 22). — 6) Brück, em nota ao § 13 de sua história, declara que Apolinaris se engana a respeito do nome "legio fulminatrix", com que já era designada no tempo de Augusto a legião de Mélita, mas insiste em ser o fato incontestável, tanto que o Senado de então mandou cunhar moedas comemorativas. — 7) Döllinger, Hipp. u. Calistus, p. 187. Márcia era espôsa do imperador, mas de condição inferior. — 8) Tert. ad Scap. c. IV diz da Caracala: "Lacte christiano educatus." — 9) Dio. Cass. 78, 12: Macrino deu liberdade e agraciou cristãos já condenados como réus de lesa-majestade. — 10) Lamprid. Severus, c. 22. "Christianos esse passus est." — 11) Euséb. Hist. E. VI, 21. Maméia, mãe de Alexandre, protegia muito Orígenes. — 12) Jul. Capil. Maximin. cita provas de sua crueldade, felizmente de curto reinado. — 13) Cypr. de lapsis, cap. 6. — 14) Lact. de morte persecut. c. 6. "Inter initia sui furoris (Aureliano) exstinctus est." — 15) A. Lutolf, Die Glaubensboten der Schweiz vor St. Gallus, 125 pp. contém novas pesquisas. — 16) Eus. Hist. E. VIII e Lact. de morte persecut. c. VII passim: "Vexabatur ergo universa terra..." — 17) Eus. Vita Const. I, 27 e S. Eusébio, c. 29 e Lact. de morte persecut. c. 44 e Socrat. H. E. I, 3.

§ 12. Mártires cristãos.

Os mártires cristãos foram desde o comêço venerados de modo especial, o que se pode averiguar:

a) pelos nomes honoríficos que lhes tributavam;

b) pelo grande valor e aprêço em que tinham sua intercessão em abreviar aos lapsos[1] o tempo de penitência;

c) pelos sepultamentos solenes que lhes davam;

d) pelo modo de festejar os aniversários de suas mortes (dia natalício para o céu), celebrando a missa sôbre seus túmulos, os quais eram muito visitados.

A declaração de alguém ser considerado mártir era feita pelos Bispos.

As perseguições não deixaram de trazer proveito à Igreja, pois,

a) confirmaram mais uma vez a garantia de Nosso Senhor: "et portae inferi non praevalebunt adversus eam."

b) com o seu sangue os mártires provaram a verdade do cristianismo,

c) as perseguições expurgavam de maus elementos a verdadeira Igreja de Cristo, e afervoravam os que permaneciam fiéis.

Quanto ao número de mártires, nem são onze milhões, como alguns pretendem, nem tão poucos, como afirma o protestante Dodwell[2], que, aliás, depois se retratou. Que são muitíssimo numerosos sabemos com certeza, pois Eusébio assegura que, imperando Marco Aurélio, morreu um número quase infinito de mártires. Dos sacrificados em tempo de Nero, diz Tácito que era "multitudo ingens." Diocleciano e Maximiano declaram haver destruído o cristianismo. ("Delecto nomine christiano".)

Verdade é que Orígenes diz terem sido poucos os que pereceram. De fato assim foi até ao reinado de Décio (em que viveu Orígenes). Porém mesmo êsse historiador quis apenas indicar que maior foi o número dos sobreviventes.

Calcula-se em dois milhões, ao menos, o número de mártires.

1) Lapsos, ou apóstatas convertidos, eram penitentes públicos. — 2) Ruinart. Acta martyrum, op. et stud. collecta. Ratisb. 1859.

§ 13. Ataques à Igreja e sua defesa.

I. **Ataques diretos.** — Consistiam em tentativas de refutação das doutrinas cristãs. Essa pretensão tiveram-na vários escritores, sobressaindo as seguintes obras:

A) "Discurso verdadeiro", obra célebre do filósofo Celso. Êsse escrito, que tanto mal fêz, como sabemos por Orígenes, já não existe senão num fragmento. Celso fêz um judeu proferir calúnias contra Nosso Senhor, e depois o autor mesmo ataca a pessoa de Jesus Cristo e o apresenta aos leitores como um aventureiro ordinário que, com uma turma de marinheiros, tentou impor-se ao povo, fazendo milagres aparentes, mas por castigo foi crucificado. A moral por Jesus ensinada não é nova, e o que tem de bom é tirado dos gregos antigos. Os que seguem a doutrina de Cristo são apenas a plebe e os criminosos. Orígenes refutou brilhantemente tal acervo de calúnias.

B) "Morte do peregrino", obra escrita por Luciano de Samósata, que preferiu seguir o caminho da ridicularização. Nessa obra (que ainda existe), apresenta aos leitores um péssimo aventureiro do Helesponto (pederasta, adúltero, parricida), que se fêz cristão na Palestina e foi muito honrado por seus correligionários. Por ser cristão foi encarcerado, mas soltaram-no mediante auxílio dos cristãos. Voltou depois ao Helesponto e suicidou-se em Roma.

Luciano, tentando pôr a ridículo os cristãos, manifesta-lhes assim a pureza, caridade, desinterêsse e mais virtudes.

C) Os quinze livros de Porfírio contra os cristãos. Foi o adversário que melhor conhecia o cristianismo (talvez um apóstata). Mostra grande sagacidade em manejar sofismas e aproveitar as supostas contradições da Sagrada Escritura. Refutaram essa grande obra quatro apologistas em épocas diferentes, entre os quais Eusébio e Apolinário, o que constitui um critério para aquilatar a importância da obra.

II. **Ataques indiretos.** — Eram tentativas de regenerar o paganismo, na segunda metade do terceiro século.

A) A bancarrota completa da filosofia e da religião pagã teve por resultado um desalento geral. Daí nasceu a idéia de infundir vitalidade nova às antigas doutrinas de Platão e Aristóteles, e dar-lhes ainda um cunho religioso por causa do povo miúdo. Assim a escola inaugurada era o teosofismo ou neoplatonismo (porque, embora misturadas com muitas outras, as idéias de Platão suplantavam as demais). Essa escola teve origem já no século segundo, em Alexandria, onde, desde o tempo de Filo, existia uma escola sincretista (com o fim de unir as idéias religiosas do Oriente e Ocidente).

Amônio Sacas foi o fundador do neoplatonismo. Porém mais célebre se tornou seu discípulo Plotino, que era o Platão redivivo com menos erros, de modo que teve até influência sôbre Padres da Igreja. A escola neoplatônica, muito freqüentada por causa de sua virtude, morreu quando mais prometia florescer. Embora não diretamente anti-cristã, prejudicou muito o cristianismo. Os sucessores de Plotino foram nossos inimigos declarados. Jâmblico, pior que os outros, não era tão filósofo, antes teósofo (supersticioso). Daí a decadência. Constantino mandou fechar essa escola (que passou então à Ásia), por achá-la contrária ao cristianismo.

B) Outro modo de atacar indiretamente o cristianismo era o de propôr homens célebres como substitutos de Cristo. Assim Filóstrato escreveu a vida de Apolônio de Tiana, que é nada mais que uma imitação do Evangelho. Apolônio é em tudo semelhante a Cristo, até nos milagres e no reaparecimento (ressurreição). Com o mesmo fim, Porfírio e Jâmblico idealizaram Pitágoras, cuja vida escreveram. Pitágoras é um ente sobre-humano, carregado de dons, como o de perscrutar as consciências, profetizar, fazer milagres, etc.

III. **Defesa dos apologistas.** — Com o fim de rebater as calúnias dos pagãos e de lhes tornar conhecida a verdadeira religião (e assim melhorar também a sorte dos cristãos), muitos eruditos (como S. Justino, Eusébio, Orígenes, Tertuliano, Atenágoras e outros) escreveram a apologia do cristianismo. Fizeram-no por diversos modos:

A) Acusando os juízes pagãos de usar de duas medidas, pois bastava alguém ser cristão para ser atormentado, sem possibilidade de defesa. Os demais réus eram atormentados, até confessar seus crimes, os cristãos o eram até os negar.

B) Desfazendo as várias acusações contra os cristãos:

a) Imputavam-lhes o crime de ateísmo. Respondiam os apologistas: São ateus por não adorarem os deuses falsos, sim, mas não por negarem culto ao Deus verdadeiro.

b) Acusavam-nos de crimes de lesa-majestade. A resposta era: "Sim, é verdade; honras mentirosas, adorações aos imperadores, nunca o fariam. Mas veneração e obediência nunca lhes negariam. Jamais os Césares tiveram súditos tão leais, que, longe de os ofender, até por êles rezavam. Pagavam seus impostos. Nas ocasiões difíceis eram êles os únicos a permanecerem fiéis aos soberanos, enquanto os pagãos desertavam!" Assim os defendia Tertuliano na sua estimada obra apologética, que (embora em estilo obscuro) encerra muita doutrina.[1]

As acusações dos crimes de impureza e ceias fiestinas não eram mais difíceis de se rebaterem. Pois se os cristãos nem podiam assistir aos combates de gladiadores e à morte dos justiçados, nem beber o sangue

dos animais (o que os pagãos sabiam, tanto assim que, para os tentar, lhes davam salchichas), como poderiam atribuir-lhes banquetes sanguinolentos? [2]

Se nem em pensamento era permitido o vício impuro, como o fariam por obras? Como se explica então o vínculo cristão do matrimônio? Como o grande aprêço em que tinham a virgindade? [3]

d) Quanto a serem os cristãos raça que fugia da publicidade, respondiam os apologistas que todos podiam ouvir as doutrinas do cristianismo, mas também que tôdas as religiões tinham os seus mistérios para os não iniciados.

e) Diziam ser religião nova? E' mais antiga que o mais antigo paganismo (Antigo Testamento).

f) Tomavam os cristãos por selvagens? A resposta era: "Somos homens, como vós, para todo trabalho, comércio, indústria, artes e ciência. Como vós, somos úteis à sociedade." [4]

C) Mostrando diretamente a divindade do cristianismo e sua sublimidade. Para êsse fim as apologias referem as profecias do Antigo Testamento, cumpridas tôdas, até as mínimas, na pessoa de Nosso Senhor. Mostram como é superior à doutrina filosófica pagã a doutrina cristã: criação, Deus uno e trino, encarnação, etc. Para mais evidenciar aos pagãos a bondade desta nova religião, põem-lhes diante dos olhos os efeitos salutares nos seus adeptos. E, como mais patente milagre, estava patente aos olhos do mundo a rápida difusão do cristianismo, apesar de perseguido.

1) Tert. Apol. c. 35. No mesmo sentido, Tatianus, Oratio contra Graecos c. 4 e Justin. Apol. I. 17. — 2) Theoph. ad Autol. III, 15 e Tatianus op. cit. 25 e Tert. Apol. c. 9 e Min. Felix cc. 3, 31 de Oct. — 3) Min. Fel. Oct. 31. — 4) Tert. Apol. c. 42.

B. Desenvolvimento interior da Igreja.

I. CONSTITUIÇÃO DA IGREJA.

§ 14. Clero e laicato.

A Igreja recebeu do próprio Jesus Cristo sua constituição primitiva, que jamais foi mudada em sua essência, mas apenas desenvolvida para se adaptar à necessidade dos tempos. Assim era mister que fôsse, para cumprir sua divina missão. Em tôda parte, a Igreja era uma só na fé e na disciplina, tanto assim que os primeiros cristãos sofriam perseguições em qualquer parte e estavam sujeitos às mesmas penas eclesiásticas. O que nunca se deu foi uma igualdade absoluta entre os membros da Igreja, pois desde o princípio se distinguiam duas classes: o clero e os leigos. [1]

Nisso a Igreja não fêz mais do que seguir o proceder do divino Fundador, que, dentre os discípulos, escolheu doze para apóstolos, que, por sua vez, reservavam em cada igreja recém-

fundada um ou alguns membros para os auxiliarem na administração dos sacramentos, na pregação e no govêrno dos fiéis. Se os hereges, explicando falsamente alguns textos bíblicos, não faziam diferença entre o clero e laicato, eram por isso acusados e repreendidos nos escritos dos Santos Padres. [2]

1) Clem. Rom. I Ep. ad Cor. c. 40-43 já refere essa diferença conhecida na Igreja. — 2) Tert. de Praescript. Haeret., c. 41.

§ 15. Graus hierárquicos.

A hierarquia cristã constituiu-se desde logo com os graus de Bispo, presbítero e diácono. Nem obsta à diversidade de Ordens o fato de, na S. Escritura, designar-se com o nome apelativo de presbítero o Bispo e o simples sacerdote, porque, se um era o nome, várias e bem definidas eram as funções, sobressaindo as atribuições do Bispo na direção das assembléias cristãs. Os Santos Padres são unânimes em afirmar a existência das suas dignidades e de seus direitos. [1]

Alguns textos de S. Jerônimo e S. Ireneu parecem ambíguos, mas devem explicar-se como sempre, por outras passagens mais claras dos mesmos escritores, sôbre o mesmo assunto. Ora, S. Jerônimo assevera ser de instituição divina a superioridade do Bispo sôbre os demais sacerdotes. E quanto a S. Ireneu, ninguém melhor do que êle distinguiu as duas dignidades eclesiásticas. [2]

Episcopado. — Embora no princípio fôssem os Bispos escolhidos pelos apóstolos, posteriormente eram eleitos pelos demais Bispos próximos da sede vacante ou recém-criada, ouvida a opinião do clero local e do povo. Cada diocese (paróquia) tinha o seu Bispo único, a quem competia a celebração do S. Sacrifício, a pregação e administração dos sacramentos, além da superintendência geral de sua grei.

Os presbíteros tinham os mesmos poderes do Bispo, menos o de conferir o sacramento da Ordem, e dependiam do seu Bispo no exercício das funções sacras.

Os diáconos, auxiliares do Bispo no altar, podiam pregar, batizar e distribuir a S. Comunhão. Mas o principal era cuidar da administração temporal sob a orientação do Bispo, e de fiscalizar a ordem nas assembléias, ágapes, etc. Se abusavam de seus poderes, estavam sujeitos a severas penas.

Já na metade do século III eram abundantemente conhecidas, além do subdiaconato (para os que auxiliavam os diáconos), as quatro Ordens menores, conforme se depreende da epístola de Cornélio Papa, de S. Cipriano e de outros documentos. [3] A tonsura que, na forma em que existe hoje, é do século V para o clero secular, é mais antiga entre os monges e, como diminuição de cabelo, ainda hoje o é muito mais.

As diaconisas, que deviam ocupar-se com as senhoras e com os doentes, jamais receberam Ordem alguma.

Nas paróquias rurais havia ora Bispos, ora sacerdotes administradores, com residência no local ou simplesmente visitantes. Os Bispos se

ocupavam com a formação do clero. Os sacerdotes não possuíam riquezas, mas viviam do seu trabalho e de esmolas e ofertas, sendo estas também aplicadas ao culto e aos pobres.

1) S. Paulo, Tit. 1, 5: "Hujus rei gratia reliqui te Cretae, ut... constituas per civitates presbyteros. — 2) Iren. adv. Haer. IV, 26, 2. — 3) Eus. VI, 43.

§ 16. Sínodos e metrópoles.

Longe de ser imitação de reuniões pagãs ou doutras instituições já existentes, os sínodos ou concílios se celebraram desde o tempo dos apóstolos (o primeiro em Jerusalém no ano 51), por razões de necessidade ou conveniência. O mesmo se fazia sempre que havia motivo razoável, v. g., contra os hereges. Os Bispos é que constituiam o sínodo, mas os sacerdotes e diáconos eram muitas vêzes consultados, como S. Atanásio, diácono, no concílio Niceno, em 325.

Independentes de outras instituições pagãs ou judaicas, criaram-se as metrópoles, não por serem capitais do govêrno civil, senão por serem igrejas-mães, às quais rendiam homenagem e se conservavam em certa dependência as demais igrejas que daquelas tiravam origem. Ora, como, em geral, os apóstolos escolhiam os grandes centros para teatro de suas pregações, coincidia, ainda que não sempre, ser a capital civil também a igreja metropolitana. O metropolita não é, pois, de origem divina.

§ 17. O Pontífice Romano.

O primado conferido por Jesus a S. Pedro devia passar aos sucessores dêste, pois tinha o fim de conservar a unidade da Igreja na doutrina, no regime universal e nos sacramentos. Essa jurisdição do Pontífice Romano, sucessor de S. Pedro, foi logo reconhecida por todos, tanto que, ainda em vida de S. João, apóstolo e Bispo de Éfeso, não foi a êste, mas ao Papa S. Clemente que os coríntios recorreram para dirimir suas questões.[1] Nem S. João o reprovou, nem o Papa se escusou, nem os coríntios rejeitaram suas decisões. São irrecusáveis os testemunhos do primeiro e segundo séculos, unânimes em afirmar que a Igreja romana é a primeira e a ela pertence dirigir as demais igrejas. S. Inácio, S. Ireneu, S. Cipriano, Tertuliano e muitos outros, em seus escritos[2], reconheceram ao sucessor de Pedro a incontestável supremacia de jurisdição, não só de fato, mas de direito, dizendo, por exemplo, que "à de Roma devem conformar-se as demais igrejas"[3] e que "o Papa é o sucessor de S. Pedro."

Enfim, o procedimento dos Bispos em recorrer a Roma nas questões mais graves; o cuidado dos Papas em resolvê-las, em impôr penalidades ou em perdoar; as cartas de sínodos a pedirem aprovação; o empenho dos hereges em atrair o Papa ao seu partido, ou em procurá-lo (se queriam voltar ao grêmio da Igreja), tudo mostra que o primado romano é reconhecido no alvorecer do cristianismo. A questão de S. Ireneu com o Papa S. Vítor sôbre a festa da Páscoa não indica que o primeiro rejeitou a existência do direito dêste, mas que apenas o julgou severo. Na de S. Cipriano com o Papa Estêvão, o primeiro reconhece explicitamente os direitos papais, mesmo no caso vertente.

1) Funk, Ep. I ad Cor. c. 63. — 2) Funk, Patres Apost. I, 212. — 3) Iren. Adv. Haeret. III, 3.

II. DESENVOLVIMENTO DA DOUTRINA. PADRES APOSTÓLICOS E ESCRITORES ECLESIÁSTICOS.

§ 18. Padres apostólicos.

A diferença entre os Padres e os escritores é que a êstes falta alguma das qualidades daqueles. Pois os Padres deviam ter:

A) Antiguidade, embora nem todos concordem qual a antiguidade exigida. Assim, uns dão como Padres ainda S. Bernardo e S. Tomás; outros terminam com S. Gregório Magno e S. João Damasceno. E' preferível seguir a última opinião, porque para ser Padre da Igreja universal devia esta achar-se na infância, e quem dirá estar na infância a Igreja da Idade Média?

B) Ciência ortodoxa, por isso não basta ter defendido em alguma ocasião certos dogmas católicos contra uma heresia, mas exige-se integridade na fé e ortodoxia.

C) Santidade, o que devia constar pelo veredito da Igreja, pois os Santos Padres deviam ensinar também pelo exemplo.

D) Aprovação da Igreja, ao menos tàcitamente. A aprovação explícita se fazia por um Papa ou concílio. A implícita obtinha-se, quando, por exemplo, o martirológio ou povo o declarava Padre; ou, enfim, se seus escritos se liam pùblicamente na Igreja.

Há ainda outra classe de escritores denominados os doutôres. Êstes aliam, a uma doutrina eminente, a santidade da vida e têm aprovação eclesiástica, porém falta-lhes a antiguidade para serem considerados Padres.

Dentre os doutôres, são mais célebres no Oriente: S. João Crisóstomo, S. Atanásio, S. Gregório Nazianzeno, S. Cirilo de Jerusalém, S. Cirilo de Alexandria e S. Basílio Magno, S. João Damasceno (também são Padres da Igreja).

Na Igreja do Ocidente: S. Ambrósio, S. Jerônimo, S. Agostinho, S. Gregório Magno (até aqui, também Padres da Igreja, segundo a opinião já mencionada), S. Leão Magno, S. Pedro Crisólogo, S. Isidoro de Sevilha, S. Pedro Damião, S. Anselmo, S. Bernardo, S. Tomás de Aquino, S. Boaventura, S. Hilário, S. Afonso de Ligório, S. Francisco de Sales, S. João da Cruz, S. Pedro Canísio, S. Roberto Belarmino, S. Alberto Magno.

Na Tradição (que forma com a S. Escritura as fontes da doutrina revelada) segue-se esta ordem:

1) Concílios;
2) Pontífices Romanos;
3) Santos Padres;
4) Consenso dos teólogos.

A grandíssima autoridade dos Padres lhes vem de serem doutôres da Igreja e historiadores dos primeiros séculos.

Padres Apostólicos.[1] Quais os que merecem êsse título? Há duas opiniões:

A) Uns chamam assim aos que floresceram no século I, incluindo os autores do livro *Didaché*.

B) Outros dizem que o são sòmente os discípulos dos apóstolos. Para nosso estudo adotamos a primeira opinião, como se verá na enumeração dos escritores.

Caráter dos escritos. Nos primeiros tempos do cristianismo, em vista dos carismas e milagres, a religião (claro está que aqui só se fala da religião cristã em suas relações com seus adeptos) não era atacada, de

modo que os Padres não precisavam fazer apologias e demonstrações. Produziam, portanto, só escritos de ocasião, em geral em forma epistolar, imitando o estilo da S. Escritura.

Escritos mais importantes:

A) **Didaché,** que andou perdida por muitos séculos. Era muito citada nos tempos antigos e, depois de achada, puderam averiguar quanto os escritores antigos fizeram uso dela. Em 1883 Brienius, Arcebispo de Constantinopla, a publicou. Fôra achada num Códice de Jerusalém, do ano 1056, juntamente com uma epístola de S. Barnabé e duas de S. Clemente Romano.

Tempo. Segundo os protestantes, a *Didaché* foi escrita só pelos anos 120 até 160, porém com razão é colocada entre os anos 50 e 70, porque deve preceder à epístola de S. Barnabé, que foi escrita em 75 ou 76.

Lugar. Não se sabe ao certo o lugar da composição do livro. No Egito não foi, porque fala dos montes. Talvez fôsse na Síria ou Palestina, onde abundavam os hipócritas, de que se faz menção no livro.

Autor, desconhecido, o que não lhe tira a autoridade.

Conteúdo. A didaché consta de três partes: 1.ª: moral: os dois caminhos, cap. 1-6; 2.ª: liturgia: batismo 7, jejum e oração 8, eucaristia 9-10; 3.ª: disciplinar: sócios, superiores, pregadores 11-15; e conclusão: Vigilate... Dominus veniet, 16.

B) **Epístola de S. Barnabé.** Ao apóstolo Barnabé a antiguidade atribuiu uma epístola dogmática e moral, dirigida a judeus convertidos. Porém a opinião hoje em voga é que S. Barnabé não foi o autor, porque um apóstolo não diria que o Antigo Testamento só era alegoria, como se afirma na epístola. Os defensores da primeira opinião retrucam que o autor não diz que é só alegoria, mas que, além do valor obrigatório, tem um valor alegórico. Enganam-se, porém. Talvez fôsse um outro Barnabé do I século, porque epístola dum apóstolo não teria um argumento como êste: retrair os judeus da lei antiga, pois que esta nem aos outros judeus antigos obrigava. (Daí se vê que nega o valor obrigatório do Antigo Testamento.)

C) **Epístolas de S. Clemente Romano** (4.º Papa). Entre as várias cartas, é certo que a primeira aos coríntios foi escrita depois da perseguição de Domiciano, por ocasião de uma desordem promovida por alguns presbíteros novos que nessa igreja pretendiam destronar os antigos. Foi essa carta uma das mais estimadas, e por isso lida durante a missa. S. Clemente toca nos seguintes pontos: SS. Trindade, hierarquia, relações entre Bispos e leigos, e muita outra doutrina.

Argumento e divisão da carta: a) Causas gerais da desordem, isto é, inveja e soberba; b) Causas particulares da desordem na igreja de Corinto; c) Exortação à paz, lembrando a ressurreição para a qual traz como exemplo (não como prova) a renovação da fenix. Tal comparação não tira o valor da carta.

Outros escritos. Dos outros escritos atribuídos a S. Clemente, a segunda carta aos coríntios e duas às virgens e ascetas, não consta ao certo se lhe pertencem; as "Clementinas" e as "homílias" são evidentemente apócrifas. Mas alguns hereges se valem delas por causa da grande auto-

ridade de S. Clemente, que dizem ser a segunda (depois de S. Pedro). Alguns até pensavam que S. Clemente era sucessor imediato de S. Pedro, o que não se admite, pois, apesar de tôdas as variantes nesse ponto, é certo que Cleto e Anacleto é uma só pessoa e que êste, como Lino, precedeu a S. Clemente.

D) **Cartas de S. Inácio de Antioquia.** — Autor: S. Inácio, Bispo, provàvelmente foi discípulo de S. João. Sendo levado para Roma, a fim de sofrer o martírio no reinado de Trajano, foi muito bem recebido em várias igrejas, especialmente na de Smirna, donde escreveu aos efésios, magnesianos, tralianos e romanos. De Tróade escreveu a Smirna, a Filadélfia e a Policarpo, Bispo de Smirna e discípulo de S. João.

Escritos: Estas sete cartas tinham grande autoridade na Igreja primitiva. Há três versões diferentes: a) extensa, b) breve, c) brevíssima (Siríaca). Qual delas é a verdadeira? Os protestantes negam a autoridade de tôdas. Os católicos hoje concordam que provàvelmente a segunda (breve) é a verdadeira porque sempre os escritos antigos a trazem. Há provas para a genuinidade do texto grego, que o põem fora de dúvida. Êsse texto, que tantos argumentos oferece em favor do primado, é contra os protestantes. Quanto à brevíssima (terceira) ou siríaca, já foi demonstrado que é sòmente um excerto das cartas de S. Inácio (como de outros escritores) feito por um monge que delas quis tirar o que lhe servia, sobretudo de ascética, para uso próprio. Atribuem-lhe mais oito cartas, mas são apócrifas.

Argumento: O fim de S. Inácio é afastar, ou, melhor, premunir os fiéis contra as heresias; por isso o argumento das epístolas é defender as doutrinas atacadas, seja a divindade de Nosso Senhor ou sejam outras. Traz ainda preciosos documentos acêrca da SS. Trindade, SS. Eucaristia e primazia da Igreja de Roma. Eis o motivo por que os protestantes pretendem contestar o valor das cartas de S. Inácio. Pois, se as epístolas são autênticas, os protestantes têm contra si, e em favor do primado de Roma, um testemunho dos primeiros séculos.

Ora, êles dizem que só mais tarde é que inventaram tal primado; por conseguinte, rejeitam a autenticidade das epístolas.

Objeções. a) S. Inácio foi martirizado em Roma, dizem; mas a lei é que fôssem martirizados onde moravam. Resposta: A lei era esta, só quando não havia razões particulares. b) Por que não foi por mar e fêz por terra viagem tão longa? Resposta: Provàvelmente não havia ocasião de fazer por mar tôda a viagem, por falta de navio, o que acontecia freqüentemente. c) Nas cartas há certas frases dos gnósticos. Ora, S. Inácio viveu antes dos gnósticos. Portanto, a carta é posterior e apócrifa. Resposta: A mesma dificuldade proferiram contra a epístola de S. Paulo aos filipenses. Responde-se: a) se há frases semelhantes às dos gnósticos, foram êstes os plagiadores, e não S. Inácio. b) Eram conhecidas (embora não por escrito) certas frases dos gnósticos no tempo de S. Inácio. Até pode ser que êste as empregasse para lhes dar o sentido verdadeiro.

N. B. A I e II objeções se referem aos lugares onde foram escritas as cartas. Negando-se que S. Inácio tenha passado por tais lugares, nega-se também a autenticidade das cartas. Mas, como se vê, nada provam tais objeções.

E) **Carta de S. Policarpo,** Bispo de Smirna, discípulo de S. João. Foi primaz de tôda a Ásia. No papado de Aniceto foi a Roma tratar da época (ainda então variável) da festa da Páscoa. Escreveu várias cartas, das quais só nos resta uma aos filipenses, cuja autenticidade ninguém nega.

F) **Pastor de Hermes.** Autor. Quem fôsse, ninguém sabe. Uns o identificam com o Hermas de que fala S. Paulo na epístola aos romanos. Outros, segundo o fragmento muratoriano, o julgam irmão de Pio I, Papa.

Valor. Tôda a importância dêsse escrito consiste em ser a primeira tentativa de escrever um livro de moral cristã. Porém não é completo e contém alguns erros. S. Jerônimo não o leva em grande conta. — Argumento e divisão. Essa obra, a mais extensa dos Padres Apostólicos, trata de dar ensinamentos e preceitos. Divide-se em: a) visões em que a matrona Hermas, representando talvez a Igreja, está passando por vários graus, entre o pecado e glória; b) 12 "Mandamentos". O VI mandamento traz as regras "discernendi spiritus". c) Semelhanças em que um anjo em forma de Pastor está ensinando a Hermas os mandamentos de Deus.

G) **Pápias,** Bispo de Hierápolis, escreveu um livro de que só existem fragmentos. Seu fim é trazer palavras de Nosso Senhor, que não se acham nos Evangelhos, para o que se informava com os discípulos de Jesus. Infelizmente, perdeu-se o livro. E' certo que Pápias foi discípulo de S. João. Os fragmentos contam a origem dos quatro Evangelhos e por isso gozam de muita estima.

H) **Carta a Diogneto.** Diogneto era pagão; porém mais não sabemos do destinatário nem do autor. Talvez fôsse escrita no comêço do segundo século. Nega-se a autenticidade dos dois últimos capítulos.

1) Funk, Opera Patrum Apostolicorum. 2 vol. Tüb. 1878 é a edição melhor e mais completa. Foi reeditada em 1931.

§ 19. Escritores do século II.

A) **Aristides**[1], filósofo cristão de Atenas, dirigiu notável apologia ao imperador Adriano[2], que ficou menos cruel por algum tempo.

B) **S. Justino,** nascido na Palestina, de pais pagãos, dedicou-se à filosofia, para a qual tinha decidida inclinação. Em busca da verdade, passou por várias escolas (a estóica, a peripatética, a pitagórica e a platônica, agradando-lhe mais a última). Enfim, num passeio, encontrou-se com um venerando ancião que, tendo-o reconhecido por seu manto de filósofo, entabolou conversa com Justino sôbre a verdade do cristianismo, as profecias, os mártires, etc. Justino deu-se ao estudo do cristianismo, que veio a abraçar, recebendo o batismo. Viajou depois a fim de melhor o estudar e ensinar.

Escreveu duas apologias, porém duvida-se da autenticidade de uma. A que dirigiu a Antonino Pio é longa e esplêndida. E' a primeira. Conteúdo: a) Os cristãos não são ateus. b) O culto dos falsos deuses. c) Não são inimigos do império. d) Prova a verdade do cristianismo pelo cumprimento das profecias.

A segunda, dirigida ao senado, é um breve complemento da primeira. S. Justino diz que, por ser cristão, espera de Crescêncio a sua morte, como os mais cristãos, que, porém, não se suicidam porque não têm direito sôbre a vida e porque a vida que Deus lhes concede é uma provação.

O "Diálogo de Trifon" é o melhor livro de S. Justino. Dizem que é um diálogo verdadeiro (não fictício) com Trifon, filósofo judeu, enquanto passeava em Éfeso. O argumento é mais ou menos êste: vós, judeus, reconheceis a Bíblia, como nós; portanto, cristianizai-vos. Temos também nesse escrito mais um testemunho para a autenticidade dos Evangelhos e do Apocalipse, como também para a crença na inspiração do Antigo Testamento. [3]

C) S. Justino teve por discípulo **Taciano,** que só durante a vida de seu mestre andou correto na doutrina. Depois o orgulho o precipitou no gnosticismo, tornando-o fundador de nova seita: a dos encratidas ou continentes, que professavam uma moral exagerada. Nos seus escritos contra os pagãos é igualmente em superlativo que fala. A "Harmonia dos Evangelhos" (Diatessáron) já foi escrita no tempo da heresia.

D) **Atenágoras.** Pouco sabemos de sua vida, mas suas obras merecem todo o acatamento. A "Legatio pro christianis" [4] é uma apologia perfeita em favor dos cristãos, vítimas das acusações do paganismo, imoralidades e ceias tiestinas. No livro "De resurrectione mortuorum" prova a ressurreição dos corpos, pedra de escândalo para os pagãos.

E) **Teófilo de Antioquia,** Bispo, dirigiu a Autólico, pagão lido e bem intencionado, três livros em que lhe mostrava a verdadeira religião, depois de patentear a inanidade dos cultos pagãos. Ao menos quanto ao estilo (não menos, porém, quanto ao fundo) dizem ser a mais perfeita apologia. [5]

F) **Hermas** não refuta nem analisa muito a filosofia pagã, no seu livro "Irrisio gentilium philosophorum", mas justapõe as mais opostas e extravagantes opiniões pagãs, umas ao pé das outras, fazendo sobressair as aberrações e obscuridades das inteligências.

G) **S. Irineu** [6], nascido em 140 na Ásia Menor, era discípulo de S. Policarpo. Foi para a Gália com o Bispo Potino, a quem sucedeu na Sé de Lião. Seu martírio deu-se na perseguição de Setímio Severo. Seus cinco livros "Tratado das heresias" ou "libri quinque contra haereses" são uma suma antiga das verdades cristãs. Seu fim era refutar os gnósticos que ameaçavam a Gália. Pena é que nos restem sòmente alguns fragmentos do original. Temos, porém, a tradução latina que é bastante exata, embora difícil.

Conteúdo: no primeiro livro expõe o gnosticismo; no segundo o refuta só pela razão (contra Valentiniano); no terceiro o refuta pela S. Escritura e pela Tradição, mostrando assim que também esta é fonte da verdade revelada; no quarto prova que Deus, o Criador, é o Pai de Nosso Senhor Jesus Cristo e que êste não é uma emanação; no quinto mostra o Espírito Santo dirigindo a Igreja Católica. [7]

1) E' S. Aristides, cuja festa se celebra a 31 de agôsto. — 2) Paschini, Lezioni di Storia, vol. I, cap. VII, 5, supõe-na dirigida a Antonino, e diz que essa é a primeira apologia, pois que já não possuimos a mais antiga, a de S. Quadrato, Bispo de Atenas. No texto acima damos a opinião de Brück. — 3) Algumas obras de S. Justino perderam-se e outras lhe são atribuidas sem fundamento (Brück, vol. I, § 23). — 4) Dirigida ao imperador Marco Aurélio e a seu filho Cômodo (Brück, loc. cit.). — 5) Eus. H. E. IV, 24. — 6) Freppel, Saint Irénée, Paris, 1861. — 7) No tempo de S. Ireneu um cisma ameaçou a Igreja: o caso de alguns Bispos da Ásia se terem negado a aceitar a decisão do Papa S. Vitor sôbre a festa da Páscoa. Já o Sumo Pontífice ia fulminar a excomunhão, quando S. Ireneu se apresentou como medianeiro: aplacou a justa ira do Papa e escreveu com êxito a vários influentes dentre os rebeldes. S. Ireneu é ortodoxo nos seus escritos, apesar de seus errinhos, por exemplo, o supôr os anjos compostos de matéria finíssima.

§ 20. Escritores do século III.

Neste século a defesa do cristianismo tomou mais vulto contra os filósofos. Puseram-se então os fundamentos filosóficos da religião revelada. Em Roma, Edessa, Antioquia e, sobretudo, em Alexandria eram florescentes as escolas catequéticas cristãs. Em Alexandria ensinava-se filosofia, dogma e apologética.

S. Panteno (de cuja vida pouco sabemos) dirigiu a escola com grande aproveitamento dos discípulos.[1] Clemente, seu sucessor (ambos pagãos convertidos), não lhe ficava inferior no preparo intelectual como no zêlo pelo magistério. Porém teve que se ausentar da cidade devido à perseguição de Septímio Severo. Morreu em 202 na Capadócia, depois de ter fundado nova escola em Jerusalém. Escreveu quatro livros com o fim de induzir os pagãos a abraçar o cristianismo. Infelizmente alguns senões em seus escritos impedem de ser enumerados entre os Santos Padres.[2]

Orígenes[3], discípulo e sucessor de Clemente Alexandrino, é superior ao mestre. Dos escritores gregos é o mais importante e o mais estimado. Filho do mártir Leônidas de Alexandria, queria acompanhar o pai no martírio, mas, como a mãe lhe escondeu tôdas as vestes, teve de contentar-se com escrever a seu pai, animando-o a que não retrocedesse por amor à família. Nascera no ano 185 e como seus conhecimentos eram tantos, já com dezoito anos o Bispo Demétrio lhe confiou a escola de Alexandria. Foi a Roma visitar a Igreja mais antiga e, voltando de lá, continuou a dar lições, porém ajudado por Héraclas, seu discípulo, depois Bispo de Alexandria. Orígenes fêz várias excursões, numa das quais chegou à Palestina, onde foi ordenado sacerdote. Como, porém, não tinha licença de seu Bispo, êste não lhe reconheceu a ordenação e até o excomungou, no que foi confirmado por Roma. Voltou Orígenes a Alexandria quando Héraclas foi elevado ao episcopado, mas saiu de lá novamente excomungado. Errou em vários pontos, porém de boa fé, arriscando expressões suas. Esperava, contudo, a decisão da Igreja. Morreu na Arábia com 69 anos e ao que parece absolvido por um Bispo. Sua vida foi de pobreza, penitência e edificação para todos. Não obstante, foi nesse tempo a maior tentação para a Igreja porque, apesar de seus erros,

gozava de muita autoridade, de modo que no século VI disputavam ainda sôbre as doutrinas de Orígenes.

Seus escritos são numerosíssimos: há quem os conte até 6.000; S. Jerônimo reduz êsse algarismo à metade. Em três classes se podem agrupar os escritos de Orígenes: a) exegéticos, que, no tempo de S. Jerônimo, chegavam a mil, porém hoje só montam a um cento. Eram homílias originais, muito difusas e com muitas repetições (o que não é de estranhar, pois pregava cada dia e de improviso); b) apologéticos, o mais célebre é o livro contra Celso; c) dogmáticos, em que uniu o dogma à filosofia. Nessas obras, principalmente no livro "De principiis" [4], é que se encontram seus erros principais, como a criação necessária "ab aeterno", a reabilitação dos maus pela migração e reencarnação das almas... E' difícil especificar com exatidão os erros de Orígenes, porque outros falsificaram seus escritos, como o próprio autor lamenta.

S. Hipólito, grande amigo de Orígenes [5], escreveu o livro "Philosophumena" (embora fôsse atribuído a Orígenes e Tertuliano).

A vida de S. Hipólito é bem complicada, principalmente pela controvérsia, que há, se êle foi ou não novaciano. [6] Em todo caso, S. Hipólito queria ser Papa, por isso não reconheceu Severino como Sumo Pontífice, e fêz o primeiro cisma, em que ficou até ao pontificado de Ponciano, reconciliando-se então com a Igreja; morreu no exílio por sua fé. Esta morte é justamente que dá valor às acusações que êle faz contra os Papas Severino e Calisto; pelo menos é a isso que os protestantes se apegam para mostrar que houve Papas heréticos (i. é, antitrinitários) e relaxados na moral. Esquecem-se os senhores protestantes que S. Hipólito escreveu o seu livro durante o cisma, e que nisso não merece fé. Além do mais as acusações contra Calisto não têm fundamento, porque, se na vida dêsse Papa houvesse tantas manchas, êle não poderia ter sido ordenado, porquanto era costume consultar o povo na ordenação de um clérigo. A bancarrota, de que o acusa Hipólito, não o macula porque nada há que admirar-se da demasiada esperteza dos judeus que o enganavam.

O "ser fácil em absolver" também não é acusação séria, pois, sendo Papa, o podia fazer, tanto mais que as leis penitenciárias foram abrandadas, admitindo plena reconciliação logo após a penitência. Que permitisse o casamento de escravos com livres, contra a nulidade estabelecida pelo direito romano, fàcilmente se entende, considerando que o Papa é o supremo legislador, e que o número de cristãos escravos era maior que o de cristãos livres. Se daí houve abusos (abortos) não é culpa nem da lei, nem do legislador.

Outra acusação é que Calisto tolerou no Ocidente o costume oriental de não contar para a ordenação de clérigo os casamentos feitos antes do batismo, mas permitia que depois do batismo fôsse o clérigo casado uma só vez. Nenhuma dificuldade havia em o admitir, ou ao menos tolerar, também no Ocidente.

São essas as acusações principais que encerra o capítulo IX da Philosophumena. [7] Os primeiros capítulos ou livros expõem os vários sistemas filosóficos e diz que daí os heresiarcas tiraram seus erros.

Tertuliano [8], Quinto Sétimo Florêncio, nasceu em Cartago (160). Era de caráter fogoso, mas sombrio e concentrado. Exerceu a advocacia. Uma vez convertido, dedicou-se com todo

o entusiasmo aos interêsses da Igreja. Infelizmente só ficou sete anos na ortodoxia, passando depois (apesar de ser sacerdote) às fileiras dos montanistas, cujos rigores excessivos o atraíam. A maior parte de seus escritos compôs já como herege. Seu estilo é vigoroso, conciso, mas por vêzes obscuro. De suas obras: a) a apologia é obra prima, embora difícil para o entendimento; b) na polêmica (De Praescriptionibus) repele com ardor as inovações, exigindo que provem seus direitos para serem aceitas; c) a ascese (ramo predileto de Tertuliano) é rigorosa em excesso (De Pudicitia). Como católico era mais moderado (De Poenitentia).

Minúcio Felix [9], escreveu o "Octavius" num latim mui vernáculo, superado só por Lactâncio. E' uma apologia poética: um diálogo à beira-mar entre Cecílio (pagão) e Otávio (cristão). Êste rebate tôdas as objeções daquele, que termina por se converter.

S. Cipriano [10], Tráscio Cecílio, era professor de retórica em Cartago. Convertido pelo sacerdote Cecílio, foi ordenado sacerdote por Donato, a quem sucedeu, bem contra sua vontade, no episcopado, que se lhe tornou tão agitado e laborioso. Em breve a perseguição de Décio provocou apostasias. S. Cipriano (que, por ordem divina e prudência cristã, se escondera para dirigir sua Igreja) escreveu então do exílio muitas cartas aos fiéis de Cartago. Como o clérigo Felicíssimo com outros quatro, entre os quais Novato, inimigos todos de Cipriano, se aproveitassem de sua ausência para um cisma e admitissem novamente na Igreja os lapsos, sem exigir penitência, S. Cipriano escreveu o livro "De lapsis".

Seus escritos são apologéticos, polêmicos e práticos; todos muito simples e corretos na forma. E' para lastimar que tão heróico campeão da Igreja tivesse uma questão com o Papa Estêvão sôbre o rebatismo. S. Cipriano morreu mártir na perseguição de Valeriano. Escreveu a obra "De unitate Ecclesiae", provando que fora dela não há salvação, e contra Novaciano, mui rigoroso com os lapsos.

Arnóbio [11], já antes de ser batizado, escreveu "Disputationes adversus gentes", mostrando a inconseqüência e imoralidade do paganismo.

Lactâncio [12], é o Cícero cristão.

Comodiano é o primeiro poeta cristão, porém mais poeta que dogmático.

1) Só possuímos fragmentos das obras de S. Panteno. Migne, Patr. graec. V, 1327. — 2) Eus. H. E. V, 11; VI, 6. 13. 14; Freppel, Clement d'Alexandrie. Stromata. Migne, Patr. graec. VIII e IX. — 3) Eus. H. E. VI, 8, IV, 14, VI, 19. — 4) Dessa obra só existe a tradução latina de Rufino e um fragmento do texto grego adulterado. — 5) Döllinger, Hippol. und Kallistus, Ratisbona, 1853. — 6) Cf. De Rossi, Bolletino, 1881, pp. 1 seg. — 7) Migne, Patr. graec. tomo XVI. — 8) Freppel, Tertullien, Paris, 1864. — 9) Migne, Patr. lat. III. — 10. Freppel, Saint Cyprien, Paris, 1875; Peters, der hl. Cyprian., Ratisb., 1877. — 11) Migne, Patr. lat. V. — 12) Pertence, com mais razão, ao período seguinte. Cf. Brück, Kirchengesch.

III. HERESIAS.

§ 21. Heresias judaicas.

Por heresia entende-se aqui a escolha e adopção de certas verdades católicas, misturadas com algumas doses de paganismo ou judaísmo.

A) *Simão o Mago* é o pai de tôdas as heresias.[1] Não o é pelo fato de haver querido comprar com dinheiro os dons do Espírito Santo que via operar prodígios nos apóstolos, mas por ter engendrado uma doutrina de emanações divinas, desde a "Ennoia" (que dava o ser a outros espíritos) até às últimas emanações encarceradas nos corpos. Na pessoa de Simão apareceu o grande poder de Deus que opera a redenção dos homens, desde que êstes reconheçam em Simão a suprema virtude de Deus. Portanto, não há motivo de se respeitar o Decálogo. Em Roma pretendeu Simão obstar ao progresso do cristianismo nascente, como se lê em Filo, S. Justino e Eusébio. Não está provado, contudo, tenha êle devido a sua morte desastrosa às orações de S. Pedro.

B) Os *ebionitas*[2] negavam a divindade de Jesus, e prescreviam a lei judaica como absolutamente necessária à salvação. Contra êles e os cerintianos escreveu S. João o Evangelho.

C) Os *nazarenos*, que emigraram de Jerusalém em 66, eram mais ortodoxos que os ebionitas, pois estatuíam a necessidade absoluta da lei judaica só para os judeus, e reconheciam a divindade de Jesus Cristo, e seu nascimento da Virgem Maria.

D) Os *cerintianos*[3], partidários de Cerinto, afirmavam que Nosso Senhor não nasceu Deus, mas se tornou Deus no batismo. Antes de morrer, a divindade o abandonou de novo, tendo que recebê-la outra vez na segunda vinda, para o julgamento universal. Na moral professavam o quiliasmo crasso.

E) *Milenaristas.* O milenarismo ou quiliasmo originou-se da interpretação verbal do Apocalipse. Consistia em crer que no fim do mundo haveria uma primeira ressurreição dos justos, e que Jesus Cristo, voltando à terra, estabeleceria durante mil anos um reino temporal de gozos e grande felicidade, aguardando o último juízo e a bem-aventurança eterna. Êsse êrro judaico foi aceito e ensinado por S. Pápias, discípulo de S. João, homem virtuoso mas simples e crédulo. S. Justino, S. Ireneu, Tertuliano, Lactâncio e vários outros abraçaram o sentimento de Pápias, fundando-se na mesma passagem obscura do Apocalipse.[4] Havia, porém, diferença essencial entre o milenarismo dêstes e o dos gnósticos, pois 1.° só o admitiam como opinião, e jamais como dogma ou doutrina certa; 2.° não rejeitavam, por isso mesmo, a opinião contrária da maioria dos Santos Padres; 3.° excluiam dos mil anos de felicidade os prazeres grosseiros dos sentidos. Pois há três espécies de quiliasmo: a) crasso (grosseiro, carnal), que diz haver mil anos de reinado de Cristo, depois das perseguições, com total ausência de cruzes e com tôda sorte de prazeres sensuais. Êste é herético; b) temerário, afirma que antes do fim do mundo haverá mil anos sem sofrimentos; c) mitigado, ensina sòmente que, depois de tôdas as perseguições, virão uns mil anos de certa paz e diminuição de cruzes (embora não desapareçam por completo.) Êste não é herético nem temerário.

1) At 8, 5 ss. — 2) Iren. adv. haeres. I, 26, 2; Philos. VII, 34. — 3) Iren. I, 26, 1; Philos. VII, 33. Os nicolaitas e balamitas se aproximavam dos cerintianos. — 4) Cf. H. Klee, de Chiliasmo, Herbipoli, 1825; Schneider, die chiliastische Doctrin und ihr Verh. Schaffhausen, 1859.

§ 22. Gnosticismo.

A) **Origem.** Há duas opiniões sôbre a origem do gnosticismo: uns dizem que é um cristianismo exagerado e especulativo, nascido do desejo de saber mais que a plebe; enquanto outros preferem basear-lhe a origem na tendência de sincretismo, i. é, reunião dos vários sistemas filosóficos. O certo é que já no tempo dos apóstolos[1] havia doutrinas gnósticas, embora talvez ainda não sistematizadas, e que o gnosticismo é uma mistura de budismo, helenismo (sobretudo de Platão) e também de cristianismo deturpado (Redenção).

B) **Doutrina.** E' comum a todos os sistemas gnósticos o seguinte:

a) Bitos é o Deus Supremo. Seu antagonista é a matéria eterna (ὕλη) que é o princípio do mal. Por conseqüência Nosso Senhor não teve corpo real (por ser um mal) mas aparente. Também não ressurgiu para não reassumir o mal. Sacramentos não há, porque seriam maus (matérias).

b) De Bitos emanam os "eons"[2] que formam o mundo espiritual e se tornam tanto mais fracos quanto mais distam de Bitos, até que o mais afastado e fraco caiu na matéria.

c) Demiurgo (que é o Jeová dos judeus) criou o mundo da matéria já existente. Demiurgo é bom, mas imperfeito, segundo alguns, ao passo que outros o tomam por inimigo de Bitos.

d) O mal do mundo vem da união das almas (de origem divina, "eons") com a matéria.

e) Cristo, espírito emanado, veio mostrar aos espíritos encarnados nos corpos o modo de se livrarem dêles. Uns dizem que isto se faz "desprezando o corpo e deixando-o fazer o que quiser"; outros ensinam o contrário, i. é, a "mortificação".

f) Segundo a quantidade de luz que há nos homens, dividem-se êstes em três classes: Pneumáticos (espirituais, conhecedores da gnose), psíquicos (animais, são os cristãos); hílicos (materiais, destinados à perdição).

g) A salvação da humanidade só pode realizar-se pela gnose, ciência reservada aos espirituais.

h) A moral gnóstica é conseqüência dêsses princípios doutrinais: uns são dum ascetismo rigorosíssimo e exagerado, enquanto outros não conhecem freios para suas paixões (antinomismo).

C) **Confronto:** a) ao passo que nós dizemos ser o mal proveniente do abuso da liberdade, êles afirmam que o mal é inerente à matéria, inimiga de Bitos. b) Nós: o mundo vem do nada; êles: da matéria eterna, porém criado por Demiurgo. c) Falsificam ou rejeitam a Escritura, para negar o cristianismo.

D) **Propagadores.** Os diversos sistemas gnósticos tiveram por fautôres Basílides (sírio residente em Alexandria, ano 130) e seu filho Isidoro. Também Valentim de Alexandria com uns discípulos (Heracleon e Marcos o Mago); e ainda o imoral Carpócrates e seu filho Epifânio. Os mais célebres são Taciano e Marcion. Aquêle proibiu os matrimônios, êste foi excomungado pelo próprio pai, que se tornou Bispo da cidade natal (Sínope).

E) Represálias. — Para condenar todos os erros gnósticos, a Igreja reuniu contra êles numerosos concílios entre os anos 105 e 170.

1) Ep. ad. Tim. ad Tit; 1 Joan. Apoc; Neander, Genetische Entwickelung, etc. Berlim, 1818; Baur, die chr. Gnosis, Tub. 1835; Harnack, Zur Quellenkritik des Gesch. des Gnost. Leipzig, 1873. — 2) Philosoph. I, p. 6.

§ 23. Montanistas.

Origem. Entre os anos 150 e 157, achamos o montanismo já conhecido no Ocidente. Deve ter começado no Oriente êsse movimento que teve por teatro a Frígia.

Fundador. Montano [1], neófito assírio, foi o malfadado fundador dessa heresia. Com seus êxtases (que não se sabe se eram impostura, loucura, ou que), apresentou-se como órgão central do Espírito Santo a fim de levar a Igreja à perfeição. [2] Duas mulheres, Priscila e Maximila, também visionárias, apoiavam Montano. As excomunhões dos Bispos da Ásia Menor de nada valeram.

Doutrina. Como o gnosticismo, foi êsse movimento resultado de uma tendência intelectualista que degenerou em inspirações proféticas e comunicações divinas. Não diferia sensivelmente da católica, porém tinha por certo que Montano aperfeiçoava o cristianismo.

Moral. Eram ultrarigoristas: jejuns severos (por isso atacavam o Papa); proibição de aplicar-se às ciências humanas e de contrair segundas núpcias. Vários desta seita eram quiliastas. Infelizmente entre os montanistas veio a achar-se Tertuliano, que lhes sistematizou os erros.

Duração. Apesar da brilhante apologia de Milcíades e de S. Apolinário, Bispo de Hierápolis, os montanistas na África continuaram até ao século VIII, embora já tivessem perdido a sua importância no século IV.

1) Eus. H. E. V, 14; Epiph. Haer. 48, 49. — 2) Tert. de Monog. c. 14.

§ 24. Seitas anti-trinitárias

O mistério da SS. Trindade é tão profundo que não é para admirar aparecessem erros sôbre êle. Os que negavam a Trindade SS. de Deus se chamavam unitários, monarquianos ou anti-trinitários. Podem se agrupar os anti-trinitários em duas classes: a) Os que negam a divindade de Nosso Senhor e o têm só como homem superior, ou que julgam houvesse Jesus assumido a divindade no batismo ou na ressurreição (adopcianos).

A esta classe pertence Teódoto (negociante rico, bizantino excomungado) com dois discípulos eruditos, em Roma, como Natalis [1] (depois convertido e confessor da fé) Bispo dos ebionitas (seita anti-trinitária). Também Paulo de Samósato, Bispo de Antioquia, espírito culto mas orgulhoso, foi condenado em dois concílios antioquenos, e excomungado no terceiro sínodo, o que o Papa Dionísio ratificou (264). Nem admira que caísse em heresia um Bispo que vivia com tanto luxo e com duas

mulheres. Quando foi deposto, não entregou o govêrno de sua Igreja ao legítimo sucessor, mas ficou, protegido pela rainha Zenóbia, até que o imperador Aureliano (vencedor de Zenóbia), obrigou Paulo de Samósato a entregar o paço ao novo Bispo.

b) Os que identificam o Padre Eterno com Jesus Cristo. Argumentam: O Pai é Deus, e o Filho é Deus. Ora, só há um Deus. Logo, o Pai é o Filho. Êstes se chamam patripassianos, porque julgam que o Padre Eterno também sofreu na paixão.

Alguns sequazes dessa doutrina são: Praxéias (que se converteu, tornando-se confessor da fé na perseguição de Marco Aurélio). Seu adversário foi Tertuliano. Noeto de Smirna, discípulo de Praxéias. Sabélio admitia uma espécie de Trindade, mas ensinava que o Filho é o Pai como Redentor, e o Espírito Santo é Padre como Santificador. S. Dionísio de Alexandria (como também S. Hipólito) tinham a doutrina certa, mas a terminologia defeituosa.

1) Epiph. Haer. 54; Philos. VII, 35; Tert. de praesc. haer., c. 53.

§ 25. Álogos.

Embora nem todos encarem os álogos [1] pela mesma face, parece terem razão os que preferem classificá-los entre os anti-montanistas e anti-trinitários ebionitas, conforme Hefele [2] e Harnack. [3] E' verdade que tinham muitos traços de semelhança com os montanistas, talvez até negassem a divindade do Verbo (Logos) ou pelo menos rejeitassem a doutrina sôbre Jesus Cristo. Como, porém, há muita diversidade nas apreciações, difícil é dar uma idéia exata dessa heresia asiática.

1) Epiph. Haer. 51. — 2) Hefele, Tüb. Qschr. 1851, pp. 564 seg. — 3) Harnack, R. Encycl. f. prot. Theol. 2.ª edit. X, 183 seg.

§ 26. Novacianos.

Origem. Começou na África esta seita, quando Novato, sacerdote de Cartago, se julgou preterido na escolha de S. Cipriano para Bispo daquela cidade (248). Serviu de pretexto a justa severidade de Cipriano para com os libeláticos, pois, de fato, certos confessores da fé lhes davam com demasiada facilidade alguma carta de recomendação para serem readmitidos à comunhão dos fiéis. Excomungado por S. Cipriano, Novato seguiu para Roma, onde pretendeu intrigá-lo com o Papa S. Cornélio. Mas aí encontrou Novaciano, outro ambicioso burlado, descontente pela eleição do Papa Clemente. Como o lema de ambos era "revolta e cisma", reuniram-se, apesar do antagonismo doutrinário.

Doutrina. Se Novato, em Cartago, congregou apóstatas e lapsos contra as acertadas exigências de S. Cipriano, uma vez mancomunado com Novaciano, ensinava precisamente o contrário, negando aos lapsos tôda esperança de perdão, contestando à Igreja o "poder das chaves", e constituindo uma cristandade separada (a dos rebatizados por êle, que se diziam Kátharoi, ou puros).

Fim do cisma. Novaciano se fêz eleger Papa (foi, portanto, o primeiro anti-papa), por três infelizes Bispos italianos. Não logrou fazer-se reconhecer pelas comunidades cristãs, que desprezavam sua encíclica e as ameaças de suas pretensas excomunhões. Contudo, alguns adeptos conseguiu, também prelados, de modo que, fugindo de Roma, espalharam sua heresia. Durou esta até ao século VII.

§ 27. Maniqueísmo.

A) **Origem.** O maniqueísmo é uma espécie de gnosticismo, que reuniu todos os erros anteriores e que teve conseqüências até ao século XII. E' produto das forjas de Manes, persa, que morreu esfolado, porque não pôde curar um filho do rei Bahram (277).[1]

B) **Idéia fundamental.** Apesar de ter buscado nas doutrinas de Zoroastro e de Buda as fontes do maniqueísmo, quis Manes dar-lhe uma côr de cristianismo. Por isto estabeleceu dois reinos opostos: um da luz e paz eterna em que domina Deus (Ormuzd), outro de trevas e guerra contínua sob o domínio de Satã (Ahriman); Cristo é alma do sol. De lá veio com seu corpo aparente padecer sofrimentos igualmente aparentes, a fim de libertar as almas. Os apóstolos e os cristãos não têm a verdadeira doutrina do Cristo. O Espírito Santo prometido por Cristo desceu à terra na pessoa de Manes, que devia reformar tudo.

C) **Moral.** Era rigorosa e exagerada para os eleitos, como indulgente para os auditores, pois: a) os eleitos tinham: 1) o signaculum oris, i. é, deviam abster-se de carne, peixe, etc., jejum rigoroso. 2) o signaculum sinus, guarda da castidade. 3) o signaculum manuum, abstenção do trabalho. b) Os auditores podiam casar (mas não ter filhos), deviam trabalhar para o sustento dos eleitos e, embora tudo isso fôsse pecado, ser-lhes-ia remitido pela oração dos eleitos.

Duração. Apesar dos esforços de Bispos, Imperadores e Papas, a heresia se espalhou, se manteve por sua organização perfeita e zêlo dos adeptos, sobretudo dos superiores, por servir para tôdas as classes de homens, pois uns (como os gnósticos) eram atraídos pelos segredos do ensino, visto que os maniqueus tinham o ensino secreto para os eleitos do qual a plebe não devia participar; e outros eram atraídos por sua vida austera e, maior número, pelas liberdades e torpezas permitidas aos auditores.

1) Galland. Bibl. patr. III, IV. Mansi. Act. Conc. Tom. I, 1129 ss.

§ 28. Combate à heresia.

As heresias tiveram seu lado aproveitável (que de certo os heresiarcas não previram), pois estabeleceram, pelos escritos dos Santos Padres, a doutrina da Igreja sôbre os assuntos impugnados, e, sobretudo, manifestaram a tradição católica, corrente em tôda parte, como ensino apostólico e imutável. Para

firmar o princípio da tradição[1] e unidade da Igreja em matéria de fé, muito concorreram S. Ireneu[2], S. Cipriano[3] e, no seu bom tempo, o próprio Tertuliano.[4] Já então se apontava, como garantia da sã doutrina e conservação da fé, a sucessão ininterrupta dos Bispos na Igreja e a assistência contínua do Espírito Santo.

Entre os Bispos, conforme os três escritores mencionados, tem o de Roma o primado no ensino, pois que é o centro de unidade de tôdas as igrejas, e a quem todos os Bispos devem submeter-se. E', pois, à união com a Sé de Roma que se deve a conservação e firmeza da fé nas demais igrejas, sendo essa união o critério para se verificar a verdade ou falsidade de doutrinas. Ora, como as opiniões dos hereges eram individuais, afastavam-se, evidentemente da doutrina de Roma, dos apóstolos, de Cristo.

Nem valia alegarem em seu favor a Sagrada Escritura, porque a) rejeitavam a Tradição, que é mais antiga que os Evangelhos; b) as S. Escrituras são propriedade da Igreja, autoridade única em explicá-las; c) dos livros santos os hereges só admitiam o que lhes convinha.

Assim, as heresias, combatidas desde os tempos apostólicos por S. João e os Santos Padres, concorreram para mais clara exposição dos dogmas, escolha de expressões mais apropriadas, que se foram firmando e ficaram consagradas pelo uso, e até para a reunião de verdades cristãs enfeixadas em símbolos, dos quais o mais antigo, como escrito, é o Símbolo dos Apóstolos, que data do século IV.

1) Franzelin, de Divina traditione et scriptura, Roma, 1870. — 2) Iren. adv. haer. — 3) Cypr. de unit. eccl. — 4) De praescript. haeret.

IV. O CULTO E A DISCIPLINA.

§ 29. Batismo.

A) **Nomes.** Os nomes de que os Santos Padres se serviam para designar o batismo, indicam seu valor e seus efeitos.[1] Eram por ex.: regeneratio, aqua vitae, fons divinus, signaculum Christi, etc.

B) **Preparação.** No princípio eram batizados os convertidos, logo que professavam sua fé em Cristo.[2] Porém, mais tarde os neófitos tinham que se preparar no catecumenato, recebendo muita instrução e fazendo penitências.[3]

C) **Modo.** Antes de receber o sacramento, o neófito era exorcizado. Depois, pela tríplice imersão na água em nome do Padre, do Filho e do Espirito Santo, era-lhe conferido o batismo. E', porém, de notar que a tríplice imersão não se tinha por necessária, pois os doentes (baptismus clinicorum) eram batizados por infusão ou aspersão. Na era apostólica já se usava

o batismo de aspersão. De certo os apóstolos não imergiram em água os três mil da primeira turma de convertidos. No batismo os homens eram assistidos por diáconos, e as mulheres por diaconisas. A água já era benta de antemão.

D) **Lugar.** Na Igreja primitiva não havia lugar fixo para a administração do batismo; era conferido em qualquer parte. Os batistérios ou fontes batismais são de origem mais recente.

E) **Ministro.** Em geral eram os Bispos que administravam êste sacramento, mas também os Padres e diáconos o faziam, e, em caso de necessidade, qualquer pessoa.

F) **Tempo.** Era costume guardar os batismos solenes para a festa da Epifania, Sábado Santo e vigília de Pentecostes.

G) **Sujeito.** Também as crianças recebiam o batismo[4]; e Tertuliano já fala em padrinhos. Logo após costumavam receber também a confirmação (imposição das mãos e unção com o santo crisma).[5] Mas, se o batismo não era conferido pelo Bispo, a confirmação se retardava para outra época.

H) **Baptismus clinicorum.** Muitos esperavam e transferiam o batismo até ao leito da morte, a fim de viverem em ampla liberdade. Porém a Igreja deu leis severas contra êsses abusos.

I) **Rebaptismus[6] haereticorum.** Contra o costume geral da Igreja, Agripino, Bispo cartaginês, sustentou no concílio de Cartago a necessidade de rebatizar os que se convertiam de alguma heresia. O mesmo afirmavam (independentes de Agripino, ou não), Firmiliano, Bispo de Cesaréia, e outros da Ásia. S. Cipriano, segundo sucessor de Agripino, com muitos Bispos, sustentou a mesma opinião em dois sínodos.[7] Bem sabia êle não ter por si a Tradição, mas apoiava-se em razões: a) quem não tem o Espírito Santo não o pode dar (a isto se responde: se é instrumento, nego; se é causa, concedo) ou b) assim como há uma só Igreja, há um só batismo; ora, os hereges estão fora da Igreja; logo não podem ter o seu batismo (a isto se responde: a instituição divina do batismo só exige para êle ser válido a matéria, a forma e a intenção. Jesus assim o instituiu, embora pudesse instituir de modo que só o batismo católico valesse). A carta que S. Cipriano escreveu a S. Estêvão, Papa, sôbre êste assunto, o Supremo Pontífice respondeu: "Nihil innovetur, nisi quod traditum est, ut manus illi imponatur in poenitentia." Todos sabiam que a doutrina tradicional era a defendida por S. Estêvão. Com isso, porém, não queria o Papa defender de antemão a validade do batismo de qualquer herege, a não ser no caso de se haver usado da matéria e forma corretas e ter a devida intenção.[8] Depois de um terceiro sínodo de 87 Bispos, convocados por S. Cipriano, deu-se entre êste e S. Estêvão a ruptura de relações (não completa, devido à mediação de S. Dionísio Alexandrino). Mas em 257 morreu o Papa, e no ano seguinte S. Cipriano reconciliou-se, de modo que os Bispos restantes deixaram o rebatismo.

1) Probst, Sacramente und Sacramentalien, Tüb. 1872. — 2) Act. 8, 37, 10, 47; 16, 15. 33. — 3) Mayer, Gesch. d. Katechumenats, etc. Kempten, 1868. — Weisz, die altkirchl. Paedagogik im Katechumenat, etc. Frib. 1869. — 4) Cypr. Ep. 59 (64), citado por Brück, explica o costume geral de batizar crianças no século III (além de S. Ireneu e Orígenes). Cf. Brück, §§ 33, notas. — 5) Tert. de Bapt. c. 7; Cypr. Ep. 70. — 6) Teològicamente os têrmos rebatismo, rebatizar, são inadmissíveis, mas aqui não se atende aos efeitos, senão ùnicamente ao ato externo. — 7) Cf. Hoensbrock — Ztschrift f. Kath. Theol. 1891. — 8) Apesar de passagens ambíguas nas cartas de S. Estêvão, as epist. 73 e 75 não deixam lugar a dúvida sôbre a exigência do Papa relativamente à matéria e forma do batismo conferido por hereges.

§ 30. Eucaristia.

A fé da Igreja primitiva [1] na S. Eucaristia mostra-se:

a) *Pelos nomes* que lhe dava: Corpus Domini, Sancta Sanctorum, Sanctissimum, Mysteria, Communio, Viaticum, Vita, Oblatio, Hostia, etc.

b) *Pelos efeitos,* fidem eucharistia pascit, accipientibus est tutela, munimentum saturitatis, etc. [2]

c) *Pelos símbolos* que se acham principalmente nas catacumbas, p. ex.: o maná, a conversão da água em vinho, o peixe (peixes em um cestinho de vime, ou carregando pãezinhos, ou cálice com vinho). Mas tudo isso devia ficar oculto aos não iniciados (lex arcani).

d) *Pelo sacrifício da missa,* em que os pagãos diziam haver assassínios de crianças. Alguns Santos Padres (S. Justino e outros), falam da S. Eucaristia com muita clareza, apesar da disciplina do arcano. Outros, porém, mais obscuramente. Também a "Didaché" já se exprime claramente, embora não tanto como S. Justino, pois fôra escrita já uns 100 anos antes.

No princípio distribuia-se a S. Comunhão sob as duas espécies, mas também muitas vêzes sob a espécie de pão ùnicamente, por ex.: guardando a S. Eucaristia em casa, ou levando-a a doentes. A missa era celebrada pelo Bispo, e os diáconos levavam o SS. Sacramento às outras igrejas para distribuir aos fiéis e mostrar assim a união entre as igrejas.

1) Migne, Patrol. gr. X, 627; Doellinger, die Lehre der Eucharistie in den ersten 3 Jahrh. Mainz, 1826. — 2) Ignat. ad Eph. c. 20; Iren. adv. Haer. IV, 18, 5.

§ 31. Penitência.

A exemplo dos apóstolos [1], e seguindo os ensinos de Jesus [2], a Igreja procedia à eliminação dos membros indignos, mas não se recusava a usar do poder de perdoar pecados [3], quer veniais, quer mortais, como os classificara já então. [4] Os mais graves eram a apostasia, o divórcio ou adultério, e o assassínio. A confissão, composta dos mesmos atos de hoje, era secreta, e devia ser completa quanto aos mortais, ainda que ocultos ou meramente de pensamento. [5] Confissões semi-públicas (perante o clero) ou públicas (perante os fiéis) só eram impostas nas faltas públicas e graves. O mesmo valia quanto às penitências públicas. [6] Podia algum confessor exortar o penitente a dar satisfação pública por pecado oculto [7], mas impô-las é o que não consta fôsse permitido. Parece, contudo, que em algumas partes se cometeu tal abuso. Havia também penitentes perpétuos [8], que só "in articulo mortis" eram readmitidos à comunhão dos fiéis. Os Papas S. Zeferino e S. Ca-

listo diminuíram o rigor de tal disciplina, admitindo na assembléia dos fiéis os réus que terminavam sua penitência. Os penitentes públicos do século III podiam ser flentes, audientes, genuflectentes e consistentes. O tempo de penitência era longo, mas podia ser diminuído pelo fervor do penitente ou pelos merecimentos e rogos de um mártir ou confessor da fé (com tais denominações eram designados os que sofriam tormentos mas não morriam). Os clérigos, se cometiam crimes, eram depostos de seus cargos, sem poderem ser readmitidos aos mesmos; e embora, como parece, não lhes fôssem impostas penitências públicas, eram contudo mais severas as condições de volta ao grêmio dos fiéis.

1) 2 Thess. 3, 6. 14; 1 Tim 1. 20; 1 Cor 5, 1 seg.; 2 Cor 2, 9 seg. — 2) Mt 18. 15 seg. — 3) Klee, die Beichte, Francf. 1828. Probst, Sacramente, 244 seg. — 4) Orig. Hom. 15 in Levit. n. 2 (Crimina mortalia et crimina communia). — 5) Iren. adv. Haer. I, 6, 3. — 6) Palmieri, Tract. de poen. Rom. 1879 (p. 393). — 7) Orig. Hom. II in Ps. 37. — 8) Hermae Past. Mand. 4, 1;- Tert. de Poenit. c. 7. Mas Franck (die Buszdisciplin der Kirche, pp. 834 seg.) duvida da excomunhão perpétua.

§ 32. Disciplina eclesiástica.

Os fiéis conheciam os sete sacramentos e os recebiam com grande respeito, mesmo sendo tão freqüente a S. Comunhão. Havia, porém, a disciplina do arcano ou de segrêdo, para com os não cristãos, motivo por que, injustamente, eram antes acusados de inimigos da luz.

O domingo cristão substituiu logo o sábado judeu, como se pode ler nos Atos 20, 7. S. Paulo reuniu os cristãos no primeiro dia da semana para ouvirem a pregação e para a fração do pão; na I Cor 16, 12, S. Paulo mandou os coríntios fazerem uma coleta de dinheiro no primeiro dia da semana; no Apoc 1, 10 (em que S. João usa a expressão "domingo", dia do Senhor"). S. Paulo aos fiéis de Colossos (2, 16) chama a santificação do sábado "sombra das coisas vindouras" e inclui a celebração do sábado, as festas de lua nova e mais usanças judaicas entre as que deviam desaparecer e ser substituídas.

As festas de Epifania, Páscoa e Pentecostes eram as principais, sendo a de Natal celebrada no Ocidente primeiro, ao passo que a da Epifania é de origem oriental. Quanto à celebração da *festa da Páscoa,* houve dificuldades enormes em fixar-lhe a data, porque as igrejas da Ásia, a exemplo de S. João e de S. Filipe, a celebravam num dia fixo do mês (1 e 16 de nisan) enquanto as demais igrejas guardavam o dia da semana, a saber, o domingo depois de 14 de nisan. Várias tentativas de uniformização neste assunto fracassaram a princípio, porque a Ásia Menor mantinha seu costume, contra as demais igrejas. Por isso é que o Papa Vítor mandou que aquêles Bispos reunidos

em Éfeso se submetessem, sob pena de excomunhão. A intercessão de S. Ireneu impediu o rigor do Papa e a separação dos Bispos.

Por questões, que ainda surgiram, sôbre a conveniência ou desvantagem de fazer coincidir a páscoa cristã com a judaica, só em 314 é que o concílio Arelatense, e, sobretudo, o Niceno, em 325, conseguiu dirimir tôdas as questões e estabelecer uniformidade na celebração da Páscoa.

Jejuns. Além das vigílias das festas principais e de certos dias de importância pessoal, havia o jejum da quaresma, das IVas e VIas feiras e, em Roma, também do sábado.

A vida dos cristãos era muito caridosa, muito devota, muito perfeita. Muitos conservavam a virgindade com admiração e respeito dos pagãos, e viviam santamente mesmo no seio das famílias. No século IV começou a vida anacoreta, cujo iniciador foi S. Paulo († 340) na Tebaida.

Segundo período.

DE CONSTANTINO MAGNO († 337) ATE' AO SEXTO CONCÍLIO ECUMÊNICO (680).

A. Desenvolvimento exterior da Igreja.

I. DIFUSÃO DO CRISTIANISMO.

§ 33. Propagação do cristianismo na Ásia.

Até 330 ficou o cristianismo propagado em quase todo o império romano. No norte, porém, não medrou, tornando-se em geral mais florescente na bacia do Mediterrâneo: a costa da Espanha, o sul da França, a Germânia inferior, o sul do Danúbio (ao norte ainda eram pagãos), a Itália (sobretudo a meridional) e a Macedônia. Também possuíam igrejas prósperas Bizâncio, Tessalonica, Filipes, Corinto e outras cidades. A sede do cristianismo na Ásia Menor era Éfeso, na Capadócia era Cesaréia. A Galácia e a Bitínia possuíam suas cristandades, e era célebre a igreja de Antioquia (Síria).

Na Pérsia [1], depois do domínio de Seleuco, sátrapa de Alexandre, veio a imperar a dinastia dos Sassanidas, inimiga dos romanos, mas por isso afeiçoada aos cristãos, perseguidos por aquêles. Viviam os cristãos tranqüilamente, já contavam vários bispados, tendo por metrópole Seleucia-Ctesifon (duas cidades construídas às margens do Tigre, sôbre as ruínas de Babilônia. Hoje só existe Bagdad em seu lugar). Quando, porém, Constantino publicou o edito de Milão (313), Sapor II, que então reinava, mudou de política e começou, açulado por judeus e magos [2], a mover cruel perseguição contra os cristãos. Fizeram pesar sôbre êles tributos onerosos; mas encontraram-nos firmes e fiéis. Decretaram a pena de morte: poucos apostataram; muitas foram as vítimas, e os restantes permaneceram fiéis. Nova lei veio punir com a pena capital os que renegassem o culto de Ormuzd. Vigorou um ano. Morto Sapor, foi revogada.

Os três sucessores de Sapor II não eram muito melhores. Mas Iezdedcherd (Isdegerde), sôbre quem S. Marutas [3] exercia boa influência, era favorável aos cristãos. O Bispo de Abdas, porém, cometeu a imprudência de destruir e negar-se a reconstruir o templo de Ormuzd (fogo). [4] Isto deu causa a nova perseguição que recrudesceu sob Bahram V e só terminou com a vitória de Teodósio II. Felizmente o Bispo Acácio o ajudou com tesouros do templo a resgatar 7.000 persas. [5] Depois do Concílio de Éfeso, devendo os nestorianos abandonar

o império romano, entraram na Pérsia, e mais tarde também os maometanos fizeram o mesmo, de modo que, hoje, os poucos cristãos que por lá vagueiam são nestorianos.

Na Armênia. O apóstolo é S. Gregório, o iluminador, da família real. Tornou-se cristão, converteu o rei Tiridates III e depois grande número de almas. Pediu ao Bispo de Cesaréia que enviasse um pastor àquelas ovelhas: foi êle mesmo sagrado Bispo da Armênia, onde trabalhou durante trinta anos, deixando convertidos quase todos os habitantes. Os cristãos da Armênia resistiram sempre à introdução do arianismo e monofisitismo da Pérsia, pelo qual mereceu a Armênia a honrosa alcunha de "Polônia Oriental".

Infelizmente não aceitaram o Sínodo de Calcedônia, por não terem sido convidados, e daí chegaram à heresia dos monofisitas. Houve na Armênia quem inventasse um alfabeto especial [6] para a tradução da Bíblia e dos Santos Padres, contra as heresias. Existem alguns fragmentos. Da sorte da Armênia partilhou a Ibéria ou Geórgia (no Cáucaso). Núnia [7], escrava cristã, fêz por lá vários milagres, de modo a converter muita gente, inclusive a rainha. Para obter um Bispo, pediu-o a Constantinopla.

1) J. Assemani, Bibl. Orient. 3 tom. Rom. 1719; Ruinart, Acta sinc. mart. Ratisb. 1859. — 2) Sozôm. H. E. II, 9 seg. — 3) Pius Zingerle, Echte Acten der hl. Martyrer des Mongenlandes, Inspr. 1836. — 4) Theodor. H. E. V, 39. — 5) Socr. VII, 21; conforme Sozômeno, foram 16.000 os mártires persas cujos nomes são conhecidos. — 6) O inventor foi S. Mesrop († 441). — 7) Sozômeno II, 7; Rufin., Hist. eccl. I (X) 10.

§ 34. Igrejas cristãs da África.

Na África proconsular havia cem bispados, cujas principais sés eram a de Numídia ou Cartago e a da Mauritânia. A Abissínia [1] cristianizou-se assim: Em viagem de instrução, chegou Merópio, com seus dois sobrinhos Frumêncio e Edésio, à costa da Etiópia, onde foram todos mortos, exceto os dois mocinhos. Levados para a côrte, conservaram-se muito corretos e firmes na sua fé, de que faziam propaganda aberta, sabendo-o o rei. Por morte dêste, a rainha entregou a Frumêncio a regência e o cargo de preceptor de seu filho, que, subindo ao trono, deu liberdade aos dois moços. Edésio ordenou-se sacerdote em Tiro [2]; Frumêncio foi a Alexandria pedir a S. Atanásio um Bispo para a Abissínia. O escolhido e sagrado foi o próprio Frumêncio, que converteu e batizou muitos, inclusive o rei, seu pupilo. A cristandade se desenvolveu bem até ao reinado de Aizana [3], em que começaram as dificuldades para os sucessores de Frumêncio.

Infelizmente mais tarde a Abissínia foi arrastada ao monofisitismo, como Alexandria e outras igrejas africanas.

1) Le Quien, Oriens Christ. II, 642 seg. — 2) Rufin. I, (X) 9. — 3) Athan. Apol. n. 31.

II. A IGREJA E O ESTADO.

§ 35. O paganismo sob o reinado de Constantino Magno e seus filhos.

Depois de 313 reinavam Constantino no Ocidente e Licínio no Oriente. Constantino sempre permaneceu católico, mas Licínio tornou-se franco protetor do paganismo.[1] Com a vitória de Constantino sôbre Licínio em 323, tornou-se aquêle o único imperador. Convidou logo, sem exercer pressão[2], todos a se fazerem cristãos, e do culto pagão só proibiu o que era imoral.[3] Infelizmente o imperador cometeu também seus erros. Por uma suposta conspiração matou seu filho Crispo, em vista das falsas acusações de sua mulher Fausta.

Avisado por S. Helena da calúnia de Fausta, matou-a num banho quente.[4] Tal procedimento, unido ao espírito ainda pagão de Roma, produziu a frieza do povo romano para com o imperador, pelo que êste, descontente, e movido por motivos políticos e militares (ameaças de invasões), mudou-se para Bizâncio, mudando-lhe o nome para o de Constantinopla. Quis aí edificar uma nova cidade, tôda cristã. Escolheu para isto a fronteira oriental, que era um baularte natural para o Ocidente. Mas lá viveu poucos anos, vindo a morrer em 337, na expedição contra os persas.

Reinara trinta anos. Dizem que sua conversão não foi sincera, por ter retardado tanto o batismo, que recebeu das mãos de S. Eusébio.[5] Isso, porém, parece, não se deve atribuir à falta de fé, mas antes ao desejo de assegurar a sua salvação, limpando-se completamente pelo batismo, à hora da morte, como não poucos faziam naquele tempo (baptismus clinicorum). Não se deve esquecer que Constantino dotou e privilegiou muito a Igreja. Mas nem sempre a apoiou na luta com o arianismo[6], chegando a exilar S. Atanásio.

Sucederam a Constantino seus filhos Constantino II (no Ocidente), Constante (na Itália) e Constâncio (no Oriente) (337-361).

Morreram os dois primeiros, e Constâncio governou sòzinho. Muito religioso, mais do que o pai, proibiu os augúrios e tentou, sem o conseguir, acabar com os sacrifícios pagãos e fechar-lhes os templos. Porém, ariano como era, fêz muito mal à Igreja. De todos os primos só poupou a vida a Galo e Juliano. Como Galo morreu, Juliano foi o sucessor de Constâncio.

1) Licínio perseguiu a Igreja, martirizando muitos fiéis. Quebrou os tratados que tinha com Constantino. Avisado e ameaçado, não se emendou. Cf. Eus. Vita Const. I, 50 seg. e II, 1 seg.; Grisar em Zeitschr. f. Kathol. Theol. 1882, pp. 554 seg. — 2) Eus. l. c. II, 56. — 3) Eus. l. c. III, 55. — 4) Há quem duvide da veracidade dêsse fato; cf. III, 1, 51. — 5) Eus. V. IV, c. 61 e 62. — 6) Eus. l. c.

§ 36. Reação pagã no tempo de Juliano (361-362)

Juliano [1], sobrinho de Constantino Magno, foi educado primeiro em Constantinopla, onde o professor Ekébolis lhe inspirou o gôsto pela literatura clássica (pagã). [2] Depois estêve em Nicomedia sob a direção de Bispos arianos e mais tarde em Atenas. Foi escolhido por Constâncio para general nas Gálias (355), pôsto de grande confiança; porém Constâncio o escolheu julgando-o sincero, enquanto, na verdade, tão fingida era a sua religião, como as boas relações com o imperador. [3] Mostrou-se valente e sábio guerreiro, o que lhe facilitou granjear as boas graças dos soldados. Assim é que, cinco anos mais tarde, negando-se a cumprir as ordens do imperador, foi logo seguido por suas tropas que o aclamaram Augusto. Constâncio morreu em breve (361), e Juliano tornou-se imperador. Logo de caminho tirou a máscara e mostrou o que era: desavergonhado pagão. [4]

Como se explica essa apostasia? a) Só conhecia o cristianismo pelo lado repelente do arianismo, com seus maus Bispos. b) Os cristãos (Constâncio) eram os assassinos de seu pai e irmão. c) A educação ariana e depois pagã (em Atenas) e o seu entusiasmo pela literatura clássica, só lhe podiam infundir desprêzo pelo cristianismo. d) A par de sua clareza de idéias e de certas qualidade, possuía refinada hipocrisia. Seu plano era:

A) **Desacreditar o cristianismo.** — a) Pretendia não derramar sangue cristão, porque sabia "sanguis martyrum semen est christianorum." Preferiu reduzir os cristãos a cidadãos de segunda categoria, aos quais era vedado ocupar cargos públicos [5] e receber educação clássica [6] (basta-lhes, dizia, S. Mateus e S. Lucas). b) Mandou escrever, e êle mesmo escreveu, livros contra o cristianismo. O livro contra os galileus, por exemplo, era muito erudito, mas cheio de fel. Bem sabia êle que a arma do escárneo, se bem manejada, impressiona fàcilmente. c) A fim de se exterminarem com disputas, chamou novamente os Bispos exilados. Isso, porém, não surtiu efeito. [7] d) Retirou o lábaro do exército [8] e os privilégios aos sacerdotes e mandou reedificar o templo de Jerusalém. A tal notícia surgiram judeus de todos os cantos para ir à sua capital. S. Cirilo, Bispo de Jerusalém, acalmou os cristãos receosos, dizendo que nada conseguiria o imperador contra as palavras de Deus. Quando, de fato, a multidão de obreiros começou a reconstrução, os ventos dispersaram os materiais. Logo depois, num terremoto, os operários foram afogados pelas chamas e fumaça que subiam dos fundamentos. Juliano dizia que nem Jeová era capaz de reconstruir seu templo. [9] Êsse fato é atestado por historiadores pagãos, judeus e arianos.

B) **Levantar o paganismo.** Para êsse fim:

a) eliminou das fábulas dos deuses o que podia desagradar e, interpretando-as alegòricamente, procurara torná-las aceitáveis [10]; b) imitou o cristianismo em alguns pontos [11], p. ex., no canto-chão, nas roupas brilhantes para o culto, nos sermões, no dogma e na moral; c) introduziu a hierarquia (sendo êle o

Pontifex Maximus), educou o clero (exigindo que não fôssem de costumes torpes, nem freqüentassem teatros, etc.); tomou do cristianismo também a excomunhão. Êle mesmo vivia muito austeramente, oferecia muitas vítimas, e mandou pôr estátuas de deuses em tôda parte. d) Fundou até casas de beneficência.

Apesar de tudo, o cristianismo continuava a progredir. Se não tivesse morrido já aos trinta e dois anos de idade, certamente Juliano teria empregado o único meio que ainda lhe ficava contra a Igreja: a perseguição. Morrendo, na guerra contra os persas, bradou desesperado, atirando para o céu um punhado de sangue: "Venceste, Galileu." S. Atanásio dizia de Juliano: "é uma nuvem, que breve passará." [12]

1) Rendal, The Emperor Julian, Cambridge, 1879. — 2) Socr. H. E. III, 1 seg. — 3) Sozôm. V, 2; Theod. III, 2. — 4) Socr. l. c., Ammian. Hist. XXII, 5. — 5) Socr. III, 13; Sozôm. V, 10; Greg. Naz. Or. IV, 96, apud Migne Patr. Graeca. T. 35. — 6) Aug. Civit. Dei, XVIII, 53. — 7) Socr. III, 5; Sozom. V, 5. — 8) Ep. 25; Socr. III, 20. — 9) Ammian. XXIII, 1. — 10) Neander, Kaiser Julian und sein Zeitalter, pp. 103 seg. — 11) Greg. Naz., Orat. IV, c. 114. — 12) Athan. apud Soz., V, 15. De fato reinou só 20 meses.

§ 37. Os sucessores de Juliano Apóstata. O paganismo vai morrendo.

Joviano († 364), sucessor de Juliano, foi aclamado no acampamento. Como cristão, duvidou se poderia ser imperador. Aconselhou-se nisto, como em seu govêrno, com S. Atanásio. Morreu, porém, um ano depois, às mãos dos seus soldados. [1] Sucederam-lhe Valentiniano I († 375) e Valente († 378). Valentiniano era católico, porém frio, que enfim de contas protegia o arianismo. Contudo, nesse período, os pagãos se retiraram aos campos (pagus). [2] Valente, francamente ariano, prejudicou muito a Igreja.

A êstes sucederam os dois irmãos Graciano († 383) (no Ocidente) e Valentiniano II (no Oriente). Enquanto Valentiniano II ficava inerte e indiferente a assuntos religiosos, Graciano tem seus merecimentos em haver demolido no senado a estátua e o altar da deusa Vitória, e subtraído os privilégios das Vestais, etc. Mas morreu logo, sufocado por um competidor.

Teodósio Magno foi o sucessor de Graciano e Valentiniano II. Espanhol de origem, foi chamado por Graciano a ajudá-lo no govêrno do Oriente. Foi êste o último que governou todo o império romano. Era cristão de convicções, de espírito prático e destemido. As leis que então decretou em favor da Igreja fazem dêle um benemérito. Convém enumerar as seguintes: em 381 proibiu, sob várias penas, a apostasia do cristianismo; em 381, acabou com os sacrifícios de augúrio; em 391 vedou freqüentar os templos e sacrifícios comuns (isto foi executado no Oriente, no Ocidente em parte); em 392, interdisse, sob pena de lesa-majestade, tôdas as espécies de idolatria (o que também teve mais vigor no Oriente). [3]

Entre outras determinações em favor do cristianismo, proibiu as execuções capitais nos domingos; publicou uma lei que es-

tendia a tôdas as igrejas o direito de asilo; outra, que libertava os meninos pobres vendidos como escravos; outras leis proibitivas de torpezas e casamentos entre parentes, etc. Para ver com que rigor procediam nesse último ponto, basta dizer que castigavam fortemente os casamentos entre primos, no que hoje a Igreja dispensa. O temperamento de Teodósio se mostra em dois fatos: a) Em certa ocasião, estando para massacrar grande parte do povo, perdoou logo que os Bispos e monges vieram interceder. b) Estando prêso por justos motivos um cocheiro, o povo de Tessalonica se amotinou para o libertar e vê-lo tomar parte nas próximas corridas, chegando para isso até a matar o governador. Teodósio convidou o povo para o anfiteatro, como para uma festa, e quando cêrca de 7.000 pessoas lá estavam, introduziu no circo umas coortes que executaram mortandade geral, desumana. Querendo depois entrar na catedral de Milão, S. Ambrósio o impediu e lhe impôs oito meses de penitência. Submeteu-se Teodósio fielmente e, passado o prazo, quis entrar na igreja, ao que novamente obstou S. Ambrósio, a não ser que prometesse promulgar uma lei com esta cláusula: "Não haverá condenação à morte, sem um prazo anterior de trinta dias." Novamente sujeitou-se o grande imperador Teodósio ao santo Bispo de Milão. Por tudo isso foi abençoado por Deus em sua família e na vitória sôbre inimigos externos. Depois dêle o império dividiu-se para sempre.

Sucederam-lhe os filhos: Honório, no Ocidente, e Arcádio, no Oriente. Honório não foi feliz. O império do Ocidente, com tão fraco monarca e dez sucessores ainda mais fracos, veio a extinguir-se com Rômulo Augústulo pela invasão dos bárbaros (476). Arcádio teve um filho, Teodósio II (imperador aos sete anos) e quatro filhas, entre as quais a regente Pulquéria, casada com Marciano (senador e depois imperador). O voto de castidade de Pulquéria extinguiu brilhantemente a descendência de Teodósio. Com o enfraquecimento do império romano, ia decaindo e morrendo o paganismo.

1) Socr. III, 24 e 25. — 2) Ammian. XXX, 9. De "pagus", que habitavam, lhes vem o nome pagãos. — 2) Sozôm. VII, 20; Cod. Thoed. XVI, 1, 2, 7. 10. 11. 12.

§ 38. Polêmica pagã.

Apesar da conversão de Constantino, continuaram os ataques contra a Igreja, não tanto da parte dos sacerdotes pagãos [1], mas sobretudo dos filósofos neoplatônicos.

A) **Nos ataques diretos,** pretendiam mostrar a nulidade do cristianismo. Dentre os escritos com êsse fito o pior foi o de Juliano Apóstata. Constava de três livros escritos "Contra os Galileus". Começava por ridicularizar o Antigo Testamento, por dar idéias antropomórficas de Deus, fazendo-o colérico, vingativo, etc. O paraíso e a queda do homem aparecem como um mito. O Deus dos judeus é fraco; foi até vencido pelos deuses

romanos. Quanto à moral, afirma só haver diversidade no primeiro e terceiro mandamentos.[2] Os judeus, abraçando o cristianismo, não são conseqüentes, pois não observam o sábado e mais prescrições judaicas, e adoram um crucificado[3], a quem antes não reconheciam por Deus.

Segundo Juliano, o culto de Jesus Cristo foi introduzido por S. João, que substituiu o culto de adoração dado a S. Pedro e S. Paulo. A doutrina de Cristo é falsa e anti-social, já que ensinou: "Se queres ser perfeito, vende tudo o que tens, e segue-me." E' idolatria o culto mariano[4], bem como o da cruz e dos mártires. A vida dos cristãos é cheia de crimes (e repete tôda a escala de calúnias contra os cristãos). A religião cristã é, enfim, mesquinha, incapaz de sofrer uma comparação com as glórias antigas do paganismo. Muitos Padres tiveram o trabalho de refutar êsses escritos, que não obstante fizeram muito mal, pela sua erudição.

B) **Nos ataques indiretos** procuravam dar nova forma e vigor ao paganismo, tornando-o semelhante à religião revelada por Cristo. Procuravam imitá-la à medida do possível. O cristianismo é religião revelada? Pois bem, digamos que o paganismo também o foi[5] no Egito! Êles têm seus livros sacros? Mas também temos nós nossos oráculos e sábios, todos inspirados pelos deuses. Nem nos faltam os apóstolos (sábios e filósofos). Para os cristãos só existe um Deus? Para nós também: Júpiter é o pai supremo, os mais deuses são de categoria tão inferior que quase desaparecem. Modificam assim tôda a sua doutrina, limpando-a dos mitos, dando-lhes explicações alegóricas, ensinando algo semelhante à criação, à providência de Deus, etc. O que, porém, mais alterações sofreu foi a moral. Ensinavam que o homem é um peregrino neste mundo, que o pecado ofende à divindade, e tem por conseqüência a morte; que o homem se deve aperfeiçoar procurando imitar a Deus, que a felicidade está na prática das virtudes, que a oração é necessária, mas saindo ela dum coração impuro não tem valor. Se ainda se acrescentar que, nos últimos tempos, os escritores evitaram ofender a pessoa de Jesus Cristo, é fácil compreender quanto êsses planos de combate indireto deviam enganar os incautos.

Muito embora, nada conseguiram contra o cristianismo. Pouco a pouco foram desaparecendo essas doutrinas, que só em Alexandria e Atenas é que perduraram ainda algum tempo. Em Alexandria, ensinava Hipátia[6], a célebre filósofa pagã, que teve um fim trágico nas mãos dos cristãos, por ela odiar o Bispo Cirilo. (O Bispo, entretanto, reprovou tal vindita.) Em Atenas, era mestre o célebre Proclus, inimigo do cristianismo. Mas Justiniano I fechou a última escola neo-platônica em Atenas (529), e seus adeptos se refugiaram na Pérsia.[7] Se-

gundo S. Agostinho, o neoplatonismo foi para muitos uma escola de cristianismo, a outros só serviu para os tornar sincretistas. [8]

1) Chrys. De Sancto Babyla. Op. II, 539, 548 ed. Montfauc. — 2) Migne, Patr. graec. LXXVI, 734. — 3) Migne, l. c. 792. — 4) Migne, Patr. Graec. LXXVI, 901. — 5) Jâmblico, De myster. Aegypt. V, 25. — 6) Socr. H. E. VII, 14, 15; Wolf, Hypathia, Viena, 1879. — 7) Kellner, Hellenismus, pp. 411 et seg. — 8) August. De vera religione, c. 7; Civit. Dei, VIII, 1 seg.

§ 39. Apologia cristã.

Entre os defensores do cristianismo, no século IV e começo do seguinte, notam-se:

A) **Lactâncio,** que publicou o tratado das "Institutiones divinae". Com sublime estilo, calma e clareza, refuta a filosofia pagã. Mostra a divindade de Cristo, a elevação da doutrina cristã e sublimidade de sua moral. No livro "De mortibus persecutorum" descreve a morte desastrosa dos perseguidores do cristianismo. [1]

B) **Eusébio,** Bispo de Cesaréia [2], publicou dois livros. No primeiro, "Praeparatio evangelica", rebate os sistemas religiosos dos pagãos. No segundo, "Demonstratio evangelica", faz sobressair ao judaísmo a santa lei de Cristo.

C) **S. Atanásio Magno,** na "Oratio contra gentes", mostra que o paganismo é o afastamento de Deus, e que a única via de salvação é voltar para Deus. No livro "De incarnatione Verbi" trata da necessidade da encarnação do Verbo.

D) **S. Gregório Nazianzeno** e **S. Cirilo de Alexandria** escreveram contra Juliano Apóstata.

E) **S. Agostinho** escreveu a apologia mais completa. O tratado "De civitate Dei" é uma enciclopédia de verdades religiosas e filosóficas. Nos cinco primeiros livros S. Agostinho prova que o culto idólatra nunca contribuiu para a felicidade terrena, mas pelo contrário é uma causa de perversão e ruína. Nomeadamente atribui à idolatria a decadência do império, pois a grandeza dêle fôra devida ao Deus verdadeiro que quis recompensar as virtudes naturais dos romanos. Nos cinco livros seguintes mostra que para a eternidade a idolatria não serve. Depois de refutar assim o paganismo, S. Agostinho passa a opôr a cidade de Deus à cidade do mundo, nascidas de um duplo amor (por Deus ou pelo mundo). Em luta contínua ficarão sempre misturadas as duas cidades, até que haja a separação. A primeira é figurada por Abel, a segunda por Caim. Incidentemente fala S. Agostinho de assuntos múltiplos e variados. No fim trata do inferno e termina com os vaticínios do fim do mundo.

F) **Teodoreto** escreveu doze livros com o fim de proclamar a excelência do cristianismo.

G) Orósio[3], sacerdote espanhol, escreveu, a conselho de S. Agostinho, um trabalho com o fim de mostrar que a decadência do império romano não pode ser imputada aos cristãos.

a) Acusavam os cristãos de terem removido os deuses romanos e assim terem dado cabo da nacionalidade romana. Ora, isso é falso, porque nos últimos tempos os romanos não iam atrás dos deuses nacionais, mas sim dos deuses gregos, assírios, egípcios, persas, etc.

b) Os cristãos não serviam no exército, por isso é que enfraqueceu e esfriou o ardor patriótico. Qual? O ardor patriótico arrefeceu foi quando os imperadores proibiram servir no exército os filhos de famílias nobres, por ver nêles um perigo para as suas divinas pessoas. Por isso é que só havia gente medíocre, inferior, no exército.

c) Os cristãos não tomavam parte na vida pública. E' verdade, mas, em compensação, por milhares contavam as famílias excelentes dos cristãos. E não se deve esquecer a escassez de casamentos já anteriormente e ainda menor número de nascimentos, o que não se dava entre cristãos.

As verdadeiras causas da queda do império, conforme escreve Orósio na "História adversus paganos", são estas:

a) a crise agrícola, devida aos latifúndios;

b) os vícios da vida social;

c) as invasões contínuas e violentas de gente ainda nova, vigorosa e de costumes bastante puros.

1) Belser, em Tüb. Qschr. 1892, pp. 246 seg., trata da autenticidade dêsse livro. — 2) Êste não é o Eusébio de Nicomedia, inimigo de S. Atanásio, mas apenas parente daquele. — 3) Migne, Patr. lat., T. XXXI.

§ 40. Influência da Igreja sôbre o Estado.

A influência da Igreja sôbre o Estado sentiu-se especialmente na legislação civil: cristianização das leis.[1]

a) abrandou as leis penais, abolindo o ferrete e a crucifixão (em honra de Nosso Senhor).[2]

b) melhorou a condição de certas classes, p. ex., a dos encarcerados, a dos soldados (dando-lhes capelães).[3]

c) aboliu certos abusos: teatros imorais, jogos de gladiadores[4], trabalhos servis aos domingos (até o comércio e os tribunais deviam guardar o dia do Senhor).

d) diminuiu os exagerados poderes dos pais e maridos sôbre os filhos e esposas, indicando-lhes os justos limites.

e) ajudou aos escravos, favorecendo as alforrias, não permitindo aos judeus terem escravos cristãos, acolhendo os libertos, etc.[5]

f) alcançou, mesmo com algumas dificuldades da parte do Estado, várias leis sôbre o matrimônio, e. gr., punindo os atentados contra o pudor, reduzindo as causas de divórcio, proibindo casamentos entre parentes, etc.

1) Thomassin, Vetus et nova disciplina, T. 6. 7. — 2) Sozôm. I, 8; Cod. Theod. IX, 40, 2. — 3) Sozôm. l. c. — 4) Riffel, Kirche und Staat, pp. 91 et seg. — 5) Ratzinger, Geschichte der Kirchlichen Armenpflege, Frib. 1884; Lact. Inst. V, 15; Allard, Les esclaves chrétiens, Paris, 1876.

§ 41. Influência do Estado sôbre a Igreja.

A influência do Estado sôbre a Igreja foi de modo indébito e nem sempre benéfica.[1]

I) **Nos concílios.** Os sínodos e concílios só podem ser convocados pelos Papas. Mas, na realidade, nos primeiros tempos eram os imperadores que convocavam os concílios, embora, às vêzes, a pedido dos Bispos. Contudo os sínodos tinham valor, porque os Papas os aprovavam, assistindo a êles pessoalmente ou por seus delegados. E' digno de nota o seguinte: os imperadores nunca tiveram voto, mas cuidavam sòmente da ordem externa e, logo após a aprovação pontifícia, introduziam na legislação estadual os cânones do concílio.

II) **Na nomeação dos Bispos.** Segundo a praxe então vigente, competia ao povo a escolha do seu Bispo. Mas os imperadores se ingeriram tanto nessas eleições, que, de fato, quem os escolhia já não era o povo, mas o soberano. Para ressalvar as aparências de eleição, o povo era consultado, mas sempre se calava e aceitava o já designado. Isto acontecia principalmente no Oriente, onde, por êsse motivo, entraram no govêrno da Igreja prelados menos bons e subservientes aos imperadores.

III) **Na doutrina.** Os crimes contra Deus e seu culto eram considerados crimes contra todos os sêres, e, por conseqüência, do fôro do Estado, embora competisse à Igreja. Em geral os Bispos deixavam aos imperadores o cuidado e poder de punir os hereges, etc. Mesmo S. Agostinho, que no princípio discordava, depois também o admitiu, ao menos quanto a certos hereges que punham em perigo a Igreja e o Estado. Pouco a pouco tudo isso degenerou em cadeias para a Igreja. Vários imperadores dilataram a esfera de suas atribuições, chegando alguns a promulgar leis sôbre pontos doutrinários, dogmáticos e morais, para não falar na disciplina eclesiástica, já então considerada direito imperial (embora usurpado).

As causas de tudo isso foram: a) o despotismo dos imperadores, pois, desde a mudança de Constantino para Bizâncio, o senado nenhum valor tinha; b) a fraqueza e servilismo de tantos Bispos, acostumados ao ar da côrte; c) o apêlo que faziam aos imperadores os Bispos católicos e acatólicos para os terem de seu lado e receberem auxílio; d) a infância e novidade da Igreja.

Deve-se ter em vista, porém, que 1.° a situação já não era tão nociva à Igreja como no tempo das perseguições; 2.° que a Igreja era uma sociedade nova, cujos limites nas relações com o Estado estavam marcados só teòricamente; 3.° que os desmandos eram reconhecidos como reprováveis e apenas tolerados pela Igreja, que, não os podendo eliminar de pronto, sofria e aguardava melhor oportunidade.

1) Cf. Riffel, op. cit., para todo êste assunto.

§ 42. Direitos e privilégios da Igreja.

A) **Possessões.** Já Constantino restituira à Igreja os bens confiscados, mas, não julgando ser bastante, concedeu-lhe a faculdade de receber legados[1], aumentou-lhe a fortuna, sobretudo no Oriente, cedeu à Igreja vários bens de mártires e de pagãos sem herdeiros, a ponto de cada Bispo precisar de um ecônomo para a administração dos bens temporais.[2]

B) **Imunidades.** Os bens eclesiásticos foram declarados isentos de imposto. Mas já no mesmo reinado de Constantino se modificou essa lei, submetendo-os aos impostos ordinários, livres embora dos extraordinários.[3] O clero ficou imune do imposto pessoal. Contudo, a fim de impedir grandes perdas para o Estado, os ricos não podiam ser ordenados.[4] No século V, como só se isentavam de tributo os bens eclesiásticos do Padre, e não os pessoais, também os abastados podiam ser sacerdotes.

C) **Poderes.** Os Bispos obtiveram muitas prerrogativas: eram consultores do imperador nas questões de importância, ocupavam posição honrosa, tinham precedência, certa inspeção e superintendência até no fôro civil; só podiam ser julgados por outros Bispos, etc.[5] Com o decorrer do tempo deram-se as alterações.

D) **Direito de asilo.** Como anteriormente os templos pagãos serviam de refúgio aos criminosos perseguidos pela justiça, assim depois os templos cristãos e até suas imediações gozavam do direito de asilo. A lei de Arcádio contra êsse costume não vigorou, e Eutrópio, que a inspirara, precisou fazer uso do mesmo direito, refugiando-se numa igreja. Mais tarde os grandes criminosos não tinham permissão de se asilarem nas igrejas.

1) Cod. Theod. XVI, 2. 4. — 2) Riffel, Kirche und Staat, pág. 134. — 3) Op. cit., pág. 158. — 4) Cod. Theod. XVI, 2. 3. — 5) Riffel, op. cit., pp. 180 sg.

B. Situação interior da Igreja.

I. CONSTITUIÇÃO DA IGREJA.

§ 43. Encargos e formação dos clérigos.

Nos primeiros tempos só havia os títulos de presbíteros e diáconos, pois "presbítero" significava não só o simples sacerdote, como hoje, mas também o Bispo, designando, porém, dignidade e poderes diversos.[1] Na metade do II século aparecem os subdiáconos, como auxiliares dos diáconos, que, por sua vez, eram ajudantes dos Bispos. Aos poucos foram instituídas as ordens menores, uma por uma, conforme as necessidades e conveniências.[2] As diaconisas são antigas na Igreja, pois S. Paulo já as menciona, porém jamais receberam ordem

alguma. Nesse período (séc. IV e V) vão elas desaparecendo paulatinamente. Como os Bispos tivessem muitas ocupações, foi necessário introduzir novos funcionários na Igreja.

A função principal, sobretudo no Oriente, é a dos ecônomos, que administravam os bens eclesiásticos. No tribunal havia defensores encarregados de advogar as causas; notários, para a escrituração de atas; e arquivistas ou guardas dos documentos.

Os Bispos tinham nas côrtes seus representantes, os apocrisiários.[3] Os arciprestes ou arquipresbíteros eram os substitutos dos Bispos nos atos que exigissem a ordem sacerdotal. Dentre os diáconos um havia que era o primeiro e era chamado arquidiácono ou arcediago com encargo correspondente ao vigário geral de hoje. Tinham na parte temporal mais poder que os presbíteros. Os arcediagos eram em geral sucessores dos Bispos. Os sincelos eram conselheiros do Bispo, os cantores se ocupavam com os salmos, etc., os parabolanos com os enfermos, e os fossores com as sepulturas. Os hermeneutas pregavam e explicavam as Escrituras.[4]

Formação do clero. — No princípio eram os carismas dados pelo Espírito Santo o critério para a escolha do candidato ao sacerdócio. Depois começaram os Bispos a fazer a seleção, chamando e convidando para o altar gente instruída e de bons costumes. Eram logo ordenados os escolhidos, porque pouco preparo se exigia: o dogma estava pouco desenvolvido, não havia na moral os complicados casos de consciência de agora; bastava-lhes, pois, isso e ainda um pouco de liturgia. A instrução era recebida em algumas escolas (Alexandria ou Antioquia), mas não eram escolas para sacerdotes, antes escolas leigas de filosofia e teologia, freqüentadas também por pagãos. Não obstante, os cristãos nelas instruídos eram os preferidos pelos Bispos para as ordens. Alguns Bispos e Doutôres da Igreja começaram a reunir em tôrno de si alunos e candidatos ao serviço divino. Assim, o primeiro seminário foi o palácio de Hipona, onde S. Agostinho instruia os futuros sacerdotes, tudo com muita simplicidade, aproveitando os mais instruídos para lecionarem aos mais atrasados. Já vigorava o costume de na ordenação se determinar a igreja a que o ordenando ficaria adscrito.

Eram excluídos do sacerdócio a) os que tinham sido hereges; b) os neófitos; c) os bígamos (entende-se isto sucessivamente, e não simultâneamente); d) os escravos não libertos; e) os criminosos; f) os dançarinos; g) os comediantes; h) os penitentes públicos.

Embora já houvesse rendas eclesiásticas (leis de Constantino) e contribuições voluntárias dos fiéis, muitos dos clérigos viviam da sua fortuna pessoal ou também do trabalho de suas mãos, imitando S. Paulo.

1) Act. c. 15; 1 Tim 5, 19; Tit 1, 5; Fil 4, 6. — 2) O Papa S. Cornélio, em 251, já se refere a cada uma das Ordens menores. — 3) Thomassin, Vet. et nov. eccl. disc. III, c .107. Apocrisiário significa responsável. — 4) Selvaggio, Antiq. Christ. inst. § 9 e 10. Cita ainda os sacristães e os missionários, e dá aos chantres o nome de psaltes.

§ 44. Celibato.

Ainda que no princípio não houvesse leis especiais, o clero superior sempre guardou o celibato.[1] Era conseqüência dos conselhos evangélicos e do exemplo de S. Paulo, de S. João e do próprio Cristo. Os mais antigos documentos que se referem ao celibato são de Tertuliano e S. Hipólito, mas já o supõem geralmente admitido.[2]

A) A praxe era que os já ordenados não se casassem; e os já casados ao receberem as ordens maiores, se abstivessem, em geral, de viver com a espôsa; e que os bígamos, isto é, os que contraíam segundas núpcias, não se admitissem ao sacerdócio. Tal praxe é incontestável, como provam os escritores e concílios.[3] Só se permitia o casamento aos leitores e cantores. Depois surgiram abusos e por isso vieram as leis canônicas.

B) Leis: a) Os já sacerdotes não poderão contrair matrimônio. b) Os sacerdotes já casados deverão abster-se do uso do matrimônio, conforme o cânon 33 do Conc. de Elvira. Quando, porém, no concílio de Nicéia se pretendeu estender essa lei a tôda a Igreja, o Bispo Pafnúcio se lhe opôs e os mais Padres do concílio cederam. Assim é que continua no Oriente em vigor a permissão do uso do matrimônio aos já casados antes de sua ordenação.

O costume contrário foi aceito no conc. Trulano II, mas pouco tempo durou. A Igreja do Ocidente seguiu desde logo o conc. de Elvira e permaneceu fiel ao costume antigo, mais conforme ao espírito de Cristo.

1) Hefele, Beitraege, I. 122 seg.; Zacaria, Storia polemica del celibato sagro (Roma, 1775); Nuova giustificaztone del celib. sagro (Foligno, 1785). — 2) Tert. de Monogam. c. 12; Döllinger H. und K. pp. 140 et seg. — 3) Concílios de Neocesaréia, de Elvira (306) e de Nicéia (325).

§ 45. Bispos. Metropolitas. Patriarcas.

A) **Bispos.** O conc. Niceno estabeleceu a seguinte regra para se escolher um novo Bispo: "O povo aclama o candidato apresentado por três Bispos da mesma província, ficando reservada ao metropolita a confirmação da escolha." Pouco a pouco foi desaparecendo a influência do povo nessas eleições, devido a intrigas e facções[1], pois o povo não tem o critério necessário e é fàcilmente subornado por chefetes. O mesmo concílio insistiu em que houvesse um só Bispo em cada diocese, a não ser que um prelado idoso necessitasse de coadjutor; b) um Bispo não passasse de uma diocese para outra; c) os Bispos visitassem suas dioceses, administrassem os sacramentos da confirmação e da ordem, assistissem aos sínodos e residissem na cidade episcopal.[2] No princípio não havia paróquias. O Bispo era o pároco de tôda a diocese, e os fiéis deviam assistir às funções religiosas na cidade episcopal.

Depois construiram igrejas fora das cidades (donde vem o nome de "paróquia") e eram para lá mandados simples sacerdotes. Quem construia uma igreja ou a dotava, gozava do privilégio de apresentar um sacerdote recomendável para a reger.[3] Daí procedem os direitos do padroado de que tanto se abusou em Portugal e no Brasil.

B) **Metropolitas.** São Bispos que têm por subalterno ou sufragâneos outros Bispos, formando juntos uma província eclesiástica. Seus direitos eram confirmar os Bispos eleitos de sua província, convocar sínodos provinciais, julgar em segunda instância as causas dos sufragâneos.

A província civil era também província eclesiástica: a capital da província era a metrópole.[4]

C) Os **patriarcas** eram metropolitas ou Arcebispos de poderes mais amplos.

Os **exarcas** eram duma categoria entre Bispos e Patriarcas. O exarcato podia ter várias metrópoles. Qual seja a diferença exata entre o exarcato e o patriarcato não se percebe exatamente. Éfeso, Cesaréia e Heracléia eram exarcatos.[5]

Eram sés patriarcais a de Roma, Alexandria e Antioquia; as duas últimas só com o "Primatus honoris" e só para o Oriente, enquanto Roma para todo o mundo e especialmente para o Ocidente. Mais tarde Jerusalém e Constantinopla quiseram o título patriarcal. Jerusalém não alcançou essa honra no Concílio de Nicéia, como pretendia, mas sim no Calcedonense. Constantinopla julgou ter o mesmo direito, por ser residência dos imperadores. Uns Padres do concílio cederam, outros não, e embora o Concílio Trulano II renovasse esta concessão, o Papa Leão I não lhe aprovou o tal cânon. Não obstante os Bispos de Constantinopla se julgam patriarcas.[6] No século VI, João IV tomou o nome de patriarca ecumênico, contra as reclamações do Papa. Na realidade, quanto mais subia de título o patriarca de Constantinopla, tanto menores eram seus direitos e poderes.

1) Conc. Laod. Can. 13.º — 2) Conc. Nic. can. 4, 8, 15. — 3) Conc. Nic., c. 5; Conc. Sard., c. 11 e 12. — 4) No Ocidente só mais tarde é que houve metropolitas (Maassen, Hefele, Walter). — 5) Brück declara terem sido essas três cidades apenas distritos metropolitanos. Nesse caso, o exarcato constava de várias dioceses e fazia parte da província eclesiástica. — 6) Hefele, C. G. II, 17, 18.

§ 46. Primado.

Bem que no princípio não tivessem os Bispos de Roma título ou nome algum exclusivo, o qual mostrasse a superioridade sôbre os demais antístites, foram sempre reconhecidos como chefes da cristandade. Disso dão cabal testemunho os escritos dos Padres da Igreja[1], as atas dos concílios e até os escritos dos imperadores.[2]

A época em que mais se patenteou êste reconhecimento foi a dos séculos IV e seguintes, pois as heresias e as dificuldades com o poder civil deram a todos ensejo de apelarem para Roma e de lá esperarem a solução para tôdas as questões: era Celestino I condenando o nestorianismo; Leão Magno, os erros monofisitas; Inocêncio I, o pelagianismo; de modo que já S. Agos-

tinho dizia: "Per papae rescriptum, causa finita... utinam aliquando finiatur error"![3]

Quanto a assuntos disciplinares, sobretudo em pontos de importância, era tão freqüente o recurso ao Pontífice Romano que S. Jerônimo atesta, como auxiliar que era de S. Dâmaso I, ter que responder a muitas cartas tanto do Oriente como do Ocidente.[4] Celestino I alude à quantidade de negócios que lhe aparecem de tôdas as igrejas.

Havendo necessidade de dispensa de leis eclesiásticas, é ainda aos Papas Melquíades, Anastácio, Sirício e outros, que se dirigem os interessados, da Espanha, da África e do Oriente. O poder papal, ou seja o do Pontífice Romano, era tão reconhecido por todos, que nem Bispos, nem Patriarcas nem concílios se julgavam superiores aos Papas em assuntos eclesiásticos. Se os primeiros concílios foram convocados pelos imperadores, foi com anuência dos Papas, e atas e decretos tiveram que receber sua aprovação para terem valor dogmático ou disciplinar. Quando, em 501, num concílio Romano (ad Palmaria), Símaco apresentou acusações contra o Papa, e pediu que fôssem examinadas, nada menos de setenta e seis Bispos declararam: "Nova res est; sedis istius Pontificem apud nos audiri nullum constat exemplum."

Eram, enfim, os Papas que confirmavam as eleições dos Patriarcas[5], fiscalizavam-nos no exercício de seus cargos e os depunham[6], se o caso o requeresse. Da decisão de um concílio ecumênico era permitido apelar ao Papa.

Resulta, pois, de tantos fatos, tão diversos e multiplicados, o incontestável primado da Sé de Roma. Entretanto, costuma apresentar-se como objeção o concílio de Sárdica, pois declarou que Bispos depostos não podem recorrer ao Papa. Mas os próprios têrmos dos cânones em questão são insofismáveis, pois reconhecem ao Papa o direito de reprovar a atitude do concílio, e de nomear tribunais presididos por legados papais, para julgar os Bispos depostos, etc. O mesmo vale da proibição dada aos sacerdotes da África no recurso à Santa Sé. A intenção, em ambos os casos, era apenas diminuir o número de recursos, às vêzes por ninharias, visto haver outros meios de solucionar as questiúnculas. Tão reconhecido e respeitado era o direito do Pontífice Romano em tôdas as dioceses, que êste lhes mandava visitadores e legados pontifícios para regular negócios eclesiásticos. Os enviados a Constantinopla eram conhecidos pelo nome de apocrisiários; nas demais dioceses se chamavam vigários.

1) Cfr. Ballerini, De vi et ratione Primatus, pp. 127 seg. — 2) Ammien-Marcellin, Hist. XV, 7; Ep. 11 inter Leon., ed. Baller., I, 642. — 3) O título de Papa também se dava a outros Bispos, mas na frase de S. Agostinho refere-se ao Papa Inocêncio I. — 4) Ep. 123 ad Ageruch., c. 10. — 5) O imperador Teodósio pediu a Roma a confirmação de Nestório, eleito para a Sé de Constantinopla. — 6) S. Crisóstomo e Anatólio fizeram o mesmo. Leão I confirmou a eleição de Máximo para Antioquia. Celestino depôs Nestório; Agapito a Antimo de Constantinopla, etc.

§ 47. Concílios ecumênicos.[1]

1) Concílio Niceno (325).

Heresia condenada: Arianismo, que nega a divindade de Nosso Senhor Jesus Cristo.
Heresiarca: Ario, sacerdote de Alexandria.
Papa: Silvestre.
Imperador: Constantino.
Padre da Igreja: S. Atanásio de Alexandria.
Observação: I Fase sob Constantino.

2) Concílio Constantinopolitano (381).

Heresia condenada: Arianismo em suas derivações, isto é, eunomianos, semi-arianos, macedonianos (negam a divindade do Espírito Santo) e apolinaristas (dizem que o *nus* falta a Jesus Cristo). Os semi-arianos rejeitam o têrmo *homousios* que é ortodoxo, e aplicam ao Verbo o têrmo *homoiusios* que significa sòmente semelhante à substância do Pai.
Heresiarca: Eunômo Macedônio.
Papa: Dâmaso.
Imperador: Teodósio o Grande.
Padres Orientais: S. Basílio, S. Gregório Nazianzeno, S. Gregório Nisseno, S. Cirilo de Alexandria; *Padres Ocidentais:* S. Ambrósio, S. Hilário, S. Agostinho.
Observação: Entre êste e os concílios seguintes são combatidos os erros soteriológicos (pelagianismo) que negam a necessidade da graça. Condenados no Concílio Milevitano II e no Cartaginês.

3) Concílio Efesino (431).

Heresia condenada: Nestorianismo, que diz que em Nosso Senhor há duas pessoas.
Heresiarca: Nestório, patriarca de Constantinopla.
Papa: Celestino.
Imperador: Teodósio II.
Padre: S. Cirilo de Alexandria.
Observação: Os concílios seguintes combatem os erros cristológicos.

4) Concílio Calcedonense (451).

Heresia condenada: Monofisitismo, que ensina que em Nosso Senhor há uma pessoa e uma natureza.
Heresiarca: Êutiques.
Papa: Leão I.
Imperador: Marciano.

5) Concílio Constantinopolitano II (553).

Heresia condenada: Controvérsia dos três capítulos.

6) Concílio Constantinopolitano III (680).

Heresia condenada: Monotelelismo, que ensina que há duas naturezas e uma vontade em Cristo.
Heresiarca: Sérgio, patriarca de Alexandria.
Papa: Agatão.
Imperador: Constantino Pogonato.

Nota: O concílio Constantinopolitano IV (ou Trulano II ou Quini Sexti não é ecumênico; é um complemento ao V e VI, que não tinham cânones disciplinares.

1) Belarmino, Disp. t. II, de Conciliis lib. 1-2. Aí se vê o valor dos concílios ecumênicos (etimològicamente do orbe da terra). Note-se a diferença entre concílios gerais, patriarcais, nacionais, primaciais, provinciais e sínodos diocesanos.

II. DESENVOLVIMENTO DA DOUTRINA.

1) PADRES DA IGREJA.

§ 48. Padres orientais.

Os séculos IV e V formam o período áureo da literatura patrística. A apologética, o dogma, a exegese, a filosofia, a jurisprudência, tudo é cultivado pelos Padres do IV e V século. As escolas principais eram 1) A de Alexandria (catequética), em que brilhou um certo Dídimo, cego, meio século depois de Orígenes. Era ortodoxa. 2) A de Antioquia, fundada por Doroteu e Luciano. Esta, exegética, explicava a Sagrada Escritura de modo histórico, literal e gramatical, contra o método místico da escola Alexandrina. O método antioqueno serve para o dogma e é o único estritamente certo. O alexandrino é também legítimo, por vêzes mais sublime. Exageros houve de parte a parte. 3) Em Nísibis e Edessa (Síria) como 4) na Palestina, havia igualmente escolas teológicas.

Até meados do século floresceram os Padres. Depois, pela invasão dos bárbaros, cessaram as musas teológicas. Além do mais o despotismo dos imperadores do Oriente avassalou os Bispos, dando-lhes fórmulas para simplesmente assinarem, de modo que arrefeceu o ânimo de todos. Entre os Padres orientais avulta:

A) Da escola de Alexandria.

1) **S. Atanásio,** o Grande, o pai da ortodoxia. Nasceu em Alexandria, de pais abastados e católicos, ao que parece. Dotado de rara inteligência e esmeradamente educado, recebeu, ainda novo, o diaconato e serviu de secretário ao Bispo de Alexandria. Com vinte anos apenas, escreveu o livro "Oratio contra gentes" e "De incarnatione". Escreveu também a vida de S. Antão, com quem estivera algum tempo. (S. Antão legou sua túnica ao amigo S. Atanásio.) Em 325 acompanhou, como secretário, o Bispo Alexandre ao concílio Niceno. Muito ajudou os Bispos do concílio, pois, com os seus conhecimentos, refutou o arianismo como contrário às Sagradas Escrituras, aos princípios do cristianismo, e à sã razão. Alguns anos depois substituiu o Bispo Alexandre na Sé de Alexandria. Foi um apóstolo nesse campo e como tal reconhecido por todos. [1] Começou, porém, logo a caminhar pela rua da amargura. Constantino exilara Ario, que, como herege, fôra condenado solenemente no concílio Niceno. Mas Constância, viúva de Licínio, e irmã de Constantino, conseguiu que o imperador chamasse do destêrro o obstinado e hipócrita Ario, para ser readmitido na igreja de Alexandria. Atanásio, resoluto, impediu-lhe a entrada, porque percebia a falsidade da profissão de fé prestada por Ario.

Os arianos é que não perdoaram a S. Atanásio a firmeza de ânimo. O concílio de Tiro (ariano), presidido por Eusébio (Bispo de Nicomedia), tentou condenar Atanásio, por acusações falsas e compradas. Mas S. Atanásio demonstrou a falsidade das acusações e apelou ao imperador. Eis os falsos testemunhos: a) Uma mulher o acusava de estuprador. Mas, para verificação no tribunal, outro se apresentou como se fôsse o próprio Atanásio e perguntou: "Então, fui eu que quis violar a tua virgindade?" E a mulher, que não conhecia S. Atanásio, respondeu afirmativamente, mostrando assim ter sido subornada. b) Atanásio, diziam, cortou o braço de Arsênio para artes mágicas: Isto diziam apresentando um braço cortado. Veio a mostrar-lhes os dois braços o próprio Arsênio, de cujo paradeiro ninguém sabia, desde muito tempo.

Vencidos muitos obstáculos, Atanásio pediu ao imperador chamasse a Constantinopla os falsos acusadores, para que êle (Atanásio) se defendesse em sua presença.

Apresentaram-se os principais inimigos e acusaram S. Atanásio de ter impedido a saída de trigo do Egito para Constantinopla, e de ser perturbador. E Constantino não quis ouvir mais e logo o exilou para Tréveris, onde foi muito bem recebido pelo Bispo Máximo e Constantino Júnior.

O Bispo de Constantinopla, mais submisso ao mando imperial, embora contra a vontade, estava para receber Ario na comunhão dos fiéis. Quando, porém, o heresiarca pomposamente se dirigia à igreja, zombando de Atanásio, teve que imperiosa e repentinamente se recolher a uma espelunca, onde morreu com as visceras fora do corpo. [3]

Durante o exílio de S. Atanásio morreu também Constantino.

Passados assim dois anos, Atanásio voltou do exílio, bem recomendado por Constantino Júnior. Entretanto, sob Constâncio (ariano), os inimigos de Atanásio o acusaram ao Papa. Mas êste convocou um concílio, que apurou a verdade e o proclamou inocente. Depois da permanência de ano e meio em Roma, entrou Atanásio novamente em sua Igreja. Mas os inimigos, em conciliábulo, outra vez o condenaram em presença de Constâncio. Com tropas armadas os arianos entraram em Alexandria e fizeram uma mortandade enorme. S. Atanásio saiu secretamente da cidade e foi ter com o Papa, que, auxiliado por Constante, reuniu novo concílio (Sárdica) com grande número de Bispos católicos, todos concordes em proclamar a inocência e ortodoxia de Atanásio. Constante obrigou Constâncio a receber Atanásio em sua Sé, o que se realizou com magno júbilo do povo. Com a morte de Constante, os arianos incitaram Constâncio a desterrar Atanásio. Por razões políticas, Constâncio não o fêz logo. Mas, apenas foi reconhecido imperador universal, dirigiu tôdas as suas maquinações contra Atanásio, ameaçando desterrar o Papa e os Bispos favoráveis ao grande herói.

Vários dêstes não se intimidaram e declararam Atanásio valoroso defensor da fé. Foram por isso exilados.

Cresceu o ódio de Constâncio, que mandou prender Atanásio numa igreja em que orava com grande multidão de fiéis. Passou Atanásio incólume por entre os soldados e retirou-se para uma cisterna da Tebaida, onde ficou seis anos. Morto Constâncio, Juliano chamou do exílio todos os Bispos, e Atanásio entrou solenemente em Alexandria. Mas Juliano, que não queria o triunfo do cristianismo, logo viu que tinha em Atanásio um inimigo. Açulado pelos arianos que faziam com êle causa comum, baniu do Egito o santo Bispo e deu ordem secreta de o matarem. Navegava o santo para o exílio, mas outro navio o perseguia para o prender e matar. Atanásio manda que seu navio vá ao encontro do segundo. Chegaram à fala: "Não viram Atanásio?" "Sim, não vai longe, persigam-no, que logo o alcançarão."

O inimigo seguiu seu rumo, enquanto Atanásio aportava em Alexandria, onde foi viver oculto. Com a morte de Juliano, subiu ao trono Joviano, amigo de Atanásio. Sairam do exílio os Bispos. Atanásio trabalhou em paz durante o govêrno de Joviano e Valentiniano. Mas, quando Valente começou a governar o Oriente, ordenou que os Bispos desterrados por Constâncio voltassem ao degrêdo. Lá se foi Atanásio pela quinta vez, apesar de o povo o querer impedir. Enfim, chamado do exílio pelo mesmo imperador, que temia uma revolução, não foi mais expatriado e continuou a reger santamente sua igreja, de que era coluna fortíssima. Diz S. Gregório: Atanásio foi diamante para os inimigos e íman para os mais. Morreu pacificamente porque pelejara como herói.

Suas obras: Oratio contra gentes (é apologética); De incarnatione; Quatuor orationes contra arianos, é dogmática. Explicatio psalmorum, exegética. Epístolas ad monachos, ascética.

Contra a acusação que os adversários lhe faziam, taxando de covardia sua fuga, defendeu-se o Santo com o exemplo de Jesus Cristo, e com a resposta: "Se Deus me salvou milagrosamente das mãos dos inimigos, não tinha eu o direito de me expôr novamente e entregar-me a êles."

2) **S. Basílio Magno,** nascido na Capadócia de pais ricos, nobres e cristãos. Educado piedosamente, estudou em Cesaréia e Constantinopla e mais tarde em Atenas, onde encontrou Juliano. Dedicou-se depois com sua irmã à filosofia cristã, designação que davam então à vida ascética. Em 364 foi ordenado sacerdote, tendo antes visitado os monges da Síria, Palestina e Egito. Não tardou em ser escolhido para reger um bispado: tocou-lhe o exarcato de Cesaréia.

Ativo no seu ministério e abençoado por Deus, conservou a unidade entre os Bispos, trazendo também a esta seu tio, o Bispo Gregório. Quem tentou perturbar a unidade foi o Bispo

Antimo que reclamava as mesmas honras devidas a Basílio. Mas êste ordenou muitos Bispos (para ter numerosos partidários), e, ajudado por S. Gregório de Nazianzo, alcançou a concórdia não só em tôda a Capadócia, mas também fora (em Antioquia).

Passava, entretanto, a Igreja por agudíssimo período de heresias (arianismo e semi-arianismo, eunomianismo e apolinarismo), com vários dos imperadores a seu favor (Constâncio, Valente). Nessa lastimosa posição da Igreja, Basílio fêz frente às heresias e a seus adeptos, sem se dobrar às insinuações e ameaças de Valente, quer lhas levassem conselheiros, quer militares. Voltou o imperador à amizade com Basílio; nem assim êle cedeu. Quebrou-a de novo e ameaçou desterrá-lo: ficou no mesmo S. Basílio, a favorecer os mosteiros, a promover a celebração digna do culto divino e até a construir um asilo para mendigos.

Dentre suas obras escritas, algumas tratam da vida monástica, porém não é certo que seja êle o autor das "Constituições da vida monástica", que regem os mosteiros orientais. Entretanto, encontra-se em suas obras o que as "Constituições" contêm. Escreveu um livro sôbre o Espírito Santo, cinco contra Eunômio (mais atrevido que Ario), perto de quatrocentas cartas preciosíssimas e ainda livros ascéticos e homílias.[3]

3) **S. Gregório Nazianzeno,** amigo e irmão espiritual de S. Basílio, era filho de S. Nona e de um pagão, que se tornou Bispo depois de convertido. Gregório estudou em Capadócia, Palestina (exegese), Alexandria e Atenas, onde se ligou a S. Basílio. Foi batizado em Nazianzo, sua terra, com a idade de quase trinta anos, como então não era raro acontecer. Retirou-se à solidão, com S. Basílio, para levar vida ascética. Mas havendo, em Nazianzo, certa oposição ao Bispo[4], que tinha assinado uma fórmula semi-ariana e por isso era repelido pelos monges, correu em seu auxílio S. Gregório, tornando-se mais tarde seu Bispo coadjutor, sagrado por S. Basílio.

Graciano o convidou para a Sé de Constantinopla, onde Gregório encontrou um rebanho reduzido, a fé decaída e tudo em mau estado. Lutou com muitas dificuldades, especialmente da parte de Máximo, o cínico, mas endireitou quanto podia. Cansado, porém, das intrigas e malquerenças de muitos Bispos, resolveu renunciar à Sé de Constantinopla e voltar a Nazianzo, onde continuou a escrever livros, procurando, entretanto, não comparecer aos sínodos.

Belíssimo é o discurso de despedida, pronunciado na "Agia Sofia". Embora tenha S. Gregório o cognome de teólogo, sua fôrça está na retórica. Escreveu também as "invectivas contra Juliano", Sermões de teologia e oratio "de fuga".

4) **S. Gregório Nisseno,** irmão menor de S. Basílio, por quem foi educado e reencaminhado, pois, quando já leitor, se casara e desviara um tanto. Com as admoestações de S. Basílio, reentrou na vida ascética e, ordenado sacerdote, foi escolhido para Bispo de Nissa, donde foi expulso por intrigas dos arianos. Andou muitos anos no exílio, e só pôde voltar no tempo de Teodósio. No concílio de Constantinopla foi cognominado "Pater Patrum". Escreveu doze livros contra os arianos, outros escritos morais (perfeição, virgindade), "Oratio Magna Catechetica" e cartas. E' inferior a S. Basílio na clareza, e a S. Gregório de Nazianzo na retórica, mas supera-os na profundeza. Não era homem de talento prático e tino administrativo. Chegou a admitir idéias de Orígenes sôbre a preexistência das almas. [5]

5) **S. Cirilo de Jerusalém** (315-386). Foi ordenado presbítero pelo Bispo Máximo, a quem ajudou em Jerusalém, vindo a ser Bispo da mesma Sé. Bom pregador, escreveu as catequeses quaresmais que formam o primeiro compêndio dogmático daqueles tempos. São vinte e três catequeses: dezoito para os catecúmenos, e cinco para os já batizados. O que mais importa é sua completa ortodoxia. Evitou a palavra *ὁμοούσιος* por andar então controvertida, como também "hipostasis" por ainda não estar bem definida e consagrada pelo uso. Sucedendo a Máximo, teve que sustentar a luta com Acácio de Cesaréia que pretendia ser metropolita, título que competia a Cirilo. Por causa dessa contenda, foi três vêzes exilado, a última por Valente. Juliano o chamou do exílio, e assim é que o encontramos a apaziguar o povo cristão na tentativa, feita por Juliano, de reconstruir o templo de Jerusalém. [6]

6) **Dídimo,** o cego, professor exímio nas letras profanas e sacras, Escreveu "De Trinitate" e um comentário sôbre o livro "De principiis", de Orígenes. Infelizmente adotou alguns erros dêste. [7]

7) **S. Cirilo de Alexandria,** cuja vida está em nexo com o combate ao nestorianismo. Apolinário ensinara que Jesus não era homem completo, mas que o lugar do *νοῦς* era ocupado pelo Verbo. Contra êle surgiu Teodoro de Mopsueste, estabelecendo em Cristo não só duas naturezas, mas também duas pessoas. Êsse êrró tomou o nome de nestorianismo por ser abraçado e defendido por Nestório, mais tarde Arcebispo de Constantinopla. Contra Nestório se levantou Cirilo, que o denunciou a Roma. Nestório logo o imitou no recurso ao Papa. Celestino I examinou detidamente a doutrina inteira, e deu razão a Cirilo. Êste, no sínodo de Alexandria, lançou doze anátemas contra Nestório, que respondeu com outros doze contra Cirilo. Teodósio, fraco, protetor de Nestório, convocou o sínodo de Éfeso, que foi presidido por Cirilo. Quem lá não apareceu foi Nestório. O sínodo lançou-lhe a excomunhão, mas tanto Nestório, como seu adepto João, patriarca de Antioquia, não o aceita-

ram, por não terem estado presentes. E o resultado foi que o imperador expatriou S. Cirilo como desordeiro. Libertado por S. Pulquéria, fêz depois as pazes com João.

B) Da escola de Antioquia.

1) **S. João Crisóstomo** é a glória dessa escola. Nasceu em Antioquia. A mãe, S. Antusa, enviuvou aos vinte anos, e se dedicou tôda à perfeição pessoal e à educação do filho.

Entre os professôres, cujas aulas João freqüentou, salienta-se o retórico pagão Libânio, que desejava ter Crisóstomo por sucessor. Já advogado, João Crisóstomo retirou-se dos negócios do mundo, para se entregar inteiramente ao estudo das ciências sagradas e ao exercício das virtudes cristãs. Tornou-se grande a fama de João Crisóstomo, a ponto de atrair os olhares dos católicos. Bem o queriam ordenar os Bispos de Cesaréia e Nazianzo, mas, quando chegou a ocasião, Crisóstomo fugiu, deixando Basílio sòzinho, prêso pelos laços episcopais. Foi para um mosteiro e lá escreveu o livro sôbre o "Sacerdócio", opondo às queixas de Basílio a sua falta de santidade para ser ordenado. Aproveitou ainda êsse tempo para escrever o livro da "Virgindade", os da "Compunção", homílias, etc., ocupando-se com predileção da Sagrada Escritura. Enfim, impelido por uma visão celeste que tanto Crisóstomo como o Bispo Flávio tiveram, João Crisóstomo já não resiste e, ordenado sacerdote, se torna secretário de Flávio e pregador de homílias (duas por semana, e diàriamente na quaresma).

Assim viveu treze anos, até que, em 397, Arcádio o levou a ocupar a Sé patriarcal de Constantinopla, com grande júbilo da população, e igual pesar e resistência dos habitantes de Antioquia. Eutrópio, valido do imperador, fôra o primeiro a propor Crisóstomo para patriarca, mas nem por isso foi poupado pela franqueza apostólica do santo, que censurava os abusos não só do clero, mas também do povo e especialmente da côrte. O resultado já era de prever: todos se incompatibilizaram com o patriarca, nomeadamente o ambicioso Eutrópio. (Êste, porém, caindo no desprestígio do imperador, teve que se refugiar na igreja, onde foi defendido por S. Crisóstomo.)

A imperatriz Eudóxia não podia perdoar o desassombro e zêlo do prelado e, como êste lhe fechara as portas de sua igreja (para castigar a avareza de Eudóxia), a imperatriz fêz causa comum com o clero descontente; e alcançou de seu marido Arcádio a celebração de um sínodo para condenar Crisóstomo. O sínodo foi presidido por Teófilo, Bispo de Alexandria.[8] Crisóstomo foi acusado de crime de lesa-majestade e de amparo aos origenistas (isto diziam, porque os quatro monges "compridos", origenistas, vieram a Constantinopla para se entenderem com o imperador e o patriarca). E lá se foi o Santo

para o exílio. Mas, havendo então um terremoto, o povo gritava pelas ruas que "era castigo do céu pelo exílio do Bispo", e o imperador mandou que voltasse Crisóstomo a Constantinopla. Foi uma entrada triunfal. Pouco depois Crisóstomo foi acusado falsamente de se ter oposto à ereção de uma nova estátua da imperatriz. Esta, ferida em sua vaidade, resolveu novamente desterrá-lo, congregando para tal fim os Bispos em novo concílio.

Exilado, passa por Nicéia, atravessa a Armênia e depois de setenta dias chega ao desterro de Cúcusus, onde continua, apesar da distância, a ser visitado por seus amigos. Para lhe quebrar a influência, o imperador o manda para Pitionte, ao pé do Mar Negro. De caminho, morre João Crisóstomo dizendo: "Glória a Deus por tudo." Seus escritos principais são as "homílias", verdadeiros tratados exegéticos. Salientam-se as sôbre o Evangelho de S. Mateus, as epístolas de S. Paulo, o discurso "De statuis". S. Crisóstomo confessa que tudo deve à leitura das cartas de S. Paulo.[9]

2) **S. Epifânio** (Bispo de Salamina, em Chipre) era filho de pais judeus e muito pobres. Venerado em todo o orbe por sua santidade, de tôdas as partes vinham procurá-lo e, ao morrerem, costumavam escolhê-lo por legatário. Escreveu o "Panarium" contra oitenta heresias, indicando o modo de as refutar. Era anti-origenista de fôrça, a ponto de provocar uma rixa com S. Crisóstomo, por o julgar protetor dos "quatro irmãos compridos". E S. Crisóstomo teve que ouvir dêle umas boas reprimendas. Outra questão teve com João, Bispo de Jerusalém, pelo mesmo motivo. Mas S. Epifânio verificou seu engano acêrca de S. Crisóstomo. Hoje, S. Epifânio não é contado entre os Santos Padres.

3) **S. Dionísio Areopagita,** convertido por S. Paulo (séc. I). Sob seu nome saíram quatro obras, além de dez cartas. Há sôbre os escritos e o autor várias dúvidas. I. Uns, guiando-se pela tradição e pela afirmação do próprio autor, julgam ser êle realmente Dionísio o Areopagita. Em favor desta suposição está: a) o livro "De caelesti hierarquia", é dedicado ao sacerdote Timóteo; b) numa carta a Policarpo o autor diz que assistiu ao eclipse, na morte de Nosso Senhor; c) no livro "De divinis nominibus" se refere à reunião dos apóstolos para verem Nossa Senhora falecida. Tudo isso mostra ser um escritor do primeiro século, portanto do tempo de S. Dionísio.

II. Porém, no comêço da reforma, Erasmo de Roterdam e outros negaram a Dionísio Areopagita a autoria dos livros em questão, pois a) nos primeiros séculos e b) nos catálogos de Eusébio não se mencionam êsses livros. c) Nos tempos dos monofisitas alegaram Dionísio, mas foi rejeitado seu testemunho porque Atanásio e Cirilo não o conheciam. d) Contêm muitas coisas dos tempos posteriores, e. gr., fala de S. Inácio (que viveu depois de Dionísio), refere-se às antigas tradições da Igreja (ora, esta era nascente no I século), a terminologia que usa ao tratar da SS. Trindade é do concílio Niceno (325), fala de monges e cerimônias que ainda não existiam no primeiro século.

III. Deve-se, pois, concluir (como, em geral, se admite) que o autor é do IV ou V século, talvez de nome Dionísio, que tomou o apelido de Areopagita para ter maior autoridade. Quem tenha sido não se sabe ao certo, julgam ser um monge de Alexandria que escreveu tais livros para desfazer certas idéias falsas no misticismo de então.

Como, porém, explicar o que se refere ao I século (eclipse, morte de Nossa Senhora, etc.?) Não se sabe. E' muito forçada a explicação que se tem dado.[10]

4) **Jacó Afraates**, o sábio poeta, monge e Bispo do mosteiro de S. Mateus. Pouco sabemos de sua vida. Seus escritos mostram a situação da Igreja na Síria e na Pérsia.

5) **S. Efrem**, sírio, luzeiro da Igreja oriental. Não se sabe se os pais eram pagãos ou cristãos. Viveu algum tempo na solidão perto de Nísibis, mudou-se depois para Edessa, onde fundou uma escola, ficando depois diácono dessa Igreja. Defendeu a ortodoxia contra os hereges e escreveu poesias para as contrapor às de Basílides, com seus erros gnósticos. Tem seu valor como clássico e asceta.[11]

1) Moehler, Athan. d. Gr. Mogúncia, 1826 (II ed. 1844); Atzberger, Die Logoslehre d. hl. Athanas. Munich, 1880. — 2) O fato é narrado por vários historiadores. Alguns, porém, o colocam na véspera da solene entrada preparada pelos arianos ou eusebianos, nome êste devido a Eusébio de Nicomedia, que chegou a usurpar a Sé de Constantinopla. — 3) Migne, Patr. graec. t. 29 a 32. Scholl, Die Lehre des h. Basilius von der Gnade. Tüb. 1881. — 4) O Bispo de Nazianzo era o próprio S. Gregório. — 5) Migne, Patr. graec. t. 35-38. — 6) Op. cit. t. 33. — 7) Op. cit. t. 39. — 8) Hefele, C. G. II, 75. — 9) Migne, Patr. Graec. t. 47 a 64. — 10) Acham-se confundidos na liturgia três Dionísios: o Areopagita, convertido por S. Paulo no século I, o Bispo de Paris martirizado no século III, e Dionísio Vulgato ou Exíguo, que era monge e escritor no século V. — 11) Bickell, Ausg. syrischer Kirchenväter. Kempten, 1874.

§ 49. Padres ocidentais.

1) **S. Hilário**, nascido em Poitiers (320), é cognominado o "Atanásio do Ocidente", porque representou o mesmo papel na luta com os arianos. Escreveu doze livros "De Trinitate". Nêles narra que, embora educado no paganismo, teve sempre em vista não ser o homem só matéria e que, lendo os Evangelhos, os achou muito razoáveis e por isso abraçou sua doutrina. Converteu-se com vinte anos, e aos trinta e quatro foi escolhido para Bispo de Poitiers (354). Devido às lutas com os arianos e com o imperador Constâncio, foi exilado para a Frígia, onde continuou a lutar com a heresia e a reger a sua diocese, por meio de cartas. De volta à sua igreja, empreendeu a reconciliação dos semi-arianos com os católicos, o que não foi tão difícil, já por causa da grande caridade e vistas largas de S. Hilário, já porque os semi-arianos em grande parte eram fundamentalmente católicos, apesar da diversidade de terminologia. Obtidas essas conversões, tentou debalde conciliar com a Igreja Auxêncio, Bispo de Milão.

Outras obras suas: os "Sínodos" e alguns escritos fortíssimos contra Constâncio. Dizem, porém, que êstes só apareceram depois da morte do imperador.[1]

2) **S. Ambrósio** nasceu em Tréveris, de pais católicos. (Conta-se que, em pequeno, estando a dormir, com a bôca aberta, um enxame de abelhas nela pousou, entrando e saindo as abelhas.) Morto o pai (administrador das Gálias), foi Ambrósio para Roma, vivendo devotamente com sua irmã Marcelina, porém simples catecúmeno. Exerceu a advocacia por algum tem-

po, até que Anício Probo o enviou a governar Milão, Gênova e parte da Lombardia. Em Milão encontrou os partidários do Bispo falecido (Auxêncio) em briga com os católicos, querendo cada partido ter um Bispo seu na catedral de Milão. Entrando Ambrósio na igreja para apaziguar o povo, exclamou uma criança: "Ambrósio, Bispo." E logo o aceitaram, concordes, arianos e católicos.

Mas Ambrósio nada poupou para se livrar do cargo, chegando até a se infamar e a fugir. Tudo inútil: buscaram-no, e Ambrósio recebeu o batismo e tôdas as ordens. Bispo de valor que a todos se impunha, foi amigo de Graciano, salvou a coroa de Valentiniano contra Máximo, impediu a restauração do altar da deusa "Vitória" no senado, combateu e extirpou de Milão o arianismo, exigiu do imperador Teodósio penitência pública, por um crime, antes de lhe permitir a entrada na Igreja, obstou à imperatriz Justina de conceder aos arianos uma igreja em Milão, e deu à Igreja o grande Santo Agostinho. Muito lido e apreciador das obras de S. Basílio e S. Gregório Nazianzeno, escreveu S. Ambrósio valiosíssimos tratados de moral. Suas homílias são belíssimas, curtas, fortes, concisas. Compôs hinos e organizou o canto na sua igreja.[2]

3) **S. Jerônimo** nasceu em Stridon, na Dalmácia, mas educou-se em Roma, onde foi batizado, já adulto, pelo Papa Libério. Vendo os perigos de Roma, retirou-se para Tréveris, e daí peregrinou a pé pela Ásia Menor até Antioquia. Assistiu às lições do exegeta Apolinário e depois fêz-se monge no deserto, a fim de se dar à oração e ao estudo do hebraico. Saiu do êrmo e seguiu para Antioquia, ao ouvir que aí estava Melécio em contenda com o Bispo Paulino. Nessa ocasião Paulino o ordenou sacerdote. S. Jerônimo dirigiu-se então a Roma, para defender Paulino.[3] Mas, antes de encentar essa viagem, estêve em Constantinopla, a ouvir as lições de S. Gregório Nazianzeno. Em Roma, S. Dâmaso o tomou por secretário. Além dêsse trabalho, S. Jerônimo tomou a direção de muitas matronas piedosas. Isto o malquistou com muitas pessoas, de modo que preferiu passar de novo para o Oriente, o que fêz depois da morte de S. Dâmaso. Em Alexandria, S. Jerônimo ouviu as lições do cego Dídimo. Depois retirou-se para Belém com seu irmão Paulino. Aí viveu e morreu numa estreita cela, entregue a estudos, orações e penitências.

Escreveu muitas epístolas, além de tratados ascéticos e históricos (o "De scriptoribus ecclesiasticis" é uma continuação da obra de Eusébio). O seu principal e importantíssimo trabalho é a **Vulgata,** tradução latina da Bíblia. Desde o século II estava em uso a Itala na Igreja do Ocidente. Mas S. Dâmaso incumbiu S. Jerônimo de fazer uma revisão da Itala. Começou-a S. Jerônimo quando estava ainda em Roma, conferindo com o

texto grego dos "setenta" o texto latino dos salmos e do Novo Testamento. Depois, em Belém, no espaço de 15 anos, traduziu dos deuterocanônicos o de Tobias e Judite e os lugares deuterocanônicos de Daniel e Ester. Isto lhe valeu o título de "Doctor maximus in exponendis Scripturis". [4]

4) **S. Agostinho,** no livro "Confissões", deixou-nos sua autobiografia. Nasceu em Tagaste (Numídia) em 354. Lá estudou e depois em Madauro, completando em Cartago o curso de retórica. Se já em Madauro, apesar das admoestações de sua mãe (S. Mônica), não soube resistir aos prazeres e às más companhias, em Cartago mais se enredou no mal, a ponto de ter um filho natural, Adeodato, e de cair na heresia do maniqueísmo. A falta de humildade e pureza tornou-lhe insípida a leitura dos Evangelhos. Apesar disso, como professor de retórica em Cartago, dedicou-se a estudos sérios, chegando, enfim, a conhecer a nulidade do maniqueísmo, cujo Bispo Fausto não lhe soube responder às objeções. Aos vinte e nove anos abandonou Cartago e foi para Roma, deixando em prantos S. Mônica. Maniqueu já não era, mas estava longe da verdade, pois em Roma se tornou céptico. Vagando a cadeira de eloqüência na escola de Milão, Agostinho aí se colocou, mediante concurso. Mas não mudou a vida desregrada. S. Mônica, viúva havia anos, seguiu-o por tôda parte, como bom anjo, confiando num sonho que tivera [5] e na palavra de um Bispo. [6] Em Milão, Agostinho seguia as pregações eloqüentes de S. Ambrósio, de modo que chegou a adquirir certa estima pelas doutrinas da Igreja. A conselho de seu amigo Simpliciano, deu-se ao estudo das cartas de S. Paulo, onde achou a resposta a uma grande dificuldade sua: "Donde vem o pecado e suas conseqüências" (os males do mundo)? Se em Cartago a leitura de "Hortêncio", de Cícero, o levara a estudos sérios, que dizer da leitura das epístolas de S. Paulo, agora, em Milão? O último impulso para a conversão de S. Agostinho foi a narração da vida de S. Antão e a notícia da conversão de alguns áulicos, que abandonaram o mundo, devido também à leitura da vida do santo anacoreta. Após ter-lhe Ponciano narrado êsse fato, Agostinho estava resolvido a imitar tão belos exemplos, mas ainda lhe era difícil. Retirado a uma quinta, estava certa vez a sós e, chorando, exclamava: "Até quando, Senhor, estareis indignado? Até quando? — Amanhã, por que não já?" Ouviu então uma voz de criança, que lhe dizia: "Toma, lê." Tomou, pois, o livro, abriu-o casualmente no capítulo em que S. Paulo dizia (Rom 13, 13): "Caminhemos honestamente, como de dia, não em glutonerias e embriaguez, não em desonestidades e dissoluções, não em contendas e emulações; mas revestí-vos do Senhor Jesus Cristo, e não procureis satisfazer a carne em suas concupiscências."

Isso penetrou-lhe no coração e o mudou por completo; resolveu-se logo a receber o batismo, para o que se dirigiu a S. Ambrósio. Após ótima preparação na companhia de S. Mônica, Agostinho e vários amigos seus, também seu filho Adeodato, receberam o batismo (388).[7] Partiu depois S. Agostinho para a África.

Em Óstia morreu S. Mônica. Após um ano, que S. Agostinho passou em Roma escrevendo, dirigiu-se a Tagaste, onde vendeu o que tinha, conservando sòmente uma casa para a educação dos clérigos, trabalho a que êle mesmo se devotou, além dos exercícios de penitência, de estudos e escritos. Foi a Hipona, a fim de converter um amigo. Aí se encontrou com o Bispo Valério, que desejou ter Agostinho como pregador. Com certa relutância da parte dêste, ordenou-o sacerdote, e depois, com receio de perdê-lo, o fêz Bispo coadjutor com direito à sucessão. Morto Valério, Agostinho permaneceu Bispo de Hipona, vivendo em comunidade (quanto possível) com seu clero, do qual saíram muitos Bispos que adotaram em suas dioceses o mesmo regime de vida. Morreu S. Agostinho em 430.

Obras principais, além das "Confissões":
a) apologética: "De civitate Dei";
b) dogmática: "Enchiridion", "De Trinitate" (15 livros);
c) polêmica: contra os donatistas, os maniqueus, os priscilianistas, os pelagianos e mais hereges;
d) pastoral: "De catechizandis rudibus";
e) escritos morais e exegéticos, umas 270 cartas e trezentos sermões.
E', na filosofia, o Platão do cristianismo; é apelidado o "Doctor gratiae".

5) **S. Leão Magno,** cuja vida está em íntimo nexo com a heresia dos monofisitas, que ataca e condena. E' célebre por ter defendido Roma contra a invasão dos Hunos (Átila) e do saque dos Vândalos (Genserico).

Modêlo de bom pastor, defendeu os direitos da Santa Sé contra Bispos usurpadores e manteve a pureza da fé contra as heresias, especialmente dos maniqueus, que foram para a Itália, expulsos da África pelos Vândalos.

São célebres seus noventa e seis "Sermões" teológicos, claros e concisos.

1) Migne, Patr. Lat. t. 9, 10. — 2) Baunard, Hist. de S. Ambroise. — 3) Conforme Ribadenera, S. Jerônimo foi a Roma convidado para um sínodo, e não para defender Paulino. As duas causas não se excluem. — 4) Assim, os Salmos e o Novo Testamento são da primeira revisão; o resto é da terceira; da Ítala: Baruc, Sapiência, Eclesiástico e Macabeus. — A Vulgata foi adotada por S. Gregório Magno. — 5) S. Mônica sonhara que Agostinho viera colocar-se de pé sob a mesma régua em que ela se achava. — 6) Um Bispo convertido do maniqueísmo confortou S. Mônica, afirmando-lhe: "O filho de tantas lágrimas não poderá perder-se." — 7) Dizem ter sido nessa ocasião que S. Ambrósio exclamou: "Te Deum laudamus!" e S. Agostinho continuou: "Te Dominum confitemur", alternando-se nos versículos do hino. Há, porém, quem oponha sérios argumentos a essa tradição.

2) CISMAS E HERESIAS.

§ 50. Donatistas.

1) **Origem.** Não é esta a primeira heresia em que se apresenta uma mulher com papel saliente. O donatismo nasceu do ódio de uma mulher ofendida. Eis o caso: morrera o Bispo de Cartago, e Ceciliano fôra eleito e ordenado para lhe suceder na sede. Lucília, matrona piedosa, mas excêntrica [1], pôs-se à frente do partido que era desafeto a Ceciliano.

Lucília ganhou setenta Bispos para seu partido, os quais, reunidos, declararam inválida a sagração de Ceciliano. Foi então que Donato sagrou Majorino, eleito como anti-Bispo. Por que julgaram inválida a sagração de Ceciliano? A resposta está na teoria dos donatistas.

2) **Doutrina** dos partidários de Donato. Ensinava: a) um Bispo sem fé e santidade não pode vàlidamente conferir Ordens. Daí lògicamente segue que um Bispo "traditor" não podia ordenar. Ora, Felix, Bispo que sagrara Ceciliano, fôra "traditor" na perseguição de Diocleciano. Portanto, uma vez admitido o falso princípio (de exigir fé e santidade no sagrante) segue que Ceciliano não estava vàlidamente ordenado. b) Quem peca depois de ter recebido o batismo nunca mais pode ser recebido na Igreja. Essa disciplina vigorava na Igreja nascente, mas foi abandonada depois. Os donatistas voltaram a tal praxe. Portanto, Felix pecou, como "traditor", logo, nem pode pertencer à Igreja, e muito menos ser Bispo e consagrar outros.

3) **Desenvolvimento da heresia.** Sagrado o tal Majorino, apelaram os cismáticos a Constantino para o reconhecer como Bispo. Ora, o imperador deixou êste negócio ao Papa Melquíades, que, tendo ouvido os dois Bispos em questão, declarou que Ceciliano era Bispo legítimo. Novo apêlo dos hereges a Constantino. Entretanto, morreu Majorino e sucedeu-lhe Donato. [2] Constantino mandou examinar se realmente Felix fôra "traditor" e depois convocou uma grande assembléia em Arles, dando o resultado novo reconhecimento da sagração de Ceciliano. Pela terceira vez o imperador teve que lhes dar audiência, em Milão, onde os forçou a aceitar a determinação do Papa. Donato, porém, era violento, e começou a fazer prosélitos, de modo que em breve Constantino optou por tratá-los com brandura. Nada alcançou, visto que dos campos vinham muitos engrossar as fileiras de Donato, tomando o nome de circuncelianos. [3] Eram uma praga: queimavam, roubavam, matavam afoitamente. Constante, sucedendo a Constantino, tratou-os pacificamente, porém debalde, pois rejeitavam a intervenção do imperador no que era da Igreja.

Sobrevieram leis penais contra os cismáticos e a expatriação de alguns. Juliano, porém, os chamou do exílio. Novos editos contra os fanáticos donatistas foram publicados por Valentiniano I e Graciano. S. Optato Milevitano e S. Agostinho escreveram muito contra êsses hereges, que então já possuíam uns quatrocentos Bispos. Os concílios africanos, os escritos claríssimos de S. Agostinho esbarravam sempre na sua obstinação. Mas já começavam a se dividir e dissolver. Em 411 houve um grande colóquio, que durou três dias, sob a presidência do tribuno Marcelino. Foi dada a vitória aos católicos, devido à refutação brilhante de S. Agostinho.

Houve conversões, mas o grosso dos hereges permaneceu obstinado até ao dia em que o islamismo deu cabo dêles.

1) Ceciliano, ainda diácono, repreendera Lucília por ter o hábito de beijar um osso (talvez relíquia de algum mártir) antes de receber a S. Comunhão. Aliás sua exagerada veneração às relíquias era conhecida até aos pagãos. — 2) Êsse Donato, homônimo do sagrante de Majorino, e não o mesmo, é chamado pelos hereges Donato o Grande. — 3) Aug. cont. Gaudent. lib. 1. n. 32: "Genus hominum in horrendis facinoribus inquietum... ab agris vacans, at victus sui causa cellas circumiens rusticanas, unde circumcellionum nomen accipit."

§ 51. Arianismo e suas ramificações.

Doutrina. A profundeza do mistério da SS. Trindade continuou a suscitar explicações errôneas, debates e heresias.[1] Já no século II, uns negavam a Trindade (chamavam-se unitários, monarquianos, ou anti-trinitários) e outros admitiam uma manifestação da Trindade, só nas relações "ad extra". Dos primeiros, uns negavam a divindade de Cristo, outros identificavam Pai e Filho. Êsses últimos se chamavam sabelianos ou patripassianos. Os arianos, negando a Jesus a divindade, acusavam os católicos de sabelianos, pois como poderia o Filho ser consubstancial ao Pai, e serem duas pessoas distintas? Ario, da Líbia, dizia: "Não podendo o Filho ser consubstancial ao Pai, não é Deus", portanto Jesus a) teve comêço, foi produzido do nada, por um ato da vontade do Pai, antes da criação do mundo; para a criação, o Filho devia servir de instrumento. b) Não sendo eterno, o Filho é uma criatura, de essência diversa da do Pai, e de natureza mutável. O Filho não conhece bem o Pai, nem a si próprio.

erro

Essa heresia teve *quatro períodos*[2]:

1) **Sob Constantino.** — Ario, já uma vez excomungado por causa de suas idéias extravagantes, foi, contudo, readmitido na Igreja de Alexandria. Mas, tendo manifestado falsa doutrina sôbre a SS. Trindade, e não querendo retratar-se, foi excomungado por um concílio reunido pelo patriarca Alexandre. Deixando a cidade, Ario foi refugiar-se em Nicomedia, junto ao Bispo Eusébio, seu condiscípulo e comparticipante de ideologia. Aí escreveu a Tália e mais poesias para difundir suas doutrinas entre o povo. Chegou Constantino da campanha contra Licínio, e tratou de reconciliar Alexandre e Ario. Ósio, Bispo de Córdova, foi encarregado dessas negociações, mas nada alcançou, pois Ario não se submetia. Assim foi que aconselhou a Constantino a celebração de um concílio ecumênico. O imperador e o Papa convocaram o primeiro sínodo geral para Nicéia (325), ao qual compareceram 317 Bispos, a maior parte orientais, viajando por conta do império. Nessa ilustre assembléia de tantos Bispos confessores e distintos pelo saber e virtude, destacava-se o diácono S. Atanásio, secretário do Bispo Alexandre. Exceto 17, todos condenaram a doutrina ariana, e dos 17 só Ario e mais dois não assinaram a fórmula: "O Filho é consubstancial (ὁμοούσιος) ao Pai." E para não deixar dúvida alguma, o concílio condenou o sabelianismo. O presidente foi Ósio, como legado pontifício, mas o imperador tinha a presidência honorária, de modo que decretou o exílio de Ario e de outros quatro, e pena de morte aos que ensinassem o contrário da doutrina do concílio de Nicéia.

verdade

Mas Ario deixara em Nicomedia um amigo ariano que, por meio de Constância, irmã do imperador, alcançou de Constantino a volta de alguns arianos e do próprio Ario (porém não à sua igreja). Foi então que os hereges começaram as intrigas contra os Bispos católicos. Eustáquio, Bispo de Antioquia, foi exilado. Atanásio, de Alexandria, foi acusado no concílio ariano de Tiro. Como não surtiram as acusações o desejado efeito, levaram-no a Constantino, culpando-o de haver impedido a exportação de trigo de Alexandria. Contristado, o imperador exilou-o para Tréveris. Só assim os eusebianos conseguiram a readmissão de Ario em sua igreja. Porém, antes de lá entrar, morreu tràgicamente, e logo após Constantino.

2) **Sob Constante e Constâncio** (337-350). — Morto Constantino, voltou Atanásio a Alexandria, mas foi novamente deposto pelo concílio de Antioquia (340), sendo-lhe nomeado substituto Gregório, da Capadócia. Atanásio apelou para Roma, porém os arianos, em vez de comparecerem, confirmaram a deposição de Atanásio. (Conc. Antioqueno, 341.)

O concílio de Roma proclamou a inocência de Atanásio, mas o Papa queria um sínodo em que se achassem os Bispos arianos. Convocado para Sárdica (Sófia), logo se viu a discordância entre católicos e arianos.[3] Os arianos separaram-se e foram reunir-se em Filipópolis, donde lançaram o anátema contra Atanásio, enquanto os católicos, em Sárdica, se declararam em seu favor, e acrescentaram que nenhum Bispo podia ser deposto sem Roma anuir, ficando-lhe ainda sempre o direito de recurso. Para dar gôsto a Constante, rogou Constâncio o exílio e deposição de Atanásio, de Paulo de Constantinopla, e de outros Bispos.

3) **Sob Constâncio.** — Em 350, morrendo Constante, ficou Constâncio único imperador. Era fortemente ariano, embora nem sempre coerente.[4] Logo em 351 reuniu-se o primeiro concílio de Sirmium (Panônia), que rejeitou a palavra *ὁμοούσιος* e na sua profissão de fé (1.ª fórmula) não substituiu essa palavra por outra, mas usou de expressões equívocas. Acusaram S. Atanásio de vários crimes, entre os quais o de traição; pelo que Constâncio apelou para Roma. O Papa Libério, ouvindo de um lado as ótimas referências que os Bispos do Egito faziam de S. Atanásio, e do outro as acusações, exige a convocação dum concílio.

Efetuou-se em Arles (353). Vicente de Cápua, legado Pontifício, presidiu-o, mas, tomado de receios, subscreveu a deposição de Atanásio. Só Paulino, Bispo de Tréveris, não o subscreveu, pelo que foi exilado. O Papa Libério é que não ficou satisfeito, e exigiu novo sínodo, que se reuniu em Milão (355), e declarou inocente Atanásio. Como o imperador cons-

trangesse os Bispos a condenarem Atanásio, foram desterrados os que se lhe opuseram, a saber: Libério (Papa)[5], Ósio, velho Bispo de Córdova, Eusébio de Vercelli, Lúcifer de Cágliari, Dionísio de Milão e outros. Os demais se intimidaram e permitiram o exílio de Atanásio, o que se fêz não sem tumulto do povo alexandrino. Note-se que, apesar da fraqueza dos Bispos, o povo permaneceu católico e não aceitou o arianismo; no Ocidente nem eram tantos os Bispos arianos. Tudo isso vem pôr em evidência a divindade da Igreja, que permaneceu firme, enquanto os sectários começaram a dividir-se em semi-arianos e eunomianos (ou anomeanos, aeceanos). Os fautores dos anomeanos foram Aécio e Eunômio que ensinavam não ser o Filho semelhante *(ἀνόμοιος)* ao Pai, enquanto Basílio e outros chefes semi-arianos ensinavam uma certa semelhança entre o Pai e o Filho *(ὁμοιούσιος)* A discórdia no campo ariano começou no segundo concílio de Sirmium, em que os anomeanos, sendo mais numerosos, redigiram a fórmula de profissão de fé (2.ª fórmula de Sirmium) rejeitando a fórmula ortodoxa *(ὁμοούσιος)* como a semi-ariana *(ὁμοιούσιος)*. Descontentes os semi-arianos com o triunfo dos anomeanos, trataram de captar as boas graças de Constâncio, e pediram a celebração de um novo sínodo, o que se fêz no ano seguinte (358) em Sirmium, redigindo-se então a terceira profissão de fé. E os anomeanos tiveram que aceitá-la. Mas pouco tempo durou o triunfo dos semi-arianos, pois já no ano seguinte Constâncio ordenou um concílio geral: os Bispos do Ocidente se reuniram em Rimini e os do Oriente em Seleucia. Propôs-lhes o imperador assinarem uma quarta fórmula composta por um tal Marcos de Aretusa, na qual se lia que, segundo as Escrituras, "O Filho é em tudo semelhante ao Pai", evitando-se nessa fórmula definitiva tudo o que podia causar controvérsia. Os Bispos ortodoxos (de Rimini) rejeitaram tal fórmula e requereram a do Concílio Niceno.

Depois mandaram embaixadores a Constâncio para tratarem do assunto. Os arianos, porém, preveniram o imperador e, chegando os legados de Rimini, fizeram-nos assinar a quarta fórmula e foram a Rimini obrigar, com ameaças e maus tratos, os Bispos a subscreverem-na também. Os Bispos que estavam em Seleucia não tiveram muita dificuldade em assinar a fórmula. Os de Rimini, porém, tendo voltado às respectivas sés, revogaram suas assinaturas dadas. Em 360, novo sínodo (ariano) celebrou-se em Constantinopla para depôr os Bispos semi-arianos. Assim triunfou o arianismo radical. Falecendo Constâncio em 361, faltou-lhe o grande sustentáculo.

4) **Sob Juliano, Joviano, Valente e Teodósio.** — Com a morte de Constâncio, voltaram do exílio os Bispos católicos e heréticos. S. Atanásio tornou a Alexandria. Aí um concílio facilitou muito a readmissão dos lapsos, coisa inaudita até então. Lúcifer de Cágliari[6], fogoso como era, reclamou contra essa nímia facilidade, e voltou para a sua cela formando um pequeno cisma. Os separatistas não tiveram sorte.

O cisma luciferiano, na Sardenha e Espanha, não se sustentou. O cisma de Melécio, em Antioquia, também não teve conseqüências. Mas entrou a luta ariana em nova fase. Até então haviam deixado o Espírito Santo fora de controvérsia. Nesse ponto, Macedônio, Bispo semi-ariano de Constantinopla, para ser conseqüente, sustentou que o "Espírito Santo não é igual ao Pai e ao Filho, mas foi criado pelo Filho, de quem é servo." Os que seguiram tal heresia tomaram o nome de pneumatômacos ou macedonianos.

Ao mesmo tempo, Apolinário, Bispo de Laodicéia (que muito escreveu), quis congraçar arianos e católicos, afirmando que na pessoa de Cristo o *νοῦς*, alma racional, fôra substituído pelo *λόγος* (verbo divino). Tanto os erros dos pneumatômacos como dos apolinaristas foram condenados no concílio de Alexandria (S. Atanásio foi ainda exilado por Juliano e depois por Valente). Teodósio convocou o concílio ecumênico Constantinopolitano I em 381, em que foram condenados os sabelianos, arianos, apolinaristas e macedonianos, acrescentando ao símbolo niceno: "(credo) et Spiritum Sanctum, Dominum et vivificantem, qui ex Patre Filioque procedit, qui cum Patre et Filio simul adoratur et conglorificatur."

O Papa S. Dâmaso confirmou as decisões do concílio, e Teodósio decretou penas contra os arianos. Faltando-lhes o apoio do braço secular, o arianismo decaía ràpidamente.

1) Filiadas ao arianismo, devem ser com êle estudadas as heresias dos eunomianos, semi-arianos, macedônios e apolinaristas. — 2) Sôbre o arianismo, cfr. Sozôm. III; Socr. I; Rufin. I; Athan. Orat. Contr. Arian. — 3) Note-se que êsse concílio não é ecumênico, por se considerar como complemento do Niceno. — 4) Às vêzes ariano, outras semi-ariano ou eunomiano, em todo caso; anti-católico. — 5) Acusam o Papa Libério de ter assinado a segunda fórmula (ariana) donde tiram argumento contra a infalibilidade do Papa. Respondo: 1) Se a subscreveu, cometeu um pecado, mas daí nada segue contra a infalibilidade porque não falou "ex-cathedra". 2) Que o Papa tenha subscrito a segunda fórmula consta sòmente de alguns fragmentos que foram rejeitados como apócrifos. Além disso, os tais dizem que os Bispos que compuseram a segunda fórmula eram do Ocidente, sendo justamente o contrário.

Mas o Papa subscreveu outra fórmula, talvez?

Resposta: é certo que alguma assinatura terá dado, pois isto se infere das palavras de S. Hilário e S. Jerônimo: falam, porém, tão vagamente que não se pode averiguar de que assinatura se trata. Há quem afirme que assinou a terceira fórmula (semi-ariana). Esta, na verdade, bem interpretada, poderia ser ortodoxa. Dizem que no momento de assinar (se o fêz), o Papa proclamou que seria herege quem pretendesse "não ser o Filho consubstancial ao Pai." Assim mostrou qual a doutrina que tinha por certa. — 6) Não se sabe se morreu reconciliado.

§ 52. Priscilianistas.

Marcos, monge egípcio, introduziu na Espanha os erros gnósticos e maniqueus.[1] Os primeiros sequazes foram a rica Agape e o retórico Elpídio, mas quem divulgou os erros foi Prisciliano, homem rico, douto e ambicioso, que chegou mais tarde a ser Bispo de Ávila. Os Bispos Instâncio e Salviano seguiram Prisciliano, enquanto Higino, Bispo de Córdova, chamou a atenção de Idácio, metropolita da Lusitânia, para a assustadora propaganda dos erros gnósticos. Idácio nada pôde conseguir, apesar do seu zêlo. Em 380 convocaram um sínodo em Saragoça, o qual condenou e excomungou Prisciliano. Êste foi ter com o Papa S. Dâmaso a ver se alcançava a anulação da sentença. Foi inútil essa tentativa, mas conseguiu que o govêrno secular não o exilasse.

Voltou para a Espanha e Itácio, Bispo de Sossuba (que tinha sido seu forte adversário), foi obrigado a fugir para as Gálias. Morto Graciano, Itácio alcançou do usurpador Máximo o concílio de Bordéus, em que Prisciliano foi condenado. Como êste apelasse para o imperador, Máximo chamou-os a Tréveris aonde foram Itácio e Idácio como acusadores. O resultado foi que Prisciliano e alguns companheiros foram executados. O Papa, S. Ambrósio e S. Martinho de Tours protestaram contra êsse rigor do braço secular. Tal execução provocou mais adesões aos hereges mesmo entre os Bispos, que principiaram a considerar mártir o heresiarca Prisciliano. O concílio de Toledo (400) reconduziu muitos à Igreja, ficando uns restos da heresia até à Idade Média.

1) Não só a ascese exagerada e a falsa exegese da Sagrada Escritura, mas o dualismo, as doutrinas anti-trinitárias e imoralidades eram praticadas pelos priscialianistas (conforme Paschini e Brück).

§ 53. Pelagianos.

O pelagianismo é uma reação contra os erros gnóstico-maniqueus. Ao passo que o maniqueísmo atribui a salvação ao Espírito Santo, encarnado em Manes, o pelagianismo, chegando ao extremo contrário, afirma: não se precisa da graça, basta a vontade. Essa heresia foi ensinada na Síria por Rufino, e em Roma pelo austero monge bretão Pelágio[1], de mãos dadas com seu amigo Celéstio.

A) **Doutrina pelagiana.** — Negando o dom da justiça original, os pelagianos ensinam: a) Adão nasceu com a concupiscência, sujeito à morte e às dores, como qualquer outro depois do pecado; b) o pecado dos primeiros pais nenhuma conseqüência teve para seus descendentes. Se dizemos, pois, que "Adão é o autor dos pecados", deve entender-se no sentido de nos ter dado o mau exemplo. Não havendo pecado original, o batismo não é necessário, mas só útil para nos unir com Jesus Cristo; c) a vontade livre do homem pode, sem graça nenhuma, fazê-lo observar tôda a lei e evitar tôdas as faltas, até as veniais.

Vê-se que, ao empregarem o têrmo "graça", os pelagianos não o entendiam do modo católico. Era ou a "gratia naturalis" (fôrças naturais), ou "gratia legis" (lei antiga), ou "gratia Christi" (doutrina e exemplo de Cristo) ou a remissão dos pecados. Quando foram apertados pelas refutações, os pelagianos admitiram uma graça interior, mas só para a inteligência, uma iluminação inútil, porém sem efeito imediato sôbre a vontade. E também essa ilustração não é dom gratuito de Deus, mas devida ao homem, por seu mérito.

B) **Doutrina católica.** — S. Agostinho, principal adversário do pelagianismo, assim a expõe:

a) Adão nasceu com a "rectitudo" primitiva, que compreende a graça santificante, o domínio sôbre as paixões, a imortalidade e a liberdade (com a harmonia entre as potências).

b) Pelo pecado, Adão perdeu todos êsses dons, que deviam passar à sua descendência.

c) Todos os homens pecaram em Adão; nascem com o pecado original, e estão enfraquecidos por êle, mas conservam o livre arbítrio. Portanto, é necessário o batismo, para reaver a graça.

d) Mesmo antes da queda, o homem não poderia alcançar sua salvação eterna, sobrenatural, sem a graça, pois lhe faltaria o meio adequado ao fim. A fortiori, não o pode no estado atual.

e) Neste estado são necessárias para a salvação eterna a "gratia curationis" e a "gratia elevationis".

f) Essa graça é dom gratuito de Deus; esclarece a inteligência e impele a vontade, e é indispensável para a salvação.

C) **Propagação do pelagianismo.** [2] — Pelágio deixou Celéstio em Cartago, enquanto êle mesmo preferiu ir para a Palestina. Pelágio era tenaz e prudente; Celéstio, muito expansivo, comprometeu-se com imprudências, em tôda a Numídia. Aurélio, Bispo de Cartago, convocou um sínodo em 412, e condenou Celéstio. Êste, porém, reclamou ao Papa, e fugiu para Éfeso, antes de ter recebido resposta de Roma. Em Éfeso fêz-se ordenar sacerdote. Entretanto, Pelágio ganhava algum terreno em Jerusalém, até que Orósio levou a S. Jerônimo e a João, patriarca, avisos mandados por S. Agostinho. O concílio de Jerusalém, convocado por João, não o quis condenar (pois Pelágio soube expôr tudo com prudência e calma). Preferiram pedir ao Papa Inocêncio I que examinasse Pelágio. Ao mesmo tempo o concílio de Lida o declarava ortodoxo. Mas, quando Orósio levou à África a declaração dêsse concílio, os Bispos de lá se reuniram em Cartago e em Mileve, e condenaram Pelágio e Celéstio, sendo essa condenação ratificada por Inocêncio I.

Infelizmente, Zózimo, sucessor de Inocêncio, vendo a piedade e bons sentimentos (aparentes e hipócritas) de Celéstio (que voltara de Éfeso, passando por Constantinopla, donde foi expulso), julgou que os Bispos da África e até Inocêncio I tinham procedido com precipitação. E, tendo recebido uma fingida profissão de fé de Pelágio, Zózimo escreveu aos Bispos africanos aconselhando um novo exame, o que se fêz no concílio de Cartago (417). O resultado foi insistirem na condenação dos dois. Em 418 reuniram-se novamente duzentos Bispos em Cartago, e enviaram a Roma uma carta sinodal (assinada pelos imperadores Honório e Teodósio I) em que rejeitavam a doutrina de Pelágio. Zózimo mandou que Pelágio e Celéstio comparecessem ao concílio de Roma e, como não o fizessem, foram excomungados. Partiram os dois para Constantinopla, onde encontravam o apoio de Nestório, cujos erros foram, juntamente com os de Pelágio, condenados no concílio de Éfeso (451). Celéstio voltou ainda uma vez à Itália, mas Celestino I não o acolheu. Poucos foram os Bispos que não quiseram aceitar a condenação de Pelágio e êsses foram exilados por Honório. A doutrina de Pelágio teve pouca voga, por-

que lhe faltou o apoio dos imperadores. O ensino da Igreja sôbre a graça, embora ainda não se achasse escrita, era comum, o que se verificou pelo clamor geral, uníssono, contra Pelágio.

1) Pelágio, ou Morgan na língua bretã, não era sacerdote, nasceu na Grã-Bretanha ou na Irlanda. — 2) Noris, Hist. Pelag. I, 1; Migne, Patr. Lat. t. 48, col. 257.

§ 54. Semi-pelagianos.

Alguns monges de Adrumete (Numídia), lendo a doutrina de S. Agostinho sôbre a graça, julgavam que dessa forma a graça impedia o livre arbítrio. S. Agostinho expôs-lhes então a verdadeira doutrina nos livros "De gratia et libero arbitrio" e "De correptione et gratia". Outros monges, porém, da França meridional atacaram S. Agostinho e, tendo a intenção de conciliar a doutrina pelagiana com a ortodoxa, afirmavam: a) que Deus dá ao homem a primeira graça em recompensa dos esforços e merecimentos do homem; b) que o dom da perseverança está da parte do homem, que pode conseguir por seus méritos. Não negavam o pecado original, nem a necessidade da graça. S. Agostinho sustentou o combate com os monges de Marselha, que não queriam aquietar-se. Próspero de Aquitânia continuou a obra de Agostinho (que, entretanto, falecera) e compôs tratados para refutar Cassiano, Abade do mosteiro de Marselha. Fausto, Abade de Lerino, escreveu o opúsculo "De gratia Dei et humanae mentis arbitrio", opúsculo semi-pelagiano, que causou distúrbios no Oriente, a ponto de os monges citas submeterem a questão ao Papa Hormisdas. A decisão do Sumo Pontífice não agradou aos monges e êstes pediram aos Bispos exilados na Sardenha que examinassem o opúsculo de Fausto. Por resposta tiveram de Fulgêncio uma brilhante refutação e completa condenação.

§ 55. Nestorianismo.

Nestorianismo é um certo racionalismo relativo à pessoa de Nosso Senhor. Foi sempre de fé que há duas naturezas em Jesus Cristo. Mas Teodoro de Mopsueste não admite entre as duas naturezas outra união mais que a exterior, atribuindo a cada uma das naturezas uma substância independente. Nestório, seu discípulo e mais tarde Patriarca de Constantinopla, foi mais longe, afirmando que em Jesus Cristo há não sòmente duas naturezas, mas também duas pessoas. Donde concluiu que Maria Santíssima era só *Χριστοτόκος* (Mãe de Jesus como homem) mas não *Θεοτόκος* (Mãe de Deus). O espírito soberbo de Nestório dava mais para retórico que para teólogo. Não obstante haver combatido tôdas as heresias anteriores, mesmo o pelagianismo, veio êle mesmo a ser heresiarca. O primeiro a se levantar contra o nestorianismo foi o Bispo Proclus, de Cizico. Logo o acompanhou S. Cirilo de Alexandria, que publicou vários escritos sôbre a verdadeira doutrina, sôbre as naturezas e pessoa de Cristo.[1] Entretanto, Nestório procurou ganhar Celestino para a sua causa.[2]

Quando, porém, S. Cirilo viu no auge a heresia, dirigiu-se ao Papa, "conforme o antigo costume da Igreja." Celestino I convocou um sínodo em Roma, sendo condenada a heresia de Nestório.[3] S. Cirilo foi encarregado de executar a sentença de excomunhão, pelo que reuniu em concílio os Bispos do Egito e enviou a Nestório a determinação da Santa Sé, acrescentando doze anátemas do sínodo de Alexandria. Nestório respondeu-lhe com doze contra-anátemas, assinados também por João (Bispo de Antioquia), Teodoro (de Ciro) e André (de Samósato), solidários com Nestório.[4]

Foi então que Teodósio II e Valentiniano III julgaram conveniente convocar o terceiro concílio ecumênico em Éfeso (431). O Papa enviou, como legados seus dois Bispos e um sacerdote, enquanto Cantidiano devia representar o imperador e cuidar da ordem. Foram convidados para o concílio todos os metropolitas. (S. Agostinho morreu antes de se começar o concílio.)

Os 198 Bispos, sob a presidência de S. Cirilo, condenaram a heresia de Nestório, e excomungaram o heresiarca. Os legados pontifícios aprovaram tudo. Nestório é que não apareceu, apesar de três vêzes convidado. João se apresentou em Éfeso com seus sufragâneos e, em vez de tomar parte no concílio, formou um conciliábulo, depôs e excomungou Cirilo e Menon (Bispo de Éfeso). Cantidiano era favorável a Nestório, de modo que Teodósio, mal informado por seu legado, declarou sem efeito o concílio, admitiu à sua presença os deputados tanto do concílio como do conciliábulo, confirmou as decisões de ambos e prendeu Nestório, Cirilo e Menon. Felizmente, Pulquéria se empenhou junto a seu irmão Teodósio e o inclinou para o lado dos ortodoxos, restituindo S. Cirilo e Menon à liberdade e substituindo na Sé de Constantinopla Nestório por Maximiano. Aquêle foi exilado e queimados seus livros. Mas a contenda entre João e Cirilo não terminara. Foi encarregado S. Simeão Estilita de fazer essa pacificação, no que achou sérias dificuldades. Como, porém, João era de fundo ortodoxo, S. Cirilo assinou o símbolo que João lhe enviara, exigindo, porém, que também João excomungasse Nestório, o que êste só fêz depois de muita relutância.

Dos Bispos sufragâneos, quer partidários, que adversários de Nestório, muitos não aprovaram a excomunhão do heresiarca. Êstes foram exilados pelo imperador. Restavam, porém, os escritos de Teodoro de Mopsueste, de que os nestorianos se serviam para a divulgação do êrro. Contra êles insurgiu-se Rábulas, Bispo de Edessa. Saíram, pois, os hereges desta cidade e foram para Nísibis (Pérsia) onde Tomás Barsumas, Bispo expulso de Edessa, se tinha estabelecido. Aí floresceu o nestorianismo sob a proteção dos imperadores persas, com que os nestorianos faziam causa comum contra os romanos. O patriarca nestoriano residia em Seleucia, com o título de **katholikos.** Formaram então uma jerarquia completa, com mais de duzentos Bispos, conventos, etc. Propagaram-se durante seis séculos, penetrando na Índia (cristãos de S. Tomás) e na China, até que os Mongóis começaram a dar cabo dêles.

Em 1916 ainda havia uns 660 mil nestorianos caldeus (com sede em Bagdad), mas sempre vai crescendo o número dos que se convertem.

1) Os têrmos hipóstase e natureza não estavam ainda fixados com exatidão no Oriente. — 2) Migne, Patr. lat. t. 48, 757. Socrat. H. E. VII, 32. — 3) Migne, Patr. graec. 47, 68 e 76; Hefele, C. G. II, 141; Colet, Acta Conc. III, 585. — 4) Harduino, I, 1297 e 1422.

§ 56. Monofisitismo.

Origem. — Eutiques, diácono de Nestório, depois Abade, tornou-se adversário seu, caindo no extremo oposto, isto é, negando a existência das duas naturezas em Cristo. E' diametralmente contrário ao nestorianismo.

Impugnação. — Aos erros de Êutiques opuseram-se os Bispos Dóminus (de Antioquia) e Eusébio (de Doriléia). Êste levou ao conhecimento de Flaviano, patriarca de Constantinopla, os erros de Êutiques. Intimado a comparecer ao sínodo de Constantinopla, Êutiques lá se foi acompanhado de soldados e monges. Não quis ceder, pelo que foi deposto e excomungado, embora protestasse, escrevendo ao Papa Leão Magno e a vários influentes. Apadrinharam-no Teodósio II e Dióscuro, patriarca de Alexandria. Como sucessor de Cirilo (que pugnara contra o nestorianismo) julgava Dióscuro que, seguindo Êutiques, continuava a obra de seu predecessor e reagia contra o nestorianismo. Teodósio convocou um sínodo geral em Éfeso, com o fim de defender Êutiques. S. Leão aprovou-o e nomeou legados, para o presidirem. Mas o violento Dióscuro tomara a presidência.

Os trezentos monges do Abade Barsumas e os soldados obrigaram os 135 Bispos a depôr Flaviano e Eusébio. O primeiro foi muito maltratado e faleceu ainda durante o concílio. Eusébio conseguiu escapar para Roma. O concílio, entretanto, readmitiu na Igreja o monofisita Êutiques. O Papa anulou as atas do "latrocínio" de Éfeso e mandou convocar outro sínodo, contra a opinião de Teodósio II. Mas em breve morreu Teodósio, e sucedeu-lhe sua irmã Pulquéria, casada com o general Marciano. Êstes apoiaram o Papa, chamaram do destêrro os Bispos ortodoxos, e convocaram o concílio geral, escolhendo por local Calcedônia, cidade da Bitínia.[1]

Foi êste concílio o IV ecumênico, a que compareceram uns 600 Bispos (451). Dióscuro foi deposto pelo concílio, mesmo antes de ser admitido às sessões.[2] A carta dogmática de Leão Magno foi assinada por todos os Bispos do concílio: "Pedro falou por Leão", era voz geral.[3]

Não foram, porém, aceitos e aprovados por Leão os cânones disciplinares dêste concílio, dos quais alguns punham Constantinopla, capital do império, com jurisdição no Oriente, como Roma no Ocidente.

Propagação. — Mesmo impugnado e condenado, o monofisitismo continuou no Oriente, onde, sob a proteção de Eudóxia, viúva de Teodósio II, invadiu três patriarcados: Jerusalém, Alexandria e Antioquia. No primeiro, Teodósio, monge da Palestina, seduziu uns dez mil monges com a explicação: as duas naturezas em Cristo se unem como corpo e alma para formar um todo completo. E logo após usurpou a Sé de Jerusalém. Nas Sés de Alexandria e Antioquia sentaram-se também usurpadores monofisitas, que entregaram as dioceses sufragâneas a Bispos monofisitas.

Mas a heresia teve sorte variável conforme os imperadores: Leão I desterrou os Bispos monofisitas; Basilisco os chamou do exílio; Zenão era-lhes adverso; mas o astucioso Acácio, patriarca de Constantinopla, conseguiu que êle publicasse um decreto (Henoticon), para proibir que se falasse em duas naturezas ou numa. Os católicos e os monofisitas zelosos e radicais ficaram descontentes, pois preferiam uma posição definida. Formaram-se então três partidos: os católicos, os monofisitas e os acéfalos.

O Papa Felix III espalhou seus emissários para compôr tantas desordens, mas o imperador os subornou, de modo que o Papa teve que excomungar todos êles. Formaram então um cisma que durou trinta anos (489-519), até que o imperador Justino I pediu e aceitou a fórmula do Papa Hormisdas.

Pouco a pouco dividiu-se o monofisitismo em seitas. a) Os teopassistas apresentaram uma fórmula inventada por Pedro Foulon, patriarca monofisita de Antioquia. A nova fórmula dizia: "Um da SS. Trindade sofreu e morreu na cruz." A fórmula foi rejeitada, não como herética, mas porque os monofisitas entendiam no sentido falso, a saber: Deus sofreu. Contudo, o Papa João II foi obrigado a aceitar essa fórmula, porque de sua condenação queriam os nestorianos tirar argumentos contra a maternidade divina de Nossa Senhora. b) Os corrupticulas sustentavam

que o Corpo de Cristo era corruptível, mas não por natureza, senão por vontade de Cristo. c) Os fantasiastas o consideravam incorruptível e subdividiram-se, dizendo uns que o corpo de Cristo foi criado, enquanto outros o negavam. d) Os agnoetas pretendiam que Cristo não era onisciente.

Estado atual. Ainda existem monofisitas: dois mil jacobitas[4] na Mesopotâmia; dois a três milhões de monofisitas na Armênia, tendo uns trinta bispados; no Egito (coptos), quinhentos mil; na Abissínia, um milhão e meio. Foi das antigas heresias a que (depois do arianismo) mais prejudicou à Igreja.

Teve muita voga por ser anti-nestoriana e por causa da autoridade de Êutiques. Procuram aproximar-se cada vez mais da Igreja Católica.

1) O Papa quase desistiu da realização do concílio, já porque os Godos tinham invadido a Itália, já porque os monofisitas haviam aceitado a célebre carta dogmática em que Leão Magno expunha claramente a união hipostática das duas naturezas na pessoa de Cristo. Mas, visto já ter Marciano convidado muitos Bispos, o Papa S. Leão aceitou a celebração do concílio, enviando três legados seus, que o presidiram. — 2) Dióscuro atreveu-se a excomungar o Papa, mas ignora-se se em Calcedônia, ou antes em Nicéia, onde se deveria realizar êsse mesmo sínodo. — 3) Os anátemas escritos por S. Cirilo passaram em silêncio (cf. P. Paschini) e assim o têrmo que Leão não aceitava "única natureza do Verbo encarnado." Explica-se pela pouca precisão do têrmo natureza, ainda então. O mesmo concílio fêz uma fórmula de fé muito explícita sôbre a união hipostática, evitando os erros quer de Êutiques, quer de Nestório. — 4) Do nome Jacó Baradeas, primeiro Bispo daquela igreja.

§ 57. Os origenistas e a controvérsia dos três capítulos.

Objeto. — Ataques à ortodoxia de Orígenes levaram seus partidários a desviar o assunto para outro inesperado. O nexo entre as questões origenistas e a controvérsia dos assim chamados "três capítulos" é, portanto, sòmente exterior.

Orígenes, talvez a primeira autoridade da Igreja do terceiro século, admirado por S. Basílio, S. Gregório e pelos mais, teve seus erros como é sabido.[1] A êle se atribui o ter ensinado: a) o subordinacianismo e inferioridade do Filho com relação ao Pai; b) a preexistência das almas, criadas tôdas de uma vez e iguais, unidas a corpos, por castigo; c) daí a criação do mundo para a morada dos corpos; d) a apocatastasis ou perdão geral no fim. — Orígenes nunca foi herege formal, pois sempre apelava para a doutrina da tradição. Foi herege material? Parece, pois começou ainda jovem seu livro "De principiis", não havendo ainda a terminologia bem formada. Além disso, era fácil em fazer concessões demasiadas, ao rebater as várias espécies de gnosticismo. Por outra parte é certo que seus escritos foram muito alterados, de que êle próprio se queixa, o que reduz seus erros a número insignificante.

Andamento. — A questão tri-secular de sua ortodoxia teve diversas fases. No século IV foi posta de lado, por estar o arianismo reclamando a atenção geral. No século V o teatro da campanha foi a Palestina e o Egito.

Na Palestina (já pelo fim do séc. IV) apresentou-se Atérbio, monge insolente, a acusar pùblicamente o Bispo João, S. Jerônimo e Rufino, de seguirem os erros de Orígenes. S. Jerônimo fêz pùblicamente sua profissão de fé que condenava os erros origenistas, mas Rufino e João negaram-se a isto, porque Atérbio nenhum direito tinha de o exigir. Mais tarde foi a Jerusalém Epifânio de Salamina, que pregou contra os origenistas, sem os nomear. Levantou-se contra êle o Bispo João. Rufino tomou seu partido, enquanto Jerônimo apoiava Epifânio. Apelaram todos para Teófilo, patriarca de Alexandria, que conseguiu reconciliar Rufino e Jerônimo. Romperam novamente as relações, quando Rufino publicou em Roma a tradução inexata e alterada do περὶ ἀρχῶν.

No Egito ainda foi mais viva a discussão. Os monges antropomorfitas (que atribuiam a Deus formas humanas) declararam-se contra os espiritualistas, adeptos de Orígenes. O patriarca Teófilo, que era partidário dos espiritualistas, sendo ofendido por êstes, voltou-se para os antropomorfitas, expulsando os origenistas do deserto da Nítria (ao sul viviam os antropomorfitas). Muitos se refugiaram na Palestina e depois em Constantinopla, onde S. Crisóstomo os acolheu.

Teófilo, irritado, pediu ao imperador que os expulsasse também de lá. Mas como os monges já tivessem certificado o imperador da violência de Teófilo, o imperador Arcádio chamou Teófilo à côrte para êste se justificar. Entretanto, Teófilo, em vez de ir pessoalmente, enviou o velhinho S. Epifânio, por saber que era anti-origenista. Ora, S. Epifânio, verificando que S. Crisóstomo não era protetor de origenistas (mas que apenas acolhera os pobres monges desterrados), volta de Constantinopla, morrendo em viagem. Teófilo apresentou-se depois em Constantinopla, mas não para se justificar, senão para atacar Crisóstomo.

Século VI. — Havia na Palestina muitas lauras (isto é, grupo de casinhas para habitação de monges) sob a direção de S. Sabas, que não permitiu medrar nas lauras os erros origenistas. Morto Sabas, dois monges origenistas (Nono e Leôncio), sustentados por Domiciano (Bispo de Ancira) e Teodoro Ascidas (de Cesaréia) chegaram a expulsar das lauras todos os que não partilhavam do origenismo, apelidando-os sabaistas. Referido o caso a Justiniano I, êste censurou dez proposições tiradas dos escritos de Orígenes.

Depois, o concílio de Constantinopla formulou quinze anátemas contra os outros origenistas.

Três capítulos. [2] — Foi então que Teodoro Ascidas, para se livrar da condenação de origenista, fêz convergir a atenção de todos para outro assunto: apresentou ao imperador, como meio de reconduzir os monofisitas ao seio da Igreja, a condenação de três escritos, a saber: os de Teodoro de Mopsueste, os de Teodoro de Ciro e a carta de Ibas. O imperador publicou a condenação dos três capítulos, assinada, não sem hesitação, pelos Bispos orientais. Mas o resultado foi levantar-se uma grande celeuma na Igreja, pois os Bispos do Ocidente viam nisso grande perigo para a autoridade do concílio calcedonense, que havia recebido Ibas e Teodoro no grêmio da Igreja, visto se haverem retratado. Assim parecia haver condenação de um concílio ecumênico e, portanto, um êrro na fé. Para lhes vencer a resistência, Justiniano convidou o Papa Vigílio a ir a Constantinopla. Aí o Papa rejeitou muitas vêzes a condenação. Mas, afinal, reconheceu-a no seu "Judicatum", com a cláusula, porém, de nada redundar daí em detrimento do concílio Calcedonense. Ora, o "Judicatum" não foi aceito em muitos países e até provocou veementes reclamações dos Bispos do Ocidente; p. ex., Facundo, Bispo de Hermane, escreveu doze livros em defesa dos três capítulos. Para restabelecer a paz, Vigílio retirou o seu "Judicatum" e combinou com o imperador que se convocasse um concílio. Mas, já antes do concílio, outro decreto imperial condenava os três capitulos, de modo que o Papa,

assim ludibriado, resolveu lançar a excomunhão sôbre os Bispos que tinham assinado êsse último decreto imperial. A cólera do imperador levou o Papa a refugiar-se na igreja de S. Pedro (Constantinopla) e depois na de S. Eufêmia (Calcedônia). Dai excomungou os Bispos que seguiam o imperador, depôs e anatematizou Ascidas e publicou uma encíclica em que justificava seu modo de agir. Os Bispos orientais (até os excomungados) se sujeitaram ao Papa e êste foi para Constantinopla, sendo muito bem recebido. Tratava-se da escolha do lugar para a celebração do V concílio ecumênico: o Papa queria o Ocidente, o imperador, o Oriente. Celebrando-se o sínodo em Constantinopla, o Papa se declarou contra êle, e publicou o seu "Constitutum", sôbre os três capítulos, o que o imperador não reconheceu. Os Bispos do Concílio, que nada sabiam do "Constitutum", condenaram os três capítulos. O Papa aceitou, enfim, essa condenação, não consentindo, porém, que Ibas e Teodoreto fôssem tidos como hereges. De caminho para Roma, morreu Vigílio. Sucedeu-lhe Pelágio I, que reconheceu por ecumênico o concílio de Constantinopla. Mas os Bispos do Ocidente fizeram então o cisma, que em Aquiléia durou até ao ano 700 (noutras partes durou menos). O proceder indeciso de Vigílio nada tem que ver com a questão da infalibilidade pontifícia; não errou na fé, mas vacilava na conveniência da condenação dos três capítulos. Olhando para o Oriente: era forçoso condená-los; vendo o Ocidente, devia recuar.

1) Huetius, Origenianorum libri tres, expõe a vida, doutrina e erros de Orígenes. — 2) Hefele, C. G. II, 775; Facundus, Defens. trium cap. 4, c. 4; Harduin, III, 9.

§ 58. Monoteletismo.

Origem. — O monofisitismo continuou sob nova forma: o monoteletismo, cujo autor foi Sérgio, patriarca de Constantinopla. Querendo o imperador Heráclio unificar o império, para o robustecer contra os persas, viu que era necessário haver também unidade na fé. Sérgio quis ajudá-lo neste sentido, propondo nova fórmula, em que omitia o número das naturezas em Cristo, propondo, porém, que se admitisse a existência de uma só vontade. E' o monoteletismo.[1]

E' verdade que, moralmente, uma vontade (a humana) quer o mesmo que a outra (a divina), e assim pode considerar-se uma só vontade. Mas fìsicamente há duas vontades em Cristo, pois são dois os princípios das ações, a saber, as duas naturezas. Se os Santos Padres nunca se referiam a tal assunto, é porque o achavam desnecessário e claro. Essa nova fórmula de Sérgio, longe de unificar a fé dos cristãos, veio perturbá-los.

Desenvolvimento e oposição. — O primeiro a cair no laço armado por Sérgio foi o Bispo Ciro, de Parsis (Cólchida), depois patriarca de Alexandria, que conseguiu assim unir uma seita monofisita do Egito. Mas S. Sofrônio, monge, descobriu o sentido herético da fórmula proposta por Ciro aos monofisitas do Egito, e acusou Ciro ao patriarca Sérgio, ignorando que Sérgio era o autor do êrro. Êste respondeu-lhe que era melhor não se usar a expressão de uma ou de duas operações e vontades. Mas Sofrônio não se deu por satisfeito e, elevado ao patriarcado de Jerusalém, ataca os erros dos monotelistas. Para ganhar o Papa Honório, Sérgio escreveu-lhe que sua fórmula era a única apta a conseguir um congraçamento com os monofisitas; que não convinha falar nem em uma nem em duas vontades em Cristo e que o S. Padre fizesse Sofrônio calar-se, pois que perturbava seus planos." Honório, assim enganado, louvou o zêlo de Sérgio e exortou Sofrônio a se aquietar. Sofrônio, porém, não cedeu. Sérgio recorreu ao imperador Heráclio, a fim de promulgar uma fórmula (a éctese) que devia ser assinada pelos Bispos. Os orientais aceitaram quase todos, já por receio, já por condescendência. Os ocidentais rejeitaram a éctese. Constante II substituiu-a por outra fórmula chamada "tipo". Já era uma certa concessão em favor dos católicos, pois, enquanto a éctese professava uma só vontade em Cristo, a fórmula "tipo" proibia se falasse em uma ou duas vontades, operações ou energias.

Os Bispos orientais submeteram-se todos, porém Martinho I, no concílio lateranense, condenou tanto a "éctese" como a "tipo", anatematizando o monoteletismo e seus chefes. Martinho foi prêso, encarcerado em Constantinopla e condenado à morte. A execução, porém, foi impedida pelo patriarca que, moribundo e arrependido, fêz ver ao imperador os castigos que receava, por cooperar com êle em maltratar o Papa. Em conseqüência dos sofrimentos, Martinho morreu logo. A mesma sorte tiveram S. Máximo e seus discípulos, os dois Anastácios.

Conclusão. — Depois foram melhorando as condições, devido aos esforços de Pedro, patriarca de Constantinopla, até que Constantino Pogonato, de acôrdo com o Papa Agatão, convocou o concílio Constantinopolitano III, o sexto ecumênico, em 681, onde se definiu que em Nosso Senhor há duas vontades e duas operações, e uma só direção de vontade humanamente divina. Êste concílio (também chamado Trulano I, por ter sido celebrado na sala chamada Trulo) anatematizou os monotelitas e também o Papa Honório, embora com certa diferença. O concílio foi ratificado por Leão II e acabou-se o monoteletismo, pois o imperador Filípico Bardano não o pôde sustentar. Só entre os maronitas, dizem, perdurou ainda até às cruzadas; outros o negam. Como o V e VI concílios ecumênicos não tiveram cânones disciplinares, convocou-se o Trulano II ou Quini Sexti, que não é dogmático, mas que se distinguiu pelo antagonismo aberto entre o Oriente e o Ocidente, contendo praxes contrárias às de Roma e alguns cânones ofensivos aos latinos.

Controvérsias sôbre o Papa Honório. — A) A decisão do Papa Honório sôbre o monoteletismo foi dogmática ou não? Deve-se responder que não, pois não adotou o aparato então usado nas decisões solenes dogmáticas, a saber, um sínodo. Foi, pois, só uma norma diretiva para Sérgio.

B) O Papa errou? Mesmo concedendo que fôsse apenas uma decisão dogmática, Honório não errou, quando afirmou que em Cristo havia uma vontade, pois o entendeu moralmente e não fisicamente. Isto se prova: a) porque concedeu que em Cristo havia duas naturezas, b) porque, ao falar em uma natureza, como princípio das operações em Cristo, assim procedeu porque a natureza humana admitida não era corrompida mas sujeita à vontade divina.

C) Honório é herege? O concílio Constantinopolitano III o declarou, mas em outro sentido do que os mais. Pois herético é também quem, por negligência, fomenta a heresia; v. gr. Teodoreto de Ciro também foi declarado herético neste sentido. Além disso, tanto vale o concílio confirmado, quanto o Papa. Ora, Leão II, aprovando o concílio no que se referia a Honório, só concedeu que "Honório permitiu, não se opôs, deixou perverter-se a pureza da fé." Assim Leão II o declarou; portanto, o modo de agir de Honório é herético só neste sentido negativo.

1) Hefele, C. G. III, 110; Harduin, III, 131.

III. O CULTO E A DISCIPLINA.

§ 59. Batismo.[1]

Ao rito essencial acrescentaram nessa época várias cerimônias: a insuflação, o sal, o tacto do nariz e das orelhas (pronunciando a palavra: Efeta), os sinais da cruz no peito e na fronte. Davam ao batizando uma moeda. Durante os exorcismos viravam-no para o Ocidente (renunciar a Satanás), depois para o Oriente (adesão a Cristo). As vigílias da Páscoa e de Pentecostes eram os dias marcados para os batismos solenes. Depois também a vigília da Epifania, o que ficou em uso, apesar da reprovação do Papa Leão Magno. Enfim também os dias de Natal e de S. João Batista serviam para batizar. Em artigo de morte não se escolhia ocasião nem lugar. No princípio batizavam numa piscina rodeada de véus; depois colocaram uma pia dentro da igreja. O costume de retardar o batismo provinha do desejo a) de morrer com a graça batismal; b) de viver mais livre com suas paixões, pois a penitência era rigorosa; c) de esperar os trinta e três anos de Nosso Senhor; d) de aguardar ensejo de se batizar em águas do Jordão.

Os Bispos, porém, sempre protestaram contra êsse abuso. Embora o batismo conferido por um leigo fôsse válido, nem todos o admitiam na prática.

1) Groene, Sacramentum, Brilon, 1853; Ciril. Catech. 19, 21, 22.

§ 60. Eucaristia.

Apesar da disciplina do arcano (já em declínio, por menos necessária), os Santos Padres falam da Eucaristia mais francamente e com tal precisão que bem deixam ver qual a sua fé no sacramento da Eucaristia. Referem-se especialmente à transubstanciação, à presença real de Jesus na hóstia, e ao caráter expiatório do sacrifício eucarístico. Notadamente S. Cirilo Jerosolimitano, em suas vinte e três catequeses, tem tratados amplos sôbre os efeitos da comunhão sacramental, a mudança de substância, na consagração, e o mais que diz respeito ao sacrifício da missa.[1]

S. Cirilo de Alexandria chega ao ponto de se aproveitar da doutrina católica relativa à Eucaristia para daí tirar argumento contra o nestorianismo, o que denota quão firme era a crença no SS. Sacramento.

S. Gregório Nazianzeno, S. Ambrósio, S. Jerônimo, S. Hilário, designam a santa Eucaristia por expressões mui significativas e

sempre muito respeitosas. A missa era o ato principal do culto, da liturgia, e por isso com o vocábulo "liturgia" se indicava a celebração do ato litúrgico por excelência: o sacrifício eucarístico.

1) Schwane, Dogmengesch. II, 988.

§ 61. Outros sacramentos.

Crisma. — Nas paróquias rurais êste sacramento já estava separado do batismo, pois aí eram os simples sacerdotes que batizavam (e não crismavam). No Oriente também os simples sacerdotes conferiam a confirmação, no Ocidente isto raras vêzes se dava, e só com delegação pontifícia.

Penitência. — Os Padres dessa época ensinam a mesma doutrina tradicional, mas insistem mais na obrigação da confissão e na defesa do poder das chaves, certamente por julgarem oportuna a insistência. Na disciplina da confissão houve modificações. A confissão pública de pecados ocultos só houve no Oriente, e lá só em algumas igrejas, sendo tida sempre em conta de abuso; nunca, na Igreja universal. Outra coisa era se alguém a fazia por querer humilhar-se, o que não importava em disciplina sacramental. Mesmo a confissão pública de pecados públicos foi abolida, primeiro em Constantinopla por Nectário, por ocasião de um escândalo, e no Ocidente, por Leão Magno.

Extrema Unção. — No sacramentário de S. Gregório já se encontra descrito o rito da administração dêste sacramento, como hoje se faz. O mesmo se acha no livro "De sacerdotio", de S. João Crisóstomo.

Ordem. — A imposição das mãos era o essencial na ordenação de subdiácono, diácono e presbítero. As unções no presbiterato e episcopato foram introduzidas depois, como também a entrega dos instrumentos. Hoje tudo isto se faz "ad cautelam", por se evitar controvérsia sôbre a essência dêste sacramento.

Matrimônio. — Contra os gnósticos e maniqueus, os Padres defendiam a santidade do matrimônio, realçando, porém, o sublime valor da virgindade. O Estado começou a reconhecer os impedimentos admitidos pela Igreja. Os matrimônios entre católicos e hereges ou infiéis eram apenas tolerados. O adultério era caso de separação, mas não de "divórcio a vínculo". Os esponsais precediam o casamento. A bênção nupcial dava-se durante a Missa, no Ocidente.

§ 62. Culto.

Caindo pouco a pouco a disciplina do arcano, os Padres da Igreja propuseram neste período o ensino claro sôbre a Eucaristia e seu culto ou, simplesmente, a liturgia. Há várias liturgias:

As orientais mais antigas são: a de Jerusalém, atribuída a S. Tiago, e a de Alexandria ou de S. Marcos.[1] Hoje estão em uso no Oriente a liturgia de S. Basílio nas solenidades, e a de S. João Crisóstomo diàriamente, porém ambas modificadas. Das mesmas servem-se os hereges daquelas paragens. No Ocidente a mais antiga e importante é a romana, atribuída aos Papas S. Leão, S. Gelásio e S. Gregório, porém, na verdade, é mais recente (séc. VII ou VIII).

Outras liturgias particulares são: a ambrosiana, a gótica, a moçarábica, a galicana e a anglicana, havendo, porém, pouca diferença entre elas. Pouco a pouco a liturgia romana tomou o lugar das outras.

Em tôdas, a missa [2] se achava dividida em duas partes:

A) Missa catecumenorum, composta do Introito, Kyrie, Gloria, pax, coleta, epístola, salmos, evangelho (cantado pelo diácono) e homília feita pelo Bispo.

B) Missa fidelium. Depois do "ite, missa est", com que os diáconos despediam os catecúmenos, retiravam-se êstes e começava a missa pròpriamente dita. [3] Recebiam as "oblatas" dos fiéis para a sta. comunhão do clero e dos leigos; o Bispo lavava as mãos e continuava o sacrifício com o prefácio, o "sanctus" e a consagração, porém sem elevação, o que faziam (como ainda hoje se usa no Oriente) antes da comunhão. A elevação, separadamente, entrou em uso no século XI. Feitas as orações pelos vivos e mortos, continuava o celebrante com o "Pater", "Agnus" e a comunhão, que recebiam o Bispo, os sacerdotes, os diáconos e os leigos, tomando-a nas mãos. Era então costume comungar sob as duas espécies. Como preparação para a s. comunhão requeria-se, além do estado de graça e o jejum desde a meia noite, estar de mãos lavadas. Depois da comunhão, o Bispo dava a bênção e estava terminada a missa.

No Oriente já começava a lavrar a frieza dos fiéis nesse período, como se depreende do ardor com que os Bispos (nomeadamente S. João Crisóstomo) insistiam na necessidade de se receber a sta. comunhão. As homílias dos Bispos durante as missas eram feitas ora no trono (atrás do altar), ora no altar, ora no ambon ou primeiro púlpito.

Durante a missa eram mais ou menos contínuas as leituras da Sagrada Escritura. Depois foram determinando certos trechos para as diferentes festividades. Êsses trechos foram reunidos num livro que chamaram "lecionário". As passagens dos evangelhos estavam num livro separado. Havia ainda os antifonários, o saltério, o sacramentário. Tudo isso foi depois substituído pelo missal. Outro livro era chamado "Dípticas" ou tabelas em que se escreviam os nomes dos que deviam ser comemorados na missa.

Festas. — Além das festas marianas (Anunciação, Purificação, Apresentação, Natividade, Assunção), rendiam-se honras religiosas aos anjos (S. Miguel principalmente), aos mártires (S. Pedro, S. Paulo; Inocentes, S. João Batista).

Eram freqüentes as imagens representativas de Cristo, de Nossa Senhora, dos apóstolos. Realizavam-se solenes procissões, principalmente no domingo de Ramos e da Páscoa, nas grandes festas e na dedicação de igrejas; como também procissões de rogações e ações de graças.

1) Com isso não se afirma que S. Tiago e S. Marcos as tivessem introduzido tais quais na forma atual. — 2) Martène, de Antiq. ecl. rit. I, cap. 3. — 3) Selvaggio, Antiq. Crist. inst. II, 2, § n. 4.

§ 63. Templos.

Os primeiros cristãos se reuniam em salas para a celebração dos santos mistérios. Não tinham casa própria. Durante as perseguições refugiavam-se nas catacumbas.

Sòmente do ano 312 em diante, tiveram liberdade para celebrar em público o culto que quisessem.

A partir dessa data é que começaram também a construir as primeiras igrejas, a que deram o nome de basílicas. Derivam-se a um tempo da casa romana (atrium) e da basílica civil. A basílica cristã diferia da civil pela divisão interna, pois aquela tinha três naves, enquanto esta era uma simples sala retangular.

As primeiras basílicas eram divididas em três partes principais: vestíbulo, naves, âbside.

Vestíbulo-pórtico-nartex é a parte anterior da basílica. Aí estava a piscina das abluções. Além da piscina ficavam os ouvintes (que durante a prática entravam na igreja); aquem, os plangentes (penitentes públicos).

Nave parte central. Ocupavam-na os prostrados (ficavam de joelhos até ao Ofertório, e então saíam) e os consistentes (assistiam a todo o sacrifício, mas não comungavam). As naves laterais eram ocupadas pelos que comungavam, sendo que os clérigos e as virgens tinham lugares especiais.

Âbside ou santuário era o lugar onde se realizava o santo sacrifício. Ao redor da âbside ficavam os assentos dos Padres e ao fundo a cátedra do Bispo. Na entrada da âbside ficava o altar encimado pelo "Ciborium" (construção de quatro colunas terminadas e cobertas por um dossel, de que pendia uma pombinha ou caixinha de ouro para se guardar o SS. Sacramento).

Mais tarde a nave principal foi atravessada por uma nova construção que recebeu o nome de transepto. Aí é que ficavam os dois "âmbones" (púlpitos para o canto do evangelho e da epístola).

§ 64. Vestes litúrgicas.

Origem. Não são transformação das vestes do Antigo Testamento, nem foram inventadas pelos primeiros cristãos. São desenvolvimento das vestes profanas, conservadas e melhoradas pelo clero. Primitivamente as vestes litúrgicas eram as mesmas do uso diário, só mais finas. Por isso não é possível dizer exatamente como trajavam os clérigos dos três primeiros séculos, no desempenho das funções sacras. E' muito provável que os clérigos depois do século VI começassem a usar veste diferente da dos leigos, pois neste século se efetuou a mudança na vestimenta do povo.

Os romanos escolheram então uma veste mais curta, enquanto os clérigos ficaram com a longa. No século VIII tôda a transformação da veste clerical estava feita. Sabemos que desde então as vestes dos clérigos não eram as mesmas durante as funções e na vida particular. Não havia prescrições formais para as vestes. Era costume geral conservar as formas antigas e nada se mudar na liturgia, sem licença do Pontífice Romano. As vestes litúrgicas podem agrupar-se em três classes: a) paramentos sacerdotais; b) paramentos episcopais; c) paramentos reservados ao S. Padre.

As vestes sacerdotais são: amicto, alva, cíngulo, manípulo, estola, casula.

Amicto. Origem obscura. Talvez tenha sido introduzido só para revestir decentemente o pescoço do sacerdote. Está em uso desde o século VIII. A princípio era usado por cima da alva, para cobrir a cabeça do sacerdote durante as funções.

A alva tem sua origem na túnica cotidiana dos romanos. E' a mais antiga das vestes litúrgicas.

Cíngulo vem do cordão com que se adaptava a túnica à cintura.

Manípulo é de origem incerta. E' provàvelmente uma transformação do lenço ou sudário, que os romanos traziam dependurado no braço esquerdo ou mesmo na mão. Foi introduzido em Roma no século VI. No século IX já se usava em tôda parte.

Estola. Entre os romanos, a estola era um vestido comprido, muito parecido com a túnica. Diferia sòmente por ter muitas rendas e enfeites. Supresso êste vestido, começaram a usar só a borda (latum = ora) do mesmo. Os eclesiásticos imitaram nisso os leigos. Quer na vida civil, quer no exercício das funções sacras, vestiam a estola, a princípio como hábito de gala, e depois guardaram dela só a borda rica. O uso da estola existia no Oriente no século IV, passando para o Ocidente no século VI. Feita paramento litúrgico no século VI, a estola ficou reservada aos Bispos, Padres e diáconos.

Casula ou planeta. Tem sua origem na antiga "paenula", manto que envolvia todo o corpo, descia até aos tornozelos e tinha só a abertura para dar passagem à cabeça. Tinha como ornato apenas uma tira bordada para cobrir a costura da frente. Usavam-na, outrora, tanto os leigos como o clero. E' o que se verifica nas pinturas das catacumbas. Desde o século V até ao X era veste litúrgica nas funções sacras para todos os clérigos.

Dalmática. E' a veste litúrgica do diácono. Era traje característico dos dálmatas. Daí o nome. Os romanos a adotaram no século II.

A princípio a dalmática era uma túnica branca de linho ou de lã, muito longa; descia até aos calcanhares e tinha mangas largas. Duas tiras purpúreas adornavam-na em frente, atrás e nas mangas. A Igreja adotou-a para as suas cerimônias no século III, ficando, porém, reservada no princípio ao Sumo Pontífice. Êste mais tarde concedeu aos Bispos a mesma faculdade. No século IV o Papa Silvestre IV determinou que fôsse insígnia dos diáconos de Roma.

§ 65. Vida monástica.

A) **Origem.** Os alicerces da vida monástica são as palavras com que Nosso Senhor aconselhava a renúncia ao mundo a fim de se conseguir a perfeição. Daí (e não de doutrinas filosóficas), a vida de oração e penitência, de trabalho e imolação, de obediência e pureza de costumes de tantos que, já durante o tempo das perseguições, abraçaram os conselhos evangélicos, retirando-se ao recolhimento e solidão dos êrmos.

Do terceiro século em diante acentuou-se a vida eremítica, tendo por iniciador S. Paulo, na Tebaida. Descoberto pelo jovem Antão, filho de rico negociante de Alexandria, teve assim quem o sepultasse e lhe seguisse os passos na vida de anacoreta. S. Antão foi o insigne mestre sob cuja direção vieram colocar-se numerosos discípulos.

B) **Monges do Oriente.** Tendo S. Pacômio, natural da alta Tebaida, abraçado a vida monástica após o serviço militar, viu agremiarem-se, aos poucos, uns sete mil monges, sob sua obediência. Foi preciso organizar então a vida monástica, o que S. Pacômio fêz, agrupando uns quarenta religiosos em cada comunidade.

A reunião de umas quarenta (outros dizem dez) comunidades formava um mosteiro, com mil e quinhentos cenobitas. As comunidades femininas eram dirigidas pela irmã de S. Pacômio. S. Hilarião propagou tal método de vida na Palestina, Síria, Arábia e Mesopotâmia. Como S. Basílio Magno estudou a vida ascética naquelas paragens, tornou-se no Ponto e na Capadócia o introdutor e organizador da vida cenobítica, havendo para seus monges composto regras que ainda hoje perduram como base da vida religiosa. A vida monástica florescente no século IV decaiu com as controvérsias dogmáticas e as heresias.

C) **Monges do Ocidente.** E' em meados do século IV que S. Atanásio, exilado em Tréveris, ensina às cristandades latinas a vida cenobítica aprendida no Oriente. Com seus escritos, S. Jerônimo contribuiu para a fundação de mosteiros na Itália. S. Ambrósio os fundou em Milão, donde S. Agostinho levou a idéia para Hipona. S. Hilário de Poitiers e seu discípulo S. Martinho de Tours são os pioneiros da vida religiosa nas Gálias.

Aos monges é que a Europa deve a salvação durante as invasões dos bárbaros, pois foram os civilizadores dos Visigodos, Suevos e de outras tribos germânicas e eslavas. Além do mais, o amanho das terras, o saneamento dos pântanos, a formação de aldeias e cidades a êles se deve. Isto, sem antecipar o que se deve aos beneditinos no campo da ciência e da cultura em geral.

§ 66. Olhar retrospectivo.

A Igreja, desde o princípio, traz o sêlo de sua origem divina que, longe de se apagar no sangue de três séculos de martírios, saiu mais brilhante da escuridão das catacumbas.

Vitoriosa em sua aparente impotência contra o despotismo furibundo e poderoso dos governantes de Roma, teve a Igreja que se defender de inimigos internos mais prejudiciais; como o combate aos preconceitos pagãos despertou numerosos e brilhantes apologistas, assim as heresias suscitaram uma plêiade de escritores, denodados campeões na luta pela ortodoxia, inflexíveis, constantes na fé, os Santos Padres.

Digladiando-se reciprocamente, as heresias se iam desfazendo e a doutrina da Igreja, cada vez mais esclarecida, fixava sua terminologia, defendia-se com a exegese das Sagradas Escrituras, e firmava-se nas definições dos concílios ecumênicos.

Em suas relações com o Estado, é patente a benéfica influência da Igreja, desde a reforma social em tôdas as classes, com os melhoramentos materiais de assistência aos desamparados, até à cultura das artes e letras, a distribuição da justiça e o espírito de legislação.

E' verdade que a proteção do Estado degenerou muitas vêzes em opressão, os imperantes se intrometiam indebitamente em assuntos eclesiásticos, usurpavam direitos que pertenciam à Igreja docente e achavam sempre alguns Bispos fracos e monges descontentes que os apoiavam, para não lembrar Bispos e monges heréticos.

Mas êsse elemento humano que a Igreja devia formar em seus moldes, modificando paulatinamente ou afastando de suas fileiras, foi e será sempre o objeto de sua preocupação e solicitude, nas pelejas e conquistas, que lhe dão o caráter de Igreja militante.

Os membros nocivos, a Igreja os despedia, se frustravam as tentativas de reconciliação. Aparecem os primeiros anti-papas e Bispos usurpadores. Mas a Sé de Roma continua primacial, de direito e de fato, mau grado as divergências no modo de se encarar os assuntos e a fraqueza ou precipitação de algum Pontífice.

Para resistir a tantas e tão furibundas tempestades, só estando no leme da barquinha a onipotente mão de Deus.

SEGUNDA ÉPOCA.

A IGREJA ENTRE OS POVOS GERMANOS E ESLAVOS.

Primeiro período.

DA INVASÃO DOS BÁRBAROS (376) ATE' AO PONTIFICADO DE GREGÓRIO VII (1073)

A. Desenvolvimento exterior da Igreja.

I. DIFUSÃO DO CRISTIANISMO.

§ 67. Emigração dos povos.

As emigrações dos povos germânicos pagãos começaram já pelo ano 390 antes de Cristo, juntamente com os gauleses. Em 116 a. Cr., os Cimbros e Teutões emigraram para o sul, sendo repelidos por Mário. No século IV p. Cr. é que se deram as conhecidas emigrações dos povos ou invasões dos bárbaros.

A) Os *Visigodos* faziam parte dos Godos que habitavam a região do mar Cáspio e do Mar Negro. Impelidos pelos Hunos do Oriente, os Visigodos atravessaram o Danúbio, invadiram a Sérvia e a Bulgária, e marchavam para Constantinopla, quando Arcádio os desviou para a Itália. Em 410, Alarico, chefe dos Visigodos, saqueou Roma e marchou para a Calábria, onde morreu. Seu sucessor, Ataulfo, levou os Visigodos a libertar as Gálias de três usurpadores (recebendo em recompensa a Gália inferior). Depois, expulsando da Espanha três invasores, aí se estabeleceram definitivamente.

B) Os *Vândalos*, das costas do Báltico, invadiram com os Burgúndios, Alanos e Suevos a Germânia, a Gália e a Itália. Depois de vários contratempos, fixaram-se os Burgúndios na bacia do Ródano; os Vândalos na Andaluzia; os Alanos, na Lusitânia; os Suevos, na Galiza. Aos poucos os Alanos desapareceram, os Suevos foram subjugados pelos Visigodos, e os Vândalos foram para a África.

C) Os *Francos* habitavam primeiramente o Reno, mas depois fixaram-se na Gália.

D) Os *Saxões* estacionavam nas margens do Veser e Elba, mas passaram à Bretanha, quando os Bretões pediram auxílio contra os Pictos e Escotos (do Norte). Os Saxões repeliram os Pictos, mas ficaram descontentes com a recompensa (uma ilha) e invadiram o país. Mais tarde vieram os Anglos, que se uniram aos Saxões e mudaram o nome de Bretanha para o de Inglaterra. No século IX dá-se a invasão dos Normandos.

Invasores	Chefes	Ano	habitat	invadiram	estabeleceram-se
Visigodos	Alarico	376	Mar Negro	Bulgária Sérvia, Itália,	Espanha
Vândalos	Genserico	406	Báltico	Germânia, Gália, Itália	África
Burgúndios	Radagásio	,,	?	,, ,, ,,	Rodano
Alanos			?	,, ,, ,,	Lusitânia (desapareceram)
Suevos		,,	Scandinávia	,, ,, ,,	Galiza (subjugados)
Francos			Reno	Gália	Gália
Saxônios	Hengisto e Horsa	,, 411	Veser e Elba	Bretanha	Inglaterra
Anglos	Ida, Ofa e Cida	547	?	,,	,,
Hunos	Átila	376	China	Região do Mar Negro	Danúbio

1) No período anterior estudaram-se fatos da história da Igreja que chegaram até 681. Esta segunda época não começa, entretanto, com aquela data. Somos obrigados a retroceder ao século IV, em que os bárbaros do norte se puseram em contato com a civilização cristã, e em que se mudou a face política da Europa.

§ 68. Os germanos nos países romanos.

A) **Por que os bárbaros emigraram?** — O que levou os bárbaros a emigrar para o sul da Europa foi a necessidade de ampliar o terreno para os rebanhos. Na escolha da região foram guiados pelo atrativo do sul para os povos do norte.

B) **Como conquistaram o império?** — No exército romano havia muitos soldados germanos, que tinham seus rendimentos e chegaram a ter por sôldo o têrço duma propriedade rural. Que os bárbaros não entraram com o fim de conquistar vê-se do respeito que tinham ao imperador, como a um deus.[1] Odoacro obrigou Augusto a escrever de Roma que bastava um imperador no Ocidente e que em Roma bastava ficar Odoacro com o título de patrício romano e rei dos visigodos. Donde se segue que não tinham em mira a conquista do império. Contudo, houve muitos horrores, e a fusão geral das raças levou três séculos a se efetuar, ainda que em alguns lugares se fizesse muito depressa. A civilização continuou romana.

C) **Qual o papel dos bárbaros?** — I) Ser flagelos de Deus. Alarico dizia: "Uma fôrça misteriosa me impele a castigar, e não sei por que." Átila, chefe dos hunos, se intitulava "açoite de Deus", para castigo dos romanos, dos quais se dizia: "O povo romano, corrupto, ri até morrer." Viviam em banquetes e orgias. II) Estabelecer novas populações sôbre a ruina das antigas.

D) Como se portou a Igreja?

I) Cristianizou os bárbaros.

II) Harmonizou vencidos e vencedores.

III) Salvou da sociedade antiga o que ainda prestava.

1) Cfr. René Macaigne, L'Eglise Mérovingien et l'Etat Pontifical.

§ 69. Conversão dos Suevos.[1]

Êste pequeno povo, vindo da Germânia, se aliara aos burgúndios, aos vândalos e aos alanos para invadir as Gálias; tinha penetrado na Espanha, com êstes dois últimos povos, e tinha fundado, sob o mando de Hermanrico, ao noroeste da península, um reino ariano[2], que se estendia na Lusitânia. Em 551, o rei dos suevos, Cariarico, tendo alcançado a cura da filha, por intercessão de S. Martinho de Tours, mandou edificar uma soberba igreja em honra dêste santo e abraçou a fé que o grande Bispo das Gálias tão admiràvelmente professara. Numerosos milagres se operavam naquele templo e o povo, comovido com tais prodígios, não trepidou em imitar o exemplo de seu chefe, renunciando ao arianismo. O maior apóstolo da evangelização dos suevos foi S. Martinho da Panônia. O filho e sucessor de Cariarico, Teodomiro, completou o bem iniciado pelo pai; combinou com os Bispos as

providências a tomar para arrancar até as últimas raízes da heresia, e assegurar, com regras e leis severas, a conservação da disciplina católica. O reino dos suevos foi substituído pelo dos visigodos em 585.

1) Cfr. Curso de Instrução Religiosa, de Cauly, tomo II, pág. 375. — 2) Paschini, Lezioni di Storia Eccl. t. II, cap. III, 2, diz que, primeiramente, se estabeleceram na Espanha, passaram do paganismo ao catolicismo, mas os visigodos os levaram ao arianismo.

§ 70. A Igreja sob o império dos Visigodos.

Os visigodos foram do Danúbio para a Bulgária e iam para a Trácia e Macedônia, quando Arcádio, levado por Rufino, os desviou e dirigiu para a Itália.

Em 403 os visigodos foram batidos por Stilicão em Verona e Ravena, mas em 410 efetuaram o saque de Roma, chefiados por Alarico. Êste morreu, tempos depois, na Calábria, e seu sucessor Ataulfo, após ter ajudado a França, estabeleceu-se em Tolosa. Vencidos por Clovis (510), foram os visigodos à Espanha para a livrar de povos invasores. Em recompensa, os visigodos receberam parte da Espanha e depois conquistaram quase tôda a península Ibérica, subjugando os vândalos e suevos. Os visigodos, que se converteram ao cristianismo, foram arianos no comêço, ainda que houvesse católicos entre êles. O Bispo ariano Wúlfilas traduziu a Bíblia em língua gótica. Leovigildo, rei dos visigodos, levou a monarquia a grande altura, conquistando o reino dos suevos. Mas Leovigildo era ariano, e, como os predecessores, perseguiu os católicos, não poupando seu próprio filho Hermenegildo, que se educara em Sevilha num colégio de seu tio materno, o Bispo católico Leandro. Aí chegou a conhecer e amar o catolicismo.

Casando-se com Ingundes, filha de Clovis e princesa católica, Hermenegildo abraçou o catolicismo quando vice-rei de Sevilha. Morreu mártir da sua fé, por se recusar a receber a santa comunhão das mãos de um Bispo ariano.[1] Leovigildo arrependeu-se de haver tratado mal os católicos, e, pelo fim da vida, chamou do exílio os Bispos. Assim ficou reservada a Recaredo, seu filho e sucessor, a glória de implantar na Espanha a fé católica (587).

Nesse mesmo ano houve o primeiro concílio de Toledo, básico para o catolicismo na Espanha. Nêle tomaram parte oitenta Bispos e outros mandaram representantes. Foi aí mais uma vez condenada solene e unânimemente a heresia ariana. Declararam que abraçavam os quatro grandes concílios e todos os mais que não estivessem em contraposição com êles. Determinaram que os sacerdotes e diáconos convertidos do arianismo precisavam de-

mitir as respectivas mulheres: preceituaram que os clérigos lessem à mesa a Sagrada Escritura, e proibiram-lhes ter em casa pessoas de outro sexo.

Êsses decretos do concílio de Toledo tiveram fôrça de lei civil, cujo compêndio formou o "Codex Visigothorum", código cristão, sábio, sistemático e social.

Durante o século VII houve cinqüenta concílios. Havia Bispos excelentes, como os três irmãos S. Leandro e S. Isidoro (de Sevilha), S. Fulgêncio (de Cartagena), S. Eugênio (de Toledo). Mesmo assim, até ao fim do século VII, não conseguiram cristianizar inteiramente a Espanha. Uma dificuldade inesperada era o número de conversões aparentes e fingidas dos judeus.

Dois concílios deram leis severas contra êles, mas com pouco fruto. A queda do reino dos visigodos foi causada não só pela intriga dos judeus, mas também pela fusão mal feita das raças, pela ambição na eleição dos reis e pelas maquinações dos árabes, que, da África Setentrional, já espreitavam ocasião para se introduzirem na península.

O ensejo apareceu: os judeus e um cunhado de Vitiza, rei deposto, convidaram os sarracenos a invadir a Espanha, o que fizeram chefiados por Tarik. Em Gibraltar (Monte Calpe) foram os visigodos derrotados pela primeira vez, e em Xerez de la Frontera (711) foram completamente desbaratados.

Ainda que as condições de capitulação fôssem favoráveis, uma grande parte dos visigodos preferiu retirar-se para a montanha das Astúrias e aí formar seu reino. Pouco a pouco foram novamente ampliando seu domínio, mas a reconquista durou seis séculos, até que, em 1492, Fernando e Isabel expulsaram os árabes do seu último reduto: Granada.

Foi neste período que se formou o caráter profundamente católico dos castelhanos.

1) Paschini, Lezioni di storia eccl. t. II e Brück, Kirchengesch., afirmam que Hermenegildo guerreou Leovigildo, talvez obrigado pelas circunstâncias político-religiosas.

§ 71. A Igreja sob os Vândalos da Africa.[1]

Os vândalos sairam da Panônia em 406. Para a África foram em 429, sob o mando de Genserico († 477), crudelíssimo e desprezível, mas admirável pela fôrça de vontade. Quando lá apareceram os vândalos, S. Agostinho já estava à morte, mas ainda animou os Bispos e sacerdotes a ajudarem o povo e não o abandonarem. Em vinte anos, Genserico conquistou tôda a Mauritânia com seus 700 bispados, reduzindo-os tanto que, no tempo de

S. Gregório († 606), só havia três bispados. Se no saque de Roma Genserico poupou os habitantes, foi maravilhado perante o valor de S. Leão Magno. Genserico era ariano e forte perseguidor dos católicos, principalmente dos bizantinos. Os vândalos nunca se converteram ao catolicismo; aparecem na história eclesiástica só como perseguidores. Ainda bem que seu domínio foi efêmero. Hunerico, filho e sucessor de Genserico, não se portou melhor que o pai.

Ainda que no princípio fôsse indulgente para com os católicos, 40.000 foram mortos por êle, não contando cativos e os mais. Em seu reinado deu-se o milagre de Tipasa (os seus habitantes falavam, tendo as línguas amputadas). Sob os dois reis seguintes a sorte da Igreja foi variável. S. Fulgêncio e outros foram exilados para a Sardenha. Quem trouxe a paz à Igreja foi Hilderico. Mas em breve foi destronado por Gelimer. Em 534, os vândalos, vencidos por Belisário, general de Justiniano I, foram substituídos pelos bizantinos, e êstes pelos árabes, em 692.

1) Vitor de Vite; Ruinart, Hist. persec. Vandal.

§ 72. A Igreja sob os Ostrogodos e Lombardos na Itália.

A) **História profana.** Em três séculos, quatro povos se substituem na Itália: em 476 acaba o Império Ocidental sob o último imperador Rômulo Augústulo, e vêm os hérulos (476-493) ocupar o país; de 493 até 553 os ostrogodos; 553-568 os bizantinos; de 568-777 os lombardos.

I) Os hérulos eram uma fração diminuta a serviço dos romanos contra os germanos.[1] Mas quando Rômulo se recusou a dar-lhes o sôldo pedido, Odoacro, chefe dos hérulos, mandou Rômulo para o sul e, fazendo-se nomear "patrício romano", dominou na Itália.

II) Os ostrogodos, ou godos do Oriente, se haviam submetido aos hunos. Agora, livres pela morte de Átila, devastavam a Europa Ocidental. Mas Teodorico, rei dos ostrogodos, apoiou o imperador Zenão, e foi remunerado com a investidura da Itália, ocupada pelos hérulos. Teodorico venceu Odoacro duas vêzes, mas êste só se rendeu com a condição de ter parte no govêrno de Teodorico. Contra o que prometera, Teodorico mandou assassinar Odoacro num banquete, e desde então governou sòzinho num grande reino. Teodorico era filho de bárbaro, mas, como fôra educado em Constantinopla, deixou os costumes de seu povo, e parecia imperador romano. Teve feliz govêrno: favoreceu o comércio, chamou para a côrte sábios como Boécio e Cassiodoro, deu impulso à agricultura, às artes, etc.

III) Morto Teodorico, os bizantinos tentaram ocupar a Itália. Seu general, Narsés, venceu Tótila no Vesúvio.

Assim acabou o reinado dos ostrogodos e começou o dos gregos (ou bizantinos). Dos ostrogodos apenas um restinho permaneceu nos Alpes. Mas os bizantinos ficaram na Itália só 18 anos. Pois Narsés, irritado por um insulto de sua imperatriz, convidou os longobardos a invadirem a Itália. O império já estava em decadência desde o tempo de Teodorico, mas o que facilitou a invasão dos lombardos foi a traição de Narsés.

IV) Os lombardos[2] vieram da Panônia a convite de Narsés. Guiados por Alboíno, tomaram sem custo o norte da Itália, e fixaram aí seu reinado, com a capital em Pavia.

B) **História eclesiástica.** — I) Teodorico era ariano, mas não perseguidor, antes tolerante e até protetor do catolicismo em certas ocasiões, como, por exemplo, na punição dos maniqueus, no apoio ao Papa Símaco contra o anti-papa Lourenço. Nisto andou muito ajuizadamente, porque a grande maioria dos seus súditos era formada pelos romanos católicos. Mas em 519, acabado o cisma acaciano, Teodorico receou que os católicos se congraçassem com os gregos (bizantinos) para expulsar da Itália os ostrogodos. Esta suspeita deu causa à prisão do Papa S. João I (que morreu no cárcere), de Boécio e doutros católicos, que foram executados. Porém Cassiodoro, seu chanceler, foi poupado, ainda que fôsse ótimo católico. Conservou-se na côrte ainda depois da morte de Teodorico; enfim retirou-se para a Calábria, onde viveu religiosamente e fundou o convento Vivariense.[3] Mais tarde seu convento recebeu a regra de S. Bento.

II) Os lombardos eram em parte pagãos, em parte arianos, em todo caso odiados pelos romanos. Os primeiros reis eram perseguidores. Agilulfo, porém, casado com a princesa católica Teodolinda, tornou-se católico também, mas com pouco resultado para a Igreja. S. Gregório Magno é que mais trabalhou pela conversão dos lombardos. Teodolinda recebeu do Papa um cravo de Nosso Senhor em prêmio de seus esforços para converter o rei. Êsse cravo foi engastado na célebre "coroa de ferro" dos reis lombardos.

1) De origem germânica, os hérulos formavam antes um bando de ladrões que nação organizada. — 2) Lombardos ou, melhor, longobardos, pois o nome deriva das longas lanças que usavam. — 3) Cfr. § 2 Cassiodoro.

§ 73. A Igreja e os Francos.[1]

I) **História profana.** — Franco significa guerreiro, altivo, nobre. Era uma reunião de tribos guerreiras que habitavam o Reno (os ripuários), a Bélgica (sálicos), e o Weser (sicâmbrios). Já desde longa data tentavam passar o Reno, mas eram sempre repelidos. No século V conseguiram seu intento e se estabeleceram nas Gálias, com Tréveris por capital. Dos primeiros chefes quase nada se sabe. O mais importante dêles foi Meroveu, que deu seu nome à dinastia. Clovis, filho de Childerico, e neto de Meroveu, foi o rei mais ilustre da primeira dinastia.

Com a chegada dos francos, a Gália ficou dividida em seis partes: o centro era habitado pelos romanos; os bretões ou armoricanos ocupavam o oeste; os alamanos (alemães), o nordeste; os burgúndios, o leste; os visigodos, o sul; os francos, o norte.

Clovis agrediu, venceu e matou Siágrio, que governava os romanos, fixou sua capital em Paris; depois expulsou os visigodos de entre o Loire e o Garona. Pouco a pouco conquistou o resto. Morto Clovis, o país foi repartido em quatro partes. Clotário as reuniu novamente sob seu cetro. Mas apenas morreu êste, a França foi nova e definitivamente desmembrada em quatro partes: Paris, Borgonha, Nêustria, Austrásia. Êsse desmembramento justifica a alcunha de indolentes dada aos reis desde então, enquanto os antecessores eram chamados cabeludos.

Os merovíngios atingiram o apogeu da glória no reinado de Dagoberto I, favorável à Igreja. Logo após, os mestres de palácio (que não passavam de mordomos) adquiriram tão grande poder, que, para serem monarcas, só lhes faltava o nome.

O último rei merovíngio foi Childerico III, mas os mestres de palácio Ebroíno e Pepino de Heristal já preparavam a queda da dinastia, começando a dos carolíngios com Carlos Martelo e Pepino o Breve.

II) **História eclesiástica.** — Dos povos que habitavam a França, os visigodos eram arianos; os bretões romanos eram católicos; os francos e alamanos, pagãos. A conversão de Clovis e dos francos ia, pois, trazer grande alegria à cristandade, outorgando à França o título de filha primogênita da Igreja. Clovis casara-se com a princesa Clotilde, borgonhesa católica e mui piedosa, mas o rei franco não adorava "o Deus de sua espôsa." Na batalha de Tolbiaco (496), estando quase a fugir dos alamanos, fêz voto de adorar o "Deus de Clotilde" se obtivesse a difícil e almejada vitória. E cumpriu o voto, recebendo o batismo das mãos de S. Remígio, Bispo de Reims. Com o rei batizaram-se três mil guerreiros, sendo o exemplo seguido pela nobreza e povo (Natal de 496). Contra a acusação de Clovis ter continuado a ser cruel, opomos a dificuldade de deixar na pia batismal todos os costumes bárbaros. Isso, porém, não é indício de fingimento na conversão.

Com os descendentes de Clovis a Igreja teve que sustentar rudes combates. Ebroíno, mestre de palácio, chegou a perseguir a Igreja a ponto de ser comparado com Nero e outros.

Na cristianização dos francos tomaram parte ativa e importante:

1) os reis, pois favoreciam os Bispos, perseguiam o paganismo, publicavam os concílios e executavam os decretos. [2]

2) os Bispos com suas iniciativas de instrução religiosa e reformas salutares, promulgação de estatutos sinodais, etc.

3) os monges vindos da Irlanda (S. Columbano).

1) Duchesne, Hist. Franc. (5 vol.); Greg. Turon. Hist. Franc.; Avit. Vien. Ep. 41. — 2) Em compensação deram também maus exemplos, e introduziram-se na disciplina eclesiástica, admitindo Bispos sem ordens, etc.

§ 74. Os Burgúndios e a Igreja. [1]

Não se sabe exatamente donde partiram os burgúndios, nem qual a origem dêles. O certo é que de 409 a 413 se estabeleceram com os francos nas Gálias, ocupando a região de léste além do Ródano (Borgonha). Consta que os primeiros reis convertidos tenham sido católicos. [1] Assim se explica a religião de Clotilde, filha do rei Chilperico. Sendo êste assassinado pelo próprio irmão, Gondebaldo, ariano, que lhe tomou a coroa, é natural que o catolicismo não se alargasse tanto. Não obstante, parece que Gondebaldo, graças à influência do Bispo Avito, não perseguiu a Igreja e até permitiu que se convertessem pessoas da família real, entre elas Sigismundo, seu filho e sucessor (516). [2]

Aproveitando o ensejo, Avito conseguiu reunir em sínodo os Bispos da Borgonha, logo no ano seguinte, os quais publicaram 40 cânones de disciplina eclesiástica. Mas Avito morreu meses após, e Sigismundo foi assassinado por Clodomiro, filho de Clovis. Se os borguinhões não caíram logo em poder dos francos, foi por lhes ter vindo auxiliar Teodorico, rei ostrogodo. Em 534, foi inevitável sua fusão com os francos.

1) Outros supõem Chilperico também ariano, e Clotilde convertida por sua preceptora (Brück, Kirchengesch., § 76). — 2) Hefele, C. G. II, 649.

§ 75. A Igreja nas Ilhas Britânicas.[1]

I) **Irlanda.** — O apóstolo foi S. Patrício († 493), pois S. Paládio nada conseguira. S. Patrício nasceu na Escócia. Contam que em pequeno foi roubado duas vêzes por corsários, de modo que já conhecia o país com seus costumes, antes de ir evangelizá-lo. Foi encarregado desta missão pelo Papa Celestino I (432). No princípio achou muita dificuldade, mas com paciência e caridade alcançou cristianizar tôda a ilha em sessenta anos de laborioso apostolado. Fundando conventos e formando clero nacional, pôs o fundamento para a conservação da fé na Irlanda. De seus discípulos o principal é S. Benigno, sucessor de S. Patrício. S. Brigida fundou o célebre convento de Kildare, para ajudar o trabalho dos sacerdotes. Com razão a Irlanda é chamada a "Ilha dos Santos", pois em pouco mais de um século teve 750 santos.

II) **Escócia.** — Os pictos, habitantes do sul dessa região, foram evangelizados pelo bretão S. Niniano (412). O apóstolo da Escócia é pròpriamente S. Columbano, irlandês. Era monge beneditino. Aportou à ilha de Hy e aí fundou um convento (563). Os abades dêsse convento tinham jurisdição sôbre tôda a Escócia; de modo que mais tarde os abades, que não eram Bispos, tinham certa jurisdição sôbre os Bispos da Escócia.

III) **Grã-Bretanha.** — S. Gregório Magno, beneditino, quis ir cristianizar a Grã-Bretanha, que estava em situação precária, pois os anglos e saxões repeliram para os montes os bretões católicos. E êstes nenhuma tentativa fizeram para cristianizar os invasores pagãos. Simpatizando S. Gregório Magno com os escravos saxões expostos no mercado de Roma, resolveu ir pessoalmente levar-lhes a fé de Cristo.

Foi, entretanto, impedido pela eleição que dêle fizeram para Papa, apesar da resistência de sete meses em não aceitar a tiara. Em seu lugar foi S. Agostinho, igualmente beneditino, com trinta companheiros que aportaram à ilha de Tanet, em 596.

O primeiro que recebeu a fé cristã foi Etelberto, rei de Kent, casado com Berta, princesa católica. Na festa de Pentecostes de

597, Etelberto e dez súditos receberam o batismo. S. Agostinho foi sagrado Bispo, e Cantuária (Canterbury) tornou-se a metrópole do país.

IV. **Dúvidas.** 1) Fala o venerável Beda de dissensões entre a Igreja anglo-saxônica e a romana; festejavam a Páscoa em dia diferente, não ungiam o batizando com o óleo do crisma; os bretões não queriam cooperar para a conversão dos anglos-saxões, tinham a tonsura na frente, etc. E' certo que mais de um século passou até receberem todos os usos da Igreja romana.

2) Que dizer das palavras de um monge inglês contra a supremacia do Papa? — E' falsíssimo, pois o texto é espúrio.

3) Afirmam alguns que os bretões repeliram a fé trazida de Roma por terem sido antes evangelizados por missionários do Oriente. Resposta: a) Isso não se pode sustentar històricamente. b) O que se sabe é haverem os bretões repelido os monges romanos, porque êstes evangelizavam os anglo-saxões, inimigos políticos dos bretões.

4) E' verdade o que se diz do casamento de Padres e Bispos? — Não. Os casados não eram Bispos, ainda que governassem dioceses, pois não tinham recebido as ordens. Nem os sacerdotes eram casados; só o clero inferior.

V) **Nomes ilustres.** — Entre os homens eminentes da Igreja anglo-saxônia notam-se S. Teodoro de Tarso, Bispo de Canterbury, muito erudito. Tinha escola de latim, grego e canto. Ainda sessenta anos depois de sua morte, seus alunos falavam corretamente o latim e grego. O célebre abade Biskop teve por discípulo o venerável Beda no convento de Weremouth. Os primeiros séculos foram de ouro para a Igreja na Inglaterra. O traço característico é a abundância de conventos e Bispos monges, nos séculos VII e VIII.

1) Cfr. Bellesheim, Gesch. der Kath. Kirche in Irland (3 vol. Mogúncia, 1890); Skene, Celtic. Scotland (Edimburgo, 1676-79); Walter, das alte Wales (Bonn, 1859).

§ 76. A Igreja na Alemanha.[1]

No século II o cristianismo já florescia entre o Reno e o Danúbio, conforme o testemunho de S. Ireneu. Continuou ainda no III século. Com a invasão dos bárbaros, desapareceu, a ponto de só permanecer onde havia quartéis romanos. No princípio do século VI eram necessários novos missionários para a Germânia. Enviaram-nos a França e a Irlanda.

I) Entre os alamanos (Badenha, Würtenberg, Alsácia, Helvécia) trabalharam: 1) S. Fridolino, o primeiro irlandês após os missionários franceses, que haviam alcançado pouco êxito. 2) S. Columbano, que para lá foi, depois de exilado da França por Brunehilda. Estabeleceu-se perto de Zürich. Expulso daí, foi para Bregenz. Caluniado por Teodorico II, rumou para a Itália, fundando um mosteiro nos Apeninos (Bóbio).

3) S. Galo, discípulo de S. Columbano, fundou a abadia que depois ficou conhecida pelo nome do fundador. 4) S. Firmino foi o restaurador da religião na Alsácia; seus três conventos formaram muitos Bispos.

II) Na Nórica (Baviera e Áustria) 1) S. Severino, monge austero, de vida misteriosa e ignota, foi o anjo da paz no meio da emigração dos bárbaros. 2) S. Ruperto, Bispo de Worms, fixou residência na Baviera, a convite do duque Teodo; batizou a êste, como a mor parte da no-

breza; edificou conventos em Salzburgo. Com a vitória de Carlos Magno sôbre os Avaros, penetrou o cristianismo na Panônia, cujo apóstolo S. Arno foi sagrado Bispo de Salzburgo. 3) S. Emerano, Bispo de Poitiers, destinava-se à Panônia, mas ficou na Baviera, a pedido de Teodo. Por uma acusação falsa de Uda, filha de Teodo, foi assassinado em viagem a Roma, por Landperto, irmão de Uda. 4) S. Corbiniano estabeleceu o arcebispado em Frissinga.

III) Na Turíngia (Francônia, país que se estendia até ao norte da França). S. Quiliano, irlandês, foi assassinado por ordem da cunhada do duque Gozberto, que para lá o chamara. Mas a Providência havia suscitado um homem extraordinário para evangelizar não só a Turíngia ou Francônia, mas quase tôda a Alemanha: S. Winfrido, cujo nome o Papa mudou para Bonifácio. Não só foi missionário ou pregador da fé, mas também expurgou de erros dogmáticos e amoralidades pagãs as terras já convertidas: ainda organizou a hierarquia na França e Alemanha, e fundou muitos conventos (Fulda), viveiros de Bispos e de Santos.

Bonifácio nascera em Kirton (Inglaterra) de pais pobres. Foi educado pelos beneditinos, fêz estudos belíssimos e pediu ingresso na mesma Ordem. Os pais cederam com alguma relutância. Em 716 seguiu para Baden a começar seus trabalhos, mas voltou à Inglaterra por causa da guerra entre Radbot e Carlos Martelo.

Em 718 foi novamente para a Francônia, e então conseguiu lá ficar. No mesmo ano estêve em Roma, a fim de receber do S. Padre as faculdades e instruções especiais. Estando na Frísia em companhia de S. Wilibrordo, de lá fugiu por ver que o santo o queria fazer seu sucessor no Arcebispado. Em 722 foi novamente a Roma, a chamado do Sumo Pontífice Gregório II, que, ao saber de seus trabalhos, o sagrou "Bispo regionário", mudando-lhe nessa ocasião o nome de Winifrido em Bonifácio. De volta evangelizou a Turíngia e o Hesse. Teve a felicidade de derrubar o carvalho sagrado de Thor[1], que os pagãos julgavam indestrutível. Com tal ação ganhou ascendente sôbre o povo, que o auxiliou a empregar a madeira do carvalho na construção de uma capela em honra de S. Pedro. Em 738 estêve em Roma pela terceira vez. Gregório III o nomeou metropolita da Alemanha. Voltando, trabalhou na Baviera, e a dividiu em quatro dioceses.

Nesse tempo morreu Carlos Martelo que, religiosamente, pouco valia. Sucederam-lhe Carlomano e Pepino, os quais convidaram S. Bonifácio a organizar também suas terras. Convocando muitos sínodos, o apóstolo estabeleceu a hierarquia. Desejava S. Bonifácio fixar a Sé metropolitana em Colônia, mas seus adversários[2]. souberam impedi-lo. Ocupou, pois, Mo-

gúncia, que ficou sendo a Sé Metropolitana.[3] Ainda depois de velho, recebeu de Estêvão III licença para voltar a ser missionário. Deixou, em Mogúncia, Lulo, seu discípulo, e foi evangelizar a Frísia, onde morreu mártir, enquanto esperava neófitos para crismar.[4]

IV. Renânia. Muitos missionários, mas nenhum de destaque, senão S. Edígio e S. Audomaro. Na Westfália, o apóstolo foi S. Ludgero, primeiro Bispo de Münster.

V. Na Frísia (Bélgica e Holanda), S. Wilfrido, Bispo de York, e S. Wigberto muito se esforçaram pela conversão dos frisões. O irlandês S. Vilibrordo, Arcebispo de Utrecht, converteu o povo da Frísia, e em Roma foi sagrado primeiro Bispo dos frisões. Como os francos católicos conquistaram o sul da Frísia, os habitantes tomaram ódio à religião dos conquistadores, de modo que S. Vilibrordo, voltando de Roma, teve muito que relatar e combinar com a Santa Sé. O convento de Echternach foi erigido por êste santo. Ainda se usa fazer em honra do Santo "a procissão dos Saltantes" na Páscoa.

VI. Entre os Saxões, raça bárbara e cruel, o cristianismo penetrou só no século VIII. Eram vizinhos incômodos de Carlos Magno. Em 772 êste os derrotou e lhes impôs, como condição de paz, receberem missionários. Receberam-nos; mas, quando Carlos Magno saia em guerra com outros povos, os saxões expulsavam ou matavam os missionários. Quando o fizeram pela quinta vez, o imperador mandou passar a fio de espada 4.500 saxões.[5] Apesar disto, mais uma vez se levantaram, sendo então definitivamente subjugados (785).

Vieram, enfim, os chefes Witikind (vestfalo) e Albion submeter-se e receber o batismo.[6] Bruno, porém, ainda se recusou a tornar-se cristão. Mais uma vez houve um levante, mas não tão geral, que terminou por serem os culpados transplantados para outras regiões (Francônia).[7]

Porém, quanto os Saxões foram obstinados em rejeitar a fé, tanto se tornaram fervorosos depois, de modo que, meio século mais tarde, já enviavam missionários para as regiões setentrionais da Europa.

1) Um providencial turbilhão o ajudou no momento apropriado. — 2) Padres e Bispos, contra os quais tinha procedido por necessidade. — 3) Acusam S. Bonifácio de ter acabado a florescente igreja dos Culdenses. O que fêz foi acabar com seus ritos e diferenças. E nisto andou muito bem. O fundo de tôdas as acusações contra êle é a sua contínua união e dependência de Roma. — 4) O lugar do martírio foi Docum, na Frísia; data, 5 de junho de 755. Mas a data e lugar do nascimento de S. Bonifácio não se conhece com tanta exatidão. — 5) Há quem hoje conteste êsse número, explicando de modo mais natural o texto encontrado. — 6) A resolução de abraçar o cristianismo procedeu da agradável impressão que Witikind sentiu ao presenciar as cerimônias religiosas na visita que fêz a Carlos Magno. — 7) O procedimento de Carlos Magno para com os saxões costuma servir de acusação contra a Igreja, que reprova o sistema dos maometanos e dos protestantes que implantam suas doutrinas a ferro e a fogo ou por monarcas absolutistas. De fato, o credo católico tem sido aceito por convicção nas regiões convertidas, constituindo isso uma conquista pacífica para a Igreja.

A respeito de Carlos Magno, eis o que se deu: a) O que êle impunha era só a aceitação de missionários e não a fé que êles iriam pregar. Se depois se via obrigado a empregar as armas, era não para implantar a religião, mas castigar a matança de sacerdotes enviados.

b Uma longa experiência já tinha mostrado que era impossível manter a paz entre os francos e saxões, pois êstes, apesar de tôdas as convenções, sempre renovavam seus assaltos, roubando e destruindo tudo em sua passagem.

c) Desta forma Carlos Magno se viu forçado a tomar as armas para defender seu povo, pois que o meio pacífico, isto é, a conversão do povo saxônico pelos missionários, não surtiu efeito, como já se disse. Portanto, a Carlos Magno só restava defender com as armas o seu território e o cristianismo contra o paganismo.

d) Note-se, enfim, que não se deve imputar à Igreja o proceder de um imperador, tanto mais que houve protestos do Papa contra os excessos do monarca.

§ 77. O cristianismo na Escandinávia.[1]

Os santos Vilibrordo e Vilfrido foram os primeiros missionários que tentaram evangelizar os escandinavos. Só um século mais tarde (séc. IX) é que alguns monges conseguiram vencer a enorme repugnância que os dinamarqueses votavam ao cristianismo. Seu primeiro evangelizador foi Ebon, Arcebispo de Reims, que obteve resultados ínfimos, a par de uma grande conquista: a conversão do rei Haroldo. Ao encontro dêste, quando se batizou em Mogúncia (826), acorreram os monges alemães Ansgário (ou Oscar) e Aubert, para o acompanharem à Dinamarca, onde fundaram novas cristandades. Aubert morreu logo, ao passo que S. Ansgário se tornou o apóstolo do Setentrião. Hamburgo, Bremen, as Ilhas dinamarquesas, o sul da Suécia experimentaram o zêlo constante de S. Ansgário, sendo por isso nomeado primeiro Bispo de Hamburgo e legado apostólico das missões do norte europeu. Não lhe faltaram dificuldades, especialmente da parte de Haroldo, que voltou ao paganismo. Mais tarde os dinamarqueses se tornaram perseguidores do cristianismo, até em território alemão, pelo que tiveram que sofrer as derrotas infligidas pelos imperadores Henrique I e Otão I. Entre os perseguidores dinamarqueses sobressai o terrível Suenon. Porém já o filho Canuto usou não só de tolerância mas até de liberalidade para com os mosteiros, mesmo a conselho de Suenon moribundo. E Canuto II, o Grande, morreu mártir (1086). Lund tornou-se arcebispado metropolitano (1104).

Na Suécia também era formal a oposição do povo contra o cristianismo. Os sucessores de S. Ansgário, que duas vêzes missionou a Suécia, tiveram o apoio dos reis Olavo III, Iugo e outros. Mesmo assim, só em 1162 é que Upsala viu destruído seu templo pagão e substituído por uma catedral metropolitana.

A Noruega resistiu igualmente ao cristianismo, tanto que o rei Hakon, batizado na côrte de Otão III, nada conseguiu aconselhando o povo a cristianizar-se, e até voltou ao paganismo, sob a influência do povo. Enfim, auxiliado pelo rei Olavo o Grande, o monge Tankbrand, saxão, conseguiu evangelizar a Noruega, e em 1148 Drontheim era sé metropolitana da Noruega.

Da Noruega o cristianismo passou à Islândia, em 999, tendo por apóstolo S. Frederico, sacerdote saxão. A Groenlândia, descoberta em 932, teve seu primeiro Bispo (Alberto) em 1055.

1) Pothast. Biblioth. medii aevi I, 9 e II. 5; Karup, Geschich. d. Kirche in Dänemark.

§ 78. Conversão dos eslavos.[1]

Entre os Cárpatos e o mar Báltico moravam os eslavos, que constituíam, com suas correrias freqüentes, uma ameaça à civilização dos povos germânicos. Dividiam-se em vários grupos: croatas, sérvios, morávios, eslovenos, tcheques, polacos, vendos, prussianos e russos.

I) Os croatas e sérvios, tribos eslavas meridionais, ou iugo-slavas, se converteram ao cristianismo já no século VII, por influência das populações romano-cristãs por êles subjugadas na Dalmácia. Mas recaíram no paganismo e só no século IX é que voltaram à verdadeira fé.

II) Os morávios, embora evangelizados pelos sacerdotes de Salzburgo, não suportavam a política dos sucessores de Carlos Magno. Procuraram por isso ter sua independência, libertando-se do clero alemão, e aceitando pregadores gregos que lhes conheciam a língua. Assim entraram na Morávia os monges gregos Cirilo (que antes se chamava Constantino) e Metódio, cujo apostolado foi muito frutuoso. Acusados, porém, de haver introduzido a língua eslava na liturgia, foram a Roma defender-se, o que fizeram com satisfação de Adriano II. Cirilo morreu em Roma (869), e Metódio, sagrado Bispo, voltou à Morávia com recomendação do Papa, que o declarou varão ortodoxo e submisso à Santa Sé. As rivalidades com os Bispos de Mogúncia e de Salzburgo, bem como a política dos carlovíngios com os soberanos da Morávia, criavam a S. Metódio obstáculos, os quais foi apostòlicamente vencendo, animado sempre pelos Sumos Pontífices. João IX, em 900, repartiu a Morávia em três bispados sob um arcebispado, mas já em 908 os húngaros a invadiram e assolaram, ficando os cristãos sujeitos ao bispado de Olmütz (só em 1063) mas com a liturgia latina.

III) Os eslovenos ou caríntios colonizaram o Tirol, onde foram assimilados pelos povos germânicos da Baviera e da Itália Setentrional, visto que estavam separados dos outros eslavos pelos Avaros, que se estabeleceram de permeio. Também êstes foram absorvidos pelos vizinhos, de modo que se tornou fácil, relativamente, pelo cruzamento das raças, a cristianização dêsses povos, cujos principais evangelizadores foram S. Arno de Salzburgo e S. Paulino de Aquiléia.

IV) Os tcheques aparecem com tal nome na história só no século VII, mas, já no século V, as mesmas tribos eslavas haviam substituído os povos germânicos naquela região que habitavam os boêmios (celtas do século I). Os apóstolos da Boêmia partiram da Alemanha e depois da Morávia, no século IX. Boleslau I, ainda pagão, obedecendo à influência de Draomira, sua mãe, assassinou seu irmão Venceslau, duque da Boêmia, e perseguiu os cristãos, mas foi vencido pelo imperador Otão. Boleslau II, o piedoso, fundou o bispado de Praga (973) e propagou o cristianismo. S. Adalberto, Bispo de Praga, foi quem mais combateu os restos de paganismo: escravatura, poligamia, superstições. Mas os boêmios ou tcheques só abandonaram êsses abusos, quando souberam do martírio de S. Adalberto entre os prussianos.

V) Polacos. A primeira notícia do cristianismo chegada à Polônia foi levada pelos morávios, que fugiam à invasão dos magiares. Porém, a cristianização dos polacos se iniciou pelo casamento do príncipe polaco Mieceslau com a princesa boêmia Dumbranka. Com Mieceslau foram batizados muitos polacos (966) e desde então se deu combate aos ídolos, criaram-se os bispados de Posnan, Cracóvia e Breslau, com arcebispado em Gnesen (ano 1000). Camáldulos, cistercienses e outros monges contribuíram muitíssimo para a civilização dos poloneses, amparados pelo piedoso rei Casimiro. Mas o rei Boleslau II matou Estanislau, Bispo de Cracóvia, que o tinha excomungado por causa de seus muitos vícios. Os poloneses colonizaram depois a Lituânia.

VI) Vendos ou Sorabes. No século X, para se defender dos eslavos do Norte, Henrique I e Otão I ergueram fortalezas nos confins do reino e construíram templos cristãos para os atrair e civilizar. Mas, por ódio aos vencedores, as igrejas ficaram vazias e foram mais tarde destruídas. S. Henrique II, no ano 1007, fundou a igreja de Bamberg, em tôrno da qual se difundiram os ensinamentos cristãos. Marchando vagarosa e difícil ainda a conversão dos vendos, introduziram em Leipzig, no comêço do século XII, colonos holandeses, que se misturaram com os eslavos, favorecendo-lhes a cristianização. O principal apóstolo foi S. Beno, Bispo de Meissen († 1106).

VII) Os prussianos são apresentados como eslavos, letões e fineses. Qualquer que seja sua raça, o certo é que nem os polacos conseguiram cristianizá-los, nem o cisterciense alemão Cristiano de Dantzig, nomeado Bispo da Prússia. Só no século XIII lá penetrou o cristianismo, por meio dos cavaleiros teutões, aos quais se uniram os porta-espadas da Livônia.

VIII) Os russos, da tribo eslava acampada a léste dos Cárpatos, estiveram em contato com os Kázaros da Criméia, evangelizados por S. Cirilo. Em 955, a granduquesa russa Olga se batizou em Constantinopla, tomando o nome de Helena. Em 987, Valdemiro, neto de Olga, se converteu com boa parte dos russos. Casando-se com Ana, princesa grega, chamou missionários gregos que se estabeleceram na Rússia, tornando Kiew metrópole católica com liturgia grega.

1) Paschini, Lezioni di st. eccl. II cap. XVI; Brück, Kirchengesch., § 84; Giesebrecht, Wendische Geschichte.

§ 79. Conversão dos búlgaros. [1]

Os búlgaros, de origem turco-tártara, foram aproveitados pelos bizantinos contra os avaros e depois fundaram no Danúbio um reino que se tornou perigoso aos próprios bizantinos. Cruéis e supersticiosos, modificaram-se sob a influência dos vizinhos cristianizados. O rei Bógoris batizou-se e obteve missionários, primeiramente Cirilo e Metódio, que logo passaram aos morávios, depois Bispos e sacerdotes enviados pelo Papa Nicolau I, aos quais muito se afeiçoou. Como, porém, se ofendesse com uma recusa do Papa sôbre a escolha do primeiro Bispo, o cismático Fócio aproveitou o ensejo para enviar à Bulgária padres gregos. Desde então, com pequenas alternativas, os búlgaros têm acompanhado o cisma grego.

1) Hergenroether, Photius I, 594; III, 149.

§ 80. Conversão dos húngaros. [1]

Os húngaros ou magiares, de raça tártara, se estabeleceram no Danúbio médio, donde fizeram incursões na Itália e Alemanha, durante a primeira metade do século X. O contato com êstes cristãos preparou a conversão dos húngaros, que se realizou quando S. Estêvão subiu ao trono (997). A fundação de mosteiros, a ereção de igrejas, a criação de 10 bispados, a sujeição do reino à Sé Apostólica, tudo foi obra de S. Estêvão. Houve, porém, uma reação pagã após o reinado de S. Estêvão (1038), até que, em 1061, se conseguiu sufocá-la. Mas os costumes pagãos só aos poucos foram desaparecendo.

1) Endlicher, Rerum Hungaricarum Mon. Arpadiana; Mailath, Gesch. der Magyaren.

§ 81. Islamismo. [1]

Enquanto o Ocidente se convertia ao cristianismo, dêle se afastava o Oriente. Na Arábia formou-se uma instituição político-religiosa que muito prejudicou a religião cristã e pôs em perigo tôda a civilização. Foi o islamismo ou maometanismo.

I. **Fundador.** — Maomé (cujo nome significa: digno de louvor, glorioso), nasceu em 570, na Arábia, da nobre família dos Koreichitas, que estavam ao serviço da Santa Kasbah (ou Caabá), em Meca.

A Caabá é o santuário principal da Arábia; lá se acha, dizem, uma pedra que Adão levou do paraíso, a qual, transportada ao céu, tornara a cair.

Maomé era de natureza melancólica. Órfão e pobre desde menino, foi primeiro condutor de caravanas, depois negociante e mais tarde militar. Tendo-se tornado rico pelo casamento com uma viúva, começou a viajar, e depois entendeu de inventar uma nova religião. O resultado de tanto parafusar foi tornar-se impostor. Recorrendo a aparições do arcanjo S. Gabriel, tentou impôr suas idéias à família. A espôsa cedeu e também seu primo Ali, a quem prometeu tomar por sucessor. Mas encontrou no resto da família tal oposição que teve de fugir de Meca para Yatreb (Medinat-al-nabi). Essa fuga, chamada "a Hégira", deu-se em 622, ano inicial do Islamismo. Em 632 morreu Maomé, tendo ocupado já tôda a Arábia e feito muitos preparativos para a conquista da Síria.

Seus sucessores foram: 1) Abu-Bekr, seu sogro, que principiou a guerra santa contra os infiéis, conforme a incumbência que Maomé julgava ter; 2) Omar, nomeado pelo seu antecessor; 3) Otman; 4) Ali, primo de Maomé.

II. **Doutrina.** — Está contida no Alcorão, livro por excelência, que se conservou no céu e que o arcanjo Gabriel lhe trazia aos pedaços, conforme as circunstâncias. E' um código dogmático, moral, civil, militar, histórico, mas sem nexo nem ordem, e cheio de contradições. Estabelece, antes de tudo, a excelência de Maomé, até sôbre Jesus Cristo.

Dogma. O islã admite a existência de um Deus (contra os fetichistas), a criação, uma recompensa (mas muito sensual), e, portanto, uma diferença entre o bem e o mal, o juízo final e a ressurreição dos corpos. Mas rejeita a Trindade de Deus, a encarnação, a justificação (pois Maomé admitia a predestinação cega do fatalismo).

Moral. Só praxes exteriores: oração cinco vêzes por dia, voltando-se o crente para Meca, jejum durante o nono mês lunar

(Ramadan) que termina por uma festa (Beiram); esmola por prescrição; peregrinação a Meca, ao menos uma vez na vida; abstenção de álcool, de carne de porco, de jôgo, da música e da virgindade; festejos da sexta-feira, sem omissão do trabalho; parte ativa na guerra santa. De resto toleram a poligamia, o infanticídio e a escravidão.

O Corão, livro composto de quatorze outros livros (surata), leva a sua interpretação: a suma. Mas como Ali a rejeitou, houve uma divisão entre os maometanos: uns seguiram Ali e se chamaram scutas (i. é, separatistas) e a êstes pertencem os persas; inimigos de Ali, tomaram o nome de sumitas (i. é, tradicionalistas).

III. **Propagação.** — Quando Maomé morreu, já estava conquistada tôda a Arábia. Os califas, seus sucessores, continuaram a emprêsa, subjugando a Síria, o Egito, a Pérsia, o norte da África, a Espanha e a Sicília. Em 726 os muçulmanos entraram na França. Mas Carlos Martelo, na batalha de Poitiers (732), os venceu e fê-los transpor novamente os Pirineus. O apogeu da glória dos sarracenos acha-se no reinado de Walid, quando o general Tarik venceu os visigodos na batalha de Xerez-de-la-Frontera (711). E ficaram na Espanha até ao século XV.

Em 750, os abassidas se revoltaram e mataram todos os da dinastia dos Omíadas, exceto Abderame. A dinastia dos Abassidas fundou Bagdad sôbre os restos da antiga Seleucia, enquanto Abderame fundou o califado de Córdova. Esta separação dos califados, junto com a introdução dos turcos no serviço dos califas, foi a causa do enfraquecimento do poder árabe.

IV. **Papel providencial.** — Dificilmente se definirá qual o papel dos muçulmanos no plano da divina Providência: Meio de cristianização para os árabes não foi, pois os sarracenos são muito refratários à fé cristã. Parece antes terem tido o papel de 1) castigar os cristãos do Império Oriental, que passavam o tempo em estéreis lutas dogmáticas, em vez de se empenharem na propagação do cristianismo; 2) formar uma transição entre o fetichismo e o cristianismo; 3) fazer progredir a civilização, pois, embora os muçulmanos nada fizessem em prol das letras senão depois de conquistarem terras civilizadas, não há dúvida que a península Ibérica progrediu muito sob o domínio dos árabes. Floresceram ali a arquitetura, a agricultura, a manufatura, etc. Traduziram-se os filósofos gregos, e até se apresentaram filósofos árabes como Alfarrabi, Averróis e Avicena.

1) Weil, Muhamed der Prophet; Döllinger, Muham. Religion nach ihrer Entwicklung, etc.; Arnold, L'Islam d'après l'histoire; Grimme, Mohamed.

II. A IGREJA E O ESTADO.

§ 82. Origem do poder temporal dos Papas. [1]

I. **Efetivamente.** — Antes de serem os Papas oficialmente os donos de Roma, já o eram de fato. Sucedeu entre os Papas e os chefes bárbaros o mesmo que se dera com os imperadores pagãos dos primeiros séculos da nossa era: no princípio inimigos declarados e perseguidores da Igreja, depois julgaram dever seu proteger a Igreja e seu chefe visível. Já no tempo dos Merovíngios começaram as relações dêstes com a S. Sé. Tornaram-se ainda muito mais estreitas com a elevação de Pepino ao trono. Interrogando êste sôbre sua posição de soberano dos Francos, o Sumo Pontífice Zacarias respondeu ser justo que tivesse o título e as honras quem já tinha o poder e as responsabilidades. Assim firmou-se Pepino no trono e foi sagrado por S. Bonifácio. Desde então todos os sucessores, os Carlovíngios, tornaram-se amigos e protetores do Papa, de modo que chegaram a dar oficialmente aos Pontífices Romanos a posse dos Estados Pontifícios, que de fato já eram governados por êles. Causas dêsse govêrno de fato: transferência de Constantino para o Oriente, governadores incapazes em Roma, exações dos italianos, concessões à Igreja, sistema feudal com seus direitos.

Bispos e Papas já possuíam grandes legados com servos da gleba, e habitantes de cidades, em que eram juízes, pois a êles os súditos recorriam confiadamente em tôdas as questões. Esta união entre o povo e os Pontífices tornou-se sempre mais firme, cada vez que os italianos eram vexados por Constantinopla ou pelos bárbaros. Assim foi que, ao pretender Genserico saquear Roma, o povo se dirigiu ao Papa e não ao governador. Quando Leão Isáurico ordenou a destruição das imagens, os italianos quiseram ter os Papas também como soberanos temporais, oficialmente. O Sumo Pontífice não aceitou. Cassiodoro, chanceler de Teodorico, já dissera ao Papa: "V. S. é o chefe do poder espiritual, mas não pode descurar o temporal." E Gregório Magno, aludindo aos assuntos materiais a resolver: "Eu pareço mais senhor temporal que espiritual."

Enfim, por ocasião das invasões dos lombardos, os Papas recorreram à côrte de Constantinopla, pedindo auxílio. A resposta foi não só o indiferentismo, mas uma recusa formal, dando assim a entender que abriam mão daquelas possessões. Como, porém, alguém devia tomar a defesa e direção dos romanos contra os lombardos, aos instantes e afetivos clamores do povo, o Papa aceitou a gravíssima incumbência de os dirigir e defender. Eis o govêrno de fato.

não entra

II. **Oficialmente.** — O povo romano não podia reconciliar-se com os lombardos, aos quais tinha horror, por ser por êles tratado como escravo ou ainda pior. Mesmo depois de duzentos anos não havia nem início de fusão entre essas raças. Assim se compreende que os romanos, abandonados pelos imperadores orientais, insistissem com o S. Padre a fim de pôr têrmo às vexações dos bárbaros.

Quando os lombardos, guiados pelo rei Luitprando, invadiram Ravena e o governador nada pôde fazer, foi o Papa que o socorreu com bom êxito. Mas, quando o mesmo Luitprando quis invadir o ducado romano, Gregório III nada conseguiu e chamou em seu auxílio Carlos Martelo. Recebeu só respostas evasivas. Zacarias, sucessor de Gregório III, procurou Luitprando, e com êle assinou um tratado de paz, que pouco durou. Astolfo, terceiro sucessor de Luitprando [2], tomou a Pentápolis e Ravena, e ameaçou Roma. Estêvão III [3] em vão recorreu a Constantino Coprônimo, em vão mandou uma legação a Astolfo. Recorreu então a Pepino o Breve. Convidado por êste, foi visitá-lo. Passando em Pavia, falou pessoalmente a Astolfo, mas com igual fracasso. O Papa foi muito bem recebido pela côrte de Pepino em Poitiers, obtendo logo a promessa de apoio na conservação de Roma e restituição de Ravena e da Pentápolis. Em Quiercy se reuniram os pares do reino que com o Papa e o rei declararam guerra a Astolfo, já que êste se recusava à intervenção pacífica de Pepino. Prometeu o rei conceder à Igreja o território a defender (promissa Carisiaca, 754). Pepino venceu fàcilmente Astolfo no cêrco de Pavia. Mas como êste pouco depois não executasse a promessa de entregar a Pentápolis e até atacasse Roma, Pepino transpôs novamente os Alpes e restituiu ao Papa o território conquistado. Foi só então que protestou o imperador Constantino Coprônimo. Aos legados de Constantinopla Pepino respondeu: "Non certavi neque territoria aquisivi pro Imperatore, sed pro Ecclesia Romana." Mais tarde Carlos Magno, chamado por Adriano I contra o rei Thierry (Desidério) confirmou as doações feitas por seu pai, aumentando-as ainda, e pôs fim ao reino dos lombardos, em 774.

III. **Falsa origem.** Há quem afirme ter o Romano Pontífice o poder temporal, por concessão expressa de Constantino Magno em documento entregue na ocasião de mudar para Constantinopla a capital do império romano. O documento chamado "Donatio Constantini" declara que o imperador Constantino conferiu ao Papa não só as insígnias, mas também o primado e poder temporal da Itália tôda e do Ocidente em geral. Não se pode admitir que êsse documento fôsse redigido nem em Roma nem na Grécia, nem no século IV. E' verdade que o defendem Doellinger [4], Seppelt [5] e outros, mas boas razões em contrário aduzem Lourenço Vala e a Civiltà Cattolica (1866). Se Brück afirma ser hoje

aceita sem discussão a autenticidade de tal documento, Calaci, O. F. M. Cap., nas "Praelectiones historiae ecclesiasticae habitae in atheneo Pontificio de Propaganda Fide" (1936), chama-o "documentum spurium, quod non pertinet ad aetatem Constantini, sed ad tempus Caroli Magni."
Sinais internos e externos parecem indicar que o documento foi escrito na França, no século IX, talvez com o fim de tornar mais aceitável aos gregos o primado romano, visto ser grande no Oriente a estima por Constantino.

1) Fehr, Staat u. Kirche im fränk. Reich; Niehues, Gesch. der Vehr. zw. Kaisert. u. Papst.; Bartolini, S. Zachar. Pap. — Cenni, Monumenta dominationis pontificiae; Duchesne, Les premiers temps de l'état pontifical (Paris, 1911). — 2) Os dois primeiros sucessores de Luitprando tiveram reinado efêmero. — 3) Alguns o dão como Estêvão II, por haver o outro Papa dêsse nome reinado só três dias; mas deve chamar-se Estêvão III, porque, mesmo naqueles três dias, Estêvão II reinou legitimamente. Outros opinam que não deve figurar na lista dos Papas, porque não chegou a ser sagrado Bispo. — 4) Döllinger, Papstfabeln, p. 61. — 5) Seppelt, Geschichte des Papstums, 1934, II, 132.

§ 83. Império Ocidental alemão. [1]

Os reis francos eram amigos e protetores do papado, o que já se esperava da gratidão de Pepino e seus sucessores. Especialmente Carlos Magno era devotadíssimo à S. Sé. Homem piedoso e correto [2], propagou a fé cristã e muito ajudou a Sé Apostólica, usando de seus direitos de "Patricius Romanorum". Assim é que, numa procissão de S. Marcos, tendo sido Leão III assaltado por sobrinhos do falecido Adriano I, o Papa, sarados os ferimentos, fugiu para Spoleto e de lá para Paderborn, onde pediu o auxílio de Carlos Magno, então em guerra com os saxões. Carlos mandou vários prelados acompanharem Leão a Roma e para lá seguiu no outro ano (800) a restabelecer a ordem. Examinou tudo e declarou inocente o Papa Leão III. Em Roma não puderam provar que Leão fôsse criminoso, de modo que os insurretos foram decapitados. Nenhum Bispo ousou julgar Leão III, mas êste voluntàriamente jurou sua inocência, em público. Por gratidão e conveniência, o Papa, na noite de Natal de 800, coroou solenemente Carlos Magno, ungindo-o imperador. Assim estava fundado o grande império do Ocidente. Embora a coroação fôsse repentina, de certo já estava combinada, apesar dos receios de se ofenderem os gregos. [3] O Papa cortou as dúvidas, coroando Carlos numa ocasião em que o não esperava ainda. Com isso não se lesou nenhum direito pessoal dos mais soberanos, porquanto nem Carlos Magno recebeu a posse de novas províncias que não lhe pertencessem, nem usurpou aos imperadores bizantinos direitos no Ocidente, que fôra por êles abandonado. A coroação de Carlos Magno não significa uma translação do Império Oriental para o dos francos, nem a suzerania do imperador do Ocidente sôbre o Papa, como se tivesse Roma como feudo. Significa apenas uma renovação do

Império Ocidental, em ponto maior numa fase reformado, com a vida pública, social e política tôda penetrada de espírito cristão. Na vida social, a cavalaria e outras instituições. Na política: leis com base cristã, muitas leis civis tomadas de decretos sinodais. Os reis eram cristãos: se erravam, faziam penitência. A Europa tôda se considerava "república christiana", com o chefe espiritual, o Papa, à frente, tendo por defensor temporal o imperador. Êste era "primus inter pares", com direitos internacionais, mas sem direitos políticos internos; sòmente exercia sôbre os reis um poder moral. O Papa sagrava o imperador e êste aprovava os Papas eleitos. Tôda essa organização produziu belíssimos frutos durante os mil anos de sua existência. Acabou com a revolução francesa, que se lembrou de pôr o Estado acima da Igreja, — desgraça da sociedade moderna.

1) Eginhar. Annal. ann. 799; Pertz, Mon. T. 3; Walter, Corpus juris Germ. — 2) E' pura lenda o que se diz a respeito de concubinas. — 3) De fato, ofendeu-se a imperatriz Irene.

§ 84. O Papa e os Carlovíngios. [1]

I. **História profana.** — Depois de Carlos Magno († 814) reinou Luís o Pio, muito bom, mas pouco apto para governar. Como êle mesmo o percebesse, dividiu seus domínios entre os três filhos Lotário, Pepino e Luís o Germânico. Eis seu principal êrro. Pois, nada reservando para si, quando quis dotar Carlos o Calvo, filho do segundo matrimônio, tentou fazer nova partilha do reino, o que provocou a revolta dos filhos. Os três venceram Luís o Pio, que foi duas vêzes reposto no trono e novamente deposto. Enfim morreu de amargura. Com a morte de Luís, e a desavença entre os três irmãos Lotário, Luís o Germânico, e Carlos o Calvo, nasceram as três potências: França, Alemanha e Itália; pois em Verdun (843) na paz feita entre os três irmãos, tocou a França a Carlos, a Alemanha a Luís o Germânico, e a Itália a Lotário) como também a Lotaríngia entre a França e a Alemanha).

Em 884 Carlos o Gordo conseguiu novamente reunir sob seu cetro todo êsse território, mas, já em 887, na dieta de Tribur, foi Carlos deposto e o império de Carlos Magno definitivamente desmembrado.

II. **História eclesiástica.** — Em 816, por morte de Leão III, foi eleito Estêvão IV (V), amigo da paz, que procurou Luís o Pio em Reims, onde o coroou imperador. Luis confirmou quanto seus antepassados tinham concedido à Santa Sé.

Pascoal I seguiu a mesma política de Estêvão IV e obteve do imperador um documento em que constavam os direitos da Igreja à proteção do imperador, bem como a liberdade da Igreja na eleição dos Papas e no exercício de sua soberania. Por sua parte o Papa eleito devia mandar ao imperador legados que renovassem a aliança. Pascoal coroou Lotário em Roma [2], associando-o ao govêrno e título de seu pai, mas não conseguiu tornar-se estimado pelo povo. A eleição de Eugênio II foi difi-

cultada pelas desavenças entre a nobreza e o clero. Lotário, de novo em Roma, reprimiu as desordens, mas impôs uma constituição que já começava a restringir a liberdade da Igreja.

Gregório IV procurou estabelecer a concórdia entre Luís o Pio e seus filhos. Voltou, porém, a Roma, triste pelo insucesso, e começou a fortificá-la contra invasores. [3]

Sérgio II teve por competidor o diácono João, cujo partido sucumbiu; Sérgio foi sagrado Papa sem os legados do imperador. Por isso Lotário enviou a Roma seu filho Luís com grande exército, mas o Papa contentou-se com coroar Luís rei da Lombardia e não permitiu a entrada do exército em Roma, chegando até a repelir outras exigências do príncipe Luís.

Leão IV foi sagrado também sem a presença dos legados. Foi eleito sem perda de tempo, pois os romanos estavam receando os sarracenos, que já tinham saqueado a Igreja de S. Pedro. Êsse Papa concluiu a obra da "Cidade Leonina", cingiu a coroa imperial a Luís II, filho de Lotário, derrotou grande número de sarracenos e reuniu vários sínodos, nos quais foi excomungado o Cardeal rebelde Anastácio.

Bento III foi eleito imediatamente pelo clero e povo romano, enquanto Luís II enviava legados imperiais acompanhados pelo Cardeal Anastácio, que pretendiam impôr como Papa, apesar de Bento III ter enviado ao imperador a notícia de sua eleição e o pedido de reconhecimento. A firme atitude dos eleitores de Bento III alcançou triunfo completo e a sagração do Papa escolhido.

S. Nicolau o Grande é chamado o segundo Elias, tão zeloso era pelo bem da Igreja. Sobressaem no seu pontificado os seguintes fatos:

a) O cisma grego. Sustentou Nicolau I o patriarca Inácio contra Fócio, que fôra pôsto na Sé patriarcal de Constantinopla. Os legados pontifícios foram subornados para o apoiarem contra Inácio. Mas Nicolau excomungou Fócio e os legados, chamando o caso ao concílio reunido em Roma.

b) Bigamia de Lotário II. Legìtimamente casado com Teutberga, Lotário queria casar-se com a concubina Valdrada. Dois concílios de Aix-la-Chapelle declararam nulo o primeiro matrimônio. Teutberga recorreu a Roma, e o Papa enviou dois legados a Lotaríngia. Êstes, subservientes também, declararam nulo o primeiro casamento de Lotário. Nicolau I excomungou todos os culpados, anulou a decisão do concílio, chamou a causa ao seu tribunal e mandou Lotário demitir Valdrada. Esta devia ir a Roma fazer penitência, mas fugiu e foi ter novamente com Lotário. Teutberga, maltratada pelo espôso, queria encerrar-se num convento e para isto recorreu ao Papa, sujeitando-se à anulação de seu consórcio com Lotário. Mas Nicolau I foi inflexível [4] em lhe defender os direitos.

c) Conflito com Hincmaro de Reims. O Bispo de Soissons, Rotad, tinha deposto um sacerdote escandaloso. O Arcebispo de Reims quis repô-lo. Rotad apelou para Roma, mas Hincmaro

quis impedir o recurso, ameaçando excomungar Rotad. Nicolau I, usando de seus direitos sôbre os metropolitas, protegeu Rotad contra Hincmaro.

Adriano II mandou seus legados presidirem o VIII concílio ecumênico de Constantinopla e de novo excomungou Fócio.

João VIII distinguiu-se pela energia e zêlo, mas o período que atravessava era péssimo. Na esperança de achar em Carlos o Calvo um protetor, sagrou-o imperador, como o desejava o povo italiano. Mas Carlos foi impotente contra os sarracenos e, de outro lado, o partido apoiado pelos duques de Spoleto perseguia João VIII, de modo que êste se viu obrigado a buscar um asilo na França. Aí coroou Luís o Gago, rei da França. Voltando a Roma, repeliu os sarracenos de vários pontos do litoral, e não sabendo a quem sagrar imperador, resolveu-se por Carlos o Gordo, pois o Calvo já estava morto; Carlos o Gordo, porém, não tinha melhores prendas que o Calvo e por isso foi deposto solenemente na dieta de Tribur (887).

João VIII já havia sido assassinado em 882.

Marino I foi eleito pelo clero e pelo povo contra todos os esforços dos influentes spoletanos, que pretendiam pôr na Sé Apostólica uma criatura sua.

Adriano III, amigo da casa de Spoleto, decretou que os Papas, canônicamente eleitos, só fôssem sagrados com a presença dos legados imperiais.

Estêvão V (ou VI) depôs Carlos o Gordo como incapaz de defender a S. Sé. Caído o último imperador carlovíngio, começaram os partidos a desolar o império. Na Itália, Guido de Spoleto e Berengário de Friule eram adversários poderosíssimos e muito ambiciosos. Berengário, neto de Luís o Pio e rei da Itália, foi vencido por Guido de Spoleto, que se fêz coroar imperador pelo Papa Estêvão.

1) Jaffé, Regesta Pontif. Rom.; Eginh., Annal. ann. 817. — Pertz. Mon. IV. Hefele, C. G. IV. — Harduin, Act. Concil. IV. — 2) Dos documentos sôbre tal assunto, é êsse o único existente ainda hoje. — 3) E' a época em que os normandos assolavam as costas da França, e os sarracenos se alastravam pelo Mediterrâneo. — 4) Contudo, no pontificado de Adriano II, ainda que Lotário não conseguisse a anulação do casamento, sempre alcançou lograr o bom velho Adriano e foi admitido à comunhão com sua comitiva. Segundo alguns autores, todos da comitiva, como também Lotário, morreram de repente em castigo de sua comunhão sacrílega. Outros afirmam que Valdrada já não vivia com Lotário e que só um ou outro morreu de repente.

§ 85. Lenda da papisa Joana. [1]

Entre Leão IV (855) e Bento III sagrado seis meses após, coloca a fábula anti-católica a papisa Joana, que durante 2 anos e 5 meses teria regido a Igreja com o nome de João VIII. Rejeita-se:

I. Por argumentos negativos: 1) do século IX até ao século XIV ninguém falou da papisa. 2) A fábula do século XIV nunca foi discutida com seriedade até ao século XVI. 3) Os historiadores da época calariam fato de tal importância? 4) Apesar de todos os esforços, os protestantes só acharam três autores que citam a tal papisa. Ora, êsses autores são de séculos posteriores, e o texto é interpolado, como afirmam historiadores protestantes sérios e todos os historiadores de autoridade.

II) Por argumentos positivos: 1) Em seis meses a papisa não podia reinar dois anos e mais, como afirma tal fábula. 2) Os autores contemporâneos afirmam que Bento III sucedeu imediatamente a Leão IV. 3) Hincona conta que seu legado durante a viagem a Roma foi informado da morte de Leão IV e, lá chegado, já Bento III era Papa. 4) O cismático Fócio declara abertamente que a Leão IV seguiu Bento III.

Origem da fábula: Uns afirmam que vem de ter sido fraco o Papa João VIII. E' inadmissível perante o caráter de João VIII. Mais provável é que os inimigos da Igreja, lendo a carta em que S. Leão IX se queixava de haverem os gregos conferido a eunucos a dignidade episcopal, afirmassem, já exagerando, que uma mulher era patriarca de Constantinopla, e daí transferissem a falsidade para a Sé de Roma.

1) Palma. Prael. hist. eccl. I. 367; Hincmar Rhemens. Epist. 26.

§ 86. Final do século IX.

Guido de Spoleto, oriundo dos francos, conseguiu o ducado de Spoleto e, vencedor de Berengário, também o reino da Itália e a coroa imperial. Mas em vez de protetor foi um patrão para com os Papas. Obrigou Formoso, sucessor de Estêvão V, a coroar Lamberto, filho de Guido, para que a dignidade imperial se tornasse hereditária na casa de Spoleto. Assim o Papa obteve a paz com Guido; mas, após a morte dêste, Formoso [1] sagrou imperador Arnulfo, rei da Alemanha, para ter quem defendesse a S. Sé contra os opressores de Spoleto. Arnulfo não conseguiu impôr-se, e os adversários se tornaram mais poderosos e vingativos. Formoso morreu logo após a coroação de Arnulfo, e talvez de modo violento. [2] Ao brevíssimo pontificado de Bonifácio VI sucedeu Estêvão VI (ou VII) Spoletano, que se prestou a auxiliar Lamberto nas vinganças contra Formoso. Desenterraram-lhe o cadáver, fizeram-lhe um processo e condenaram-no por ter sido Papa depois de ter sido Bispo do Pôrto. Para se ver a improcedência da causa, basta lembrar que Marino I (882), era antes Bispo de Caere, na Etrúria, e até o próprio Estêvão VI, dizem alguns, havia sido Bispo de Anagni. O certo é que o cadáver de Formoso foi lançado ao Tibre, mutilado pelos adversários. Foram anuladas as ordenações feitas por Formoso, o que causou grande perturbação na Igreja.

O povo, indignado, meteu no cárcere Estêvão, que lá morreu estrangulado. Os pontífices Romano e Teodoro pouco reinaram. João IX reconheceu a legitimidade da coroação de Lamberto e reprovou a de Arnulfo, por Formoso.

Mas, num concílio em Roma, reabilitou Formoso, como era justo. O cadáver de Formoso já havia sido reposto em seu sepulcro no tempo de Teodoro II, pois um monge o tinha recolhido e dado outra sepultura provisória.

1) Duschesne acha paralelismo entre o caso de Formoso com Guido e Arnulfo e o de Estêvão II, Pepino e Astolfo. — 2) Paschini contesta essa morte violenta.

§ 87. O século de ferro.

E' assim designado o século X, caracterizado por lutas, opressões, dureza de sentimentos, e rudeza de costumes. Não é para se admirar tenha havido reflexos na Sé de Pedro, cuja estabilidade no meio de tantos obstáculos é mais uma prova de sua origem divina. Na apreciação de personagens e eventos dessa época, deve haver muito critério, pois um dos informantes das desordens dêsse tempo, o Cardeal Barônio, teve como fonte o monge Liutprando, depois Bispo de Cremona, o qual não merece muito crédito, já por ser muito parcial e exaltar tudo o que se refere aos partidários de seu herói Otão I, já por dar preferência a anedotas inconvenientes em vez de fatos reais, já, sobretudo, por errar em datas, pessoas, nomes, lugares e acontecimentos históricos. Contra Liutprando está Flodoardo com mais seriedade e mais exatidão.[1] Convém lembrar ainda as invasões dos sarracenos e húngaros, bem como o estado de civilização dos povos ocidentais ainda não bem impregnados dos sentimentos cristãos. O sistema político-social do feudalismo, então incipiente, concedia muitos direitos aos senhores feudais, que dêles abusavam para sustentar guerras particulares e revoltas contra os reis mais fracos. Na Itália os dois partidos de Spoleto e de Friule se digladiavam constantemente e cada um procurava ter do seu lado o Sumo Pontífice.[2]

Ao começar o século X, as maiores dificuldades surgiram da grande preponderância das marquesas de Toscana, aliadas dos duques de Spoleto[3], nas eleições pontifícias.

Nenhuma influência tiveram no govêrno do piedoso Bento IV, nem na eleição e curto pontificado de Leão V, que veio a falecer no cárcere em que o encerrou seu próprio capelão Cristóforos.[4]

Foi no pontificado de Sérgio III (904-911), construtor ativo e enérgico disciplinador, que começou a ingerência de Teofilato e Teodora em assuntos eclesiásticos, o que motivou a indecorosa calúnia contra Sérgio e Marózia, filha de Teodora.

De Anastácio III e Landon, bons Papas que reinaram de 911 a 914, pouco se sabe, mas é certo que não puderam suplantar a família Toscana, visto que Teodora conseguiu a eleição de João X, seu parente. Valeu novamente uma torpe calúnia tão nefasta influência de Teodora sôbre João X. Certamente o zeloso João, vencedor dos sarracenos no sul da Itália, não mereceu ter seu nome infamado na história; mas explica-se que seus inimigos hajam visto naquelas relações com tal mulher mais do que uma simples suspeita.

Mais tarde Marózia e Guido moveram uma insurreição contra João X, que não se dava tão bem com Marózia. João foi prêso e asfixiado no cárcere. Após os curtos pontificados de Leão VI e Estêvão VII, conseguiu Marózia entronizar seu filho João XI [5], que, aliás, foi correto como Sacerdote e Pontífice.

Seu irmão Alberico II prendeu a mãe e o padrasto, e assim tomou a direção dos negócios temporais de Roma, tendo o critério de exigir que fôssem regulares e canônicas as eleições dos Papas.

Assim foram escolhidos Leão VII, Marino II, Agapito II, todos muito dignos e competentes, mas submissos ao poderoso Alberico de Túsculo.

Êste, morrendo em 954, entregou todos os seus poderes ao filho Otaviano, que tinha então 18 anos.

Em 955, por morte de Agapito II, foi eleito Papa o mesmo Otaviano, que tomou o nome de João XII. [6] Achavam-se destarte nas mãos de um só homem os encargos múltiplices de Roma, porém não para o bem geral. A eleição de João XII foi canônica, embora irregular pelo fato de Alberico, falecido um ano antes, haver exigido sua eleição. João XII, que iniciou seu pontificado aos dezenove anos, não merece as recriminações horrendas de Liutprando, mas também não se pode inocentar de muitas delas. Sua fama tem defensores, mas com fracos argumentos. [7]

Foi agitado o govêrno de João XII. Berengário de Friule se apoderou do norte da Itália, depois da morte de Hugo da Provença e de seu filho Lotário, que antes lá reinavam.

Para melhor assegurar seu poder, Berengário pretendeu casar seu filho Adalberto com Adelaide [8], viúva de Lotário. Recusando-se, Adelaide foi lançada em um cárcere, donde reclamou a intervenção de Otão I. Prontamente Otão venceu Berengário, libertou e desposou Adelaide e voltou à Alemanha [9], deixando a Berengário, como feudo, apenas, a Itália.

Mas o infiel vassalo se pôs a incomodar o Papa João XII, que chamou em auxílio o rei Otão. Voltando o rei à Itália, venceu novamente Berengário, merecendo do Papa a coroação como imperador. Mas também Otão se ingeriu nos negócios do S. Padre, o qual se aliou a Berengário contra o imperador.

Otão, que estava de volta para a Alemanha, tornou a Roma, convocou um concílio no qual João XII, foragido, foi condenado como perjuro e réu de crimes contra a religião e os bons costumes.

Em seu lugar Otão colocou o anti-Papa Leão VIII. Apenas o imperador voltou as costas, o povo romano expulsou Leão VIII.

João XII chegou a Roma, convocou um concílio, em que os Bispos se retrataram das acusações contra João XII. Leão VIII foi expulso como usurpador.

Ia novamente Otão a Roma repôr Leão VIII, quando João XII morreu. Foi eleito imediatamente Bento V, muito bom; mas, só para dar lugar a Leão VIII, Otão I o levou exilado para Hamburgo, onde viveu edificantemente em casa do Bispo e aí morreu, estudando a vida inteira.

Felizmente logo morreu o anti-Papa Leão VIII, e foi eleito João XIII, filho de Teodora e Crescêncio. A guerra civil, porém, continuou e o fêz prisioneiro. A essa notícia o imperador passou à Itália, pela terceira vez, a punir os autores da desordem. João XIII coroou Otão II que o pai associara ao govêrno. Ao saber da morte de Otão I, ocorrida no pontificado de Bento VI, a família dos Crescêncios se levantou e pôs no trono Bonifácio VII, pior anti-Papa que outros na ambição e crueldade. Segundo alguns, foi por sua ordem ou maquinação que Bento morreu estrangulado. Outros o defendem, dizendo que, ao subir Bonifácio ao trono, já Bento VI estava morto. Neste caso, Bonifácio (ou Malefácio, como era denominado) foi ou seria Papa legítimo. Otão II foi a Roma depôr Bonifácio; mas êste fugiu para Constantinopla com os tesouros da Igreja. Aí ficou até que morreu Otão II, isto é, durante o pontificado de Bento VII e parte do de João XV, em cuja morte parece também estar implicado. Provàvelmente Bonifácio VII foi assassinado pelos próprios partidários. Breve morreu o anti-Papa[10] e foi eleito João XV, que, para se livrar da tirania dos Crescêncios (aos quais deviam pagar tributo os que queriam ver o Papa), chamou em socorro Otão III, rei da Alemanha.

Sucedeu-lhe Gregório V, primo de Otão e primeiro Papa alemão. Muito distinto e piedoso, coroou imperador a Otão III, e morreu aos 27 anos de idade com 3 de pontificado. O anti-Papa João XVI que os Crescêncios lhe opuseram, foi prêso e maltratado pelo povo, mesmo antes de deposto e condenado por Otão III.

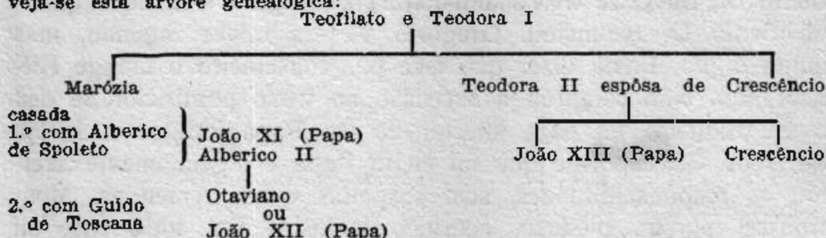
Silvestre II, monge francês de nome Gerberto, tão sábio era que diziam ter adquirido a ciência por um pacto com o demônio. Foi Bispo de Reims, por ocasião da expulsão do antigo Bispo. Mas, como o Papa havia anulado a expulsão do primeiro, Gerberto não podia ocupar a Sé de Reims, pelo que, encolerizado, escreveu contra a S. Sé.

Mas, feito Papa, foi muito bom. Promoveu a idéia das cruzadas e foi a primeira capacidade do século X († 1003). Tomou o

nome de Silvestre, julgando representar, com Otão III, o papel de Silvestre I com Constantino.

Porém sua vida não deu para tanto.

1) Hefele, Beitraege, I, 238; Damberger, Synchronistische Geschichte, 4.° vol.; Jaffé, Regesta Rom. Pont.; G. Bossi, Alberico I duca di Spoleto, Roma, 1918; Koepcke, de Vita et scriptis Liutprandi; Natalis Alex., Saec. X. — 2) Os spoletanos eram os nacionalistas precursores dos guelfos; os adversários, amigos dos alemães, eram os futuros gibelinos. — 3) Para melhor compreensão, veja-se esta árvore genealógica:



3.° com Hugo de Provença, rei da Itália.

4) O anti-papa Cristóforo teve depois a mesma sorte, quando foi entronizado Sérgio III. — 5) Era filho de Alberico de Spoleto, mas os caluniadores o deram por filho de Sérgio III. — 6) João XII não foi o primeiro a mudar de nome. João II (533) chamava-se Mercúrio. — 7) Cfr. Brück, Kirchengesch., § 89. — 8) E' Santa Adelaide. — 9) Otão teria ido a Roma, porém a revolta de Lindolfo, seu filho, obrigou-o a voltar à Alemanha. — 10) Julga-se que, após a morte de João XIV, Bonifácio VII foi reconhecido por legítimo.

§ 88. Inícios do século XI.

Por morte de Silvestre II, outra vez dominaram em Roma os Crescêncios, que puseram no trono pontifício João XVII, João XVIII e Sérgio IV. Depois os Crescêncios tiveram que ceder o lugar aos condes de Túsculo, descendentes de Teodora. A essa família pertencia o sucessor de Sérgio IV, amigo de S. Henrique II, a quem coroou imperador e que governou com muito tino a Santa Igreja de Deus. Com auxílio de S. Henrique [1], celebrou o sínodo de Pavia, para atacar abusos e efetuar reformas imperiosas.

Sucedeu-lhe seu irmão Romano, "cônsul, duque e senador", que tomou o nome de João XIX. Foi correto em tudo e louvável por sua amizade com os cluniacenses. Coroou Conrado II, primeiro imperador da casa da Francônia. Não há provas em favor da acusação que lhe fazem, isto é, de haver comprado sua elevação ao trono pontifício.

Bento IX, sobrinho dos últimos Papas e filho de Alberico III de Túsculo, foi elevado ao trono pontifício a pêso de dinheiro. Chamava-se Teofilato. Era um mocinho devasso, já ao ser eleito. Teria só dez anos como pretendem alguns? Está provado que já não era tão criança [2], mas talvez só tivesse vinte anos. Em breve o povo romano não o pôde mais aturar e o expulsou da cidade. Os condes o reconduziram, mas foi destronado pela segunda vez. Substituído por Silvestre III (anti-

Papa), novamente a família de Túsculo o levou ao trono, onde ficou, até que, um ano mais tarde, Bento se resolveu a resignar o cargo, a fim de dar largas às paixões[3] com o dinheiro que João Graciano, futuro Gregório VI, lhe forneceu para deixar a tiara. Mas pouco depois reapareceu Bento IX, havendo então três Pontífices, dos quais só um seria legítimo Papa. Eram Bento IX, Silvestre III (o anti-Papa) e Gregório VI, eleito quando Bento IX renunciou. Gregório VI era talvez ingênuo, mas muito digno. Basta dizer que teve por conselheiro o monge Hildebrando. Não comprou a ascensão ao trono pontifício. Se deu o seu dinheiro foi para libertar de um Papa indigno a Igreja de Deus. Só depois é que foi eleito Papa e ingênuamente aceitou as responsabilidades, sem suspeitar quão tremendas. Mostrou-se, porém, piedoso, enérgico e justo. Em todo caso aí estavam três Papas e ninguém sabia como resolver tal desordem.[4] Recorreram a Henrique III, rei da Alemanha, que depôs Bento e Silvestre. Gregório, para não ser taxado de simoníaco, abdicou voluntàriamente e retirou-se para o convento de Cluny, onde morreu com fama de santidade. Desde então a eleição dos Papas ficou sujeita à influência alemã. Não se tornou mais livre, porém os Papas eram mais dignos. O primeiro assim eleito foi Clemente II[5], alemão, Arcebispo de Bamberg. Sagrou imperador o rei Henrique III. Foi excelente Papa, mas de curto pontificado. Por morte de Clemente II, Bento IX fêz nova tentativa de adquirir o trono pontifício, mas desistiu definitivamente, ao ver eleito Dâmaso II ou Popo, que governou menos de um mês. O falecimento prematuro dos primeiros Papas alemães parece ter concorrido para mais nenhum alemão querer aceitar a tiara. Enfim, o monge Hildebrando foi ter com Henrique III, pedindo que apresentasse um novo candidato. Assim é que na dieta de Worms, três meses após, o imperador, Hildebrando e os mais legados escolheram Bruno de Toul, o qual aquiesceu com a condição de ir a Roma como peregrino e "se o clero e o povo romanos me elegerem livre e canônicamente, fazei o que de mim desejais." Foi a Roma e, aí recebido com muito entusiasmo, aceitou o pontificado, tomando o nome de Leão IX. Trabalhou com Hildebrando contra a clerogamia e simonia. Com a morte de Leão IX, pediram novo Pontífice, e o imperador propôs o Bispo Gebhard que tomou o nome de Vítor II. Era homem nobre e santo. Seguiu os vestígios de S. Leão IX. Foi convidado para tomar a regência do império, por doença e morte de Henrique III. Porém faleceu em caminho.

Frederico, natural de Lorena, Abade do Monte Cassino, reinou sete meses com o nome de Estêvão IX (X). Seguiu-se-lhe

Bento X, antes Bispo de Veletri, que, imposto pelos condes de Túsculo, não foi reconhecido pelos Cardeais e renunciou após oito meses. Nicolau II, eleito pelos Cardeais, que protestaram contra a pretensão dos Tusculanos, livrou a Igreja do costume de serem os Papas designados pelo imperador. Fêz a seguinte lei: "A eleição dos Papas pertence aos Cardeais-Bispos, de combinação com os outros Cardeais, e com consentimento do clero e povo romanos, salva a honra do imperador." Assim apenas se indicaria ao imperador a eleição já feita, quebrando destarte tanto a sua influência como a dos condes de Túsculo, na escolha dos pontífices romanos. Para ter quem o defendesse, o S. Padre entregou a Itália Meridional, como feudo, a Roberto Guiscardo, chefe dos Normandos. Depois foi eleito Alexandre II. Os partidos queriam combater a eleição canônica do Papa e impuseram o anti-Papa Cadalous ou Honório II. Mas êste não conseguiu ser reconhecido, nem a fôrça, nem a ouro. Tôda a cristandade aderiu a Alexandre e a seu sucessor Gregório VII.

1) Theiner, Cod. dipl. I, 7; Balan, Autenticità del diploma di Enrico II. — 2) Damberger, Synchronistische Geschichte, 6.º vol. e Kritikheft p. 32. — 3) Migne, Patr. lat. T. 141; Watterich, Vita Rom. pont. I, 71; Damberger, l. c. 6.º vol. 131. — 4) Steindorf, Jahrbuch des deutschen Reichs unter Heinrich III, T. I, pg. 257 e 484; Hefele, C. G. 2.ª ed. IV, 706. — 5) Vering, Archiv. T. 51, p. 228.

B. Desenvolvimento interior da Igreja.

I. CONSTITUIÇÃO DA IGREJA.

6 K

§ 89. O clero na Idade Média.

I. Posição dos Bispos.[1] Era realmente de destaque a posição dos Bispos na Idade Média, por formarem ùnicamente êles a classe instruída e letrada na sociedade. A espada tinham-na os cavaleiros, mas não o saber. O povo nada sabia.

Os reis bem compreendiam a necessidade que tinham dos Bispos e, para os honrar e remunerar, davam-lhes feudos ou principados civis. Ocupavam os primeiros lugares entre os vassalos, logo abaixo dos reis, por serem os de maior confiança. Além disso, o feudo do Bispo não se tornava hereditário, enquanto os outros feudos, dados a vassalos fiéis, passavam como herança aos descendentes, de cuja fidelidade se poderia duvidar.

As vantagens dessa posição social dos Bispos, que, tendo voz consultiva e deliberativa nas dietas, davam uma direção católica ao govêrno e à legislação e ao povo, se opõem muitas desvantagens: 1) os reis arrogavam a si o direito exclusivo de es-

colher os Bispos, de modo que a investidura imperial precedia à eclesiástica, pois primeiro o Bispo-vassalo recebia o cetro, para depois receber o anel e o báculo, isto é, o inverso do que era de direito. 2) Daí os reis procuravam nos Bispos as qualidades de bom vassalo e bom guerreiro, deixando de parte as de bom prelado. Subiam destarte aos sólios episcopais homens que tinham tôdas as prendas, menos as de Bispo. 3) Procuravam também colocar nas Sés pessoas de suas famílias, como Otão I a S. Bruno, seu irmão, na de Colônia; e a seu filho Guilherme, na de Mogúncia, e seu primo Henrique, na de Tréveris. Um conde chegou a impôr seu filhinho de cinco anos para Bispo de Reims. 4) Os Bispos, como vassalos, deviam acompanhar os reis nas guerras contínuas, e, se não o fizessem, deviam ceder parte de seu feudo a algum subvassalo seu, que o quisesse substituir na guerra. 5) Os negócios seculares ocupavam o tempo e a atenção dos Bispos, com prejuízo dos espirituais e eclesiásticos.

II. Fiscais da Igreja. O direito de padroado veio dificultar a ação dos Bispos no século IX, ainda que existisse já antes.[2] Êsse direito consiste em propôr um clérigo para um benefício fundado pelo doador. Mas êste direito degenerou por tal forma, que o patrono chegou a nomear os párocos e considerava seus os bens por êle doados à Igreja, percebendo até as espórtulas e dando aos vigários apenas mesquinha côngrua.

Os "missi Dominici" formavam uma espécie de embaixada composta ordinàriamente de um Bispo e um conde, a fim de fiscalizar anualmente a administração civil e eclesiástica em Roma, e referirem tudo ao imperador. Era uma instituição do século IX, criada por Lotário I no tempo de Luís o Pio.

O patrimônio da Igreja era isento de impostos regulares, mas não de extraordinários. Para defender os direitos da Igreja havia os "advocati togati" e os "advocati armati" contra os ladrões. Mas muitas vêzes os que deviam defender a Igreja eram os maiores opressores.

Justiça Sinodal.[3] No século IX se introduziram os sínodos paroquiais ou sínodos dentro da paróquia, compostos de sete homens de confiança, para sindicar a vida privada dos paroquianos e relatá-la ao Bispo ou ao arcediago. Os sínodos anuais prescritos quase nunca se reuniam. S. Bonifácio os levantou, mas não ficaram de pé.

III. Os capelães dos castelos[4] apresentam um dos traços característicos do século. Formavam uma casta especial de eclesiásticos: eram clérigos sem instrução alguma, empregados para todos os ofícios. Os senhores feudais, querendo imitar os reis,

pediam aos Bispos que lhes ordenassem presbítero qualquer moço que tinham criado de pequeno ou obtido de outro senhor. Pouco lhes importava quais fôssem os costumes, o saber e as qualidades pessoais, contanto que tivessem um sacerdote no seu castelo. Mas, em vez de prestarem obediência aos capelães, faziam-nos criados da cavalariça, copeiros, condutores de cães, etc. Podiam ser bons clérigos? Já se entende que os Bispos tinham o dever de remediar tais desordens. Para tal fim os concílios renovaram a proibição de se ordenarem clérigos sem benefício determinado. Quem quisesse ter o ofício de capelão de castelo devia ter por escrito a licença do Bispo, que só dificilmente a poderia conceder. Isto, porém, entrou em vigor apenas no século XI.

IV. Os cabidos. [5] A exemplo de S. Agostinho e de outros Bispos, Crodegango, Bispo de Metz (século VIII), reuniu seus clérigos ao redor de si, junto à catedral para viverem conforme à disciplina eclesiástica e dedicarem-se aos estudos. A vida comum já existia antes do século VII. Tinham comum o dormitório, o refeitório, o ofício era quase vida de monge, porém sem votos e com posse de seus bens. Chamavam-se êstes capitulares (sala do capítulo ou cabido) ou canônicos ou cônegos (de cânon-regra), quer fôssem catedráticos, quer colegiais. Os primeiros tinham parte na administração das dioceses, ajudando aos Bispos, e gozavam de vários privilégios. No fim do século IX decaíram os cabidos, porque os cônegos nem eram monges nem seculares. A falta de pobreza os dividiu, de maneira que resolveram repartir os bens em várias prebendas e voltar às suas casas com o nome de canônicos seculares, enquanto os que continuaram a vida comum se denominaram cônegos regulares. Ainda hoje existe êsse título, mas dado a religiosos verdadeiros, como p. ex. aos premonstratenses. No século IX, os concílios tentaram restaurar a vida comum, porém sem efeito.

V. Os Cardeais [6] (de cardo-gonzo da porta) eram os que ficavam mais perto do S. Padre e o ajudavam na administração: Bispos, sacerdotes e diáconos. Pouco a pouco tornou-se costume elevar ao cardinalato os sete Bispos suburbicários (que sagravam o Papa eleito), e os párocos das vinte e oito igrejas principais de Roma e dezoito diáconos do palácio do Papa e de Roma: ao todo cinqüenta e três.

1) Phillips, Deutsche Geschichte, vol. I; Thomassin, Vetus et nova eccl. discipl. III. — 2) O ponto de partida para os padroados existia desde Justiniano I; Cfr. Conc. sard. c. 11 e 12. — 3) Phillips, K. R. VII, 1 pág. 144. — 4) De prov. et Jure sacerd. c. 11, apud. Migne, Patr. lat. T. 104, col. 138. — 5) Seu fim era atrair o clero aos estudos; Walter, Fontes, pp. 20 sq. — 6) Thomassin, Vetus et nova, etc., 1, 2.

§ 90. Decretais pseudo-isidorianas. [1]

Já nos primeiros séculos havia coleções de documentos.

1) Dionísio Exíguo, monge cita, compôs em Roma a primeira coleção oficial, que abrangia cinqüenta cânones apostólicos, os cânones do Concílio Niceno e decretos de muitos pontífices, até Gelásio. Os cinqüenta cânones são apócrifos, pois não são apostólicos, ainda que sejam dos primeiros tempos. Essa coleção dionisiana foi publicada como lei em Aix-la-Chapelle, por Carlos Magno, que a recebera de Adriano I.

2) Há também uma coleção denominada Hispana, atribuída a S. Isidoro de Sevilha. Contém o codex dionisiano e decretos dos concílios espanhóis. E' a que serviu de base às Decretais.

3) *As decretais pseudo-isidorianas*, colecionadas por um autor que se diz ser Isidoro Mercator (ou Peccator!).

a) Conteúdo. Compõe-se de três partes:

I) Decretais apostólicas da coleção dionisiana (50 cânones), cinqüenta cartas apócrifas de Papas do século III, tratado do Concílio Niceno e a pretensa doação de Constantino. Nesta 1.ª parte já temos mistura de documentos legítimos com espúrios.

II) Contém só cânones genuínos do codex hispano.

III) Esta parte é tôda apócrifa. Contém 45 cânones completamente inventados, dos quais uns são atribuídos a concílios que nunca existiram, outros a Papas e concílios mais antigos, outros já existentes "in re", mas não naquela forma. Tais invencionices não provam a má fé do autor. E' de supor que não passam de "pia fraude" da Idade Média, feita com boa intenção.

b) *Matéria*. Tratam as decretais pseudo-isidorianas de assunto:

I) dogmático, como a proscrição de heresias;

II) litúrgico, ou sejam indicações para certas funções religiosas;

III) moral, no que diz respeito aos clérigos e ao povo;

IV) de direito canônico, principalmente leis que estabeleciam a relação dos leigos, clérigos, metropolitas e Papas.

c) *Finalidades* das decretais. I. O fim principal é expresso pelo próprio autor: reunir num volume os cânones dispersos concernentes à vida moral do clero e do povo cristão. O mesmo se depreende do texto. Mas deve haver outro fim secundário: aliás, não se explica a invenção de cânones.

Qual será? E' inadmissível o fim que os febronianos, galicanos e protestantes lhes emprestam, a saber, que o autor quis aumentar o poder papal contra os metropolitas, centralizando tudo em Roma. E' opinião abandonada.

II. O autor quis proteger os Bispos contra os reis e metropolitas, juntamente. Eram tempos agitados os dos carlovíngios, principalmente no govêrno de Luís o Pio e de seus filhos. Os Bispos e metropolitas tomavam parte nos movimentos políticos, apoiando, às vêzes, partidos contrários. Essa divergência na política punha muitas vêzes os Bispos em sérias dificuldades com os respectivos metropolitas. Eis por que as decretais pseudo-isidorianas reservam ao Papa as causas maiores dos Bispos. Para que tenham, porém, maior autoridade, o autor atribui as decretais a Papas e concílios anteriores, indicando que já antigamente era êsse o costume.

d) *Autor*. Julgava-se que o autor vivesse na Espanha ou na Itália. Porém isso não é provável já que nem na Itália, nem na Espanha, se encontraram os primeiros manuscritos, nem foram por lá visados em primeiro lugar, nem com freqüência. Mais provável é que tenham sido escritos na França e por francês, pois

I) aí se acharam os primeiros manuscritos das decretais;

II) os escritores franceses as usaram muito;

III) nos textos da S. Escritura foi empregada a tradução de Alcuino, que vivia na França;

IV) a denominação dos empregos eclesiásticos é justamente a que se usava na França naquele tempo;

V) melhor se entende o fim secundário, porque na França é que havia maior divergência política entre os Bispos.

Em geral, agora se atribuem as Decretais a Bento o Levita, diácono de Mogúncia, que é autor de umas pequenas capitulares. Ao mesmo tempo se devem também as capitulares de Augibran, Bispo de Metz. Não se sabe ao certo se Bento é o autor das três obras, mas em todo caso o autor das Decretais conhecia as duas menores, que também são espúrias.

e) *Tempo*. Mais ou menos o de Nicolau I, talvez antes (857).

f) *Efeitos* das Decretais: I) As Decretais não influíram consideràvelmente no govêrno da Igreja, aliás teriam suscitado reclamações, o que não consta ter havido. Além disso os princípios enunciados nas Decretais já existiam, ao menos em embrião, no antigo direito canônico, e o direito pode evoluir, adaptando-se às circunstâncias dos tempos.

II) Os poucos princípios novos aí enunciados não tiveram aplicação nem antes, nem depois.

III) As Decretais pseudo-isidorianas estiveram em uso apenas no reino dos Francos, acentuadamente na parte ocidental.

g) *Aceitação*. A autenticidade da referida coleção foi posta em dúvida já no século XV. No século seguinte as Decretais foram tidas como apócrifas. O jesuíta Torres as quis defender, mas foi refutado pelo protestante Blondel, que admitia, entretanto, a autenticidade de algumas partes. Mais tardes os irmãos Ballerini reconheceram apócrifas também estas.

1) Hinschius, Decretales pseudoisidorianae; Walter, Lehrb. des K. R.; Scherer, Handb. des K. R.

§ 91. A disciplina eclesiástica.

A vida do clero havia decaído, não só por causa da subserviência dos Bispos e da ingerência do poder civil na administração eclesiástica, mas também, e talvez principalmente, por causa das guerras civis contínuas, que os grandes moviam até sem motivo. A decadência da vida clerical manifestava-se mormente pela dissolução dos costumes (clerogamia) e pela ganância nas funções religiosas e administração dos sacramentos (simonia). O nível moral do clero não era, entretanto, o mesmo em tôda parte. Em piores condições se achava o da Alemanha, França e Itália do Norte.

Na Espanha a situação era melhor, provàvelmente porque aí estavam todos empenhados na defesa da religião contra os sarracenos.

Na Alemanha o nível era baixo até à época da dinastia saxônica. No século X, Otão I e os sucessores saxões apoiaram muito os concílios na reforma do clero e houve muitos Bispos cheios de valor e santidade.

Na Inglaterra[1] tudo ia bem até à conquista pelos Normandos. Desde então piorou até meados do século X. Por êsse tempo alguns Bispos corajosos empreenderam, com bom êxito,

a reforma do clero inglês, que se manteve na altura até ao reinado de Eduardo o Confessor († 1066). Depois caiu novamente.

Na França, infelizmente, o clero se distinguia pela ignorância e maus hábitos. Vários concílios [2] tentaram emendar-lhe os costumes. Os melhores auxiliares da S. Sé na França foram os monges de Cluni [3], mosteiro beneditino.

Na Itália concorreram para a regeneração os Camaldulenses, quer os eremitas, quer os cenobitas, como também os frades do convento de Valombrosa. Os primeiros tiveram por fundador S. Romualdo, os últimos S. João Gualberto, e ambos tomaram as regras de S. Bento. O principal mérito na campanha pelo soerguimento e elevação dos costumes cabe sem dúvida aos Pontífices de Roma.

1) Clemente II, apenas subiu ao trono pontifício, lançou a excomunhão contra os simoníacos e concubinários, infligindo uma penitência pública de quinze dias aos que recebessem dum Bispo simoníaco o sacramento da Ordem.

2) S. Leão IX mostrou-se ativo e enérgico na luta começada pelos antecessores. No princípio foi até enérgico demais, devido ao quadro negro que S. Pedro Damião lhe traçara da vida escandalosa do clero. Não foi prejudicial esta severidade. Mandou reunir concílios em Pavia, Reims, Mogúncia, Salermo, Coianza (Espanha) e em quase tôda a Europa. Fêz três viagens à Alemanha, presidiu pessoalmente doze concílios, em que, com santo rigor, renovou as antigas leis disciplinares contra a simonia e clerogamia, chegando a proibir que os fiéis comunicassem "in sacris" com os clérigos escandalosos. [4]

3) Vítor II e Estêvão IX, com as mesmas intenções, fizeram celebrar novos concílios em Florença, Compostela, Lião, Tours, Tolosa, presididos por Hildebrando, legado pontifício. [5]

4) Nicolau II proscreveu tôda espécie de simonia e vedou aos clérigos receber a investidura eclesiástica dada pelos leigos.

5) Alexandre II mandou legados infatigáveis a vários países [6] conseguindo em parte debelar o mal. Na Alemanha achou grandes dificuldades da parte de Henrique IV, enquanto na Inglaterra encontrou forte apoio na energia de Guilherme o Conquistador. Onde maior oposição encontrou foi em Milão, onde os fidalgos protegiam os vícios. Apesar dos esforços que aí empregou a "Pataria" para a reforma do clero, as esperanças foram frustradas pela fraqueza do Arcebispo de Milão, bem

como pela calúnia hàbilmente manejada contra Hildebrando e Pedro Damião, legados pontifícios, e ainda pelo assassínio do chefe da "Pataria". [7]

1) Wilkins, Concilia Magnae Brit. et Hiber. Londres, 1737. — 2) Hefele, C. G. IV, 105. — 3) Lorrain, Hist. de l'abbaye de Cluny. — 4) Hunckler, Leo IX u. s. Zeit, Mogúncia, 1851; Harduin VI; Hoefler, Die Deutschen Paepste II, 23, De la Fuente, Hist. ecl. de España, III. — 5) Hefele IV, 744. — 6) L'Huillier, Vie de Saint Hugues, Solesmes, 1888. — 7) Watterich cita Petrus Damiani, de rebus Mediolanensibus relatio.

§ 92. A Ordem de S. Bento.

I. Fundador. S. Bento nasceu em Núrsia (480), perto de Spoleto. Oriundo de família nobre, dedicou-se logo aos estudos, de modo que aos quatorze anos já os tinha completado em Roma. Dirigiu-se então para Subiaco, lugar solitário a cinqüenta milhas de Roma, para aí viver como austero anacoreta, recebendo de Romano, monge, o alimento indispensável. Ali perto ficava o convento de Vicovaro, que o desejava ter por Abade. Conhecendo a disciplina decadente daqueles monges, S. Bento aceitou o encargo com muita relutância, esperando, contudo, levá-los a melhor caminho. Em breve os tais monges se quiseram livrar do zeloso Abade, propinando-lhe veneno em cálice de vinho. [1] Mas, com o sinal da cruz, o santo quebrou o cálice. Voltou então S. Bento à solidão antiga, onde, a pedido de moços distintos, fundou e dirigiu doze conventos pequenos. No entanto, não pôde S. Bento ficar em Subiaco, por causa das intrigas do Padre Florêncio. Em 520, portanto, com a idade de quarenta anos, deixou Subiaco pela segunda vez e retirou-se para o monte Cassino. Aí queimou primeiramente um bosque sagrado, remanescente do paganismo, e iniciou a célebre abadia, berço da Ordem Beneditina. [2] Redigiu então as 73 regras da sua Ordem, que dividiam a vida do monge em **oração** (saltério cantado de noite e de dia) e **trabalho manual** (sete horas diárias) e **estudo** (introduzido mais tarde por Cassiano) e exigiam dos monges obediência, pobreza e estabilidade no mesmo mosteiro. A regra de S. Bento não era tão austera como a de S. Columbano, que não permitia carne, nem mais que uma refeição diária. Era, porém, uma regra muito completa para os que desejavam levar vida honesta e perfeita.

II. Constituição. O Abade, eleito pelos monges, era o chefe respeitado e acatado por todos. Em questões graves, era seu dever convocar o capítulo da Ordem; comportando-se mal, podia ser deposto pelo capítulo ou ao menos por outro Abade. Aliás só êsse cargo era vitalício. Logo inferior ao Abade, ficava o prior, que lhe servia de mão direita. Havia também consulto-

res. A entrada na Ordem era precedida por um ano de noviciado, mas já S. Gregório Magno introduziu um segundo ano. Não era grande o número de Padres. Os irmãos se dividiam em oblatos e conversos. Os primeiros eram as crianças oferecidas à Ordem, cujo hábito tomavam. Tal costume durou quatro séculos, sendo, enfim, abolido pela S. Sé.

III. Efeitos. Abundantíssimos e extraordinários foram os resultados obtidos por essa Ordem: além da agricultura e estudos científicos, deve-se-lhe a cristianização do Ocidente, pois beneditinos foram Agostinho, Bonifácio, Mauro, Plácido e tantos outros que trabalharam na conversão da Inglaterra, França, Sicília e por tôda parte. [3]

Deu à Igreja nada menos de trinta e cinco Papas, duzentos Cardeais, mil e seiscentos Arcebispos, quatro mil Bispos, mil e quinhentos Santos canonizados, cinco mil bem-aventurados, quinze mil e setecentos escritores.

IV. Decadência e reformas.

a) Causas: 1) Riquezas. Como a Ordem, já muito espalhada, tivesse muitos admiradores que faziam legados, começou a acumular riquezas em suas abadias. E assim entrou o espírito mundano.

2) Comendas. Leigos, que tinham prestado bons serviços a seus senhores, eram remunerados com alguma abadia. Embora êsses abades leigos tivessem substitutos religiosos no mosteiro, eram, contudo, seus chefes.

3) Contendas entre os Bispos e os mosteiros por causa das isenções e privilégios.

b) Reformadores: 1) Bento de Aniane empreendeu a reforma dos mosteiros da França. Mas sua reforma durou pouco tempo, devido às guerras posteriores, que lhe impediram a ação.

2) S. Odone reformou não só a abadia de Clumi, mas fundou e remodelou muitíssimos conventos, sendo por algum tempo arqui-abade de 2.000 mosteiros.

3) S. Romualdo fundou o ramo dos Camaldulenses cenobitas e anacoretas.

4) S. João Gualberto fundou o convento observante de Valombrosa, perto de Florença.

1) Montalembert, les Moines d'Occident. — 2) Tosti, Storia dell'Abadia di Montecassino, Nápoles, 1842. — 3) Mabillon, Annales ord. S. Benedicti.

II. DESENVOLVIMENTO DA DOUTRINA.

a) ESTUDOS ECLESIASTICOS.

§ 93. As ciências teológicas.

I. Antes de Carlos Magno. — A feição característica do período é enciclopédica e biográfica.

a) Enciclopédica. Devido às invasões dos bárbaros, trataram de copiar as obras antigas e compilar, quanto puderam, a fim de não se perderem totalmente. [1]

b) Biográfica. Para edificação dos pósteros e consolação daqueles tempos, consignaram por escrito a vida de varões ilustres pela santidade e ciência.

Dentre os muitos representantes da ciência dêsse período sobressaem os seguintes:

1) Dionísio Exíguo, sobrenome que o monge cita tomou por humildade. Morreu no século VI (550 ?). Tomando por base o ano 774 a. C., deu início à cronologia da era cristã. Escreveu a "collectio dionysiana".

2) Boécio, patrício romano, estudou em Roma e Atenas. Fêz a carreira das honras, chegando a ser valido de Teodorico, em cuja côrte se dedicou a estudar e escrever. Mas o mesmo rei ostrogodo o mandou matar por uma simples suspeita. Boécio traduziu Aristóteles e Platão, a fim de provar que os dois príncipes da filosofia concordavam nas linhas mestras. Escreveu a "Consolação da filosofia", mostrando a insuficiência das consolações humanas. E' muito acusado, por não falar em Deus nesse livro. De fato, sendo cristão, Boécio devia fazê-lo. Para o defender, dizem alguns que Boécio apenas o traduziu, e que assim não tinha direito de algo acrescentar. Parece, porém, mais palpável que Boécio tivesse em mira continuar seus escritos, aduzindo então motivos e consolações sobrenaturais, mas foi metido no cárcere antes de completar a obra, que realmente está inacabada.

3) Cassiodoro [2], nascido na Calábria, da família dos Anícios. Fêz igualmente sua carreira nas côrtes, chegando ao consulado e ao valimento de Teodorico e de cinco outros reis. Com setenta anos, retirou-se para fundar dois mosteiros, de cenobitas e de anacoretas, que ficaram sob sua direção. Recebeu a regra de S. Bento e introduziu os estudos nos conventos, de modo que os monges se ocuparam em ler, compilar, traduzir, copiar, encadernar, etc. Os que não serviam para tais misteres, tinham de trabalhar na lavoura.

Obras de Cassiodoro: a) Institutiones divinae et humanae, que contém, na primeira parte, a introdução da Bíblia, história eclesiástica e patrística e na segunda parte a gramática, aritmética, geometria, música, etc.

b) História tripartita, compilação de Sócrates, Sozômeno e Teodoreto. Era o compêndio de história usado na Idade Média.

4) S. Gregório Magno. [3] Nasceu em Roma (540) de uma família rica e mui distinta. Entrou na Ordem de S. Bento, foi diácono regionário de Roma, depois foi enviado como apocrisiário, ou núncio, para Constantinopla, onde ficou seis anos. Voltando, tornou-se o principal auxiliar do Papa Pelágio II,

de quem foi sucessor. Muito ativo, apesar de sua aparência mesquinha e pouca saúde, foi êle quem enviou S. Agostinho à Inglaterra, que desejara evangelizar pessoalmente. Há quem afirme ter sido S. Gregório o tipo mais perfeito de Sumo Pontífice. Foi o criador do canto-chão, que ensinava, mesmo como Papa. Tinha grande autoridade sôbre os Bispos, Arcebispos, patriarcas e os grandes do mundo. Suas obras são de caráter muito prático. S. Gregório era mais compilador que original.

a) "Expositio in Job", ou "Libri XXXV Moralium", foi o compêndio de moral cujo conteúdo todo ordenando, na Idade Média, precisava conhecer como "conditio sine qua non", para a ordenação.

b) "Pastoral". Expunha a entrada no sacerdócio, e a vida sacerdotal. Era livro muito aceito, sôbre o qual se faziam os juramentos, como sôbre os Evangelhos.

5) S. Isidoro de Sevilha[4] († 636), filho de Severiano, prefeito de Cartagena. S. Isidoro era tio de S. Hermenegildo e irmão dos Bispos S. Leandro, S. Florêncio e S. Fulgêncio.

Foi educado por seu tio Leandro, mas, refratário aos estudos, fugiu e se escondeu num poço. Movido pelas palavras de uma senhora, saiu dali e voltou à companhia do tio, que o prendeu numa cela por um ano, com receio que lhe fugisse de novo. Estudou e se tornou o S. Tomás de Espanha. Escreveu o "Comentário aos livros sacros" e a "História da Espanha". O "Etymologium", sua principal obra, é uma enciclopédia de tôdas as ciências.

6) Venerável Beda[5] († 735). Muito trabalhador, sua vida era estudar, escrever e ensinar; e nisto é que se sentia feliz. E' interessante o seguinte: tendo acabado de traduzir para a língua anglo-saxônica o último versículo do Evangelho de S. João, o companheiro lhe perguntou: "Pronto?" Beda respondeu: "Sim, estou pronto; virem-me para o outro lado para morrer." E, deitado logo sôbre cinzas, costume que os cartuxos aboliram, aí mesmo expirou.

1) Tiraboschi, Storia della letteratura italiana, Roma, 1782. — 2) Franz, M. A. Cassiod. Senator, p. 76. — 3) Migne, Patr. lat. 67. — 4) De la Fuente, Hist. ecl. de España, t. II. — 5) K. Werner, Beda der Ehrwürdige, Viena, 1875.

II. No tempo de Carlos Magno. — Carlos Magno deu impulso aos estudos teológicos, fundando escolas pelo tipo da escola Palatina de Aix-la-Chapelle. Que só se aprendesse canto-chão, como era no comêço, não agradava muito ao imperador. Por isso introduziu-se o estudo da gramática e outros, de modo que ela chegou a ser modêlo para outras escolas. Grande felicidade teve Carlos Magno em achar bons professôres, como Paulo de Lombardia, Pedro Pisano e Alcuíno. Êste era monge inglês e se achava em Roma, onde fôra buscar o pálio para o Arcebispo de Canterbury, bispado que Alcuíno recusara. Convidado pelo imperador, logo o seguiu.

Neste período sobressaem nas ciências: 1) Alcuíno de York[1] ficou quatorze anos na direção da escola de Aix-la-Chapelle, donde saiu para dirigir a abadia de Tours, que contava uns vinte mil colonos. Exonerou-se de seu cargo para morrer em paz. Alcuíno combateu os adopcionistas, e escreveu muitas cartas e obras de valor filosófico e moral, e, sobretudo, dogmático e exegético.

2) Rabano Mauro[2], nascido em Mogúncia; aí estudou, depois em Fulda e Tours, onde travou relações com Alcuíno. Por vinte anos ensinou em Fulda. Depois foi Arcebispo de Mogúncia. Escreveu comentários sôbre a Sagrada Escritura. Lamentam geralmente que Rabano Mauro e Alcuíno, ambos de saber enciclopédico, não tenham escrito obras originais, mas se contentassem com reproduzir os comentadores antigos.

3) Hincmaro de Reims[3], grande teólogo e canonista. Era Arcebispo trabalhador e orador fecundo. Seu livro principal trata da predestinação, e combate os erros de Gottschalk. Das mil cartas que escreveu, muitas desapareceram. Hincmaro não gozou de simpatias, de um lado por ter lutado com a S. Sé, de outro lado por ter atacado os partidários de João Escoto. Mas não era mau, ainda que um tanto fogoso. Apesar do ambiente áulico do convento de S. Denis, onde vivia, foi sempre austero em seus costumes.

III. *Depois de Carlos Magno:* — 1) João Escoto[4], cognominado Erígena. Parece que nasceu na Irlanda e viveu na côrte de Carlos o Calvo. Muito especulativo era Escoto, mas infeliz nos seus escritos. No que escreveu sôbre a predestinação foi contrário a Hincmaro. De seu livro sôbre a Eucaristia aproveitou-se Berengário mais tarde para a sua heresia. Traduziu as obras de Dionísio Areopagita, mas tão desastrosamente, que o S. Padre mandou que o imperador o enviasse a Roma, ou que o expulsasse da côrte. Foi expulso.

2) Gerberto[5], monge francês, tão erudito que diziam ter adquirido a ciência por magia. Estudou em Sevilha e Córdova, depois ensinou em Reims. Sendo expulso o Bispo diocesano, foi Gerberto eleito para sucessor. Anulada pela S. Sé a deposição do antigo Bispo, Gerberto teve que retroceder. Isto deu ocasião aos seus escritos veementes contra o Papa, o que, com razão, outros levaram a mal. Suas obras: tratados de aritmética, geometria, astronomia e cartas. Foi o excelente Papa Silvestre II.

3) S. Anselmo de Canterbury era italiano de nascimento. Foi para a França e viveu no convento de Bec (Normândia). Lá encontrou seu conterrâneo Lanfranco, de quem foi discípulo e sucessor. Tornou-se tão erudito e santo que foi cognominado "o S. Agostinho da Inglaterra". E' também chamado o "pai da escolástica", e com razão, por ter sido o primeiro a empregar a filosofia nos estudos teológicos. Dizem que estudava rezando e rezava estudando. E' o maior escritor do seu tempo. Escreveu: Monologium, Proslogium, Cur Deus homo, etc.

1) K. Werner, Alkuin u. sein Jahrh., Paderborn, 1876. — 2) Migne, Patr. lát. T. 107; Kunstmann, Rabanus Magnentius Maurus, 1841. — 3) Vidieu, Hincmar de Reims, Paris, 1875. — 4) Staudemaier, Joh. Scotus Erigena, Francf. 1834. — 5) Hock, Gerbert oder Papst Sylvester II. Viena, 1837.

b) CISMAS E HERESIAS.

§ 94. Guerra às imagens.

I. Antecedentes. — Tanto no judaísmo como nos primeiros tempos do cristianismo não estava em uso o culto das imagens. Aos judeus era proibido fazer imagens, visto o grande perigo de idolatria. Os judeus convertidos permaneceram por isso precavidos relativamente ao culto das imagens. Os étnico-cristãos seguiram-lhes o exemplo, por não saberem com precisão discernir do culto idólatra a legítima veneração das imagens. No século IV essa veneração aumentou muito, como natural e conveniente à condição humana. Entretanto, por haver alguns que o exageravam, outros cristãos, mesmo dos fervorosos, já não o estimavam e até o achavam repreensível.

II. Iconoclastas. — 1) Leão III Isáurico [1], imperador grego, homem inculto, sem idéias claras, deixou-se guiar por Constantino, Bispo da Frígia. Êste, inimigo do culto das imagens, lhe aconselhou destrui-las. O imperador resolveu em 726 publicar um edito contra o culto das imagens, pois teve o exemplo de um califa maometano iconoclasta, e notícia de que os judeus e maometanos achavam em tal veneração um obstáculo a seu ingresso no cristianismo. Não era tão zeloso o imperador, mas o desejo de conversão dos maometanos e judeus tinha por motivo sòmente a unificação do império contra os perigos que o ameaçavam. Também não faltava quem atribuísse ao culto das imagens as calamidades do império. [2] Não começou logo a guerra aberta. Principiou a proibição de oscular as imagens, pelo que as elevavam ao alto dos altares nas igrejas. Isto pouco resultado deu.

A publicação do edito de 726 deu ocasião à destruição das imagens. A primeira foi a do célebre crucifixo da Calcopratéia, quarteirão de Constantinopla.

O povo se revoltou em Ravena, e, por vingança, quebraram as estátuas do imperador. Se o Papa Gregório II não o impedisse, teriam logo proclamado outro imperante. [3]

Mas nem as insurreições populares, nem as instâncias de S. Germano, patriarca de Constantinopla, nem as cartas do Papa, nem os escritos de S. João Damasceno, nada levou o imperador a modificar suas idéias transtornadas. Leão Isáurico depôs S. Germano e o substituiu pelo intrigante Anastácio, tendo o descaramento de pedir ao Papa o seu reconhecimento. A resposta de Roma foi bem dada: um anátema para todos os iconoclastas! Em represália o Isáurico confiscou alguns bens

eclesiásticos e equipou contra o Papa uma frota que providencialmente desapareceu numa tempestade.

A perseguição iconoclasta diminuiu no curto reinado de Artabázio, usurpador, genro de Leão Isáurico. Mas logo foi renovada por 2) Constantino V Coprônimo ou Gabalino (nomes significativos!), filho de Leão Isáurico. Coprônimo reuniu em Constantinopla um sínodo de 338 Bispos, a fim de discutir a questão das imagens. Todos, uns por fraqueza, outros por ignorância, concordaram com o imperador e anatematizaram os cultores de imagens. Eis algumas de suas fraquíssimas razões: não se podem representar sem vida os santos vivos do céu; Nosso Senhor é Deus, portanto, representar só a sua humanidade é nestorianismo; Jesus instituiu a S. Eucaristia, logo não quer outra representação aqui na terra.

Logo depois do concílio (761), os Bispos defensores das imagens foram depostos, torturados e massacrados os monges, as imagens destruídas, a perseguição aberta e terrível, os mártires numerosos. Estêvão III, no concílio lateranense, anulou o conciliábulo de Constantinopla, e excomungou todos os iconoclastas. Outro tanto fizeram os Bispos de Alexandria, Jerusalém e Antioquia.

3) Leão IV continuou a perseguição, porém, menos cruel que o predecessor, chegou a permitir a volta dos monges. Foi mais rigoroso com os cortesãos favoráveis às imagens e com sua espôsa Irene, a quem exilou por ter imagens em seu quarto. Também Leão IV teve fim e, um ano depois de exilada, voltou Irene como regente do império na menoridade de seu filho Constantino VI. A imperatriz, anelando restabelecer o culto das imagens, reatou as relações com Roma. De acôrdo com Adriano I, convocou, em 787, o VII concílio geral.

III. Sétimo concílio ecumênico. — A imperatriz procedeu com muita prudência, colocando na Sé de Constantinopla o leigo Tarásio. Apoiada nesse patriarca, dirigiu-se ao Papa e alcançou a convocação de um concílio geral a realizar-se em Constantinopla. Teve que vencer dificuldades da parte do clero e da guarda palaciana, que se rebelou. Irene dispensou a guarda antiga e formou outra. Entretanto, os 350 Bispos se retiraram para Nicéia, onde, em 787, celebraram o VII concílio ecumênico (Niceno II), em que condenaram os iconoclastas, e estabeleceram os princípios fundamentais do culto das imagens, empregando a expressão **"proskynesis"**, que diz sòmente "veneração", ainda que Alcuíno erradamente traduzisse por "adoração". As determinações do Concílio Niceno II vigoraram duran-

te o reinado de Irene, de Nicéforo e de Miguel I. Parecia restabelecida a unidade.

4) Leão V Armeno subiu ao trono em 813 e renovou a perseguição, instigado por seus conselheiros João Gramático (Abade) e Teodoto Cassateras. Entre as vítimas estava o santo Abade Teodoro Studita e Nicéforo, patriarca constantinopolitano, que foi substituído por Cassateras. Êsse mesmo presidiu um concílio iconoclasta que condenou os decretos do Niceno II. A Leão V seguiu

5) Miguel II o Gago, que não foi hostil enquanto não se viu firme no trono. Passado o perigo, quis reunir dois concílios, um de cada partido. O partido iconoclasta sabia que ia tirar proveito, por isso anuiu. Os verdadeiros católicos se negaram a reunir-se em novo sínodo, pois, pela cláusula "Nos casos duvidosos... dirijam-se ao Papa", o VII concílio geral dava por terminado o debate. Logo era inútil um novo sínodo. Porém a recusa acarretou uma tremenda perseguição, que foi continuada por

6) Teófilo, iconoclasta como o pai. Felizmente, converteu-se antes de morrer, e sua viúva, Teodora, pôs têrmo à perseguição, colocando na Sé de Constantinopla um confessor da fé, Metódio, em lugar de João o Gramático. Metódio celebrou um sínodo (842), em que novamente foram condenados os iconoclastas e adotados os decretos do Niceno II, como também foi introduzida a festa da ortodoxia, a ser celebrada anualmente. Mas já no século seguinte a Igreja Oriental separou-se de Roma.

IV. No Ocidente. Também no Império Ocidental houve dificuldades acêrca do culto das imagens, devido principalmente à falsa tradução dada por Alcuino do têrmo "*proskynesis*". Carlos Magno mandou então compôr os "quatro livros carolíngios" em que reprovava o VII concílio geral, na suposição de êle ensinar a adoração das imagens. O imperador enviou a Adriano I uma cópia dos "Quatro livros", que o Papa com muita bondade refutou, mostrando a diferença que o Niceno II fazia entre adoração e veneração. E assim pôs fim à desinteligência.

1) Hergenröther, Photius, I, 226. — 2) Theophanes, Chronographia, p. 647, ed. Bonn. — 3) Hefele, C. G. III, p. 345. — 4) Migne, Patr. lat. T. 89.

§ 95. O cisma grego.

I. Antecedentes. O cisma oriental, o fato histórico mais importante dêste período, separou da Igreja Romana não só os países reunidos sob a coroa da Grécia, mas tôda a Rússia e a Ásia Menor.[1]

II. Causas e ocasião. 1) Causas remotas: a diversidade da língua, dos costumes, do culto, dos ritos, da disciplina, já desde

o começo. 2) Causas próximas: a) o orgulho dos patriarcas de Bizâncio, que pretendiam ser iguais aos Pontífices Romanos, principalmente depois de Constantinopla se ter elevado a sede imperial. Os Bispos da "Nova Roma" pretendiam a mesma jurisdição que os da antiga Roma, ou, ao menos, possuir o título de "patriarcas ecumênicos" para todo o orbe. Essas tendências manifestaram-se em muitas ocasiões, também nos concílios gerais. As propostas, porém, foram sempre repelidas pela Sé de Roma, que não podia admitir tal eqüiparação. b) A vaidade e despotismo dos imperadores, que, com a independência de seus patriarcas, se sentiam lisonjeados e tinham mais facilidades em se intrometerem nas questões dogmáticas e disciplinares, conforme a mania dos soberanos daqueles tempos. c) Também os Bispos apoiavam as ambições dos patriarcas e imperadores. d) A fundação dos Estados Pontifícios e do Império Ocidental, que fêz ainda aumentar as rivalidades, pois os gregos pretendiam ter direito à posse da Itália e ao título de imperador único, que competia só ao monarca bizantino. Assim estava preparado o terreno para a separação, que foi um pouco retardada pela questão iconoclasta. Mas, apenas esta cessou, voltou à baila a antiga pendência. 3) Ocasião. Miguel III, o Beberrão, teve por tutora sua mãe, Teodora. Porém Bardas, irmão de Teodora, homem devasso e intrigante, afastou-a do poder e fechou-a num mosteiro. A isto se opôs o santo patriarca Inácio. Essa oposição, como também a recusa da S. Comunhão ao incestuoso Bardas, levou Inácio ao desterro, depois de processado por falso crime de lesa-majestade. Êste exílio deu ensejo à ascensão de Fócio à Sé patriarcal e conseqüentemente ao cisma.

III. Várias fases da questão: 1.ª fase (857-867). — Fócio era leigo [2], doutíssimo em teologia, e muito hábil em negócios públicos. Dotado de fina astúcia e ambição desmedida, insinuou-se no ânimo de Bardas, e êste fêz com que seu amigo Gregório Asbestas, Bispo de Siracusa, lhe conferisse numa semana tôdas as Ordens. Fócio enviou ao Papa muitos presentes por intermédio de emissários que iam pedir reconhecimento. Mas Nicolau I [3], desconfiado, mandou abrir um inquérito jurídico por dois legados "a latere". [4] Fócio ganhou-os para seu lado, por meio de dádivas e ameaças, e os prelados declararam legítima a deposição de Inácio. Êste se defendeu no sínodo, e interpôs recurso a Roma. Fócio também escreveu uma carta ao Papa, justificando sua elevação ao patriarcado. Outra vez Nicolau I, sem atender nem a Fócio, nem ao imperador,

nem aos legados vendidos, reuniu em Roma um concílio e, excomungando Fócio, os legados e Gregório Asbestas, exigiu a reintegração de Inácio em seus direitos. A resposta de Bardas foi uma carta ultrajante.[5]

Entrementes, Fócio procurou a adesão de todo o Oriente à sua causa, a fim de romper abertamente com Roma. Não lhe foi muito difícil. Com sua erudição ganhou os estudantes. Conquistou Bispos, sagrando-os. Atiçou no clero a antipatia já votada aos latinos. Enfim, entusiasmou o povo, despertando o orgulho nacional, ofendido pela jurisdição do Papa sôbre a Bulgária.[6] Mais ou menos seguro do bom sucesso, Fócio enfrentou a S. Sé com uma publicação sinodal que continha as seguintes acusações: "Os latinos jejuam no sábado; e o jejum da primeira quaresma é mitigado entre êles pelo uso de leite, queijo, etc.; êles desprezam os Padres legitimamente casados; não reconhecem o valor da crisma administrada por um sacerdote; falsificam o símbolo pela adição do "Filioque", ensinando que o Espírito Santo procede não só do Pai, mas também do Filho; retêm injustamente o primado que passou a Bizâncio, etc.". Remeteu o escrito aos patriarcas do Oriente, e certo do bom efeito convocou um sínodo a reunir-se em Constantinopla. Nêle foi deposto Nicolau I, como herético, e declarada a ruptura com a Igreja Romana.

Fócio enviou ao imperador do Ocidente, Luís II, então em Roma, as atas do falso concílio, a fim de que as promulgasse, juntando mais de mil assinaturas, das quais apenas umas vinte eram legítimas. Nesse mesmo ano de 867, no mesmo mês morreu Nicolau I e Miguel III foi assassinado por Basílio Macedônio, que subiu ao trono e mandou Fócio recolher-se em um convento, para melhor refletir no passado.

2.ª fase (867-881). — Basílio era superior a Miguel e a Bardas. Reconheceu que devia reconciliar-se com Roma. Chamou novamente Inácio à sua catedral. Junto com o patriarca, pediu remédio para os males da Igreja ao "médico superior a todos", isto é, ao Papa. Adriano II reuniu em Roma um sínodo (869), que anulou os decretos do pseudo-concílio de Fócio, e enviou três legados[7], para dirigirem o VIII concílio ecumênico. Celebrou-se em Constantinopla (868) com a presença de cem Bispos, sob a presidência dos legados pontifícios. Os Bispos partidários de Fócio tiveram que assinar como retratação o "libellus satisfactionis", que continha a fórmula de Hormisdas, o reconhecimento do primado da S. Sé, e a condenação de Fócio. Nesse concílio geral, Fócio foi excomungado novamente e Inácio foi confirmado na sua dignidade. Não durou muito a

reconciliação. Inácio mesmo teve uma contenda com a S. Sé, por não ceder seus pretendidos direitos sôbre a Bulgária. Depois de alguns avisos ineficazes, o Papa João VIII o ameaçou de interdito; mas Inácio morreu antes de chegarem a Constantinopla os legados pontifícios. Fócio aproveitou o ensejo para voltar a Constantinopla, servindo-se dum ardil: comunicou a Basílio que era descendente do primeiro rei da Armênia. Basílio o chamou para verificar o caso, e assim estava construída a ponte para alcançar as boas graças do imperador. Subiu ao antigo pôsto, com o reconhecimento dos Bispos orientais. Contudo, pediu também a aprovação do Papa João VIII, que lha concedeu sob certas condições:

1) respeitar a memória de Inácio;
2) renunciar à jurisdição da Bulgária;
3) pedir perdão num sínodo que devia reunir-se em Bizâncio.

Infelizmente os legados romanos não sabiam grego e se deixaram enganar. As cartas pontifícias foram traduzidas com muitas adulterações, de modo que mitigavam a reparação pública que Fócio devia prestar, reconheciam sua jurisdição sôbre a Bulgária, condenaram o VIII concílio ecumênico, etc. E os legados aprovaram tudo, sem saber que concorriam ùnicamente para o triunfo de Fócio. Mas João VIII, informado pelo Cardeal Marino, que descobriu a trama, depôs Fócio e anulou o que os legados concederam contra as instruções recebidas. Fócio não fêz caso da deposição. Mas, depois da morte de Basílio, Leão VI, o filósofo, o encerrou num convento, onde cinco anos mais tarde veio a falecer.

3.ª fase (881-1043): Durante século e meio ficou o cisma em estado latente, sem se declarar oficialmente a separação, manifestando-se, entretanto, em acusações antipáticas, etc.

4.ª fase [8] (1043-1058 ou até hoje): Em 1043 subiu à Sé Constantinopolitana Miguel Cerulário, que, se não possuia a erudição de Fócio, tinha igual astúcia e ambição. Mandou fechar as igrejas latinas e endereçou uma carta ao Bispo da Apúlia com as seguintes recriminações: "os latinos jejuam no sábado, não lêem a aleluia nos dias de jejum, usam pães ázimos para a S. Eucaristia, seus clérigos não usam barba, empregam sal no batismo, etc."; S. Leão IX publicou a carta e juntamente com outros Bispos refutou-a. Como o imperador não quisesse a ruptura com Roma, escreveu ao Papa, e êste lhe enviou três legados que não foram bem recebidos, nem pelo povo, nem por Miguel Cerulário. Cresceu o ódio dos gregos ao ouvir a resposta às acusações de Cerulário. Os legados resolveram retirar-se, visto que os ódios subiram a ponto de os

legados não terem garantias de vida. E ausentaram-se, deixando a bula de excomunhão sôbre o altar da Hagia Sofia. A rogos do imperador, voltaram ainda, mas como nada conseguissem de Cerulário, partiram de vez. Logo após, o patriarca Miguel convocou um sínodo, renovando tôdas as antigas recriminações contra Roma, e acrescentando várias contra os últimos legados pontifícios. Não encontrou a adesão total dos outros patriarcas orientais. Porém, de fato, êles se entenderam sempre com a Sé de Constantinopla, e esta nunca mais com a de Roma. Na Idade Média e ainda mais tarde fizeram-se tentativas de reconciliação, porém sem resultado: nem concílios, nem legados, nada conseguiu até hoje reuni-los. Talvez o desmoronamento do Santo Sínodo na Rússia facilite a volta ao centro da unidade católica.

1) Hergenröther, I, 1. — Migne, Patr. Graec. I, 101 a 104. — 3) Laemer, Papst Nicolaus I und die byzantinische Staatskirche, Frib. 1857. — 4) Eram Rodoaldo, Bispo do Pôrto, e Zacarias de Anagni. — 5) Jager, Hist. de Photius, Paris, 1844, p. 439. — 6) Foi êste o caso: os búlgaros, que estavam dependentes de Constantinopla, pediram ao Papa missionários latinos, pois os gregos tinham diferença nos ritos e até na doutrina. O Papa, com seu poder sôbre o orbe, concedeu aos búlgaros missionários e Bispos. Isso indignou os gregos. E Fócio tirou partido dessa ferida mal cicatrizada ou ainda aberta. — 7) Harduin, V, 749; Mansi, XV e XVI. — 8) Para essa última fase, cf. Will, Acta et scripta de controversiis eccl. Graecae et Latinae.

§ 96. Adopcionismo.[1]

No fim do século VIII, Elipando, Bispo de Toledo, e Felix, Bispo de Urgel, reagindo contra o sabelianismo[2], afirmavam ser Jesus Cristo, como Deus, filho natural do Pai, mas, como homem, só filho adotivo. Dessa forma se tornaram suspeitos de nestorianismo, pois como a mesma pessoa não pode ser simultâneamente filho natural e adotivo de outra, era forçoso admitir no Filho duas pessoas: a divina e a humana. Tal conclusão não tiraram, todavia, os adopcionistas. Concediam até ser Nossa Senhora "*theotókos*", só para não passarem como nestorianos. Estavam, pois, em contraposição consigo mesmos. O adopcianismo espalhou-se ràpidamente na Espanha, achando, contudo, adversários na pessoa do Abade Bento, nas Astúrias, e de Etério, Bispo de Osma, que lhe desmascararam os erros. Foi nulo, porém, o efeito da refutação, como também da carta de Adriano I. Ainda bem que o bispado de Urgel pertencia ao império, e Carlos Magno, com a devida autorização papal, convocou o Sínodo de Ratisbona, onde Felix foi obrigado a comparecer e retratar-se. Teve também de ir a Roma, onde assinou a refutação de seus erros. Mas, apenas voltou à Espanha, continuou a ensinar sua heresia. O imperador reuniu outra assembléia em Francfort (794). Resultou nova retratação. Mas, de volta à sua diocese, defendeu por escrito os mesmos erros. Incumbido por Carlos Magno, Alcuíno, em sete livros, refutou a heresia de Felix. Enfim, mandou o imperador dois Bispos e Bento de Aniane conferenciar com Felix. Êstes conseguiram apenas levá-lo a Aix-la-Chapelle para disputar com Alcuíno. No fim de seis dias de discussão, Felix rendeu-se convencido e abjurou solenemente seus erros. Mesmo assim julgaram preferível não lhe permitir voltar à Espanha, mas deixá-lo na companhia do Arcebispo de Lião, onde parece ter morrido bem. Acharam-se depois alguns escritos

seus com os mesmos erros, ignorando-se em que data tinham sido compostos. Elipando, seu colega de heresia, persistiu no êrro até à morte. Os esforços de Bento de Aniane e de vários Bispos exterminaram a heresia, já no comêço do século IX.

1) Frobenii, Diss. de haeresi Elipandi et Felicis; Bach, d. Dogmengesch. des Mittelalt. Viena, 1874; M. Pelayo, Hist. de los heterod. Españoles, I, 271; Eginh. Annal. ad ann. 792. — 2) O Sabelianismo ensinava que o Filho é o Pai, como Redentor; e o Espírito Santo também é o Pai, como santificador.

§ 97. Erros de Gottschalck.[1]

Do século VIII ao XII entendiam geralmente que um menino, destinado pelos pais à vida monástica, havia de ser monge "volens, nolens". Gottschalk foi uma das vítimas de tal abuso. Era um oblato do mosteiro de Fulda. Reconhecendo não ter vocação para o claustro, quis sair e alcançou dispensa por recurso a um sínodo. Porém Rabano Mauro protestou, e outro sínodo obrigou Gottschalk a reingressar no convento, não mais em Fulda, mas em Orbais, diocese de Soissons. Homem inteligente e de espírito irrequieto, pôs-se a estudar e meteu-se em correspondência com os teólogos de seu tempo. Infelizmente, esbarrou numa questão difícil e deixou-se fascinar por ela: a predestinação. Estudou S. Agostinho e pareceu-lhe aí encontrar a seguinte doutrina:

1) Assim como Deus predestina alguns para a vida, a outros predestina para a morte. 2) Deus não quer que todos se salvem. 3) Cristo morreu só pelos eleitos ou predestinados. 4) Para os mais, os réprobos, os sacramentos não têm efeito. A êsses pontos se responde: Pode-se conceder que: 1) Deus predestina à morte mas "post praevisa demerita". 2) "Voluntate absoluta", Deus não quer a salvação de todos os homens, mas sim "voluntate condicionata". 3) Só os eleitos aproveitam da eficácia do sangue de Cristo, porém seu valor é o mesmo para todos. 4) Em vida ninguém é réprobo.

Gottschalk fêz uma romaria à Cidade Eterna, e aproveitou a ocasião para difundir seus erros na côrte do conde de Friule. Noting, Bispo de Verona, deu aviso da heresia a Rabano Mauro, Arcebispo de Mogúncia, que refutou a doutrina de Gottschalk. Rabano celebrou um sínodo em Mogúncia, ao qual Gottschalk, para se justificar, remeteu um símbolo em têrmos ambíguos. O sínodo reprovou-o e o entregou ao seu metropolitano Hincmaro de Reims. No concílio de Quiercy, Hincmaro condenou-lhe a dupla predestinação e o obrigou a queimar seu livro. Como Gottschalk resistisse, foi sentenciado a uma correção física e ao cárcere. Morreu impenitente, ao que parece. Supõe-se que já não fôsse responsável por sua pertinácia, em vista da mania religiosa (868).

Surgiram defensores da mesma doutrina, já por terem as proposições sentido ambíguo, já por despertarem compaixão os maus tratos a que Gottschalk foi submetido, já por serem pouco definidas as expressões de Hincmaro de Reims. Entre os defensores se achavam o monge Ratramno e o Bispo Prudêncio de Troyes. Hincmaro procurou adeptos e achou-os em Rabano Mauro, o diácono Florus, e outros. Encarregou Escoto Erígena duma refutação filosófica dos erros de Gottschalk. Mas Erígena tão desastradamente defendeu Hincmaro, e com tantos erros escreveu seu livro da predestinação, que forneceu mais ampla matéria para o ataque dos adversários.

Carlos, o Calvo, aborrecido com a questão religiosa em seu território, procurou dar-lhe têrmo por meio de um concílio, em Quiercy (Carisiaco II, 885). Os partidários da doutrina de Gottschalk reuniram-se também em sínodos. Publicaram-se livros de parte a parte, sem fruto algum. Enfim, no grande concílio de Touzy (860), os metropolitanos franceses aceitaram as proposições de Hincmaro.

1) Bach, Dogmengeschichte d. Mittelalters; Schoers, Hincmar; Mauguin, Veterum auctorum qui nono saeculo de praedest. et gratia scripserunt.

§ 98. Controvérsia sôbre a Eucaristia.[1]

Até ao século IX não surgiram heresias sôbre o SS. Sacramento. Em 845 Pascásio Ratberto, Abade de Córbia, escreveu um "Tratado do corpo e sangue do Senhor". Com o fito de inculcar o espírito de fé em seus monges, relembrou-lhes que a carne de Nosso Senhor na Eucaristia é a mesma que a do menino Jesus, de Jesus crucificado e ressuscitado. Alguns entenderam bem o escrito e o explicaram no sentido ortodoxo. Outros interpretaram a frase no sentido cafarnaítico, isto é, que a carne e o modo de presença eram idênticos na Eucaristia e na vida mortal de Jesus. Protestou Ratberto, pois, de fato, êle só afirmava a identidade da substância, mas não do estado. Entre os adversários de Ratberto estava Rabano Mauro e Ratramno, monge êste da mesma abadia de Córbia, que, aliás, combatiam apenas a expressão de Ratberto como imprópria. Outros impugnadores se extremaram tanto que caíram em heresias. Assim, uns asseveravam que na S. Eucaristia fica só a "virtus Christi". Outros, com Escoto Erígena, que só permanece a memória de Cristo. Mas outros, ultra-concludentes, despenharam no estercorianismo[2], ensinando que o corpo do Senhor teria a mesma sorte que o resíduo dos alimentos. Tudo isso foi impugnado por Ratberto. O sábio Gerberto, futuro Silvestre II, tomou-o sob sua proteção, mostrou que não havia divergência entre Ratberto, Rabano Mauro e Ratramno. Condenou os que resvalaram em heresias e pôs fim à polêmica.

Enquanto nessa primeira controvérsia não se tocou na transsubstanciação, foi ela o objeto principal da questão no século XI. Berengário de Tours, professor e depois arcediago,

escreveu muito, porém com pouca solidez. Negou a transubstanciação e sustentou a opinião de Escoto Erígena. Nos sínodos de Roma, Verceil, Paris, foi excomungado. Berengário parecia arrependido e retratou-se no concílio de Tours, presidido por Hildebrando, e depois novamente em Roma. Entretanto, não foi sincera a conversão. Voltou aos erros e, admoestado pelo Papa, respondeu orgulhoso e com injúrias. Receando, contudo, ser condenado como herege, assinou uma fórmula clara e muito bem combinada procedente de Roma. Ainda uma vez recaiu, dando ao têrmo "substantialiter" a significação de "salvo a substância". Enfim, depois do concílio de Bordéus (1080), aquietou-se definitivamente e morreu reconciliado com a Igreja (1088).

1) Bach, Dogmengesch. d. Mittelalt, I; Sudendorf, Berengarius Turonensis; Schmitzer, Berenger v. Tours; Lanfranc, Lib. de corp. et sang. dom. adv. Bereng. — 2) Rabano Mauro, por se servir de expressões pouco precisas, foi suspeito de estercorianismo.

III. CULTO E DISCIPLINA.

§ 99. Sacramentos, ritos e funções.

Os concílios insistiam com freqüência nos seguintes pontos: a) não retardar o batismo das crianças; b) instruir religiosamente os filhos; c) procurar, em tempo, o sacerdote para a administração do viático e extrema unção; d) verificar nos penitentes as disposições de arrependimento sincero e firme propósito.

A liturgia romana se tornou comum nas igrejas. O cantochão era o preferido nas solenidades eucarísticas. Introduziu-se o acompanhamento de órgão no comêço do século XI. Na celebração da sta. missa, os sacerdotes oficiavam ora junto com o Bispo, ora sòzinhos. Foi, porém, proibida a celebração sem ajudante de missa, ou tendo por ajudante pessoa de sexo feminino. As ofertas, que até então se apresentavam ao celebrante, foram, na Idade Média, substituídas pelos estipêndios de missa.

Havia muito cuidado na confecção da matéria para os s. sacramentos e o s. sacrifício. A sagrada comunhão era distribuída ainda sob as duas espécies. Manteve-se o uso da penitência pública, como da particular, devendo o confessor atender às circunstâncias das faltas e às condições dos penitentes. As obras de penitência indicadas nos livros penitenciais eram jejuns rigorosos, peregrinações, correções corporais, e, às vêzes, esmolas. Começa a aplicação das indulgências em favor dos defuntos, "per modum suffragii".

Onde, por obstinação, os culpados se negavam à penitência, sofriam como castigo o anátema ou o interdito. Já existiam livros rituais e formulários das preces usadas pelos sacerdotes nos vários ofícios.

§ 100. Culto dos santos.

Crescendo o número dos santos, aumentou igualmente o das festas, em que o povo manifestava sua veneração às relíquias e imagens. Entretanto, havia também relíquias falsas e exageros no culto das imagens; pelo que, de tempo em tempo, algumas vozes se erguiam contra os abusos.

E' do século IX a confecção dos martirológios. Aumentou muito o número de festas em honra de Nossa Senhora. A dedicação do sábado a Maria Santíssima e a recitação do rosário trouxe grande impulso ao culto mariano.

Pela celebração da solenidade de Todos os Santos e da comemoração dos finados, foi pôsto à compreensão dos fiéis o dogma da Comunhão dos Santos.

Desde o século X ficou reservado à S. Sé o direito de canonizar os santos, o que antes era também exercido pelos Bispos.

§ 101. O clero.[1]

1. Formação do clero. — a) No período das perseguições não havia, nem era tão necessária, a formação do clero, pois na Igreja primitiva o Espírito Santo a supria por meio de carismas. Os Bispos convidavam, então, para seus cooperadores na vinha do Senhor, os cristãos mais conspícuos pela sua honestidade, sabedoria e estima geral. Não era mister saber muito, pois as funções, mesmo as pontificais, eram singelas; casos complicados de moral não os havia, pois era grande o fervor dos primeiros cristãos; livros de dogma também eram desconhecidos.

b) No tempo de Constantino, já se requeria maior preparo no clero. Oficializando-se a religião cristã, muitos pediram o batismo, mas nem sempre por convicção; outros neófitos, dados aos estudos, exigiam mais amplos esclarecimentos religiosos. A Igreja entrou em questões sociais e político-religiosas, até então desconhecidas, e que exigiam dirigentes aptos. Já não se achando tantos leigos doutos para se ordenarem sacerdotes, foi preciso que bons padres educassem jovens para êste fim. Em alguns lugares, sobretudo nas cidades, havia pequenos internatos, em que, com muita singeleza, os meninos aprendiam o mais necessário para entrarem no estado eclesiástico. Outras vêzes os estudantes eram externos. O ensino tinha caráter quase exclusivamente prático, de conformidade com as

Ordens a receber. Contudo, ainda se convidaram para o sacerdócio leigos distintos e estudiosos. Os doutos dessa época aprendiam em escolas pagãs, mesmo não havia boas escolas para o clero, e a de Antioquia e Alexandria eram para cristãos e pagãos, destinadas apenas a fazer concorrência ao paganismo.

c) Fundados os reinos dos bárbaros, sôbre os destroços do povo romano, continuou o antigo sistema, sobretudo nas escolas anexas às catedrais e, no campo, junto aos presbíteros; pois, conforme as leis de Carlos Magno, cada pároco devia ter o cuidado de conseguir e de preparar um sucessor. Mas, ainda assim, se pôde obter um pouco mais de preparo científico. Melhores frutos produziam as escolas anexas aos mosteiros, em que os monges preparavam candidatos à vida religiosa, ao sacerdócio secular, e a outras carreiras. Êstes foram, depois, separados dos demais, para lhes não prejudicar a formação ascética. Infelizmente, falharam também. Segundo as intenções de Carlos Magno, a escola de Tours devia formar o clero, mas Luís o Pio a deixou decair. A Palatina, de igual destino, tornou mais profunda a diferença entre o alto clero e o inferior, pois quase todos os que se formaram nela se tornaram Bispos e Abades dignatários. O que se precisava aprender não era muito: saber de cór e explicar o Pater Noster, o símbolo apostólico e atanasiano, canto-chão, penitencial, missa, fórmulas sacramentais, calendário eclesiástico, o breviário e, sobretudo, a pastoral de S. Gregório Magno.

d) Até ao Concílio Tridentino estacionou aí, ou talvez ficasse ainda aquém, a instrução do clero. Quando Paulo III convocou o sínodo preparatório, os Cardeais, sobretudo Reginaldo Polus, deram como causa do ingresso do clero na pseudo-reforma a deficiência de instrução, pois na Idade Média julgavam que se devia ir aprendendo ao exercer as funções. Foi no Tridentino que Polus insistiu e alcançou a fundação de seminários, a fim de dar ao clero formação mais científica.

II. Vida do clero. a) Posição material. Cada pároco tinha por direito seu prédio e campo isento de impostos e ainda recebia os dízimos, costume que se tornou geral no século V. Porém era humilhante sua posição, quando os patronos, dotando suas igrejas, nomeavam os párocos e lhes davam módica porcentagem das rendas, cuja administração chamavam a si. b) Posição jurídica. Eram dependentes dos juízes leigos, mas, em alguns casos, já podiam preferir os juízes eclesiásticos. Depois é que ficaram totalmente isentos do tribunal civil, começando nesse período a obter paulatinamente tal direito. c) Vida co-

mum. Ainda que já existisse antes de Crodegango, foi êste quem reformou as regras da vida comum e as propagou. Sua decadência no século IX foi devido principalmente à desigualdade de fortuna dos capitulares. d) Vida moral. A par dos sacerdotes conscienciosos, havia muitos indignos, mas disto ninguém pode tornar responsável a Igreja, que sempre estatuía leis muito santas. A grande luta contra o concubinato e a simonia tomou incremento no pontificado de Clemente II e culminou com Gregório VII.

Causas das desordens morais do clero:

1) Desorganização geral da Europa em face da dinastia carlovíngia.

2) Guerras contínuas dos grandes senhores feudais.

3) Direito dos patronos quanto à nomeação dos párocos e beneficiários, e dos grandes senhores sôbre os Bispos.

4) Dificuldade de comunicação entre os Bispos e o clero inferior.

5) Mau exemplo dos Bispos mundanos e da Cúria Romana.

6) Preparo deficiente para compreenderem suas obrigações.

7) Selvageria dos povos apenas em via de civilização.

1) Cruel, Gesch. d. deutsch. Predigt im M. A.; Pertz, Mon. III.

§ 102. Vida cristã.

Se a Idade Média é mal vista pelos adversários da Igreja, é precisamente por reconhecerem a influência que o cristianismo tinha na sociedade de então.

Os Bispos coroavam os reis, lembrando-lhes a origem de seu poder, as obrigações para com Deus e os súditos. Os cavaleiros recebiam a espada benzida pela Igreja, que deviam defender.

O caráter cristão da vida pública, a santificação do domingo, as penas civis para os transgressores das leis eclesiásticas, o direito de asilo reconhecido às igrejas, a destruição de certos costumes pagãos, as penitências públicas ordenadas pelos Bispos e pelos reis em épocas de calamidade, tudo está indicando o papel saliente da Igreja nos povos medievais. E' também de instituição eclesiástica a "trégua de Deus", a "paz de Deus", ou suspensão das hostilidades, aquela durante meia semana, esta durante o advento e quaresma.

A Igreja proibiu as "ordálias ou juízos de Deus". Consistia êsse abuso em julgarem que Deus devia intervir em favor do inocente que, acusado, passasse pela prova de fogo, de duelo, etc.

O grande número de santos que viveram na Idade Média atesta quanto era cristã a vida da família e da sociedade, e até das côrtes.

Não obstante, é inegável haver muito que lamentar nas paixões de ódio e de vingança, de deslealdade e mais defeitos, que, entretanto, ainda hoje existem e sempre existirão, porque a Igreja não pode tolher a liberdade da vontade.

sem as datas

9L

Segundo período.

DE S. GREGÓRIO VII ATE' A PSEUDO-REFORMA.

A. Desenvolvimento exterior da Igreja.

I. DIFUSÃO DO CRISTIANISMO.

§ 103. As cruzadas. [1]

I. Causas. Primeira e única principal: reconquistar das mãos dos infiéis os lugares santos da Palestina. Depois da conquista de Jerusalém pelo califa Omar (637), ainda eram toleradas as peregrinações dos cristãos aos lugares santos. Sob os fatimitas, que conquistaram a Palestina pelos meados do século X, começou para os cristãos uma era de padecimentos. Os seldjucidas, na metade do século XI, tornaram intolerável a situação: as igrejas destruídas, os romeiros maltratados e assassinados. Em 1095, no sínodo de Clermont, Urbano II convidou Bispos e cavaleiros a salvarem os santos lugares. Com o grito "Deus lo volt", todos tomaram a cruz.

Causas secundárias que atuaram em alguns: o desejo que tinham os reis de ver afastarem-se para longe os turbulentos fidalgos; o receio de que os turcos viessem a invadir a Europa; as indulgências e privilégios concedidos pela Igreja e pelos reis.

II. Cruzadas principais: Primeira (1096-1099). Um primeiro grupo de 50.000 homens sob o comando de Pedro de Amiens, o eremita, e Gauthier-sans-avoir, pereceu quase inteiramente antes de chegar à Ásia.

Mas o corpo principal, de 600.000 homens, sob o comando de Godofredo de Bouillon e do legado papal, o Bispo Ademar de Puy, derrotou os turcos em Nicéia e Doriléia, conquistando-lhes Antioquia (1098) e Jerusalém (1099). A primeira cruzada alcançou, portanto, seu fim. Além de outros principados cristãos, fundou-se o reino de Jerusalém [2] e o principado de Antioquia. Entretanto, a posição dêsses novos Estados era insustentável, devido às dissenções nacionais dos conquistadores [3], à hostilidade dos imperadores gregos, aos ataques dos seldjucidas e às tradições dos pulanos (descendentes dos cruzados, natos no Oriente).

Segunda (1147-1149). Com a queda de Edessa, 1144, a cidade de Jerusalém ficou em perigo. S. Bernardo, por ordem de Eugênio III, pregou a cruzada, conseguindo que os reis Luís VII, de França, e Conrado III, da Alemanha, empreendessem a se-

gunda cruzada. Mas, por causa das desinteligências dos chefes e traições dos pulanos, os exércitos reunidos foram dizimados pelos turcos nos desfiladeiros do Tauro, não podendo tomar nem a cidade de Damasco, a qual já haviam sitiado.

Terceira (1189-1193). Tomada Jerusalém (1187) pelo poderoso Saladino, sultão do Egito, tôda a Europa ocidental se consternou. Empunharam a cruz os três monarcas mais em destaque: Frederico I Barbaroxa, da Alemanha, Filipe Augusto, da França, e Ricardo Coração de Leão, da Inglaterra. Frederico foi para a Ásia pela Hungria e por Constantinopla; venceu o sultão de Icônio, mas pereceu afogado nas águas do Selef. Os outros dois viajaram por mar e, reunidos aos destroços do exército alemão, cercaram Ptolomais (Acre) e a tomaram. Filipe voltou para a França, e Ricardo não conseguiu tomar Jerusalém, mas concluiu com Saladino uma trégua, para ser franqueada aos peregrinos a entrada em Jerusalém.

Quarta (1202-1204). Inocêncio III a mandou pregar.[4] Tomaram parte principalmente os cavaleiros franceses sob o comando de Balduino de Flandres. Mas tôda ela foi desviada do seu fim. O doge Dândolo levou primeiro os cruzados a ajudá-lo na conquista de Zara, na Dalmácia. Depois Aleixo, filho do destronado Isaque Ângelo, de Constantinopla, obteve que o auxiliassem a repôr seu pai no trono. Quando então Isaque não pôde pagar o prêmio prometido, sendo novamente destronado por outro pretendente, os cruzados conquistaram Constantinopla e fundaram lá o império latino (1204-1261).[5] Nada mais fizeram que enfraquecer o império grego, baluarte contra os turcos.

Cruzada das Crianças[6] (1212). Tôdas foram mortas ou vendidas. Não foi pregada por ninguém, mas até dissuadida pelos Bispos.

Quinta (1228). Frederico da Alemanha, tendo prometido uma cruzada, e retardado muito, afinal partiu para o Oriente, para se livrar da excomunhão imposta pelo Papa. Chegado à Palestina, em vez de combater, concluiu com o sultão do Egito um armistício de dez anos, que garantia aos cristãos a entrada sob a suzerania dos turcos.[7]

Sexta (1248). Luís IX da França, para cumprir uma promessa feita durante grave doença, empreendeu esta cruzada. Dirigiu-se para o Egito, apoderou-se de Damieta, na esperança de que, assentando nas praças egípcias suas bases de operações, mais fácil lhe seria a conquista da Palestina. Mas, vencido na marcha sôbre o Cairo, estêve prisioneiro dos infiéis, até que, pelo resgate de cêrca de oito mil contos em nossa moeda,

e a entrega de Damieta, obteve a liberdade para si e para o resto de seu exército.

III. Resultados: 1) Fracassaram sob o ponto de vista religioso, pois o fim era a libertação da Terra Santa. Mas as cruzadas retardaram a invasão dos turcos na Europa; impediram a destruição completa da civilização cristã na Ásia Menor e reconduziram muitos Maronitas e Armênios à união católica: evidenciaram o prestígio dos Papas e animaram o espírito de fé.

2) Sob o ponto de vista agrícola, comercial e industrial, fizeram passar para a Europa muitos produtos asiáticos (trigo da Turquia, cana de açúcar, vidros, estofos de sêda); alargaram as relações comerciais, fazendo progredir extraordinàriamente as repúblicas italianas de Veneza, Gênova e Pisa.

3) Sob o ponto de vista literário e artístico: muito ganhou a geografia, medicina, matemática e a filosofia.

1) Wilken, Geschichte der Kreuzzüge (o autor oferece uma lista de fontes históricas no supl. T. VII); Revue des Deux-Mondes, 1883. Une enquête française sur les croisades et l'Orient latin. — 2) Godofredo aceitou o título só de "defensor e barão do Santo Sepulcro". — 3) Wilken, l. c. I, 314. — 4) Hurter, Papst Innocenz III, vol. 1 e 2; Hefele, Beitraege. I, 316. — 5) Sob a regência efêmera de Balduino de Flandres. — 6) Des Essarts, La croisade des enfants, Paris, 1875. — 7) Huillard-Bréholles, Histoire diplom. de Fréd. II, p. 823.

§ 104. Difusão do cristianismo.

I. No interior da Ásia. — 1) Tártaros. No século XI os nestorianos converteram ao cristianismo o rei dos coraítas[1], tribo completamente bárbara, ao sul do lago Baikal. No fim do século XII o célebre rei mongol Gengiscão submeteu os coraítas cristãos.

2) Mongóis.[2] Em 1245, Inocêncio IV mandou franciscanos e dominicanos ao grande Khan Gaiouk, sem outro resultado mais que o bom acolhimento. Nem Mangú, sucessor de Gaiouk (que recebeu muito bem o célebre franciscano Ruisbroek), se resolveu a converter-se ou a favorecer a religião. Seus irmãos, porém, Kulago na Pérsia e Kublai na China, permitiam a difusão do cristianismo nas suas terras.

3) Chineses. Notícias mais exatas sôbre a fabulosa China deram por êste tempo dois comerciantes venezianos Nicolau e Marco Polo. O zeloso franciscano João de Monte Corvino batizou entre 1291-1330 a seis mil pagãos em Cambalú (Peking). O Papa Clemente V o nomeou Arcebispo de Peking e mandou novos missionários. Mas a substituição da dinastia dos Mongóis pelos Mings (1369) acabou com a cristandade.

II. Entre os maometanos e judeus. — 1) Entre os maometanos: a) Na África trabalharam sem resultado missionários franciscanos, dominicanos e trinitários. Muitos mártires houve entre êles. No século XIV é que se restabeleceram os bispados de Marrocos e Tanger. b) Na Espanha.[3] E' o período épico do espírito cristão na Península perseguida por Abderrhaman II e Mohamed. c) Elenco dos principais eventos: 1031, divisão do califado de Córdova em vários emiratos, o que facilitou a reconquista para o cristianismo; 1085, Toledo cai nas mãos dos cristãos; 1094, Valência sob o grande Cid Campeador (ou Rodrigo Diaz, conde de Bivar). 1212, reconquista de Córdova, ficando os mouros reduzidos à posse de Granada apenas; 1492, expulsão dos mouros que, aparentemente convertidos, tramavam e se insurgiam contra o govêrno espanhol.

d) Na Itália meridional a dominação dos mouros foi destruida pelos normandos no século XI.

2) Entre os judeus[5] pouco conseguiu para a sua conversão o zêlo dos Papas e Bispos. Havia durante a Idade Média contra êles uma grande animosidade da parte dos cristãos pelos motivos seguintes: usura, riquezas demasiadas; política suspeitíssima na Espanha; crimes contra os cristãos: infanticídios, crucifixão de adultos, profanação dos objetos sagrados. Ao passo que os príncipes ora protegiam, ora perseguiam os judeus, a Igreja os protegia sempre.

1) E' fábula o que se conta de João, rei-sacerdote; Oppert, der Presbyter Johannes, Berlim, 1864. — 2) Kuelb, Geschichte der Missionsreisen nach der Mongolei, Ratisb. 1860. — 3) Vic. de la Fuente, Hist. ecl. de España III. Menendez y Pelayo, Hist. de los heterodoxos Españoles, I. — 4) Harduin, Acta concil. V. 38; Eulogius, Mem. Sanctor. II. — 5) Jost, Geschichte d. Juden, Berlin, 1825; Math. Paris, Hist. major Angl.

II. IGREJA E ESTADO.

§ 105. Luta das investiduras.

Antecedentes. — Desde o tempo em que os Bispos começaram a ser ao mesmo tempo vassalos dos reis e príncipes civis, as eleições canônicas foram muitíssimas vêzes substituídas por nomeações da parte dos reis. Êstes se tornaram cada vez mais simoníacos, e, em breve, se espalhou o abuso de se fazer a investidura do poder temporal por meio dos símbolos do poder eclesiástico: anel e báculo. Encheram-se destarte as fileiras eclesiásticas de homens que procuravam mais uma vida de gozos e honras do que um apostolado de sacrifícios.

A clerogamia também foi conseqüência dessa praxe abominável. Contra êsse estado de coisas se levantou a parte sã do clero, principalmente dos conventos filiados a Cluni, e nomeadamente o monge Hildebrando. Cardeal desde 1048, dirigira êle os negócios da Igreja durante o pontificado de cinco Papas. Em numerosas viagens chegou a conhecer de "visu" as necessidades da cristandade. Eleito Papa, Hildebrando, já Gregório VII[1], procurou a todo custo realizar o ideal de sua vida: purificar e libertar a Igreja.

1) Gregório VII e Henrique IV. a) Ação contra a simonia, a clerogamia e investidura. Logo em 1074, no sínodo de quaresma[2] em Roma, Gregório VII ordenou: "Está suspenso quem, por simonia, obteve um cargo eclesiástico. Os sacerdotes concubinários estão suspensos." Constituiu executores dessas leis os próprios fiéis, impondo-lhes a proibição de assistirem à missa de tais padres, ou receberem de suas mãos os sacramentos. A promulgação de tais leis não encontrou grande oposição na Inglaterra e na Espanha, muita na França, mas sobretudo na Itália Setentrional e na Alemanha.

b) Cresceu a tempestade, quando o Papa, em 1075, publicou o seguinte: "Quem, doravante, aceitar das mãos de um leigo

um cargo eclesiástico, está interdito ipso facto. Príncipes que confiram investiduras eclesiásticas serão excomungados." Quem mais relutou contra essas leis foi o imperador Henrique IV, da Alemanha. Começou a luta. Teve duas fases a pugna entre Gregório VII e Henrique IV.

a) Até à segunda excomunhão do imperador (1073-1080). Nesta primeira fase a vitória é do Papa. Henrique IV, depois de vencer os saxões, desprezou as leis e os conselhos secretos do Papa, e continuou a praticar descaradamente a investidura. Indignado contra o Papa que o ameaçou de excomunhão, reuniu em 1076 um conciliábulo em Worms, no qual a maioria dos Bispos da Alemanha declarou deposto Gregório VII. Por sua vez, o Papa, num sínodo de 110 Bispos em Roma, fulminou a excomunhão contra Henrique, e dispensou do juramento de obediência os súditos do imperador.[3] Entre os grandes do império fêz-se breve uma reação nos sentimentos contra o soberano. Tê-lo-iam deposto na dieta de Tribur (1076), se não interviessem os legados pontifícios que sabiam ser intenção do Papa apenas a correção dos abusos e a conversão de Henrique IV. Foi deliberado que dentro de um ano Henrique deveria livrar-se da excomunhão, ficando, nesse tempo, inibido de ocupar-se do govêrno; e que as queixas dos príncipes seriam examinadas em Augsburgo, em 1077; e também que o imperador seria deposto, caso continuasse excomungado depois de um ano.

Essa atitude dos príncipes fêz com que Henrique aparecesse, durante o inverno de 1077, no Castelo de Canossa, onde o Papa estava, de viagem para a Alemanha. Espontâneamente se apresentou vestido de cilício durante três dias no páteo do castelo. Tanto chorou e pediu que, fiado nas promessas do imperador, o Papa o absolveu[4], com a condição apenas de que prestasse satisfação plena aos príncipes alemães. Apenas saiu de Canossa, o imperador desprezou suas promessas. Foi então que os príncipes, reunidos em Forchheim (1077), o depuseram, elegendo rei da Alemanha Rodolfo de Suábia, que foi coroado pelo Arcebispo de Mogúncia. Gregório VII, vendo complicar-se a situação, não gostou da nova eleição, mas permaneceu neutro entre Rodolfo e Henrique. Só em 1080 o Papa reconheceu Rodolfo como rei da Alemanha, excomungando Henrique pela segunda vez, quando já eram vãs tôdas as esperanças de êste deixar suas perseguições à Igreja.

b) Até à morte de Gregório VII (1080-1085). Nesta fase sucumbe aparentemente o Papa. Em 1080, Henrique derrotou seu antagonista Rodolfo, que veio a falecer ferido num combate. Nos conciliábulos de Mogúncia e Brixen, prelados e Bis-

pos depuseram Gregório VII, elegendo como anti-Papa Guiberto de Ravena. A maior parte dos príncipes se pôs agora ao lado de Henrique, cujo império parecia outra vez firme na Alemanha. Preparou-se para ir à Itália com o fim de destronar o Papa e mandar coroar seu anti-Papa. Em 1084 tomou Roma e fêz-se coroar pelo anti-Papa que tomou o nome de Clemente III. Após se haver ausentado algum tempo no castelo de Sant'Ângelo, pôde o Sumo Pontífice ainda retirar-se para Salerno, sob a proteção de Roberto Guiscardo, duque normando. São Gregório VII faleceu assim desterrado em 1085. Suas últimas palavras foram: "Dilexi justitiam et odivi iniquitatem; propterea morior in exilio."

2) O sucessor de Gregório VII foi Vítor III (1086-1087), antes Abade Desidério de Montecassino. Só depois de muita relutância aceitou o pontificado, que ficara vacante por dois anos. Não teve a fôrça moral de seu predecessor; morreu piedosamente em 1087, depois de ter proibido novamente as investiduras.

3) Foi eleito, depois de seis meses, Urbano II (1088-1099). Passados os primeiros anos do pontificado, em que a situação era bastante difícil, tornaram-se mais bem observadas as leis contra a simonia e o concubinato, crescendo o número de príncipes e Bispos que, deixando o partido de Guiberto, se reconciliaram com o Papa legítimo, e entre êles cumpre mencionar o príncipe Conrado, filho do próprio Henrique IV. Assim é que o Papa conseguiu celebrar em 1096 o sínodo de Clermont, em que foi resolvida a primeira cruzada, e proibida a "homenagem".[5] Urbano II voltou em triunfo para Roma, onde trabalhou ainda três anos para o bem da Igreja.

4) Teve por sucessor Pascoal II (1099-1118). Falecido o anti-Papa Guiberto em 1100, o imperador teimou em não se reconciliar com o Papa, decaindo assim, cada vez mais, na opinião pública. Desta circunstância se valeu seu filho Henrique para, com o auxílio de muitos príncipes seculares e eclesiásticos, obrigar o pai a abdicar, ocupando-lhe o lugar com o nome de Henrique V. Infelizmente, a exemplo do pai, ao sentir-se firme no trono, usurpou, embora mais disfarçadamente, os direitos da Igreja. Em 1111 fêz-se entre o Papa e o rei um pacto, em virtude do qual os Bispos renunciariam aos seus benefícios e o rei ao suposto direito da investidura. Ora, como os Bispos alemães não quisessem abrir mão dos seus benefícios, o imperador também não renunciou às investiduras. Insistia, não obstante, com Pascoal II para ser coroado imperador. O Papa negou-se com tôda a energia. Foi então que Hen-

rique V o prendeu no seu acampamento por espaço de dois meses até que cedesse às suas imposições. E assim, no chamado privilégio de Sutri, concedeu o Papa ao imperador o direito de confirmar a eleição dos Bispos e Abades, e de lhes conferir a investidura, prometendo, ao mesmo tempo, não excomungar o rei pelo que havia acontecido. O rei, por sua vez, pôs em liberdade o Papa, asseverando proteger a Sé Apostólica e restituir os bens eclesiásticos roubados. Grande parte dos eclesiásticos mostrou-se descontente com tamanha condescendência, e o Papa se viu obrigado a declarar solenemente nos concílios de Latrão (1112 e 1116) seu retôrno às antigas determinações da Igreja. O primeiro dêstes concílios declarou que o tal "privilégio" não passava de um "pravilegio", extorquido por violência e, por conseguinte, de nenhum valor.

5) O pontificado de Gelásio II foi curto mas agitado. Estêve prêso, e como não se sujeitasse a Henrique V, êste nomeou anti-Papa Bordino, Arcebispo excomungado de Braga, ou seja Gregório VIII. Calisto II (1119-1124). Aparentado com a casa dos Burguinhões, prudente e enérgico, parecia fadado a pôr têrmo definitivo aos abusos das investiduras. De fato, venceu e depôs o anti-Papa e excomungou mais uma vez o imperador no sínodo de Reims. Henrique, cedendo, afinal, às aspirações do povo, tratou de fazer as pazes com a S. Sé. Pediu ao S. Padre mandasse legados à Alemanha. Com êstes concluiu em 1122 a Concordata de Worms (Pactum Calixtinum).[6] Nela o imperador renunciou à investidura, prometeu liberdade nas eleições canônicas e restituição dos bens eclesiásticos roubados. O Papa permitiu ao imperador ou seus delegados assistirem às eleições pontifícias, concedeu o direito de dirimir eleições duvidosas, ouvindo o conselho do metropolita e dos outros Bispos da província eclesiástica. Concedeu ainda investir em seus respectivos benefícios, mas só por meio do cetro, os Bispos alemães antes da respectiva sagração, e os burguinhões e italianos depois da sagração. Foi esta a primeira concordata entre o poder temporal e o Sumo Pontífice. Para a solene aprovação dela o Papa convocou o IX concílio geral, o primeiro de Latrão, o primeiro no Ocidente, em 1123, renovando-se nêle também as leis contra a simonia, a clerogamia e investiduras com símbolos eclesiásticos.

1) Watterich, Vitae Pontific. I, 293; Voigt, Hildebrand als Gregor VII, Weimar. — 2) Roskovany, Coelibatus et brev. I, 289. — 3) Harduin VI, 1, coll. 1566. — 4) Donizo, Vita Mathild. (Migne, coll. 998); Bonitho, Liber ad amicum, VIII. — 5) A "homenagem" colocava os Bispos na dependência dos príncipes seculares, que até lhes proibiam ir a um concílio. — 6) Nussi, Conventiones de rebus eccles. inter S. Sedem et civil. potest. Mogúncia, 1870; Briegez, Zeitschrift für K. G. 1885.

§ 106. O cisma de Anacleto.

Durante a luta contra as investiduras leigas, duas famílias fidalgas de Roma chegaram a exercer grande influência na cidade eterna e pretendiam influir também nas eleições papais. Eram os Frangipani e os Pierleoni, oriundos êstes dum judeu batizado por Leão IX. Já a eleição de Honório II, feita sob a influência dos Frangipani, foi legitimada ùnicamente pela abdicação voluntária do Cardeal Teobaldo, eleito antes pelo partido dos Pierleoni.

Mas depois da morte de Honório II foi inevitável o cisma. A fim de escapar às intrigas dos Pierleoni, os Cardeais mais sérios e conscienciosos elegeram precipitadamente Inocêncio II (1130-1143). Duas horas mais tarde 20 Cardeais, influenciados pelos Pierleoni, nomearam Papa a Pedro de Leão, daquela família, que se intitulou Anacleto II e se manteve em Roma, ao passo que Inocêncio II foi para a França.

Quem era o Papa legítimo? Talvez nem um nem outro.[1] Mas uma terceira eleição teria sido perigosa. S. Bernardo se pronunciou em favor de Inocêncio II por dois motivos: prioridade de eleição e superioridade pessoal. Ganhou para o seu ponto de vista os reis da França e da Inglaterra, enquanto S. Norberto lhe alcançava a adesão do rei da Alemanha. Para a obediência de Anacleto ficaram apenas o Bispo de Milão, os romanos e o duque Rogério das Duas Sicílias, de sorte que Inocêncio era certamente Papa legítimo, ou em virtude da eleição, ou ao menos pela aceitação da Igreja. Entretanto, o cisma continuou. O imperador Lotário II duas vêzes reconduziu o Papa a Roma, mas só depois da segunda vez Inocêncio pôde sustentar-se ali. Felizmente, no ano seguinte, 1138, Anacleto faleceu, e o sucessor dêle, Vítor IV, breve se sujeitou ao Papa legítimo.

1) Era Inocêncio II, pois entre seus 14 eleitores se acham os quatro Cardeais-Bispos, aos quais competia, segundo a constituição de 1059, a parte principal nas eleições pontifícias. Cfr. Paschini, Lezioni di St. eccl. vol. II, cap. III.

§ 107. Décimo concílio ecumênico.

Em 1139, Inocêncio II abriu o II concílio Lateranense. Foi convocado para dar expressão ao regozijo público pela extinção do cisma de Anacleto e para regularizar vários assuntos, como apagar os últimos vestígios do cisma, renovar antigos decretos relativos à reforma dos clérigos, estabelecer definitivamente o "privilegium canonis", e condenar os erros de Arnaldo de Bréscia, que pregava doutrinas sediciosas e heréticas. Esta última informação é de Oto de Frissinga, historiador de Frederico Barbaroxa. E' que Arnaldo já pregava em Bréscia. Em Roma êle só entrou no ano de 1145.

§ 108. Arnaldo de Bréscia.

Em 1143 rebentou em Roma um movimento revolucionário, cujos autores eram, desta vez, a baixa nobreza e o povo. A causa do descontentamento foi o não poderem vingar-se dos habitantes de Tívoli, aos quais o Papa concedeu o perdão numa revolta. Chegaram então os insurretos de Roma a proclamar a nova república romana, renegando a autoridade pontifícia

(1144) e estabelecendo o senado antigo, chefiado por um patrício, a quem se prestava obediência. A república sustentou-se também durante os pontificados, embora curtos, de Celestino II, Lúcio I e no de Eugênio III († 1153).

Ora, foi em 1145, logo após a eleição de Eugênio III, que apareceu em Roma Arnaldo de Bréscia.[1] Demagogo, muito jovem ainda, chegou a ser pregador na catedral de Bréscia, sua cidade natal. Fêz-se discípulo apaixonado de Abelardo em Paris, e dali voltou com veleidades de reformar a Igreja. Seu ideal era o restabelecimento da antiga Roma, cujo govêrno devia ser livre da interferência dos Papas. A Igreja, à imitação dos apóstolos, devia voltar ao estado de pobreza e renunciar ao poder temporal. Disseminou também muitos erros doutrinários, até sôbre a sagrada eucaristia. Condenado no X concílio, voltou à França. Daí foi expulso pelo rei, em atenção aos conselhos de S. Bernardo. Como os tempos favoreciam a aceitação de suas idéias na Itália, aproveitou a ausência de Eugênio III, meio foragido ora na Itália, ora na França. Desde então foi Arnaldo a alma dos sediciosos em Roma. Só quando o Papa lançou sôbre a cidade eterna o interdito, pena que nunca tinha alcançado Roma, é que os romanos consentiram em expulsar Arnaldo. Êste errou pelo país, até que em 1155 o rei Frederico Barbaroxa o entregou ao prefeito de Roma. O demagogo foi queimado e suas cinzas lançadas ao Tibre. O povo já havia, em 1154, no tratado de Constança, reconhecido os direitos pontifícios, graças à autoridade de Frederico I.

1) Hefele-Leclercq, Histoire des Conciles, t. v.; Archiv. Soc. Romana di Storia Patria, vol. 35; Watterich, Vitae, II.

§ 109. Lutas de Frederico Barbaroxa com o papado.

As lutas religiosas começadas por Frederico I[1] prolongaram-se pelo reinado dos outros Hohenstaufen. Dotados, em geral, de boas qualidades de governantes, desejavam êles soerguer a autoridade imperial amesquinhada na Alemanha e Itália. Mas tinham, infelizmente, uma idéia exagerada de sua grandeza, julgando que tudo se lhes devia submeter, inclusive a Igreja. Assim é que forçosamente deviam surgir conflitos entre o poder imperial e o pontifício.

I. Lutas com Adriano IV.[2] — Já na primeira expedição de Frederico a Roma surgiram desinteligências entre Adriano IV e o imperador, por se haver êste recusado cumprir o "officium Stratoris". Frederico cedeu quando lhe demonstraram que tal ofício pertencia à pragmática antiga.[3] E o rei foi coroado

imperador. Logo depois pioraram as relações entre os dois. Frederico se queixava de que o Papa, sem o consultar, cedera a Apúlia e a Sicília, como feudos, ao rei Guilherme I da Sicília. Adriano, por sua vez, lamentava haver o imperador violado o "pactum calixtinum" [4] e demorado a libertação do Arcebispo Eskil de Lund, prêso injustamente por cavaleiros alemães, ao regressar de Roma. Infelizmente, numa carta que o Papa dirigiu ao imperador, para o repreender dessas faltas, empregou a palavra "beneficium" que se prestava a ambiguidades. O imperador a interpretou por "feudo", ao passo que o Papa só queria dizer que o imperador tinha recebido "multa beneficia", isto é, favores da S. Sé. O Cardeal Rolando, legado pontifício, teve que se retirar mais que depressa para Roma, satisfeito de salvar a vida ameaçada pela indignação da nobreza alemã. Entretanto, Adriano explicou por escrito ao imperador a significação do "beneficium" e êste serenou.

Na segunda expedição à Itália, o imperador celebrou nos campos de Roncaglia, aldeia de Parma, a célebre dieta em que, sem tomar em consideração a evolução histórica da Itália, mandou declarar, por quatro jurisconsultos de Bolonha, que o domínio da Itália pertencia aos imperadores, sendo absoluto o seu poder. Violando assim direitos claros, de cidades, de bispados e do próprio papado, continuando ainda a desrespeitar o "calixtinum", Frederico ia ser excomungado por Adriano, quando êste veio a falecer em Anagni (1-9-1159).

II. Lutas com Alexandre III. — Foi eleito Papa o Cardeal Rolando, que tomou o nome de Alexandre III [5], cabendo apenas dois votos ao Cardeal Otaviano, valido do imperador, e que se intitulou Vítor IV. Pretextando ser litigiosa a eleição e dever dirimi-la, o imperador convidou os dois: "o chanceler Rolando" e o "Papa Otaviano", para um sínodo geral, pretensiosa denominação dada a um conciliábulo de apenas cinqüenta prelados, na maior parte alemães, que se realizou em Pavia. Alexandre, que não podia reconhecer tal sínodo, excomungou o imperador com seu pseudo-papa, e fugiu para a França. Quase tôda a cristandade aderiu ao legítimo Papa, fracassando uma tentativa imperial de chamar o rei da França para a obediência do seu anti-papa. Quando, em 1164, faleceu em Luca o pseudo-papa, Frederico, em vez de se reconciliar com Alexandre, mandou reconhecer na dieta de Würzburgo (1165) o novo anti-papa Pascoal III [6] e entronizá-lo na basílica de S. Pedro (1167), durante a quarta expedição que fazia à Itália. Foi efêmero seu triunfo. A peste veio dizimar-lhe o exército, e Frede-

rico teve de retirar-se, qual fugitivo, para a Alemanha. Ainda assim o imperador não se entregou a melhores sentimentos. Reconheceu um terceiro anti-papa, o indigno Calisto III, e continuou perseguindo os partidários de Alexandre. Êste se ligou cada vez mais com as cidades da Alta-Itália. A liga veronesa se tinha alargado em Liga da Lombardia. Fizeram para sua guarnição uma nova fortaleza "Alexandria". Quando, em 1176, o imperador apareceu pela quinta vez na Itália, foi derrotado pela liga em Legnano. Foi então que, afinal, se mostrou pronto a fazer as pazes com o Papa, em 1177.

III. O XI concílio geral (1179) ou terceiro de Latrão[7] foi convocado para confirmar a paz de Veneza. A fim de se evitarem complicações nas futuras eleições pontifícias, ficou decretado que, desde então, se teria por legítimo Papa quem obtivesse dois têrços dos votos dos eleitores.[8] Foram também, nesse mesmo concílio, condenados os erros dos albigenses.

1) Otto de Frissinga, De gestis Frider. I; Jaffé, Regest. Pont. Rom. — 2) Era o impressionante e enérgico Nicolau Breakspear, Bispo de Ostia, eleito Papa, quando voltava duma legação na Noruega. — 3) Consistia em oferecer o estribo ao Papa, quando êste montava a cavalo, ou, montado, conduzi-lo segurando as rédeas da cavalgadura. — 4) Cfr. § 105. Calisto II. — 5) Migne, Patr. lat. T. 200; Watterich, II, 375; Reuter, Papst Alex. III. — 6) Boso, Vita Alex. — 7) Harduin, VI, 2, col. 1671; Mansi, XXII, 209; Hefele, C. G. V. — 8) Foram reconhecidos iguais direitos de eleitores aos Cardeais-Bispos, presbiteros e diáconos.

§ 110. Lutas religiosas na Inglaterra.

Guilherme I, que conquistou a Inglaterra em 1066, constituiu-se restaurador e reformador da Igreja naquele país: conferiu o Arcebispado de Canterbury ao célebre Lanfranc, entregou as outras dioceses a clérigos distintos que levara da Normandia, e mandou publicar os decretos da reforma de Gregório VII. O poder exagerado que êle exercia nos negócios da Igreja não produziu, atentos os seus bons sentimentos, os resultados funestos que logo se verificaram no reinado de seu filho Guilherme II.[1]

I. Opressões de Guilherme II (1087-1100). O rei Guilherme II, insaciável na sua avareza, deixou vagas dioceses e abadias para lhes usufruir os rendimentos; sobrecarregou de pesados impostos os bens da Igreja; persistiu em vender as prebendas a quem mais pagasse. Uma doença perigosa (1093) o fêz voltar por algum tempo a melhores sentimentos, conferindo o bispado de Canterbury a S. Anselmo[2], distinto Abade do convento de Bec, na Normandia. Os trabalhos e cuidados do santo Bispo para reformar a Igreja acabaram por lhe atrair a ira e as perseguições de Guilherme II, que até o declarou réu de alta-

traição, pelo simples motivo de pretender ir a Roma para receber o pálio das mãos de Urbano II, que o rei ainda não reconhecera como Papa. Os Bispos, para agradar ao rei, o aconselharam a depor Anselmo, que só pôde manter-se devido à energia dos príncipes seculares. As tentativas do rei para obter da S. Sé a remoção de Anselmo foram baldadas, pois Urbano II, como todos os bons católicos ingleses, estava do lado do santo Arcebispo. Entretanto, não podendo exercer as funções do seu cargo, Anselmo deixou a Inglaterra, para onde voltou só depois da morte do rei. Sob seu sucessor, Henrique I, surgiu novo conflito que o obrigou a sair mais de uma vez de sua terra, mas já em 1106, no tratado de Bec, Henrique renunciou à investidura e concedeu a livre eleição dos Bispos, ao passo que a Igreja, por sua vez, permitiu aos Bispos ingleses a "homenagem" ao rei.

II. Lutas religiosas de Henrique II. (1154-89.) Para ter um primaz indulgente, Henrique nomeou Arcebispo de Canterbury Tomás Becket[3], embora êste advertisse que, Arcebispo, êle procederia diversamente do chanceler. De fato, combateu a limitação do "privilegium fori" e "os costumes tradicionais", dizendo que só podia reconhecê-los, "salvo iure ecclesiae". E' verdade que, enganado por um Abade[4], declarou-se pronto a assinar os dezesseis artigos das "constituições de Clarendon", que especificavam os costumes tradicionais. Breve se arrependeu. Becket tinha sancionado interferências inadmissíveis do poder real no govêrno da Igreja. Foi ter com o Papa Alexandre III, ao qual ofereceu sua abdicação.

Alexandre condenou dez artigos de Clarendon, mas não aceitou a resignação do primaz. Em 1170, Henrique reconciliou-se com o Arcebispo, que voltou para Canterbury. Tendo surgido novas dificuldades, perguntou o rei "se não havia quem o libertasse de tal Padre." A essas palavras[5] quatro cavaleiros partiram logo a assassinar o Arcebispo na sua catedral. Foi essa morte o triunfo da causa de Deus. Henrique e seus cúmplices foram excomungados. Não tardou o rei a arrepender-se e mandar pedir perdão ao Papa, sujeitando-se, de boa mente, a penitências públicas. Em 1172 renunciou às "constituições de Clarendon".

1) Lingard. Hist. of England; Eadmer. Hist. Novor. lib. 1. — 2) Remusat, Saint Anselme de Canterbury; Hasse, Ans. v. Cant., Leipzig, 1843. — 3) Robertson, Materials of the history of Thomas Becket. — 4) Filipe, Abade de l'Aumone, pretenso enviado pontifício, declarou ser essa a vontade do Papa. — 5) Essa observação foi provocada pela publicação da bula de excomunhão de alguns Bispos partidários do rei. Cfr. Joh. Saresb., Epist. 304 ad Joh. Pictav. Episcop.

§ 111. Inocêncio III.[1]

O pontificado de Inocêncio III marca o ponto culminante do esplendor do papado na Idade Média. Seus antecessores, principalmente Gregório VII e Alexandre III, haviam levantado, em lutas gigantescas, o prestígio da Santa Sé. A essas condições favoráveis de ascensão ao trono pontifício, concorriam para o fulgor do pontificado de Inocêncio III seus dotes excepcionais de grande sagacidade, vastos conhecimentos, raras virtudes e especial tino administrativo. Tinha apenas trinta e sete anos de idade o Cardeal Lotário, conde de Segni, quando em 1198 foi eleito por unanimidade. Durante dezoito anos desenvolveu uma atividade extraordinária, que tinha por objeto a onímoda reforma da Igreja, a conservação da pureza da fé e a continuação do prestígio da Sé Apostólica, necessária para a consecução de tudo o mais. As lutas que Inocêncio teve de sustentar para manter êsse prestígio absorvem grande parte de suas energias e dão a seu pontificado o maior lustro. Mal compreendem êsse grande Pontífice os que afirmam ter sido a ambição o movel de sua atividade, para fazer valer sua influência quase sempre vitoriosa em todos os países da cristandade. Levou-o a isso a compreensão nítida dos deveres que lhe impunha a autoridade papal, cuja plenitude timbrava em conservar e aplicar para o bem da humanidade. Eis suas principais emprêsas neste particular:

1) Alcançou o restabelecimento do poder pontifício em Roma e nos Estados da Igreja. Tanto o prefeito imperial da cidade como o senador romano logo tiveram de render-lhe homenagem. Todos os territórios pontifícios concedidos em feudos pelos Hohenstaufen houveram de ser devolvidos ao Papa, de sorte que, em pouco tempo, estava reintegrado na posse territorial dêles.

2) Nas Duas Sicílias fàcilmente conseguiu da rainha Constância, viúva de Henrique IV, renunciasse a seus exagerados direitos eclesiásticos, herdados desde Guilherme I da Sicília, encarregando-se êle da educação do filho ainda menor, o futuro Frederico II.[2]

3) Na Alemanha tinham sido eleitos, em 1198, dois reis: Filipe da Suábia e o guelfo[3] Otão IV. O Papa, embora reconhecesse a liberdade dos príncipes na eleição do rei da Alemanha, declarou que só êle devia coroar imperador a quem julgasse digno e legìtimamente eleito. Exigiu, pois, combinação amistosa. Quando, ao cabo de três anos, seu pedido ainda não havia sido despachado, decidiu-se por Otão.[4] Êste, já

reconhecido por todos, depois do assassínio de Filipe, foi coroado em 1209, fazendo nessa ocasião as mais solenes promessas de respeitar e defender os direitos do Papa. Não obstante, o perjuro Otão[5] arrebatou a herança de Frederico II da Sicília, anexou algumas províncias dos Estados pontifícios, sendo, afinal, excomungado, quando tôdas as admoestações de Inocêncio resultaram infrutíferas. Em conseqüência da excomunhão, foi deposto pelos príncipes alemães, e eleito o pupilo de Inocêncio, o jovem Frederico II, que garantiu a separação perpétua entre a Itália inferior e o império alemão.

4) Na Inglaterra, João sem Terra, homem violento e opressor do povo, recusara-se a reconhecer como Arcebispo de Canterbury a Estêvão Langton, eleito por recomendação expressa do S. Padre. Por êsse motivo o Papa fulminou em 1208 o interdito sôbre a Inglaterra, e em 1209 a excomunhão e deposição do rei. No momento em que Filipe, rei da França, ia executar a sentença, adjudicando a si a coroa da Inglaterra, João fêz as pazes com o Papa, do qual, a conselho da nobreza, quis receber a coroa como feudo, pagando anualmente mil marcos de prata. Contra os desmandos dos vassalos rebeldes que arrancaram ao tirânico rei em 1215 a "magna carta libertatum", o Papa, na qualidade de senhor feudal, defendeu o rei.[6] Essa mesma "carta", aprovada mais tarde pelo filho de João, Henrique III, depois de expurgada, teve a aprovação da S. Sé.

5) Na França. Filipe II repudiara a sua segunda espôsa Ingeburga, princesa da Dinamarca, e, autorizado por seus Bispos, casou-se com Inês de Meranie. Contra violação tão flagrante do direito matrimonial, protestou enèrgicamente Inocêncio III. Não sendo atendido, excomungou o rei, lançou o interdito sôbre o país, conseguindo, afinal, reintegrar em seus direitos a espôsa repudiada.

6) Também contra Pedro II, rei de Aragão, e Afonso IX, rei de Leão, teve que garantir a indissolubilidade dos respectivos matrimônios.

7) Foi preciso levantar-se contra os reis de Portugal, Noruega e Suécia, para defender naqueles países a liberdade da Igreja.

8) XII concílio geral. Em 1215 o Papa reuniu em Latrão 1200 prelados para um concílio que foi o mais brilhante de quantos jamais houve.[7] Formou objeto das deliberações a conquista da Terra Santa e a reforma da Igreja. Editaram-se decretos contra os Albigenses e Valdenses; estabeleceu-se a

obrigatoriedade dos sacramentos da penitência e comunhão uma vez cada ano; proibiram-se os matrimônios clandestinos; foram aprovadas as Ordens dos Franciscanos e Dominicanos. Morreu Inocêncio III em Perúgia, de viagem, quando ia fazer pazes entre os Pisanos, em 1216.

1) Hurter, Gesch. des Papstes Innoc. III; Winkelmann, Acta inedita saec. XIII. Insb. 1880. — 2) Huillard-Bréholles, Hist. dipl. de Fred. II. — 3) Os nomes de guelfos e gibelinos datam da batalha de Weinsburgo, em 1140. Os gibelinos defendiam os Hohenstaufen. — 4) Böhmer, Kaiserregesten de 1198-1254; Abel, Kg. Phil. d. Hohenstaufen, Berlim, 1872. — 5) Hahn, Collectio monum. vet. et recent. ineditorum, I, 208. — 6) Rerum britan. Medii aevi Scriptores Lond. 1858; Lingard, Hist. of England; Cantù, Hist. — 7) Harduin, t. VII, Mansi, T. XXII; Hefele, C. G. vol. V.

§ 112. Lutas de Frederico II com o papado

Reassumindo o plano de Frederico Barbaroxa, pretendeu Frederico II anexar a Itália Meridional ao império, bem como dispôr dos direitos da Igreja e governar como imperador absolutista.[1]

1) **O Papa Honório III** (1216-1227), idoso e condescendente[2], viu sua grande paciência menosprezada pelo imperador. Já em 1220, Frederico mandou eleger rei da Alemanha seu filho Henrique, unindo dêste modo a Sicília com o império. Para acalmar o Papa, assegurou-lhe que seria mantida completa separação administrativa dos dois reinos. Honório, sempre confiante no imperador, pediu a Frederico chefiasse uma cruzada, pois a situação no Oriente se tornava cada vez mais precária e ofensiva aos cristãos. Não obstante haver Frederico jurado executar o desejo do Pontífice e da cristandade inteira, sempre a foi diferindo. E a S. Sé tolerou nove prorrogações do prazo para tal cruzada. O Papa ainda viu com grande mágoa que o imperador violava os direitos da Igreja, principalmente na Sicília, e que, entregando-se à influência dos maometanos, tinha uma vida luxuriosa e quase suspeita de infidelidade.

2) **Gregório IX** (1227-1241), muito mais enérgico, apenas eleito, lembrou ao imperador a cruzada tantas vêzes prometida. Frederico, afinal, embarcou na Apúlia (1227), mas, passados três dias, voltou pretextando doença. Foi então que o Papa excomungou o imperador, expondo numa encíclica o proceder de Frederico desde sua ascensão ao trono. Frederico, "a fim de não perder seu prestígio no Ocidente", como declarou[3], realizou então sua cruzada que se parecia mais com uma expedição de aventureiros, do que com uma emprêsa religiosa. Na ausência, seu governador invadiu os Estados Pontifícios, provocando a S. Sé a defendê-los. Depois da cruzada, fêz-se a

paz em S. Germano entre o imperador e o Papa, sendo aquêle absolvido da excomunhão. Mas o imperador não largou o sonho dourado dos Hohenstaufen, de incorporar a Itália ao seu império. Na Itália meridional os sarracenos combatiam por êle. Aos lombardos, amigos do Papa, derrotou-os Frederico mesmo em Cortenuovo. Continuou a usurpar direitos eclesiásticos na Alemanha e na Sicília, apesar das admoestações do Papa, que, além do mais, lhe prestou mui relevante serviço, excomungando o filho Henrique, que se tinha rebelado contra o pai. Gregório, convencido de que só a severidade podia fazer voltar o imperador a melhores sentimentos[4], excomungou-o pela segunda vez, desligando os súditos do juramento de fidelidade. Frederico exigiu lhe provassem num concílio geral os crimes imputados. E, para humilhar o Papa, marchou contra Roma. Quando em 1240 o Papa convocou um concílio, já não quis saber do concílio. Pelo contrário, fêz tudo o que podia para impedi-lo, encarcerando prelados ingleses e franceses que estavam em viagem para Roma, sendo três Cardeais e mais de cem Bispos. Êle próprio mandou novamente suas tropas contra a cidade eterna, quando Gregório veio a falecer de mágoa (21-8-1241).

3) Inocêncio IV (1243-1254) ~~sucedeu, após ano e meio[5], a Celestino IV, que governou só dezesseis dias~~. Depois de tentativas infrutíferas para fazer o imperador entrar no bom caminho, Inocêncio IV viu-se obrigado a retirar-se para a França, onde celebrou em 1245 o XIII concílio geral ou o primeiro de Lião. Trataram nêle da reforma do clero, duma nova cruzada, da expulsão dos tártaros da Europa oriental, e, sobretudo, do procedimento de Frederico II para com a Igreja e o S. Padre. Frederico foi novamente excomungado e deposto: 1.º por ter violado tantas promessas juradas; 2.º por ter prendido e maltratado muitos prelados; 3.º por ter faltado às obrigações de vassalo da S. Sé, na Sicília; 4.º por ter desprezado as censuras eclesiásticas e incorrido na suspeita de heresia pela sua familiaridade com os maometanos.[6] Frederico, cheio de raiva, tudo empreendeu para acabar com o prestígio do Papa, tratando de indispôr contra êste até os reis e Bispos da França e Inglaterra. Vãs tentativas. Em 1246 a maior parte dos príncipes eclesiásticos e muitos seculares da Alemanha abandonaram a causa de Frederico, elegendo rei Henrique Raspe de Turíngia e, depois da morte dêste, Guilherme de Holanda.

Na Itália conseguiu Frederico manter seu poder ainda por algum tempo, graças às medidas draconianas com que perse-

guiu seus adversários políticos. A derrota de 1248 em Parma, obrigou-o a retirar-se para a Itália meridional. Morreu em 1250 em Fiorentino, absolvido "in extremis" pelo Bispo de Palermo. Frederico era, sem dúvida, um soberano de grandes dotes. Mas, para alcançar um fim perverso, lançou mão de todos os meios, sem olhar para direitos particulares e políticos.[7] Causou ruínas incalculáveis na Itália e na Alemanha. A guerra que fêz à Igreja foi-lhe fatal a êle e à famosa casa dos Hohenstaufen.

1) Huillard-Bréholles, Hist. diplom. de Fred. II; Pertz, Monum. IV; Leo, Vorlesungen III. — 2) Pressutti, Regesti di Onorio III, Roma, 1884. — 3) Böhmer, Kaiserreg. XXVIII. — 4) Muratori, Script. rer. Italic. III, 582. — 5) O enérgico e sábio Cardeal Sinibaldo Fieschi só pôde ser eleito, após justas reclamações da França e Inglaterra contra Frederico II, que sempre impedia as eleições. — 6) Vita Gregorii, apud Muratori, Script. rer. Ital. III, 584. — 7) Michael S. J. Salimbene und seine Chronik. Insp. 1889.

§ 113. Últimos Papas do século XIII.

1) Os três primeiros sucessores de Inocêncio IV, a saber, os Papas Alexandre IV (1254-1261), Urbano IV (1261-1264) e Clemente IV (1265-1268) continuaram a mesma política, empenhando-se por quebrar a influência dos Hohenstaufen, no reino das Sicílias. Conrado, filho de Frederico II, morreu (1254) com 27 anos de idade, excomungado e sem lograr ser reconhecido pelos sicilianos. Manfredo, seu irmão bastardo, sustentou-se algum tempo, apesar da S. Sé, perecendo (1266) num campo de batalha, em guerra contra Carlos d'Anjou, a quem Urbano IV dera as Duas Sicílias. Conradino, filho de Conrado, não teve melhor sorte. Malogrou-lhe a tentativa de se apoderar do reino siciliano. Caiu nas mãos de Carlos, que mandou decapitá-lo em Nápoles.

2) Gregório X (1271-1276) foi eleito depois de um lapso de três anos, por não poderem unir-se os Cardeais, divididos em dois partidos: franceses e italianos. O acontecimento de maior monta em seu pontificado foi o XIV concílio geral (1274), o Lugdunense II. Nêle tomaram parte mais de mil e seiscentos prelados, os embaixadores de Miguel Paleólogo, dos reis da França, Alemanha, Inglaterra e Sicília. S. Boaventura foi quem presidiu às quatro primeiras sessões, falecendo durante o concílio. Morrera, na viagem para Lião, S. Tomás de Aquino. O ato mais importante do concílio foi a ratificação oficial da união das Igrejas grega e latina. Miguel Paleólogo, julgando que esta união lhe firmaria o trono, tinha assinado, juntamente com quase todos os seus Bispos, uma profissão de fé muito explícita sôbre os pontos em litígio. No concílio foi solenemente ratificada e admitida pelos gregos a processão divina do Espírito Santo. Mas a união teve muitos adversários em Constantinopla, principalmente entre os monges. Esfriou também o zêlo do imperador, chegando até a ser excomungado pelo Papa, como fautor do cisma e da heresia. Seu filho, Andronico II, cassou

em 1282 a união, anatematizando seus fautores.[1] Sob o pontificado de Gregório houve também a eleição de Rodolfo de Habsburgo para imperador da Alemanha. Os dois soberanos tiveram uma entrevista em Lausana, onde prometeram respeito e proteção mútua.[2] Seguiram-se os Papas Inocêncio V, João XXI e Nicolau III.

3) Sob Martinho IV (1281-1285), francês, o reino siciliano passou à casa de Aragão pela conjuração das "vésperas sicilianas" (30 de março de 1282). Na segunda-feira de Páscoa, ao som dos sinos que chamavam o povo às vésperas, os sicilianos de Palermo mataram todos os franceses da cidade, seguindo-lhes o exemplo o resto da ilha (8.000 mortos). Chefe moral do levante foi Pedro de Aragão, que, casado com uma filha de Manfredo, se dizia instituído herdeiro do reino por Conradino. Em vão, Martinho IV o quis impedir de tomar posse; em vão o declarou privado de seu reino hereditário de Aragão; em vão até pregou uma cruzada contra êle. Pedro derrotou a frota de Carlos de Anjou, o qual teve de contentar-se com o reino de Nápoles. Século e meio mais tarde, a casa de Aragão estendera sua autoridade sôbre Nápoles, construindo também, em seu proveito, o reino das Duas Sicílias.[3]

4) A Martinho sucederam Honório IV (1285-1287), Nicolau IV (1288-92) e Celestino V (1294). Êste último, Pedro de Mouron, solitário do Monte Murrone, ao norte do reino napolitano, foi eleito depois de uma vacância de dois anos e três meses.[4] Era um santo religioso, fundador de 36 conventos que seguiam a regra de S. Bento. Mas as virtudes dificilmente podiam suprir-lhe a sua falta de mais ampla instrução e conhecimentos práticos de administração e govêrno. Os Cardeais breve o perceberam, quando viram o Papa fixar sua residência em Nápoles, perto do rei Carlos II, e seguir os conselhos dêste, de preferência aos dêles, bem como fazer uma promoção de sete Cardeais franceses, todos devotados à casa de Anjou. O Pontífice, por sua vez, reconheceu que estava deslocado, e deu-se pressa em abdicar.

1) Entretanto, nunca cessaram as tentativas de reconciliação com a Igreja latina. Tornou-se mais uma vez efetiva no Concílio de Florença (1439). Mas, também, esta se desfez em 1472, impugnada pelos cismáticos e maometanos, que em 1453 conquistaram Constantinopla. — 2) Zisterer, Gregor X und Rudolf v. Habsburg, Frib. 1891. — 3) Epist. Martin. IV em D'Achery, Spicileg. III, 687.

§ 114. Bonifácio VIII (1294-1303).

Inspirado nos mesmos princípios que tiveram seus grandes predecessores, o sábio e zeloso Pontífice Bonifácio VIII[1] empregou todos os esforços para restabelecer a paz geral entre todos os príncipes cristãos, empreender nova cruzada e pôr cobro às opressões da Igreja pelo poder civil. Mas teve de enfrentar enormes oposições: 1) Muitos Cardeais tornaram-se logo seus adversários, porque Bonifácio se viu obrigado a restringir as concessões que Celestino lhes fizera com nímia prodigalidade. Chegaram, por fim, a atacar a legitimidade de sua eleição, dizendo que Celestino não podia abdicar. Para afastar o perigo de um cisma, Bonifácio mandou fechar Celestino, até à morte, no castelo Fumone, cercando-o embora de todo o

respeito. Os dois Cardeais Colonna em especial tornaram-se inimigos do Papa, devido a uma sentença judiciária em assunto de dinheiro, pela qual julgavam-se prejudicados. Na questão espinhosa da Sicilia, Bonifácio não se decidiu em favor de Aragão nem de Anjou, mas aprovou a paz entre as duas famílias e o casamento de Frederico de Aragão com Leonor de Anjou. Tentou reconciliar venezianos e genoveses. Depois de muitas negociações, citou Alberto d'Habsburgo a comparecer perante seu tribunal e reconheceu-o, afinal, como rei da Alemanha, após o triunfo sôbre seu competidor Adolfo de Nassau na batalha de Golheim.[2]

2) A pacificação da Toscana foi um dos episódios mais mal compreendidos do pontificado de Bonifácio VIII. A paz em Roma dependia sempre da calma de Florença, e vice-versa. A Toscana pertencia ao império, mas vivia em discórdias, de que os chefes gibelinos sabiam tirar partido. Distanciada como se achava do imperador, difícil era haver paz e ordem em Florença. Eis por que Bonifácio VIII pedia ao império a anexação da Toscana aos territórios eclesiásticos. A situação, entretanto, se complicou, porque a intervenção papal em Florença, no intuito de pacificá-la, foi aproveitada pelos guelfos, que expulsaram da cidade todos os gibelinos, inclusive o poeta Dante Allighieri, não obstante a mediação do Cardeal Acquasparta, legado pontifício. Daí a inimizade dos gibelinos com Bonifácio VIII.

3) Às invectivas de Dante uniram-se os cantos satíricos de Frei Jacopone da Todi para desprestigiar o nome de Bonifácio VIII. Felizmente nem todos os frades franciscanos lhe eram desafetos, senão apenas os fraticelli ou espirituais, que se tornaram ultra-rigoristas e até hereges.

4) A maior oposição no seu empenho de dar ao mundo a paz geral, Bonifácio achou-a na França. São as tristes lutas sustentadas contra o rei Filipe o Belo que caracterizam o seu pontificado.

a) Como o Papa não conseguisse fazer as pazes com o rei Filipe da França e Eduardo I da Inglaterra, proibiu pela bula "Clericis laicos" e sob pena de excomunhão, que os príncipes exigissem dos clérigos os habituais e pesados impostos, e ao clero pagá-los sem licença especial da S. Sé.[3] A bula tinha o duplo fim de impedir a guerra, cujas despesas recaíam sôbre a Igreja principalmente, e de proteger a imunidade religiosa.[4] Não continha nenhuma inovação, pelo que foi bem recebida em tôda parte, mesmo na Inglaterra. Mas na França exasperou Filipe o Belo. No intuito de impedir que os Bispos mandassem

donativos para Roma, proibiu a exportação de ouro e jóias. E para que o Papa não lhe mandasse legados, expulsou da França todos os estrangeiros. Bonifácio breve deu explicações que desarmaram a cólera do rei e que pràticamente anularam as disposições da bula. Declarou pormenorizadamente que não estavam compreendidos nas suas proibições nem os censos feudais, nem os dons verdadeiramente voluntários, nem os casos da repentina necessidade. Com a canonização de S. Luís, avô de Filipe, a paz parecia restabelecida entre o rei e o Papa.[5]

b) Alguns anos mais tarde rebentou outro conflito mais sério. O rei violara direitos da Igreja[6], e o Papa enviou-lhe Bernardo Saisset, Bispo de Pamiers, para apresentar reclamações a respeito. Mal recebido e até processado e condenado Saisset, por ofensas ao rei, Bonifácio exigiu que soltasse imediatamente o legado, cassou certos privilégios de Filipe e chamou os prelados franceses a Roma para com êle deliberarem sôbre as relações papais com a França. E' o que Bonifácio publicou na bula "Ausculta, fili". Quando o legado pontifício a leu perante Filipe, o conde d'Artois, primo do rei, lha arrebatou atirando-a ao fogo. Espalharam então pela França, para indispôr o povo contra o Papa, uma bula falsa, violenta no tom e exagerada no fundo.[7] O rei, aproveitando a indignação da massa contra o Papa, convocou os Estados Gerais. Reunidos na Igreja de Notre Dame de Paris, Filipe acusou Bonifácio de querer oprimir a Igreja da França e sujeitar o rei até em assuntos temporais. Bonifácio protestou contra as acusações, afirmando que todos os seus atos até ali não visavam outro fim mais que favorecer a França, e em particular a Filipe. Insistiu na ida dos prelados franceses a Roma. Só quatro Arcebispos e 35 Bispos se apresentaram, pois o rei ameaçara de sequestrar os bens do episcopado, no caso de sua obediência ao Papa. Os outros Bispos franceses escreveram ao Pontífice pedindo desistisse do concílio.[8] O resultado do concílio de Roma (1302) se encontra na bula "Unam sanctam", em que Bonifácio, embora não com tôda a precisão, expôs a doutrina tradicional de preeminência da Igreja sôbre o Estado, reconhecidos, contudo, os direitos dêste.[9] Foi péssima a impressão que a bula causou na França. Tal era a prevenção contra a cúria romana que todos os atos dela emanados a França os recebia com desprêzo ostensivo, inclusive a bondosa intervenção do legado pontifício Cardeal Lemoine, estimado pelo próprio rei. A perseguição contra Bonifácio assumiu desde então um caráter pessoal. Nova assembléia (1303) acusara o Papa de intruso, simoníaco, herege, infame, etc.[10] O clero, primeiramente vacilante, che-

gou a prometer seu concurso para a convocação de um concílio geral contra o Papa. Foi em Anagni, sua cidade natal, que Bonifácio teve conhecimento dessa traição. Logo num consistório, por um juramento solene libertou-se Bonifácio da imputação dos crimes e iniciou a redação duma série de bulas para denunciar ao universo a malícia de seus adversários. Uma delas continha a excomunhão de Filipe, com a ameaça de sua deposição definitiva. Mas antes de as publicar viu seu palácio invadido e saqueado pelo brutal Guilherme Nogaret, chanceler de Filipe, auxiliado por Sciara, irmão do Cardeal Colonna, que pretendiam levá-lo prisioneiro para a França. "O Santo Padre foi prêso, algemado, ferido com manopla, despojado dos seus vestidos pontifícios, arrastado nas ruas, coberto de opróbrios e lançado na cadeia em que ficou três dias. Libertado pelo povo d'Anagni, êle transportou-se para Roma, onde foi acometido por uma febre violenta, e morreu tranqüila e santamente um mês mais tarde em 1303, com oitenta e seis anos de idade."

5) Conclusão: A história imparcial enumera Bonifácio entre os grandes Papas. Talvez se lhe possa exprobrar alguma precipitação em seu modo de agir contra Filipe. Mas é inegável haver sustentado a causa da religião com invencível coragem e espírito esclarecido. Deve-se a êle a fundação da "Sapientia", escola superior em Roma, e a introdução dos jubileus.

1) Tosti, Storia di Bonifacio VIII; Digard, Facon, Les registres de Boniface VIII. — 2) Roth, Geschichte des röm. Königs Adolf v. Nassau; Böhmer, Kaiserregesten de 1246 a 1313. — 3) Lingard, Histoire d'Angleterre, III, 292; Christophe, I, 324. — 4) Phillips. K. R. 243. — 5) Boutarie, La France sous Philippe le Bel, p. 97; Raynald, ad annum 1297. — 6) Hergenröther, Kath. Kirche, pág. 268 cita os esbulhos eclesiásticos praticados então por Filipe o Belo. — 7) Outros dizem que o jurisconsulto Pedro de Flotte a conservou escondida e a substituiu pela falsificada, sendo êle próprio o falsário, e autor de uma resposta grosseira ao Papa, em nome do rei. — 8) Dupuy, Actes et preuves, pág. 67. — 9) Bianchi, Della potestà e della politica della Chiesa. — 10) Boutarie, l. c. pág. 110, declara que tal assembléia não era a reunião dos Estados Gerais.

§ 115. Concílio de Viena (XV ecumênico).

Por unanimidade de votos foi dado por sucessor a Bonifácio VIII o Cardeal Boccasini, ex-geral dos dominicanos, que escolheu o nome de Bento XI.[1] Procurou amenizar a situação da S. Sé para com a França e outros inimigos de seu digno antecessor, mas renovou a excomunhão contra Nogaret[2], Sciara Colonna[3] e seus cúmplices. Entretanto, nada satisfizera ao orgulho de Filipe IV, que exigia um concílio geral para justificar-se e desabafar seu ódio contra Bonifácio VIII. Bento XI preferiu refletir mais tempo sôbre a oportunidade do concílio, porém morreu antes de completar seu primeiro ano de pontificado. Só depois de onze meses foi eleito, com dez

votos contra cinco, Bertrand[4], Arcebispo de Bordéus, o qual tomou o nome de Clemente V (1305-14). Embora não seja verdade que, antes da eleição, Clemente houvesse feito promessas a Filipe IV para, com seu auxílio, obter a tiara[5], contudo, depois de eleito, foi longe demais nas concessões aos adversários de Bonifácio VIII: revogou a bula "Clericis laicos", reintegrou na dignidade cardinalícia os dois irmãos Colonna, nomeou mais nove Cardeais franceses, concedeu ao rei o dízimo eclesiástico por dez anos, etc. Filipe pretendeu obter do Papa a condenação de Bonifácio VIII e a supressão da Ordem dos Templários. Êsses dois objetivos e a organização de uma nova cruzada foram tratados no concílio geral de Viena (1311), XV ecumênico. Bonifácio foi absolvido neste concílio[6], mas a Ordem dos Templários foi supressa, tendo assim Filipe ocasião de encher as arcas reais, de arranjar o título de defensor da ortodoxia, e de se desfazer de mais um obstáculo a suas tendências absolutistas. Clemente V faleceu em 1314. Teve costumes austeros e vida ativa; mas o seu luxo nada tinha de apostólico, e era deplorável na condescendência para com Filipe, chegando a residir em Avinhão, desde 1309 até sua morte (1314). Como uma parte dos Cardeais preferisse um Papa desejoso de voltar para Roma, ao passo que os franceses quisessem o contrário, demorou-se a eleição de novo Pontífice por mais de 2 anos (1316).

1) Grandjean, les Registres de Benoit XI; Funk, Papst Ben. XI; Christophe, Histoire de la papauté pendant le quatorzième siècle. — 2) Notices et extraits de manuscrits de la bibliothèque impériale, t. 20 (2, p. 150). — 3) Hefele, C. G. VI, 345, nota 2. — 4) Tosti, Registrum Clem. V. Roma, 1885. — 5) Villani (apud Muratori, Script. rer. ital. XIII, 417), contradito pela evidência dos fatos descritos por Rabanis, Clement V et Philippe le Bel; Boutarie, la France sous Philippe le Bel, p. 123; Wenk, Clemens V. und Heinrich VII. — 6) Denifle, apud Arch. f. Lit. e K. G. V, 493.

§ 116. Cativeiro de Avinhão[1] (1309-1377).

Clemente V inaugurara a residência papal em Avinhão. Daí a dificuldade em lhe dar sucessor.[2] Enfim, a corrente francesa conseguiu eleger o Cardeal Jacques d'Euse, Arcebispo do Pôrto, francês de origem. Êste, sob o nome de João XXII, foi o maior dos Papas de Avinhão. Piedade, preparo, tino administrativo, tudo o que a Igreja dêle esperava possuía-o em alto grau. Austero na vida particular, vivia todo entregue aos estudos e ao govêrno da Igreja. Fêz preparativos para uma nova cruzada, para a qual juntara um milhão de florins de ouro; reorganizou a chancelaria romana e a sagrada rota; enviou missionários para o Oriente. Entretanto, dois eram os assuntos

que mais o preocupavam no pontificado: a revolta dos fraticelos e a soberba de Luis da Baviera.

a) **Revolta dos fraticelos.** Logo depois da morte de S. Francisco de Assis houve duas correntes entre os membros da Ordem franciscana: uma severa, outra moderada. Mais tarde os assim chamados "espirituais", isto é, da corrente severa, sob a direção de Umbertino de Casale, falso dominicano, contaminaram-se com os erros do Abade Joaquim di Flora sôbre as três épocas da Igreja, pois ensinara o Abade Joaquim que época de Deus Padre fôra a do Antigo Testamento; a de Deus Filho era de então até ao ano 1260, e a de Deus Espírito Santo seria daí até ao fim do mundo; sendo que neste último período uma Ordem religiosa viria suplantar a jerarquia da Igreja, e o sentido espiritual da Escritura Sagrada substituir o literal.[3] A êste grupo de exagerados pertenciam membros distintos da Ordem franciscana, entre outros, Pedro de Oliva e Miguel de Cesena, que sustentavam ser absolutamente proibida, pela regra dos franciscanos, qualquer propriedade ou posse até a do pão que comiam. Tendo, pelo fim do século XIII, recrudescido a disputa entre os dois partidos, o Papa Celestino V permitiu, em 1294, separarem-se da Ordem os exaltados. Retiraram-se para a Grécia, e de lá para uma ilha do Mar Egeu onde se intitularam "espirituais", nome que os outros, por irrisão, trocaram em "fraticellos". Obrigados por Bonifácio VIII e Clemente V a se reunirem novamente aos demais franciscanos, alguns obedeceram, enquanto a maior parte recalcitrou, entregando-se a excessos de violência contra os inquisidores e seus irmãos moderados. João XXII se viu obrigado a tomar medidas severíssimas, chegando os inquisidores, por escarmento, a queimar quatro dêles em Marselha. Breve os conventuais, ou moderados, também fizeram cisão em duas facções.

O geral Miguel de Cesena, o famoso Guilherme Occam[4] e dez provinciais afirmavam que nem Cristo nem os apóstolos tinham possuído coisa alguma, quer individual, quer coletivamente. Essa tese foi condenada como herética, por João XXII, em 1323, mas Cesena, Occam e outros recusaram sujeitar-se e apelaram para um futuro concílio.[5] Enquanto o aguardavam, refugiaram-se junto a Luís o Bávaro, a quem Guilherme Occam declarou: "Defende nos gladio et defendemus te verbo." Só no século XV é que os fraticellos se converteram pelas pregações do franciscano S. Bernardino de Sena e outros santos.

b) **Luís o Bávaro.** Triunfara êste na batalha de Mühldorf (1322) sôbre Frederico da Áustria, seu adversário e competidor ao trono. Sem respeitar os direitos do Papa sôbre a

Itália, e sôbre a colação da dignidade imperial, Luís, encorajado pela presença dos fraticellos revoltados e de dois célebres doutôres de Paris, Marcílio de Pádua e João de Giandone, tomou posição hostil contra o Santo Padre. Publicaram-se obras para justificar a atitude do rei. A principal era: "Defensor fidei", de Marcílio, conforme o qual a Igreja não tinha nenhuma jurisdição de direito divino, todo poder residiria essencialmente no povo, do povo passaria ao imperador, do qual emanaria tôda a jurisdição na Igreja e no Estado. Luís procedeu conforme essa teoria. Fê-se coroar (1328) imperador [6] em Roma por Sciara Colonna, capitão do povo, e depôs João XXII, substituindo-o pelo fraticello Pedro de Corbière (Nicolau V). Os romanos, indignados com essa comédia, obrigaram-no a deixar a cidade com seu anti-papa, que em breve foi lançar-se aos pés de João XXII. Por seu turno, Luís mandou apresentar-lhe várias vêzes oferecimento de submissão, que o Papa teria aceitado, se fôsse completa, e que talvez tivesse alcançado, se a morte o não surpreendesse (1334). Os últimos anos de sua vida correram atribulados pela sentença que defendeu a respeito da visão beatífica, mas que retratou em tempo.

c) **Bento XII** (1334-42). Brando e conciliador, reformador da cúria papal, logo no comêço do seu pontificado pensou êle em reconciliar-se com Luís o Bávaro, que também mostrou vontade de compôr seus litígios com a S. Sé. Mas Filipe, rei da França, impediu a paz entre o Papa e Luís, o que provocou na Alemanha grande aversão contra a França e contra a côrte pontifícia, cada vez mais dependente dos reis franceses. Nessas condições não admira que os príncipes eleitores, na sua oposição à S. Sé, chegassem a declarar que a dignidade imperial era diretamente de origem divina, em nada dependente do Papa. Tal doutrina, defendida em muitos escritos, desfazia o império cristão. Mas nem o sucessor de Bento XII, o gentilhomem e nobre senhor Clemente VI (1542-52), nem a cúria de Avinhão conheciam bastante a situação da Igreja na Alemanha.

Ligou-se Clemente VI ainda mais com a côrte francesa, comprando Avinhão e fazendo nova nomeação de Cardeais franceses. Renovou as censuras contra Luís, e mandou os eleitores escolher Carlos de Luxemburgo para rei da Alemanha, o que a maioria fêz, vencendo protestos. Carlos IV, uma vez reconhecido por todos, tornou-se independente da S. Sé e publicou a chamada "bula de ouro" [7], em que declarou ser da alçada exclusiva dos príncipes eleitores a escolha do rei da Alemanha. E ainda pretendeu reformar, sem o Papa, o clero germânico,

criando assim embaraços ao simples e austero Inocêncio VI, sucessor de Clemente VI.

Inocêncio VI procurava combater o luxo entre os Cardeais e voltar a Roma, atendendo ao seu desejo e aos votos dos habitantes da Cidade Eterna. As condições na Itália eram tão tristes, que primeiro se devia restaurar a ordem. Nessa pacificação dificílima, empregou dez anos o Cardeal Egídio Albornoz, que o Papa mandara para a Itália como representante seu, reconquistando dos tiranos de lá os Estados Pontifícios. Tinha ido em sua companhia o célebre demagogo Cola de Rienzi, que já em 1347 havia governado em Roma como "tribuno", com a aprovação do Papa. Expulso pela primeira vez por sua vaidade e tirania, também desta tornou-se tão odioso que o povo o matou.[8]

Urbano V voltou afinal para Roma, em 1367, mas pouco se demorou, pois na cidade de Roma, dilacerada por contínuas lutas políticas, não lhe pareceu bastante segura a vida, e assim é que retornou a Avinhão (1370), falecendo logo de chegada, como havia predito S. Brígida da Suécia.

Foi então eleito Gregório XI (1370-78), sobrinho de Clemente VI. As insistências de S. Catarina de Sena e o mêdo de que os romanos constituíssem um anti-papa, levaram-no a voltar para Roma, onde chegou a 17 de janeiro de 1377. Mas as perturbações políticas eram tamanhas, que pensou em regressar a Avinhão. Deus, porém, não o permitiu e chamou-o à eternidade antes de poder executar seu plano. Destarte, acabou o exílio ou cativeiro de Avinhão, assim chamado por ter durado quase o mesmo tempo que o dos judeus na Babilônia (1309-1377).

1) Baluze, Vitae Pap. Avenion, Paris, 1693. — 2) Hefele, C. G. VI, 505. — 3) Bianchi, Della Potestà e della politica della Chiesa II, 565. — 4) Silbernagel, na Hist. Jahrh. T. 7 (Occams Ansichten über Kirche und Staat). — 5) Goldast, l. c. II, 498. Occam impugna a autoridade do Papa e do concílio e entende que a última autoridade em matéria de fé é a assembléia dos fiéis. — 6) Mutii. Chron. Germ. XXIV, 866. — 7) Ohlenschlaeger, Neue Erläuterungen der goldenen Bulle Francf. 1766. — 8) Papencordt, Cola di Renzo u. s. Zeite. Hamb. 1841.

§ 117. O grande cisma do Ocidente (1378-1417). — Concílios de Pisa (1409) e Constança (1414).

Os dezesseis Cardeais presentes em Roma tinham recebido do Papa autorização para procederem logo à eleição, não obstante a ausência dos sete colegas. Contudo, esperaram os dez dias de costume e, no dia 8 de abril de 1378, escolheram um prelado estranho ao sacro colégio, o Arcebispo de Bari, italiano de origem, mas residente em Avinhão, e que tomou o nome de Urbano VI. Como houvesse durante a eleição muito

barulho em tôrno do Vaticano, pois o povo pedia insistente lhe fôsse dado um Papa romano, ou ao menos italiano, os Cardeais renovaram a eleição na tarde do mesmo dia, com receio de haver faltado à necessária liberdade nos sufrágios da manhã. Dora em diante já não podia haver mais dúvida: o Arcebispo de Bari era legítimo sucessor de S. Pedro. Para confirmação desta verdade, basta considerar o procedimento dos próprios Cardeais: a) prestaram as homenagens de estilo na entronização; b) dêle aceitaram benefícios; c) pediram privilégios para si e os seus; d) escreveram aos colegas de Avinhão que a eleição se fizera com regularidade e liberdade, e êstes a reconheceram. [1] Infelizmente, o zêlo inconsiderado de Urbano VI, de caráter rude e, ao que parece, de inteligência medíocre, nada sabia relevar nem dissimular. Propenso ao rigor, teve a imprudência de melindrar os seus conselheiros, os Cardeais, com humilhações excusadas ou intempestivas. Êstes, descontentes, embora ainda não rebeldes, se afastaram de Roma, pretextando os grandes calores do estio, e se dirigiram para Anagni. Só o Cardeal Tebaldeschi permaneceu fiel ao Papa.

A irritação contra os rigores de Urbano VI, juntamente com os remorsos que vários Cardeais parecem ter externado a respeito da falta de independência na eleição, fêz-lhes pouco a pouco nascer dúvidas, mais ou menos sinceras, sôbre a liberdade na escolha de Urbano VI. Assim, em 20 de setembro, consumaram o cisma em Fundi (Nápoles), elegendo o Cardeal Roberto de Genebra, anti-Papa Clemente VII, depois de terem anatematizado o Arcebispo de Bari, "pseudo-Papa", que qualificaram de "anti-cristão e apóstata", por não querer reconhecer a ilegitimidade de sua eleição. A nomeação criminosa do anti-Papa Clemente VII foi feita por treze Cardeais, e reconhecida por todos os mais, porquanto Tebaldeschi já falecera. Urbano, a conselho de Santa Catarina de Sena, organizou uma nova côrte, criando, de uma vez, 29 Cardeais. A cristandade se dividiu em dois campos. O maior número dos países católicos ficaram fiéis a Urbano VI. Ao anti-Papa aderiram a França, a Escócia e Espanha. [2] Infelizmente a rudeza de Urbano VI, o despotismo, as contendas com Nápoles, serviram mal à boa causa que representava. Surgiu de novo o descontentamento dos Cardeais. Seis dêles resolveram prender o Papa e conservá-lo sob tutela como incapaz e obstinado. Mas a conjuração foi descoberta, e cinco dos culpados foram executados, escapando um inglês, a instâncias do rei da Inglaterra. Pouco depois, Urbano morreu detestado por muitos, não obstante a pureza de suas intenções, a austeridade de seus costumes e seu amor à justiça.

Clemente VII, muito mais hábil, soube atrair sempre mais partidários. Com a condenação dos erros do dominicano João de Mortson e a proposta de um concílio geral para a extinção do cisma, deu aparências de desinterêsse e ortodoxia. Muitos interpretaram como sinais do céu em favor de Clemente VII os milagres acontecidos junto ao túmulo de Pedro de Luxemburgo, um dos seus Cardeais. A Universidade de Paris, de acôrdo com o rei da França e os Cardeais de Avinhão, instou para que se trabalhasse sèriamente na extinção do cisma. Mas o anti-Papa caiu doente, morrendo com 51 anos apenas. Seguiu-lhe o Cardeal Pedro de Luna, que tomou o nome de Bento XIII (1394-1424). Dispunha êste de espírito fecundo e incrível tenacidade de caráter, mas a serviço de sua imensa ambição. Não obstante essa altivez, Bento XIII, como, aliás, os sucessores de Urbano VI, isto é, os Papas: Bonifácio IX (1389-1404), Inocêncio VII (1404-1406) e Gregório XII (1406-15) tinham tomado com todos os Cardeais compromisso de abdicar o papado, caso tal renúncia fôsse necessária para a união dos partidos. Entretanto, como demorassem a cumprir esta promessa, começou a alastrar-se geral descontentamento. A Universidade de Paris, que pedira desde 1381 um concílio geral, provocou em 1394 a emissão escrita de 10.000 pareceres sôbre o melhor modo de acabar com o cisma. Ei-los agrupados em três categorias: a) via cessionis, ou resignação espontânea; b) via compromissionis, isto é, decisão do assunto por homens imparciais; c) via concilii.[3]

A mesma Universidade conseguira de Carlos VI e dos regentes a convocação de grandes assembléias do clero em Paris (1395-1406), para tratarem da questão. Nada pôde acabar com o infausto cisma. Enfim, novas esperanças em 1407. Os dois rivais, Gregório XII e Bento XIII resolveram, no tratado de Marselha, encontrar-se em Savona com o fim de conseguir a união. Mas Gregório, mal aconselhado pelos parentes, recusou-se na ocasião a ir a Savona com mêdo dos franceses, e Bento não aceitou nenhuma das cidades que lhe propôs Gregório.[4] Outro êrro de Gregório XII: contràriamente à promessa dada na sua eleição criou, em 1408, quatro novos Cardeais. Daí os antigos separaram-se dêle, dirigiram-se a Pisa e, apelando para um concílio geral, negaram a obediência ao Papa. Com êles se uniram, em Livônia, os Cardeais do anti-Papa e de lá convocaram um concílio para a primavera de 1409 a celebrar-se em Pisa.

Os dois Papas, convidados a tomar parte, recusaram-se, convocando cada um seu concílio próprio: Bento para Perpignan,

e Gregório para Friule. Muitos prelados e teólogos — entre êstes Gerson, o chanceler da Universidade de Paris, e Pedro d'Ailly[5], da mesma, e a maior parte das côrtes européias acataram o concílio de Pisa. Na abertura do concílio propôs dúvidas sôbre a legitimidade dêle o rei Ruprecht da Alemanha, que se conservou fiel a Gregório. Tentou resolvê-las Pedro de Ancorano e, em quatro de maio de 1409, o concílio declarou-se ecumênico e competente para julgar os dois pretendentes à tiara como se exprimira. Êstes foram convidados a comparecer diante do concílio e, como não o fizessem, foram excomungados e depostos como cismáticos e hereges notórios, já que pràticamente negavam o artigo da unidade de regime na Igreja. Procederam então à eleição dum novo Papa, sendo escolhido o Arcebispo de Milão, o franciscano Pedro Filargi de Cândia, que tomou o nome de Alexandre V. Depois de ter elaborado vários decretos sôbre o saneamento de defeitos na colação de benefícios, etc., o concílio foi suspenso até ao ano de 1412. Como Gregório continuasse, também depois do concílio, a ser tido como Papa legítimo em várias partes da Itália e Alemanha e nos países escandinavos; e como Bento, por sua vez, tivesse ainda partidários em vários países da Europa Ocidental, havia então, em vez de dois, três Papas: Gregório XII, Bento XIII e João XXIII, isto é, o ambicioso Cardeal Cossa, que sucedeu a Alexandre V.

Valor do concílio de Pisa: Qual foi a autoridade do concílio de Pisa e de seus atos?

1) Não foi ecumênico, nem pela convocação, nem pela celebração, nem pela aprovação; como tal não foi reconhecido senão pelos galicanos. 2) Foi convênio legítimo na opinião de seus organizadores, que o julgaram necessário para extinguir o cisma. O plano mais indigitado teria sido estudar a questão desapaixonadamente. Ter-se-ia reconhecido então a legitimidade do Papa Urbano VI e de seus sucessores. Caso não se chegasse a um resultado claro e evidente, restava empregarem-se os meios de levar os dois Papas à abdicação voluntária. 3) Muitos afirmam que os atos do concílio, quanto à deposição dos dois Papas e à criação do novo, foram válidos e legítimos (cfr. Belarmino). Pois o concílio declarou cismáticos e hereges os dois contendores, e como tais "ipso facto" depostos (pois que já não eram membros da Igreja) e o concílio por própria sentença, quanto necessário era, os depôs ainda como Papas dúbios. Outros negam a legitimidade dos atos do concílio e, por conseguinte, a legitimidade da eleição de Alexandre V. E' esta a opinião razoável e segura. Pois o fato de o Papa não querer ceder o seu direito, não lhe pode ser levado à conta de heresia, o que é evidente no caso dos sucessores de Urbano VI. Mas é de crer que os Cardeais tivessem deveras os dois na conta de hereges. Negam também muitos teólogos que um concílio geral possa ter jamais jurisdição sôbre um Papa, embora dúbio, isto é, embora não se saiba se é, ou não, legítimo Papa. Mas o concílio de Pisa nem foi ecumênico, nem tinha perante a opinião geral da cristandade daquele tempo o poder de terminar o cisma, tanto que, apesar das decisões do concílio, os adeptos

dos dois Papas não foram tratados como cismáticos, e continuaram nas respectivas obediências sem serem considerados como hereges.

Além disso, mais tarde o concílio de Constança recebeu os Cardeais de ambos os Pontífices com suas insígnias cardinalícias, e aceitou e louvou a renúncia de Gregório, neste mesmo concílio.

Concílio de Constança (XVI ecumênico) em 1414. — À medida que se ia agravando o cisma, sentia-se mais e mais a necessidade de sair de uma situação tão aflitiva. O imperador Sigismundo obteve, não sem muito custo, que João XXIII convocasse o concílio de Constança.[6] A êle compareceram 29 Cardeais, 32 Arcebispos, 150 Bispos e mais de 100 sacerdotes, 300 doutôres, delegados de Gregório XII e Bento XIII, num total de 18.000 eclesiásticos, inclusive a gente do séquito. Pela bula de convocação de João XXIII, êste concílio devia ser a continuação do de Pisa, a fim de que as suas atas, máxime em relação à sua autoridade, ficassem fora de dúvida. Mas já nas primeiras sessões o concílio recusou-se a reconhecer a validade das atas pisanas, deixando mesmo ver sua intenção de exigir a abdicação dos três Pontífices. Para diminuir ainda a influência de João XXIII, a cuja obediência pertenciam quase todos os prelados, decidiu ainda o concílio que nas questões relativas ao cisma tivessem voto decisivo, com os Cardeais e Bispos, os príncipes, embaixadores e simples sacerdotes, e que os votos se dessem por nação e não por indivíduo. Os eleitores se repartiram em quatro nações: França, Alemanha, Itália e Inglaterra. A Espanha foi mais tarde reconhecida como quinta nação. Cada nação deliberava separadamente. Na reunião geral, que se seguia depois, havia tantos votos, quantas nações. Estas disposições não deixaram a João nenhuma esperança de se fazer reconhecer como Papa. Preferiu, pois, safar-se, esperando, assim, dissolver o concílio. Disfarçado em criado, montando ruim cavalo, conseguiu fugir para Schaffhausen, auxiliado por Frederico da Áustria. O concílio estêve realmente em perigo de se dissolver. Mas, passado o primeiro momento de perturbação, entendeu, devido principalmente à influência de Sigismundo e Gerson[7], que não podia ser dissolvido nem ser diminuída sua autoridade pela fuga do pseudo-Papa. Nas tão célebres sessões IV e V chegaram a declarar a superioridade do concílio sôbre o Papa, afirmando que o concílio tinha seu poder diretamente de Cristo, e que todo cristão, inclusive o Papa, devia aceitar e acatar suas decisões, quer se referissem a assuntos de fé, quer ao atual cisma, e a tudo que se prendesse à reforma da Igreja e dos seus membros. As negociações com João XXIII não tiveram resultado, e por isso lhe foi instaurado o processo, com a acusação de 72 grandes crimes embora exagerados e, na

segunda sessão, foi deposto solenemente, "por ter escandalizado a Igreja com sua fuga e costumes." Após muita relutância, João se submeteu à sentença do concílio. Seis semanas mais tarde, na XIV sessão, o Papa legítimo, Gregório XII, depois de ter reconhecido como legítimo o concílio convocado por Sigismundo (não por João), renunciou espontâneamente ao papado em bem da paz da cristandade. Pedro de Luna (Bento XIII), tendo recusado obstinadamente sua resignação, foi, afinal, deposto na XXXVII sessão, como "herege e cismático". Nada mais restava senão escolher-se um Papa legítimo. Em 12 de novembro de 1417, o nobre Cardeal Otão Colonna, que tomou o nome de Martinho V, foi reconhecido pela Igreja universal. João XXIII, pôsto em liberdade, depois de quatro anos de prisão, foi prostrar-se aos pés de Martinho V, que lhe conservou as honras de Cardeal. Gregório XII morreu Cardeal, dois anos após sua abdicação. Bento XIII faleceu em 1424 no castelo de Peniscola, sem se submeter ao concílio e reconhecido como Papa só por 2.000 fiéis. Depois de sua morte, três dos seus Cardeais nomearam-lhe como sucessor o Cônego Muñoz de Barcelona (Clemente XIII), que se submeteu em 1429, ao passo que o quarto Cardeal nomeou, por sua conta e risco, um Papa francês (Bento XIV), que desapareceu ignorado.

O concílio de Constança fêz novos decretos de reforma, cujo primeiro prescreveu a celebração freqüente de concílios gerais, devendo-se realizar o primeiro dentro de cinco anos, o segundo dentro de mais sete, os outros ao menos todos os decênios. No mais, os esforços para reformar a Igreja encontravam grandes dificuldades no seio da augusta assembléia. Pois eram mui diferentes as necessidades e desejos das diversas nações. Assim é que publicaram sòmente sete decretos de reforma para tôdas as nações, em comum, enquanto o Papa determinou, em concordatas, certos pontos de litígio, principalmente os direitos pontifícios em relação aos benefícios. Nêsse mesmo concílio, foi condenado e excomungado João Huss, degradado e, como herege, entregue ao braço secular. [8]

Valor do concílio de Constança e de suas atas. — 1.° Da 42.ª sessão, ou seja desde a eleição de Martinho V, até à 45.ª que o terminou, êste concílio foi indubitàvelmente ecumênico.

2.° Os decretos das sessões precedentes têm valor ecumênico, já que foram depois aprovados pelo Papa. Isso vale em particular da condenação de Wiclef e Huss, e dos decretos de reforma.

3.° Quanto ao valor da tese da superioridade do concílio sôbre o Papa: a) essa tese envolve contradição, pois concílio ecumênico sem Papa é impossível. b) a mesma tese foi estabelecida por um concílio que não era ecumênico, pois foi convocado por João XXIII que não era Papa legítimo. Nas sessões IV e V, em que foram publicados os decretos da

superioridade do concílio, João já tinha fugido e não havia Papa nem legado seu, no concílio. Os votantes não eram os Cardeais, que, aliás, protestaram contra tal doutrina, mas membros do clero inferior. Enfim, tais decretos jamais tiveram aprovação papal. c) o próprio Martinho V proibiu no concílio de Constança, numa constituição de 10 de março de 1418, se pudesse apelar do Papa para um concílio geral, rejeitando dêste modo a doutrina da superioridade do concílio sôbre o Papa.

4.° Eugênio IV condenou (4-9-1439) como ímpia e escandalosa a proposição da XXXIII sessão do concílio de Basiléia, que proclamava como dogma a tese do concílio de Constança.

1) Gayet, le grande schisme de l'Occident; Hefele, C. G. VI, 628; Sybel, Hist. Zeitschrift. t. 28; Pastor, Gesch. der Päpste, I, 97; Valois, Revue des questions hist., 1890; Maimbourg, histoire du grand schisme d'Occident. — 2) Theod. a Niem, de Schismate, I (Teodorico de Niem foi testemunha ocular). — 3) Já o sábio e santo varão Cosme Migliorati havia convocado um concílio ad hoc, "mas não pôde reunir os Cardeais e Bispos em vista da incerteza dos tempos." — 4) Muratori, Script. rerum ital. XIX, 926. — 5) Tschakert, Peter v. Ailli. (inexato e hostil à Igreja). — 6) Herm. v. d. Hardt, Magnum et oecum. Conc. Const.; Harduin t. VIII; Mansi, t. XXVII e XXVIII; Ulrich v. Richental, Chronique, Stutgard, 1882; Tosti, Storia di Conc. di Const.; Lenfant, Hist. du Conc. de Constance. — 7) Schwab, Joh. Gerson. — 8) Martène et Durand, Thesaur. nov. anedoct. II.

§ 118. XVII Concílio geral (Basiléia, Ferrara e Florença).

Introdução: Em 1422 inaugurou-se um concílio em Pavia, conforme preceituava o decreto "Frequens" do concílio de Constança, mas a peste o faz transferir para Sena.

O Papa não compareceu, apesar de convidado, pois o ambiente não lhe merecia confiança. Em Sena se reabriu o concílio em julho de 1423, mas as dissensões aconselharam retardar o concílio para 1431, sendo para êle determinada a cidade de Basiléia.[1]

O Papa Eugênio IV, sucessor de Martinho V, convocou-o. No dia aprazado para a abertura achou-se em Basiléia só o Abade Vizelay. Muito retardada embora, foi a primeira sessão da pequena assembléia presidida pelo Cardeal Cesarini, nomeado por Martinho V e mantido no cargo por Eugênio IV. Mas, já quatro dias mais tarde, o Papa dissolveu o concílio, determinando a convocação de um outro, para Bolonha, depois de dezoito meses.

Os motivos que levaram o S. Padre a essa mudança eram: o pequeno número dos Padres Conciliares; o pedido dos gregos, que desejavam tratar da sua união com a Igreja Romana, mas numa cidade da Itália; notícias, exageradas em parte, de perigos que os hussitas preparavam aos prelados em Basiléia.

A bula de dissolução, lida em Basiléia, em janeiro de 1432, produziu estranheza e desagrado, pois entrementes se havia realizado uma sessão solene e a opinião pública era favorável ao concílio de Basiléia. Daí os protestos da maioria dos prelados que, amparados pela proteção de vários governos, se obstinaram em continuar as sessões, chegando a renovar na se-

gunda sessão solene (15 de fevereiro) a tese da superioridade do concílio sôbre o Papa. Cesarini, entretanto, havia renunciado à presidência do concílio e comunicado a Eugênio IV a lamentável situação.

Duas vêzes durante o ano de 1432, o Papa mandou legados para Basiléia, a fim de reconduzirem à sujeição os prelados rebeldes, fazendo-lhes muitas concessões, principalmente quanto à escolha do lugar em que devia reunir-se o novo concílio, sob a condição de revogarem os decretos atentatórios à liberdade e autoridade papal e garantirem aos seus legados a presidência da assembléia.

Tudo foi em vão. Afinal, em 1433, o Papa, doente, perseguido por famílias poderosas de Roma, desamparado por alguns Cardeais, levou a condescendência a ponto de reconhecer o concílio de Basiléia como legítimo, sem condição alguma, embora não reconhecendo explicitamente os decretos do concílio.[2]

Foi assim (fevereiro de 1434) que se fêz a reconciliação entre o concílio e o Papa, ocupando então os núncios papais a presidência das sessões, depois de terem jurado na qualidade de particulares[3], e não como representantes da S. Sé, a superioridade do concílio sôbre o Papa. Mesmo assim o concílio entendeu ser tarefa sua principal hostilizar o S. Padre. Na sessão 18.ª, renovaram os célebres decretos de Constança, em relação à sua superioridade. Na 21.ª sessão suprimiram, sem as substituir, as anatas e tôdas as taxas[4], que a S. Sé percebia na colação de benefícios; fizeram novos regulamentos para o conclave, etc. Evidentemente, dêsse modo, era fatal nova ruptura. Um incidente imprevisto a fêz rebentar.

Os gregos, que não queriam Basiléia como lugar do concílio, pediam outra cidade. Eugênio IV propôs Florença ou Údine. A proposta foi aceita por uma minoria dos conciliares, ao passo que a maioria, chefiada pelo Cardeal d'Allemand, Arcebispo de Arles, preferia Avinhão ou alguma cidade na Saboia, não se sujeitando à ordem do Papa, que transferiu o concílio definitivamente para Ferrara.

O concílio de Basiléia, cismático desde então, com a abertura do de Ferrara, ia perdendo cada vez mais seus favorecedores e se desmandando por completo. Na 37.ª sessão, 39 prelados, dos quais só 7 Bispos, e cêrca de 300 eclesiásticos de segunda classe, depuseram Eugênio IV como herege, pois negava três verdades que êles tinham dogmatizado, a saber: 1.º o concílio é superior ao Papa; 2.º não pode ser dissolvido ou transferido pelo Papa; 3.º é herege quem nega estas verdades.

Em seguida elegeram anti-Papa o duque demissionário de Saboia, Amadeu[5], que tomou o nome de Felix V, e que foi reconhecido apenas pela Saboia, Suiça e três Universidades. Abdicou depois de nove anos, submetendo-se ao Papa Nicolau V.

O pseudo-concílio transferiu-se mais tarde para Lausana, onde se separaram, em 1449, os poucos fanáticos que ainda a êle pertenciam, ao passo que o concílio de Ferrara-Florença cresceu sempre em prestígio, trabalhando com bom resultado na reconciliação da Igreja Oriental. Tomaram parte nêle 29 prelados gregos, sendo os principais Bessarion de Nicéia, Isidoro de Kiew e Marcos de Éfeso, com os quais houve muitas combinações sôbre os pontos de litígio entre as duas Igrejas. Acabaram por aceitar a dicção de "Filioque" no Credo, o primado de Roma, a doutrina do purgatório, etc. Foi reconhecido como matéria válida da eucaristia tanto os ázimos como o pão fermentado.

Em 6 de julho de 1439, a bula "Laetentur caeli" anunciou ao universo a volta da Igreja grega à unidade católica.

Na realidade a união nunca se tornou efetiva, principalmente da parte dos gregos.

Em Constantinopla, o povo, os monges, os clérigos recusaram "latinizar-se". Marcos de Éfeso, o único Padre conciliar que rejeitou a união, foi festejado, em Constantinopla, como herói da ortodoxia, ao passo que os outros foram mal acolhidos. Só o imperador e o patriarca de Constantinopla, Metrófano, tiveram coragem de trabalhar em prol da união.

Mas Metrófano morreu anatematizado pelos cismáticos e seu sucessor Melissena, deposto por um conciliábulo, teve que refugiar-se em Roma. O chefe da oposição era o monge Gemádio. A grandiosa festa da união que se celebrou no dia 12 de dezembro de 1452, na Hagia Sofia, com a presença do imperador, trezentos clérigos e povo numerosíssimo, não foi capaz de desarmar o rancor dos cismáticos.

Os turcos, que no ano seguinte tomaram a cidade de Constantinopla, favoreciam o cisma, por fins políticos, e, em 1472, no sínodo de Trapezunto, sob o patriarca Simeão, a união foi rejeitada oficialmente.

Na Rússia o ato de reconciliação foi admitido apenas pelo metropolita de Kiew e seus Bispos sufragâneos; as demais Sés se obstinaram no cisma.

As idéias externadas nos concílios de Constança e Basiléia exerceram péssima influência na Igreja, principalmente na Alemanha e na França, onde contribuíram muitíssimo para labefactar a autoridade do Papa. Na França foram aceitos pela "san-

ção pragmática" (1438) de Bourges[6], com poucas modificações, 23 decretos do concílio de Basiléia, entre os quais o de superioridade do concílio sôbre o Papa. Foi esta "sanção" o fundamento das "liberdades galicanas". [7]

Valor do concílio de Basiléia. — Foi ecumênico? 1.º os galicanos afirmam que o concílio de Basiléia foi ecumênico até o fim, em Lausana. Êrro manifesto. 2.º os galicanos moderados o têm por ecumênico até sua transferência para Ferrara, sendo válidos todos os seus decretos dêsse período. Também é falso, principalmente quanto ao valor dos decretos expressamente rejeitados pelo Papa. 3.º outros católicos têm o concílio como ecumênico, até à transferência, mas reconhecem valor àqueles decretos que dizem respeito à extirpação da heresia e que não ferem a autoridade papal. 4.º Rejeitando também isto, muitos católicos negam simplesmente que o concílio de Basiléia tenha sido ecumênico, pelos motivos seguintes: a) embora fôsse ecumênico pela convocação, não o foi pela celebração, porque dissolvido logo, apesar da primeira sessão preparatória. b) E' verdade que Eugênio IV revogou mais tarde a dissolução, mas tal decreto foi publicado sob o influxo de grande mêdo e sob a dupla condição de revogarem no concílio os atos contrários à S. Sé e de testemunharem ao Papa obediência e reverência, o que nunca cumpriram.

1) Harduin, t. VIII, IX; Mansi, XXIX-XXXI; Monumenta conc. general. saec. XV; Aug. Patritii, Summa Concilior. Basil. Florent.; Hartzheim, Conc. German. V, — 2) Harduin, IX, 1113; Aug. Patritii, Hist. Conc. Bas. c. 34. — 3) Turrecremata, Summa de Eccl. II, 100; Raynald, anno 1434, n.º 14. — 4) Aeneae Sylvii, de rebus Basileae gestis commentarius. — 5) Dux, Nicol. von Cusa, X, 218. — 6) Koch, Sanctio Pragmatica Germ. p. 13. — 7) Hefele, C. G. VII, 762; Bauer, apud Stim. aus M. Laach III, 110; Rösen, die Pragm. Sanct. Munster, 1854.

§ 119. Últimos Papas do século XV.

1) Nicolau V (Card. Parentucelli, 1447-55). Foi o fundador da biblioteca do Vaticano, protetor das ciências e artes, favorecedor da Renascença. Seu principal cuidado foi conjurar o perigo dos turcos, que conquistaram Constantinopla em 1453, e em breve penetraram até às fronteiras da Hungria.

2) Calisto III (Afonso Bórgia, 1455-58). Os esforços de Calisto contra os turcos, então os mais terríveis inimigos da cristandade, não produziram efeitos senão na Hungria, onde o legado pontifício Carvajal junto com o missionário franciscano João Capistrano entusiasmaram o povo para a guerra santa. Em 1456 João Huniado, ou rei Corvino, ganhou a célebre batalha de Belgrado sôbre os turcos. Infelizmente, o Papa Calisto, oriundo da casa dos Bórgia, não ficou isento do nepotismo, pois nomeou Cardeais a dois sobrinhos, e a outro deu o comando do Castelo de Sant'Ângelo.

3) Pio II (1458-64). [1] Como Maomé II, apesar da derrota de Belgrado, continuasse a marcha vitoriosa contra a Sérvia, Bósnia e Epiro, Pio II solicitou, mas em vão, o auxílio dos reis e príncipes cristãos. Só as gloriosas façanhas do príncipe Jorge Castriota, da

Albânia, chamado pelos turcos "Scanderbeg", detiveram um pouco o avanço dos muçulmanos. O Papa, esperando, com seu exemplo, arrastar os príncipes, pôs-se à frente de um exército de 300.000 cruzados, morrendo em Ancona, antes de embarcar com o exército. Em 1463 publicara uma bula de retratação, em que com as palavras "Aeneam (seu nome era Enéias Sílvio Piccolomini) rejicite, Pium recipite", se desdisse dos princípios defendidos antes de sua eleição, como partidário do concílio de Basiléia e de Felix V.

4) **Paulo II** (1467-71). Continuou os esforços de seus predecessores contra os turcos, embora sem resultado. Defendeu a Igreja contra o absolutismo dos venezianos e de Luís XI, da França. Apesar de favorecer as artes e ciências, incorreu no ódio dos humanistas por suprimir a ímpia "academia romana" e o colégio dos "abreviadores".

Vingou-se dêle o humanista Plátina, dando-lhe, no seu livro "Vitae pontificum", uma biografia de todo parcial.

5) **Sisto IV,** geral dos franciscanos, sucedeu a Paulo II (1471-84). Também Sisto IV[2] se empenhou muito em combater os turcos, contra os quais mandou uma frota para a Ásia Menor.

Foi magnânimo protetor das letras e artes, enriqueceu a biblioteca fundada por Nicolau V, e erigiu, ou restaurou, em Roma, prodigioso número de monumentos, entre os quais a célebre capela Sixtina. Infelizmente inaugurou para a S. Sé uma era de decadência, conferindo o chapéu cardinalício a cinco sobrinhos seus (dos quais um era positivamente indigno, e outro contava 17 anos), fazendo prevalecer até depois de Leão X um espírito todo secular na maioria do sacro colégio.

6) **Inocêncio VIII** (1484-92) teve, antes de ser sacerdote, dois filhos, de uma união ilícita. Ordenado, já não deu margem a queixas quanto à pureza de sua vida. Embora bem intencionado e zeloso, não teve a fôrça suficiente para reprimir abusos e desordens nos Estados Pontifícios. Os crimes aumentaram de modo assustador. Na própria cúria descobriu-se uma sociedade de fabricadores de bulas falsas, cujos chefes morreram enforcados. Deu a púrpura a João, filho de Lourenço de Medici[3], que tinha apenas 13 anos, o futuro Leão X.

7) **Alexandre VI** (1492-1503). Primeiramente advogado, depois militar, Rodrigo de Bórgia foi nomeado Cardeal muito novo por seu tio Calisto III, e eleito Papa por detestáveis maquinações simoníacas. Bem dotado de espírito, de habilidade[4]

nos negócios, de temperamento afável, teria feito muito em prol da Igreja, se não carecesse das "qualidades morais" que devem ornar o Pontífice Romano. Da vida desregrada que tivera antes de subir ao sólio pontifício, são conhecidos seis filhos, e ao engrandecimento dêles parece ter consagrado os melhores esforços de sua vida.[5]

Abater os senhores da Itália, e, sobretudo, os vigários da S. Sé, criando, assim, para seu filho mais velho João, o duque de Gandia, um grande estado na península, era o plano que perseguia com tôda a tenacidade. Depois do assassínio dêsse filho, era o outro, César Bórgia, quem devia realizar os planos ambiciosos do pai. César, já subdiácono e Cardeal, laicizou-se com aprovação do Papa. Renunciando às suas dignidades e benefícios, casou com uma princesa da França, que lhe trouxe o ducado de Valentinois, e trabalhou por todos os meios para estabelecer um grande Estado no meio da Itália, no que foi impedido pela morte prematura do pai. O Papa Alexandre VI, rodeado por tais preocupações de família, pouco devotamento mostrou aos interêsses da Igreja. A morte do filho João o fêz por algum tempo entrar em si. Incumbiu uma comissão de Cardeais de elaborar um plano de reforma. Com grande pesar de todos os bons, o Papa tornou a descurar suas obrigações.

O genial Savonarola, prior do convento dos dominicanos em Florença, que gozava de extraordinário prestígio naquela cidade, por causa da austeridade de sua vida e da fôrça arrebatadora de sua eloqüência, fazia invectivas veementes contra o Papa e sua cúria mundana. E como não quisesse obedecer ao S. Padre, que lhe proibiu a pregação, foi excomungado. A facção política que em Florença era contrária a Savonarola conseguiu dos juízes pontifícios sua condenação à morte. Foi entregue ao poder secular e queimado na praça pública.[6]

8) Pio III, o Cardeal Francisco Piccolomini, piedoso e entusiasta da verdadeira reforma, durou pouco mais de um mês no sólio pontifício.

9) Júlio II (1503-13) deu a seu govêrno o cunho especial de guerreiro e político. Quis, antes de tudo, restabelecer os Estados Pontifícios. Obrigou César Bórgia e os venezianos a lhe restituirem as praças e os territórios injustamente ocupados. Os alemães de Maximiliano e os franceses de Luís XII tiveram de abandonar a península. Luís XII, antes de sofrer completa derrota, tentava intimidar Júlio II pela reunião de um concílio,

parecendo ter nesse plano também a cooperação de Maximiliano da Austria, que sonhava conseguir, com a deposição do Papa, a tiara para sua casa. Aos dois soberanos se juntaram alguns Cardeais descontentes, que convocaram um concílio geral em Pisa (1511).

1) Voigt, Enéa Silvio dei Piccolomini comme Pape Pie II et son époque, Berlim, 1862. — 2) Franz, Sistus IV und die Republik Florenz. — 3) Reumont, Lorenzo dei Medici. — 4) Corio, Storia de Milano, VII. — 5) Estudos recentes restabeleceram a fama de Alexandre VI, dando como falsas as bulas em que se baseiam as acusações sôbre a família. E' que, contra a praxe da S. Sé, tais bulas, existentes em Salamanca, não deixaram vestígio no arquivo do Vaticano. Brück indica Chantrel (Le pape Alexandre VI) como fornecedor de elementos da apologia de Alexandre VI. — 6) Villari, Storia de Girolamo Savonarola ed i suoi tempi.

§ 120. XVIII Concílio ecumênico.

A fim de contrariar os efeitos do conciliábulo de Pisa, o Papa convocou em 1511 o V concílio de Latrão, o XVIII ecumênico[1], que tinha por fim reprimir o cisma, pacificar a cristandade, reformar os costumes e guerrear os turcos. Júlio II faleceu em 1513, tendo como sucessor o Cardeal Medici[2] ou Leão X (1513-21). Fêz as pazes com a França, obtendo, numa concordata com Francisco I (1516), a abolição da sanção pragmática de Bourges, cedendo ao rei o direito de nomear os Bispos e Abades, com a ressalva de serem por êle confirmados. O concílio ratificou tais arranjos e tomou várias medidas de reforma que infelizmente eram de todo insuficientes, atenta a gravidade do mal.

O Papa, embora de bons costumes e bem intencionado, vivia entregue ao gôsto apaixonado pelas letras e artes profanas, e não fazia idéia exata de sua alta posição de chefe da Igreja.

1) Harduin, IX, 1561. — 2) Hergenröther, Leonis X Pont. maximi regesta.

B. Desenvolvimento interior da Igreja.

I. CONSTITUIÇÃO DA IGREJA.

1. JERARQUIA CATÓLICA.

§ 121. Poder temporal dos Papas.

Poder temporal nesta acepção não significa o poder que os Papas exerciam em seus Estados, nem tão-pouco um poder simplesmente político mundial, que nunca tiveram, mas um poder que, embora espiritual, era moderador em assuntos profanos e políticos. Estudaremos êsse ponto, desenvolvendo quatro idéias:

1) Fundamento do poder temporal dos Papas.

a) Mais do que nos Estados antigos, na Idade Média, a religião era considerada como fundamento necessário à sociedade e, por conseguinte, o respeito e defesa dela, o primeiro dever dos reis e dos príncipes. Conforme as palavras da S. Escritura (1 Par 29, 11. 23; Ecli 17, 14. 15; Rom 13, 4), o príncipe é lugar-tenente de Deus para o bem do povo. Estavam tão convencidos dessa verdade na Idade Média que, segundo Gerson, ninguém pode com razão chamar-se rei, sem ser sinceramente cristão.

b) Em muitos lugares o príncipe só era eleito sob a condição expressa de que professaria a fé católica e que a defenderia contra os ataques que lhe fizessem. Assim, na Espanha do século VII ao XIV.

c) A sagração dos reis, comparada com a dos Bispos, mostrava ao povo a sublime dignidade e aos reis o pêso da responsabilidade do régio poder.

Muitos julgavam que só com a sagração eclesiástica é que os reis entravam na plenitude do poder (cfr. XII Sin. Toledo, 681). Na sagração dos reis era estatuído o princípio de que a espada secular devia ser manejada para a honra de Deus. Já era esta a lei para os cavaleiros que cingiam sua espada, benzida pela Igreja, só depois de jurarem empregá-la na defesa da mesma. Tanto mais deviam os reis observar tão alta finalidade.

d) Numa sociedade em que a religião estava tão intimamente ligada à vida social é natural que o clero tivesse parte saliente em todos os negócios do Estado, contribuindo, para aumentar a autoridade eclesiástica, o preparo e independência de seus membros.

e) Convém notar que o estado da sociedade era tal que não podia ser dispensada ou substituída a cooperação do clero. Fora da Igreja reinavam a barbaria e as violências, e só a influência da Igreja podia trazer, aos poucos, usos e costumes mais brandos, uma legislação conforme às normas da justiça e um govêrno moderado e respeitado.

f) A união íntima entre os dois poderes, reputada essencial para o bem-estar da sociedade, mostrava-se também no mútuo reconhecimento das leis e decretos do Estado e da Igreja.

No Oriente os decretos dos sínodos eram confirmados regularmente pelos imperadores. A legislação dos Carlovíngios seguia de perto os cânones eclesiásticos. Na Espanha os sínodos confirmavam os decretos reais ou, respectivamente, os modificavam. Valia em geral o decreto de "Calcedônia": "Ficam sem efeito as leis contrárias aos cânones."

2) A posição do Papa como Pai comum da cristandade.

a) Atenta a grande influência da Igreja na sociedade medieval, não admira a posição de destaque que ocupava o S. Padre como chefe comum. Todos, povos e reis, recorriam ao arbítrio e proteção dêle. Já Gregório II dizia ser obrigação do Papa conciliar e conservar a paz em tôda parte.

b) Por causa da unidade de origem e da comum redenção dos homens, as leis da Igreja tinham um cunho de unidade física e espiritual de tôda a humanidade, pois que tal unidade se realiza na Igreja, que, à semelhança de uma grande família, tem seu chefe — o sucessor de S. Pedro — a quem Cristo entregou suas ovelhas para serem apascentadas.

c) Assim como o chefe de família tem que decidir se alguém poderá fazer parte da família, ou não, os Estados reconheciam ao Papa o direito de admiti-los no grêmio da grande federação cristã, ou rejeitá-los. O Pontífice era, pois, quem reconhecia novos Estados, à maneira do que se faz hoje em congressos diplomáticos.

d) Desta sua qualidade de Pai da cristandade, decorriam para êle mui naturalmente várias obrigações e prerrogativas; julgava sôbre a justiça ou injustiça nos "casus belli"; era o intermediário oficial em pendências dum Estado para com outro; dirigia as emprêsas comuns dos diferentes membros da família (v. gr. as cruzadas).

3) A superioridade do poder espiritual não é própria e exclusiva da Idade Média. Pertence ao tempo dos S. Padres. Diz S. João Crisóstomo: "Assim como a alma é superior ao corpo, o céu à terra, assim a Igreja supera o Estado."

a) As mesmas comparações são usadas também na Idade Média. Muitos empregavam outros símiles, como sol para com a lua, e a das duas espadas. Há duas espadas na cristandade; uma é manejada pela autoridade eclesiástica e a outra pela civil, devendo, conforme Inocêncio III, as duas ajudar-se e suprir-se mùtuamente. Segundo S. Bernardo, deve ser empregada a espada civil para a proteção e aumento do reino de Cristo. Essa comparação é uma das que mais ocorrem nos escritos dos Papas aos reis e príncipes, por ser muito aceita por todos.

b) A razão é que em tôda a Idade Média era manifesta e geralmente reconhecida a superioridade da Igreja sôbre todos os reinos do mundo. Entendiam que a hierarquia das sociedades se deriva das respectivas finalidades. Sendo o fim da Igreja mais alto, o temporal devia servir ao eterno. Fora disto, raciocinavam com S. Agostinho que a justiça, fundamento dos Estados, base absolutamente necessária para a sua existência, só se podia achar onde reina a verdadeira fé.

c) Além da superioridade do fim, há outras superioridades, embora secundárias, da Igreja sôbre o Estado. A instituição divina da Igreja é imediata, a do Estado é mediata. A favor da Igreja militam maior firmeza e duração, maior influência e extensão sôbre o homem interior e exterior.

d) No ponto de vista cristão, a superioridade mostra-se tanto mais necessária, quanto, sem ela, faltaria a relação divina entre a ordem natural e a sobrenatural. Pois separar do Estado a Igreja significaria separar do mundo Deus, desviar de seu fim último a sociedade humana. Tal separação ocasionaria pràticamente mil embaraços, por ser às vêzes muito difícil discriminar competências, havendo inúmeros pontos de contato entre o têrmo religioso e o civil, o que tornaria impossível evitar choques entre os dois poderes. Ora, havendo conflitos, é preciso que um dos poderes acate o outro como superior. E não podendo a Igreja submeter-se ao Estado, por ter fim mais elevado, não resta senão que o Estado se submeta à Igreja.

e) Objeção: Sendo perfeitas estas duas sociedades, deve ter cada uma seu fim próprio e independente. Não vale tal objeção, pois, em nossa doutrina, ao Estado fica seu fim próprio e independente na sua esfera: o bem-estar temporal dos súditos. Não se segue que, no intuito de um fim mais elevado, não possa ou não deva ficar sujeito à outra entidade social superior. A Igreja tem por fim proporcionar a salvação eterna de seus membros. O bem-estar temporal, fim do Estado, é para a Igreja apenas um meio para conseguir a salvação eterna.

f) E' falsa a dedução que, no caso da superioridade assim estabelecida, todo o âmbito do poder temporal passa para a jurisdição da Igreja. E' o que se explica mais amplamente nas considerações seguintes:

4) Em que consiste a superioridade da Igreja sôbre o Estado?

a) Não consiste, conforme pretendem os defensores do poder direto da Igreja sôbre o Estado, em que o Papa, em virtude do poder ilimitado de ligar e absolver, governe o mundo tanto no temporal como no espiritual, de tal modo que o poder espiritual seja exercido por êle pessoalmente e o temporal mediante os príncipes, que não são mais que servidores da Igreja, perante a qual são responsáveis pela sua administração. Teve poucos propugnadores esta sentença.

Ensinam os teólogos que o Papa recebeu de Cristo só o poder espiritual, embora Cristo possuisse todo o poder.

b) Consiste, conforme os defensores do poder indireto, em que o Papa, que "per se" não tem jurisdição alguma em assuntos temporais, nêles pode introduzir-se, em virtude do seu poder espiritual. E isso porque nos assuntos em que o temporal se opõe ao fim sobrenatural, ou seja necessário para obter êste fim, deixa em tal caso de permanecer puramente temporal a matéria em questão; pois, embora materialmente temporal, torna-se formalmente espiritual.

Assim é que a Igreja tem o poder de repreender a autoridade civil, quando esta se afastar do direito divino, e quando fizer perigar os interêsses da religião, podendo mesmo declarar, em certos casos, que os súditos já não estão ligados pelo juramento de fidelidade. E neste caso não há deposição direta do príncipe, o que não compete à Igreja.

Dão como autores dessa doutrina os jesuítas, e em especial a atribuem a Belarmino. A verdade é que tal doutrina já era dos grandes doutôres S. Tomás e S. Boaventura e da escola dominicana em geral. Nem sofre contestação tal doutrina, proposta no sentido dos seus propugnadores. Erra quem afirma haver algum teólogo reconhecido ao Papa o poder sôbre a vida dos príncipes.

c) Ou consiste — conforme os defensores do poder diretivo — em que o Papa tem em relação ao Estado só o direito e a obrigação de esclarecer a consciência dos príncipes, para que êstes não abusem de seu poder, prejudicando direta ou indiretamente os interêsses da Igreja. E se se obstinarem, pode a Igreja coagi-los por castigos espirituais, caso seja necessário. Essa teoria formulada por Fénelon e Bossuet, depois que a precedente suscitou tão violentos protestos das potências, principalmente da parte dos Bourbons, teve depois defensores em José de Maistre e Möhler. Entenderam êstes que o poder indireto só se conciliava com o direito público da Idade Média, em vista da existência de títulos especiais do direito eclesiástico, que já não existem hoje. Mas, bem considerado, o poder diretivo na explicação dos seus defensores pouco difere do "indireto", que também se baseia na subordinação das duas sociedades.

§ 122. Poder espiritual.

As circunstâncias fizeram com que o poder espiritual dos Papas, em si o mesmo de sempre, tivesse maior expansão nesse período. As causas principais que determinaram os Papas a exercerem certas faculdades que em outros tempos não usavam, ou ao menos não em tão larga escala, foram, entre outras, as interferências indébitas do poder temporal nos negócios da Igreja, como nas investiduras, a fraqueza e injustiça de certos metropolitas; os desmandos de vários Bispos.

Os Papas reservaram a si, ou exerciam mais do que antes, os poderes seguintes:

1) Alguns direitos dos metropolitas, como: a) examinar, confirmar, transferir e depôr Bispos.

b) Julgar as causas dos Bispos;
c) diminuir, quando preciso, as faculdades episcopais;

2) O direito de colação de benefícios, fôsse:

a) recomendando para benefícios vacantes certos candidatos (preces);
b) exigindo a sua nomeação (litterae praeceptoriae);
c) investindo de fato (litterae executoriae);

d) concedendo direitos a Sés que iam ser vagas (exspectationes);
e) reservando-se (desde meados do século XIII) a ocupação de classes inteiras de prebendas: primeiro das que vagavam por falecer o beneficiado na Cúria romana; depois daqueles, cujo beneficiário morresse num âmbito de dois dias de viagem de Roma; mais tarde, de todos os benefícios ligados com cura d'alma;
f) dando comendas, prebendas a clérigos que já possuiam um benefício. Os comendadores gozavam da prebenda com a condição de satisfazer as suas obrigações por um substituto a quem pagassem apenas o sustento.

Essas colações papais tinham as vantagens de poderem os Papas premiar eclesiásticos beneméritos, ajudar clérigos pobres, fundar e sustentar universidades, contrariar os desmandos dos leigos, e nos fundadores impedir o espírito de castas e partidarismos. Por outro lado, durante o século XIV, o número de benefícios a conferir aumentou tanto, que era impossível colhêr as informações precisas para dignas colações.

3) O direito de impôr às Igrejas e aos bens eclesiásticos, com Bispos ou sem êles, as necessárias contribuições para a Cúria romana para fundação e manutenção de universidades, e para fins de bem comum. Constam de:

a) impostos dos benefícios vacantes e o direito aos espólios de clérigos falecidos;
b) as anatas ou contribuições anuais que se dividiam em "servitia communia": impostos de bispados e abadias consistoriais na altura dos proventos do primeiro ano ou de uma taxa dos mesmos; e as anatas "bonifacianas" (de Bonifácio IX) isto é, os mesmos impostos extensivos aos mais benefícios;
c) os impostos de confirmação e do pálio;
d) as taxas das dispensas;
e) o óbulo de S. Pedro, que a Inglaterra pagou ao S. Padre desde o século VIII, e os Estados Escandinavos nos séculos XI e XIII;
f) o tributo pago pelos príncipes, cidades e conventos que se puseram sob a proteção especial da Santa Sé;
g) o censo que os vassalos da S. Sé tinham que pagar. Embora todos êstes direitos tivessem sua base no primado, houve, contudo, principalmente neste período, várias queixas, em particular sôbre os dois últimos direitos: da colocação de benefícios e imposição de contribuições que em parte eram provocados pelo proceder dos empregados curiais.

§ 123. Causas do desprestígio da S. Sé.

1) Deram motivo a que o papado já iniciasse enfraquecido o século XII as lutas dos Papas contra os Hohenstaufen, principalmente contra Frederico II; as lutas entre Filipe IV e o Papa Bonifácio VIII; e, principalmente, as lutas de Luís da Baviera com os Papas de Avinhão.

2) O cativeiro de Avinhão contribuiu para se encarar o Papa mais como amigo particular da França do que como Pai comum da Igreja, e obrigou, infelizmente, o Papa a impôr maiores impostos, vendo estancadas as rendas dos Estados Pontifícios.

3) O cisma do Ocidente, conseqüência do cativeiro de Avinhão, foi o que mais influiu no descrédito da S. Sé. De fato:

a) os Papas e pseudo-Papas deviam perdoar e conceder muitas coisas aos príncipes temporais, para não perderem seu auxílio e apoio.

b) Aumentaram os impostos na razão do aumento das cúrias.

c) As anatematizações recíprocas dos Papas desacreditavam a autoridade eclesiástica.

d) Os benefícios eclesiásticos eram concedidos mais para satisfazer os príncipes, do que para servir aos verdadeiros interêsses da Igreja, o que produziu péssimos frutos.

e) Já não eram só os inimigos da Igreja, senão homens bem intencionados, como Pedro d'Ailly, Nicolau de Cusa, Gerson, d'Allemand e Nicolau de Clemange, que, no intuito de restabelecerem a unidade da Igreja, excogitavam idéias contrárias ao dogma, e bem funestos em suas conseqüências, sôbre as relações entre o Papa e os príncipes, e sôbre a relação do mesmo com os concílios.

4) Os concílios de reforma, ou pelo menos assim chamados, de Pisa, Constança, Basiléia, que se atreveram a depor Papas, a publicar novos decretos sôbre os direitos e as obrigações dêles.

5) O nepotismo dos últimos Papas dêste período, que trouxe para o colégio cardinalício membros ineptos e indignos, e com êles o espírito mundano e frívolo do humanismo e da renascença.

2. ORDENS RELIGIOSAS.

§ 124. As Ordens religioso-militares.

O fim delas era habilitar-se para o combate, juntando às finalidades da cavalaria a vida religiosa.[1] As principais são:

1) *A Ordem de S. João*, a mais antiga das militares. Nasceu em Jerusalém, no século XI, duma associação hospitaleira ereta por negociantes de Amalfi, em favor dos peregrinos doentes. Depois da fundação do reino de Jerusalém, assumiu, além do cuidado pelos doentes, a tarefa de defender a Terra Santa. Distinguiram-se desde o comêço do século XII três categorias de religiosos: 1) os cavaleiros destinados à defesa dos peregrinos contra os infiéis; 2) os sacerdotes destinados ao culto; 3) os irmãos, que se dedicavam aos cuidados dos doentes nos hospitais e ao serviço dos cavaleiros nas expedições militares.

Vestiam um hábito preto com cruz branca em forma octogonal. Havia também conventos para mulheres. Depois da conquista de Jerusalém por Saladino (1187), os cavaleiros se retiraram para Akkon. Tendo caído esta cidade, em 1281, a Ordem se transferiu para Rodes, onde nos séculos XIV e XV se cobriu de glória, lutando contra os turcos. Quando, em 1530, cedendo às fôrças dêsses inimigos, tiveram que abandonar a ilha, o imperador lhes doou a ilha de Malta, onde viveram fiéis à sua regra até 1798, data em que a ilha, pela traição do grão-mestre Hompesch, se entregou às mãos do general Bonaparte. As parcelas que hoje ainda existem, sob o nome de cavaleiros de "S. João", na Espanha, Áustria e Rússia, são mais "decoratio" do que "religio", isto é, são reuniões de fidalgos com encargos voluntários de obras de caridade.

2) *Os "Templários"* os seguem cronològicamente. Em 1118 nove cavaleiros franceses resolveram fundar uma Ordem exclusivamente destinada à defesa dos cristãos contra os insultos dos infiéis. A pequena comunidade que deveu o nome à sua moradia em Jerusalém, e que havia

ocupado o lugar do antigo templo de Salomão, viveu muito tempo sem ser conhecida, até que seu chefe Hugo de Payens foi ao concílio de Troyes, a fim de solicitar a aprovação do Papa e dos Bispos. A aprovação de Honório II e um escrito de S. Bernardo, "de laude novae militiae", lhe trouxeram muitos candidatos. Os templários, pela sua generosidade e bravura, tornaram-se dignos das grandes mercês e privilégios com que foram agraciados. [2] A sede da Ordem foi transferida em 1187 para Akkon, em 1291 para Chipre, e em 1306 para o "Temple" em Paris. Mas em 1312 a Ordem foi supressa no concílio de Viena, a instâncias de Filipe o Belo, que tratou do assunto com o Papa Clemente V, em 1305, por ocasião da coroação dêste. Quando, em 1307, o rei acusou os Templários de certos crimes, o Papa, então em Poitiers, resolveu instituir sôbre êles um exame rigoroso. O rei preveniu tal exame, mandando prender inopinadamente todos os Templários do seu reino (1307) e submeteu-os a processo por meio do inquisidor-mor. Clemente V, sabendo do ocorrido, dirigiu ao rei um protesto veemente, reclamando a entrega dos cavaleiros e subtraindo-os à jurisdição dos inquisidores.

Aos poucos o Papa foi se convencendo de que realmente, em muitos casos, constava dos seguintes crimes, por êles cometidos: na sua recepção renegavam a Deus e a Cristo, cuspiam na cruz, permitiam cultos indecentes, adoravam um ídolo, aos sacerdotes recomendava-se omitirem as palavras da consagração na missa, etc. Foi o que o determinou a proceder com mais severidade.

O rei, por sua vez, para provocar uma ação pontifícia ainda mais rigorosa contra os Templários, mandou espalhar panfletos veementes contra a incúria do Papa. Reuniu também côrtes em Tours, para declararem dignos de morte os acusados. Com suas importunações o rei conseguiu que o Papa lhe entregasse nas mãos a sorte dos Templários, restituindo aos inquisidores os poderes embargados. Foram instituídos tribunais de emergência na França, e também na Inglaterra, Itália e Alemanha, ficando reservado ao Pontífice o juízo sôbre a Ordem tôda, e os principais superiores.

Quando em 1311 se reuniu o concílio de Viena, em que devia ser tratada a questão dos Templários, o Papa expôs aos Padres o resultado das investigações, e dissolveu, "sacro concilio approbante", a Ordem dos Templários, não "per sententiam definitivam", "quia non potest condemnari ut haereticus", mas "per modum ordinationis apostolicae", "quia ordo de illis haeresibus, quae imponuntur eidem, est plurimum diffamatus et quia quasi infinitae personae illius per eorum confessiones spontaneas de praedictis haeresibus et sceleribus sunt convictae, quia ipsae confessiones reddunt ordinem suspectum, propter quod ordo dictus Terrae Sanctae inutilis redderetur."

Muito se tem discutido pro e contra a culpabilidade dos Templários. O certo é que os Padres do Concílio não ousaram condenar a Ordem tôda e que, por outro lado, muitos membros eram culpados. Sôbre a extensão da maldade e, por conseguinte, sôbre a justiça da supressão houve controvérsia. Considere-se, porém, que: 1.° muitíssimos, também sem tortura, confessaram os crimes supra; 2.° as confissões trazem um cunho individual, o sêlo da veracidade; 3.° sem provas evidentes não se pode admitir injustiças, numa determinação solene do Papa e que é dada "approbante concilio". [3]

3) *Os Teutônicos* devem sua existência a alguns cruzados de Lubeck e Bremen, durante o cêrco de Akkon (1190). Ao fim primitivo, o cuidado dos doentes alemães, breve se ajuntou o da defesa armada dos peregrinos cristãos. Compreendia, como as duas Ordens precedentes, três classes de membros: cavaleiros, sacerdotes e irmãos. Depois da reconquista da Terra Santa pelos muçulmanos, a sede foi transferida para Veneza, 1291, dali, em 1309, passou para Marienburg, na Prússia, onde trabalhou, com bons resultados, na evangelização do país, ainda idóla-

tra. Depois da apostasia de Alberto de Brandenburgo (1525), tornou-se residência da Ordem Mergentheim, na Francônia, até 1815, data em que foi secularizada. Só na Áustria, continuou como instituto religioso-militar.

4) Pela mesma época surgiram Ordens de Cavaleiros: na Espanha (Cavaleiros de Calatrava e Alcântara) e em Portugal (Cavaleiros de Aviz) que, devido às necessidades locais, não puderam espalhar-se para fora da Península.

1) Holstenii-Brokl, Codex regul. monastic.; Helyot, Ordres monastiques et militaires, Heuriou Fehr, Allgem. Gesch. der Mönchsorden; Hurter, Papst Innoc. III; Raumer, Gesch. der Hohenstaufen. — 2) Lavocat, Procès des Frères et de l'Ordre du Temple. — 3) Hefele, C. G. vol. VI; Damberger, Synchronistische Geschichte des Mittelalters, 12.º vol.; Boutarie, na Revue des questions historiques, 1871 e 1872. Grisar, na Zeitschr. f. Kathol. Theol. 1879.

§ 125. Novas Ordens monásticas.

a) **Novas Ordens monásticas baseadas nas regras de S. Bento.**

1) Cartuxos. — Tiveram como fundador S. Bruno, cônego da igreja de Reims. Depôsto pelo Bispo Manassés, a quem recriminava os costumes indignos, Bruno retirou-se para o deserto da Cartúsia, perto de Grenoble (1084). Aí, na companhia de alguns amigos, levou uma vida de penitência, da qual resultou a Ordem cartusiana. Foi redigida a regra pelo quinto prior, Guigo, que adotou a de S. Bento, modificando-a no sentido de maior severidade, impondo silêncio quase contínuo e completa abstenção de carne.[1] Oração e penitência, era o fim principal, entremeando-se êstes exercícios por trabalhos manuais. Bruno, que recusara o arcebispado de Reims e o bispado de Reggio, morreu em La Torre, onde fundara uma nova Cartuxa.

2) Os cistercienses.[2] Enquanto os beneditinos da reforma de Cluny faziam concessões ao espírito do século, S. Roberto, Abade cluniacense de Solesmes, casa degenerada, fundou (1098) a abadia austera de Citeaux, perto de Dijon. A regra chamada "charta caritatis", foi redigida pelo terceiro Abade de Citeaux, Estêvão Harding, e mais não é do que modificação da regra de S. Bento.

Uma inovação salutar foi a centralização do govêrno das abadias nas mãos do Abade de Citeaux e do conselho geral. A Ordem, que contava poucos membros no primeiro tempo, cresceu ràpidamente, depois de ter nela ingressado S. Bernardo (1114), que chegou a fundar 72 conventos. No tempo da maior prosperidade teve perto de 2.000 casas para homens e 6.000 para mulheres, contribuindo, durante séculos, para a difusão do cristianismo na Alemanha setentrional e oriental, e para a conservação do espírito religioso, principalmente na França e Inglaterra.

3) Convém ainda enumerar, mesmo que sejam menos importantes, os seguintes ramos beneditinos:

a) Ordem de Grammont, principalmente na França, muito austera, fundada por Estêvão de Tigerno. Extinguiu-se na revolução francesa.

b) Ordem dos Humiliados, principalmente na Itália. Foi abolida por Pio V.

b) **Novas Ordens baseadas na regra de S. Agostinho.** — 1) Os premonstratenses[3] tiveram como fundador S. Norberto. Oriundo de família nobre, entrou no estado eclesiástico, sem renunciar ao espírito secular, tornando-se breve cônego de sua cidade natal (Xanten, na Renânia). Um raio, que em 1114 o derribou do cavalo, decidiu de sua vocação. Retirou-se para a solidão, renunciando às suas riquezas e benefícios. Depois de 18 meses de oração e penitência, andou a pregar pela França e Alemanha. O insucesso de seu ministério, junto com os desejos dos cônegos de Xanten e Laon, o resolveu a fundar uma Ordem religiosa num lugar deserto chamado Prémontré, perto de Laon. Morreu como Arcebispo de Magdeburgo, em odor de santidade. A nova Ordem, que unia com a vida claustral o ministério apostólico, propagou-se extraordinàriamente e trabalhou com bons frutos principalmente entre os povos do Elba médio e inferior.

2) Os eremitas de S. Agostinho se originaram de várias congregações de eremitas, na Itália e na Espanha, quando em 1256 o Papa Alexandre IV os reuniu numa só Ordem sob o título supra e obrigou a levar vida comum em conventos.

1) Tappert, der hl. Bruno. — 2) Janauschek (Ord. Cist.) Origines Cisterc.; Winter, Die Cisters. in Deutschl. — 3) Pagius, Biblioth. Praem. ord.; Magdelaine, Hist. de S. Norbert.

§ 126. Ordens dedicadas à SS. Virgem Maria.

1) Carmelitas. Contràriamente à origem que os carmelitas assinam à sua Ordem[1], muitos historiadores lhe dão como berço uma pia associação de eremitas que se tinham estabelecido no monte Carmelo, debaixo da direção do cruzado Bertoldo da Calábria (meados do século XII). As vexações dos muçulmanos os obrigaram a trocar a vida eremítica pela conventual, e a emigrar para a Europa (1240). A primeira regra lhes foi dada por Alberto, patriarca de Jerusalém (1210), e aprovada por Honório III, em 1226. Muito concorreu para a propagação da Ordem na Europa o geral Simão Stock, o mesmo que por meio do santo escapulário tanto contribuiu para o aumento da devoção a Nossa Senhora. Eugênio IV permitiu a divisão da Ordem em observantes e conventuais, ramos êstes ainda hoje existentes.

2) Servitas. Foi fundada esta Ordem por negociantes ricos de Florença, mas só o quinto geral, S. Filipe Benício, é que deu forma definitiva às regras da Ordem.

3) Os Olivetanos, fundados por João Tolomei, originário da cidade de Sena, seguiam a regra de S. Bento. João XXII aprovou a Ordem em 1324.

O Instituto das Oblatas de Maria, fundado em Roma por Santa Francisca Romana (1440) e aprovado por Eugênio IV, forma um ramo da Ordem dos Olivetanos.

4) A Ordem de Nossa Senhora das Mercês, que figura entre as que se dedicam a obras de caridade.

1) Fr. Bartolomeu Xiberta, rejeitando o Dr. Clemente Kopp, muito bem explica as tradições da Ordem Carmelitana, estabelecendo lògicamente o valor dos antigos escritos em que se descreve a origem dos Carmelitas. Baseada em tais documentos, a Ordem apresenta como seu fundador o profeta Elias, cujos vestígios no monte Carmelo foram religiosamente seguidos por muitos eremitas. Junto à fonte de Elias, no monte Carmelo, os eremitas construíram depois a primeira capela em honra da Mãe de Jesus. Não se trata, pois, de unidade jurídica entre a atual Ordem Carmelitana e aquêles eremitas. Basta-lhes a unidade moral, para que tenham por fundador S. Elias, embora não no sentido de fundador da Ordem religiosa. Analecta Ordinis Carmelitarum, Volumen VII, pág. 107-211. Elias et Religio Christiana in monte Carmelo.

§ 127. Ordens destinadas a obras de caridade.

1) Os Hospitaleiros da Caridade Cristã, fundados por Guido de Montpellier, foram aprovados por Inocêncio III, em 1198. Aos três votos comuns acrescentaram o de se dedicarem ao serviço dos pobres. Seguiram a regra de S. Agostinho e tinham em Roma sua casa principal.

2) Os Jesuatas eram no princípio uma pia associação de leigos reunidos por João Colombini, de Sena. Urbano V lhes deu, juntamente com a regra de S. Agostinho, a existência canônica. Clemente IX suprimiu as comunidades masculinas, em vista de inveterados abusos. Existe, porém, o ramo feminino das Jesuatas.

3) Os religiosos de N. S. das Mercês, ou Mercedários, se destinavam à redenção dos cativos. Devem sua existência a S. Pedro Nolasco, ajudado por S. Raimundo de Peñafort, dominicano, e pelo rei Jaime de Aragão. Esta Ordem compreendia duas classes de membros: cavaleiros e frades. No pontificado de Clemente V os cavaleiros mercedários se distribuiram pelas outras Ordens religioso-militares. Os frades, reformados por João Batista Gonzalez, e aprovados por Clemente VIII, permaneceram fiéis à vocação primitiva.

4) Os Trinitários, ou Ordem da SS. Trindade, para a redenção de cativos, foram fundados por S. João da Mata e S. Felix de Valois, com aprovação de Inocêncio III. Espalharam-se sobretudo pela França e Espanha. Os conventos, bem observantes no princípio, foram pouco a pouco resfriando na guarda do espírito de seu instituto. Não faltaram reformas mais ou menos felizes.

5) Os Mínimos, fundados por S. Francisco de Paula, com a regra da mais severa pobreza, e aprovados por Sisto IV, se propagaram mais na França, Itália e Espanha.

§ 128. As duas grandes Ordens mendicantes.

As Ordens de S. Francisco de Assis e de S. Domingos são as mais importantes do período que estamos estudando.

1) Ordem dos Frades Menores.[1] — Francisco, nascido em Assis (1182), era filho de negociante e devia seguir a carreira do pai. Seus primeiros anos não foram isentos de certa mundanidade. Não deixou, contudo, jamais, de se recomendar pela piedade, pureza de costumes, pela liberalidade para com os pobres e amenidade de caráter. Em 1205, tendo convalescido de grave doença, retirou-se de sua casa a fim de viver só para Deus. Quando, em 1209, ouviu na igreja da Porciúncula as palavras com que, no Evangelho, o Salvador mandou aos seus discípulos, na maior pobreza, anunciar sua doutrina, nasceu-lhe a idéia de formar uma corporação de missionários, cujo fundamento fôsse a pobreza. Foi para Roma (1209) com onze companheiros e teve a felicidade de ver aprovada por Inocêncio III[2] e mais tarde pelo concílio Lateranense (1215) a sua regra. Rápido foi o aumento da Ordem, extraordinários os frutos de suas missões na Europa, na Ásia e na África. S. Boaventura, terceiro geral da Ordem, foi quem lhe deu organização e estabilidade.

Em 1212, fundou-se, sob a direção de Santa Clara, a segunda Ordem (para mulheres), e em 1221 a terceira, para santificação de pessoas piedosas no mundo.

2) Ordem Dominicana. — S. Domingos, o fundador, nascido em Calaroga, na província de Castela (1170), conhecera, como cônego de Osma, as devastações dos Albigenses na França. Para acudir a tantos males, fundou, em 1213, uma nova Ordem que tinha por regra a dos Agostinhos, modificada por prescrições dos Premonstratenses. Embora menos rápida que a dos Franciscanos, a Ordem multiplicou-se célere a ponto de estender-se pela Europa tôda. Os frades são chamados dominicanos ou pregadores (O. P.).

3) Influência dos mendicantes. — As duas Ordens mendicantes diferem das antigas por serem pobres não só os membros, mas também a Ordem mesma e as casas; e por formarem na sua totalidade uma única grande corporação com govêrno central. Os Dominicanos dedicaram-se mais aos estudos (palavra escrita, pregação); os Franciscanos preferem pregar pelo exemplo (penitência e oração). Para se avaliar a importância da renovação espiritual empreendida e efetuada pelas Ordens franciscana e dominicana, é preciso relembrar-se o estado do mundo cristão abatido pelas invejas, falta de fervor, incoerên-

cia na vida religiosa, riqueza do clero, enganos de hereges que se improvisaram como reformadores. As Ordens religiosas antigas, pelo fato mesmo de sua coexistência com tal situação, não conseguiam no momento maiores resultados. Daí a ansiedade com que abraçaram os novos religiosos, simples e pobres, pondo tôdas as esperanças nos esforços de seu zêlo, na influência dos exemplos do seu evangélico viver. [3] E não burlaram a confiança nêles depositada, pois quer nos meios civilizados, quer nos territórios de pagãos, nas catedrais como nas universidades, nos hospitais e nos campos de batalha, a Igreja teve nêles os melhores servidores.

1) Chavin de Malan, Histoire de Saint François d'Assise, dá uma indicação completa das fontes escritas da história franciscana. — 2) A Ordem foi formalmente reconhecida só em 1223, por Honório III. Cfr. Holstein-Brochie III, 2. — 3) Waddingo, Annales Minorum, Ludg. 1625 e Roma, 1930 ss.; Mamachi, Annales ordinis Praedicat. Roma, 1756.

II. DESENVOLVIMENTO DA DOUTRINA.

1) ESTUDOS RELIGIOSOS.

§ 129. Universidades.

O século XII assistiu admirado e jubiloso à criação das universidades [1], desdobramento complementar das atividades científicas dos séculos anteriores, impulsionadas e mantidas pela Igreja. Às vêzes, contudo, alguma universidade teve seu início da aparição de algum mestre exímio, sustentado pelas subvenções dos governos ou de famílias ricas.

A primeira fundação de bôlsas para estudantes pobres deve-se a Roberto de Sorbon, capelão de S. Luís IX (1250).

Nas universidades estudavam jovens de todos os países, pois havia abalizados professôres em todos os ramos das ciências. Os estudantes tinham seus decanos provinciais e um procurador para cada corporação especial. Eram os procuradores que elegiam o reitor da universidade. Os Papas tomavam particular cuidado dessas escolas superiores. Desde o século XIII, nenhuma universidade se erigiu sem a aprovação da S. Sé. Mesmo as mais antigas se colocaram sob seu patrocínio, exercendo o Sumo Pontífice a necessária vigilância por meio do chanceler, seu representante no respectivo estabelecimento. A alta proteção da S. Sé não consistia apenas num apoio moral, mas econômico e financeiro também.

As universidades mais antigas eram a de Bolonha (1100) e a de Paris (1150), célebres ambas, a primeira por seus estudos jurídicos, a segunda por seus estudos filosófico-teológi-

cos. Os graus que conferiam eram o de bacharel, professor, licenciado e doutor, graus êstes reconhecidos em tôda parte.

Os mesmos privilégios foram tendo as demais universidades. No século XIII surgiram escolas superiores em Placença, Pádua, Vercelli, Módena, Régio, Ferrara, Cambridge e Montpellier, bem como a de Roma (esta com a designação Studium Generale Curiae).

Imperadores e príncipes fundaram as de Arezzo, Sena e Treviso. Outras foram criadas pelos Papas de combinação com os governantes; assim, as de Perúsia, Florença e Pavia. Em pouco tempo as grandes cidades européias (Salamanca, Praga, Colônia, Oxford) tinham, cada uma, suas universidades, a ponto de, no comêço do século XV, estarem em plena atividade umas 50 escolas superiores assim organizadas.

1) Denifle, Die Univ. des M. A. tomo 1; Savigny, Gesch. des röm. Rechts im Mittelalter, III, 152.

§ 130. A teologia escolástica.

A teologia escolástica designa, conforme a etimologia, a teologia (respectivamente a filosofia) que se ensinou nas escolas durante a Idade Média.[1] Tinha em mira um tríplice fim: 1.º sistematização, mostrando o nexo dos diversos dogmas entre si, deduzindo por meio das verdades reveladas, junto com raciocínio, outras verdades teológicas; 2.º refutação das agressões heréticas; 3.º ilustração e corroboração dos dogmas por meio dos conhecimentos da ciência humana.

Foi S. João Damasceno, o último dos grandes teólogos do Oriente, quem fêz a primeira tentativa de coordenar os assuntos teológicos. No Ocidente, uma experiência de João Escoto Erígena malogrou, caindo o autor em graves erros, ao entregar-se às suas especulações (meados do século XI).

S. Anselmo é que, aplicando às verdades reveladas o axioma: "Fides quaerens intellectum", se tornou o pai da escolástica (1109).

No século XII se distinguiu, entre todos, **Pedro Lombardo,** chamado "magister sententiarum", cuja obra, "Liber IV sententiarum", serviu como livro de texto às preleções teológicas desde o século XII até ao XVI. Era natural de Novara, começou os estudos em Bolonha, acabando-os em Paris, onde também veio a ser professor. Era no século XII que estava acesa entre os escolásticos a célebre disputa do valor das idéias universais, "an et quomodo sint realia".

O famigerado Abelardo [2], que, em vez de tomar a fé como base de suas investigações, tomou a dúvida como ponto de partida, caiu em profundos erros teológicos. Morreu reconciliado com a Igreja, depois de uma vida muito agitada.

No século XIII a ciência escolástica chegou ao apogeu, tendo por principais cultores: 1) **Alexandre de Hales** (1245), o "Doctor irrefragabilis", franciscano inglês, autor de uma suma teológica muito estimada, que teve a aprovação de setenta doutôres de Paris, em cuja universidade ensinou.

2) **S. Alberto Magno** [3] (1250), dominicano alemão, professor em Paris e Colônia. Elevado à Sé episcopal de Ratisbona, abdicou para se dedicar novamente aos estudos. E' chamado "alter Aristoteles" ou "doctor universalis". Foi grande naturalista e mestre de S. Tomás de Aquino.

3) **S. Tomás de Aquino.** [4] Nasceu (1225) em Rocaseca, perto de Nápoles. Com cinco anos foi confiado aos religiosos do Monte Cassino; com dez, partiu para a universidade napolitana; com dezesseis, se faz religioso dominicano, apesar das dificuldades que lhe opôs a família. De 1244 a 1248, tendo apenas 22 anos de idade, começou as suas preleções em Colônia, prosseguindo-as em Paris e em várias cidades da Itália, depois de ter tomado o grau de doutor. Morreu no mosteiro de Fossa-Nova, em viagem para o concílio de Lião (1274). Suas obras principais são "Summa contra gentiles" e a "Summa Theologica", que se distinguem pela riqueza de idéias e profundeza de especulação, junto à clareza de exposição.

Eis por que S. Tomás tem o nome de "doctor angelicus", "angelus scholae", cujas obras foram recomendadas, repetidas vêzes, pelos Papas e concílios, sobretudo aos estudiosos da teologia.

4) **S. Boaventura.** [5] Nascido em 1221, na Toscana, S. Boaventura, depois de professar na Ordem Franciscana, teve a sua formação teológica em Paris, sob a orientação de Alexandre de Hales. Em 1253 começou as preleções na universidade de Paris. Três anos mais tarde, foi eleito geral de sua Ordem. Em 1265, recusou o Arcebispado de York, mas, em 1273, foi obrigado a aceitar a dignidade cardinalícia, junto com o bispado de Albano. Morreu em 1274 no concílio de Lião, onde, por sua doutrina e piedade, muito contribuiu para a união dos gregos com os latinos.

S. Boaventura, chamado "Doctor seraphicus", embora na escolástica seja inferior a S. Tomás, supera-o na mística. Dos escritos escolásticos os mais estimados são o "Breviloquium" e o "Itinerarium mentis ad Deum".

5) Duns Scotus (1308), franciscano inglês, professor em Oxford, Paris e Colônia. Tem o nome de "Doctor subtilis", por ser tido pelos franciscanos como seu mais profundo teólogo. Entretanto, falta-lhe a clareza de S. Tomás e a unção de S. Boaventura. Sua obra principal é o "Opus Oxoniense", comentário das sentenças de Pedro Lombardo.[6]

As controvérsias entre os escotistas e tomistas, embora ventiladas às vêzes por paixão, não deixaram de favorecer os estudos filosóficos e teológicos. As diferenças se referiam, na filosofia, ao valor objetivo das idéias, e na teologia versavam sôbre a graça e a liberdade humana, a satisfação de Cristo, transubstanciação na missa e a Imaculada Conceição de Maria.

6) Rogério Bacon[7] (1214-94), franciscano inglês, chamado "Doctor mirabilis". De fato, foi dos mais admiráveis doutôres da Idade Média, à qual se adiantou por séculos, tornando-se o profeta científico das épocas vindouras, principalmente nas ciências naturais. M. de Humboldt dizia que Bacon foi a maior aparição da Idade Média.

No século. XIV começou para a escolástica a decadência que se prolongou até ao século XVI. E' caracterizado êste período pela mania de subtilezas infrutíferas, como também pela preponderância que ganhou em muitas universidades o nominalismo, sem que dêle seus defensores tirassem as últimas conseqüências.

São propugnadores principais do nominalismo, neste período, o franciscano Pedro Auréolo, Guilherme Durando e, principalmente, Guilherme Okkam. Defenderam o realismo ortodoxo os sábios Egídio Colona, Capréolo e Dionísio Cartuxo.

1) Kleutgen, die Theologie der Vorzeit; Stoeckl, Gesch. der Philosophie des M. A.; Möhler, Gesammelte Schriften. — 2) Remusat, Abelard. Paris, 1845; Abaelard, Hist. Calam. c. 2; Lorain, Hist. de l'abbaye de Cluny. — 3) Schneid, Aristoteles in der Scholastik; Sighart, Albertus Magnus; Haneberg, Zur Erkentnislehre des Avicenna, etc. — 4) Jourdain, La philosophie de S. Thomas d'Aquin. — 5) Bertheaumier, Histoire de Saint Bonaventure. — 6) Migne, Patr. lat. t. 191 e 192; K. Werner, Joh. Duns Scotus (Viena, 1881). — 7) Charles, Roger Bacon, Paris, 1861; Schneider, Roger Bacon, Augsb., 1873.

§ 131. Teologia mística.

I. Teologia mística é a que nos administra conhecimentos divinos, aprendidos na contemplação. Tais conhecimentos não podemos obter absolutamente sem intervenção extraordinária de Deus. Tem comum com a escolástica o fim último de estudar melhor as verdades reveladas como também a base em que ambas se firmam: o depósito da fé. Diferem, entretanto, a) no modo pelo qual conseguem seus conhecimentos, pois na escolástica se alcançam pelo raciocínio, na mística pela intuição na contemplação; b) pela exposição: a escolástica se exprime com brevidade e precisão, servindo-se principalmente dos silogismos; a mística é mais difusa, visto empregar imagens para exprimir

suas idéias; c) pela tendência, porquanto a escolástica pretende antes de tudo esclarecer o intelecto; a mística, inflamar a vontade.

Pela fonte em que se devem haurir os conhecimentos místicos, e pelo fim a que se destinam, são os doutôres místicos, em si, superiores aos da escolástica. Mas, pela mesma fonte e modo de os adquirir, estão expostos a obscuridades e mesmo a erros teológicos. Nem é tão fácil adquirir a mística, visto a contemplação requerer grande pureza de oração, íntimo amor a Deus e completa renúncia do egoísmo, condições essas que, ainda assim, não passam de mera preparação, visto que Deus concede o dom da contemplação gratuitamente a quem quer.

II. **Os principais representantes** da teologia mística [1], antes do século XIV, eram:

1) S. Bernardo [2] (1091-1153), chamado "Doctor mellifluus", nascido em Fontaine, perto de Dijon. E' o santo que, na primeira metade do século XII, exerceu influência máxima na Igreja de Cristo, tanto pela palavra como pelos escritos. Seus escritos místicos: "De diligendo Deo", "De gradibus humilitatis", "De consideratione" são todos ensinamentos práticos e tendentes a estimular o amor a Deus.

2) Os Vitorinos (Hugo e Ricardo de S. Vítor). [3] — Hugo (1141) e Ricardo (1173), no convento de S. Vítor, em Paris, trataram de reunir num todo harmônico a escolástica e a mística. Hugo Savônio era chamado "alter Augustinus", porque estudava de preferência as obras do Santo Doutor. Ricardo tratou de coordenar a ciência mística. S. Boaventura, já insigne representante da teologia escolástica, tem lugar mais eminente na mística. João de Salisbury, Bispo de Chartres, no seu "Metalogicus", de vasta erudição clássica, insurgiu-se contra os exageros da escolástica, sem, todavia, condená-la.

III. **Florescência do misticismo** nos séculos XIV e XV. — Mestre Eckhart, dominicano e discípulo de S. Alberto Magno, trabalhou em vários lugares, especialmente em Strasburgo e Colônia, como professor, pregador e escritor. Morreu em Colônia (1337). Seus escritos não são livres de idéias panteístas e quietistas. Acusado perante a cúria romana, João XXII condenou 28 proposições, em parte como heréticas, em parte como heresias. Eckhart, que se sujeitou ao julgamento da Igreja, não foi condenado como herege. Teve na Idade Média grande influência no terreno da mística.

Muito se distinguiram nela também seus dois discípulos e irmãos de Ordem João Tauler e Henrique Suso. João Tauler, famoso e benemérito pregador, "Doctor sublimis", só deixou sermões. Henrique Suso compôs tratados místicos, como o livrinho "Sabedoria eterna".

João Ruysbroek foi o mais influente dos místicos da Baixa-Alemanha. Distinguiu-se igualmente pela sabedoria e piedade. Infelizmente serviu-se de expressões que lembravam idéias panteísticas e que escandalizavam os contemporâneos. E' o Doctor extaticus (1381).

João Gerson, professor e chanceler da universidade de Paris, que tanta influência exerceu sôbre o clero e a côrte da França, e mais tarde sôbre os concílios de Pisa e Constança, foi um dos bons representantes da mística prática, principalmente pelos quatro livros: "De consolatione theologica" (1429).

Tomás de Kempis, sacerdote e sub-prior dos cônegos regulares de S. Agostinho, perto de Doole, publicou uma série de livros edificantes, entre outros: "Soliloquium animae", e "De elevatione mentis". Atribui-se a êle também o livro áureo "De imitatione Christi", do qual podemos dizer que é o livro mais lido, depois da S. Escritura (1471).

Amigos de Deus.[4] Chamam-se assim, na Alemanha do século XV, aquêles clérigos e seculares que nos calamitosos tempos dos conflitos dos Papas de Avinhão com o rei Luís o Bávaro, pretendiam intensificar a vida religiosa, seguindo de perto os ensinamentos dos místicos supracitados.[5]

1) Görres, Christl. Mystik; Stoeckl, Gesch. der philos. des Mittelalt. — 2) Hüffer, Der hl. Bernh.; Ratisbonne, Histoire de S. Bernard. — 3) Hauréau, Hughes de S. Victor; Mignon, Les orig. de la Scholastique, etc.; Kaulich, Die Lehre des Hugo und Richard v. S. Victor. — 4) Denifle, Hist.-polit. Bl. 75.º vol.; Greit, Die deutsche Mystik im Predigerorden. — 5) Deveríamos citar ainda entre os autores místicos S. Matilde, S. Gertrudes e outras religiosas.

§ 132. O humanismo.

Aparece com o nome de humanismo uma corrente intelectual nos séculos XIV, XV e XVI, que do estudo das antigas literaturas clássicas latina e grega (humaniora) pretendia derivar tôda a formação intelectual daquela época.

I. *História do Humanismo.* — Do século XII até ao XIV, o estudo das literaturas antigas tinha sido bastante abandonado, devido, em parte, ao ardor com que se cultivavam a filosofia e teologia. Veio a reação na Itália, pelo comêço do século XIV. Já Dante (1321) encorajara o estudo dos clássicos latinos. Mais fêz Petrarca (1374), despertando o interêsse pela literatura grega. A chegada do grego Manuel Chrysoloras a Florença despertou verdadeiro entusiasmo pela língua grega, cujo estudo teve grande incremento no século XV, pelas muitas relações que ocasionaram as tentativas de união entre latinos e gregos (cismáticos), e pela emigração de muitos gregos para a Itália, depois da conquista de Constantinopla pelos turcos (1453). O maior florescimento tiveram os estudos de humanidades na Itália, sobretudo em Florença, no tempo dos Medicis, e em Roma, desde o pontificado de Nicolau V (1447-55).[1] Mas também na França, Alemanha e Inglaterra acharam amigos e admiradores numerosos.[2]

II. Apreciação do humanismo sob o ponto de vista religioso. — 1) Merecimentos teve-os, sem dúvida, o humanismo, voltando a uma cultura mais fervorosa da literatura antiga, pois:

a) dando, pelo contato dos escritos dos antigos, novos impulsos à filosofia e teologia, libertou os espíritos do formalismo escolástico, que chegara a um período de estagnação. Tais escritos purgados de erros pagãos constituem rica mina de verdades profundas e preciosas, que muito contribuem para ilustrar e recomendar as verdades reveladas, razão esta por que os SS. Padres tanto lhes recomendavam o estudo.

b) A forma clássica, que tinha sido tão negligenciada na escolástica, começou a ser cultivada com esmêro a bem do fundo das ciências religiosas.

c) Especialmente aproveitaram a patrística e a crítica histórica, achando cultôres zelosos entre os humanistas.

2) Mas também causou o humanismo, à ciência cristã, prejuízos que talvez sobrepujem os merecimentos.

a) muitos humanistas, também clérigos, nos seus escritos só se preocupavam da forma clássica, substituindo até a terminologia cristã pela nomenclatura pagã.

b) muitos exageravam o valor da filosofia pagã, especialmente a de Platão e Aristóteles, que equiparavam à S. Escritura, pretendendo substituir as obras dos teólogos escolásticos por suas elocubrações de pouco valor filosófico e teológico.

c) por causa dêste menosprêzo dos escolásticos, combatidos de modo indigno, caíram em grandes erros alguns humanistas como Marcílio Ficino, João Pico de Mirândola e outros. Êsse último sustentou a proposição condenada no V concílio Lateranense de que uma coisa podia ser verdade teológica e ao mesmo tempo êrro filosófico, e vice-versa. Maquiavel, no seu célebre livro "O Príncipe", estatuiu o puro egoísmo como norma a seguir na política.

d) Muitos humanistas perderam a fé. Verdade é que outros lhe ficaram fiéis. Assim na Itália: Manetti, Traversari, Leonardo Bruni, Vittorino de Feltro, Tomaso Parentucelli, o futuro Papa Nicolau V. Na Espanha: Luís Nives; na Inglaterra: o Bispo Fisher, de Rochester, e o chanceler Tomás Morus. Na Alemanha: Rodolfo Agrícola, João Reuchlin e João Trithemius e a maior parte dos humanistas do século XV. Contudo, havia grande número de humanistas em todos os países que com seus escritos torpes arruinavam a religião e a moral, colocando-se, no cego entusiasmo pelo paganismo clássico, em franca oposição com a Igreja.[3] Os corifeus do humanismo falso e pagão eram na Itália Lorenzo Valla, que estabeleceu no livro: "De

voluptate et vero bono", novo evangelho de gozos sem restrição. Bercadelli Panormita, no seu Hermafrodito, mostra-se tão lascivo que o Papa Eugênio IV teve de proibir tal leitura sob pena de excomunhão. Rogério Bracciolini, obceno e detrator, nos seus escritos imundos, compraz-se em caluniar clérigos e religiosos.

O mais conhecido representante dêsse pseudo-humanismo na Alemanha é Erasmo de Rotterdam, homem de muita ciência, mas de caráter ignóbil, amigo e adversário de Lutero. Prejudicou muito a religião por sua posição dúbia no comêço da reforma e por suas sátiras sôbre monges.

1) Daniel, Etudes clássiques de la societé chrétienne; Tiraboschi, Storia della letteratura. — 2) Heeren, Gesch. der Künste und Wissenschaften, etc.; Geyer, Renaissance und Humanismus in Italien und Deutschland. — 3) A. Castelnau, Les Medicis, Paris, 1879.

2) HERESIAS E TENTATIVAS DE REFORMA.

§ 133. Wiclef e Huss.

A reforma eclesiástica, cuja necessidade se impunha cada vez mais, infelizmente não se iniciava nunca. Assim é que alguns homens, em vários países, entenderam ser de sua competência e obrigação realizá-la sem a autoridade legítima, e até em oposição a ela, caindo assim alguns reformadores em heresias formais. Avultam entre êstes Wiclef e Huss.

João Wiclef nasceu em 1324, no condado de York. Em Oxford estudou filosofia, teologia e direito.[1] Desde 1360 atacou as Ordens mendicantes, acusando-as de farisaísmo. Colocou-se ao lado do govêrno inglês de Eduardo III, a fim de lhe ganhar as boas graças nas lutas que a Cúria Romana teve de sustentar contra a côrte da Inglaterra, quando o Parlamento recusava pagar o tributo atrasado desde 30 anos e exigido, no ano de 1365, pelo Papa Urbano II.[2]

Tornou-se professor, capelão da côrte, e recebeu ainda a paróquia de Lutterworth. Estas posições lhe facultaram uma ampla difusão de suas idéias. Wiclef ensinava que a Igreja se compunha só dos predestinados, que não havia nem Igreja nem autoridades visíveis, nem distinção entre Bispos e simples sacerdotes, e que o Papa era o próprio anti-cristo. Apresentou a S. Escritura como única fonte de verdade revelada; negou a transubstanciação; atacou o livre arbítrio, proibiu qualquer jurisdição, eclesiástica ou civil, a quem estivesse em estado de pecado mortal; contestou o direito de propriedade reconhecido à Igreja, etc. As duas últimas doutrinas suscitaram em 1381 se-

dições entre camponeses, prontamente sufocadas por Ricardo II. Em 1382, um sínodo censurou 24 proposições de Wiclef como falsas e heréticas, e a universidade lhe cassou o diploma de professor. [3]

Depois desta derrota moral, Wiclef continuou em seus erros, que perpetuou na obra "Triálogo". [4] Morrendo em 1384, deixou discípulos chamados lolardos [5] que foram perseguidos pelo govêrno e desapareceram em meados do século XV.

João Huss. — Nasceu em 1369 em Husinecz, estudou em Praga e conseguiu (1396) uma cadeira naquela universidade. Era homem de muito saber, bom orador, puro de costumes e ardoroso defensor dos interêsses tcheques, principalmente na universidade de Praga, onde estavam bastante tensas as relações entre professôres alemães e tcheques. Na qualidade de pregador na igreja de Belém, atacava abusos que, infelizmente, existiam na Boêmia, e ensinava, ao mesmo tempo, vários pontos da doutrina de Wiclef. Os erros dêste heresiarca tinham sido muito espalhados na Boêmia, já por causa do casamento de Ricardo II com Ana da Boêmia. [6]

Contra Huss se levantaram o Arcebispo Sbinko [7] e o colégio dos professôres, que qualificaram de heréticas 45 teses de Wiclef. Sabendo Huss que, na universidade, a Boêmia estava de seu lado, ao passo que a Saxônia, Baviera e Polônia estavam contra êle, tratou de conseguir do fraco rei Wenceslau, como de fato alcançou, que os boêmios tivessem três votos na assembléia dos professôres, ficando um só para cada uma das outras nações. A conseqüência dessa medida foi que milhares de estudantes com seus professôres abandonaram a universidade de Praga [8] e que Huss se declarou abertamente por Wiclef. Censurado por Gregório XII, Huss apelou para o concílio de Pisa. E quando êste por sua vez o repreendeu, apelou do Papa para o próprio Cristo. A instâncias de Sigismundo, e munido de um salvo-conduto real, Huss em 1414 foi a Constança, para aí justificar sua doutrina perante o concílio. No comêço foi tratado com muita brandura. Mas quando teimou em não se sujeitar à suspensão, prenderam-no. Em 1415 compareceu perante o concílio, que censurou trinta proposições de seus escritos. Foram baldados todos os esforços do rei e dos Cardeais para o levarem a retratar-se de seus erros. Assim é que, em 6 de junho de 1415, morreu na fogueira, tendo a mesma sorte de seu amigo e secretário Jerônimo de Praga. [9] Enquanto Huss estava em Constança, seu partido, antes desunido, achou um liame geral: a comunhão dos leigos sob as duas espécies! Tornaram-se Calixtinos [10] ou Utraquis-

tas.[11] A execução de Huss lhes foi sinal de sedição universal. Assaltaram a municipalidade de Praga, saquearam igrejas e conventos, maltrataram e expulsaram os Padres católicos. Quando o rei Wenceslau faleceu em 1419, declararam que reconheciam Sigismundo, sob a condição de lhes ser concedida a comunhão sub-utraque, de o clero viver em pobreza, e de os pecados graves serem punidos pelo braço secular, — condições estas que lhes não podiam ser satisfeitas. Só depois da morte de seu chefe João Ziska, morte que ocasionou a divisão em vários partidos, foi possível levá-los a negociações com o partido moderado dos católicos, dando em resultado as "compactas" de Basiléia ou de Praga, pois, começadas em Basiléia, foram ultimadas em Praga. O partido radical, ou dos taboritas[12], que não quis sujeitar-se ao pacto, foi vencido em Lippan pelas fôrças combinadas dos católicos e calixtinos. Pelos meados do século XV formou-se dos restos da seita a "união dos irmãos da Boêmia", que se ligou mais tarde aos protestantes.

1) Hefele, C. G. VI, 810; Stevenson, The truth about J. Wyclef, Londres, 1885. — 2) Lingard, Hist. d'Angleterre, IV. — 3) Em 1413 o Concílio de Constança os condenou outra vez. Cf. Denziger, Enchridion, n. 581-625. — 4) O título da obra Triálogo se explica pela presença dos três interlocutores: Aletheia, Pseudis e Phronesis. — 5) Lolardos era o nome dado primeiramente a uns monges de Antuérpia. Depois passou a designar os padres pobres, emissários de Wiclef. — 6) Loserth, Huss und Wiclef, Praga, 1884. — 7) Sbinko ou Zbynek. — 8) Os emigrados fundaram a universidade de Leipzig. Outros ingressaram na de Cracóvia. — 9) Em Constança, Jerônimo de Praga havia confessado quanto êle e João Huss concorreram para que muitos alemães morressem queimados. Cf. Hoefler, Geschichtschr. 1.º vol. — 10) Palavra derivada de "calix", em que bebiam. — 11) Utraquistas, da palavra utraque, na expressão "sub utraque specie". — 12) Taboritas eram os hussitas da fortaleza do monte Tabor.

§ 134. Pequenas seitas religiosas no Ocidente.

Pseudo-místicas e devaneios demagógicos são as principais causas das seitas religiosas da Idade Média. O sinal característico de tais seitas era o fanatismo racionalista ou a exaltação espiritualista aliada a uma violenta oposição à Igreja e ao clero.[1]

Um dos agressores da Igreja foi o fanático Tanchelm de Antuérpia. S. Norberto o venceu. Eudo de Stela, que espalhava seus erros na Bretanha e na Gasconha, foi prêso em 1148, por ordem do concílio de Reims. Pedro de Bruis, fundador dos petrobrussianos, negava a necessidade do batismo e do sacrifício da missa, destruiu igrejas e altares, queimou crucifixos, e em S. Gilles violou pùblicamente o preceito da abstinência na VI feira santa. Foi queimado numa fogueira feita por êle mesmo, com crucifixos quebrados. Henrique de Lausana, chefe dos henricanos, uniu-se aos petrobrussianos. Combatido por S. Bernardo e o Cardeal Alberico, morreu numa prisão.

O visionário Geraldo de Segarelli fundou uma sociedade de homens, "os irmãos apóstolos", que queriam voltar à simplicidade da vida apos-

tólica. Segarelli foi queimado como herege. O milanês Fra Dolcino tomou então a chefia dos sectários. Os irmãos apostólicos, porém, foram vencidos pelas armas, e Fra Dolcino foi supliciado.

Amlaric de Chartres ensinou erros panteístas em Paris. Seus discípulos Guilherme e Davi ensinaram que Deus era o "esse materiale" de tudo, e não admitiam diferença entre vício e virtude. Os irmãos e as irmãs do "Espírito Livre" eram uma mistura de panteísmo e antinomismo. Mantiveram-se até ao século XIV. Os passagii (de passagiu-peregrinação?) professavam uma mistura de doutrina cristã e erros ebionitas. Está bem claro que a Igreja não podia contemplar indiferente a proliferação de tantas seitas.

1) Duplessis, Collectio indiciorum de novis erroribus qui ab initio saec. XII in Eccl. proscripti sunt et notati. Paris, 1728; Döllinger, Beiträge zur Sektungesch. des Mittelalters, Munich, 1890.

§ 135. Cátaros, albigenses e valdenses.

No século XII, formaram-se perniciosas seitas, mistura de gnosticismo e maniqueísmo, verdadeiras sociedades secretas, organizadas nas trevas para desnortear a fé, destruir o culto católico e subverter a ordem social. Eram os cátaros e patarinos [1] que assolavam o norte da Itália e o sul da França. [2] Rejeitavam os dogmas fundamentais do cristianismo: a SS. Trindade, a Criação, o pecado original, a Encarnação e a Redenção. Conservavam um batismo espiritual, e o pão bento. A penitência não requeria contrição. Condenavam o matrimônio, o uso da carne e a guerra, mas adotavam o suicídio por meio de jejuns ou de envenenamento. [3]

Anti-religiosa, a seita rejeitava o sacerdócio [4], os templos, os altares. Anti-social, ela destruia a ordem pública, a família e a propriedade. Bandeando-se com quadrilhas de salteadores e bandidos armados, tanto aragoneses como vascos, iam derrubando em sua passagem as igrejas, mosteiros e escolas. Raimundo VI, conde de Tolosa, os amparava, bem como senhores feudais, cúmplices dos seus roubos, crimes e vinganças. Tendo seu principal acampamento na cidade de Albi, começaram os cátaros, nessa época, a se denominar albigenses. Foi no meio dessas graves ocorrências que o Papa Alexandre III condenou os albigenses no XI concílio geral (1179).

Os bandos armados continuaram saqueando o sul da França. Mas, antes de permitir que os católicos pegassem em armas, o Papa Inocêncio III, como seus predecessores, prosseguiu na tarefa insana, improfícua até então, da conversão dos hereges. Três grandes missões foram pregadas nesse propósito, sob a direção de Pedro de Castelnau, legado da S. Sé, auxiliado por um grupo de religiosos de Citeaux. A Providência mandou naquela hora um socorro valiosíssimo: o ilustre S. Domingos combateu o êrro com as armas da palavra e da oração (o rosário). Organizou-se então uma cruzada contra os rebeldes. Setenta mil homens se reuniram, chefiados por Simão de Montfort, católico fervoroso e denodado capitão. Em ambos os campos houve excessos e

represálias, censurados pelo Papa Inocêncio III. A vitória de Muret (1213), ganha pelos católicos, entregou ao conde de Montfort o Languedoc, as províncias vizinhas e uma parte da Gasconha. O quarto concílio de Latrão o reconheceu como dono dessas terras conquistadas; mas uma combinação de S. Luís IX e a S. Sé deu a Raimundo VII, conde de Tolosa, a herança paterna, sob a condição de se submeter à Igreja.

Com as mesmas manias heréticas, Pedro de Vaux (ou Valdo), negociante de Lião, abandonou suas riquezas para pregar a penitência, junto com alguns alucinados (1177). Proibidos pelo Arcebispo de Lião, apelaram para Alexandre III. Estabeleceram então êsses valdenses[5] um verdadeiro sistema religioso que se espalhou até ao norte da Itália e parte da Alemanha. Para se furtarem às pesquisas da inquisição, os valdenses se mostravam piedosos, chegando mesmo a freqüentar a mesa eucarística. Na verdade, porém, continuavam nas maiores heresias. Mais tarde uniram-se aos hussitas, e, enfim, aos protestantes, dos quais eram precursores.

1) Cátaros ou puros. Patarinos, por admitirem como oração só o "Pater noster". — 2) Cfr. Schmidt, Histoire et doctrine de la secte des Cathares ou Albigeois, Paris, 1849; Stolberg-Brischar, Gesch. der Rel. J. Chr. 51.º vol.; Döllinger, Beiträge, I, 110 sq. — 3) Rainaldo Sachoni, que por 16 anos foi uma espécie de bispo cátaro, declara que as maiores indecências cometidas pelo sectários não eram consideradas pecado, segundo suas doutrinas. Sachoni se converteu e foi nomeado inquisidor. — 4) Mantinha, porém, certa hierarquia. — 5) Companheiros ou sequazes de Valdo. Cfr. Charvaz, Origine dei Valdesi e caractere delle primitive loro dottrine. Turim, 1837; Pseudo-Rein. Contra-Waldenses, C. 5.

§ 136. A Inquisição.

Introdução: Inquisição é um tribunal religioso ao qual compete julgar das heresias e crimes congêneres. Êsse tribunal, estritamente falando, foi constituído sòmente no comêço do século XIII. Inquisição, no sentido mais lato, significa qualquer modo de proceder contra os hereges. Neste sentido a inquisição existiu desde o comêço do cristianismo, apresentando várias fases na história da Igreja.

I. A Inquisição no sentido lato. — Primeira fase: até Constantino Magno. Encarregada pela divino Fundador de transmitir ilibadas até ao fim dos séculos as verdades reveladas, a Igreja teve não sòmente o direito, mas ainda a obrigação de empregar todos os meios no sentido de cumprir essa divina missão, admoestando, repreendendo e, finalmente, eliminando os membros recalcitrantes. E', aliás, o direito de cada sociedade.[1]

Segunda fase: até à constituição dos povos germânicos. Quando, sob Constantino e Teodósio, a religião cristã se tornou oficial, os imperadores entenderam do seu direito e restrito dever cooperar com a Igreja na extirpação das heresias:

a) porque a heresia foi equiparada, com tôda razão, ao crime de lesa-majestade, devendo ser-lhe aplicadas as mesmas penas;

b) porque, sendo a religião base e fundamento da sociedade civil, a heresia era considerada "um atentado contra o Estado." Assim, Teodósio II em 407: "Volumus esse publicum crimen (scil. haeresim Manichaeorum) quia quod in religionem divinam fit, in omnium fertur injuriam." Daí os castigos para os hereges: prisão, exílio, confisco dos bens, e, às vêzes, a pena capital. Estas penas acharam aprovação dos Padres da Igreja, especialmente de S. Agostinho e S. Ambrósio, ainda que êste condene o rigor contra os hereges. Se os Padres reprovavam tôda coação em matéria de fé, referem-se aos que nunca foram membros da Igreja; sôbre apóstatas da fé, ensinavam que era preciso tratá-los como rebeldes.

Terceira fase: dos povos germânicos até à organização do tribunal de Inquisição. — Já devido à influência enorme que exercia o direito romano, já devido à união mais íntima entre o Estado e a Igreja, continuavam contra os hereges os mesmos castigos das épocas anteriores. Muitas vêzes o povo parece ter feito até uma espécie de justiça de "lynch" contra os hereges. Mas quando no comêço do século XII aumentou o número dêstes, principalmente dos "cátaros", emanaram pouco a pouco vários decretos contra êles, normalizando-se o processo jurídico, cuja forma definitiva constituiu no século XIII a "Inquisição" [2], tribunal organizado pelo concílio de Tolosa (1229).

II. Tribunal da Inquisição. Conforme aquêle sínodo, em cada paróquia devia haver um sacerdote e dois leigos incumbidos de indagar (inquirere) de pessoas e casas suspeitas de heresia. Estas deviam ser denunciadas ao tribunal do Bispo. Mais tarde a administração da justiça contra os hereges foi confiada aos Padres dominicanos, que mais de uma vez tiveram de ser admoestados pelos Papas, a que moderassem seu zêlo. Entre os denunciados havia quatro classes:

a) os acusados injustamente, que eram absolvidos;

b) os acusados arrependidos (impunham-se-lhes em geral penas eclesiásticas leves).

c) os acusados, cuja submissão era fingida (em geral eram condenados à prisão perpétua, mas só depois do plácito do Papa).

d) os recalcitrantes (entregues ao braço secular, que aplicava as leis de Frederico II e Luis IX, e os condenava à pena de morte pelo fogo).

De mais a mais, como a heresia formal fôsse considerada crime maior que o de lesa-majestade, adotavam-se os processos severos que vigoravam contra êsse crime; como testemu-

nhas eram admitidos até os infames; podiam ser calados os nomes das testemunhas; era lícito o emprêgo da tortura; a pena não podia ser pronunciada sem a aprovação dos Bispos. Tinham os condenados o recurso à Sé Apostólica, que com ardor protegia os inocentes, fazendo o possível para evitar condenações injustas.

O grande cisma, as heresias de Huss e Lutero, trouxeram um abalo tamanho à unidade cristã, que a Igreja se viu sem fôrças para manter ainda por mais tempo o "tribunal" da inquisição na forma tradicional. [3]

III. Inquisição espanhola. — Foi também organizada na Espanha e na América do Sul, pelos reis Fernando e Isabel no fim do século XV, uma inquisição de caráter misto (leigo e eclesiástico). — Procedeu esta com um ardor que não tinham as outras inquisições. O inquisidor-mor (o primeiro foi Torquemada) era nomeado pelo rei; a jurisdição naturalmente devia dá-la o Papa. Mais de uma vez os Papas tiveram que reclamar contra o nímio rigor. Assim o Papa Sisto IV, em 29 de janeiro de 1482, e outra vez no ano de 1483, teve de exprobrar ao rei Fernando os excessos dos inquisidores. Mas os reis continuavam a prestigiar os excessos.

Foi, entretanto, para a Espanha a salvação contra dois inimigos: os Maranos e os Mouriscos, judeus e, respectivamente, maometanos convertidos fingidamente. Também preservou a Espanha da infiltração do protestantismo, mas não da peste do enciclopedismo, que fêz a desgraça do país. Foi abolida em 1820. São falsas as acusações de Llorente contra a inquisição espanhola [4], embora devamos reconhecer abusos e injustiças.

Conclusão. — Para se compreender a inquisição, é preciso considerar-se a situação religiosa (convicções profundas), política (íntima união da Igreja com o Estado, ao qual servia de base) e social (a rudeza dos costumes e processos judiciários daquele tempo). As acusações que costumam fazer-se referem-se à inquisição espanhola, que muitos não distinguem da eclesiástica, infelizmente.

1) Cf. o proceder dos apóstolos nesse particular. Tit 3, 10; 1 Tim 1, 19 e 20; Gál 1, 8. — 2) Molinier, L'Inquisition dans le midi de la France; Donais, Les sources de l'histoire de l'Inquisition dans le midi de la France. — B. Guidonis, Practica inquisitionis hareticae pravitatis; Hoffmann, Die Inquisition. — 3) O que hoje preserva os fiéis de se contaminarem com heresias é a inquisição geral romana ou o "Santo Ofício", sem o braço secular. — 4) Llorente, Hist. critique de l'inquisition d'Espagne (hostil). Cf. De Maistre, Lettres à un gentilhomme russe sur l'inquisition espagnole; Orti y Lara, La Inquisition; Rodrigo, Hist. verdadera de la inquisicion (obra capital). Gams, K. G. von Spanien, III, 2; Hefele, Cardinal Ximenes.

III. CULTO E DISCIPLINA.

§ 137. A Sagrada Eucaristia.

Desde o século XII introduziu-se o toque de sino e das campainhas no momento da elevação das espécies consagradas. O IV concílio lateranense adotou oficialmente o têrmo transubstanciação, já corrente entre os teólogos escolásticos e que tão bem exprime o dogma da mudança de substâncias no sacramento da Eucaristia.

No mesmo concílio ficou estabelecida a obrigatoriedade da comunhão pascal. Para que não sucedesse algum inconveniente ao se dar de beber do cálice, na comunhão dos fiéis, e ainda para se confirmar a fé na presença total de Cristo sob cada uma das espécies, passou a sagrada Eucaristia a ser distribuida ùnicamente sob a espécie de pão, concedendo-se, porém, aos orientais o uso do pão fermentado e a comunhão do cálice também.

Foram abolidas as liturgias eslava e moçarábica.

Em 1245 celebrou-se a primeira festa de Corpus Christi, em Liège, onde S. Juliana declarou ao Bispo a visão que tivera a tal respeito.

Urbano IV estendeu a festa à cristandade, e Clemente V lhe fixou o dia (concílio de Viena, 1312). Atribuem-se, entretanto, a João XXII (1317) as procissões com o SS. Sacramento.

Foi S. Tomás de Aquino o autor do ofício litúrgico de Corpus Christi, primor de poesia e de profundeza dogmática.

§ 138. O sacramento da penitência.

Ainda que tôda a cristandade já admitisse desde a era apostólica o sacramento da confissão, houve precisão de, no século XIII, se insistir mais na necessidade de os fiéis procurarem o tribunal da penitência. Eis por que o IV concílio lateranense estabeleceu o dever da confissão anual.

As penitências públicas, ainda em uso na idade média, já tendiam a desaparecer.

Os concílios relembravam as obrigações dos confessores, para que fôssem absolvidos ùnicamente os penitentes contritos e bem confessados, havendo instruções especiais para os confessores dos clérigos. As penitências canônicas podiam os confessores mudá-las em jejuns, esmolas e peregrinações. Indulgências, concedidas já com maior facilidade e em maior número, diminuíam as penitências particulares.

Em 1300, o Papa Bonifácio VIII decretou o jubileu que atraiu a Roma grande multidão de fiéis de todo o mundo para obtenção da indulgência especial. Tal jubileu devia repetir-se de cem em cem anos, mas Clemente VI já reduziu a demora a cinqüenta anos; Urbano VI, a trinta e três, e Paulo II, a vinte e cinco.

Para aplacar a justiça divina irritada pelos pecados dos homens, havia grupos de pessoas que espontâneamente se encarregavam das penitências de caráter público, especialmente em épocas de calamidades. Daí as procissões dos flagelantes. Contudo, pelos abusos mesclados de heresias entre os flagelantes, Clemente VI as aboliu, com o auxílio do poder secular.

§ 139. A arte cristã.

A teologia escolástica e a mística haviam concorrido ambas para desenvolver, na Idade Média, tão profundo e característico espírito de fé.

Grande fôra o zêlo de clérigos e leigos na construção de magníficas igrejas, amplas e belíssimas.

O estilo preferido era o romano até ao século XIII, quando o gótico ou ogival começou a predominar. O primeiro simboliza a perfeição cristã e a paz celeste; o último, as aspirações da humanidade pelo céu. Os ornatos de ambos estavam em harmonia com o respectivo estilo.

No fim da Idade Média apareceu o estilo da renascença, isto é, uma volta à antiguidade e sinal de espírito mundano, inquieto e inconstante. Os vitrais, as pinturas e relevos representavam cenas bíblicas ou quadros históricos.

A maior parte dos vasos sagrados eram de ouro ou prata, cinzelados e cravejados de pedras preciosas. Altares, paramentos, púlpitos, missais, banquetas, batistérios e o mais correspondiam ao mesmo gôsto artístico e religioso.

Os principais mestres da arte sacra, nesta época, foram Giotto, arquiteto, escultor e pintor; o dominicano Giovanni da Fiesole, o pintor de anjos; Dominichino, pintor de cenas históricas acompanhadas de personagens secundários; Pedro Vanucci ou Perugino, Rafael Sanzio, e o celebérrimo pintor da capela Sixtina, Miguel Ângelo Buonarotti; Bellini, Donatello, Ticiano e o piedoso e profundo Leonardo da Vinci.

Fora da escola italiana, Etiène, João van Dyck, Alberto Dürer, Holbein e muitos outros aproveitaram das lições e estímulos da Igreja.

§ 140. Festas e pregações.

Correspondente à suntuosidade das igrejas era a celebração das festas na Idade Média. O cântico litúrgico, já aumentado por poéticas seqüências, foi amparado pelos Papas, especialmente por João XXII, que chegou a publicar decretais que impedissem a introdução de qualquer mundanismo no canto religioso. A poesia popular, em tôdas as línguas, oferecia motetes à devoção e entretenimento ao espírito.

Escreviam-se as biografias de santos canonizados e de varões piedosos, para estímulo do povo.

As festas da SS. Trindade, da Natividade e Visitação de N.ª S.ª, das Dores de Maria, a recitação do Angelus e do Rosário e muitas outras práticas de piedade afervoravam o espírito religioso em tôda parte.

A Imaculada Conceição, festejada no Oriente desde muito, começou a ser celebrada, no Ocidente, pelos cônegos de Lião, em 1140.

Nem se julgue que naquele tempo tudo fôssem exterioridades e manifestações de entusiasmo religioso sem instrução catequética e conhecimento das verdades reveladas.

E' certo que havia muitas práticas supersticiosas, inevitáveis em tôdas as épocas. Mas as pregações e catequeses exigidas pelos concílios se realizavam com regularidade. Disso é prova a existência dos sermonários de então, as prebendas para sustento dos pregadores, e a particularidade de nos exames de consciência se indagar se os fiéis haviam assistido à pregação.

Nem eram pregações áridas e superficiais, pois, principalmente durante a quaresma inteira e as santas missões, longos sermões doutrinários e morais despertavam o interêsse das populações pela palavra de Deus.

Pregadores mais populares: Bertoldo de Regensburg, S. Vicente Ferrer, S. Bernardino de Sena, S. João Capistrano, Jerônimo Savonarola, Gabriel Biel, Kaiserberg.

§ 141. Vida moral e religiosa.

A parábola da sizânia no meio do trigo designa bem a situação da Igreja em todos os tempos. Não há, portanto, que se estranhar a existência de abusos na Idade Média, pois tais sombras mais realçam o espírito de fé manifestado nas Cruzadas, nas peregrinações, na fundação de novas Ordens religiosas, na construção de numerosos templos, na fundação de hospitais e leprosários, nas confrarias e associações de classes, tudo orientado pelo espírito religioso, como o eram até os espetáculos e divertimentos públicos. A Igreja combatia as superstições e inconveniências onde quer que aparecessem.

O grande número de santos dessa época nos fornece um índice da piedade e pureza de costumes na família medieval. De maneira especial se manifestou o poder da graça em S. Hildegarda, S. Isabel da Turíngia, S. Ângela de Foligno, S. Joana d'Arc, S. Catarina de Sena, S. Lidvina, S. Brígida, S. Catarina de Gênova, S. Coleta, S. João Nepomuceno, S. Roque, S. Francisco de Assis, S. Domingos, S. Antônio e inúmeros outros.

Poder-se-ia objetar a decadência do clero e até da cúria romana. Não obstante, mesmo no meio da maior dissolução, houve número considerável de homens distintíssimos. E' incontestável que o papado, o episcopado e mesmo o clero inferior possuíam representantes dos mais conspícuos e muito numerosos.

§ 142. Olhar retrospectivo.

Comparando-se o final com o início da Idade Média, deve-se reconhecer a influência benéfica da Igreja na civilização dos povos, nos costumes, nas artes e letras medievais.

Converteram-se as nações eslavas e germânicas, enredadas ainda nas trevas do paganismo selvagem. Por tôda parte a Igreja fundou escolas, manteve-as e as desenvolveu até à grandeza das universidades.

A filosofia e teologia se aperfeiçoaram e derramaram jorros de luz sôbre as demais ciências.

Não ficou aquém o desenvolvimento das artes, sob os auspícios da Igreja. Nas relações internacionais a Igreja tornou-se o poder moderador necessário e prestimoso. Devem-se à Igreja muitas e benéficas instituições, como a Cavalaria, a trégua de Deus, a paz de Deus, a assistência religiosa e social às várias classes, formadas de elementos que pouco antes eram hordas selvagens.

A Igreja cumpriu sua missão na Idade Média, como sempre. Não era ela que iria necessitar da reforma no século XVI. Era a humanidade, que teve e terá sempre precisão de ser reformada pela Igreja sob o duplo ponto de vista, moral e intelectual. "Homines per sacra immutari fas est, non sacra per homines", exclama Gil de Viterbo, geral dos agostinhos, na sessão inaugural do quinto concílio de Latrão. (Harduin, IX, 1576.)

TERCEIRA ÉPOCA.

IDADE MODERNA.

Primeiro período.

DA PSEUDO-REFORMA ATE' À REVOLUÇÃO FRANCESA

A. Desenvolvimento exterior da Igreja.

I. DIFUSÃO DO CRISTIANISMO.

§ 143. Atividades missionárias.

No século XIII e seguintes não foi muito amplo nem muito intenso o entusiasmo pelas missões entre gentios, porque a Europa, assolada pelos muçulmanos e bastante desunida, encontrava dificuldades até para a defesa própria.

Entretanto, as atividades missionárias no século XIII já haviam atingido a China, através da Pérsia e da Índia, e no século XIV chegavam às ilhas ocidentais da África.[1]

O maior surto, porém, de evangelização verificou-se no séc. XVI, justamente quando, na Europa, a Santa Igreja de Deus perdia tantos filhos pela apostasia de Lutero e seus sequazes. Concorriam então para o maior desenvolvimento missionário várias circunstâncias, entre as quais o novo itinerário para as Índias, achado por Vasco da Gama (1497), o descobrimento da América, por Cristóvão Colombo (em 1492), precisamente quando os mouros eram desalojados de Granada, seu último reduto, e a fundação de novas Ordens e Congregações religiosas, principalmente a dos jesuítas e a dos capuchinhos.

1) Paschini, Lezioni di storia eccl. III, pág. 319.

§ 144. Missões na África.

Já em 1340, quando os portuguêses descobriram as ilhas Canárias, e daí Madeira e as do Cabo Verde, iniciou-se consolador movimento de cristianização em tôda a costa ocidental africana.

Em 1507, foi criada a diocese das Canárias e, mais tarde, Funchal se tornou sede metropolitana.

Infelizmente, o comércio de escravos, que a princípio chegou a parecer lícito a portuguêses, espanhóis e venezianos, levou naturalmente os habitantes da costa d'África a repelir e odiar os cristãos seus escravizadores, o que só podia servir de empecilho ao progresso da evangelização. Foi necessária a intervenção de Eugênio IV e seus sucessores em favor dos pobres negros.

Os territórios em que mais fàcilmente medrou o cristianismo foram as colônias portuguêsas de Moçambique, Sófala e Quíloa, as ilhas ocidentais já mencionadas, as ilhas orientais francesas, bem como os reinos do Congo, Angola, Benguela e Loanda.

Dentre os religiosos que missionaram a África sobressaem os capuchinhos e os lazaristas, êstes especialmente em Madagascar.[1]

1) Kuelb, Gesch. der Missionsreisen; Brück, Kirchengesch. § 159; Paschini, op. cit., III, cap. X.

§ 145. Missões na América.

Logo nas primeiras viagens dos espanhóis à América, começaram as missões dos franciscanos e dominicanos nas Antilhas, no México e na América Central.

Na segunda viagem de Colombo à América, veio êle acompanhado pelo mínimo Bernardo Boyl, na qualidade de vigário apostólico.

As missões sofreram de início as dificuldades suscitadas pela ganância dos aventureiros, que obrigavam os indígenas a fadigas superiores a suas fôrças. Para impedir a escravidão dos selvagens americanos, alguns missionários admitiram fôssem introduzidos na América os africanos, já escravizados alhures. Nem por isso conseguiram libertar os indígenas. O célebre missionário Pe. Bartolomeu de las Casas dedicou-se aos índios já em 1514.[1] Para obter companheiros de apostolado, entrou na Ordem dominicana, em 1522, e fêz sete viagens à Europa, no intuito de obter, do govêrno espanhol, leis justas em favor de seus índios, e da Santa Sé amparo espiritual aos mesmos, como, também, penalidades canônicas contra os escravocratas. E era mesmo necessário defender os aztecas contra Cortez e sua comitiva.

De 1511 a 1534 surgiram as seguintes dioceses: São Domingos, Pôrto Rico, México (confiada aos franciscanos), Santiago de Cuba, Lima, Nicarágua, Honduras, Guatemala e Panamá.

Destronando a dinastia dos Incas, Francisco Pizarro conquistou o Peru (1524-31), que teve, em Lima, um dominicano por seu primeiro Bispo (1529).[2] Em curto espaço de tempo estavam fundados os bispados de Cuzco, Quito, Bogotá[3], Caracas[4], Baía (1551), Assunção, La Plata, Santiago do Chile e Conceição.

A criação de províncias eclesiásticas possibilitou desde logo a celebração de sínodos provinciais, o desenvolvimento da instrução religiosa, fundação de escolas primárias e até de universidades.

Na América do Sul, onde a evangelização teve missionários de várias Ordens religiosas, o papel preponderante coube à Companhia de Jesus. Cataldino e Maceta, Nóbrega e Anchieta, Vieira e Malagrida são apenas alguns representantes dos numerosos apóstolos jesuítas neste continente. Muito custou aos missionários organizar a catequese dos indígenas, em vista da oposição dos colonos, que visavam quase só interêsses materiais. Nem sempre as medidas dos governos e da Santa Sé conseguiam proteger eficazmente os índios. Para os subtrair aos vexames dos brancos, os jesuítas fundaram no Paraguai as Reduções, ou aldeamentos sob a direção espiritual e temporal dos Padres, dependentes só da côrte de Madri e não dos governadores platinos. Era vedada aos brancos a entrada nos aldeamentos, para que não explorassem os índios, nem lhes vendessem aguardente, nem lhes dessem maus exemplos.[5] Havia umas trinta aldeias com 300.000 habitantes, entregues à cultura dos campos, das artes e de ofícios úteis. A perseguição suscitada pelo marquês de Pombal contra os jesuítas, a troca do território das Reduções pela colônia do Sacramento (forte português fronteiro a Buenos Aires), com a condição de serem aquelas imediatamente evacuadas, tudo concorreu para destruir aquelas florescentes missões.[6]

No Canadá e nos Estados Unidos da América do Norte, além das dificuldades comuns, os missionários tiveram que enfrentar a malquerença dos imigrantes calvinistas e mais sectários. Dentre os muitos evangelizadores, destaca-se o Pe. Brébeuf, apóstolo dos Hurões, martirizado pelos iroqueses (1649).

Nas regiões setentrionais o progresso religioso foi mais lento. Só em 1675 é que se fundou o bispado de Quebec para todo o Canadá.

1) Fr. Bartolomeu de las Casas, apóstolo dos mexicanos, foi depois Bispo de Chiapa; Fabie, Vida y escritos de Fr. Bart. de las Casas. — 2) O apóstolo do Peru foi o franciscano S. Francisco Solano, que atraía os índios aos sons do seu violino († 1610). Era seu contemporâneo S. Turíbio, Arcebispo de Lima. — 3) S. Pedro Claver S. I. foi, nos portos da Colômbia, o apóstolo dos negros. — 4) Na Venezuela era Bispo de Nova Granada S. Luís Bertrando. — 5) As acusações contra êsse exclusivismo dos jesuítas, relativamente à tutela dos índios, não tem razão de ser. Era o único modo de os moralizar. — 6) O trabalho missionário no Brasil será estudado mais adiante, em capítulo à parte.

§ 146. Missões na Índia.

A cristianização das Índias começou com a chegada dos portuguêses em Goa, cidade que já em 1533 era sede episcopal e poucos anos depois mantinha seu seminário para formar clero indígena.

Maior incremento viu a nova missão, quando em 1542 lá aportou S. Francisco Xavier [1], da Companhia de Jesus. Regenerando os costumes do núcleo português, catequizando os gentios (ajudado pelo dom das línguas), batizando milhares de idólatras e de muçulmanos, assim percorreu o santo apóstolo das Índias a costa de Malabar, o sul da península, a costa de Travancor, a ilha de Ceilão, donde passou a Malaca e às Molucas, evangelizando sempre.

Nas Índias deixou seu campo de apostolado entregue a ótimos continuadores, dentre os quais sobressai o Pe. Roberto Nobili, S. J. († 1606). [2] Compreendendo êste que era difícil o progresso do cristianismo entre indús, enquanto não fôsse concedida aos cristãos a permanência nas castas a que pertenciam, resolveu dedicar cada missionário a determinadas castas, vestindo Padres como os daquela classe, e conservando os costumes sociais e festas que não discordassem do cristianismo. Os resultados superaram as espectativas. Não obstante, êste sistema, conhecido pelo nome de ritos malabares, teve seus impugnadores, principalmente na pessoa de Tournon, patriarca de Antioquia e legado pontifício, como também entre os missionários capuchinhos. [3] A questão foi a Roma mais de uma vez, conseguindo os jesuítas defender e conservar, por eficientes e razoáveis, os ritos malabares. Terminou, porém, com a proibição de Bento XIV (1744), a que os jesuítas tiveram de acomodar-se. [4]

O zêlo do Pe. Alexandre de Rhodes, S. J., alargou as conquistas cristãs no reino de Anão e na Cochinchina, onde, além de seus irmãos de hábito, foi muito auxiliado pelos dominicanos. [5]

As Filipinas, que em 1571 passaram ao domínio espanhol, tiveram por evangelizadores os agostinianos e os dominicanos, tornando-se êstes muito beneméritos como fundadores e lentes da universidade de Manila, sede episcopal (1577). [6] Nessas missões da Indo-China, em nove anos, houve 250.000 batizados.

A decadência das missões nas Índias teve as seguintes causas: a) a questão dos ritos malabares, que prejudicou em parte a influência dos missionários jesuítas. b) a perda das colônias portuguêsas que

passaram aos inglêses; pois êstes pouco depois se protestantizaram e não favoreceram as missões. c) a criação da Companhia holandesa para as Índias orientais (1602), exploradora do comércio e, como calvinista fanática, perseguidora dos missionários.

1) Turaellini, Vita S. Franc. Xav. — Bouhours, Histoire de S. Franc. Xav. — Reithmeier, Leb. d. hl. Franz Xav. — 2) O Pe. Nobili, sobrinho do Cardeal Belarmino, era o superior das missões na Índia. — 3) Cfr. Funk, § 180. O adversário mais ferrenho foi o ex-capuchinho Norberto, que apostatou, abriu um cabaré, tornou-se aventureiro e passou, finalmente, ao serviço do marquês de Pombal. Nessa última época, figurou como presbítero secular, intitulado Abade Platel. — Cfr. Brück, K. G. — 4) Os ritos malabares haviam sido autorizados, ao menos em grande parte, pelo Papa Gregório XV (1621). — 5) Pachtler, das Christent. in Tonkim und Cochinchina. — 6) Paschini, Lezioni di st. eccl. cap. X.

§ 147. O cristianismo no Japão.

Desde a chegada de S. Francisco Xavier (1549), o Japão começou a receber de boa vontade a luz da fé. Passados, porém, dois anos de fecundo apostolado, julgou Xavier preferível evangelizar primeiramente os chineses, cuja cultura os japoneses procuravam imitar. Entretanto, os continuadores da obra de Xavier, principalmente o Pe. Valignano, S. J., foram tão bem sucedidos que em trinta anos já tinham obtido umas trezentas mil conversões, e em 1582 uma embaixada de três príncipes japoneses se apresentou a Gregório XIII, para lhe agradecer o benefício da pregação do Evangelho pelos missionários católicos.

Apesar de tanta florescência cristã, rebentou, contra a Igreja, terrível perseguição no reinado de Taikosama, primeiro imperador que usurpou o poder espiritual ao "dairo" ou imperador espiritual (1587). O ódio de Taikosama foi atiçado pelas justas recusas de virgens cristãs às pretensões do imperador, bem como pelas observações imprudentes de um comandante da marinha espanhola. Os mais horríveis tormentos não conseguiram provocar apostasias, nem mesmo na ferocíssima perseguição movida por Toxogunsama (1637). A grande intensidade dessa perseguição foi causada por intrigas dos holandeses, que, para afastarem seus concorrentes comerciais, os portuguêses, acusaram os cristãos japoneses de estarem unidos aos portuguêses numa conspiração contra o imperador.[1] Dos estrangeiros, só os holandeses podiam desembarcar no Japão. A decadência momentânea das missões católicas no Japão foi, pois, efeito da oposição entre o cristianismo e o culto ao imperador, como também entre os interêsses materiais da Holanda contra os de Portugal. Dos 600.000 cristãos existentes em 1625 foram massacrados milhares, entre os quais vários já estão canoniza-

dos. Para se reconhecer quem era cristão havia a cerimônia chamada Jesumi, em que se espezinhava o crucifixo.[2]

Mesmo assim, o catolicismo permaneceu latente em muitos pontos do país, conservando-se ao menos o batismo e certas devoções, ainda que deturpadas.

1) A carta conspiradora, que para tal fim apresentaram, é considerada apócrifa por Charlevoix (Histoire de L'établissement du christianisme dans l'empire du Japon) e até pelo protestante Tavernier (Relation du Japon et la cause de la persécution). Kempfer, porém, lhe admite a autenticidade (Gesch. u. Beschreibung von Japan). — 2) Paschini, Lezioni di st. eccl., diz que a Jesumi só terminou em 1856, continuando a perseguição até 1873.

§ 148. Cristianização da China.

O tríplice culto chinês a Confúcio, a Buda e a Laotsen constituia forte muralha à introdução do cristianismo. Por isso é que, apesar de o franciscano João de Monte Corvino (1330) haver batizado 6.000 neófitos em Pekim[1], e construído duas igrejas, contudo já em 1369 havia desaparecido o catolicismo na China.

Em 1552, o jesuita S. Francisco Xavier ia tentar novamente a cristianização dos chineses, quando morreu na ilha de Sancião, lobrigando já a orla do almejado continente.

Só trinta anos mais tarde é que seus irmãos de hábito lá penetraram chefiados pelo Pe. Mateus Ricci, que aproveitou da entrada de um embaixador português. O Pe. Ricci pregou por sete anos em Cantão e Nanquim, havendo obtido perfeito conhecimento da língua, costumes e índole do povo. Verificando que nada conseguiria de estável sem o apoio imperial, e tudo com êle, apresentou-se na côrte de Pequim (1600), onde com sua erudição captou a benevolência do imperador, conseguindo a admiração dos mandarins, quando o viram desenhar um mapa geográfico e oferecer ao soberano um relógio que fabricara. Desde então pôde estabelecer estações missionárias, que muito se desenvolveram sob a direção do Pe. João Schall (1622-1666), ainda melhor matemático que seu predecessor. A revolução popular que, por morte do imperador Xuntshin, atingiu os cristãos, não prejudicou muito as missões, porque o novo imperador Khan-ghi as protegeu, nomeando o Pe. Fernando Verbiest, S. J., presidente da Comissão de matemáticos, e autorizando todos os chineses a se converterem livremente ao catolicismo (1692).

Infelizmente, também na China se verificou uma desinteligência entre os jesuítas e missionários doutras Ordens.[2] A

célebre questão dos "ritos chineses", movida pelos dominicanos contra os jesuítas, que toleravam homenagens aos mortos e a Confúcio, teve maus resultados para o cristianismo na China. E' verdade que Alexandre VII e Clemente IX não proibiram os ritos chineses, por os encararem como atos civis e sociais, que não religiosos. Mas novas acusações por não terem os chins palavra própria e única para designarem o Deus verdadeiro, vieram a reclamar de Clemente XI e Bento XIV medidas mais severas a tal respeito, cassando as concessões feitas por Ambrósio Mezzabarba, legado pontifício.

Além dessa dificuldade, as missões na China sofreram a perseguição religiosa por parte de certos imperadores, e a diminuição de sacerdotes, quer pela supressão da Companhia de Jesus (1773), quer pelo fechamento da casa dos lazaristas, que se destinavam à China (Paris, durante a revolução francesa).

1) Clemente V o nomeou Arcebispo de Pequim e enviou-lhe sete missionários, dos quais só três lá chegaram. — 2) Mamachi, Orig. et antiquit. II, 381; Fabricii, Lux salutaris, pp. 651; Schall, Relatio de initio et progressu missionis S. I. in regno Chin.; Cretinau-Joly, Histoire de la compagnie de Jesus. III, 240; Wittmann, die Herrlichkeit der Kirche in ihren Missionen.

§ 149. Congregação de Propaganda Fide.

Já em 1568, S. Pio V, percebendo as inconveniências de ficarem as atividades missionárias em grande parte dependentes dos reis de Portugal e da Espanha, cujos privilégios do padroado cresciam abusivamente, procurou centralizar em Roma, e sob a imediata orientação da S. Sé, todos os assuntos missionários. S. Francisco de Borja, geral dos jesuítas, apoiava completamente o Papa, mas Filipe II da Espanha se lhe opunha tenazmente.

O propósito de Pio V veio realizar-se em 1599, no pontificado de Clemente VIII, o fundador da "Congregatio super negotiis Sanctae Fidei et Religionis Catholicae".

Como esta, porém, não conseguisse logo aparelhar-se convenientemente, não pôde satisfazer às reais necessidades e deficiências existentes no campo missionário. Daí a reforma reclamada geralmente, e realizada em 1622 por Gregório XV, o instituidor da "Congregatio de Propaganda Fide", que tem tido uma atividade sempre crescente e abençoada por Deus, como se pode verificar pelos ótimos resultados obtidos no campo missionário.

II. A IGREJA E O ESTADO.

§ 150. A pseudo-reforma.

Ninguém há que possa negar a necessidade inadiável de uma boa reforma eclesiástica no século XVI. Entretanto, várias circunstâncias a retardavam, pois nem era fácil uma reforma em grande escala, nem eram suficientes as reformas parciais que se empreendiam em alguns pontos. O mal estava bastante generalizado, como o patenteou o protestantismo. Portanto, urgia uma reforma geral. Mas a que intentou Martinho Lutero não foi construtora, senão uma desastrada pseudo-reforma. [1]

I. Causas remotas. — Indiretamente concorreram para a anarquia religiosa do século XVI: a) as lutas dos Papas com os imperadores alemães. S. Gregório VII, verdadeiro reformador, sofreu de Henrique IV a criação de um anti-Papa, e foi morrer no exílio. Frederico Barbaroxa, antes de vencido por Alexandre III, opôs-lhe sucessivamente dois anti-Papas. Fora dessas lutas gigantes, quantas outras de funestas conseqüências! [2]

b) o cativeiro de Avinhão e o cisma ocidental. Devido às desordens na Itália e à anarquia em Roma, passaram a residir em Avinhão os Sumos Pontífices, desde Clemente V até Martinho V. Êsse afastamento de Roma durante setenta anos provocou o cisma subseqüente, em que as nações aderiam a qualquer dos Pontífices, guiados mais por critérios políticos do que jurídicos e religiosos.

c) Nomeações de Bispos. Na Alemanha o govêrno tinha muita influência na escolha dos prelados. Os filhos dos nobres, em geral cavaleiros e possuidores de feudos, eram os preferidos, ainda que desprovidos de qualidades indispensáveis ao episcopado. Não se pode isentar de culpa a cúria romana nesse malfadado sistema de escolher prelados, sobretudo quando se sabe da exigência de grossas contribuições pecuniárias, que afastavam das posições honoríficas os eclesiásticos pobres, embora idôneos.

d) A supremacia dos concílios. Embora jamais admissível, a doutrina da supremacia dos concílios sôbre os Papas, tese defendida nos concílios de Constança e Basiléia, só podia concorrer para formar rebeldes, sendo ela mesma um grito de revolução.

e) O ambiente geral da cristandade. No Oriente, o Santo Sepulcro reclamava libertadores. Na Alemanha se espalhava, cada vez mais ostensivo, o descontentamento, quer em assuntos religiosos, quer meramente civis. No sul, a invasão dos turcos.

f) O luxo na cúria romana. Os Pontífices da renascença, honestos pessoalmente, mantinham uma côrte muito luxuosa; e, descuidando-se dos interêsses religiosos, davam preferência aos da literatura e das belas artes. Os Cardeais, nem sempre exemplares, adotavam a mesma suntuosidade. E a cristandade manifestava seu desgôsto por se ver sobrecarregada de impostos que sustentassem aquêle fausto na côrte pontifícia.

g) O proceder do clero. Devido à simonia, e aos maus exemplos do alto, não se podia esperar bom procedimento no clero inferior, nem mesmo nos conventos de algumas Ordens.

h) A influência dos humanistas. Bem que na Itália os humanistas houvessem obtido a proteção dos Papas, e na Alemanha os antigos humanistas fôssem ilustres pela severidade de costumes e pelo respeito à Igreja, a nova geração humanista alemã se caracterizava pela sátira mais grosseira dirigida contra a teologia escolástica, as Ordens religiosas, as universidades, e outras instituições eclesiásticas. [3]

i) O mal-estar social, especialmente entre os cavaleiros e os camponeses. A cavalaria perdera sua influência desde a invenção da pólvora e a conseqüente formação dos exércitos permanentes. Os campônios viviam oprimidos pelas classes superiores, que faziam reviver, em seu favor, o antigo direito romano.

II. Causa próxima. — Martinho Lutero constitui a causa próxima única na pseudo-reforma.

a) Vida de Lutero. Nasceu na Saxônia (Eisleben, 1483), estudou em Magdeburgo e Eisenach, passando depois à universidade de Erfurt, onde arranjou alguns amigos entre os humanistas. Aí resolveu fazer-se monge agostiniano. Ignora-se o motivo dessa entrada no convento. Buscar a paz da consciência no recolhimento e oração? Penitenciar-se, com mêdo da justiça divina? Seguir as inclinações de hipocondríaco, aumentadas pela morte de dois amigos, um fulminado por um raio e outro em duelo? Não se sabe. No mosteiro conformou-se exteriormente com as regras, mas sem se aplicar tanto às penitências a que mais tarde aludiu. Até foi dispensado de vários exercícios de noviciado, em atenção às perturbações e escrúpulos de que padecia. Êsse estado d'alma o levou a fazer muitas confissões gerais e a mudar constantemente de confessor, até que um dêles o declarou doido. Aos 24 anos (1507) foi ordenado sacerdote, mas quase abandonou o altar durante a ordenação. [4]

b) Defecção interior. Lutero era orgulhoso, iracundo e sensual. Não se aconselhava com ninguém, pouco rezava, e assim perdeu a coragem para vencer as paixões. [5]

A universidade de Wittenberg, fundada em 1502, precisava dum professor de filosofia, e Lutero foi nomeado em 1508. Desprezador da "escolástica", admirador dos humanistas e leitor assíduo dos teólogos nominalistas, não tinha Lutero sôbre os dogmas conhecimentos suficientes que lhe permitissem explicar as doutrinas teológicas e a mística daqueles tempos.

Seu provincial, João Staupitz, era bastante fraco para condenar Lutero, embora não se atrevesse a aprovar suas opiniões. Em 1510, Lutero foi a Roma como representante dos agostinianos observantes, que relutavam em unir-se aos conventuais, como ordenara o superior geral, visto que temiam dessa união incorrerem no relaxamento dos conventuais.

Lutero, que fôra escolhido em razão de sua argúcia e audácia [6], abandonou a causa que devia defender, voltou de Roma inimigo dos observantes e, regressando a Wittenberg, passou ao mosteiro dos conventuais. As quatro semanas que Lutero passou na Roma de Leão X, deixaram-no escandalizado, mas com a fé não abalada e "disposto a matar todos os que negassem obediência ao Papa", como afirmou mais tarde.

Para substituir Staupitz na cátedra da S. Escritura em Wittenberg, Lutero foi promovido ao doutorado em teologia (1512). Dedicou-se então aos estudos bíblicos, e simultâneamente foi visitador dos conventos de sua província, por inexplicável preferência de Staupitz. A indisciplina dos mosteiros nada sofreu com a rapidíssima e indiferente visita de Lutero. [7] Infiel aos exercícios espirituais, orgulhoso e cada vez mais sensual, Lutero persuadiu-se da impossibilidade de cumprir os mandamentos, da impotência humana contra a concupiscência e da impraticabilidade de boas obras. [8]

Confundindo com o pecado original a concupiscência, que dêle é apenas efeito remanescente após o batismo, procurou Lutero achar nas Escrituras um meio de justificação para a criatura humana. E julgou encontrá-lo no símile evangélico da galinha que abriga os pintainhos. Assim, negando mesmo o livre arbítrio e declarando más tôdas as ações humanas, Lutero fabricou uma justificação exterior que o homem consegue pela fé fiducial, isto é, pela confiança de que Jesus Cristo lhe aplica seus merecimentos. [9] Para fundamentar êsses erros, Lutero apresentou o texto de S. Paulo aos romanos: "Arbitramur iustificare hominem per fidem, sine operibus legis." E fraudulentamente inseriu na sua tradução alemã: "per fidem solam." Como se lê na epístola de S. Tiago: "Fides sine operibus mortua est", declarou-a "epístola de palha, apócrifa, expulsa das Escrituras." Baralhando igualmente a doutrina de Santo Agostinho sem com-

preender a de outros S. Padres, e apaixonando-se pelas idéias de Occam, estava Lutero já em 1515 obstinado contra as doutrinas da Igreja católica.

c) Apostasia exterior. O incêndio estava preparado. Faltava apenas a faisca incendiária. Foi a pregação de novas indulgências [10] (1517), concedidas por Leão X, com o fim de se recolherem esmolas para a conclusão da basílica de S. Pedro.

Lutero, conhecedor da má disposição popular relativamente às coletas, aproveitou a oportunidade para se insurgir contra a Igreja. De fato houve abusos nessas pregações tendentes à obtenção de esmolas, embora se exigisse também confissão, comunhão, jejum e visitas a igrejas. Irmãos leigos, que recolhiam dinheiro, exageravam, para fins pecùniários, o valor das indulgências que, pelos modos, deviam infalìvelmente purificar as almas do purgatório. Daí o escarnecedor dito popular: Apenas ressoa o dinheiro na caixa escapa do purgatório uma alma. [11]

Na Alemanha concorreu para o desprestígio das indulgências o jovem príncipe Alberto de Brandenburgo, Arcebispo de Magdeburgo e administrador do bispado de Halberstadt, o qual, auxiliado por financistas judeus, os banqueiros Fugger, conseguiu o bispado de Mogúncia (1514). Apertado pelos credores, Alberto conseguiu de Leão X fôsse reservada, aos Fugger, a metade das esmolas recolhidas.

III. Ocasião da pseudo-reforma. — No sul da Alemanha foram encarregados de pregar as indulgências os Padres dominicanos. Ora, entre êstes e os agostinianos havia divergências quanto à simpatia para com os humanistas. Lutero, sentido, além disso, pela preferência dada ao dominicano João Tetzel [12], revoltou-se abertamente, aventando 95 teses contra a doutrina católica e, afixando-as na porta da igreja e do castelo de Wittenberg, provocava Tetzel a uma discussão pública. Tetzel respondeu por escrito às teses luteranas, aplaudidas geralmente por humanistas e universitários. Por ordem de Leão X, o superior geral dos agostinianos admoestou da gravidade do caso o provincial Staupitz. Mas Lutero permaneceu na Ordem e fazia proselitismo.

1) Döllinger, La Reforma; su desarrollo y effectos, 3 tom. 1846-48; Hefele-Hergenröther, Hist. C. t. IX, 1890. — 2) Basta lembrar as dificuldades com os Hohenstaufen, e o antagonismo entre guelfos e gibelinos. — 3) Erasmo de Rotterdam, João Reuchlin, Ulrico de Hutten ridicularizavam tudo, embora Erasmo sempre fizesse questão de permanecer católico. — 4) Ita horrui, ut fugissem de altari, nisi fuissem admonitus per priorem. — Escreveu a seu amigo Lange, em Erfurt: "Raras vêzes me resta tempo para rezar o breviário e celebrar; e acrescem minhas tentações da carne, do mundo e do diabo." "Confesso-te que minha vida mais e mais se aproxima do inferno; de dia para dia vou tornando-me pior e miserável." — 6) Socius itinerans,

eo quod esset acer ingenio et ad contradicendum audax et vehemens. — 7) Visitatio mea fuit deambulatio. Uma hora num convento; duas, noutro. — 8) Luthers Werke, ed. J. G. Walch, Halle, contém os escritos em alemão e traduzidos os escritos latinos. São críticas e completas as edições de Plochmann e Irmischer, Weimar, 1883; Cartas de Lutero publicadas por de Wette, Berlim, 1825; Blindsell editou os colloquia, meditationes, consolationes, Detmold, 1866. — 9) De captivit. Babil. "... Homo christianus, etiam volens, non potest perdere salutem suam quantiscumque peccatis, nisi nolit credere" Carta a Melanchthon: "pecca fortiter, sed fortius fide et gaude in Christo" (Wette II, 37). — 10) Para o mesmo fim, Júlio II publicara uma indulgência em 1506, e o mesmo Leão X, outra em 1513. — 11) Atribui-se a Lutero uma palavra alusiva à caixa de esmolas: "Hei de fazer um buraco nesse tambor." — 12 Groene, Tetzel und Luther, 1860.

§ 151. Tentativas de reconciliação.

Não quis Lutero atender ao superior geral e até enviou ao Papa uma justificação de suas teses, protestando-lhe, embora, sua obediência. Mas os escritos de amigos e adversários de Lutero precipitaram contra êle o processo eclesiástico.

Citado ao tribunal romano, Lutero apadrinhou-se com Frederico, príncipe eleitor da Saxônia, e conseguiu um entendimento com o Cardeal Cajetano (Tomás de Vio), legado pontifício em Augsburgo. Naqueles colóquios de nada se retratou. Abandonou furtivamente Augsburgo, deixando escrito ao legado: "A Leone male informato, ad Leonem melius informandum." E apelou para um concílio geral.

Leão X expôs então numa bula a doutrina sôbre as indulgências e encarregou seu camareiro Carlos Miltitz [1] de a levar à Saxônia, sua pátria, bem como a rosa de ouro destinada ao eleitor Frederico. [2] Miltitz tratou com Lutero, como se fôra encarregado dessa missão; e alcançou de Lutero a promessa de se calar, se os adversários fizessem o mesmo, promessa de que, aliás, nenhum caso ia fazer.

Apareceu, felizmente, em cena o teólogo Dr. João Maier, de Eck [3], vice-chanceler da universidade de Ingolstadt, e publicou, nos "Obelisci", a refutação dos erros luteranos.

André Karlstadt, professor de Lutero, ajudou-o a compôr os "Asterisci", defesa luterana em linguagem grosseira e ofensiva ao Dr. Eck.

Não obstante, aceitou êste um colóquio público, em que pudesse convencer Lutero de seus erros. Para êsse fim, em 1519, se realizou por três semanas a célebre disputa de Leipzig, em que Eck, com irresistível lógica, suplantou Karlstadt e Lutero, portando-se êste como um louco, na linguagem e na fuga.

A vitória de Eck foi reconhecida pelos presentes e por várias universidades. Mas, destas, nem tôdas se pronunciaram imedia-

tamente, visto que Melanchthon[4], para salvar Lutero, adulterou, em seus escritos, os acontecimentos de Leipzig e os méritos de Eck.[5]

1) Miltitz era homem culto, mas pouco profundo na teologia. — 2) De nada valeu essa "captatio benevolentiae". Tão-pouco serviu à causa católica a elevação do superior geral dos agostinianos às honras do cardinalato, pois os mosteiros alemães não a souberam apreciar. — 3) E' conhecido por Dr. Eck, embora êsse nome pertença não ao indivíduo, mas à cidade. — 4) Filipe Schwartzerd ou Terra preta. — 5) Karlstadt alcunhou Eck de "brutissimum asinum et assertum doctorculum." — 6) No "De Captivitate Babylonica" atacou a doutrina sôbre a missa, os sacramentos e o purgatório. No "De libertate christiana" resume seus erros.

§ 152. Ruptura definitiva.

As informações exatas de Eck, chamado a Roma, as quais confirmaram a refutação escolástica apresentada já em 1518 pelo dominicano Silvestre Prierias, mestre do sacro palácio, levaram Leão X a publicar a ponderada e apostólica bula "Exsurge, Domine", em que, condenando 41 das proposições de Lutero, declarava-o excomungado, se dentro de 60 dias não se retratasse (15 de junho de 1520). Foram encarregados Eck, o Cardeal Aleandro e Caraccioli[1] de levarem a bula à Alemanha.

Nem todos os Bispos e universidades tiveram ânimo de publicar o documento pontifício, não por o julgarem inconveniente, mas por receio da fúria dos humanistas e universitários.

O príncipe eleitor da Saxônia proibiu a publicação da bula em seu território.

Aos 10 de dezembro de 1520 Lutero queimou-a pùblicamente em Wittenberg, juntamente com os livros de direito canônico. Esgotados os sessenta dias de prazo, só restava ao Papa declarar Lutero definitivamente excomungado. Foi o que fêz Leão X, em janeiro de 1521, pela bula "Decet Romanum Pontificem". A excomunhão se estendia aos partidários de Lutero, mas a bula dava amplos poderes para êstes serem absolvidos, menos os quatro chefes, cuja absolvição ficava reservada a Roma, Dois se submeteram: porém Lutero e Hutten se obstinaram.

1) Caraccioli e Aleandro, no caráter de núncios apostólicos.

§ 153. Dieta de Worms.

Pela excomunhão, Lutero devia ser também proscrito. Mas não o foi, devido a ser auxiliado pelo príncipe Frederico[1], e a ter Carlos V[2] a atenção voltada para os inimigos no exterior.

Foi então de Roma (1521) o Cardeal Aleandro para exigir a proscrição de Lutero. Os príncipes se prontificaram, exceto Frederico, que pediu se ouvisse mais uma vez o heresiarca. Citaram-no para Worms. Compareceu, escoltado por partidários e 250 homens armados. Ganhou novos adeptos, pela importância que lhe davam os príncipes admitindo-o em sua assembléia.[3] Mostrou-se tímido, quando lhe perguntaram oficialmente: — És autor dos erros contidos nestes livros? — Sim. — Sustentas o que dizes nêles? — Quero dois dias para pensar.

No dia seguinte, contando já com o apoio dos príncipes, declarou que não se retratava e que não se submetia nem ao Papa nem a concílios, pois que êstes já haviam errado. O imperador publicou então o edito de Worms[4], que proscrevia Lutero e mandava queimar-lhe os livros, bem como proibia a expansão de suas doutrinas. Agindo contra o edito de Worms, Frederico fêz transportar Lutero, por cavaleiros mascarados, para o castelo de Wartburgo, na Turíngia, onde permaneceu dez meses correspondendo-se com os partidários sob o pseudônimo de cavaleiro Jorge. Em Wartburgo[5], que Lutero chamava a sua Patmos, escreveu livros de polêmica e a tradução da Bíblia, enquanto Melanchthon sistematizava a teologia protestante. Carlos V, sempre ocupado com guerras, não fêz cumprir o edito de Worms, embora houvesse afirmado que sacrificaria coroa e vida para manter a religião e extirpar a heresia. Principiaram nessa época o êxodo dos claustros e os casamentos dos ex-monges relaxados. Karlstadt introduziu a nova missa e a comunhão sob as duas espécies.

1) Frederico tinha de Roma a queixa de ver preterido um desejo seu relativo à obtenção de um benefício eclesiástico para um filho natural. — 2) Com 21 anos apenas, Carlos foi sucessor de Maximiliano, falecido em 1519. — 3) Ranke, Deutsche Geschichte im Zeitalter der Reformation I, 484. — 4) Hefele VIII, pág. 823. — 5) Foi em Wartburgo que começaram os remorsos de Lutero, ao refletir em sua ruptura definitiva com a Igreja. Mas o orgulho lhe impedia o arrependimento.

§ 154. Anabatistas de Zwickau.

Baseados na doutrina de Lutero, que admitia a Bíblia como única fonte de verdade, começaram em Zwickau os novos profetas (um sapateiro e dois pregadores protestantes) a rebatizar todos, porque na Sagrada Escritura não se lê que os meninos tenham sido batizados, mas sim os adultos.[1] Foram alguns desses anabatistas a Wittenberg e ganharam para si Karlstadt. Melanchthon estava indeciso, e Lutero falava também com pouca segurança sôbre as ocorrências em Zwickau. Quando os novos profetas começaram a fechar as aulas elementares e a praticar outros desmandos, Lutero se pronunciou abertamente contra êles, de modo que o próprio Karlstadt teve que fugir de Wittenberg, por causa de Lutero.

1) Riffel, Christ. K. G. I, 496.

§ 155. Dietas de Nürenberg.

Em 1521, morreu Leão X, e foi eleito sucessor Adriano VI. Era holandês, simples e pobre, que por seus méritos fêz rápida carreira. Regia um arcebispado na Espanha, quando o elegeram Papa. [1]

Na Itália não se deu bem: por ser germânico, por suceder a predecessores luxuosos, por ter chamado a Roma dois teólogos seus patrícios, e não se dar bem com a Cúria romana. [2] Estava bem intencionado, era bom e queria fazer uma verdadeira reforma. [3] Mandou para isso o Cardeal Chieregati à dieta de Nurenberg (1522). Esta exagerou os abusos de Roma, de modo que a resposta foi: "Emendem primeiro Roma, e depois a nós." Assim, em vez de pôr em prática o edito de Worms, afligiram mais o S. Padre, que já estava abatido pela queda de Belgrado nas mãos dos turcos. Adriano morreu em princípios de 1523. Seguiu-lhe Júlio de Medicis [4], Clemente VII (1523-34) que mandou o legado Campeggio (1524) a Nurenberg para a nova dieta. Tudo o que lá alcançou foi que se prometesse cumprir a dieta de Worms, quanto possível, promessa elástica, cujos resultados já se previam. Além disso, exigiram um concílio livre, de clérigos e leigos, na Alemanha, e nova dieta no outono seguinte, em Spira. Campeggio protestou, e Carlos V proibiu a dieta de Spira, bem como o conciliábulo profano e pôs em execução o edito de Worms. Foi, porém, Carlos V para a Espanha, e nada se efetivou. Não obstante, algo se conseguiu: a reunião dos Bispos no sul da Alemanha numa liga, para pôr em prática nos seus territórios o edito de Worms.

1) Hoefler, Papst Adrian VI, Viena, 1880. — 2) Não conhecia anteriormente a Cúria Romana, nem era conhecido na Itália. Tendo sido preceptor de Carlos V, foi o nome do Cardeal Adriano Florentz, Arcebispo de Tortosa, aclamado, quando os demais purpurados não achavam um Cardeal italiano para sucessor de Leão X. — 3) Começando pela Cúria Romana, "inde irae". — 4) O mesmo que, na morte de Leão X, opinou não se elegesse pontífice da família Médicis.

§ 156. Revolta dos camponeses.

A indecisão de certos príncipes na segunda dieta de Nurenberg exasperou Lutero, que, para vingar-se, escreveu contra êles e contra o imperador, exortando o povo a se rebelar e se unir aos turcos. Dessas idéias se aproveitaram os camponeses, já descontentes pela introdução do antigo direito romano. Uma prédica de Lutero sôbre a igualdade de todos, e uma carta que dirigiu aos campônios para excitá-los contra a autoridade dos senhores feudais, Bispos e Abades: eis a causa próxima da sublevação campesina, que reclamava igualdades e liberdades inadmissíveis. No princípio, Lutero estava satisfeito, por querer aproveitar o ensejo de estabelecer sôbre a camada popular a fôrça da sua religião. Mas quando viu os 200.000 revoltosos sob a direção de sacerdotes apóstatas se derramarem da Suábia por tôda a Alemanha, a

saquearem cidades e queimarem igrejas, assassinando e tudo devastando, receou achar-se comprometido perante os nobres, cujos exércitos iam vencendo os rebeldes. A derrota dos camponeses ofereceu a Lutero oportunidade para manifestar sua covardia e atitudes contraditórias. Incitou com a maior veemência todos os príncipes e cavaleiros a exterminar sem misericórdia a execranda raça dos camponeses.

Calcula-se que 50.000 camponeses foram massacrados. Uniu-se então Lutero aos nobres, sôbre os quais assentou a defesa de sua religião, satisfazendo-lhes, em compensação, tôdas as ambições e cobiças.

§ 157. Casamento de Lutero.

Lutero não cessava de elogiar os apóstatas, impelia os sacerdotes ao casamento [1], o que pretendeu até do Arcebispo de Mogúncia. Já antes de despir o hábito com que ficara até 1524, Lutero vivia escandalosamente, não querendo, entretanto, casar com nenhuma das ex-monjas, talvez para não contrariar o seu protetor Frederico da Saxônia. Êste, porém, morreu em 1525, quando, desde dois anos, Catarina de Bora, uma das ex-beneditinas raptadas por Koppe [2], teimava em não aceitar outro espôso senão o próprio Lutero. O contrato matrimonial se realizou em 13 de junho de 1525, em Wittenberg, perante o pastor Bugenhagen. [3]

1) Denifle I, 11 a 23. — 2) Koppe era chamado por Lutero o libertador, pelo infame encargo de tirar dos claustros as religiosas. — 3) Por êsse tempo andava Lutero discutindo com Erasmo de Rotterdam sôbre o livre arbítrio.

§ 158. Luteranismo na Alemanha.

Vários fatôres concorreram para propagação do luteranismo na Alemanha, entre os quais a corrução dos sacerdotes, a cobiça dos príncipes pelos bens eclesiásticos, e a facilidade da doutrina menos exigente que a do catolicismo.

a) *Expansão do luteranismo na Saxônia.* — Muito fácil era aí implantar-se o luteranismo, já porque muitos monges haviam deixado o claustro (Magdeburgo, Erfurt, Wittenberg, Nürenberg), já porque o eleitor Frederico [1] era amigo de Lutero, embora não consentisse oficialmente na reforma luterana de seu território. Sucedeu-lhe João Frederico, seu irmão, junto do qual Lutero trabalhou eficazmente para que a Saxônia aceitasse a religião reformada.

Sob o pretexto jurídico "cuius regio, illius et religio", em 1527 dois juristas e um teólogo protestantes introduziram na Saxônia novo culto divino. Êsses visitadores, instituídos por Lutero, tinham a missão de regulamentar o culto e a doutrina, e denunciar à autoridade secular os católicos recalcitrantes. Para orientá-los, Melanchthon escreveu uma instrução aos visitadores, e Lutero dois catecismos.

b) *Na Prússia.* Os cavaleiros da Ordem teutônica haviam convertido os povos da Livônia. Por isso receberam do Papa a incumbência de governarem o ducado da Prússia e Livônia. O cavaleiro Joaquim, governador da Prússia, procurou obter do Arcebispo Alberto de Brandenburgo, grão-mestre da Ordem, alguma proteção militar contra os povos invasores vizinhos vindos da Polônia. Como o infeliz Arcebispo

já houvesse apostatado, aproveitou o ensejo para uma aproximação e colóquio de Lutero com o governador Joaquim, donde resultou resolver-se êste a implantar o luteranismo na Prússia. E logo o executou.

c) **No ducado de Hesse.** — Filipe, landgrave de Hesse, implantou o luteranismo à fôrça, em 1526, expulsando do país todos os Padres que não se acomodassem à nova doutrina pregada por Lamberto, franciscano apóstata de Avinhão.

1) Frederico da Saxônia só apostatou perto de morrer (1525), mas procedia como luterano.

§ 159. A liga de Torgau e as dietas de Spira.

Os luteranos receavam que o imperador Carlos V impedisse a propagação de sua doutrina, mesmo nos Estados em que já a haviam introduzido. Por isso coligaram-se Hesse, Saxônia e mais outras províncias sob o nome de Liga de Torgau, tendo a sede em Magdeburgo. Os tempos lhes eram propícios: Carlos V e Francisco I estavam em guerra; Clemente VII, em desavença com Carlos V por ver Roma saqueada pelos exércitos imperiais; os turcos invadiam a Hungria. A Liga, ao ouvir outra vez do imperador a mesma ordem de não espalharem as heresias, provocou a dieta de Spira (1526), que pretendeu dos Bispos exigências inadmissíveis. Oton de Pack[1], cortesão da Saxônia, arquitetou uma coligação dos católicos contra os luteranos. Logo o duque de Hesse e o eleitor da Saxônia se puseram a protestar contra os católicos e apertar nas exigências contra os Bispos. Foi então que Carlos V ordenou nova dieta em Spira (1529), na qual proibiu terminantemente a propagação do luteranismo. Como seus adeptos protestassem contra essa ordem, ficaram desde então com o nome de *protestantes*. Quiseram daí juntar-se aos zwinglianos para, em nova assembléia, resistir às ordens de Carlos V, o que não foi possível, porque Lutero e Zwinglio não conseguiram de modo algum chegar a um acôrdo sôbre a doutrina relativa à Sagrada Eucaristia.

1) Ehses, Gesch. der Packschen Haendel; Landgr. Phil. v. Hessen u. Otto von Pack.

§ 160. Dieta de Augsburgo.

Solimão, sultão dos turcos, invadiu a Hungria e ameaçava Viena. Urgia, pois, reunirem-se os príncipes cristãos sob as ordens de Carlos V para uma defesa comum. Eis o objetivo da assembléia de Augsburgo (1530). Não quiseram, entretanto, os príncipes protestantes entrar em acôrdo antes de resolverem seus assuntos religiosos.

Clemente VII enviou seu legado Campeggio. E, como o proscrito Lutero não devesse comparecer, encarregou Melanchthon de apresentar a súmula da doutrina protestante por êle aprovada. Essa "Confessio Augustana", com os erros um tanto encobertos, foi admitida por vários príncipes, apesar de rejeitada pelos teólogos católicos, que lhe opuseram a "Confutatio Augustana".[1] Melanchthon respondeu com a "Apologia confes-

sionis Augustanae". Nesse interim foram tão grosseiras e exigentes as atitudes dos protestantes que todos perceberam a má fé da "Confessio Augustana" e a obstinação dos hereges. Em vista dêsse malogro, Carlos V convocou só seis membros importantes de cada uma das duas religiões, para um debate, cujo resultado foi o mesmo que os anteriores: refutação do protestantismo, mas pertinácia dos protestantes. Desta vez, porém, Carlos V estava disposto a pôr têrmo aos desmandos, pelo que deu aos protestantes um prazo determinado para se renderem e proibiu inovações em matéria de religião, ordenando também a restituição dos bens eclesiásticos roubados.

1) Wiedeman, Johannes Eck, p. 271; Ficker, die Confutatio der Augsb. Confession.

§ 161. Liga de Schmalkalde.

Carlos V nomeara rei da Alemanha seu irmão Fernando. Em vista de tais disposições do imperador, os protestantes se uniram, para, com João da Saxônia e Filipe de Hesse à frente, resistir a Carlos V e mover guerra aos católicos. Tomou essa união o nome de Liga de Schmalkalde (1531). A ela aderiram mais três príncipes e onze cidades livres, com o apoio de Francisco I, hostilizador de Carlos V, a simpatia de Henrique VIII, já em véspera de se divorciar de Catarina de Aragão, tia do imperador, e o gáudio de Solimão, amigo de Francisco I, o aplauso do católico duque da Baviera, que não admitia a nomeação de Fernando, e até do rei da Dinamarca, sogro de Alberto de Brandenburgo. Entretanto, no ano seguinte (1532) atacaram os turcos outra vez o império, e Carlos V precisava de concórdia e de guerreiros. Com o fim, pois, de combater os turcos, declarou na paz religiosa de Nüremberg (1532) acharem-se suspensos todos os processos religiosos, até à celebração dum concílio geral. Deu aos protestantes novo prazo. Disto se aproveitaram os luteranos e zwinglianos para se fortificar [1], enquanto os católicos pacientes tudo esperavam de Carlos V. Felizmente se conseguiu reunir guerreiros e repelir os turcos.

1) Martinho Bucer, teólogo protestante de Strasburgo, procurou unir os zwinglianos aos luteranos. Cfr. Döllinger, die Reformation II, 21.

§ 162. Anabatistas de Münster.

Os anabatistas, expulsos de Wittenberg em 1521, pereceram, em parte, na revolta dos camponeses em 1525. Os remanescentes se multiplicaram às ocultas e reapareceram numerosos na Westfália e na Holanda.

Pretendiam a comunhão de bens, davam-se à poligamia, ao iconoclasmo e à pilhagem. Fundaram em Münster a "Santa Sião" ou reino de Deus sôbre a terra. Em Amsterdam foi proclamado rei o alfaiate João de Leyde, chefe anabatista, apoiado pelo falso profeta João Matheys, e mais devasso que o chefe Bernardo Rothmann em Münster. Foram exterminados pelo govêrno civil de Amsterdam e do Bispo de Münster, o qual, expulso pelos anabatistas, obteve soldados do imperador e recuperou a cidade. Os habitantes de Münster desde então permaneceram fiéis à fé católica, opondo-se mesmo a acompanhar a apostasia do Bispo Francisco Waldeck e a permitir a secularização de seus bens.

§ 163. Dieta de Spira e Ratisbona.

Morreu Clemente VII e sucedeu-lhe Paulo III. Êste determinou celebrar o concílio, tão desejado pelos protestantes. Marcou-o para Mântua (1537), mas foi transferido para Vicenza, por várias circunstâncias. Os protestantes, porém, vendo que agora o concílio seria um fato, já não o queriam. E enquanto Lutero redigia os 23 artigos de Schmalkalde, nos quais despejava sua bílis contra o Papa e a Igreja, dando assim a entender claramente que eram enganosas as palavras brandas da "Confessio Augustana", o protestantismo se propagava em diversos Estados, cujos príncipes eram luteranos ou zwinglianos. Então também os católicos despertaram: reuniram-se na "Santa Aliança" e quiseram medir-se com os protestantes. Outra vez, Carlos V, forçado pelos turcos, necessitou de paz e de guerreiros, o que alcançou, permitindo na dieta de Spira um concílio sem o Papa (1544). E suspenderam-se as disputas. Como, porém, o imperador queria de fato a união e a paz dos católicos e protestantes, marcou para Worms e depois para Ratisbona uma dieta (1545), que o Papa transformou no concílio de Trento.

§ 164. Morte de Lutero.

O concílio de Trento começou em 1.º de dezembro de 1545, e Lutero morreu em 1546. Seus últimos anos foram atormentados pelas divergências das seitas. Morreu quase repentinamente em Eisleben, durante a noite. Estava calmo[1]; embora durante os últimos anos tivesse, segundo dizia êle, que combater muito com o demônio. E' falso ter êle se enforcado na cama. Depois da refeição, na qual ainda se serviu muito bem, sentiu-se mal e teve o primeiro ataque; depois, como estivesse melhor, dispensou a companhia que tinha. Pela madrugada piorou, chamou os seus e pela aurora morreu de apoplexia, confirmando sempre sua doutrina. E' falso, segundo o pastor protestante que se achava presente, ter morrido blasfemando e com horríveis convulsões. Essa morte, pelo menos aparentemente calma, terá sido fruto da convicção formada à custa de tanto repetir suas falsas doutrinas.

Dizem uns que Lutero foi grande. E é verdade, relativamente à sua fantasia, à eloqüência, aos conhecimentos bíblicos, à energia e trabalho, pois sua índole teimosa o fazia empregar tôdas as fôrças numa emprêsa encetada. Quanto à inteligência, conhecimentos dogmáticos, segurança na sua doutrina, era mui pequeno, ilógico e incoerente. Teimoso, fraco e orgulhoso, com relação à vontade. Comia e bebia demasiado, era desleal, mentiroso, ímprobo. Basta lembrar o consentimento dado a sério na bigamia do landgrave de Hesse. Quando, mais tarde, se viu descoberto, declarou ser por brinquedo e não a sério que tinha dado tal aprovação. Perverso, como alguns o fazem, não o era; sua maldade era mais por orgulho e anormalidade.

1) As testemunhas que o declararam eram só duas, e protestantes.

§ 165. Guerra de Schmalkalde.

A Liga de Schmalkalde[1] era uma combinação destinada a existir cinco anos (1531-1535). Porém seus chefes a mantiveram viva e forte por mais dez, já não com o fito de se defender enquanto aguardavam um concílio geral, senão de positivamente estender o protestantismo à Alemanha inteira. Para êsse fim, concluíram em Wittenberg um acôrdo com os zwinglianos. O ódio crescente da Liga contra o imperador e o Papa transbordou na ocasião de se iniciar o Concílio de Trento. Os protestantes invadíram o Tirol, a fim de dispersar os Padres Conciliares. Mas o imperador reuniu os príncipes católicos e desbaratou em Mühlberg (1547) as tropas de João Frederico da Saxônia e de Filipe de Hesse, chefes da Liga, chegando êste a cair prisioneiro do imperador. Infelizmente, por uma desinteligência entre Carlos V e Paulo III, que transferira o concílio para Bolonha, contra os desejos do imperador, concedeu êste o "Interim de Augsburgo"[2] e propôs aos Bispos do império uma reforma eclesiástica sob normas suas. Iludiu-se o imperador, pois o Interim não satisfez nem aos católicos nem aos protestantes, e os Padres Tridentinos, que já haviam firmado pontos de doutrina nas primeiras sessões, permaneceram fiéis ao Papa, que protestava contra o cesaropapismo de Carlos V. Em 1552 uma insurreição geral dos protestantes, auxiliados pelos turcos e os franceses, fêz o imperador fugir em certas refregas, a fim de não ser assassinado pelo próprio Maurício da Saxônia, protestante, mas aliado imperial. As sessões do concílio que voltaram a realizar-se em Trento em 1551, foram suspensas, segunda vez, no ano seguinte, novamente por causa da guerra. O imperador, cercado de inimigos e de traições, encarregou seu irmão Fernando de assinar com os príncipes protestantes o tratado de Passau (1552), que deveria vigorar até à celebração de uma paz duradoura.

1) Winkelman, der Schmalkald. Bund. — 2) O "Interim de Augsburgo" era um "modus vivendi" composto por dois Bispos católicos e o pastor João Agrícola.

§ 166. Paz de Augsburgo.

O regime de incertezas, desagradável a todos os partidos, levou Carlos V a designar seu irmão Fernando para assinar a paz de Augsburgo (1555), em que figuravam as seguintes cláusulas: a) liberdade de consciência para os príncipes e cidades livres que haviam aderido à "Confessio Augustana", em 1530. b) Reconhecimento do "Jus reformandi" pelo qual os governantes, católicos ou não, em virtude do "cuius regio illius et religio", podiam impôr sua religião aos habitantes de seus territórios.[1] Secularização definitiva dos bens eclesiásticos, efetuada antes do tratado de Passau (1552). d) Estabelecimento do "reservatum ecclesiasticum", isto é, a proibição de, no futuro, serem secularizados bens eclesiásticos, mesmo que apostatassem os prelados seus possuidores.

Foi o último tratado de paz religiosa no tempo de Carlos V, pois o imperador, no ano seguinte (1556), vestiu o hábito religioso no convento de S. Justo (Valladolid), após haver repartido entre seu filho Filipe II e seu irmão Fernando o govêrno do grande império. Morreu em 1558.

1) Cláusula iníqua, absolutista, que forçou certas regiões a mudarem de religião dez vêzes em cem anos e empobreceu e expatriou os que tinham convicções firmes.

§ 167. Zwinglianismo.

Na Suíça alemã quem implantou o protestantismo foi o suíço Ulrico Zwinglio.[1] Havia estudado literatura, humanidades e teologia em Basiléia, Bern e Viena. Era pároco de Glaris, donde o expulsaram por causa de seus costumes dissolutos. Como cura da catedral de Zurich pregou a primeira vez em 1.º de janeiro de 1519. Quando na Suíça o franciscano Samson publicou as fatais indulgências (1552), Zwinglio inspirou-se nos escritos de Lutero e atacou o jejum e a abstinência. O Bispo de Constança escreveu uma pastoral para dissuadir o povo de Zurich de seguir Zwinglio, mas não conseguiu impedir se espalhassem seus erros. Zwinglio investiu ainda contra o modo de se distribuir a sagrada comunhão sob uma única espécie, contra a adoração à hóstia, as procissões, culto às imagens, missa, etc. Em resumo: a reforma na Suíça teve as mesmas causas e seguiu a mesma marcha como na Alemanha.

Causas: maus clérigos, embora os Bispos fôssem bons; cobiça dos magistrados pelos bens eclesiásticos. Zurich tornou-se o refúgio dos criminosos.

Marcha: disputas; casamento dos ministros; confisco dos bens (15 dias de roubo); introdução pública da doutrina.

A dieta de Lucerna nada alcançou; tão-pouco a disputa de Constança. Em certos cantões entraram também os rebatizadores.[2] Em outros, muitos monges apostataram. Enfim, na guerra de 1531, foram desbaratados os zwinglianos e pereceu Zwinglio, com gáudio de Lutero. Houve então a dieta de Zurich em que se prometeu a oposição à seita, saindo assim vitorioso o Dr. Eck, graças à resistência dos cantões católicos.

1) Archiv für schweizer Reformations Gesch. III. 52. — 2) Egli, die Züricher Wiedertäufer zur Reformationszeit.

§ 168. Protestantismo na Suíça francesa.

Na Suíça francesa foi João Calvino quem implantou o protestantismo. Nasceu na Picardia (França), estudou teologia e direito em Paris, Orleans e Bourges. Na Suíça reinava o zwinglianismo, quando se separaram as três cidades Berna, Friburgo e Genebra. Berna era capital do zwinglianismo. Genebra estava em completa desordem e decadência. Calvino fugira da França para buscar refúgio em Basiléia, donde foi convidado a ir a Genebra. Daí fugiu ainda uma vez para Basiléia. Voltou a Genebra e reformou o culto, dando-lhe o cunho de completa frieza. Casou-se depois com uma viúva rica. Em coerência, era Calvino superior a Lutero e Zwinglio. Pouco a pouco Calvino tornou-se chefe não só das coisas religiosas, mas de tudo, estabeleceu o regime da tira-

nia[1], dizendo até haver homens predestinados ao inferno. Para ter melhor resultado no estabelecimento de suas heresias, reuniu um consistório de dezoito membros (seis ministros protestantes e doze leigos), que deviam vigiar e atender por tôda parte, para denunciar mesmo os menores acontecimentos. Essas denúncias tinham como resultado suplícios inauditos, praticados com bárbara crueldade. Assim se explica que, sendo o caráter suíço tão independente, não obstante só a viva fôrça é que aturou o absolutismo de Calvino.[2] O baluarte do calvinismo era a Academia de Genebra. Teodoro de Beza, literato, foi o sucessor de Calvino.

1) Audin, Hist. de la vie, des ouvrages et les doctrines de Calvin. — 2) Henry, Leben Calvins.

§ 169. Protestantismo na França.

Na França havia naquele tempo duas dinastias: a dos Valois e a dos Bourbons (ou de Orleans). Da dinastia dos Valois os soberanos foram: Francisco I e seu filho Henrique II, os quais impediram a implantação do protestantismo na França[1], onde o luteranismo começara pela tradução dos livros de Lutero, de Melanchthon, de Zwínglio e demais hereges.

Embora os soberanos impedissem a difusão das heresias, sempre se introduziram na França alguns protestantes. Em 1559 celebraram os protestantes ou huguenotes (palavra derivada talvez de Eidgenossen, isto é, ligado por juramento) o seu primeiro concílio nacional em Paris. Em outras cidades, como Orleans, Ruão, Lião, também havia huguenotes. Francisco II, filho de Henrique II, reinou pouco tempo; em sua minoridade foram regentes o conde Francisco de Guise e Carlos de Lorena, Arcebispo de Reims. Daí nasceu o descontentamento dos Bourbons, que esperavam ser regentes, ao menos. Bandearam-se então com os huguenotes, cujo chefe era o almirante Coligny.[2] Os Guise (Valois) quiseram introduzir a inquisição espanhola, para livrar das heresias a nação francesa. Mas um chanceler amigo dos huguenotes o impediu. Estavam assim os protestantes já em melhores condições, apoiados por Coligny e os Bourbons. Carlos IX, da mesma dinastia (Valois), tinha dez anos, quando lhe coube a vez de reinar. Na minoridade governou por êle a mãe, Catarina de Medicis, intrigante e má. Esta ainda fêz acentuar mais as divergências entre os Guise e os Bourbons. No intuito de obter o apoio para sua condição de reinante, procurou estar em paz com católicos e calvinistas. Para agradar a êstes, elevou ao pôsto de general o calvinista Antônio de Bourbon. Mas, para se mostrar católica, ordenou a expatriação dos huguenotes obstinados. Os católicos uniram-se para opôr-se à difusão das heresias. Porém Catarina não quis desagradar a Coligny, e permitiu o colóquio de Poissy, que deu

o costumado resultado, isto é, tolerância oficial do protestantismo. O decreto de 1562 impedia a entrada dos protestantes nas cidades, mas nos campos gozavam de liberdade. Aproveitando êsse edito de tolerância, cometeram os huguenotes barbaridades sem nome, destruição de igrejas, assassínios, roubos, e o mais. O Bearne foi de todos os territórios o que mais sofreu. Incorporado à França por Henrique IV, lá se implantou o calvinismo, castigando-se severamente os que não apostatassem. Começou então a série das quatro grandes guerras dos católicos contra os huguenotes, e, ainda que os católicos vencessem na última, nem por isso diminuiram os direitos usurpados pelos protestantes. [3]

1) Mas o favorecia na Alemanha, para enfraquecer o imperador. — 2) O almirante Coligny encontrou a proteção de Antônio de Bourbon, rei de Navarra, e do irmão, o príncipe Condé. — 3) Daniel, Hist. de France; Bossuet, hist. des variations, X.

§ 170. Noite de S. Bartolomeu.

Pelo casamento de Henrique de Navarra (Bourbon) com a filha de Catarina de Medicis, Margarida de Valois, irmã de Carlos IX, parecia haver-se feito as pazes entre Bourbons e Valois. Mas, com os Bourbons, entrou na côrte o almirante Coligny, cuja preponderante influência sôbre Carlos IX ia substituindo a dos Guise. Catarina, a rainha-mãe, temia Coligny, e por isso queria subtrair o filho a tão funesta influência. Coligny, por sua vez, procurava libertar Carlos IX da dependência materna, por julgar que era Catarina quem impedia a guerra contra a Espanha. Para se livrar de Coligny, Catarina tentou matá-lo (22 de agôsto de 1572). Fracassou, porém, o plano e os huguenotes ficaram raivosos em extremo. Pelo que os soldados da rainha caíram sôbre os calvinistas na noite de 23, festa de S. Bartolomeu, mataram Coligny e outros chefes, e fizeram umas quatro mil vítimas. Essa carnificina recai tôda sôbre a política da côrte e não sôbre a Igreja. E' verdade que Gregório XIII cantou um "Te Deum", quando soube da vitória dos católicos e da inutilidade da conjuração contra a vida do rei.[1] Quando, porém, depois o Papa soube das circunstâncias verdadeiras, indignou-se contra a notícia de Carlos IX. Poucos dias depois começou a quarta guerra religiosa.

1) Hergenröther, Kath. Kirche u. christ. Staat, pp. 654.

§ 171. A Santa Liga.

A Carlos IX sucedeu seu irmão Henrique III, rei da Polônia. Nem à França, nem à Polônia êsse rei serviu bem: era fraco e imoral. No seu govêrno teve lugar mais uma luta religiosa que terminou por uma paz e anistia, que dava aos huguenotes mais liberdade do que já tinham. Contra êsses abusos, Henrique de Guise reuniu os católicos na "Santa Liga", para a defesa de sua religião. Como os da liga fôssem apoiados pelo rei da Es-

panha, logo Henrique III declarou numa dieta que na França admitia só a religião católica. Pegaram então em armas os huguenotes e conseguiram do govêrno o edito de Poitiers, que lhes dava liberdade religiosa. Quando quiseram fazer as pazes entre huguenotes e católicos, rebentou nova guerra que durou um ano. Havia então uma inquietação geral, por se ignorar a quem cabia o direito de sucessão ao trono da França. Henrique III não tinha filho. Morreu-lhe o herdeiro presuntivo [1], e quem lhe devia suceder era o huguenote Henrique de Navarra. Como Catarina de Medicis e os liguistas não o tolerassem, Henrique III promulgou um edito que tornava inábeis para cargos públicos os huguenotes, mesmo príncipes.

A excomunhão de Henrique de Navarra, por Sisto V, confirmou essa preterição, parecendo que prevaleceria o candidato da Liga, o Cardeal Carlos de Bourbon, tio de Henrique de Navarra. Mas por ordem do versátil Henrique III, ora derrotado, ora vitorioso nas lutas contra Henrique de Navarra, foram assassinados Henrique de Guise e seu irmão o Cardeal Luís, chefes da Liga.

Carlos de Guise, irmão dos precedentes, tomou a chefia da Liga e, entrincheirado em Paris, defendia-se com os espanhóis contra os exércitos, agora unidos, de Henrique III e de seu cunhado Henrique de Navarra. Um dominicano louco, Tiago Clemente, julgou ter a missão divina de assassinar Henrique III, e o realizou. Ficou assim a França acéfala. Catarina de Medicis falecera pouco antes. O Cardeal Carlos de Bourbon estava prisioneiro de Henrique de Navarra, e êste não conseguiria entrar em Paris, reduto da Liga.

Henrique de Navarra, porém, anos havia que se preocupava em achar a verdade em assuntos religiosos. Seu conselheiro Sully mostrou-lhe a necessidade de abraçar o catolicismo, se pretendia governar a França. Dotado de espírito reto, verificou em várias consultas com próceres católicos e calvinistas que podia salvar sua alma no catolicismo. [2] E converteu-se sinceramente, fazendo sua abjuração e sendo absolvido. Assim conseguiu tornar-se o rei Henrique IV. Clemente VIII, vencendo a oposição da Espanha, o reconheceu legítimo rei da França. A Santa Liga perdeu assim sua finalidade e se desfêz.

1) Era o duque Francisco d'Anjou (1584). — 2) A um teólogo protestante perguntara se podia salvar-se na religião católica. E responderam-lhe que sim. Interrogou os Bispos católicos se podia salvar-se na seita calvinista. E êstes declararam que não.

§ 172. Edito de Nantes.

Com Henrique IV, passou o cetro da França à casa dos Bourbons, cujo primeiro reinante não agradou nem aos huguenotes, nem aos católicos: aquêles estavam descontentes por Henrique IV se ter convertido para ser rei[1] e êstes, por êle proteger os protestantes, publicando o edito de Nantes (1598). Nêle, as concessões feitas aos católicos eram poucas, mesmo assim desagradavam aos protestantes, que pretendiam um domínio absoluto. Impossibilitado de satisfazer a todos, apesar de suas boas qualidades, apreciadas pelo povo, morreu Henrique IV apunhalado pelo fanático Ravaillac. Após a regência de Maria de Medicis, durante a minoridade de Luís XIII, governou êste, cujo ministro, o Cardeal Richelieu, retirou alguns direitos e privilégios aos huguenotes, os quais um ano antes haviam destruído igrejas, matando sacerdotes e Bispos. Ligaram-se então os huguenotes com os protestantes do estrangeiro, e formaram um partido organizado, que pegou em armas. Daí seguiu-se uma série de batalhas e guerras com diferente êxito, até que, depois de sete anos, foi tomada aos huguenotes a principal fortaleza, em La Rochelle, e êles se renderam.

Entretanto, começou o clero a trabalhar para ver se reconduzia os huguenotes ao catolicismo. Muitos chegaram a se converter, devido em grande parte ao zêlo de S. Francisco de Sales e S. Vicente de Paulo.[2]

A Luís XIII seguiu Luís XIV. Cônscio de que a grandeza e poder da França dependiam quase só da unidade religiosa, procurou que todos abraçassem o catolicismo. Para o alcançar, estabeleceu as missões e deu privilégios aos convertidos, proibindo ao mesmo tempo passar-se ao protestantismo. O ministro da guerra com outras disposições sôbre o serviço militar, duplo aos protestantes, simples aos católicos e ainda mais simples aos convertidos, também alcançou bons resultados. Finalmente, o rei levantou o edito de Nantes, que antes favorecera aos protestantes. Nessas medidas não teve parte alguma o episcopado e clero francês. Muitos se converteram, muitíssimos emigraram para a Alemanha, Holanda, Inglaterra e Suiça, talvez em número superior a 200.000. Depois da morte de Luís XIV, os negócios contra os protestantes ficaram parados, porém êstes já não eram poderosos. Luís XVI, em 1787, concedeu outra vez aos protestantes os direitos dos demais súditos.

1) O motivo político terá estimulado Henrique a converter-se; mas não se converteu só para ser rei. — 2) Picot, Essai hist.

§ 173. Protestantismo nos Países Baixos.

Aos Países Baixos, com sua riqueza, comércio e luxo, lançaram os protestantes seus olhares ambiciosos. Espalharam-se os professôres protestantes pelo país já no princípio do reinado de Carlos V. Os humanistas, com Erasmo de Rotterdam à frente, inculcavam no povo sua doutrina livre. Por prudência, Carlos V não atacou logo as heresias, mas depois tratou-as com rigor. Seu sucessor Filipe II, da Espanha, mandou a irmã Margarida de Parma, cercada de bons conselheiros, para regularizar os negócios da Holanda. Guilherme d'Orange, homem de má vontade, protestante fanático, fingiu-se católico, para obter, com mentira e intrigas, o descontentamento da nobreza e separação entre os conselheiros e a rainha. Organizaram-se 250 fidalgos e pediram à rainha que convocasse os Estados Gerais. Ela prometeu ajudá-los e mandou sua petição a Filipe II. O partido desses fidalgos é conhecido pelo nome de partido de "Gueux" (mendigos). Introduziram-se por êsse tempo muitos pregadores calvinistas em Antuérpia e Flandres e aí conseguiram um levante geral contra a Igreja, praticando barbaridades enormes. Os desacatos contra as imagens e até contra a sta. hóstia abriram os olhos aos católicos. Os fidalgos católicos se separaram de Guilherme d'Orange e êste fugiu para a Alemanha. Pediu então Pio V a Filipe II fôsse pacificar os Países Baixos. O rei preferiu mandar em seu lugar o duque d'Alba, general enérgico, que fêz cessar a revolta, mas com seus rigores indispôs o povo. Experimentou o rei conceder-lhe um govêrno muito brando, o que deu pouco resultado. Passaram-se outros dois governos, sempre intentando conciliar os ânimos, que Guilherme d'Orange, voltando da Alemanha, continuava a revolucionar. Enfim, Guilherme separou do resto do país as províncias do norte. [1] Durante a guerra de separatismo, foi assassinado Guilherme [2], mas seu filho, Maurício d'Orange, o substituiu. Tornaram-se então os estados livres do norte ou a Holanda (1581). Orange proibiu o culto católico logo em 1581, contra as promessas formais que fizera ao povo. Mesmo assim muitos católicos permaneceram fiéis à sua fé. [3]

1) Formaram a União de Utrecht (1579), que, dois anos após, proibiu o culto católico e suprimiu "o bispado de Utrecht". — 2) A Igreja católica ficou estranha a tal assassínio (cfr. Paschini, Lez. di storia eccl. III, p. 288. — 3) Bentivoglie, Relazioni, p. 163.

§ 174. Anglicanismo.[1]

Henrique VIII, da Inglaterra, havia atacado Lutero e merecido o título de defensor da fé. Casado com Catarina de Aragão, viúva de seu irmão Artur, viviam ambos felizes. Mas o rei apaixonou-se por Ana Bolena, cortesã sem caráter. Querendo casar com esta, alegou que seu casamento era inválido, por ser Catarina sua cunhada. O argumento não colhia, pois Júlio II os tinha legìtimamente dispensado do tal impedimento. Para tratar dêsse negócio, iam à Inglaterra os legados papais, quando Catarina preferiu que o Papa mesmo decidisse. Entretanto, Henrique comprou a opinião dos doutôres das universidades de Cambridge, Oxford, Paris e Tolosa, para que proferissem opinião favorável à dissolução do casamento. Clemente VII ficou imóvel na sua resolução, contrária à dêsses doutôres, embora não se apressasse em decidir definitivamente. Quando, mais tarde, o Papa se pronunciou contra Henrique, logo êste rompeu com a Igreja, nomeando Bispos e um Vigário Geral para a Inglaterra. O Bispo Cranmer, de coração protestante, e da família Boleyn, casou Henrique VIII com Ana Bolena. O Papa não os reconheceu casados. Henrique mandou que todos os altos funcionários o reconhecessem senhor absoluto, até em assuntos de religião (1535). O chanceler Tomás Moore, o Bispo Fisher e outros morreram supliciados, por se recusarem a tão descabida pretensão. O Cardeal Reginaldo Poole fugiu, mas a pobre mãe foi martirizada, prometendo-se ainda boa recompensa a quem apresentasse ao rei a cabeça do Cardeal. Henrique VIII aboliu os pequenos conventos, roubando-lhes os haveres. Daí se levantou grande descontentamento, o que Henrique atribuiu ainda à influência dos grandes mosteiros. Levado por tal suspeita, destruiu num ano uns mil conventos no norte do país. Entretanto morreu Catarina de Aragão, a espôsa legítima de Henrique. O rei agora poderia ter casado com Ana e ter-se reconciliado com a Igreja. Não o quis. Mas também não adotou o luteranismo. Nem deram resultado as conferências que em Londres os teólogos luteranos tiveram com Cromwell e Cranmer. Por necessidade, Paulo III excomungou Henrique VIII, mas êste não mudou de proceder. Em 1539, o rei publicou o estatuto dos seis artigos, que define os dogmas da Igreja anglicana e a diferençava da protestante: conservava a confissão, a comunhão sob uma espécie, votos religiosos, preces pelos defuntos, a doutrina da transubstanciação e o celibato eclesiástico — e tudo isso se devia aceitar sob pena de morte. O seu Bispo Cranmer, que já se havia casado, mandou imediatamente para a Alema-

nha a mulher e filhos. A leitura da Bíblia só se concedia aos mais notáveis. Católicos e luteranos foram perseguidos terrìvelmente. E os católicos mais ainda por Cranmer, que, logo após a morte de Henrique VIII, se declarou luterano.[2]

A Henrique VIII sucedeu (1547) seu filho Eduardo VI, de nove anos apenas. A Igreja anglicana tinha, pois, como papa uma criança. Eduardo era filho de Joana Seymour, terceira mulher de Henrique VIII. O conde Seymour, tio de Eduardo, e Cranmer, ambos protestantes e ministros do reino, mandaram buscar professôres apóstatas, alemães e italianos. O Parlamento mudou os seis artigos de Henrique VIII em 42 artigos atrapalhados, que tinham a mesma fôrça de lei, mas que deixavam todos na dúvida, se ainda eram católicos ou se tinham já outra religião. Entretanto, já tôda a lei estava impregnada de heresias. A sorte dos católicos foi um pouco aliviada quando o conde de Northumberland mandou Seymour ao cadafalso. Mas Eduardo VI morreu com 16 anos de idade, e Northumberland quis elevar ao trono Joana Grey, sua nora. O povo não a aceitou, e quando Northumberland tentou rebelar-se, foi também levado ao cadafalso. Sucedeu a Eduardo VI Maria Tudor, a católica filha de Henrique VIII e Catarina de Aragão. E foi Maria quem mandou executar Northumberland, Joana Grey e seus cúmplices. Maria casou-se com Filipe II da Espanha contra a vontade da Inglaterra e da França. Reatou as relações com a S. Sé, por meio do Cardeal Reginaldo Pole. Deu muitos passos para coibir a propagação da heresia, proibindo livros e outros trabalhos começados no govêrno de Eduardo. O Cardeal Pole se empenhou muito e conseguiu algo, porém não tão ràpidamente como a rainha desejava; pelo que esta se queixou a Paulo III da tardança do Cardeal Pole em realizar a volta da Inglaterra ao catolicismo.[3]

O Papa quis substituir Pole por um dominicano, mas não chegou a tanto porque breve morreram Pole, Maria Tudor e Carlos V. Maria tornou-se cruel nos últimos tempos de sua vida. Além de outros, mandou supliciar Cranmer. Contudo, não merece o título de sanguinária, que lhe deram os protestantes, pois era preciso mão forte com os criminosos.

Seguiu-lhe no trono Isabel[4], filha de Ana Bolena. Durante a vida de Maria Tudor fingiu-se católica, para ser escolhida como sucessora. Queria, porém, que o Papa a reconhecesse rainha legítima. Roma se esquivou, pois sabia que Isabel era ilegítima de nascimento, e que Maria Stuart tinha mais direito ao trono. Com tal pretexto Isabel rompeu logo com a S. Sé, propôs ao Parlamento que os quarenta e dois artigos de Eduar-

do VI fôssem reduzidos a trinta e nove, mas permanecessem anglicanos, e introduziu outra vez o protestantismo na Inglaterra. Relutaram alguns Bispos, mas foram depostos e substituídos por Bispos ordenados por Parker. Tais ordenações eram inválidas: 1.º porque não é certo que Parker fôsse Bispo católico legítimo; 2.º nas ordenações não se empregavam as formas prescritas, mas falsificadas por Cranmer; 3.º Parker não teve a intenção de ordenar como a Igreja Romana.

Os fidalgos católicos levantaram-se para depôr Isabel e reintegrar Maria Stuart. Pio V era favorável a essa deposição.[5] Na luta morreram uns cinco mil católicos.[6] O Parlamento decretou penas extraordinárias a quem não fôsse ao templo protestante, aos sacerdotes que exercessem suas funções, a quem assistisse à missa e a quem hospedasse algum sacerdote.

Aumentavam as sanções cada vez que os católicos mostravam não respeitar as anteriores. Pio V deu oficialmente como ilegítima a rainha Isabel e a excomungou. Filipe II, de acôrdo com o Papa, reuniu uma armada para ir destronar Isabel, mas uma tempestade a desfêz e aniquilou. Essa emprêsa ainda assanhou mais o ódio de Isabel, de modo que o número de protestantes aumentou de 1-10 para 9-10.

Morta Isabel, subiu ao trono a dinastia dos Stuarts, com Jaime I.

1) N. Sandero, Vera et sincera Hist. schismatis Anglicani; Dodd, Church. History of England; Blunt, The reformation of the church of England; Lingard, Hist. of England; Colbert, Lettres sur la reforme en Angleterre et en Hollande. Ranke, Engl. Gesch.; Friedurann. A. Boleyn. — 2) Rudhart, Th. Morus; Spillmann, Die engl. Martyrer unter Heinrich VIII. — 3) Kerker, Reginald Pole. — 4) Os protestantes intitulam-na "rainha virgem". Mas só o era, no sentido de não se haver casado. De resto era tão devassa quão sanguinária. — 5) Mas é falso ter êle mandado emissários para ajudar os fidalgos. — 6) Spillmann, Die Engl. Martyrer unter Elisabeth; Weingarten, Revolutionskirchen Englands; Challoner, Denkwürdigkeiten der Missionspr. u. a. Kath., die in Engl., ihrer Religion wegen den Tod erlitten haben.

§ 175. Calvinismo na Escócia.

Reinava na Escócia Jaime V, quando os reformadores tentaram pervertê-la. Mas em vão, porque o rei era forte e nada permitia aos protestantes. Sucedeu-lhe no trono sua filha Maria Stuart, em cuja minoridade foram regentes seus tutores, e por êsse tempo já penetraram na Escócia alguns pregadores protestantes, que encontraram enérgica oposição da parte de certos Bispos.

Foi executado Wishart, um dos promotores de motins religiosos. Para se vingarem, assassinaram o Cardeal Beaton. Daí uma série de mútuas reivindicações, em que os protestantes, guiados por João Knox, atacavam simultâneamente a Igreja e o trono.

Como Francisco II da França desposasse Maria Stuart, ficou a Escócia sob a regência de Maria de Guise, viúva de Jaime V. Esta, procurando conciliar os ânimos, concedeu aos protestantes liberdade de culto (1559). Mas o atrevimento levou-os a querer suprimir de todo o culto católico, o que ocasionou tremenda luta religiosa. Tropas francesas sustentaram a regente, e os rebeldes, vencidos, se refugiaram junto a Isabel da Inglaterra. Para Maria Stuart, viúva de Francisco II, voltar à Escócia, teve de assinar de antemão o tratado de Edinburgo (1560), em que viu a nobreza usurpar-lhe quase todos os direitos. Nesse mesmo ano o Parlamento adotou uma profissão de fé calvinista e declarou abolida a religião católica.

Knox organizou a Igreja escocesa e publicou seu "Livro de Disciplina". Infelizmente Maria casou-se depois com o perverso fidalgo Darnley, que tomou parte, mais tarde, no assassínio de Ricardo, secretário da rainha. Por sua vez Darnley foi morto por Bothwell, que desposou depois Maria Stuart, dando ao povo a falsa idéia de uma cumplicidade da rainha no assassínio de seu segundo espôso. Forçaram-na a abdicar e a encarceraram. Maria Stuart fugiu para junto de sua prima Isabel, que a lançou num calabouço e matou-a, depois de um cativeiro de dezenove anos. Organizou-se definitivamente na Escócia o culto presbiteriano calvinista.[1]

1) James Walsh, History of the catholic Church in Scottland; Forbes-Leith, Narratures of Scottish Catholics under Mary Stuart and James VI; Bellesheim, Gesch. der Kathol. Kirche in Schottland.

§ 176. Os Stuarts e o catolicismo.

Com a morte de Isabel, Jaime VI, da Escócia, filho de Maria Stuart, passou a reinar sôbre tôda a Grã-Bretanha, com o nome de Jaime I. Era mau. No princípio de seu reinado suspendeu as leis contra os católicos, mas logo após fêz vigorar de novo tôdas elas e até mandou cobrar as dívidas atrasadas, isto é, exigir que os católicos recalcitrantes em não ir aos templos protestantes pagassem o imposto dos meses passados. Daí nasceu a conjuração da pólvora, em que os católicos queriam, pondo fogo nas adegas do Parlamento, fazer voar pelos ares o rei e seus ministros. Um conjurado ficou com remorsos e avisou-o do risco que corria. Foram mortos todos os conspiradores, inclusive o Padre Provincial da Companhia de Jesus, por se julgar que êste sabia da conspiração, por meio da confissão sacramental. Foram promulgadas leis mais rigorosas contra os católicos. Além de perderem muitos direitos, eram forçados por lei a jurar fideli-

dade absoluta ao rei, isto é, reconhecê-lo como soberano temporal e espiritual, negando ao Papa a supremacia espiritual e o poder de destronar um herege. Paulo V proibiu aos católicos prestarem tal juramento. Começou então um período triste para a Igreja da Inglaterra, período de guerra aberta, verdadeira perseguição.

Carlos I, filho e sucessor de Jaime I, não era mau, porém lhe faltava a firmeza de caráter. Lutou contra o presbiterianismo calvinista. Defendeu os ritualistas anglicanos, contra os puritanos da Escócia, que rejeitavam a liturgia anglicana já decretada. E como formassem êstes maioria no Parlamento, Carlos I dissolveu três vêzes a Câmara. Mas, finalmente, precisando o rei convocar um Parlamento, chamou o "Parlamento longo", cujos membros eram quase todos simpáticos aos puritanos e se tornaram contrários ao rei. Nessa guerra com os puritanos da Escócia, Carlos I caiu nas mãos de Cromwell, chefe puritano, que o prendeu e executou. Cromwell era o terrível protestante que, primeiramente, quis soberano o povo, e depois proclamou uma república, em que êle foi verdadeiro ditador durante seis anos. Morreu amargurado por muitas conspirações, das quais as primeiras abafou no sangue das vítimas.

Carlos II estava na França, quando o chamaram para ocupar o trono da Inglaterra, pois tudo estava em anarquia, e Ricardo, filho e sucessor de Cromwell, abdicara por falta de coragem. No reinado de Carlos II, os católicos foram perseguidos, porque o miserável caluniador Tito Oates inventou uma conspiração papista e a denunciou ao rei. Recomeçou a perseguição em grande escala. Carlos II se converteu e morreu católico.[1]

Jaime II, irmão e sucessor de Carlos II, mostrou-se católico sincero; quis reconciliar a Inglaterra com a Igreja, mas andou com demasiada pressa, contra o conselho do Papa. Aboliu do juramento ao rei a parte relativa à sua soberania espiritual, decretou a liberdade de consciência, proibiu a perseguição, permitiu aos religiosos voltarem à Inglaterra, e reatou as relações oficiais com a Santa Sé. Em tais circunstâncias, os protestantes convidaram Guilherme d'Orange a se apoderar do trono. Com muito gôsto Guilherme aceitou a emprêsa, pois com o nascimento do filho de Jaime II, perdia Guilherme o direito à sucessão.[2] Sem muita resistência assenhoreou-se do trono, vencendo Jaime II, que se retirou para a França. Mais tarde procurou êste reconquistar o trono, mas nada conseguiu nem para si, nem para sua descendência católica. Guilherme III reeditou em 1689 o ato de tolerância contrário aos católicos, dois quais se fêz perseguidor.[3] Não se alterou a situação religiosa no reinado de

Ana, protestante, embora filha de Jaime II, nem de seus filhos Jorge I até Jorge IV, de Hannover.[4] Tão-pouco no de Guilherme IV. Com a rainha Vitória começa a melhorar a sorte dos católicos, em conseqüência da atitude de Daniel O'Connell, em 1828, portanto, ainda no reinado de Jorge IV.

1) Carlos II se converteu em Colônia, 1654, por influência de um filho seu. — 2) Onno Klopp, Der Fall des Hauses Stuart u. die Succession d. Hauses Hannover. Viena, 1875. — 3) Hassenkamp, Irland in der Zeit von 1660-1760. Ostrowo, 1883. — 4) Hartpole Lecky, Hist. of England in the 18 century. London, 1875.

§ 177. Martírio da Irlanda.

A Irlanda é gloriosa por sua fidelidade à Igreja católica.[1]

O anglicanismo de Henrique VIII não fêz sofrer tanto os irlandeses, mas Eduardo VI já começou a implantar o protestantismo na costa oriental da Irlanda, tornando obrigatória a liturgia anglicana aos inglêses que lá moravam. Com Maria Tudor desapareceu a propaganda herética na Irlanda. Só Isabel é que tentou espalhar a seita em tôda a ilha. Para o conseguir, confiscou todos os bens dos católicos irlandeses e lhes moveu cruenta guerra. Os irlandeses permaneceram fiéis a suas crenças. Jaime I serviu-se de meios idênticos, porém ainda mais rigorosamente. Entregou aos protestantes inglêses os bens móveis, terrenos e colônias dos irlandeses católicos.

Carlos I teve boa vontade para com a Irlanda. Tudo, porém, ficou em projetos, pois o Parlamento não consentiu que cumprisse as promessas. As lutas entre puritanos e parlamentos não o deixaram agir.

Foi então que os irlandeses[2], apoiados por seus Bispos, efetuaram levante geral contra os parlamentos. No princípio venceram, mas, derrotados, enfim, tanto piores conseqüências tiveram de suportar. Cromwell vendeu vinte mil católicos aos Estados Unidos, confiscando-lhes naturalmente as posses. Grande número morreu massacrado; outros foram sòmente exilados; as cabeças de Bispos foram postas a preço. Sob Carlos II continuaram as terríveis leis vexatórias. O católico Jaime II, vendo a fidelidade da Irlanda, lá se refugiou quando fugia para a França. A Irlanda acolheu e amparou seu protetor. Após a vitória de Guilherme d'Orange, a Irlanda teve que pagar com sangue essa caridade para com o rei destronado. Daí por diante a religião católica continuou sempre a sofrer vexames até 1828, quando O'Connell a libertou.

1) Beaumont, L'Irlande sociale, politique et religieuse. Paris, 1863; Brenan, Eccl. hist. of Ireland. Dublin, 1864; The Analecta of David Rothe. Dublin, 1884. — 2) Leo, Universalgesch. III, 624.

§ 178. Protestantismo na Escandinávia.

I) A Suécia estava ligada à Dinamarca. Durante cinqüenta anos, a nação foi ludibriada pela ambição dos soberanos e alguns fidalgos. O povo não apreciava a união da Suécia com a Dinamarca, ao passo que a nobreza e clero a sustentavam. Para separar do povo o clero, e assim libertar a Suécia, Gustavo Wasa pretendia adotar o protestantismo. O despótico Cristiano II, rei da Suécia e Dinamarca, foi destronado por Gustavo Wasa que, partindo de Copenhague, adquiriu adeptos e, proclamando a separação da Suécia, tomou o título de rei. Abusou, porém, da confiança da nação, juntando-se aos luteranos e perseguindo os católicos. O povo não mostrava simpatia alguma aos pregadores protestantes, um dos quais era professor na Universidade de Upsala. Houve também uma disputa oficial em Upsala, na qual foi vencido o pregador protestante.

Essa derrota não desanimou o rei Gustavo, que adotou o regime das violências: decapitação dos Bispos, etc. Nada conseguindo com a tirania, quis então implantar o luteranismo por meio de uma dieta. A assembléia rejeitou a reforma religiosa. Foi então que Gustavo falou em abdicar, calculando já o efeito que tal ameaça produziria em sua gente. De fato, por essa razão aceitaram a reforma os suecos. — Erico XIV, filho e sucessor de Gustavo Wasa, procurou substituir o luteranismo pelo calvinismo, mas a tentativa custou-lhe o trono, pois não tinha as credenciais do pai. Trancaram Erico num cárcere, onde morreu louco. Seguiu-se no govêrno João III, seu irmão, cuja espôsa, a piedosa Catarina da Polônia, o levou a reintroduzir a liturgia católica e os sacerdotes, visto que o sentimento católico ainda persistia no coração do povo. O Cardeal Hosius conseguiu do Papa Gregório XIII alguns jesuítas e um Padre secular para a Suécia. João III lhes ofereceu colocações no magistério público. O S. Padre enviou também seu protegido, o jesuíta Possevino, para reorganizar a Igreja na Suécia. João III se achava a caminho da conversão, mas, chegado o momento de a realizar, exigiu que Possevino (ou o Papa de quem era legado) fizesse concessões descabidas, v. gr., a missa rezada em vernáculo, a comunhão sob as duas espécies, a abolição de algumas cerimônias, etc. Naturalmente obstou-lhe à conversão a resposta negativa, como também a morte de Catarina e o subseqüente casamento com uma protestante. E assim a Suécia voltou ao protestantismo, conservando apenas a liturgia católica. [1] Sucedeu-lhe Si-

gismundo III, já rei da Polônia. Era filho de João III, mas, católico fervoroso, quis reconduzir o país ao catolicismo. O regente, seu tio Carlos, aproveitou a viagem de Sigismundo à Polônia, para se ligar aos protestantes e impedir a volta de Sigismundo ao govêrno. E assim o fêz. Quando Sigismundo teve ciência, reuniu tropas contra o herege Carlos, mas, vencido, Sigismundo teve que deixar a Suécia, enquanto seu tio subia ao trono, com o nome de Carlos IX, encargo que lhe foi cometido pela assembléia dos protestantes, outra vez numerosos.

II) Na Dinamarca o mesmo Cristiano II, da Suécia, quis impôr o luteranismo, mandando-lhe pregadores e professôres, razão por que foi deposto.[2] Para Frederico I ser eleito, foi-lhe preciso jurar que defenderia o catolicismo. Não obstante, em vários decretos vexou os católicos e prescreveu usos protestantes. Houve apostasias nessa época. Cristiano III, seu filho e sucessor, foi tirano. Implantou o luteranismo e em várias dietas proscreveu o catolicismo. Principalmente os Bispos e religiosos (jesuítas) pagaram com o sangue a firmeza na fé e o zêlo apostólico.[3]

III) A Noruega, unida à Dinamarca, participou das mesmas lutas e derrotas, submetendo-se ao luteranismo, só pela violência.

IV) A Islândia resistiu por muito tempo, mas por fim teve que ceder também, após a execução do piedoso João Aresen II, Bispo de Holum († 1550).

1) Theiner, l. c. I. 415. — 2) Karup, Hist. de L'Eglise Cath. en Danem. — 3) Wocker, Aus Norddeutschen Miss. des 17. u. 18. Jahrh. Col. 1884.

§ 179. Nas províncias bálticas.

Os Estados Bálticos estavam sob os cavaleiros teutônicos.

1) Dêles a Livônia e a Curlândia herdaram as heresias que os mesmos haviam implantado na Prússia. Na Livônia o propugnador foi o grão-mestre da Ordem, Walter von Plettenberg, o qual não achou oposição alguma da parte do Arcebispo de Riga, Guilherme de Brandenburgo, irmão do apóstata Alberto de Brandenburgo. Na Curlândia foi Gotthard de Kettler que, com o título de duque da Curlândia, adotou a "confessio augustana", auxiliado pelo Bispo local.

2) Na Polônia, Sigismundo I com dois Bispos aplicaram as leis contra os protestantes. Mas a heresia continuou a medrar.[1] Sob Sigismundo II, teve a história da Polônia uma página glo-

riosa, pois nesse período se uniram a ela os lituanos e outros povos. Mas de outro lado já se espalhava por tôda parte o protestantismo. Numa dieta, os fidalgos fizeram as mesmas exigências que João III, na Suécia, e mandaram-nas ao Papa Paulo IV. Êste, porém, enviou ao rei da Polônia dois Bispos, como legados seus, para que o convencessem da impossibilidade de transigir. O rei aceitou os legados e se deixou persuadir, pelo que permitiu que entrassem mais sacerdotes no país. O Cardeal Hosius, aproveitando a ocasião, introduziu os jesuítas. Entretanto, havia ainda liberdade de culto. Apareceram, depois dos luteranos, os calvinistas. Sigismundo III, também rei da Suécia, católico fervoroso, preferiu meios pacíficos e suasórios para reconduzir a Polônia ao catolicismo. Para êsse fim serviu-se dos núncios apostólicos e dos jesuítas, mantendo, entretanto, a liberdade religiosa para todos, o que fêz diminuir a influência e o número dos protestantes. Começou, porém, a reinar a casa de Saxônia. Os hereges ainda existentes opuseram dificuldades que provocaram o massacre de Thorn. O caso foi êste: numa procissão, um protestante faltou ao devido respeito, pelo que um ginasiano lhe deu uma cacetada. Foi êste prêso, apesar dos protestos dos colegas católicos. Em represália prenderam no colégio um pequeno protestante. Os "reformados" exigiam a liberdade do pequeno protestante, e logo a entrega do reitor, que nem sabia do ocorrido. Não satisfeitos, os perversos quebraram objetos sagrados no colégio e nas igrejas, praticando muitos horrores. Para tais casos a lei prescrevia a pena de morte, a que tiveram de submeter-se os delinqüentes, ainda que os jesuítas pedissem indulto para os condenados. Nos subseqüentes reinados tornaram-se tão exagerados os direitos dos fidalgos, que o último rei já quase nada mandava. Assim fácil se tornou a Catarina II, da Rússia, apressar a decadência da Polônia. Sob o govêrno prussiano e russo, os católicos polacos tiveram muito que padecer.

3) A Silésia já estava preparada para receber o protestantismo. O clero não se moveu perante as inovações luteranas. Frederico II mandou um pregador protestante percorrer o país, ordenando que todos só ouvissem a pregação do Evangelho puro, que recebessem a sagrada comunhão sob duas espécies, etc. Sob os demais soberanos a situação não melhorou, ora por causa dos turcos, ora por rivalidades internas. Contudo, na Silésia a "reforma" não teve caráter perseguidor e atroz como em outros países. [1]

1) Bach, Urkundl. K. G. der Grafschaft Glatz; Soffner, Gesch. der Reformation in Schlesien; Fibiger, das in Schlesien gewaltig eingerissene Luthert.

§ 180. Na Húngria e Transilvânia.

Na Hungria e na Transilvânia foi introduzido o luteranismo por mercadores e pelos estudantes húngaros, que freqüentavam a universidade de Wittenberg.[1]

A oposição dos Bispos e do rei Luís II às idéias luteranas levou uma dieta a renovar as leis contra as heresias. Porém nas lutas contra os turcos caíram muitos Bispos e o rei Luís II, o que motivou a vacância de tantas dioceses cujo preenchimento pretendiam para si os pastôres protestantes. Várias cidades se declararam favoráveis ao luteranismo. Infelizmente os sucessores de Luís II, católicos embora, não combatiam estas simpatias e exigências luteranas, pois Fernando I, que finalmente subiu ao trono, esforçava-se por vencer seu competidor, igualmente católico, enquanto até o calvinismo já começava a ter adeptos. Entre calvinistas e luteranos houve controvérsias, disputas, dietas, mas tudo só serviu para mais exasperar os ânimos. Os Bispos e os jesuítas muito se empenharam na conversão dos apóstatas, e obtiveram numerosos e bons resultados[2], apesar de haver Maximiliano II, filho e sucessor de Fernando I, feito muitas concessões aos protestantes. O rei Matias combateu eficientemente o protestantismo, mormente fundando residências de jesuítas. Fernando II continuou os empreendimentos do rei Matias, mas já Fernando III e Leopoldo I, no intuito de obterem a paz, cederam muito aos protestantes, que nem por isso ficaram menos descontentes, como sempre.

1) P. Ember, Debreceni, Hist. eccl. reform. in Hung. et Transilv. Locupletata a F. A. Lampe. — 2) A. Socher, Hist. prov. Austr. Soc. Jesu (1740); Rimeley, Hist. coll. Pazmaniani.

§ 181. Protestantismo na Europa meridional.

No sul da Europa mui pouca influência teve o protestantismo.

1) Aos Balcãs, já vítima dos muçulmanos e do cisma grego, não interessava a pseudo-reforma religiosa dos países católicos.

2) A Itália teve a sua infiltração protestante, mas principalmente na aristocracia, em alguns conventos e em grupos de literatos.[1] Prestaram concurso diabólico e eficaz alguns religiosos pregadores de missões. Ainda que se apresentassem como zelosos defensores do puro cristianismo, o povo estranhava suas atitudes reformistas e os denunciava como suspeitos de heresias. O principal dêles foi Bernardino D'Ochino, geral dos capuchinhos, muito apreciado como orador popular. Imitavam Ochino os conventuais Jerônimo Galateo, Bartolomeu Fonzio, Alexandre de Piove di Sacco, o carmelita João Batista Pallavicino, os agostinianos Juliano de Colle e Agostinho Mainardi e vários outros.

O cônego regular Pedro Mártir Vermigli abriu escola de humanidades em Lucca, onde espalhou seus erros teológicos.[2] Rumorosa queda foi a de Pedro Vergério, Bispo e ex-núncio na Alemanha, bem como a de seu irmão João Batista, Bispo de Pola, e de Pedro Carnesecchi, já secretário de Clemente VII. Entretanto, a criação do tribunal romano da inquisição, entregue a seis Cardeais nomeados por Paulo III, teve eficiente atuação contra a heresia, principalmente nos pontificados de Paulo IV e de S. Pio V.

3) A península Ibérica sofreu ainda menos da influência protestante. Por lá apenas se espalharam os escritos de Erasmo de Rotterdam, apreciados em parte pela doutrina, levando à apostasia o gentilhomem João Valdez, o português de Góis, e outros.[3] Mas, atacados por Stuniga, de Miranda e outros defensores da ortodoxia, quase nada puderam fazer na Espanha, achando melhor emigrar do que ser presos e conduzidos ao tribunal da inquisição espanhola, mais terrível que a romana.

1) Pio Paschini, Lezioni di storia eccl. vol. III, pág. 219 (1931). — 2) Cantù, Gli Eretici d'Itália, 3 vol. — 3) Menendez Pelayo, Hist. de los heterod. españoles.

§ 182. Entre católicos e protestantes alemães.

A paz de Augsburgo (1555) e depois a de Worms (1557) não satisfizeram nem aos católicos nem aos protestantes. Aos católicos, porém, o tratado deu alento, pois tiveram ensejo de ver quão desunidos estavam os protestantes. Desde então cobraram ânimo os católicos e se uniram muito mais. Os príncipes jamais conseguiram ligação de católicos com protestantes, nem a desunião dos católicos entre si. Os protestantes continuavam a provocar apostasias, a esvaziar mosteiros e secularizar bispados.[1] Contudo, o povo mesmo, principalmente o de boa vontade e de sentimentos religiosos, não queria ficar com a religião "reformada", que nada oferecia ao coração e era em si mesma tão fria. Só à fôrça de brutalidades é que os pastôres protestantes continham a massa.[2]

No fim do século XVI foram secularizados três arcebispados e mais de setenta e cinco bispados na Alemanha do norte; daí o domínio protestante naquelas regiões.[3] Os irenitas, partidários de uma paz utópica, faziam concessões tanto aos católicos como aos protestantes, provocando o descontentamento de ambos os credos. Até então o luteranismo é que dominava na Alemanha. Depois da morte de Lutero, introduziu-se o calvinismo. Assim, uma vez que tinham deixado o catolicismo pelo luteranismo, não sentiam depois escrúpulos em passar dêste a outra seita qualquer. Sirva de exemplo o Palatinado que, em virtude do "cuius est regio, illius et religio", se tornava luterano ou calvinista, conforme o soberano: Frederico III, o bêbedo, implantou o calvinismo porque viu os maus resultados do luteranismo; Ludovico, seu filho, voltou ao luteranismo; João Casimiro, tutor do herdeiro do trono, reconduziu o país ao calvinismo, para depois o devolver ao luteranismo. Que religião podia ter o povo, obrigado a mudá-la a capricho de cada monarca?[4]

Com o concílio de Trento animaram-se os católicos, vendo a disciplina eclesiástica, o dogma, a moral, tudo bem esclarecido e justificado. O "jus reformandi" favoreceu ao duque da Baviera e seus parentes, baluartes da fé católica, possibilidade de afastar de suas cidades os hereges. As diferenças e rivalidades entre católicos e protestantes se acentuaram cada vez mais, após tantas controvérsias.

Os Padres Pedro Canísio e Pedro Faber, da Companhia de Jesus, não queriam entrar em disputas com os protestantes, pois tal meio nunca produzia os efeitos desejados. Preferiam educar a

mocidade na fé católica e assim alcançarem bons resultados. Revoltados, não quiseram os hereges aceitar a reforma do calendário só porque vinha do Papa. Era de esperar um conflito entre católicos e protestantes, em vista de tantas divergências. Foi retardado o choque por causa do Arcebispo de Colônia, um tal Gebhard[5], que se mostrou correto até ser elevado a Arcebispo, e tirou a máscara logo depois. Começou a favorecer os protestantes. Êstes desejavam que Gebhard se casasse, conservando, no entanto, o arcebispado. A seu favor estava João Casimiro, de modo que o apóstata Gebhard já podia cantar vitória, porque estava a vencer seu rival Ernesto da Baviera. Mas aquêle foi chamado a servir de tutor ao herdeiro do trono no Palatinado. O Papa excomungou Gebhard, e nomeou o próprio Ernesto para a Sé de Colônia.

Em Strasburgo, para Bispo diocesano, era candidato dos protestantes o filho de um Bispo[6], o que os católicos não podiam aceitar. Daí se originaram doestos que só terminaram a peso de dinheiro. Aix-la-Chapelle, como cidade livre, tolerava ambas as religiões.

1) Eichhorn. Deutsche Staats-u. Rechtsgesch. IV: Jansen, Geschichte des Deutschen Volkes, t. 5.º — 2) Kluckhohn. Wie ist Fried. III Calvinist geworden?; Menzel, Neuere Gesch. der Deutschen. IV: Remling. Das Reformationswerk in der Pfalz. — 3) Eichhorn. Deutsche Staats-und Rechtsgesch. IV, 146. — 4) O duque Júlio de Brunswick não deixava aos súditos outra escolha senão entre o luteranismo e o exílio. Cf. Kluckhohn, l. c. — 5) Gebhard Truchsess desposou Inês de Mansfeld e quis secularizar o cabido. Cf. Ennen, die Ref. im Erzb. Koeln.; Lossen, der Köln. Krieg. — 6) Era o marquês João Jorge de Brandenburgo, ao qual os católicos opuseram o Cardeal de Lorena (Guise).

§ 183. Guerra dos trinta anos.

Essa era a situação da Alemanha, quando Frederico IV, do Palatinado, convidou Henrique IV da França a formar com a Inglaterra e Holanda a "União Evangélica", destinada a combater o catolicismo. Os católicos fizeram outro tanto: formaram em sua defesa a "Liga Católica", chefiada pelo duque Maximiliano da Baviera. O assassínio do convertido Henrique IV (1610), quando pretendia abater a casa d'Áustria, retardou por oito anos o ataque dos protestantes ao partido católico.

Morreu também Frederico IV, um mês depois do assassínio de Henrique. Verificou-se, porém, o encontro na Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), luta política, religiosa, que teve por causa a violação do contrato de Augsburgo (1555) e o assustador incremento do calvinismo na Alemanha.[1] Serviu de ocasião a defenestração de Praga (1618), ato com que os revoltosos da Boêmia atiraram por uma janela, à altura de 20 metros do solo, dois governadores imperiais. Vendo Paulo V que estava periclitando o catolicismo na Europa Central, fomentou a ação da Liga e o mesmo fêz a Espanha com relação ao imperador Fernando II. A grande vitória desta na Montanha Branca, perto de Praga (1620), entre-

gou a Boêmia ao imperador, enquanto o rei Frederico V do Palatinado fugiu e foi banido do império. Assim foi possível reintroduzir religiosos na Boêmia e na Silésia, bem como reprimir a prepotência dos protestantes austríacos, obrigando-os a restituir os bens roubados aos institutos eclesiásticos. Aqui termina o período bélico chamado "palatino". Seguiu-se o dinamarquês.

E' que os príncipes alemães não se submeteram aos justos decretos imperiais e chamaram em seu auxílio Cristiano IV, da Dinamarca. As vitórias do general boêmio Wallenstein[2] e de Tilly[3], chefe da Liga, levaram Cristiano IV à paz de Lübeck, oferecida pelo imperador, que pelo "edito de restituição" (1629) negou ao calvinismo a liberdade religiosa por estar em desacôrdo com os tratados de 1555. Wallenstein executou o edito de restituição, mas foi sacrificado à invejosa ambição de Fernando II, e à política de Richelieu, que instigou Gustavo Adolfo[4], da Suécia, contra a Alemanha. Desembarcando na Pomerânia, Gustavo Adolfo venceu os católicos em vários encontros. O velho Tilly foi morto, e Fernando II se viu obrigado a readmitir o general Wallenstein. Gustavo Adolfo caiu morto em Lützen, mas Wallenstein foi assassinado. A paz de Praga, com que terminou a terceira parte da terrível guerra, mitigou o edito de restituição, e deu ensejo à intervenção do Cardeal Richelieu.

Começou então o último período, o francês, com êxito militar para os protestantes apoiados por Richelieu contra Fernando II e a Espanha. A morte de Fernando II (1637) e de Richelieu (1642) não mudou o curso da guerra. Condé e Turenne, vencedores em Rocroi, Friburgo e noutros pontos, impuseram a Fernando III, imperador derrotado, a triste paz de Westfália[5] (1648) em que o protestantismo foi reconhecido oficialmente, a Holanda e a Suíça se constituiram como nações, e decaiu o poder imperial, enquanto aumentava o prestígio da França e da Suécia.[6]

1) O mal se agravou pela perseguição aos católicos de Donauwörth (1606) e pela grande questão de sucessão nos bispados de Julich e Cleve (1609). — 2) Arétin, Wallenstein, Beiträge zur näheren Kenntnisz seines Characters; Hurter, zur Gesch. Wallensteins; Dudik, Wallensteins Korrespondenz. — 3) Villermont, Tilly et la guerre de Trente ans. — 4) Cronholm, G. Adolphe en Allemagne (obra sueca). — 5) Em vão Inocêncio X protestou contra a violação dos direitos da Igreja; Bull. Rom. XV, 603. — 6) Meiern, Acta pacis Westph.; Adam Adami, Relatio hist. de Pacif. Osnabrugo-Monast.

§ 184. Difusão do protestantismo.

Ràpidamente se espalhou o protestantismo, não pelas verdades contidas no seu corpo de doutrina muitas vêzes contraditória, nem pela elevação de sua moral, mas pelo adjunto de circunstâncias favoráveis:

a) os conhecidos abusos entre os leigos e, muito mais, entre o clero;

b) a má disposição dos fiéis contra Roma, por terem de contribuir com muitas esmolas, freqüentes e forçadas;

c) os escritos dos humanistas;

d) a facilidade e garantia da salvação eterna, sem necessidade de boas obras e apenas com justificação exterior;

e) a abolição de preceitos e conselhos evangélicos, reputados superiores ou contrários à natureza, como votos religiosos, abstinência e jejum, confissão, celibato eclesiástico, etc.;

f) o livre exame ou interpretação arbitrária da Bíblia, cujas edições, falsificadas embora, deviam ser consideradas como única fonte de verdade;

g) last not least, a ganância e ambição de príncipes, reis e até de imperadores, desejosos de lançar mão aos bens eclesiásticos, apossar-se de suas riquezas, distribuir as dignidades a seu talante.

§ 185. Caracteres das seitas.

Pouco ou nada organizadas se achavam as várias seitas protestantes. De uniformidade nem se pode falar.[1] Talvez um só traço fisionômico seja comum a tôdas as pseudo-reformas: ódio à Igreja Romana, a seu chefe supremo, ao "papismo". Apresentam-se, contudo, uns sinais de parentesco entre as seitas reformadas.

1) A Bíblia, única fonte de verdade. Para que, pois, o ensino infalível dos Papas, a autoridade dos concílios, os acréscimos da Tradição? Para se tornar aceitável tal doutrina, não têm os protestantes fundamento na própria Bíblia. Onde nas Sagradas Escrituras está indicado ser ela a única fonte de verdade? O contrário nos escrevem S. João[2] e S. Paulo.[3]

2) A supressão da hierarquia eclesiástica. Passaram os direitos episcopais para os soberanos; os territoriais, aos príncipes; os conventuais ou colegiais ao povo ou à coletividade administrativa. Estariam assim seguindo as Escrituras?[4]

3) Igrejas nacionais. Conforme a religião do soberano, e a seu capricho, devia o povo adotar a mesma.

4) Intolerância. Acusando os católicos de serem intolerantes, que, aliás, o faziam com fundamento na verdade e no direito — mais o eram Lutero, Calvino, Henrique VIII, Isabel e os demais "reformadores".

5) Justificação garantida, com dispensa das boas obras, dos sacramentos, oração, penitências, do purgatório, etc. Fé fiducial. Só um pecado leva as almas ao inferno: terem confiança apoucada na aplicação pessoal dos méritos de Cristo. Na Escritura se encontra justamente o contrário.[5]

1) Bossuet, Hist. des variations; Möhler, Symbolik. — 2) Muitos outros prodígios fêz ainda Jesus... que não estão escritos neste livro." Jo 20, 30. Pôsto que eu tinha mais que vos escrever, não o quis por papel e tinta: porque espero em breve estar convosco e falar-vos de viva voz. 2 Jo 12. — 3) Conservai as tradições que aprendestes, ou por palavras ou por carta nossa. 2 Tess 2, 14. — 4) Ef 4, 11 sq.; At 20, 28; Tit 1, 5; 1 Ped 5, 2; Apoc 2 sq.; At 14, 22; 1 Tim 1, 3. — 5) Mt 7, 21; 1 Cor 13, 2; Tgo 2, 26 e 2, 14.

§ 186. Conseqüências do protestantismo.

1) **A decadência do ensino elementar e superior.** — Persuadindo as massas populares de estarem nas trevas, por culpa dos Padres, Lutero fêz cair em grande descrédito tôda a ciência. Daí não se importarem mais de estudar, e mesmo aborrecerem e odiarem os estudos. Além disso, foram demolidas muitas igrejas, e muitas outras caíram nas mãos dos protestantes. Ora, as escolas eram em geral ao lado dos templos e mosteiros, de cuja sorte participaram. Também desde logo se notou a carência de professôres, pois os sacerdotes que apostatavam seguiam a cômoda opinião de Lutero, e deixavam de ensinar. Substituíam-nos os sacristães, gente quase sempre atrasada. Nas universidades, o mesmo fenômeno, acrescido ainda de outra dificuldade: os estudantes moravam em geral em pensionatos católicos bem dirigidos e organizados. Lutero infundiu a desordem, dissolução e maus costumes no coração dos moços, dando em resultado já não quererem habitar em pensionatos. A autoridade paterna, enfraquecida pela doutrina luterana, não dispunha de fôrça para corrigir os filhos. Além do mais, com o desprêzo de Lutero e Melanchthon pela filosofia, já ninguém considerava honroso o título de doutor.[1]

2) **Decadência moral.** — Rebaixou-se até ao último ponto a moral reformada. A intemperança tomou proporções inauditas, de modo que até os príncipes e Bispos eram bêbados habituais. Por concomitância, comiam tanto mais. A libertinagem e devassidão abreviava as vidas, aumentando enormemente os obituários. Diminuiu a caridade, se é que não se extinguiu de todo, pois os mendigos andavam em magotes e atacavam os transeuntes para roubar. Cresceram todos os vícios, sobretudo o da carne. Tudo os protestantes explicam "idem per idem". Para não dar a culpa à pseudo-reforma, dizem: "Tudo isto se deu, porque os homens eram mais viciados." Mas por que o eram então mais do que antes da reforma?

3) **Absolutismo no poder.** — A tirania exercida sôbre as consciências pelos soberanos protestantes, que distribuíam arbitràriamente decisões dogmáticas, arruinava completamente a liberdade política, e muitas vêzes se imiscuía em assuntos pessoais, e nas mais pequeninas minúcias. Era o absolutismo renascido. Naturalmente os extremos se tocam, e, em conseqüência, a par do mais nojento servilismo, surgiu a opinião que autorizava a rebelião contra a legítima autoridade e até o regicídio.[2] Como é diversa a harmoniosa doutrina católica!

1) Döllinger, Die Reformation; Balmes, Le Protestantisme (obra espanhola). — 2) Bossuet, Histoire des variations, X, 45.

B. Desenvolvimento interior da Igreja.

I. CONSTITUIÇÃO DA IGREJA.

§ 187. Reforma católica.

A reforma era mui necessária e os Pontífices a queriam. Se Leão X e Clemente VII nada alcançaram com suas tentativas de reforma, foi por pertencerem à família dos Médicis, isto é, à série de Pontífices da Renascença, de senhores mais seculares que eclesiásticos. Adriano VI, holandês, só encontrou dificuldades em Roma, cujo ambiente lhe era desconhecido. Mas Paulo III começou a reforma aos poucos e com segurança. Paulo III, ou Cardeal Farnese, também havia sido mundano. Todavia, quando Bispo de Pádua, começou a reforma por sua própria pessoa, de modo que, morrendo Adriano VI, já foi muito votado no conclave. Eleito após a morte de Clemente VII, tomou o nome de Paulo III, aos 67 anos de idade. Viveu ainda 14 anos e serviu de transição entre os Papas da Renascença e os da Reforma, pois se conservava amigo dos humanistas, e não obstante começou logo a Reforma.

Assustaram-se os Cardeais relaxados, ao perceberem que Paulo III ia mesmo iniciá-la sèriamente. Para isso reuniu uma comissão preparatória, composta de nove membros muito idôneos. Seis meses depois da eleição, Paulo III criou Cardeal o fidalgo veneziano Gaspar Contarini, leigo e relutante, porém mui versado em teologia. De gênio conciliador e palavra convincente, usava de grande franqueza mesmo com o Papa. Nêle descobrira Paulo III um colaborador hábil e estimado. A Igreja devia já ao talento diplomático de Contarini, e à sua impressionante austeridade, a reabilitação de Clemente VII perante o imperador Carlos V, que não lhe perdoava a demora em reunir um concílio.

Membros dessa comissão preparatória eram também o Bispo João Mateus Gilberti, que já reformara sua diocese de Verona, e o beneditino Gregório Cortese, reformador de sua abadia em Veneza. Giácomo Sadoleto, Bispo de Carpentras, e o enérgico teatino João Pedro Carafa, mais tarde Paulo IV, bem como o ilustrado Cardeal Reginaldo Polo (então ainda leigo) [1] ajudaram os primeiros a compilar o célebre "Concilium de emendanda Ecclesia", no qual estabeleceram as reformas de mais urgência e importância: Breviário, cura d'almas, digna promoção a Ordens sacras, vigilância sôbre escolas e livros, reforma dos

religiosos, especiais provimentos sôbre o culto divino e a tutela da moralidade em Roma. Participaram da compilação ainda Frederico Fregoso, Bispo de Urbino, Jerônimo Aleandro, Bispo de Bríndisi, e o dominicano Tomás Badia, mestre do Sacro Palácio. [2]

1) Paschini, Lezioni di storia eccl. tomo III, cap. VI. — 2) Pastor, Storia dei Papi, vol. V, pág. 110.

§ 188. Concílio de Trento.

Lugar: Após tais preliminares, quis Paulo III efetuar a reforma geral da Igreja, por meio dum concílio ecumênico. Não podem causar admiração as dificuldades que então surgiram, as oposições e resistências que Paulo III, encorajado por seus novos Cardeais, teve de vencer com firmeza e constância. Os protestantes, que anteriormente reclamavam uma assembléia geral religiosa, onde pudessem discutir oficialmente os assuntos litigiosos, pretendiam que o concílio se reunisse na Alemanha, o que não convinha para que não degenerasse em sínodo nacional. Mas era oportuno realizar-se numa cidade imperial, para gozar da proteção de Carlos V. Felizmente a visita do imperador a Roma (1536) foi bem acolhida e aproveitada para se escolher Mântua. A guerra, porém, entre Carlos V e Francisco I da França impedia dar-se início às reuniões. E, mesmo como o duque de Mântua exigisse dois mil homens a expensas do Papa, só para eventualmente defender os Padres Conciliares, o que parecia desnecessário, resolveu o S. Padre convocar o concílio de Vicenza, em 1538, obtido o assentimento de Veneza. Os legados pontifícios não puderam, todavia, encetar os trabalhos por ser diminuto o comparecimento dos prelados. Além disso, Vicenza receava um assalto dos turcos. O Cardeal Morone conseguiu então de Carlos V a cidade de Trento [1], na principal via de comunicação entre a Itália e a Alemanha. Os legados pontifícios lá chegaram em 1543. Como, entretanto, a paz de Francisco I com o imperador se fêz apenas em 1544, só em 1545 se abriu o concílio, cuja sessão inaugural se realizou aos 13 de dezembro. [2]

Primeira fase. Paulo III nomeou presidentes do concílio de Trento os Cardeais Reginaldo Polo, João Maria del Monte e Marcelo Cervini (o futuro Marcelo II). [3] Resolvidos os assuntos de precedência e ordem das discussões, foi estabelecido o voto pessoal [4], concedido também aos Abades e superiores gerais dos religiosos [5], e assegurada a liberdade no uso da palavra, nas propostas e votações. Os protestantes reunidos em

Worms nesse mesmo ano (1545) decidiram não se apresentar ao concílio, porquanto êste deixava de ser livre, desde que apadrinhado pelo Papa. Êsse desprêzo impossibilitou-lhes desde logo uma conciliação com a Igreja.

Esperando ainda a aproximação dos hereges, os Padres conciliares prosseguiam lentamente nos trabalhos. Nas primeiras sessões apenas se estudou e estabeleceu que o concílio promulgaria sôbre cada assunto cânones dogmáticos e disciplinares.[6] Os teólogos e juristas estudariam a matéria sob ambos os aspectos, apresentariam as conclusões aos prelados doutôres, para depois os resultados subirem às Congregações gerais, que lhes dariam a forma de decretos para a definição solene.

A IV sessão foi das mais importantes e talvez a principal. Nela se declarou a autenticidade da Vulgata Latina e se reconheceu como fonte de verdade a Tradição. Determinou-se também a maneira de se imprimir e interpretar a Bíblia.

Da V sessão formou assunto o pecado original: sua existência, a perda da graça santificante, sua comunicação e conseqüências para todos os homens[7], e a libertação dêle pelo batismo, apesar de permanecer a concupiscência.

Revestiu-se de grande importância a VI sessão, pelo momentoso escopo: estatuir com precisão a doutrina da justificação. A sessão foi retardada por meses, em vista da guerra de Schmalkalda. Examinou-se cuidadosamente a essência, as causas, os efeitos da justificação e os erros opostos, e se firmou com exatidão a doutrina católica.

Na VII sessão tratou-se dos sacramentos em geral, e mais em particular do batismo e confirmação, pontos atacados pelos pseudo-reformadores.

A VIII sessão estava marcada para 21 de abril de 1547. Mas não pôde realizar-se em Trento. A peste, que lavrava nos arredores, vitimou alguns teólogos, apavorando assim o pessoal do concílio. Parecia razoável usar-se da faculdade concedida anteriormente por Paulo III, isto é, relativamente à mudança de local em caso de necessidade. Transportaram-se então para Bolonha os membros do concílio, deixando magoado o imperador.[8] Também Paulo III não se achava satisfeito por ver a situação melindrosa em que se achava perante o soberano. Em Bolonha, as duas sessões realizadas (IX e X) não tiveram promulgações solenes. Assim, pois, resolveu Paulo III suspender o concílio por algum tempo (setembro de 1549).

Segunda fase: Em novembro de 1549 morreu Paulo III e, após longo e difícil conclave, foi eleito João Maria del Monte,

que tomou o nome de Júlio III. Travando relações amistosas com o rei da França e Carlos V, conseguiu reabrir logo as sessões do Concílio em Trento, a 1.º de maio de 1551, e reatar o fio dos trabalhos no mesmo ponto em que haviam parado.

A sessão XI estabeleceu a ordem das matérias a estudar e fixou para setembro a XII. Esta foi prorrogada por se querer esperar os prelados alemães, que já vinham aparecendo pessoalmente e dispensando procuradores.

Assim, na XIII reunião, se fêz a esperada promulgação dos decretos disciplinares estudados em Bolonha e Trento, e a solene definição dos dogmas da presença real de Jesus na Eucaristia, da transubstanciação, do culto eucarístico, tempo e modo da comunhão, sem tratar da controvérsia "sub utraque specie" [9], à qual desejavam estar presentes os protestantes. Prosseguiram os labores conciliares sôbre a confissão e extrema-unção (XIV sessão, em novembro de 1551) e numerosas reformas. Os legados dos príncipes protestantes chegaram só em janeiro de 1552, mas, todos desavindos, ocasionaram a prorrogação da sessão XV. E, enquanto se esperavam novos legados, Maurício da Saxônia se revoltou contra Carlos V, o que levou os prelados, na açodada sessão XVI, a suspender o concílio por dois anos, visto como estavam expostos aos ataques das tropas revoltadas, pois que Maurício pretendia um concílio independente do Papa.

Suspensão do concílio: Esta suspensão do concílio foi prolongada por dez anos. Além de outras causas, nela influiu a morte de Júlio III (1555), a brevidade do pontificado de Marcelo II (21 dias) e a malograda tentativa de Paulo IV (Cardeal Carafa), que experimentou uma reforma sem concílio. As intransigências de Paulo IV e inimizades com a Casa d'Áustria provocaram uma investida do duque de Alba contra a Itália.

Terceira fase: Felizmente o Cardeal João Ângelo Medici, tio de S. Carlos Borromeu, foi eleito após uma vacância de quatro meses. Foi êle, Pio IV, quem enviou os Cardeais Gonzaga, Osio e mais três reencetar os trabalhos do concílio de Trento, em janeiro de 1562.

Na sessão de reabertura (a XVII) se organizaram as comissões e se distribuiu o material de estudos.

Um decreto da sessão XVIII visava a censura dos livros, e uma exortação conclamava os irmãos separados à concórdia e reconciliação.

Na espectativa da chegada do Cardeal de Lorena com os prelados franceses, os Padres conciliares preferiam adiar a XIX

sessão. Mas, respeitando a oposição dos espanhóis, celebraram-na bem como a XX, sem promulgar definições nem reformas. Na XXI trataram da comunhão sob ambas as espécies, declarando-a não ser de direito divino senão para o celebrante da missa. E quando na reunião seguinte (XXII), consagrada às definições dogmáticas sôbre o sacrifício da missa, voltaram ao mesmo assunto, preferiram deixá-lo ao alvitre do Papa. [10]

A presença do Cardeal de Lorena (Carlos de Guise) e dos Bispos franceses acentuou as divergências com os espanhóis. Ao mesmo tempo o embaixador imperial não cessava de apresentar, em nome de Fernando I, novos planos de reforma, nem sempre aplicáveis a todos os países. [11] Surgiu também a controvérsia sôbre a jurisdição episcopal que os espanhóis e franceses derivavam, contra os italianos, diretamente de sua divina instituição. [12] Eram ainda uns laivos dos concílios de Constança e Basiléia.

Em março de 1563 morreu o presidente do concílio, o Cardeal Gonzaga, e com gerais aplausos foi nomeado o Cardeal João Morone. Logo se entendeu pessoalmente com Fernando I, prometendo-lhe acatamento às imperiais propostas de reforma, declarando-lhe a intenção pontifícia de reformar a Cúria Romana, e pedindo que não entravasse a marcha do concílio. Assim, foi possível chegar-se a ótimos resultados na sessão XXIII, dedicada ao sacerdócio cristão e ao sacramento da Ordem. Entrementes, o Cardeal de Lorena vai a Roma pleitear o encerramento do concílio, ao passo que os espanhóis optam pela continuação até esgotar a refutação dos erros protestantes. [13] Como, enfim, também o imperador percebesse a conveniência de se encerrar o concílio, foi essa a resolução geral. [14] A sessão XXIV promulgou em dez capítulos o "Decretum de reformatione Matrimonii". Com mais vinte e um cânones disciplinares acêrca dos Cardeais, Bispos, concílios provinciais, sínodos diocesanos [15], visitas pastorais, pregações, terminou a penúltima sessão, pois a XXV foi de encerramento. Nesta se publicaram as definições dogmáticas sôbre o purgatório, a legitimidade da invocação dos santos, das honras às relíquias, do culto das imagens. Cânones disciplinares sôbre Ordens religiosas, indulgências e reformas diversas, foram também objeto da última sessão. Aos cuidados do Sumo Pontífice foi confiada, a pedido do concílio, a publicação do Catecismo, do missal e do breviário.

A 4 de dezembro de 1563 o Cardeal Morone pronunciou o "Ite in pace", e o de Lorena as "Acclamationes", com que terminaram o concílio. [16]

A pedido de S. Carlos Borromeu e contra o parecer de outros Cardeais, Pio IV aprovou as atas e decretos do Concílio Tridentino e logo as publicou. Além disso, reformou as Congregações romanas, entregou aos jesuítas o incipiente seminário romano, publicou a fórmula da profissão de fé, nomeou uma comissão de oito Cardeais para interpretar e aplicar as leis eclesiásticas.[17]

A S. Pio V coube a publicação do Catecismo Romano e a nova edição do breviário[18] e do missal. A revisão da Vulgata exigia mais estudos e enormes esforços, de modo que só Clemente VIII conseguiu aprová-la e dar ao público a nova edição.

Aceitação: Foi bem diverso nos vários países o acolhimento dado às reformas decretadas pelo concílio de Tridentino. Assim, em Portugal[19], na Polônia, e, sobretudo, na Itália[20], foram relativamente bem aceitas. Na Espanha, Filipe II as publicou com a cláusula "salvos os direitos da coroa". Na Alemanha[21] não obteve o beneplácito do imperador Fernando I, mas seu sucessor Maximiliano II foi dando publicação aos poucos, em todo o império. Os Bispos franceses se esforçaram por introduzir as reformas, porém a França não aceitou como devia o concílio de Trento.[22] Jamais um concílio teve de enfrentar tantas dificuldades, e jamais um concílio fêz tanto bem.

1) Pallavicini, Storia del Conc. di Trento, Roma, 1652. Döllinger, Ungedruckte Berichte und Tagebücher zür Gesch. d. Conc. v. Trient. — 2) Na sessão inicial achavam-se presentes os legados pontifícios, 4 Arcebispos, 22 Bispos e 5 gerais de Ordens religiosas. — 3) Ângelo Massarelli, secretário de Cervini, foi o secretário do concílio até seu encerramento (1563), mesmo depois de sagrado Bispo de Telese. — 4) Por justos motivos foi abolido o voto por nação, tão sujeito a influências políticas. — 5) O mesmo direito assistia aos procuradores dos prelados alemães, que não podiam comparecer. — 6) Assim ficaria satisfeito o Papa, desejoso das definições dogmáticas, e o imperador Carlos V a quem só importam as reformas e a pacificação dos protestantes. — 7) O concílio declarou: "Non esse suae intentionis comprehendere in hoc decreto, ubi de peccato originali agitur, beatam et immaculatam Virginem Mariam." — 8) Carlos V, desgostado com essa transferência, proibiu aos prelados espanhóis viajarem para Bolonha. Felizmente, êles, permanecendo mesmo em Trento, não fizeram conciliábulo à parte. — 9) Theiner, Acta genuina S. S. conc. Tridentini, II, 7; Grisar, Zeitsch. f. Kath. Theol. (Inspr. 1881 e 1882). A controvérsia terminou, deixando ao Papa decidir da conveniência de se distribuir a sagrada comunhão sob as duas espécies (sess. XXII). Pio IV a concedeu para certas regiões da Alemanha, mas Pio V suprimiu a concessão, por verificar as desvantagens. — 10) Cfr. nota anterior, que contém as soluções dadas por Pio IV e Pio V. — 11) O imperador se mostrava mal satisfeito, por ver que o concílio lhe prestava menos atenção que ao Papa. Daí reclamava: "Há dois concílios, um em Trento, outro em Roma." Pio IV lhe respondeu que, deixando liberdade ao concílio tinha, contudo, o direito de apresentar suas opiniões. — 12) Diogo Lainez, S. J., teólogo do Papa, apresentou clara a distinção: a hierarquia da ordem e a de jurisdição, ambas são instituídas por Cristo; a jurisdição, porém, é conferida diretamente ao Papa, donde se comunica aos Bispos. Cfr. Theiner, l. c. II, 156; Pallavicini, XVIII, 14; Lainez, Disputationes Tridentinae, Ed. Grisar, Oenipont. 1886. — 13) Era essa a opinião do imperador, embora a reformasse depois. — 14) Pastor, Storia dei Papi, VII, 246. — 15) Bened. XIV, de Synodo dioeces. VII. c. I. — 15) As atas do concílio foram assinadas pelos quatro legados e mais dois Cardeais, 3 Patriarcas, 25 Arcebispos, 168 Bispos, 7 Gerais de Ordens, 7 Abades, 39 procuradores de prelados e os representantes dos príncipes: ao todo 255 pessoas. — 16) A pressa em dar publicidade aos decretos tridentinos e evitar-se interpretações errôneas mostra os perigos do ambiente religioso mundial e a sinceridade da reforma católica — 17) Roskovany, Caelibatus et Breviarii, t. 5; Dom Gue-

ranger, Hist. de la Liturgie, t. 1. — 18) Graças ao zêlo e piedade do Arcebispo de Braga, D. Frei Bartolomeu dos Mártires, e de outro dominicano, Fr. Luís de Granada. — 19) Na Itália a execução dos decretos tridentinos muito facilitada se tornou pelas Ordens religiosas, cujos chefes supremos lá residiam. Assim, por exemplo, S. Filipe Néri, S. Inácio de Loiola e outros. Nenhum, porém, mais zeloso que S. Carlos Borromeu na reforma eclesiástica. — 20) Muito auxiliaram a reforma S. Tomás de Vilanova, S. Pedro de Alcântara, S. Teresa de Jesus, S. João da Cruz e João d'Avila. — 21) Distinguiram-se na aplicação das leis eclesiásticas: Daniel Brendel, Jacó d'Elz, Ernesto da Baviera, Teodósio de Fürstenberg e outros. — 22) Além dos prelados do concílio, a França apresenta S. Francisco de Sales, apóstolo da Sabóia e da Suíça francesa.

§ 189. A Companhia de Jesus.

O segundo fator da verdadeira reforma, católica, foram as Ordens e Congregações religiosas, dentre as quais se destaca a Companhia de Jesus, fundada por Inácio de Loiola, cortesão de Madri. Ambicioso da glória mundana por feitos heróicos, sentia-se bem Inácio na defesa de Pamplona contra os franceses (1521). Só entregou a fortaleza, quando, após valorosa resistência, caiu ferido na perna. No prolongadíssimo tratamento de sua fratura[1], isolado no castelo avoengo, exigiu alguma leitura. E não a achando a seu paladar, viu-se forçado a saborear os Evangelhos e o "Flos Sanctorum". Abriu-se-lhe, aos poucos, um novo cenário para heroísmos desconhecidos, uma glória muito superior à do século. E interrogando-se: "O que êstes santos puderam, por que não poderei eu?" decidiu-se a desprezar os bens terrenos, em busca dos sobrenaturais. No santuário de Monserrat fêz sua vigília d'armas, seguida de lacrimosa confissão geral, e, suspendendo a valorosa espada no altar da Virgem, se fêz soldado de Cristo-Rei.

Com um mendigo conseguiu trocar a indumentária fidalga. Na gruta de Manresa entregou-se às penitências de rigoroso noviciado, onde passou pela terrível escola dos escrúpulos, mas também recebeu consolações e teve êxtases demorados.

Foi em Manresa que escreveu seu "Livro de Exercícios Espirituais", admirável, sobretudo, por não ter o autor ainda conhecimentos teológicos. Esmolando, viajou a Jerusalém, donde voltou, a conselho dos RR. Franciscanos, a fim de reunir companheiros dispostos a pugnar pelo reino de Cristo. Entendeu que, para isso, deveria ordenar-se, e começou a estudar latinidades aos trinta e três anos, na classe dos meninos de Barcelona. Acusado de ter visões, foi absolvido pela inquisição em Alcalá. Novas dificuldades com a inquisição em Salamanca e, ei-lo em Paris, na escola superior, onde propaga seus ideais e associa os futuros jesuítas Francisco Xavier, Pedro Faber, Diogo Lainez e Afonso Salmeron, Nicolau Bobadilha e Simão Rodrigues. Aos 15 de agôsto de 1534, na cripta da basílica de Montmartre,

após a missa de que foi celebrante Pedro Faber[2], fizeram voto de pobreza, castidade e apostolado entre os infiéis da Terra Santa (ou em substituição, se tal fôsse irrealizável, a entrega de suas pessoas ao Santo Padre). A guerra com os turcos os deitou aos pés de Paulo III, que logo aceitou seus serviços, dando-lhes na Itália fecundo e amplo campo de ação. Em Roma, Inácio deu aos companheiros seu primeiro esboço do novo instituto, aceito com satisfação geral.[3] O plano das Constituições da Companhia de Jesus, examinado por Tomás Badia, mestre do Sacro Palácio, mereceu sua aprovação, de modo que Paulo III declarou ao Cardeal Contarini: "Aí está o dedo de Deus". Havia, porém, necessidade de passarem as Constituições pelos trâmites oficiais, a fim de obter aprovação definitiva. Ora, o virtuoso e sábio Cardeal Guidiccioni, a quem estava afeto êsse mister, longe de almejar novas Ordens religiosas, preferia reduzir a quatro as já existentes, e assim negou-se a examinar as Constituições. As orações de Inácio devem ter conseguido a aprovação da Ordem, pois Guidiccioni se resolveu a ler as Constituições e exclamou: "Sem mudar a opinião sôbre Ordens religiosas, reconheço que se deve abrir exceção para com esta, que é inspirada pelo céu." E Paulo III a erigiu em Ordem religiosa em bula de 27 de setembro de 1540. Como se vê, a Companhia de Jesus se formou aos poucos, sem planos preconcebidos pelo fundador, que os ia alargando à medida das inspirações divinas manifestadas pelas circunstâncias.

O primeiro geral da Ordem foi o próprio S. Inácio, não obstante sua tenaz relutância.[4] A Companhia de Jesus difere das antigas Ordens religiosas nos seguintes pontos: são membros os professos, os escolásticos e os coadjutores. Os professos devem ser doutôres e têm, além dos três votos comuns, o de obediência ao Papa, quanto às missões. O Geral, Provinciais, Assistentes, professôres de teologia devem ser professos. Além dos assistentes, o Geral tem ainda um admoestador. O supremo poder está na Congregação Geral. Nessa Congregação podem tomar parte todos os professos que forem eleitos por suas províncias. Os assistentes são eleitos pelas províncias. O cargo de Geral é o único vitalício. A Companhia possui casas de professos, colégios, residências e missões. Só os colégios podem e devem receber dotações. O vestuário dos jesuítas depende do lugar em que moram, pois não têm próprio. Não há obrigação do ofício de côro. Só depois de quinze anos de vida religiosa os jesuítas proferem os últimos votos, pois devem passar dois anos de noviciado, três de filosofia, alguns de magistério, quatro de teologia, e um segundo noviciado, a que cha-

mam o terceiro ano de provação. A Companhia logo se espalhou muito. Em Portugal, já D. João III pediu missionários, e dois foram cedidos: Simão Rodrigues, que fundou a província, mas abusou um tanto do seu poder; e S. Francisco Xavier, que mandaram às Índias. Na França os jesuitas acharam amigos e inimigos. Entre os últimos não podiam faltar os huguenotes, mas infelizmente a Sorbona, também o Parlamento e alguns Bispos. Espalharam-se muito pelas cidades protegidos pelo Cardeal de Guise. Os inimigos atribuíam aos jesuitas os atentados contra Henrique III e IV, mas a família real sempre os declarou inocentes.[5] Na Alemanha os primeiros foram Pedro Faber e Pedro Canísio e outros que, amparados pela casa da Baviera, logo dirigiram colégios, ensinaram em universidades, fundaram congregações, etc. A causa das perseguições movidas à Companhia costuma ser sua íntima união com a S. Sé, a universalidade do apostolado, a firmeza de princípios.

1) Já convalescente da primeira fratura, mandou quebrar de novo a perna, porque ficara com pequeno defeito na juntura dos ossos. — 2) Nessa época era Faber único sacerdote entre êles. — 3) Ribadeneira, Vita Ign., Nápoles, 1572; Institutum Soc. Jesu, Praga, 1757; Carayon, Docum. hist. crit. apol. de la comp. de Jesus, Paris, 1863; Cretineau-Joly, Histoire de la compagnie de Jesus; Buzz, Gesch. der Gesellschaft Jesu, Mogúncia, 1853. — 4) Voto de S. Inácio: "Em presença de Deus Nosso Senhor, dou meu voto, para que se torne nosso superior quem reunir maior número de sufrágios, com exceção de mim. Mas, se a companhia julgar mais vantajoso, para maior glória de Deus, que eu designe qualquer, estou pronto a fazê-lo. — Inácio." — 5) Riffel, die Aufhebung des Jesuitenordens, 106.

§ 190. Capuchinhos.

Em 1526, Mateus de Bassi, dos franciscanos reformados, conhecidos por observantes, apresentou a Clemente VII seu desejo de adotar um hábito mais grosseiro, munido de capuz mais longo, e, sobretudo, de restabelecer o primitivo rigor das regras de S. Francisco. Clemente VII deu-lhe, bem como aos irmãos Luís e Rafael de Fossombrone, permissão de viver em ermidas, usar o hábito modificado, e pregar livremente por tôda a Itália. Apesar das represálias do provincial dos Observantes, aumentava o número dos Capuchinhos, aliciados os candidatos quiçá pela simpatia popular e os privilégios pontifícios. Contudo, o mesmo Clemente VII teve de proibir, em 1534, a emigração dos Observantes para os Capuchinhos, porquanto era freqüente demais e até de elementos pouco recomendáveis. Os primeiros anos foram penosos, não obstante a proteção de Clemente VII, que, em 1528, aprovou a Ordem. Luis Fossombrone saiu expulso, Mateus de Bassi voltou aos Observantes (1537) e Bernardino d'Ochino, primeiro geral, apostatou fragorosamente (1542).

Todavia, a simplicidade e pobreza dos Capuchinhos, a dedicação aos doentes, mesmo pestíferos, a vida ilibada e austera de tantos membros da Ordem, a tornavam simpática às populações rurais e digna da benevolência dos Sumos Pontífices. Assim é que Paulo V, em 1606, lhes permitiu aceitar conventos na Espanha, tendo já em 1573 entrado na França. O mesmo Papa, libertando-os da obediência aos Observantes, concedeu-lhes a eleição de um Superior Geral próprio.

Devotados às missões e ao povo simples, grande bem tem feito a Ordem ao mundo todo.[1]

1) Gaudentius, Beitraege zur K. G. des 16 u. 17 Jahrh. Bozen, 1880; Wecker, Gesch. der norddeutschen Franziscaner-Mission. Frib. 1880.

§ 191. Congregações religiosas.

Os séculos XVI e XVII viram nascer uma verdadeira florescência de congregações religiosas que muito cooperaram para uma santa reforma. As principais:

a) **De homens:** No século XVI: 1) a Congregação dos Teatinos, fundada por Caetano de Tiene e pelo Cardeal Carafa (de Teate). Clemente VII a aprovou. Fim: cura d'almas.

2) Os Barnabitas (do claustro de S. Barnabé), fundada por S. Antônio Maria Zacaria, auxiliado por Bartolomeu Ferrera e Morigia. Escopo: educar a juventude e pregar missões.

3) Somascos (a primeira casa foi em Somasca), fundados por S. Jerônimo Emiliano, fidalgo veneziano, com alguns Padres lombardos. Finalidade: cuidar dos órfãos, dos pobres e doentes.

4) Oratorianos, dos quais um ramo fundado por S. Filipe Néri e outro pelo Cardeal de Bérulle. Não tinham votos, mas viviam em comum e segundo certas regras.

5) Oblatos de S. Ambrósio, para atender à cura d'almas e auxiliar o Arcebispo de Milão.

6) Irmãos da Misericórdia, fundados por S. João de Deus e reconhecidos por Pio V e Paulo V. Seu trabalho era socorrer os doentes.

7) Os Padres da Boa Morte tinham a mesma finalidade que os antecedentes. Foi fundada esta congregação por S. Camilo de Lellis.

No século XVII: 1) Padres da Doutrina Cristã, por César de Bus.

2) Padres Piaristas (S. José Calasanz) mantinha os cursos ginasiais e elementares, dedicando-se muito às crianças.

3) Irmãos das Escolas Cristãs, por S. João Batista de la Salle, cônego de Reims.

4) Lazaristas, ou Padres das Missões, fundados por S. Vicente de Paulo, a fim de pregarem missões nos arrabaldes e nos campos, como também regerem seminários, e procurarem a conversão dos infiéis. Urbano VIII os aprovou.

5) As congregações de S. Sulpício e Eudistas tinham o ideal de educar o clero em bons seminários. Na Alemanha reuniam os Padres seculares para viverem juntos.

b) **De senhoras:** No século XVI: 1) As Ursulinas, fundadas por S. Angela de Merici, em Bréscia; reconheceu-as, oficialmente, Paulo V.

2) A Congregação de Nossa Senhora, para formar educadoras de moças, segundo as normas de Pedro Fourier.[1]

No século XVII: 1) Visitação, por S. Francisco de Sales e S. Joana Francisca de Chantal, e reconhecida por Paulo V.

2) "Senhoras Inglesas", por Maria Ward. Urbano VIII as aprovou.
3) Irmãs de Caridade, por S. Vicente de Paulo e S. Luiza de Marillac.
4) Beneditinas-adoradoras do SS. Sacramento.

c) **Ordens reformadas nessa época:** 1) Carmelitas, por S. Teresa e S. João da Cruz. 2) Beneditinos, por Didier de la Cour, em França. 3) a Congregação de S. Mauro.[2] 4) a dos Cistercienses, que tomou o nome de Feuillantes, por ser seu reformador o Abade de Feuillans. 5) os Trapistas, por Rancé, Abade de Trappe.[3] 6) os Agostinianos, reformados por Pedro de Fourier. 7) os Premonstratenses, por Lacruels.

No século XVIII organizaram-se os Redentoristas, por S. Afonso de Ligório, e os Passionistas, por S. Paulo da Cruz.

1) Ritter, Pet. Fourier, Lins, 1855. — 2) Tassin, Hist. litter. de la Congreg. de S. Maure, Paris, 1726. — 3) Chateaubriand, Vie de Rancé, Paris, 1844; Guillardin, Les Trappistes, Paris, 1844.

§ 192. Pontífices reformadores.

Outro fator de verdadeira reforma foram os Pontífices Romanos. O sucessor de Leão X foi Adriano VI, de caráter nobre e completamente devotado às causas da Igreja.[1] Mas nem sua austeridade agradou aos romanos, nem êle encontrou na Alemanha correspondência às tentativas de reforma.[2]

Clemente VII, primo de Leão X, prometeu a Carlos V dar início ao concílio geral. As circunstâncias não lho permitiram.[3]

Paulo III, o organizador do concílio de Trento, começou a reforma por sua pessoa, já em Pádua, mas sempre conservou certa dose de nepotismo.[4] Júlio III continuou as reformas por meio do concílio. Não teve ensejo Marcelo II de nelas prosseguir, pois reinou só 21 dias.

O bem intencionado Paulo IV, que tanto se esforçara para a convocação do concílio, preferiu experimentar suas enérgicas reformas, independente do penoso Tridentino.[5]

Pio IV teve a satisfação de levar a bom têrmo a última fase do concílio, aprovar-lhe os decretos e pô-los em execução.

S. Pio V, o dominicano Ghislieri[6], último Papa canonizado, austero para consigo e afável para com todos, foi quem renovou a cidade de Roma, quem publicou o Catecismo romano, o breviário e o missal reformados.

Apoiou os soberanos católicos por tôda parte, principalmente Maria Stuart, contra seus perseguidores; Carlos IX da França embaraçado pelos huguenotes, e Filipe II da Espanha em sua luta nos Países Baixos. Enfim, a todos juntos auxiliou na batalha de Lepanto (1571), em que os turcos, vencidos, perderam o gôsto de novas investidas no litoral mediterrâneo.

Gregório XIII (Hugo Buoncompagni), profundo conhecedor do direito civil e eclesiástico, reformou o calendário (1582)[7]

e fundou, em Roma, colégios para inglêses, gregos, armênios, maronitas, judeus e húngaros, sendo que êstes últimos passaram a estudar com os germânicos no instituto fundado por S. Inácio de Loiola, e grandemente dotado por Gregório XIII.[8] O Colégio Romano, começado igualmente por S. Inácio, tanto se desenvolveu com a proteção papal, que se transformou na famosa universidade Gregoriana.

Sisto V (Cardeal Felix Peretti, franciscano)[9], talentoso, enérgico e ativo, acabou com o banditismo nos Estados Pontifícios. Embelezou Roma; transportou para a praça de S. Pedro um obelisco egípcio, levantou um hospital, terminou a cúpola da basílica de S. Pedro, construiu vários edifícios, entre os quais o da biblioteca vaticana. Reorganizou as congregações da Cúria romana, aumentando-as para maior presteza e exatidão nos despachos.[10] A edição da Vulgata, então publicada, foi depois recolhida, em vista das emendas ainda necessárias.[11] Bem que Sisto V houvesse excomungado Henrique IV da França, não se deixou arrastar pela política espanhola contra os Bourbons.

Os três Papas seguintes reinaram pouco tempo: Urbano VII, 13 dias; Gregório XIV, dez meses; Inocêncio IX, dois meses.

No pontificado de Clemente VIII (Cardeal Aldobrandini) converteu-se Henrique IV, de modo a ser pelo Papa reconhecido como rei da França. Em 1600 concedeu um jubileu. Para estudar e dirigir a questão da graça, controvertida entre jesuítas e dominicanos, criou a congregação "De auxiliis". Escolheu novos Cardeais de grande erudição, como o oratoriano Barônio e o jesuíta Roberto Belarmino.[12] A atual edição da Vulgata foi aprovada por Clemente VIII.[13]

A Leão XI, que reinou 25 dias, seguiu-se Paulo V (Camilo Borghese), douto mas infeliz na luta contra a república de Veneza, cujas leis não reconheciam o fôro eclesiástico para clérigos criminosos nem os direitos da Igreja na administração de suas propriedades. Como aumentasse a obstinação de Veneza, apoiada por Paulo Sarpi[14], foi lançado o interdito sôbre a cidade.[15] Das multas contra quem obedecesse a Roma, só não se livraram os jesuítas, capuchinhos e teatinos. Os demais continuaram celebrando. A mediação da França reduziu Veneza à submissão sob cláusulas, entretanto, pouco agradáveis à S. Sé.[16]

Na Alemanha Paulo V foi mais feliz, reunindo os católicos em tôrno de Fernando II, e afastando o perigo do predomínio dos hereges em tôda a Europa Central.

Gregório XV (Alexandre Ludovisi) aumentou a biblioteca vaticana, criou a benemérita congregação "De Propaganda Fide", e fixou definitivamente o modo de se proceder nos escrutínios do Conclave.[17]

Urbano VIII (Maffeu Barberini), erudito e protetor das letras, mas tão nepotista como desastrado em sua política favorável à França.[18] Em seu pontificado ocorreu a guerra dos Trinta Anos, a separação definitiva entre Portugal e Espanha[19] e o encerramento do processo de Galileu.[20]

Inocêncio X (J. B. Pamphili) castigou os Barberini, maus sobrinhos de seu predecessor, mas caiu igualmente na tão nefasta proteção dos parentes, especialmente uma cunhada[21], os quais depois se negaram até a custear-lhe o entêrro.

Alexandre VII (Fábio Chigi), que lhe sucedeu, continuou a luta já iniciada contra o jansenismo. Acolheu solenemente em Roma a rainha Cristina da Suécia[22], filha convertida de Gustavo Adolfo. Em seu pontificado deu-se na praça Farnese um motim de guardas pontifícios com soldados franceses da guarda do embaixador Créqui. A morte de alguns dêstes elevou o encontro à importância de assunto internacional, em que os Chigi tiveram de se humilhar perante o jovem Luís XIV.[23]

Clemente IX (Júlio Rospigliosi) já idoso, auxiliou os venezianos contra os turcos, nomeou Bispos para tantas Sés vacantes em Portugal e restabeleceu a paz entre a França e a Alemanha.

Clemente X (Emílio Altieri), octogenário, reinou ainda seis anos, quase inócuos.

Inocêncio XI (Bento Odescalchi), homem de altas virtudes, inimigo do nepotismo, fazia justiça ao clero e ao povo. Às liberdades galicanas, porém, e às imposições de Luís XIV jamais se curvou. Pelo contrário, quando Ravardin se instalou com tropas no palácio da embaixada francesa em Roma, Inocêncio XI protestou e, não sendo atendido, não concedeu audiência alguma a Ravardin, que só teve de ser chamado por seu govêrno. Foi no pontificado de Inocêncio XI que João Sobieski obteve as grandes vitórias sôbre os turcos.[24]

1) Reumont, Gesch. der Stadt Rom. 3.º vol. 2.ª parte. Arlau de Montor, Histoire des souverains pontifices romains, t. 4-6; Groene, Papstgeschichte, 2.º vol. — 2) Adriano VI foi o último Papa não italiano. — 3) As guerras de Carlos V levaram os soldados imperiais a saquear Roma. Clemente VII estêve 7 meses prisioneiro no Castelo de Sant'Ângelo. Dos soberanos do império romano germânico, o último imperador coroado por um Papa foi Carlos V. por Clemente VII; Balan, Monument. saec. XVI, t. I. — 4) C. Capasso, La politica de Paulo III e l'Italia. I. — 5) Hergenröther, Kath. Kirche, p. 763. — 6) Falloux, Vie de Pie V. — 7) Schmid, Zur Geschichte der Gregor. Kalenderreform. — 8) Cordura, Hist. colleg. Germ. et Hungar. Roma, 1770. — 9) Huebner, Sixtus V. — Tempesti, Storia della vita e geste di Sisto V. — 10) Philips, K. R. VI, 557. — Danger, Die Röm. Curie, p. 92. — 11) Kaulen, Geschichte der Vulg. p. 444. — 12) Hoje, S. Roberto Belarmino, Doutor da Igreja. — 13) Sôbre a execução de Beatriz Cenci, como parricida, cfr. Bertolotti, Francesco Cenci e la sua famiglia. — 14) Paulo Sarpi, interiormente já apóstata, a todos enganou.

Na publicação das Atas do Concílio Tridentino, adulterou-as propositadamente. — 15) Foi o último interdito lançado sôbre uma cidade. Bem se vê que no tempo de Paulo V começa o Estado a ampliar seus direitos (!) com detrimento dos da Igreja. — 16) Daru, Hist. de la republ. de Venise; Nürberger, Hist. Jahrb. IV, 189. — 17) Bullar. Rom. XII, 619; Philips, K. R. V., 846. Theiner, die Schenkung der Heidelb. Bibliotek durch Max. I an Gregor XV. — 18) Laemmer, Analecta Romana, p. 39. — 19) Urbano VIII não se pronunciou por nenhum dos dois países. — 20) Sôbre Copérnico e Galileu com o novo sistema astronômico heliocêntrico e as dificuldades de seu tempo, inclusive a Inquisição, cfr. Grisar, Galileistudien; Epinois, Les pièces du procès de Galilée; Gebler, Die Acten des Galileischen Processes; Hipler, N. Kopernikus u. M. Luther; Beckmann, Zur Gesch. des Kopernikanischen Systems; Hiples, Spicilegium Copernicarum. — 21) Era Olímpia Maldachini, viúva de um irmão seu. — 22) Raess, Die Convertiten, VII, 62. — 23) Na convenção de Pisa (1664) os Chigi tiveram que pedir perdão, e o Papa se comprometer a não admitir mais corsos em sua guarda, pois os amotinados eram da Córsega. — 24) Onno Klopp, das Jahr 1683 und der folgende grosse Türkenkrieg, bis zum Frieden von Carlowitz, 1699.

§ 193. Papas do século XVIII.

Não podia a Cátedra de Pedro, no meio de tantas doutrinas subversivas, deixar de sofrer as terríveis conseqüências.

Daí serem muito laboriosos os pontificados dessa época. [1]

Os últimos Papas do século XVII foram Alexandre VIII (Ottoboni, 1689-91), e Inocêncio XII (Pignatelli, 1691-1700), com os quais melhoraram as relações religiosas da França. [2]

Foi Clemente XI (Albani, 1700-1721), o primeiro do século XVIII. [3] Viu-se logo em dificuldades com a guerra de sucessão na Espanha, cujo rei Carlos não deixara herdeiro masculino. França e Áustria atraíam o Papa. Como êste se inclinasse a princípio pelos Bourbons, logo o imperador José I mandou atacar os Estados Pontifícios.

Aceitando então as intenções da Áustria, quando já Filipe V se apossara da Espanha, rompeu êste com a S. Sé.

Novas perturbações advieram a Clemente XI pela tirania de Vítor Amadeu, rei da Sicília, o qual usurpava direitos eclesiásticos. Penas canônicas o puniram. A indelicadeza com que desprezaram o protesto do Papa contra a ascensão de Frederico de Brandenburgo a rei da Prússia e com que, na paz de Londres, se deu as Duas Sicílias a Carlos III, sem consultar o Pontífice, bem mostra o espírito de tão calamitosos tempos.

Inocêncio XIII [4] (Conti, 1721-24) ajudou os venezianos e malteses contra os turcos e se esforçou por regularizar a situação religiosa da Espanha. [5]

Suportou imposições tais, que terminou por admitir no Colégio cardinalício o péssimo Dubois e o intrigante Alberoni.

Bento XIII [6] (Orsini, 1724-30), para ser mais independente na escolha de Cardeais, caiu no desagrado de Portugal, que pretendia tais honras para Bichi, núncio em Lisboa. Se, ao menos, houvesse tido os mesmos escrúpulos em conferir o chapéu ao indigno Coscia [7], seu antigo servidor, Portugal talvez não tivesse cortado as relações. [8]

Clemente XII (Corsini, 1730-40), apesar de adoentado e temporàriamente cego, foi um octogenário enérgico e zeloso. Fundou o seminário para os gregos, a fim de convertê-los, satisfez Portugal chamando Bichi ao Sacro Colégio, e excomungou a maçonaria. [9]

Bento XIV [10], o hábil diplomata e erudito canonista [11] (Lambertini, 1740-1758), foi condescendente e assinou concordatas com vários governos [12], mas não pôde impedir o conflito com Veneza. A pedido de nações católicas, diminuiu o número de dias santos de guarda. Confirmou a excomunhão contra a maçonaria [13] e se preocupou muito com a situação dos católicos na Silésia e na Alemanha [14], principalmente no tocante aos processos matrimoniais e aos casamentos mistos.

Teve por sucessor Clemente XIII (Rezzônico, 1758-69), cujo pontificado revelou um esfôrço contínuo de resistência às urdiduras do jansenismo ligado à maçonaria contra a Igreja e primàriamente contra os jesuítas. [15] O traumatismo que o vitimou deixou assustados os Cardeais, que não sabiam a quem escolher em meio de tantas lutas. [16] Foi eleito o Cardeal Ganganelli, franciscano conventual, que tomou o nome de Clemente XIV (1769-1774) [17], e cuja brandura não seria capaz de permitir fortes reações, como de fato se verificou na supressão dos jesuítas [18] e na concessão da púrpura cardinalícia ao irmão do famigerado marquês de Pombal.

Pio VI (Braschi, 1775-1799), culto, afável e mui distinto, dotou Roma de vários melhoramentos e era muito estimado pelos príncipes e os sábios. [19]

Infelizmente, os acontecimentos políticos da França o privaram dos Estados Pontifícios e o levaram ao destêrro.

1) Sandini, Vitae Pontificum Romanorum; Guarnaci, Vitae et resgestae Rom. Pont.; Novais, elementi della storia dei Sommi Pontefici; Ranke, die Römischen Päpste in den vier letzten Jahrhunderten; Piatti, Storia critico-chronol. dei Romani Pontefici; Roskovany, Monumenta cathol. pro independentia potestatis eccles. ab imperio civili; Huth, Versuchung einer K. G. des 18. Jahrhunderts. — 2) O Card. Litta dá os documentos em "Lettres sur les quatre articles du clérgé français". — 3) Galland, "die Papstwahl von 1700". dá a série de dificuldades no conclave que escolheu Albani. — 4) Ritter v. Mayer, die Papstwahl Innoc. XIII. — 5) De la Fuente, Hist. eccles. de España. — 6) Bruner, Die Mysterien der Aufklärung in Oesterreich. — 7) Coscia era apenas tolerado por respeito ao Papa. Morto Bento XIII, Coscia perdeu tudo e foi encerrado no Castelo de Sant'Angelo por dois anos. — 8) Borgia, Benedicti XIII vita. — 9) Bulla "In eminenti", de 28 de abril de 1738. — 10) Vie du pape Benoit XIV; Philips, Verm. Schrit. II, 133. — 11) Opera omnia Benedicti XIV, edit. Azevedo, S. J., Roma, 1747. — 12) Nussi reproduz as diversas concordatas. — 13) Bula "Providas", de 18 de março de 1751; Bull. Magn. ed. Luxemb. XVII, 1214. — 14) Brück, die Kathol. Kirche in Deutschland im 19. Jahrhundert. I, 28. — 15) Duhr, Pombal, Jesuitenfabeln; Riffel, Die Aufhebung des Jesuitenordens. — 16) Ravignan, Clement XIII et Clement XIV. — 17) Theiner, Clementis XIV P. M. epistolae et brevia selectiora. — 18) Martin Gerbert, de legit. Eccles. potest. III, 1. O Cardeal Ganganelli, declarando a Bernis, Cardeal francês, e ao Cardeal Solis, espanhol, durante o conclave, suas opiniões pessoais sôbre a conveniência da supressão dos jesuítas, nenhum compromisso assumiu em tal assunto, perante as respectivas côrtes. — 19) Bertrand, Histoire de Pie VI; Clavé, pág. 145, refere sua amizade à Companhia de Jesus, quando, após os solenes funerais que fêz ao Pe. Ricci, aprovou oralmente seu ex-geral.

§ 194. Supressão da Companhia de Jesus.

As tendências anti-cristãs do século XVIII dirigiam contra a Ordem dos jesuítas os mais formidáveis combates, por julgá-la o mais forte baluarte da S. Sé. De fato, as causas do ódio à Companhia de Jesus, a par de algumas queixas políticas, mais ou menos fundadas [1], redundavam em glória sua: a luta com os jansenistas; oposição ao galicanismo e a conseqüente adesão ao Papa; posição saliente nas côrtes como professôres, confessores e pregadores; apreço votado aos jesuitas pelas classes dirigentes e elementos representativos na sociedade, e certo predomínio científico, manifestado nos colégios como nas publicações. [2]

A supressão da Ordem percorreu algumas etapas.

1) *Portugal*, que tantos benefícios recebera dos jesuítas e ainda continuava a estimá-los, tinha por rei o fraco e efeminado D. José I, cujo ministro Sebastião José de Carvalho, o ambicioso marquês de Pombal, não suportava na côrte a influência dos fidalgos nem dos jesuítas. [3]

Achando que formavam óbice a seus planos de absolutista, resolveu perdê-los, mesmo caluniosamente.

Eis os fatos:

a) A Espanha cedeu a Portugal o território das Sete Missões. Geogràficamente foi medida acertada para ambos os países. Porém, as condições da permuta eram péssimas. Com a esperança de desenterrar as tão decantadas riquezas jesuíticas, Portugal apôs, como condição da troca, que todos os índios emigrassem, levando consigo só o que era fàcilmente portátil. Os índios, nascidos, criados e bem instalados nas suas aldeias, negaram-se a cumprir a ordem. Achando-lhes razão, os Padres reclamaram e pediram às duas coroas e a Roma que nesse ponto cedessem. A S. Sé mandou que os jesuítas obedecessem, e logo o fizeram. Os índios é que relutaram e até, julgando que os Padres se tivessem bandeado com os portuguêses, seus inimigos, os tomaram como tais e os quiseram matar. Só os índios aldeados em S. Miguel é que tentaram o êxodo; mas, não tendo encontrado sítio azado, retrocederam definitivamente.

Apesar de tôdas as instâncias dos jesuítas, os índios não se deixaram vencer, de modo que a metrópole mandou tomar as Sete Missões a fôrça armada.

Que culpa tiveram, pois, os jesuítas no fracasso de Pombal?

Não obstante, o marquês os tornou responsáveis por tudo, e os mandou empilhar num navio para conduzi-los aos cárceres

de Portugal, sem que lhes fôsse permitida uma palavra de defesa.

b) Também os fidalgos constituíam empecilho ao absolutismo de Pombal.[4] Na falta de ensejo apropriado, serviu-se da malograda tentativa contra a vida de D. José. Afirmam uns que tudo foi invencionice de Pombal. Outros admitem a tentativa, mas dão-na como urdida pelo marquês. O caso é que Pombal responsabilizou todos os fidalgos da família Távora, pelo que foram ao cadafalso. Relacionados com a nobreza, foram os jesuítas então presos, embarcados e despejados nas costas dos Estados Pontifícios, como presente para o S. Padre (1759). Temendo ser supliciado, o Bispo Cunha, da família Távora, contratou Fr. José de S. Rita Durão, teólogo agostiniano, para atacar os jesuítas, o que êste fêz no seu poema "Caramuru". Sendo, porém, mais tarde, desprezado pelo Bispo Cunha, Durão se retratou. Que também José Basílio da Gama no seu poema "Uruguai" vilipendie os jesuítas, não é de admirar, pois êle foi um dos poucos noviços que apostataram da Companhia no caso da família Távora.[5]

2) Na França. — Os jansenistas, galicanos e voltaireanos, já havia muito, queriam exterminar a Companhia de Jesus, visando a ruína da Igreja. Aproveitaram-se, pois, do seguinte fato:

O Pe. La Valette[6], procurador de uma casa de jesuítas em Martinica, deu-se a especulações comerciais diretamente opostas às regras da pobreza. Foi expulso da Ordem; porém, mesmo nesse tempo, a captura de seus navios e a má colheita do ano anterior, tornaram-lhe impossível pagar as dívidas (2.400.000 frs.). Os tribunais responsabilizaram a Ordem inteira. A Companhia negou-se a pagar. Daí começaram para ela as vexações que terminaram pela alternativa do Parlamento: a Ordem se reconhecer culpada dos erros de que a acusavam[7], ou os jesuítas serem exilados. Apesar dos protestos do episcopado francês e de Clemente XIII, o Parlamento venceu, e Luís XV consentiu na eliminação dos jesuítas da França (1764).[8] Foram promotores da supressão o ministro absolutista Choiseul[9], e mme. Pompadour, cuja escandalosa presença na côrte era repudiada pelo Pe. Perisseau, confessor do rei.

3) Na Espanha. — Aranda, ministro de Carlos III, açulou os demais inimigos da Ordem a indispôr contra os jesuítas o rei, que muito os estimava. Baldados todos os esforços anteriores, Aranda fingiu uma carta do Pe. Geral Lourenço Ricci ao Reitor do colégio de Madri, em que aquêle manifestava dúvidas sôbre a legitimidade do nascimento de Carlos III, pelo que o

Reitor devia mandar que os jesuítas das possessões espanholas na América proclamassem a independência.[10]

Essa carta foi introduzida entre outras no colégio de Madri, e logo após veio a polícia dar-lhe busca, a começar pelo quarto do Reitor, onde encontrou a aludida carta. Vendo-a, o rei decretou ocultamente que no dia 3 de abril de 1767 todos os jesuítas fôssem presos e enviados à Europa. Por mais que o S. Padre pedisse, Carlos III nunca lhe apresentou as razões do decreto.

4) Noutros Estados. — Em Nápoles o ministro Tanucci governava mais que Fernando IV.

Por inimizade aos jesuítas, proibiu a bula "Apostolicum Munus" que lhes era favorável, e, depois de dois anos de perseguição, os atirou aos Estados Pontifícios.

O último dos Estados Bourbons a atacar os jesuítas foi Parma, onde o marquês du Tillot imperava tirânicamente. Às admoestações paternais de Clemente XIII respondeu com a expulsão dos jesuítas (1768).

No mesmo ano, também o grão-mestre dos cavalheiros de Malta os desterrou de sua ilha.

5) Supressão oficial. — Clemente XIII resistiu a tôdas as instâncias das côrtes, porém, acabrunhado com a pressão dos governos, breve morreu de desgôsto. Na eleição do seguinte Papa, tratava-se de escolher um do agrado das côrtes; foi o franciscano Ganganelli, querido de Clemente XIII, em cuja honra tomou o nome de Clemente XIV.

Ganganelli, de certo bem intencionado, era indeciso e fraco. Começou a fazer concessões, depois a mandar visitadores hostis aos jesuítas, a lhes fechar colégios. Quis mudar o instituto, mas o Pe. Geral não consentiu. Mesmo tais alterações seriam insuficientes[11] para satisfazer os Bourbons.

Em breve, o Papa, obrigado pelo ministro espanhol, Moniño, assinou a bula de supressão a 21 de julho de 1773.[12]

Presos o Geral e os assistentes no castelo de S. Ângelo, foram os outros obrigados a deixar a Ordem, no que obedeceram.[13]

Pouco depois morreu o Papa e o Pe. Geral Ricci. Muitos foram os males provenientes desta supressão: as missões, o ensino, a defesa de S. Sé, a ordem nos Estados, tudo sofreu.

6) Restauração da Ordem. — A supressão dos jesuítas não era da vontade de Clemente XIV, que declarou "Compulsus feci", referindo-se à extinção.

Em vista da liberdade que o Papa deixou aos soberanos, quanto à publicação da bula, Catarina II conservou os jesuítas

na Rússia, "tuta conscientia", sem protestos de Roma, bem como Frederico da Prússia, na Silésia.[14]

Em 1814, mudadas as côrtes européias pelas reviravoltas políticas de Napoleão, achou Pio VII que era tempo de restaurar a Companhia de Jesus, o que realizou com gerais aplausos no dia 7 de agôsto de 1814, entregando elogiosa bula aos velhos Padres ainda existentes e reunidos em Roma.

Enganaram-se os inimigos da Igreja. Ela é obra divina, contra a qual nada podem os homens. A Companhia de Jesus caiu e levantou-se. E a Igreja nem sequer vacilou.

1) Paschini, Lezioni di Storia Eccl. III, cap. III, 373; Hergenröther, Hist. de l'Eglise, VI, 280. — 2) Buzz, Die Gesellschaft Jesu, refuta a obra de Theiner, Gesch. des Pontif. Clemens XIV. Ravignan, Clement XIII et Clement XIV faz outro tanto. — 3) Duhr, Pombal. — A nomeação do Cardeal Saldanha para visitador da Ordem em Portugal, bem como a elevação do áulico Pereira, cônego inimigo dos jesuítas, à Sé de Coimbra, são provas das maquinações de Pombal até junto ao Papa, por seus agentes assalariados. — 4) Gomes, Marquês de Pombal. — 5) Só em 1777, com a ascensão de D. Maria I ao trono, é que os jesuítas abandonaram os calabouços. Dos 9.460 encarcerados só restavam uns 800. — 6) Riffel, die Aufhebung des Jesuitenordens, 152. — 7) Para excitar a opinião pública, fizeram aparecer os caluniosos "Extraits des assertions" dos jesuítas; Riffel, l. c. 155. — 8) Ravignan, Clément XIII et Clément XIV, 136. Cfr. de Beaumont, l'Eglise, son auctorité, ses institutions et l'Ordre des jesuites. — 9) Mangras, Le duc et la duchesse de Choiseul. — 10) Cornely, die Novizen von Villa Garcia; Brück, die geh. Gesellschaften in Spanien. — 11) Portugal havia rompido as relações com a S. Sé e ameaçava não as reatar antes da supressão oficial da Ordem dos jesuítas. Nápoles e Parma apresentavam as mesmas exigências, de modo que o Cardeal de Bernis conseguiu do Papa a promessa de suprimir a Ordem, reservando-se, porém, a escolha do tempo oportuno. — 12) E' o breve "Dominus ac Redemptor", obtido quase à fôrça pelo embaixador espanhol Moniño, o órgão central de tôdas as manquinações anti-jesuíticas no período da supressão. — 13) Claré, Morts ou vivants? — 14) Pio VI, que prestara ao Pe. Ricci as honras fúnebres, permitiu aos jesuítas doutros países reunirem-se aos da Rússia e terem superior geral (1782).

II. DESENVOLVIMENTO DA DOUTRINA.

1) CIENCIAS ECLESIASTICAS.

§ 195. Estudos teológicos do período reformista.

Foi grande o desenvolvimento dos estudos teológicos nos séculos XVI e XVII, já devido à facilidade proporcionada pela invenção da imprensa no século anterior, já aos vastos estudos humanistas, já em atenção à necessidade de certas obras para instruir o povo, que estava disposto a seguir Lutero e outros heresiarcas. Sobretudo deram ocasião e assunto a muitas obras as determinações, decretos, atos e estudos do Concílio de Trento.[1]

1) **No campo da exegese** aparecem edições críticas da Bíblia e as edições poliglotas.[2] Muito se trabalhou então na exegese bíblica, saindo à luz grandes obras e de real valor. Sobressaem a dos jesuítas João Maldonat, Afonso Salmeron, Francisco de Toledo e Cornélio a Lápide; bem como a do Bispo napolitano Angellius; a de Guilherme Estius (d'Este), do oratoriano Ricardo Simon e do beneditino D. Agostinho Calmet.[3]

2) **Nos estudos dogmáticos** tem lugar de honra o dominicano espanhol Melchior Cano com sua obra "De locis theologicis". [4] Podem dividir-se as obras teológicas dêsse período em três grupos:

a) de teologia positiva, cujos autores principais são o jesuíta Petávio (De Dogmatibus theologicis), o oratoriano Thomassin, que terminou a obra de Petávio e Tournelys. [5]

b) de teologia especulativa, que sobretudo na Itália e na Espanha era cultivada e principalmente pelo dominicano Domingos Bañez, pelo jesuíta Gabriel Vasquez (o "Agostinho espanhol"), por Francisco Suarez (doutor exímio), Ruiz de Montoya e os Salmanticenses. [6]

c) de teologia apologética, que tinha por fim favorecer a aproximação e promover entre católicos e protestantes, ilustrando-lhes os conhecimentos teológicos. Eram obras em parte populares, em parte didáticas e até eruditas. Canísio, Cassandra, Eck, Faber, Helding, e outros muito trabalharam neste ponto. De Bispos e Cardeais são célebres, nesse particular, muitos dêstes tempos, sobretudo o Cardeal Hosius e Du Peron.

O Cardeal S. Roberto Belarmino, S. J., é, sem dúvida, o mais célebre, pois, com sua obra sôbre as heresias da época [7], mostrou conhecer perfeitamente os protestantes, pelo que êstes muito odiaram Belarmino. Também teve de suportar a sanha dos Bourbons, porque expôs com clareza em seus escritos a doutrina reta sôbre os direitos e deveres nas relações entre Igreja e Estado. Bossuet, em agradável estilo, apresenta na "Histoire des variations des églises protestantes" as inconseqüências e erros dos reformados.

3) **na teologia moral** apareceram muitos tratados sistemáticos, por exemplo: dos jesuítas Molina, Suarez, Lessius, de Lugo; dos dominicanos Soto e Medina. Entre os casuístas figuram os jesuítas Sá, Sanchez, Laymann, Busenbaum; os franciscanos Sporer e Elbel; os rigoristas Concina e Patuzzi. Entre todos avulta S. Afonso de Ligório, que, admitindo o probabilismo, se livra de muitas dificuldades que então havia entre os diversos teólogos moralistas. [8]

4) **Na mística** destacam-se os múltiplos tratados de S. Teresa e S. João da Cruz, de Fr. Luís de Granada, do B. João d'Ávila [9], de Bartolomeu Álvares, de S. Francisco de Sales, e os Exercícios Espirituais de S. Inácio de Loiola. Além dêstes, vários outros escreveram obras ascéticas no mesmo período, v. gr. Luís de Ponte, S. J. [10], B. Lourenço Scupoli [11], Afonso Rodrigues, S. J. [12]

5) **Na história eclesiástica,** arqueologia, crítica e biografias. Cardeal Barônio, historiador, os Bolandistas [13], muito críticos nas "Acta Sanctorum", os Maurinenses, criteriosos nas suas edições dos Padres da Igreja. Na arqueologia surge Muratori [14], com o seu catálogo. Especiais estudos se efetuaram então nas catacumbas de Roma.

6) **No direito canônico:** muitíssimos escritores se ocuparam com escritos do direito canônico. [15] Salientam-se entre êstes Schmalzgruber, Reiffenstuel, Thomassin.

7) **Na eloqüência sagrada:** além dos pregadores franceses Bossuet, Bourdaloue e Fénelon, é mui grande o número de oradores sacros, v. gr. Ségneri, S. J., Antônio Vieira, S. J., João Faber, Abraham de S. Clara, Goffiné (Premonstratense), o capuchinho Martinho Cochem, o oratoriano Lejeunie e outros.

1) Hurter, Nomenclator literarius recentioris theol. cath.; K. Werer, Gesch. der kathol. Theol. seit dem Trienter Conc. — 2) Em 1572 foi editada a poliglota de Antuérpia, sob a direção de Arias Montanus, custeada por Filipe II da Espanha. As de Londres e Paris no século seguinte. — 3) Cfr. Migne, Cursus completus in Sac. Script., Paris, 1840, 20 volumes. — 4) Caballero, Vida del illustr. fray M. Cano. Madrid, 1871. — 5) Cfr. Heinrich, Dogmatische Theologie, I, 113; Scheeben, Handbuch der Kath. Dogmat. — 6) Collegii Salmanticensis fratrum discalceotorum B. M. V. de monte Carmelo primitivae observantiae Cursus theologicus Summam theol. D. Thomae doctoris Angelici com-

plectens, etc.... — 7) Disputationes de controversiis christ. fidei adversus hujus temporis haereticos. — 8) Mueller, Theol. Moralis, Vindob. 1873, I, 52 dá os nomes dos casuistas do séc. XVI ao XIX. — 9) Vida y obras de Juan de Avila, por Martin Ruiz, Madrid, 1618. — 10) Backer, Bibliothèque des écrivains de la compagnie de Jesus, Liège, 1809. — 11) Lourenço Scupoli, teatino. O Combate espiritual. — 12) Af. Rodrigues, S. J., Tratado de perfeição e virtudes cristãs. — 13) Acta Sanctorum, etc. Collecta, digesta et illustrata a Godefroi de Enschenio et Daniele Papebrochio, C. J., Antuérpia, 1642. — 14) Bibliotecário em Milão e mais tarde em Módena. — 15) Ferrari escreveu: Prompta Bibliotheca Canonica. O dominicano Rocaberti, Bibliotheca Maxima Pontifícia.

2) CISMAS E HERESIAS.

§ 196. Erros protestantes.

Duas grandes heresias dão origem a quase todos os erros protestantes: O falso conceito da justificação, e a Bíblia como única fonte de verdade.

1) Já que a justificação, segundo êles, nada confere de sobrenatural, mas é apenas externa, é que supõe nada haver o homem recebido de sobrenatural em sua justiça primitiva. De fato, os reformadores negam a diferença entre a santidade sobrenatural e as virtudes naturais, negam as conseqüências do pecado original, o livre arbitrio, portanto, a santidade das pessoas e o culto aos santos, o valor das boas obras, o purgatório, o sacrifício da missa, tudo conclusões lógicas de falsas premissas.[1]

Nas explicações, porém, dos mesmos erros há uma variedade infinita. Para Lutero a incredulidade ou carência da chamada "fé especial" é a causa única da perda da justificação, enquanto para Calvino o homem uma vez justificado tem garantida a salvação eterna e não pode perder a fé especial nem a justificação.

2) A Bíblia, divorciada violentamente da Tradição quinze vêzes secular, e interpretada arbitràriamente, ao talante de qualquer indivíduo, tornou-se farto manancial de opiniões errôneas. Negando a assistência do Espírito Santo à Igreja Católica, adotavam sua inspiração individual a cada protestante. Negando a legitimidade da hierarquia católica, adotavam a autoridade espiritual de cada príncipe "reformado". Negando os sacramentos e ritos católicos, adotavam imitações que satisfizessem e enganassem ao povo. E todos os absurdos, até as mais abertas contradições, êles encontraram em suas biblias truncadas, reduzidas e adulteradas.

1) Dorner, Gesch. der protest. Theologie bes. in Deutschland. Münich, 1867; Döllinger, Reform. im Umfange des Lutheranischen Bekentnisses; Walch, Luthers Werke.

§ 197. Dissensões entre os protestantes.

Da falta de unidade na doutrina nasceu a desarmonia entre os protestantes, que já no tempo de Lutero se perseguiam mùtuamente.[1]

A) **Dissenções entre os luteranos:**

b) os profetas de Zwickau, que rebatizavam os adultos.

c) Os antinomistas: João Agrícola, professor em Wittenberg e depois pastor em Berlim, não dava nenhum valor ao Antigo Testamento, e ensinava que as leis e os castigos narrados no Antigo Testamento deviam servir só para amedrontar o povo. Ora, Lutero tinha pôsto a S. Escritura como única fonte de verdade; ouvindo agora a doutrina antinomista começou a perseguir os principais chefes.

d) A dissenção majorista começou entre Jorge Major, professor em Wittenberg, e o luterano Nicolau de Amsdorf. Jorge ensinava a necessidade das boas obras para a salvação, o que se opunha diretamente à doutrina de Lutero, pelo que muitos luteranos o perseguiram desapiedadamente.

e) Os osiandritas não tiveram melhor sorte. André Osiander[2], também professor, mas em Koenigsberg, afirmava ser a justificação não totalmente exterior mas um tanto inferior também. Principiou a luta, porém Osiander morreu antes de terminá-la. Sucedeu-lhe Funk, que foi parar no cárcere e morreu decapitado.

f) A doutrina **sinergista** admitia como necessária para a salvação a cooperação dos homens, como, aliás, já Melanchthon deixara entrever na "Confessio augustana" e em outros escritos.[3] Os sinergistas estacionavam sobretudo em Wittenberg e os adversários em Jena. As perseguições se estenderam à Saxônia. Engendraram forçadas explicações para restabelecerem a paz mas nunca o conseguiram.

g) Os adversários mais perigosos aos luteranos foram os criptocalvinistas. Muitos luteranos aderiram a certos pontos da doutrina calvinista, sobretudo sôbre a S. Eucaristia. Entre êles Melanchthon. Contudo se conservaram luteranos. Êstes criptocalvinistas preponderaram na Saxônia, auxiliados pelo eleitor Augusto. Quando, porém, se declararam abertamente calvinistas, foram todos presos pelo mesmo príncipe.

Para terminar as contendas e dissensões entre luteranos, seus príncipes e teólogos tentaram uni-los numa "Concórdia". Elaboraram alguns livros da concórdia, epitome que continha a "Confessio augustana", a apologia da "Confessio augustana", as artigos de Schmalkalda, o catecismo de Lutero e a fórmula de Concórdia.[4] Tudo isso, porém, não surtiu o efeito desejado, que era unirem-se todos contra o catolicismo.

B) **Dissensões entre os calvinistas.** — Também os calvinistas se dividiram, e aí a pedra de tropêço foi a doutrina da predestinação.[5] Os supralapsários ensinavam que o homem, já antes da queda de Adão e independente dela, era destinado ao céu ou ao inferno. O contrário defendiam os infralapsários. Ambos os partidos tinham defensores acérrimos. Aos primeiros pertenciam as classes superiores, aos últimos as massas populares. Pretendendo obter a paz, os supralapsários determinaram apenas fazer uma demonstração das suas teorias, pelo que tomaram o nome de remonstrantes, mas os outros foram contraremonstrantes. Disputas, colóquios e tudo o mais que fizeram só serviu para acirrar mais os ânimos e dar à luta caráter politico.

1) Pank, Gesch. des protest. Lehrbegriffs; Walch, Hist. und Thoel.; Niedner, Lehrbuch der K. G., indica exatamente as fontes. — 2) Döllinger, III, 404. — 3) Bleck, Das dreifache Interim, p. 363. — 4) Möhler, Symbolik, p. 330; Manzel, Neuere Gesch. IV, 462; Koellner, Symbolik der luth. Kirche, 523. — Dorner, Geschichte der protest. Theologie, 524. — 5) Augusti, Corp. sym. Eccl. ref. 198; Jurieu, la Religion du latitudinaire; Walch, Einleitung in die Religionsstreitigkeiten ausser der luth. Kirche, 5 vol., III vol.

§ 198. Seitas menores.

Como se já não fôssem bastantes as divisões entre os protestantes, ainda muitos outros grupos de adeptos se separaram, formando seitas menores e independentes. Já no tempo de Lutero se desligaram os "rebatistas" de Zwickau, dos quais o ramo formado pelos "menonitas" teve suas diferenças específicas. [1] A par dêstes apareceram:

1) Os anabatistas [2], que não batizavam as crianças, desprezavam os dogmas e professavam a comunidade dos bens. Eram inimigos do exército e dos empregos públicos.

2) Os schwenkfeldianos [3], que professavam um falso misticismo e uma religiosidade tôda exterior; rejeitavam todos os sacramentos.

3) Os pietistas [4], grupos de luteranos que promoveram a reação contra essas inovações. Eram dirigidos por Spener, pastor protestante que, vendo os extremos atingidos com o abandono da doutrina das boas obras, começou a pregar em algumas cidades, fundou "collegia Pietatis", para exortar os discípulos à austeridades e à prática das virtudes. Era uma "ecclesiola in ecclesia", com muita piedade mas sem dogma algum. [5]

4) Os herrenhuter, semelhantes aos pietistas, tiveram por fundador um alucinado. [6] Não obstante, a seita conseguiu muitos adeptos, orgulhosos e fanáticos.

5) Os metodistas [7] começaram na Inglaterra por um grupo de estudantes que queriam combater a descrença e ter um método de vida "religiosa própria". Tinham o seu pastor próprio, que lhes fazia prédicas, primeiramente ao ar livre e depois numa capela. Seu caráter principal é a penitência. Por causa de questões dogmáticas também se dividiram em alguns ramos. — A América do Norte os possui em abundância.

6) Os quakers, iluminados — dizem — por inspiração interior sem dogmas nem moral, sem pastôres, nem cerimônias. Os excessos praticados desde o início lhes conciliou a malquerença do govêrno inglês. [8]

7) Swedenborgianos, racionalistas e místicos. [9]

8) Unitários ou Socinianos, deístas, negadores dos dogmas fundamentais do cristianismo. [10]

1) Os menonitas, cujo chefe era Menno Simonis, não admitiam o batismo das crianças. São os precursores dos anabatistas. — 2) Döllinger, Kirche und Kirchen. — 3) Döllinger, Reformation, I, 226. Era seu fundador Gaspar de Schwenkfeld, partidário zeloso de Lutero, a quem abandonou por discordar da doutrina sôbre a justificação (Brück, K. G.). — 4) Os pietistas caíram nos erros montanistas. — 5) Walch, I, 540; II, 1; IV, 1030. V, 1. Schmid, Gesch. des Piet.; Tholuk, Gesch. des Rationalismus; Kahnis, der deutsche Protestantismus, I, 167. — 6) Era o conde Zinzendorf. Cf. Spangenberg, Leben des Grafen Zinzendorf, como também as novas biografias de Varnhagen d'Euse e Schrautenbach. — 7) Southey, Life of Wesley; Jackson, Hist. of Beginning, etc., of the Method. — 8) Fundados por Jorge Fox (1691). Cf. Brück, K. G. § 198. — 9) Goerres, Schwedenborg und sein Verhältnis zur Kirche. — 10) Trechsel, die prot. Antitrinitarier vor Faustus Socinus.

§ 199. Disputas sôbre a graça.

Levantando a questão do pecado original e da justificação, o protestantismo feriu assuntos complicados que forneceram material para controvérsias entre os católicos.

O predestinacianismo calvinista atraía certos doutôres que simpatizavam com a idéia de inteiramente entregarem a Deus o cuidado da salvação. Conservando-se embora católicos, e julgando interpretar ortodoxamente a doutrina de S. Agostinho, sôbre a graça e o livre arbítrio, teólogos houve que deprimiam e quase suprimiam a liberdade humana. [1] Entre êles sobressaía Miguel Baio (de Bay), catedrático de exegese na Universidade de Lovaina (1552), com o colega João Hessel, adversário

da escolástica.[2] Vários professôres de Lovaina discordaram dêles no tocante à impossibilidade de o homem decaído aceitar a graça, bem como à necessidade interna de pecar. E graças aos franciscanos belgas já em 1560 a Sorbona rejeitou 18 proposições de Baio, que em 1567 teve de Pio V a condenação de 79 asserções. Os partidários de Baio procuraram desvirtuar a bula "Ex omnibus Afflictionibus", alterando-lhe a pontuação, mas Gregório XIII (1579) confirmou a decisão de Pio V[3], e Baio submeteu-se (1580), morrendo nove anos depois em comunhão com a Igreja. Reagindo contra o amesquinhamento do alvedrio humano, na mesma Lovaina se apresentaram os jesuítas Leonardo Léssio e João Hamelio. Suas teses, porém, sôbre a suficiência da graça que se torna eficaz pela cooperação do homem, sofreram acres censuras das faculdades teológicas de Lovaina e Douai (1567), até que Sisto V proibiu as recriminações mútuas, enquanto a S. Sé não se pronunciasse. A questão recrudesceu, quando em Évora o jesuita Luís Molina (1588), baseado na "ciência média" de Deus, escreveu um livro sôbre a harmonia entre o livre arbítrio e a graça divina.[4] Domingos Bañez, Tomás de Lemos e mais dominicanos de Salamanca supuseram conceitos semipelagianos na teoria de Molina, como na de Léssio. Além do mais, viam os bañezianos nas teses molinistas não só uma exaltação da livre vontade à custa da eficiência da graça e a rejeição da sua "praemotio physica", mas também uma afronta à autoridade de S. Tomás.[5]

Generalizando-se os debates, foram os molinistas acusados perante a Inquisição, mas Clemente VIII chamou a Roma o processo inteiro e criou a Congregação de Auxiliis Gratiae (1598). No minucioso e demorado exame foi reprovado o livro de Molina.[6] Mas nem Clemente VIII, nem Paulo V decidiram a questão, limitando-se a proibir que os adversários se atirassem reciprocamente a pecha de hereges, e exigindo que novos livros sôbre assuntos controvertidos só se publicassem com prévio assentimento da Inquisição.

1) Schneemann, Controversiarum de divinae gratiae liberique arbitrii concordia: Petavius, de theol. dogm. III; Kleutgen, Theol. der Vorzeit, II; Schaezler, Natur. u. Uebernatur. Das Dogma von der Gnade. — 2) Du Chesne, Histoire du Bayanisme; Linsenmann, Michael Bayus. — 3) Bullar. Rom. (ed. Turim) VIII, 314. — 4) "Liberi arbitrii cum gratiae donis, divina praescientia, providentia, praedestinatione et reprobatione concordia", era o título inteiro e quase índice do livro de Molina. O autor da doutrina de "scientia media", isto é, o conhecimento divino entre a "scientia visionis" e a "scientia simplicis intelligentiae" foi o jesuíta Pedro da Fonseca (1566). — 5) Dummermuth, O. P., S. Thomas et doctrina praemotionis physicae; Frins, S. J., S. Thomae Aquin. Doctrina de cooperatione Dei cum omni natura creata praesertim libera. — 6) Os teólogos Juarez e Vasquez, jesuítas, modificaram o sistema de Molina para o congruísmo, segundo o qual a eficácia da graça depende da congruência. Daí a situação entre gratia congrua et incongrua. O Superior Geral Cláudio Aquaviva, em 1613, mandou que êste sistema fôsse adotado nos colégios da Companhia de Jesus. — Cf. K. Werner, der hl. Thom. v. Aquino III, 378, e Francisco Suarez, I, 244; Monumenta Germaniae paedagogica, II; Busz, die Gesellschaft Jesu.

§ 200. Jansenismo.

Para reivindicar a fama de Baio, dois de seus discípulos se propuseram combater os jesuítas, seus adversários. Eram êles Cornélio Jansênio, professor em Lovaina e depois Bispo de Ypres, e João Verfério de Hauranne, Abade de São Cyran.

Enquanto Jansênio tomava a si a exposição teológica da doutrina, devia Hauranne escrever sôbre a hierarquia e a reforma rigorosa da Igreja, cujo laxismo contrastava com a primitiva austeridade. Após vinte anos de elaboração, tinha Jansênio seu

livro "Augustinus sive doctrina Sancti Augustini de Humanae naturae sanitate, aegritudine, medicina, adversus Pelagianos et Massilienses, tribus tomis comprehensa." [1] Foi editado só em 1640, portanto, obra póstuma, dado o falecimento do autor em 1638. O pior é que a obra não expunha a doutrina de S. Agostinho, mas realmente a de Calvino. Morreu, porém, Jansênio em boa fé, visto que submetia seus escritos ao Santo Padre. Combatido pelos jesuítas, foi o "Augustinus" condenado em 1642 na bula "In eminenti", de Urbano VIII. [2]

Mas Antônio Arnaud, doutor da Sorbona, e também Pascal com Nicole, bem como os solitários e as monjas cistercienses de Port Royal [3], tomaram entusiàsticamente a defesa de Jansênio, como se fôra sua condenação uma censura à doutrina de S. Agostinho. O Abade de São Cyran ainda atacava os jesuítas como propagandistas da comunhão freqüente. A luta estava assim longe de seu têrmo final. Para apressá-lo, o Dr. Cornet, síndico da faculdade teológica de Paris, propôs à mesma Sorbona sete asserções do "Augustinus", das quais cinco [4] foram remetidas à S. Sé. Ei-las:

1) Alguns mandamentos divinos nem pelos justos podem ser cumpridos, por falta de necessária graça;

2) O homem não pode resistir à graça interior;

3) Para o mérito e demérito, no estado de natureza decaída, basta a isenção da violência física, ainda que sob a pressão da necessidade.

4) E' êrro semipelagiano julgar que a vontade humana pode seguir ou repelir a graça.

5) E' semipelagianismo dizer que Jesus Cristo morreu para remir todos os homens.

Aguardava-se de Roma qual a solução, quando maiores distúrbios se apresentaram com a distinção de "quaestio juris et quaestio facti" [5], isto é, os jansenistas reconheciam como heréticas as cinco proposições, mas não como pertencentes ao "Augustinus". Escudados em tal sofisma, embora condenadas as heresias, mantinham-se irredutíveis os sequazes de Jansênio.

Alexandre VII não anuiu à "distinctio facti et juris", mas ainda assim quatro Bispos só lhe votaram um silêncio respeitoso, enquanto os mais aceitavam "in totum" a decisão pontifícia. Apesar de novos ataques dos jesuítas às traduções das obras de S. Agostinho, efetuadas pelos monges de S. Mauro [6] (1679), Clemente IX, na "pax clementina", suspendeu por tempos a questão, porque a França tôda se ocupava então das "liberdades galicanas". Em 1701, porém, o chamado "caso de consciência" [7] trouxe novamente à baila o jansenismo. A Sorbona aprovou o "caso de consciência", mas Clemente XI publicou, a instâncias de Luís XIV, a bula "Vineam Domini" (1705), na qual pulverizou o "casus conscientiae", o "silentium obsequiosum" e a

"quaestio facti".[8] Mesmo assim as monjas de Port-Royal não aquiesceram e tiveram por castigo o mosteiro supresso e destruído (1710).

Em nova fase entrou o jansenismo, quando o oratoriano Pascoal Quesnel[9] escreveu as suas "Reflexões morais sôbre os Evangelhos" (1671), que se tornaram com o tempo "Reflexões morais sôbre o Novo Testamento", aumentando com as sucessivas edições o número das explicações eivadas de jansenismo.[10] Apesar da elogiosa aprovação de Noailles, Bispo de Châlons (1693), e mais tarde Arcebispo de Paris, a obra foi censurada em Roma em 1708 e novamente em 1713, quando Clemente XI na Constituição "Unigenitus" lhe condenou 101 proposições.[11] O Cardeal de Noailles aceitou, enfim, mas ainda com restrições, o documento pontifício. A morte de Luís XIV (1715) concorreu infelizmente para que muitos clérigos, especialmente regulares, rejeitassem a bula e vários Bispos apelassem para um concílio universal. Clemente XI pronunciou excomunhão contra os tais "apelantes".

Quando em 1729 a Sorbona imitou Noailles na aceitação incondicional[12] da bula "Unigenitus", o jansenismo sofreu golpe tão fundo que, carecendo de apoio dos corifeus da ciência e do poder, precisou recorrer a embustes e ater-se a supostos milagres que no cemitério de S. Medardo pretendiam representar no túmulo de um diácono "apelante", Francisco de Paris. Verificada a improcedência da fama de santidade do tal "apelante", e a desordem que os dançantes "convulsionários" lá realizavam, as autoridades civis fecharam o cemitério de S. Medardo. Passaram os "convulsionários" a funcionar em casas particulares. Nem sempre o govêrno assumiu atitudes decisivas, de modo que o jansenismo continuou a prejudicar a Igreja até à Revolução Francesa.[13]

Como que a propósito veio nessa época o culto ao Sagrado Coração de Jesus acender e extinguir os ardores do jansenismo: acender, porque ofereceu mais um objeto de exasperação aos jansenistas; e extinguir, porque, desde as pregações de S. João Eudes (1644), confirmadas pelas revelações de S. Margarida Alacoque (1675), se propagou ràpidamente essa devoção, diametralmente oposta ao jansenismo.[14]

A Holanda, cuja Igreja era governada por vigários apostólicos, foi a principal vítima do jansenismo.

Lá passou algum tempo, a caminho do exílio, Antônio Arnaud com Pascoal Quesnel, o que muito contribuiu para fortificar o partido jansenista, contemplado aliás com bons olhos pelo oratoriano Pedro Koode, vigário apostólico.

A justa substituição dêste provocou as iras dos Estados Gerais e do vicariato de Utrecht, jansenista e sempre revoltado contra a Santa Sé.

Daí o conhecido cisma de Utrecht.[15] O cabido nomeou Arcebispo de Utrecht um tal Cornélio Stenhoven, que foi sagrado por um Bispo excomungado (1742). Para ter sufragâneos, uniram-se os Bispos de Harlem e Deventer. Os cismáticos chegaram ao número de seis mil. Hoje fazem causa comum com a seita dos "Velhos Católicos", criada na Alemanha para fazer oposição ao Vaticano.

1) Leydecker, hist. de Jansen; Luchesini, Hist. polem. Jans.; Rapin, Hist. du jansenisme; Jungmann, Dissert. select. na hist. eccl. VII, 217; Roskovany, II, 757. Cornélio Jansen nasceu em Leerdam, na Holanda, em 1585, e morreu em Ypres, na França (1638), cuja diocese regeu durante 3 anos. — 2) A universidade de Lovaina, o Arcebispo de Malines e vários Bispos da Bélgica não aceitaram logo a bula de Urbano VIII. — 3) Muita influência exerceu em tal assunto Antônio Arnaud, cuja irmã Angélica era abadessa em Port-Royal des Champs, e cujo irmão Henrique era Bispo de Angers, um dos recalcitrantes e partidários da "quaestio facti" e do silentium obsequiosum. — Clemencet, histoire de Port-Royal; Brunet, Manuel du librairie; Sainte-Beuve, P. Royal. — 4) Dumas, Hist. des cinq. propos. de Jan.; Schill, Katholik, 1883, II. — 5) Bossuet, Oeuvres complètes, X, 632, demonstra às Religiosas de Port-Royal a falsidade desta distinção. — E Fénelon: Dès qu'on admittra que l'Eglise pourra se tromper sur les textes qu'elle adopte et consacre et sur ceux qu'elle anathematise, je demonstrerai que le dépôt n'aura plus de ressource assurée. (Lettre au benedictin Lami, en date du 17 décembre 1764). — 6) Paschini, Lezioni di Storia, III, 340. — 7) Um jansenista propôs à Sorbona a seguinte pergunta: Pode um sacerdote ser absolvido se tiver condenado as cinco proposições heréticas, guardando, porém, sôbre "quaestio facti" o "silentium obsequiosum"? — 8) Pascal defendia em suas "Provinciales" essa falsa distinção. — 9) Quanto aos religiosos de S. Mauro e aos oratorianos da França, cf. Fénelon, Memoriale Sanctissimo Domino clam legendum. — 10) Roskovany, Romanus Pontifex, III, 792; Picot, Memoires pour servir à l'hist. eccl. pendant le XVIIIe siècle; Huth, Versuch einer. K. P. des XVIII. Jahrh. I, 245; Bauer, Stim. aus Maria-Laach VI, 17. — 11) Bull. Roma. XXI, 568; Lafiteau, Hist. de la const. "Unigenitus"; Fontaine, Const. Unigenitus theologice propugnata. Schill, die Const. Unigenitus, ihre Veranlassung und ihre Folgen. — 12) Lemmer, Meletematum Roman. mantissa. Collectio Lacensis I, 615. Stim. aus Maria-Laach, XII, 15. — 13) Especialmente influiu o jansenismo na liturgia e na moral rigorista. (Cf. Guéranger, Inst. Liturg. II, 59.) — 14) Eberl, Jansenisten und Jesuiten in Streit über die oftmalige Communion. — 15) Hoynk van Papendrecht, Hist. de rebus Eccles. Utraject.; Mozzi, Storia delle revoluzioni della Chiesa d'Utrecht.

§ 201. Quietismo.

Entre as controvérsias teológicas do século XVII surgiram discussões e erros de ascética. Assim Miguel de Molinos, sacerdote espanhol, reproduziu em Roma as opiniões errôneas dos "iluminados" da Espanha.[1] No livro "Guia Espiritual" (1685), Molinos ensinou que o mais alto grau da perfeição espiritual consiste no aniquilamento das faculdades da alma, que se abandona completamente a Deus a ponto de já não lhe ser possível agir nem desejar.[2] Êsse quietismo ou passividade obteve grande voga. Mas Inocêncio XI (1687) condenou 68 de suas asserções. Molinos se retratou e passou o resto da vida encerrado num mosteiro († 1696).

O quietismo, assim extinto, reapareceu com outra modalidade. A viúva Joana de la Motte-Guyon, discípula do barnabita La Combe, fazia consistir a perfeição na constante e habitual caridade divina, tão desinteressada, que nem se pensasse em recompensa e castigo.[3] Uma conferência com alguns Bispos, reunidos em Issy (1694), bastou para que ela aceitasse os verdadeiros princípios da sã espiritualidade.

Infelizmente, surgiu no mesmo campo outra polêmica, sendo contendores Bossuet e Fénelon, Bispos de Meaux e Cambray, respectivamente. Ocasionada pela pastoral de Bossuet: "Sôbre os diversos modos de oração", teve a réplica de Fénelon[4] a desventura de ser censurada por Inocêncio XII (1699).[5] A mais completa e pronta submissão honra a memória do piedoso Fenélon.[6]

1) Erros do místico Alombrados; Vic. de la Fuente, Hist. de las sociedades secretas de España. — 2) Daí deduzia Molinos que as boas obras, por exigirem a ação da alma, são contrárias à perfeição, e que nunca se deve resistir positivamente à tentação, pois tal é contrário ao estado passivo da alma. —

3) Expôs suas idéias nos livros "Torrentes Espirituais", "Versos Místicos", "Explicação da S. Esc." — 4) Intitulou sua obra "Explications des maximes des Saints sur la vie interieure". — 5) Bausset, Hist. de Fénelon et Hist. de Bossuet. Foram celebradas mais de cem conferências em Roma, durante 18 meses, para se discutirem as máximas de Fénelon. Mesmo assim, apenas 23 foram reputadas temerárias, escandalosas e perigosas, mas não heréticas, como pretendia Bossuet. — 6) Recebeu a notícia de censuras justamente no momento de pregar a festa da Anunciação. Improvisou então a mais bela apologia da perfeita submissão à autoridade.

§ 202. Galicanismo.

As lutas religiosas na França tiveram o pernicioso efeito de diminuir a confiança na S. Sé, cujas decisões sofriam tantas repulsas não só de leigos, mas também do alto clero. Daí a tendência geral na França de acolher as perigosas opiniões do concílio de Constança (1414) que sotopunham o Papa ao concílio, e que efetivamente foram aceitas por Carlos VII, quando aprovou os decretos do concílio de Basiléia (1431) na Sanção Pragmática de Bourges (1438), embora abolida em 1515, por meio de concordata.

No fim do século XVI, Pedro Pithou († 1596), calvinista convertido, reuniu em opúsculo intitulado "Liberté de l'Église gallicane" as idéias vagas e esparsas sôbre tal assunto, e o dedicou a Henrique IV.

Consignou 83 atribuições ao poder civil da França em matéria eclesiástica, sendo as principais: Direito de convocar sínodos e concílios, decretar leis e mandamentos, vetar acessos a legados pontifícios, autorizar ou proibir a promulgação de bulas, nomear dignitários eclesiásticos, receber denúncia contra abusos do clero, punir clérigos, não poder ser excomungado, como também seus ministros, etc....

Êsse catolicismo liberal encontrou defensores na Sorbona, apesar de a côrte manter neutralidade. [1]

Em 1639, Pedro Dupuy publicou uma explicação histórica para fundamentar o opúsculo de Pithou. E pouco depois o próprio Arcebispo de Paris Pedro de Marea fêz com êles causa comum, editando sua "De Concordia sacerdoti et imperii, scilicet de libertate Ecclesiae Gallicanae".

Luís XIV, que a princípio se mostrava reservado, abraçou a opinião geral do clero francês em 1681, por não haver Roma reconhecido a extinção dos direitos de "regalia" a todos os bispados da França, como se foram propriedade da coroa. [2] Os conflitos de Luís XIV com a S. Sé por assuntos de regalia e de asilo na embaixada francesa de Roma, tiveram por desfecho uma convocação de prelados, em que figuraram Harlay, Arcebispo de Paris, Tellier de Reims, Choiseul de Tournay, Bossuet e mais trinta prelados, além dos representantes do clero.

Choiseul, encarregado de redigir os direitos da coroa, ia levar a França ao cisma, porém Bossuet (1682) o substituiu, apresentando as seguintes conclusões [3]:

1.° O Papa não tem sôbre o poder temporal dos reis nenhum direito nem mesmo indiretamente.

2.° O Pontífice Romano é inferior ao concílio universal.

3.° Por conseguinte, o Papa está subordinado aos cânones da Igreja.

4.° Os decretos dogmáticos não são irreformáveis.

Todo o clero teve de assinar, por ordem do rei, os quatro artigos e as declarações da assembléia dêsse ano (1682).

Os refratários foram constrangidos. A imposição real se estendia à França inteira, mas encontrou oposição na Sorbona, apesar de os teólogos cortesãos haverem conseguido a assinatura de setenta professôres.

Inocêncio XI reprovou absolutamente os artigos galicanos, sem, todavia, classificar de herético o compilador Bossuet. Nos seis anos seguintes permaneceram vacantes trinta e cinco bispados, pois nem a S. Sé aprovava os candidatos de Luís XIV, participantes da assembléia de 1682, nem os demais eram aceitos pelo rei. Felizmente, o atrevimento

galicano não chegou ao ponto de dar investidura a prelados não confirmados pelo Papa.

Nessa mesma época (1687) se renovou em Roma o atrito da embaixada francesa com o Vaticano, por pretender aquela manter o direito de asilo extensivo até seu quartel, o que entravava o policiamento e a ação jurídica dos tribunais romanos. As demais côrtes reconheceram os motivos. Não assim o embaixador Lavardin. A excomunhão dêste fêz Luís XIV assenhorear-se de Avinhão e Venessino.[4]

Só em 1693 é que o piedoso e sábio Inocêncio XII conseguiu do rei cassasse as "Declarações" que ainda permaneciam em vigor.[5]

Assim, os novos Bispos puderam obter sua confirmação.

Napoleão, contudo, mandou inserir no "Bulletin des Lois" os artigos galicanos. Mas Pio VII lançou-lhe nova condenação, que foi repetida pela última vez no Concílio Vaticano.

1) Edmundo Richer em 1617 publicou a obra "De ecclesiastica et politica potestate", contra o dominicano Wibert Rosenbach. — Cf. Puyol, Edmond Richer. Étude Historique sur la renovation du gallicanisme au commencement du XVIIe S. — 2) Regalias eram direitos fundamentados (séc. XII) na dotação dos bispados com bens feudais. Por tal motivo, era de praxe cobrarem os reis todos os rendimentos de tais bispados, quando vacantes, e distribuir benefícios, excetuando os paroquiais. O segundo concílio de Lião (Lugdunense II, c. 12, 1274) confirmou êsse direito, mas só para com os bispados onde êle já estava em uso. A extensão, portanto, desta exigência do regalismo era inédita. Dos Bispos franceses apenas dois, e êstes ainda jansenistas, é que protestaram contra Luís XIV e apelaram para Inocêncio XI, o qual (1678) convidou o rei a desistir daquelas pretensões infundadas. Luís enviou a Roma o Cardeal d'Estrée, para tratar da questão, mas nada conseguiu, por ser também galicano. — 3) Gérin, Recherches Historiques sur l'assemblée de 1682; Bouix, Tract. de Papa; Litta (card.) Lettres sur les quatre articles du clergé français; Jos. de Maistre, de l'Eglise Gallicane et de ses rapports avec le Chef de l'Eglise; Philips, K. R. III, 339. — Roskovany, Romanus Pontifex, II e III; Gapp, Die Lehre der franz. Kirche über päpstl. Autorität. — 4) Michaud, Louis XIV et Innocent XI; Immich, Papst Innocenz XI. — 5) Walter, Fontes, p. 127; Roskovany, Monumenta, I, 222.

§ 203. Febronianismo.

Febronianismo é um amálgama de luteranismo, galicanismo e jansenismo. Teve por autor o Bispo coadjutor de Tréveris, Nicolau Hontheim († 1790), homem de procedimento ilibado e ilustrado. E' que já em Lovaina havia tido por mestre de direito canônico o jansenista Van Espen. Por outra parte voltaram à tona, desde 1742, na Alemanha, os "Gravamina Nationis Germanicae", de 1522.[1]

Com o pseudônimo de Justino Febrônio, o Bispo Hontheim escreveu o livro "De statu Ecclesiae et legitima potestate Romani Pontificis liber singularis ad reuniendos dissidentes in religione christiana compositus".

Na realidade, o que alcançou, quiçá intencionalmente, foi desprestigiar a Santa Sé.

Eis suas opiniões, tão arraigadas quanto errôneas:

Jesus Cristo concedeu seus poderes não aos Bispos, senão ao conjunto ou reunião dos fiéis.

Os Bispos são apenas mandatários sem jurisdição alguma, pois nem o Papa a tem, visto que é apenas "primus inter pares".

Como Bispo de Roma, só lhe cabe o "principatum honoris" e jamais o "principatum jurisdictionis". Portanto, o Papa não tem o direito de condenar heresias. Se o Pontífice Romano conserva tanto poder é

devido às muitas usurpações, e às doutrinas das "Decretais pseudo-isidorianas". [2]

A fim de repor tudo nos devidos lugares, aconselha Febrônio aos Bispos reunirem-se em concílios nacionais, visando combater e diminuir o poder papal. E como, enfim, é o povo cristão que deverá reivindicar seus direitos, compete aos Bispos inculcar-lhe a obrigação de procurar tal objetivo.

E se tal não fôr suficiente, recorra-se ao poder civil.

Clemente XIII condenou o livro de Febrônio, o qual primeiro recusou submissão, e depois a prestou mais aparente que sinceramente. [3]

Mas nem a retratação do autor, nem as melhores refutações [4] conseguiram extinguir seus funestos efeitos.

1) Dieta de Nürenberg. — 2) As "Decretais" são falsas apenas quanto ao autor, mas não sôbre o conteúdo. — 3) Brück, die Kath. Kirche in Deutschland; Menzel, Neuere Gesch.; Meyer, Febronius; Leo Mergentheim, die Wurzeln des Febronianismus. — 4) Zaccaria, S. J., Antifebronio; Pedro Ballerini, de Potest. Eccl. summorum Pontific. et conc. General.

§ 204. Congresso de Ems.

Na Alemanha os três Bispos eleitores [1] de Mogúncia, Tréveris e Colônia, aos quais se uniu o de Salzburgo, guiados por maus conselheiros e pelos escritos de Febrônio, quiseram reaver seus direitos "usurpados" pelos Papas. Reuniram-se e escreveram à S. Sé, protestando contra a nomeação de um novo núncio, que lhes vinha roubar ainda mais direitos, visto que Pio VI, a pedido de Carlos Teodoro da Baviera, criara a nunciatura de Munique. [2] Vendo baldadas suas pretensões, os três Arcebispos mandaram representantes ao congresso de Ems, vila prussiana na província de Hesse, e aí esboçaram a famosa "Punctação de Ems".

Nos 23 artigos [3], em que diziam querer reivindicar seus direitos, procuraram os Arcebispos tornar-se independentes de Roma.

Para triunfarem, os três eleitores pediram auxílios a José II.

Êste aquiesceu, mas sob a condição de os Bispos sufragâneos concordarem, o que não puderam alcançar. Os três obstinados recorreram novamente a José II, que remeteu seus pedidos à dieta de Ratisbona (1788).

Ora, esta resolveu em favor do Papa. [4] Atacaram mais fortemente a S. Sé, porém mais enèrgicamente lhes respondeu Pio V [5], de modo que logo se submeteu o Arcebispo de Tréveris, depois o de Colônia e Salzburgo, ficando por fim obstinado só o de Mogúncia. Também nessas pretensões a revolução francesa é que deu o último golpe.

1) Goyau, L'Allemagne religieuse. Le Catholicisme; Card. Pacca, Souvenirs historiques de mon sejour en Allemagne de 1784 à 1794; Brück, die rationalist. Bestrebungen im Kath. Deutschland. — 2) Stigloher, die Errichtung der päpst. Nuntiatur in München und der Emser Congress; Menzel, Neuere Gesch. 12.º vol.; Lehmann, Preussen und die kathol. Kirche seit 1640. — 3) Resumo dos principais artigos: Proibição de recurso a Roma, prescindindo do superior imediato; independência dos religiosos de sujeição a superior estrangeiro; supressão das faculdades quinquenais por inúteis, visto já os Bispos terem os mesmos direitos, sendo até inválidas as dispensas matrimoniais obtidas em Roma, extinção da jurisdição dos núncios; valor das bulas dependente do beneplácito episcopal; necessária nomeação dos "judices in partibus", quando algum processo fôr levado a Roma como terceira instância após os tribunais diocesanos e metropolitanos; Funk, hist. eccl. § 184; Paschini, Lezioni di S. E. — 4) Muito valor teve a circular do Cardeal Pacca e a defesa de Carlos Teodoro. — 5) Pii Papae VI Responsio ad metropolitanos Moguntinum etc....

§ 205. Josefismo.[1]

Com serem mais chegados à Igreja, não conseguiram os Habsburgos isentar-se do regalismo da época.

Assim a imperatriz Maria Teresa[2] (1740-80) da Áustria, — entendendo-se às vêzes com Roma, outras agindo por conta própria — foi introduzindo várias reformas eclesiásticas, aplaudida e incentivada pelo ministro Kaunitz.

Seus decretos limitaram o número de conventos e as novas aquisições de bens eclesiásticos, cuja administração ficou, aliás, subordinada ao Estado; marcaram a idade de 25 anos para os votos religiosos; modificaram os direitos de asilo, as imunidades do clero e o número de festas; estabeleceram o "placet" régio para os documentos pontifícios; criaram novas dioceses.

Após a expulsão dos jesuítas, adotaram novos planos de estudos nos seminários, repudiando a escolástica e dando formação mais prática e mais superficial, e, principalmente, anti-papal.[3]

Foi, porém, no tempo de José II, filho de Maria Teresa, que as indébitas ingerências da côrte em assuntos eclesiásticos se tornaram mais extensas e minuciosas.

Já em 1781 foi concedido livre exercício de culto aos protestantes e aos gregos cismáticos, desde que se abstivessem de toque de sinos e de outros sinais exteriores. As dioceses foram novamente delimitadas, e agora segundo os distritos civis. Com os bens usurpados na supressão de mosteiros, criou o imperador paróquias.

A obrigação do "placet" foi estendida às prescrições e ordens dos prelados diocesanos, dos quais também se exigiam dispensas matrimoniais superiores às facultadas pela S. Sé.

A regulamentação dos casamentos mistos, a supressão de mosteiros de Ordens contemplativas ou mendicantes, que não se sujeitassem ao ensino ou à beneficência[4], o fechamento de noviciados; a proibição de se comunicarem os religiosos com os respectivos superiores gerais; a extinção de confrarias, de procissões e romarias; as mais ridículas minúcias sôbre o culto público — tudo se tornou objeto de leis e prescrições do Estado.[5]

O mais funesto dos abusos consistiu na proibição de irem os seminaristas estudar em Roma, e serem obrigados a freqüentar os institutos sujeitos ao josefismo, com o propósito de os subordinar ao Estado em seu futuro ministério.

Infelizmente, foi diminuto, na Áustria o protesto dos Bispos: Só o Cardeal de Viena[6] e três Arcebispos se opuseram ao imperador; outros se intimidaram, chegando alguns a defender o josefismo.

Afinal, em 1782, Pio VI, esgotadas as medidas comuns, resolveu entender-se pessoalmente com José II. Foi a Viena[7], mas só colheu desilusões: nenhuma ab-rogação conseguiu, e novos editos foram promulgados relativos à Igreja. Parecia iminente um cisma.[8] Os prelados belgas é que não se curvaram a José II. O Cardeal Frankenberg[9] protestou com todo o clero e povo católico. E como o imperador recorresse à fôrça para lhes impôr silêncio, rebentou uma insurreição geral, que separou da Áustria os Países Baixos, apesar do recurso de José II a Pio VI.

Na Hungria também não se executaram as reformas do josefismo, cujo fundador morreu decepcionado, em 1790.

1) Jäger, Kaiser Joseph II und Kaiser Leopold II; Ritter, Joseph II u. s. Kirchl. Reform. — 2) Arneth, Maria Teresia. — 3) Bruner, die theolog. Dienerschaft am Hofe Joseph II. — Ficaram só quatro seminários gerais, Viena, Pest, Pavia e Lovaina com 5 sucursais. — 4) Wolf, die Aufhebung der Klöster in Innerösterreich; Lindner, die Aufhebung der Klöster in Deutschtyrol; Lehnen, Etude sur la suppression des couvents par l'empereur Joseph II. — 5) Wolfsgruber, Chr. Ant cardinal Migazzi; Bruner, die Mysterien der Aufklärung in Oesterreich. — 6) Wolfgruber, Migazzi, Fürsterzbischof von Wien. — 7) Schlitter, Pius VI zu Wien; Cordara, Pius VI Reise nach Wien; Jean de Müller, Voyages du Pape. — 8) Bourgoing, Memoires historiques et philos. sur Pie VI, p. 332.

§ 206. Sínodo de Pistoia.

Na Itália entrou o josefismo por Leopoldo, grão-duque de Toscana [1], irmão de José II, cujas idéias logo abraçou.

Começou Leopoldo a propôr algumas reformas febronianas aos Bispos da Toscana. Êstes se opuseram, com exceção de Cipião Ricci [2], Bispo de Pistoia. Ricci convocou seu clero para um sínodo (1786), que o jansenista Tamburini devia presidir, para o Estado triunfar sôbre a Igreja. Saiu-lhes ao agrado o sínodo de Pistoia. [3] Mas, quando Leopoldo quis aplicar suas declarações [4], só encontrou resistência, de modo que Cipião Ricci, abandonado por Leopoldo, que em 1790 sucedeu a José II no trono da Áustria, se viu obrigado, pelo desagrado geral, a pedir demissão em 1791.

Pio VII, em 1805, condenou 85 proposições do sínodo de Pistoia. [5]
E Ricci morreu reconciliado com a Igreja em 1810. [6]

1) Gelli, Memorie di Scipione de Ricci, pub. con documenti; Reumont, Gesch. von Toscana. — 2) Potter, Vie et memoires de Scipion de Ricci. — 3) Rasier, Analisi del concilio diocesano di Pistoia. — 4) Atti e decreti del concilio diocesano di Pistoia. — Foram aceitos por Ricci e 234 Padres Conciliares os 57 artigos de Leopoldo, mais outros decretos contrários à disciplina e à fé católica. — 5) Bulla Auctorem fidei; cf. Bullar. Rom. Contin. IX, 395. — Já em 1799 apresentara sua submissão ao Papa, mas em têrmos pouco satisfatórios; Rinière, Napoleon et Pie VII: Le consecr. La conversion di Scip. Ricci; La reconciliazione sincera dell'antico vescovo di Pistoia.

§ 207. Tentativa de reconciliar os protestantes.

Não obstante a paz de Westfália (1648), não cessaram as discussões entre católicos e protestantes. Algumas ocasiões de encontro entre êles foram: 1) a reforma do calendário, pois, sendo um Papa o reformador, os protestantes não a aceitaram;

2 Em 1717 o segundo centenário da reforma deu ensejo a que de ambas as partes houvesse grosserias e ataques. [1];

3 A emigração protestante de Salzburgo, em que o Bispo nenhuma culpa tinha, pois os protestantes foram instigados pelo rei da Prússia a discordar do Bispo, para que reagisse, e os protestantes, emigrando de lá, fôssem povoar a Prússia [2];

4) Os casamentos mistos desaprovados por ambos os partidos. [3]
As tentativas de reconciliar os católicos e protestantes fracassaram tôdas. [4]

Schönborn, Bispo de Mogúncia, e o conde de Boineburg [5] nada alcançaram, apesar de sua boa vontade. De Spínola [6], Bispo na Croácia, experimentou igualmente uma reconciliação, mas só achou apoio na casa de Hannover.

Lá realizaram conferências, êle com alguns chefes e pastôres protestantes, entre os quais Molanus, Abade protestante de Loccum.

Spínola, não oficial, mas particularmente, concedia que os Padres se casassem, que se suspendesse a promulgação do Tridentino, etc.

Molanus e Spínola redigiram as condições de reconciliação que iam apresentar aos protestantes. Uma cláusula dizia que os reformados se submeteriam ao Papa, mas que êste, por então, nada mudaria de suas doutrinas, ficando isso reservado ao próximo concílio ecumênico, em que também os protestantes teriam voto deliberativo.

Spínola concordou e foi a Roma tratar com o Papa. Inocêncio XI louvou-lhe o zêlo e o encarregou de encaminhar os negócios; entretanto, não foi explicado o plano a seguir. Voltando Spínola, apareceram em cena Bossuet e Leibniz [7], que entabolaram relações epistolares por meio da duquesa Sofia de Hannover (1683) e de sua irmã Luisa Holandina, abadessa de Mauboisson, na França.

Ora, Bossuet e Molanus e, depois, Bossuet e Leibniz não se entendiam em pontos importantíssimos.[8] Daí, embora permanecesse a boa vontade anterior, nada puderam alcançar. Por outra parte, como Sofia, neta de Jaime I da Inglaterra, era então pretendente ao trono, Molanus a acompanhou, deixando a sós Leibniz com o sucessor de Spinola. Também êstes discordavam, de modo que nenhuma tentativa surtiu efeito.

1) Verkündigung des anderen evang. luther. Jubelfests in Frankfurt; Kraus, Hist. Beitrag für das 2 luther. Jubeljahr. — 2) L. Clarus, die Auswanderung der prot. gesinnten Salzburger in den Jahren 1731 u. 1732. — 3) Roskovany, de Matrim. mixtis; Kunstmann, die gemischten Ehen unter den christ. Confessionen Deutschl. geschichtlich dargestellt. — 4) Hering, Geschichte der kirchl. Unionsversuche; Menzel, Neuere Gesch. VII, 102. — 5) Era um convertido. Cf. Raess, die Convertiten, VI, 536. — 6) Onno Klopp, der Fall des Hauses Stuart. — 7) Guhrauer, Gottfried Wilh. Freiherr von Leibniz. I, 193; Clarus, Simeon, Wanderungen u. Heimkehr eines christl. Forschers III, 18. — 8) Bausset, Histoire de Bossuet, livro XII. — Bossuet, Oeuvres complètes, VIII; Clarus, l. c. III; Onno Klopp, die Werke von Leibniz, VII e VIII.

§ 208. Igreja grego-russa.

Os gregos, mesmo sob o guante férreo dos turcos, permaneceram fiéis aos princípios da Igreja Ortodoxa.[1] Frustraram os intentos dos protestantes, que julgavam poder atraí-los para seu lado, já que não reconheciam a autoridade papal.

A primeira tentativa baldada foi, portanto, a de unir gregos e protestantes. Nem a carta de Melanchthon com a "confessio augustana", nem os emissários Andreas e Cursius, alcançaram coisa alguma do patriarca de Constantinopla. Quando Ciril Lúcaris assumiu o patriarcado, os calvinistas fizeram nova tentativa para se introduzirem na Igreja grega.[2]

O patriarca estava de acôrdo[3], pois estudara com os calvinistas em Genebra, mas o povo se indignou contra a doutrina calvinista da transubstanciação e da predestinação, que foram logo condenadas por vários sínodos.

Infelizmente, do mesmo modo resistiram os gregos à união com a Igreja romana. A corrução do clero, o orgulho nacional, a vaidade dos patriarcas, formaram barreiras intransponíveis aos apelos constantes e paternais conselhos dos soberanos Pontífices.

Na Rússia, desde o século XVI, o govêrno procurava estabelecer uma Igreja Nacional, independente de Constantinopla. A antiga Sé Metropolitana de Kiew foi transferida para Moscou, com jurisdição sôbre tôda a Rússia (1588), ficando ao patriarca de Constantinopla apenas o direito de aprovar os futuros metropolitanos. Em 1660 tal direito foi desprezado. E quando Pedro o Grande (1723) substituiu pelo "santo sínodo" o papel dos patriarcas, não encontrou oposição de parte alguma.

No século XVI o czar Ivan IV e Possevino, legado apostólico, bem como o jesuíta Skarge, trabalharam em vão para aproximar de Roma a Rússia Cismática.[4] Só as províncias russas que estavam anexas à Polônia é que em 1595 voltaram ao seio da Igreja-Mãe.

S. Josafat Kunzewicz, Bispo de Polozk e ardoroso apóstolo da extinção do cisma, foi assassinado (1623) pelos russos exaltados.[5]

Manda a verdade reconhecer que o clero latino e a nobreza polaca não secundaram os planos de união.

Pedro o Grande, que no "Santo Sínodo dirigente" tinha seu procurador militar e se reservara o direito de veto, jamais pensou sèriamente em aproximar da Santa Sé a Rússia cismática e subdividida em tantas seitas.[6]

Graças a Deus, melhores resultados obtiveram os esforços em reunir a Roma os nestorianos da Mesopotâmia e da Pérsia (1780), bem como os maronitas do Líbano, monotelitas, e certo número de monofisitas armênios.

Pouco durou a união dos coptas da Abissínia com os católicos romanos.

1) Crusius, Turcograecia. — 2) Schelstrate, Acta eccl. orient. contra Luth. haeresim; Hefele, Beiträge zur K. G. Archäologie. — 3) Sôbre o patriaraca Lúcaris e sua ação escreveu o padre apóstata Aymon "Monuments authentics de la religion des Grecs". A obra foi refutada por Renaudot, Contre les calonnies et les faussetés du livre "Monuments". — 4) Nilles, S. J. — Symbola ad illustrand. hist. oriental; Vering, Archiv. für K. R. t. 55. — 5) Pelecz, Gesch. der Union der ruthenischen Kirche und Rom. II. — 6) J. Fr. Heinr. Schlosser, die Morgenländ. orthod. K. Russl. und das europ. Abendl.; Strahl, Beiträge zur russ. K. G.; Glen King, Usages et cérémonies de l'Eglise greque en Russie.

§ 209. Deísmo na Inglaterra.

A proliferação de seitas protestantes, a negação de tantos dogmas, o livre exame sôbre as Escrituras Sagradas, o descrédito de tôdas as doutrinas, a agitação geral dos espíritos, todo êsse triste conjunto levou certos homens de ciência a procurar ao menos alguns pontos que, por serem da religião natural, pudessem obter a aceitação de todos os que tivessem boa vontade.[1] Aproveitando, pois, os fundamentos do empirismo, lançados pelo naturalista Bacon de Verulam († 1626), lord Herbert de Cherbury († 1648) tirou algumas conclusões avançadas, que despojaram do sobrenatural a religião cristã, reduzindo-a a um deísmo naturalista: crer em Deus, adorá-lo pela virtude e piedade; fazer penitência e corrigir os defeitos; ter fé nesta vida e na outra.[2]

Logo Tomás Hobbes († 1679) caiu no materialismo, derivando-o de tal deísmo.[3] Sôbre as idéias de Cherbury e o racionalismo de Descartes[4], baseou João Locke († 1704) o sistema filosófico-sensualista, desenvolvido imediatamente por Cooper, conde de Shaftesbury, tanto mais perigoso, quanto mais espirituoso e frívolo.

O naturalismo foi aproveitado pelo apóstata Toland († 1722), chefe dos "livre-pensadores", e pelo panteísta Collins († 1729). Tindal e seus contemporâneos Woolston, Mandeville e Morgan, só admitiam do cristianismo o que lhes parecia concordar com a religião natural.

Enfim, para coroar tanta sandice, o historiador Davi Hume se entregou ao cepticismo, declarando que a dúvida é o resultado final de tôdas as pesquisas religiosas.

Estava, assim, a Inglaterra no século XVIII em piores condições que nos precedentes.[5]

E os males transpuseram os mares.

A França do filosofismo, a Alemanha racionalista, a Europa maçonizada, o mundo revolucionado: Eis os efeitos da razão sem razão a raciocinar sôbre a razão de tôdas as coisas, impotente para devassar os mistérios, perante os quais confessaria sua nulidade, se não lho impedisse o desmedido orgulho.

1) Binder, Gesch. des philos. und revolut. Jahrh. mit Rücksicht auf die kirchl. Zustände, Starck, Triumph der Philos. — 2) Lechler, Pesch. des engl. Deismus. — 3) Thomas Hobbes iguala o homem aos demais sêres inferiores, que não têm mais do que existência material. Daí uma infinidade de erros e absurdos. — 4) Renato Descartes († 1650) teve por discípulo o oratoriano Malebranche e influiu muito em Baruch Spinosa. O sistema cartesiano foi reprovado por Roma (1663). — 5) Tabaraud, Hist. critique du philosophisme anglais; Hobbes, Leviathan; Taine, histoire de la littérature anglaise; Güttler, Edward Lord H. Chesbury; Lardner, The Credibility of Gospel History.

§ 210. Maçonaria e iluminismo.

A maçonaria é filha do deísmo inglês. Começou pela associação dos "franc-maçons" ou dos "pedreiros livres". Os pedreiros, que, na Idade Média, construíram tantas catedrais, se agrupavam em associações locais, só podendo trabalhar fora delas os chefes mais hábeis, que por isso eram chamados "franc-maçons".

Ora, a pseudo-reforma paralisou o grande movimento de fé que provocava as custosas ereções de tão magníficos templos.

Desocupados, os pedreiros, principalmente em Londres, após a restauração da cidade incendiada em 1666, continuaram, todavia, agremiados para construírem templos do bem nos corações dos sócios, mesmo que êstes não fôssem pedreiros, pois a associação degenerada já os admitia a todos. [1]

Na fabricação dêsses "templos do bem" seguiram o deísmo, que então vigorava na Inglaterra. O primeiro grande Oriente foi constituído pela fusão de quatro grandes lojas dos antigos pedreiros em Londres (1717). [2]

Como no dia de S. João Batista elegeram seu primeiro grão-chefe, ficou S. João como patrono da maçonaria. [3]

Como doutrina admitiram o deísmo com o respectivo indiferentismo. Mas a verdadeira origem da maçonaria, hoje só a maçonaria simples ou azul é que a reconhece, mantendo os três graus como os antigos pedreiros. As demais procuraram outras origens e por isso também outras regras.

Lojas vermelhas. — A) A maçonaria dos templários, como a do Brasil, pretende ter origem na antiga Ordem dos Templários, dizendo que o último templário, prêso e encarcerado em Paris, escreveu suas memórias. Levadas à Escócia, os maçãos dessa ordem conseguiram obtê-las e fundaram segundo tais memórias a maçonaria templária.

Refuta-se o tal "documento armênico" ou memórias do templário: 1.º porque o latim do texto não é o latim de então; 2.º porque nesse documento o autor mostra não conhecer a história dos templários; 3.º porque a maçonaria azul reconhece como origem das lojas a sociedade dos franc-maçons inglêses.

As primeiras lojas dos templários funcionaram na França (cavalheiros d'Este) onde tomaram por grau máximo o 25.º

Um judeu a transplantou para a América, onde elevou o grau supremo a 33.

Da reunião das lojas dos templários formou-se o "grande Oriente" francês. Que a maçonaria é hostil à monarquia e à Igreja, nada mais evidente, se se considerar o juramento que o cavaleiro cadoche (grau 33) deve fazer para ser elevado a êsse grau. Além do mais, bem o demonstram o punhal e a espada que recebem, como símbolos de sua admissão. [4]

Na Alemanha prevaleceu o sistema sueco: 3 graus fundamentais, 3 suecos, e 3 capitulares. Admitia-se o ensino exotérico de Jesus ou a religião natural. Seu fim era acabar com a superstição.

Lá não vingou muito, porque Frederico Guilherme, seu grão-mestre, quis uma vez saber o que havia de verdade na propagação do ensino

de Jesus pelos sete monges, de que falavam, e não obtendo resposta, tornou-se adversário da maçonaria. E como tal a tratou, quando rei.

B) Cavaleiros da Rosa. No princípio do século XVII diziam os ministros protestantes: "Alguns cruzados acharam a pedra filosofal e o elixir da vida." Dêsses cruzados tomaram início os maçãos que se intitularam "Cavaleiros da Rosa". Já se vê que se trata de uma fábula.

C) As lojas egípcias. Cagliostro, aventureiro italiano, fundou uma loja maçônica. Outra foi criada por três judeus de Avinhão. Chamaram-na de Misraim; tinha 90 graus. A esta já Adão e seus filhos pertenciam.

A de Menfis, de 90 graus passou a 95, e desceu a 35. Teria sido fundada por um sábio do Egito (Ormuz) convertido por S. Marcos. Tudo fictício.

Apreciação: Há mais ou menos um milhão de maçãos, repartidos por umas vinte mil lojas. A que deverão seus rápidos progressos? Aos princípios de liberalismo nas crenças e na moral: liberdade, igualdade, fraternidade.

Não há uma direção universal suprema. Por vêzes falta até a centralização nacional. Também não se pode assinar objetivo igual para tôdas as lojas. As piores maçonarias são as dos países latinos, onde são anti-monarquistas e anti-religiosas. Os livre-pensadores são incrédulos, além de maçãos. O professarem o deísmo já seria motivo suficiente para os maçãos estarem sujeitos às penas e censuras da Igreja.

Os males, porém, causados pela maçonaria à sociedade cristã [5] mais ainda justificam as bulas condenatórias de Clemente XII (1738) "In eminenti", Bento XIV (1751) "Providas", Pio VII (1821) "Ecclesiam", Leão XII (1825) "Quo graviora", Gregório XV (1833) "Mirari", Pio IX (1865) "Multiplices inter", Leão XIII (1884) "Humanum genus".

Iluminismo. [6] — Movido pela mesma tendência de suprimir qualquer religião e govêrno, Adão Weishaupt fundou a associação dos iluminados, os quais os substituíam pelas iluminações da razão individual e govêrno patriarcal, em que o chefe da família fôsse também sacerdote e rei.

A seita começou na Inglaterra, sessenta anos mais tarde que a maçonaria. Muito poderosa se tornou em pouco tempo. Só os mais graduados lhe conheciam o fim, os pequenos e grandes mistérios.

A ela se incorporaram pessoas de tôdas as classes sociais.

Depois de sete anos, o eleitor da Baviera publicou dois decretos contra a seita, porém sem efeito. Enfim achou um folheto da mesma e o tornou público, de modo que seus membros se dispersaram, envergonhados e mal vistos.

Infelizmente, foram de novo reunidos por Bruner, antigo sacerdote, que fundou a "academia de ciências para a Alemanha católica". Para passar despercebida, ou antes insuspeita, quiseram que um zeloso ex-jesuíta, pois a Companhia de Jesus estava supressa, lhes tomasse a chefia. Êste, porém, se negou, pressentindo já a maldade da obra. A grande revolução deu fim aos iluminados.

Carbonaria: Na Itália igual papel tocou aos carbonários, de associação congênere à maçonaria e iluminismo.

1) Essa é a verdadeira origem da maçonaria, pois a organização dela combina com a dos franc-maçons, e além disso a maçonaria reconhece ter essa origem. — 2) Findel, Geschichte der Freimaurer; Deschamps, Les sociétés secrètes et

la société. — 3) Os organizadores foram Jorge Payne (arqueólogo) e os pastôres protestantes Teófilo Desaguliers e Jaime Anderson, ficando êste último encarregado da parte doutrinária. Hughan, Constitutions of the Freemasons of the premier great Lodge of England. — 4) Obras a consultar: John Robinson, Preuve d'une conspiration contre les rois et les religions (trad.) 1789, Proof of a conspiracy; Cretineau-Joly, l'Eglise romaine en face de la revolution (1859); Lecouteux de Cauteleu, Les Sectes et sociétés secrètes politiques et religieuses; Deschamps et Janet, Histoire des sociétés secrètes; Lombard de Langres, Histoire des sociétés secrètes; A. Lebey, Dans l'atélier maçonique; A. Preuss, Etude sur la F. M. américaine; A. Lautoine, Histoire de la Franc-Maçonnerie française; E. Malinski, La grande conspiration mondiale, 1928; Thurston, S. J., Freemasonry; Eckert, der Freimaurerorden in seiner wahren Bedeutung, 1852; Muffelmann, die Italienische Freimaurerei. — 5) Wichtl, Weltfreimaurerei, Weltrepublik, 1921; Plantagenet, La Franc-maçonnerie française, 1928; Mons. Jossin, Le péril judéo-maçonique, 5 vol., 1919-1927; Mons. Delassus, Le problème de l'heure présente. — La conjuration antichrétienne. — 6) Luchet, Essai sur la secte des illuminés; Le Forestier, Les illuminés de Bavière.

§ 211. Filosofismo na França.

Não foi difícil passarem à França[1] as idéias ímpias da Inglaterra deísta, cujos livros traduzidos na Holanda se difundiram e multiplicaram no solo francês, já bem trabalhado pela imoralidade da côrte e das altas camadas sociais, e pela carência de vida de família, que se derivava para as classes inferiores. O alto clero era conivente com os vícios da côrte.

Em tal ambiente começaram a ter voga os escritos ateus de Pedro Bayle[2] († 1706), as "Cartas persas" e o "Espírito das leis", em que Montesquieu[3] († 1755) ridicularizou a França e a Igreja, enaltecendo revoluções republicanas.

O cínico e grosseiro Diderot[4] († 1784) uniu-se ao matemático ateu d'Alembert[5] († 1783) para elaborarem a "Enciclopédia", obra destinada a vulgarizar preconceitos pseudo-científicos, sob a chefia de Voltaire[6] (Francisco Maria Arouet, † 1778), imoral e incrédulo desde a juventude.[7] Através de seus livros "Philosophie de l'histoire", "Histoire de l'établissement du christianisme", "Dictionaire philosophique", e outros, embora às vêzes hipòcritamente simule algum respeito à religião, sempre teve por escopo seu lema "Ecrassez l'infâme" (que tanto pode referir-se a Cristo como à Igreja).

Tão nefanda raça de escritores[8], por vêzes espirituosos e de talento, porém mal orientados e, sobretudo, obstinados em não querer examinar a verdade nem ler as refutações de que habitualmente zombavam, — cresceu ainda com a entrada de Jean Jacques Rousseau[9], cuja perversidade moral e religiosa extravaza no seu "Emílio" e no "Contrato Social", e com o auxílio do barão d'Holbach[10], e dos materialistas Helvécio, Condillac e la Mettrie, intitulados economistas, a serviço da impúdica madame de Pompadour.

E êsses "livre pensadores" eram quase todos filiados às lojas maçônicas.

Não faltaram escritores católicos em campo contra o filosofismo ateu.[11] Suas obras eram, todavia, pouco lidas, relativamente, porque se preferia zombar a raciocinar.

1) Bersot, Etudes sur les philosophes du XVIII. siècle; Lanfrey, L'Eglise et les philosophes du siècle XVIII. — 2) Bouyle, Dictionnaire hist. et critique; Monnoye, Hist. de Bayle et de ses ouvrages. — 3) Charaux, Critique idéal et catholique: l'esprit de Montesquieu. — 4) Ducros, Diderot, 1894. — 5) Bertrand, D'Alembert, Paris, 1889. — 6) Lanson, Voltaire; Nourrisson, Voltaire et le voltaireanisme. — 7) Quando estudante num colégio jesuíta, certo professor já predissera de Voltaire que "não sendo ótimo"... "seria péssimo". — Voltaire

queria a religião para seus filhos e sua criadagem e reconhecia o valor da confissão. — Sua horrível morte, desesperada, verificou-se justamente no dia marcado, vinte anos antes, para se extinguir a existência de Deus. — 8) Brunetière, Histoire de la litterature française. Etudes critiques sur la lit. fr. — 9) Jules Lemaitre, Jean Jacques Rousseau; Taine, Les origines de la France contemporaine. — 10) Holbach, no seu "Système de la nature", é abominável. O mesmo se pode afirmar no "Système de l'esprit", de Helvécio. — 11) Por exemplo: Huet, Bispo de Avranches; Houteville († 1742); Bergier (1790).

§ 212. Racionalismo na Alemanha.

Se os princípios luteranos, principalmente o do "livre exame", provocaram os erros deístas e o filosofismo, êstes por sua vez se refletiram na Alemanha do século XVIII e produziram o racionalismo, se é que não se prefira reconhecê-lo por filho do protestantismo, nascido sob influência do deísmo filosófico.

Já em 1672, Mateus Knutzen, em Jena, atacara a autoridade da Sagrada Escritura e formara o partido dos "conscienciários".

A condenação imediata emanada do imperador Carlos VI contra a tradução da Bíblia de Wertheim, publicada por L. Schmidt (1735), não impediu que o racionalismo erguesse a fronte, quando em 1740 o filósofo incrédulo Frederico II, amigo de Voltaire, subiu ao trono da Prússia. [1]

Já o filósofo pietista Cristiano Wolf, discípulo de Leibniz, formara o professor Baumgarten, na escola da descrença. [2] Aplicando à teologia o sistema de Wolf, abriu a porta ao racionalismo.

Logo Frederico Gruner e Salomão Semler escreveram seus ataques contra a S. Escritura, seu caráter sagrado, sua inspiração, seus mistérios, seu Cristo. Para uns, os dogmas vinham de Platão; conforme outros, só valiam para a Judéia do Messias.

Da universidade pietista de Halle, onde o nível da moral baixou horrivelmente [3], passou o racionalismo à de Leipzig, onde pontificavam Crusio e Ernesti, e a várias outras.

A época do classicismo alemão coincide com a do racionalismo. Invadiu êle, portanto, o terreno da literatura, de modo que as obras clássicas de Efraim Lessing se acham infeccionadas de racionalismo.

Por isso no drama "Natã o Sábio" iguala o cristianismo ao judaísmo e maometanismo. Para desacreditar Cristo e os apóstolos e apresentá-los como impostores, editou os "Fragmentos de Wolfenbüttel", de Reimarus († 1768).

Os poetas Wolfang Goethe e Frederico Schiller desenvolveram as opiniões naturalistas de Emanuel Kant († 1804).

Foram grandes os prejuízos religiosos causados pelos violentos escritos de Edelmann contra o "Corão cristão" [4], e pela "Escola modêlo", de Bernardo Basedow. [5]

Nenhum estrago, entretanto, suplantou os da "Biblioteca universal alemã" [6], publicada desde 1765 por Nicolai, livreiro de Berlim.

Era um jornal literário em que se estigmatizavam todos os escritos razoáveis e decentes, para elogiar os ímpios, grosseiros e sensuais.

Na parte católica da Alemanha o racionalismo introduziu-se também, apoiado não só por príncipes seculares, mas até por Bispos, que aceitaram nas universidades os erros racionalistas. No tempo do imperador José II apareceu, embora não bem definido, um começo de racionalismo, sobretudo em escritos, que tiveram livre curso nas universidades católicas.

Na de Salzburgo, os professôres, beneditinos, permaneceram fiéis ao catolicismo; contudo, Danzer, protegido por seu Bispo, tornou-se racionalista.

Em Tréveris, os professôres ainda não se declaravam inimigos da Igreja, mas estavam imbuídos de racionalismo. Na universidade de Bonn, fundada pelo eleitor Maximiliano Francisco, para hostilizar a de Colônia, reinava o racionalismo absoluto. O professor de direito canônico[7] se gloriava de ter sido condenado por Roma, enquanto o de exegese[8] reproduzia os erros do racionalismo em linguagem blasfematória. A filosofia era racionalista. Nas humanidades, o ímpio Eulógio Schneider infundia a descrença e o ateísmo entre os ginasianos. Eulógio saiu de Bonn obrigado pelo povo; foi depois vigário geral de Brendel e Bispo de Strasburgo; meteu-se na revolução e morreu no cadafalso.[9]

Mogúncia também teve alguns maus professôres. O racionalismo invadiu igualmente os livros de cânticos e os de devoção.

O fim do racionalismo era então obter a reforma da liturgia e introdução da moral natural de Kant. Alguns esperavam unir os católicos aos protestantes pela indiferença religiosa, atacar e abolir as Ordens religiosas e fundar uma igreja nacional, sem procissões, sem língua latina, sem breviário nem celibato.

1) Onno Klopp, König Fried. II von Preussen. Starck, Triumph der Philos. — 2) Já não sabendo o que seria preciso crer, tanta era a diversidade de fé, julgaram preferível abandoná-la e se dedicar à piedade. — 3) Laukhard, Selbstbiographie (Vergonhoso!). — 4) Era assim que os conscienciários e Knutzen designaram a Bíblia. — 5) Stöckl, Lehrb. der Gesch. der Pädagogik. — 6) Allgemeine deutsche "Bibliothek", 106 volumes. — 7) Era Ph. Hedderich. — 8) Chama-se Tadeu de Saint-Adam. A tradução da Bíblia que efetuou em colaboração com Brentano contém muito racionalismo. — 9) A respeito de tais personagens, cfr. Brück, die rational. Bestreb.

III. CULTO E DISCIPLINA.

§ 213. Arte cristã e vida religiosa.

O concílio de Trento traçou prescrições apropriadas às celebrações do culto divino, pregações e catequeses.

A música eclesiástica formou também objeto de sessões do concílio. Paulo IV estava para abolir o canto polifono, quando a "Missa do Papa Marcelo", a seis vozes, composta por João Perluigi, nascido em Palestrina, obteve sucesso tal que o Papa aprovou a música polifônica eclesiástica, desde que digna do culto divino. Vittoria, Gregório Allegri e Orlando di Lasso sobressaíam na música religiosa.

Foram reduzidas a trinta e duas as festas de preceito, e depois ainda a menos, e Pio X as reduziu ainda mais.

As ladainhas não reconhecidas pela S. Sé foram proibidas nos ofícios públicos. Obtiveram aprovação as festas de S. José e a do S. Coração de Jesus[1], bem como as devoções da Via Sacra e das Quarenta Horas.

A Inquisição desapareceu dos outros países, continuando só em Roma e em forma diversa. O estilo da arquitetura da época

era o gótico, ou da renascença (antigo romano, com imponente fachada, arqueada, abóbada, ornamentação) ou o baroco (degeneração da renascença com mais ornamentos), ou o rococó (ainda mais degenerado, cheio de arabescos e ornatos). Na pintura e escultura predominou o realismo. São célebres os pintores Rubens, Van Dick, Murillo, Guido Reni. [2]

A Igreja nos séc. XVI a XVIII muito deve aos Padres jesuítas, principalmente na Renânia, Westfália, Baviera e Áustria, aliás os protestantes teriam dominado naquelas regiões. Daí vem o ódio dos protestantes à Companhia de Jesus que, segundo infundadamente afirmam, foi instituída propositadamente para os combater. Os jesuítas alcançaram grande prestígio sobretudo nas universidades, de modo que Ingolstadt era para os católicos o que Wittenberg era para os luteranos. Dirigiam diversas outras universidades e escolas superiores, cuja freqüência de alunos diminuiu bastante durante a guerra dos trinta anos.

A vida religiosa na França marchava bem até à introdução dos erros galicanos.

1) Devoção combatida pelos jansenistas. — Cfr. Dalgairns, The holy Heart of Jesus. — 2) A literatura religiosa da época merece ser considerada: na Espanha, Lope da Vega e Calderon de la Barca, com seus autos sacramentais; na Itália, Torquato Tasso, na Gerusaleme liberata. As poesias latinas dos jesuítas Casimiro Sorbiewski e Tiago Balde rivalizavam com as dos clássicos. A tragédia Lúcifer, de Joost van de Vondel, convertido, inspirou Milton no "The lost Paradise".

Segundo período.

DA REVOLUÇÃO FRANCESA ATE' HOJE.

A. Desenvolvimento exterior da Igreja.

I. DIFUSÃO DO CRISTIANISMO.

§ 214. A Igreja nos primórdios do Brasil.[1]

O descobrimento do Brasil é, por assim dizer, uma conquista religiosa como o demonstra o que segue:

1) Era como grão-mestre da Ordem de Cristo que D. Henrique fundou a escola náutica de Sagres, que lhe dava os recursos para os descobrimentos.

2) Para assegurar a posse das conquistas feitas e por fazer, D. Henrique alcançou de Eugênio IV uma bula pela qual o Papa concedia à Ordem de Cristo a posse das terras descobertas e por descobrir, desde o cabo Bojador até às Índias.

3) D. Manuel, em cujo reinado se descobriu o Brasil, antes de ser rei, era grão-mestre da Ordem de Cristo, à qual a S. Sé fizera a concessão anterior.

D. João III obteve para sempre o grão-mestrado da Ordem à Coroa de Portugal, de modo que os reis de Portugal passavam a administrar as terras da América como grão-mestres da Ordem.

5) Em 8 de março de 1500, o rei D. Manuel, com tôda a côrte e com Pedro Álvares Cabral, e os nautas, assistiu na ermida de Belém à sta. missa, celebrada pelo Bispo de Ceuta, pregando êste sôbre as conquistas. Depois benzeu e entregou as bandeiras da Ordem de Cristo.

6) Em 22 de abril de 1500, quarta-feira de Páscoa, avistaram um monte que chamaram Monte Pascoal, dando à terra o nome da Ilha de Vera Cruz, mudado em Terra de Santa Cruz.

7) No domingo da Pascoela o guardião franciscano Frei Henrique de Coimbra rezou a primeira missa no Brasil e pregou o primeiro sermão.

8) No dia 1 de maio levantaram o cruzeiro, havendo missa e sermão para a solenidade da posse da nova terra.

1) Conforme nota em período anterior, resume-se aqui tôda a história eclesiástica do Brasil, ficando para trabalho de maior especificação notícias históricas referentes a cada Estado e diocese.

§ 215. A Igreja no Brasil colonial.

1) **Valor moral e religioso dos elementos etnográficos.** — O estado moral e religioso era péssimo, tanto no referente aos indígenas como aos colonos. E isso por várias razões: eram poucos os Padres, e êstes bem pervertidos, por vêzes até piores que muitos colonos: portuguêses houve que se tornaram mais selvagens que os indígenas, pois se deram alguns à antropofagia e ao concubinato, como os índios, e mais ainda à ambição desenfreada e à embriaguez.

A rivalidade entre índios e seus tiranos, bem como entre êstes e os missionários, dificultou muito a evangelização.

Como, no princípio, os únicos missionários eram jesuítas, eram contra êles tôdas as queixas dos escravizadores de índios.

Distinguiram-se nos trabalhos apostólicos José de Anchieta, Manuel da Nóbrega, Antônio Vieira e muitos outros. Conforme as zonas, podem dividir-se em duas partes as questões entre colonos e jesuítas.

a) *Entre os jesuítas e os colonos do sul.*[1] — Os mamelucos[2] eram homens terríveis; corajosos, sim, mas também grosseiros e ferozes inimigos dos índios. Saíam do planalto de S. Paulo e faziam seus "descimentos" ou "entradas" pelos arredores, no litoral e pelo interior, para prender índios e índias. Já no século XVI havia, no atual Estado do Paraná, aldeamentos pertencentes à Espanha. Como estivessem quase extintos os índios nas matas de S. Paulo, os mamelucos fizeram correrias sôbre aquelas aldeias, donde levaram duma só vez dois mil índios para o mercado de S. Paulo. Os missionários reclamaram em S. Paulo e no Rio, mas sem resultado. As autoridades da Baía, ao receberem tais denúncias, mandaram abrir uma devassa. Quando, porém, tal foi anunciado em S. Paulo, logo caíram sôbre os jesuítas, que mal puderam escapar com vida. Tornou-se fácil então aos mamelucos tomar completamente o Paraná, fazendo o mesmo, depois, com as reduções do Uruguai. Os Padres alcançaram do Papa Urbano VIII uma bula em que se condenavam tais correrias, porém de nada valeu.

Sòmente depois é que D. João IV as impediu, adicionando à colônia portuguêsa o atual Rio Grande do Sul. As entradas tiveram o proveito de se reconhecer e aumentar a colônia portuguêsa, porém isto se podia fazer sem prejudicar os indígenas.

b) *Entre os jesuítas e os colonos do norte.* Devem considerar-se as duas qualidades de índios: os escravos e os índios livres.[3]

Consideravam-se escravizados legalmente os presos em guerra justa e os já condenados à mussurana.[1] Só em tais circunstâncias podiam ser escravizados pelos portuguêses, que lhes deviam ainda assim melhorar a sorte, segundo o espirito das leis.

Porém os portuguêses abusavam da lei: guerras justas eram as provocadas por êles, para escravizar à vontade, desde que os índios reagissem.

Quando não tinham pretexto de guerra, procuravam legalizar a escravização dos índios, maltratando-os com pancadas até lhes arrancar a confissão de estarem já antes condenados à mussurana. E os juízes eram coniventes.

Tal a situação verdadeira em que o Pe. Antônio Vieira encontrou o Maranhão. Desde logo se dedicou à causa dos índios. Pregou aos colonos um sermão, que os comoveu e que ficou célebre pelo pronto e geral efeito. O governador melhorou a sorte dos índios, reduzindo os trabalhos a seis meses por ano, dando a liberdade de voltarem ao mato, criando um tribunal para averiguar se as guerras eram justas.

Dois portuguêses foram nessa época à côrte de Lisboa e alcançaram muitas medidas desfavoráveis aos índios. Logo após para lá viajou o Pe. Vieira e as desfez, conseguindo até a nomeação de governador do Maranhão para seu excelente amigo Vidal de Negreiros, disposto a proteger os índios.

O tempo de trabalhos foi reduzido a dois meses, e os jesuítas foram incumbidos da administração espiritual e material dos índios.

Entre o Tapajós e o Xingú subiram a sessenta os aldeamentos. Com a morte de D. João IV, revoltou-se o Maranhão, de modo que os Padres tiveram que sair.

Ao voltarem mais tarde já não foram encarregados da parte material dos aldeamentos, até que o estado deplorável dos índios moveu um Bispo do Maranhão a exigir a entrega total dos aldeamentos aos jesuítas. Governaram-nos por um século, até que em 1755, com a expulsão dos Padres, os índios foram declarados livres, porém tinham seis meses de trabalhos forçados, impostos do que possuíam, e um diretor (sempre dos mais bárbaros colonos), que podia exigir dos índios quanto lhe parecesse e cubiçasse, desde que os índios ficassem com o necessário. A decadência dos aldeamentos foi progressiva até D. João VI, que já não pôde levantá-los.

Os aldeamentos do Maranhão diferiam dos do Uruguai, porque êstes eram fechados, aquêles abertos aos portuguêses.

Beneditinos, franciscanos, capuchinhos, carmelitas, salesianos e outros religiosos continuaram a catequese dos índios.

2) **Jerarquia.** — Foi em 1552 que chegou à Baía o primeiro Bispo, mas, após quatro anos de pontificado, naufragou e foi devorado pelos caetés.

Em 1575, a pedido do rei D. Sebastião, Gregório XIII criou a prelazia do Rio de Janeiro, com poderes quase episcopais. Em 1676, o regente D. Pedro conseguiu do Papa Inocêncio XI a criação da diocese de S. Sebastião do Rio de Janeiro.

No mesmo ano a Sé da Baía foi elevada a Arcebispado, e criaram-se os bispados de Pernambuco e Maranhão, ficando Pernambuco e Rio sufragâneos da Baía, enquanto Maranhão dependia diretamente de Lisboa.

Em 1745, por intervenção de D. João V, foram desmembrados os bispados de Mariana e S. Paulo e as prelazias de Goiás e Cuiabá.

3) **Fim dos tempos coloniais.** — Refletia-se no Brasil o espírito de jansenismo e absolutismo galicano existente em Portugal em meados do século XVIII.

As invectivas contra a S. Sé nos tempos de Pombal e posteriormente, as dúvidas sôbre a autoridade do Concílio de Trento, o "Placet" régio, o catecismo jansenista obrigatório, as tentativas de um concílio nacional e de uma Igreja separada como a de Utrecht, a desastrada reforma da universidade de Coimbra, que nos fornecia os doutôres e os políticos, — tudo isso era de molde a dificultar e até impedir o desenvolvimento do catolicismo no último quartel do Brasil-colônia.

1) S. Paulo era então o Estado mais meridional, com mal determinados limites a oeste, com a Espanha. — 2) Filhos de branco e indígena. — 3) Índios livres só de nome, pois eram pràticamente escravos públicos, de quem os portuguêses mais abusavam. — 4) Os que nas tribos estavam condenados a ser mortos bàrbaramente e depois devorados.

§ 216. A Igreja no império brasileiro.

Em 1807, D. João VI, o regente, veio para o Brasil, fugindo à invasão francesa. Em 1815 morreu-lhe a rainha-mãe D. Maria, a louca, e D. João VI passou a ser rei. Pollticamente muito deve o Brasil a D. João, mas não tanto a religião dos brasileiros.

Entre outros fatos, é de notar que D. João foi o único de todos os monarcas que protestou contra a restauração da Companhia de Jesus. Em 1821, D. João voltou a Portugal e lá se pôs a combater os direitos da Igreja até 1826, ano em que morreu. Entretanto, não o fazia por convicção; mais se deve atribuir às côrtes que se tornaram liberais e oprimiam o rei.

1) **D. Pedro I.** — a) Hostilidade à Igreja. — Voltando D. João VI a Portugal, ficou no Brasil D. Pedro com o título de regente. Mostrou-se logo pouco afeiçoado à religião. Na independência (1822) não foi possível o S. Padre atender ao enviado especial incumbido de obter uma concordata.[1]

Em compensação Leão XII, na bula "Praeclarae Portugalliae"[2], quis estender ao Brasil muitos direitos que antes o papado concedera aos reis de Portugal. Mas a bula foi rejeitada pela Câmara e pelo Senado como ociosa e inútil, pois o direito de apresentar Bispos e párocos a serem nomeados — diziam êles — não precisa ser outorgado por S. Santidade, como se fôra um favor, visto os reis já o possuírem por direito majestático. Além disso, a bula é ociosa, porque não eram os grão-mestres da Ordem de Cristo que dotavam as Igrejas, mas sim os reis de Portugal[3], já que a Ordem não tinha tamanha riqueza que bastasse para a fundação e dote de tantas igrejas (?!).

Quanto à conversão dos gentios, acrescentavam, êles não iam debelar os inimigos da fé a ferro e fogo, pelo que ainda nesse ponto a bula era inútil.[4]

Contudo os benefícios foram distribuídos pelo imperador, ainda que indèbitamente. A S. Sé calou-se "pro bono pacis". A fôrça das circunstâncias obrigou D. Pedro a voltar a Portugal em 1831, abdicando em favor de seu filho D. Pedro II, de 5 anos de idade, o govêrno de tão vasto império. Além-mar, D. Pedro continuou a amofinar a Igreja, substituindo os Bispos por criaturas suas, e sagradas pelo fraco Bispo de Lisboa.

2) **A regência.** — Um dos regentes de D. Pedro II era o Pe. Diogo Antônio Feijó, político enérgico, porém ultra-jansenista e perseguidor da Igreja.

Questões com a S. Sé. — Foi na regência que se deu o caso do Bispo Moura. Era êle senador no Rio. Indicado para Bispo, não foi aprovado pela S. Sé, por causa de ser êle cúmplice na questão de matrimônio e celibato, agitada no congresso.[5] Foram oito anos de lutas que terminaram quase num cisma. Vendo a S. Sé que o govêrno insistia na aprovação do Bispo Moura, exigiu que êste assinasse uma declaração de fé. Era bem pouco; ainda assim o govêrno, temendo que Moura cedesse, o que equivaleria a uma retratação, intimou-o a não o fazer. Moura obedeceu. O govêrno exerceu maior pressão sôbre a S. Sé, enviando-lhe duríssima nota em que ameaçava separar da S. Sé o Brasil.[6]

No Consistório seguinte, o S. Padre, perante os embaixadores, mostrou-se ofendido, a ponto de o representante da In-

glaterra reprovar o procedimento do govêrno brasileiro. Entretanto, a S. Sé respondeu brandamente ao Brasil, e a situação foi mudando pouco a pouco.

Moura depois retratou-se e resignou. A Câmara apresentou melhor candidato, que obteve aprovação em Roma. Só devido às duas Câmaras é que o Brasil não se separou da Igreja.

Ordens religiosas. — Sob o domínio das liberdades galicanas, o govêrno do Brasil procurou impedir que os superiores gerais inspecionassem seus religiosos. Não admira, pois, que êstes caíssem em relaxamento e que até nas Ordens religiosas houvesse membros maçonizados. Já antes da Independência, as Ordens não se deram com o govêrno. Logo após, D. Pedro I pediu, por meio do núncio, que as Ordens religiosas no Brasil estivessem separadas dos respectivos Gerais da Europa. Como a S. Sé não consentisse, o govêrno chamou a si os bens das Ordens [7] e proibiu-lhes aceitar noviços.

O clero secular não era melhor. Só havia quatro seminários, Rio, Baía, Olinda e Maranhão. Os Padres eram poucos, liberais quase todos, de pouco preparo em geral, e viviam isolados e sem comunicação com os colegas.

3) **D. Pedro II.** — Questão religiosa. — A causa última da questão religiosa foi o liberalismo galicano da Igreja do Brasil. O que deu ensejo foi a proclamação do dogma da infalibilidade do Papa (1871).

Eis o caso. As irmandades — cujo fim é promover o decôro dos templos, auxiliar as obras de caridade — dispunham de grandes cabedais, pelo que se tornaram orgulhosas e independentes dos prelados. Em geral, os maçãos é que as dirigiam. Em tal estado se achavam as irmandades, quando o capuchinho pernambucano D. Vital Maria de Oliveira foi para Olinda como Bispo, depois de haver sido professor no seminário de S. Paulo. Para comemorar a fundação de uma loja maçônica, pediram que se rezasse missa. D. Vital, embora conterrâneo e afável, não consentiu. E se não celebrou a missa. Morreu certo mação; pediram missa por êle, e com todo o aparato maçônico. Repetiu-se a negativa do Bispo. Como a maçonaria, despeitada, pela imprensa, atacasse muito os dogmas da Igreja Católica, D. Fr. Vital mandou que se instruísse o povo acêrca da maçonaria e de seus fins perigosos.

Foi então que as lojas publicaram por alarde os nomes dos irmãos tripingados, dos quais muitos eram membros importantes de irmandades e confrarias católicas. Entre êles o grão-chefe mação Aires de Albuquerque Gama foi logo nomeado para

juiz dos irmãos de Soledade, cuja sede ficava próxima ao palácio episcopal. Já não podia o prelado por mais tempo dissimular, e mandou as irmandades eliminá-los de seu grêmio. Como recalcitrassem e não atendessem a nenhuma exortação, o Bispo usou de seu direito, lançando interdito sôbre a confraria da Soledade, a do SS. Sacramento e outras. Recorreram elas ao governador. O govêrno imperial quis obrigar D. Vital a levantar o interdito; mas o Bispo não cedeu.

Foi por isso acusado perante o Supremo Tribunal. Em Pernambuco o corretíssimo Procurador Geral Francisco Domingues se recusou a aceitar a incumbência. O prelado foi por outrem condenado à prisão preventiva no Arsenal da Marinha do Recife, sem direito ao constitucional habeas-corpus.

A dignidade de D. Vital, paramentado, protestando que só deixava suas ovelhas por violência do govêrno, fê-lo adquirir as simpatias do povo e até de muitos maçãos. No Rio de Janeiro, D. Pedro de Lacerda o recebeu carinhosamente.

Na sessão do juri, D. Vital triunfou dos corações pela dignidade e calma. Se teve advogado, foi porque dois senadores o defenderam espontâneamente. Estava, porém, de antemão determinada a condenação inevitável do Bispo de Olinda. A pena de quatro anos de prisão, com trabalhos forçados, foi comutada em quatro anos de prisão simples, na fortaleza de S. João.

Houve protestos contra êsse ato do govêrno, não só em todo o Brasil, mas até na Europa.

Breve, pelos mesmos motivos, o Bispo do Pará, D. Antônio de Macedo Costa, foi prêso para a ilha das Cobras (1874). — Mandou o govêrno brasileiro um embaixador especial à S. Sé[8] para ver se a tinha a seu lado. A maçonaria julgou poder comprar o beneplácito do Sumo Pontífice com dois mil contos, e até já corriam boatos de que o Papa anuíra e reprovara o procedimento dos Bispos. Pio IX, porém, desfez tôdas as esperanças dos maçãos, rejeitando a valiosa soma, e elogiando francamente o proceder enérgico dos Bispos de Olinda e do Pará.

Como no Senado houvesse diminuído o poder maçônico, e depois na Câmara também o govêrno sectário do Visconde do Rio Branco caísse por causa da questão religiosa, veio o gabinete do duque de Caxias, que concedeu anistia aos Bispos (1875).

Essa luta teve suas vantagens: a) mostrou mais uma vez a maldade dos ímpios e a fôrça da Igreja; b) revelou os ver-

dadeiros sacerdotes de Jesus Cristo, e também o falso cristão; c) serviu para robustecer a fé.

Quanto a D. Pedro II, certamente de boa vontade, deve-se reconhecer que foi educado nos errados princípios que então reinavam sôbre a religião.

1) O enviado extraordinário era Mons. Francisco Correia Vidigal. — 2) Em 1827 Leão XII fazia ao Brasil concessões que a Portugal haviam feito os Papas Leão X em 1514 e Júlio III em 1550. Cf. Furtado de Menezes, Clero Mineiro I. — 3) Em desacôrdo com as origens dos direitos de padroado. — 4) Nem a S. Sé pretendia mais do que estimular o novo país a olhar com interêsse religioso para os filhos das selvas. — 5) Novo assunto de aflição para a S. Sé: o chefe do govêrno brasileiro, sacerdote, combatendo o celibato eclesiástico! — 6) O documento é quase um plagiato da carta de Strengfort ao sultão turco. — 7) Embora mais tarde mudasse essa disposição, vigoraram por algum tempo as leis sôbre os bens de mão-morta. — 8) E' conhecida a missão especial do barão de Penedo, embaixador em Londres.

§ 217. A Igreja na república brasileira.

A mudança de regime governativo no Brasil trouxe desvantagens, mas também alguns proveitos, para a Igreja.

a) **Desvantagens.** — 1) A religião católica perdeu o privilégio de religião oficial do Estado. Antes as várias seitas religiosas eram apenas toleradas oficialmente, e só a religião católica tinha direito de existência legal no Brasil. Na república, porém, todos os cultos são tolerados e nenhum é oficial. Por isso invadiram o Brasil tantas seitas, especialmente vindas da América do Norte.

2) Com isso perdeu a Igreja católica certa autoridade moral, com que antes regia a vida doméstica e social, p. ex., o casamento religioso substituído pelo contrato civil, secularização dos cemitérios, ensino leigo, etc.

3) Desapareceram os subsídios. A Igreja no Brasil nunca teve grandes dotações, mas possuía campos, casas, e outros bens. O govêrno cobrava os dízimos e dava aos sacerdotes uma côngrua, aliás mesquinha.[1]

Com o advento da república, ficaram intatos os bens eclesiásticos; como, porém, não se cobravam os dízimos, também a côngrua já não tinha razão de ser. Nisso a república não violou direito algum; mas de fato cessou a paga dos subsídios.

No princípio do novo regime vigorava ainda a lei da "mão morta" contra os bens religiosos, mas essa mesmo desapareceu em breve, a pedido de vários prelados.

b) **Vantagens para a Igreja.** — 1) Reconquista da liberdade. Ficou livre do padroado, isto é, da opressão regalista. O Papa já podia usar, também para o Brasil, de suas amplas e legítimas faculdades na escolha dos Bispos, no entendimento direto com êles, na convocação de concílios nacionais, etc.

Os Bispos se tornaram livres em tôda a sua administração, quanto aos seminários, paróquias e o mais.

Também os sacerdotes, nas funções de pastôres d'almas como em tudo, ficaram independentes da autoridade civil. E principalmente as Ordens e Congregações religiosas reconquistaram direitos sonegados pela Coroa.

2) Posição honrosa na república. No tempo do império, Bispos e sacerdotes eram tidos na conta de funcionários públicos, de modo que estavam numa categoria inferior à dos chefes do govêrno local e de seus auxiliares.

Entretanto, na república, os Bispos e sacerdotes são tratados como iguais, reconhecida até a superioridade pelo caráter espiritual. Os Papas que faleceram depois da proclamação da república tiveram luto oficial.

Reataram-se as relações diplomáticas com a S. Sé. No princípio do império houve no Brasil um núncio durante seis anos. Mas retirou-se, deixando um internúncio, que depois de quarenta anos julgou terminado, também, seu mandato no Brasil. Em 1901, porém, veio um novo núncio, muito bem acolhido por Campos Sales.

Em 1906, D. Joaquim Arcoverde, Arcebispo do Rio de Janeiro, recebeu a púrpura cardinalícia, para o que muito concorreram os esforços do Barão do Rio Branco, mesmo com sacrifícios pecuniários para o govêrno. As deferências do Estado para com a Igreja têm aumentado sempre no Brasil todo, e manifestamente.

3) Vigor mais intenso na Igreja. — O padroado concorria muito para a apatia no serviço divino. Muitos sacerdotes pouco trabalhavam, e os Bispos, sem liberdade, precisavam tolerar-lhes a inércia. Na república logo surgiu vida nova, pastorais enérgicas, congressos católicos e eucarísticos, solenidades religiosas por iniciativa da Igreja nas festas do centenário da descoberta do Brasil e da América. Concílio Pan-Americano (1899), pastorais coletivas. Congressos de vocações, de ação católica, de operários e jornalistas católicos, etc.

c) Dioceses existentes no tempo do império:

1551 — S. Salvador da Baía, elevada a arquidiocese em 1676.
1676 — S. Sebastião do Rio de Janeiro, elevada a arquidiocese em 1892.
1677 — S. Luís do Maranhão " " " " 1921.
1719 — Belém do Pará " " " " 1906.
1745 — Mariana (Minas Gerais) " " " " 1906.
1745 — S. Paulo " " " " 1908.
1826 — Cuiabá " " " " 1910.
1826 — Goiás " " " " 1932.
1848 — Pôrto Alegre " " " " 1910.

1854 — Fortaleza	elevada a arquidiocese em	1915.
1854 — Diamantina (Minas Gerais)	" " " "	1917.
1876 — Olinda e Recife	" " " "	1910.

d) *Fundação de novas dioceses.*

1892 — Manaus		
Curitiba	" " " "	1926.
Niterói		
Paraíba	" " " "	1914.
1895 — Espírito Santo		
1897 — Maceió	" " " "	1920.
1900 — Guaxupé (Minas Gerais		
Pouso Alegre (Minas Gerais)		
1903 — Ilhéus (Baía)		
1907 — Uberaba (Minas Gerais		
Campanha (Minas Gerais)		
1908 — Ribeirão Preto (S. Paulo)		
S. Carlos do Pinhal (S. Paulo		
Botucatú (S. Paulo)		
Taubaté (S. Paulo)		
Campinas (S. Paulo)		
Florianópolis	" " " "	1927.

1909 — Natal
1910 — Aracajú
Corumbá (Mato Grosso)
Montes Claros (Minas Gerais)
Pelotas (R. G. do Sul)
Pesqueira (Pernambuco)
S. Luís de Cáceres (Mato Grosso)
Uruguaiana (R. G. do Sul)
1911 — Santa. Maria (R. G. do Sul)
1913 — Pôrto Nacional (Goiás)
Caetité (Baía)
Arassuaí (Minas Gerais)
Barra (Baía)
1914 — Crato (Ceará)
Cajazeiras (Paraíba do Norte)
1915 — Caratinga (Minas Gerais)
Sobral (Ceará)
1916 — Penedo (Alagoas)
1918 — Garanhuns (Pernambuco)
Nazaré (Pernambuco)
Aterrado (Minas Gerais)
1921 — Belo Horizonte, elevada a arquidiocese em 1924
1922 — Valença (Rio de Janeiro)
Barra do Piraí (Rio de Janeiro)
Campos (Rio de Janeiro)
1923 — Petrolina (Pernambuco)
1924 — Juiz de Fora (Minas Gerais)
Santos (S. Paulo)
Sorocaba (S. Paulo)
1925 — Piauí
Bragança (S. Paulo)
1926 — Cafelândia (S. Paulo)
Ponta Grossa (Paraná)
Jacarèzinho (Paraná)
1927 — Lajes (Sta. Catarina)
Joinvile (Sta. Catarina)
1928 — Assis (S. Paulo)

1929 — Rio Preto (S. Paulo)
Jaboticabal (S. Paulo)
1933 — Bonfim (Baía)
1934 — Mossoró (Rio G. do Norte)
1935 — Caxias (R. G. do Sul)
1937 — Lorena (S. Paulo)
1938 — Limoeiro (Ceará)
1939 — Caxias (Maranhão)
1940 — Caicó (Rio Grande do Norte)
1941 — Amargosa (Baía)
Oliveira (Minas Gerais)
Leopoldina (Minas Gerais)
1944 — Piracicaba (São Paulo)

e) *Prelazias:*

A começar do ano de 1903, em que se fundou a prelazia de Santarém, no Pará, tem a S. Sé confiado a diferentes Ordens e Congregações nada menos de vinte e quatro prelazias nullius e duas prefeituras apostólicas disseminadas do norte ao sul do país.

f) *Maçonaria e positivismo.*

Essa é a república que a maçonaria e o positivismo se gabam de haver proclamado no Brasil.

Que a política no Brasil sempre estêve influenciada pela maçonaria, não há negar. Na proclamação da república, entretanto, não foi menor a atuação positivista.

Daí o fato de, em Paris, no primeiro aniversário da república brasileira, o positivista Teixeira de Sousa haver afirmado no discurso oficial que "a república devia sua existência no Brasil aos propagandistas (isto é, à imprensa positivista) e ao exército e armada" (igualmente positivistas).

Em resposta, Laffitte, sucessor de Augusto Comte, declarou: "O positivismo foi a grande potência que dirigiu essa revolução pacífica" (da república brasileira).

A maçonaria também se apresenta como causa da transformação do govêrno brasileiro, o que é verdade, porque naquele tempo muitíssimos positivistas eram maçãos, e até o célebre positivista Littré se filiara à maçonaria.

O certo é que os positivistas no Brasil têm boa vontade para com o catolicismo, o que se tem manifestado em várias ocasiões.

O positivismo perdeu, pouco a pouco, a influência na classe armada brasileira, e muito mais entre os outros cidadãos.

§ 218. Missões na América.

O *Canadá* [1], evangelizado por missionários franceses, principalmente, desde 1535, mostrou-se fiel ao catolicismo em tôdas as circunstâncias, mesmo quando a influência inglesa no país vizinho queria impor-se aos canadenses. O bispado de Quebec, ereto em 1674, foi elevado a arcebispado em 1819, tendo por primeiro Arcebispo Mons. Plessis. As conversões aumentaram com a união do Alto-Canadá ao Baixo-Canadá, ato êsse do qual os protestantes debalde julgavam poder tirar partido. Hoje tão grande é o número de católicos, que já conta 9 províncias eclesiásticas e mais de vinte bispados, afora as prelazias.

Nos *Estados Unidos*[2], amálgama de elementos etnográficos heterogêneos, mas aferrados a suas seitas, foi bastante que a independência nacional (1776) igualasse o catolicismo aos demais cultos, para que êle se desenvolvesse ràpidamente. Com efeito, isentando do serviço militar os eclesiásticos e de impostos também, e permitindo livremente o culto católico, o govêrno americano deu quanto a Igreja necessita para progredir. Havia, até então, uns 30.000 católicos sob a jurisdição do vigário apostólico de Londres, mas logo em 1789 surgiu o primeiro bispado, em Baltimore, e hoje para uma população de 25 milhões de católicos existe a mais proporcionada hierarquia. Verdade é que certas tendências para a independência de orientação e uma atividade demasiado natural, com desprêzo dos votos religiosos, levaram Leão XIII a condenar o americanismo. Felizmente não houve luta. Se devêssemos aquilatar do espírito religioso só pelo número de sacerdotes, de seminaristas e de religiosos, de templos, de instituições católicas e obras de assistência social, seria dever colocar os Estados Unidos em lugar de destaque no grêmio da Igreja Católica.

O *México*[3], nascido à sombra do catolicismo, conta mais de 10 milhões de católicos, com uns 30 bispados, e seis metrópoles, números êstes em parte modificados pelas perseguições sofridas pela Igreja mexicana, gloriosa não só pelos templos e institutos de ensino, senão que ainda mais pela coragem de seus mártires. Entretanto, parece que, se melhor organização das fôrças católicas houvesse obrigado o ditador Juarez († 1872) a respeitar a religião da maioria dos mexicanos, não teriam sido expulsos os religiosos nem proibidas as vestes talares, proibido o ensino religioso, exilados os Bispos, fuzilados os sacerdotes remanescentes. Exceto Porfírio Dias, os demais presidentes têm hostilizado a Igreja.

América Central. — As repúblicas da América Central, acompanhando as vicissitudes políticas de suas vizinhas mais poderosas, na guerra pela independência, estiveram ora unidas, ora separadas, em completa instabilidade, prejudicial a todo desenvolvimento, especialmente ao religioso. Concorreu também para o estancamento da vida religiosa a influência maçônica que burlava das convenções eclesiásticas, expulsava religiosos para lhes confiscar os bens, e exilava sacerdotes e Bispos. Não obstante, ora numa, ora noutra república se conseguiu aumentar o número de instituições religiosas e mesmo de sés episcopais.

Nas *Pequenas Antilhas* as missões floresciam mais que nas Grandes Antilhas, freqüentemente assoladas por perseguições religiosas.

Na *Colômbia* e *Venezuela* o clero foi violentamente perseguido de 1845 a 1852, em 1859, 1861 e 1903. A Venezuela, porém, separando-se da Colômbia, concluiu uma concordata com a S. Sé (1862), o que não impediu a perseguição movida pelo presidente Blanco (1870) contra o catolicismo. Depois de 5 anos amainaram-se os ódios e desapareceu a legislação anti-clerical. Na Colômbia também a situação melhorou, graças à poderosa intervenção de Pio IX e Leão XIII. Ambas as repúblicas mantêm relações diplomáticas com a S. Sé.

O *Equador* atravessou glorioso período sob a presidência de Gabriel Garcia Moreno [4] (1861-75), cuja piedade e retidão tombou gloriosamente aos golpes de punhal assassino, assalariado pela maçonaria. As perturbações no campo religioso diminuíram nos últimos tempos, de modo que está em boas relações com a S. Sé, cujo representante reside em Quito.

O *Peru,* pátria de S. Rosa de Lima († 1620), foi vítima de espoliações eclesiásticas, insufladas pelo maçonismo liberal. Atualmente as relações entre Igreja e Estado são muito amistosas. O núncio apostólico reside em Lima.

A *Bolívia,* missionada principalmente por franciscanos, sofreu as conseqüências político-religiosas dos países vizinhos. O núncio apostólico reside em La Paz.

O *Chile* tem gozado habitualmente de paz religiosa e, conseqüente, floração de vida cristã. Nos últimos tempos, entretanto, tem sido muito visado pelas maquinações comunistas.

Na república *Argentina* existe um "modus vivendi" entre a Igreja e o Estado, o que tem impedido felizmente o retôrno às antigas hostilidades. E' o segundo pais da América Latina que conseguiu as honras de uma sé cardinalícia, após o esplendoroso Congresso Eucarístico Internacional em Buenos Aires (1934).

O *Paraguai,* missionado pelos jesuítas, teve o B. Roque Gonzalez por primeiro cura da catedral de Assunção, antes de êste ingressar na Companhia de Jesus. Seu martírio se deu perto de Ijuí [5], no Rio Grande do Sul. Aos Padres salesianos muito deve o Paraguai moderno, embora não tanto como a Patagônia.

O *Uruguai* viu criada a primeira diocese, Montevidéu, em 1878, a qual em 1897 foi elevada a arcebispado com 2 sufragâneos.

Os países da América Latina[6] celebraram em Roma (1889) o Concílio Plenário Latino-Americano, cujas decisões muito contribuíram para a reforma da disciplina eclesiástica no continente americano.

1) A. Fornet, art. Canada (catholicisme) no Dict. de theol. cath. — 2) L. W. Bacon, A history of American Christianity; O'Gorman, A history of the Roman Catholic Church in the United States; Vicomte de Meaux, l'Eglise catholique et la liberté aux Etats Unis; Zimmermann, Die Universitäten in den Vereinigten Staaten. — 3) P. Termoz, art. Amerique latine, no Direct. de theol. cath.; Pierre de la Gorse, Histoire du second empire, IV. — 4) Berthe, O. S. B., Garcia Moreno, president d'Equator. — 5) O Pe. Roque Gonzalez da Cruz e dois irmãos de hábito foram martirizados em Caaró, Rio Grande do Sul, em 1628, e foram beatificados em 1934. — 6) Wiseman, A autoridade da S. Sé na América do Sul (obra inglesa).

§ 219. Missões entre pagãos.

O interêsse pelas missões entre os infiéis é um traço característico da vitalidade da Igreja Católica nos últimos séculos. Tôdas as Ordens e congregações religiosas se têm dedicado generosamente à conversão dos gentios, surgindo muitas delas, recentemente, destinadas com essa finalidade missionária.

Em 1822, Paulina Jaricot, modesta senhora, fundou em Lião a "Obra da Propagação da Fé", que um século mais tarde Pio XI elevou à dignidade de obra pontifícia.

Forbin Janson, Bispo de Nancy, ideou a "Obra da Santa Infância" (1843), para obter da infância cristã resgates de crianças pagãs.

A "Obra de S. Pedro Apóstolo" para a formação do clero indígena, e a "União Missionária do Clero" completam a demonstração do vivo interêsse de Bento XV e Pio XI pela conversão dos infiéis.

A começar do setentrião europeu e dos países protestantes e cismáticos, todos os povos vêm sentindo a benéfica influência missionária.

No Extremo Oriente, o Japão, relacionado só com os protestantes holandeses, abriu os portos a outras nações (1854-60). Missionários franceses aproveitaram o ensejo de se estabelecer em Nagasaki, donde irradiaram sua ação, tendo o consôlo de encontrar conservada a fé cristã através de dois séculos de completo abandono, após a frutuosa evangelização primitiva efetuada pelos dominicanos.

Em 1862, Mons. Gerard foi nomeado vigário apostólico de Yokohama, onde ainda sofreu numerosas perseguições. Após a liberdade religiosa (1864), Leão XIII formou a província eclesiástica de Tóquio (1880). Apesar da natural altivez nipônica, o catolicismo tem penetrado em tôdas as camadas sociais.

Pio X sagrou em 1907 o primeiro Bispo japonês, para Nagasaki. Os jesuítas mantêm uma universidade católica em Tóquio.

Na China continuaram as perseguições aos católicos até 1840, época do martírio do Bem-av. Pe. Perboire. O espírito de xenofobia, que tantas vêzes levou o império a lutas infelizes com a França, Inglaterra, Rússia e Japão, feria invàriavelmente as missões católicas. Leão XIII, todavia, estava em boas relações com o govêrno chinês, de modo que pouco faltou para instituir uma nunciatura apostólica em Pequim. Novas tormentas, porém, a que não estava alheio o imperador, vieram demonstrar quão diminuta confiança merecia aquela boa vontade.

Em 1924 conseguiu-se realizar um concílio plenário de tôdas as missões chinesas, ao qual compareceram 43 vigários apostólicos, 6 prefeitos apostólicos e mais 40 dignitários. Muitos são os missionários que trabalham na China, onde o número de católicos já excede de 3 milhões.

A *Indo-China*, que atravessou longo período de perseguições, no comêço do século XIX contava 500.000 cristãos, número que duplicou no segundo quartel do mesmo século.

Na *India*. A conquista das Índias pelos inglêses foi grande empecilho para as missões portuguêsas lá existentes (Goa, Cochin, Malaca, Macau, etc.).

A S. Sé fundou então alguns vicariatos apostólicos nas possessões inglesas, e ao mesmo tempo Gregório XVI suprimiu alguns bispados. Foram conservados os arcebispados de Goa e o bispado de Macau, com direitos muito restritos. O cabido de Goa, amparado pelo Bispo de Macau, protestou contra a nova organização eclesiástica. Mas causou grande dano às missões essa desunião. O cisma durou até 1886, tempo em que Leão XIII restabeleceu a hierarquia.

Na *Pérsia* os missionários católicos, de 1834 para cá, puderam reaver suas igrejas. Várias seitas orientais se reconciliaram com Roma. O govêrno favorece a religião e mantém relações diplomáticas com a S. Sé.

A *Turquia*, sob o fanatismo dos muçulmanos, as ameaças da Rússia e as intrigas dos cismáticos, tem oferecido árduo campo de ação aos missionários das diferentes congregações religiosas. Em 1860 se deu um abominável massacre de cristãos no Líbano e na Síria. Os jesuítas mantêm com eficiência missionária a universidade de Beyrouth. Os cristãos já ultrapassaram de um milhão.

A situação da *Palestina*, sob o domínio turco, continua insolúvel mesmo com o protetorado das potências européias. O movimento sionista, após a conflagração européia, antes tem

agravado, que melhorado, o ambiente religioso. A guarda do Santo Sepulcro continua a cargo dos franciscanos, que muito têm sofrido dos muçulmanos e dos cismáticos.

O convertido Pe. Afonso Ratisbonne organizou uma cruzada universal de preces pela conversão dos judeus.

Na *África*. Apesar dos grandes esforços dos missionários, pouco resultado se tem obtido na cristianização da África do Norte. Há vicariatos apostólicos em Trípoli, Egito, Abissínia e Tunísia; um arcebispado em Argel com bispados sufragâneos em Oran, Constantina, e um bispado em Ceuta. O arcebispado de Cartago foi restabelecido em 1884.

Os missionários mais importantes foram Ryllo, S. J., na África Central e Keroblecher, e o Bispo Daniel Comboni.

A costa ocidental foi evangelizada pelos Padres do Espírito Santo e do Imaculado Coração de Maria. Grandes foram as dificuldades dos missionários. Em Madagascar os missionários foram perseguidos pela rainha Ranavolana.[1] Em 1861 Pio IX criou um vicariato apostólico na ilha.

Na Abissínia trabalharam os capuchinhos. O maometanismo é o máximo empecilho para as missões africanas.

No continente australiano, descoberto pelos franceses, fundou-se um vicariato apostólico já em 1820[2], e que estivera sujeito ao vicariato estabelecido em S. Maurício. Alcançou em pouco tempo uma numerosa população de católicos. No ano de 1842 formou-se uma província em Sidney, com os bispados de Adelaide e Hobart (na Tasmânia), seguindo-se a êstes vários outros, sendo elevados a metrópoles como os dois primeiros: Melbourne, Brisbane e Wellington (Nova Zelândia).[3]

Em 1884 celebrou-se o primeiro concílio provincial; dois plenários em 1885 e 1895.

Em 1931 a Austrália possuía 5 arcebispados, 14 bispados e vários vicariatos apostólicos espalhados pelas ilhas.

1) La Vesière, S. J., Histoire de Madagascar. — 2) Aí O'Flynn viveu secretamente como vigário apostólico, desde 1813 até 1818. — 3) Salvado, O. S. B., Memorie storiche dell'Australia.

II. IGREJA E ESTADO.

§ 220. A Igreja perante a revolução francesa.

De 1789 a 1804 passou a França pela mais terrível das crises políticas, a qual lhe mudou visceralmente o sistema administrativo e social.[1]

Quando Luís XVI (1774-92) subiu ao trono[2], já encontrou a França preparada para a grande revolução, de que foram *causas:*

a) remotas: o absolutismo real, o protestantismo com o desrespeito à autoridade, o filosofismo ateu, a decadência dos costumes[3] na Renascença e a doutrina dos enciclopedistas;

b) próximas: os impostos exorbitantes sôbre o povo que, além de não ter direito algum, devia pagar ¾ dos tributos da nação; o esgotamento do erário público com a guerra da independência americana; as intrigas do duque d'Orleans, que ambicionava o poder; a desigualdade de condições entre nobreza, clero e povo.

Ocasião. — A Assembléia dos Notáveis, reunida por Luís XVI (1775), recusara-se a adotar os imprescindíveis meios de salvar a França. Deviam ser extraordinários para impedir o "deficit" crescente, precursor da bancarrota.

Experimentou o rei convocar os Estados Gerais (1789), que desde 1614 não funcionaram. O povo, desolado e já exausto de contribuições, contava com a simpatia de grande parte do clero, que o auxiliou até a obter a preponderância na Assembléia.[4]

Logo, julgou-se ela a única representante da nação, e se transformou em Assembléia Nacional. A 14 de julho de 1789 tomou a Bastilha, prisão de Estado e fortaleza capaz de dominar Paris. Os Estados Gerais automàticamente arvorados em Assembléia Constituinte (1789-91) promulgaram a declaração dos direitos do homem[5], isto é, a soberania popular, a liberdade de crenças e da imprensa e o direito de revolução para resistir a opressores.

O rei sofreu "o grande susto" pela revolta dos camponeses. Teve de aceitar a bandeira tricolor, e reconhecer a constituinte, bem como a escolha do revolucionário Bailly para prefeito de Paris.

Para diminuir a desordem, a nobreza logo renunciou aos antigos direitos, aos títulos e às isenções de impostos.

O clero também desistiu dos dízimos, dos direitos de estola, e da dispensa de contribuições, ficando quase sem subsistência, pois eram insignificantes as compensações propostas.[6]

Contra os protestos de Muray[7], mas apoiado por Mirabeau, o Bispo Talleyrand[8] propôs a secularização dos bens eclesiásticos.

Os conventos foram supressos, e aos exclaustrados concedida uma pensão anual. Conservaram-se enclausurados, porém, os mais observantes, e o govêrno os tolerava, como também as Congregações de assistência social e beneficente.

A "constituição civil do clero"[9], de 1790, teve péssimas conseqüências: 1) os 134 bispados foram reduzidos a 73, conforme o número dos departamentos; 2) todos os benefícios supressos, exceto para os seminários; 3) extinguiram-se os cabidos, devendo o Bispo ser cura da catedral e ter por conselheiros os párocos; 4) limitou-se o número de vigários, e, portanto, o das paróquias; 5) aboliu-se a jurisdição do Papa relativamente à França; 6) a eleição do Bispo devia ser feita pela assembléia ordinária do departamento, onde tomavam parte judeus e protestantes, para depois ser aprovada por algum metropolitano ou Bispo mais antigo e, enfim, também, e apenas, notificada a Roma; 7) semelhante devia ser a nomeação do pároco.

Luís XVI, não sabendo o que fazer, procurou entendimento com Pio VI e não obstante, tìmidamente, assinou tal constituição. O Papa, como também vários Bispos, protestaram contra

ela. Para exercer suas funções, submeteram-se ao juramento obrigatório de aceitá-la, apenas um Cardeal e 4 Bispos[10]; dos sacerdotes, menos da metade se sujeitou. No ano seguinte, Pio VI condenou a constituição civil do clero. Mas a Assembléia Constituinte, para se vingar, transformou em panteão a igreja de S. Genoveva, e ordenou a confiscação de Venessino e Avinhão.

Assembléia legislativa (1791). Luís XVI teve que governar ora com os deputados feuillants (ou constitucionalistas), ora com os girondinos (ou republicanos), sempre perturbado pelos revolucionários jacobinos chefiados por Robespierre, Danton e Marat.

A assembléia era composta quase só de jovens advogados, inexperientes e atrevidos. O govêrno perseguiu os sacerdotes não juramentados e depois os condenou à deportação. Foi proibido o uso do hábito talar. Setenciava-se a deportação, desde que no respectivo cantão houvesse umas vinte pessoas que denunciassem ser o Bispo ou pároco não juramentado ou "refratário". Muitos emigraram para a Itália, Portugal, Inglaterra[11] e outros países, menos para a Prússia, que os não aceitava. A legislativa acabou com o restante das congregações religiosas.[12] O casamento civil foi decretado e admitido o divórcio.[13]

Quando Santerre quis colocar o rei sob a proteção da Legislativa, a multidão invadiu as Tulherias, onde se achavam o rei e os deputados, e exigiu, berrando, que depusessem o tirano para fazerem uma convenção nacional. E a legislativa prendeu o rei no Templo. Fugiram os nobres, e reinou aquela horrível anarquia, em que se deu o grande e conhecido massacre[14] de 2 a 6 de setembro, sob as ordens do famigerado Danton.

A convenção (1792-95). Compunha-se de três grupos:

1) os girondinos, já mais abrandados, que formavam a direita. Eram impotentes em Paris, mas tinham o apoio dos departamentos, sobretudo de Gironde.

2) Montanheses, cruéis jacobinos[15], da comuna de Paris.

3) Os tímidos deputados da planície que se inclinaram finalmente para os montanheses. Foi a assembléia mais terrível: aboliu a monarquia, proclamou a república, condenou à morte o rei Luís XVI e decretou o regime do "Terror", em vista da invasão estrangeira e do levante dos católicos da Vendéia, que não admitiam a profanação do domingo, das igrejas, cruzes, festas, etc. Deu-se a abolição do calendário e de tudo o que lembrasse o cristianismo; as 44 mil guilhotinas trabalhavam contìnuamente, correndo em Paris e nas províncias rios de sangue.[16]

Um Bispo e treze vigários abjuraram solene e escandalosamente o cristianismo. No altar de Notre Dame foi entronizada e venerada a deusa-razão, uma impudica dançarina. Vendo os extremos a que chegou a França da Revolução, Robespierre[17] decretou a fé num Ser Supremo.[18] Chegou a vez de a guilhotina degolar não só a rainha Maria Antonieta e os monarquistas, mas também Danton e Robespierre. Com a morte dêste, caiu o Terror, houve reações, mas Napoleão Bonaparte venceu os insurretos. A convenção organizou então a república e confiou o poder executivo a cinco membros que formaram o Diretório.

O Diretório.[19] O exército francês repeliu os invasores estrangeiros, e, para vingar-se da Inglaterra, Napoleão empreendeu a conquista do Egito, contando vitórias nas batalhas das Pirâmides e do Tabor, apesar de haver Nelson destruído a esquadra francesa em Abukir. O Diretório, novo govêrno, era composto de gente já mais assisada, que parecia no princípio desejar favorecer os católicos ou pelo menos to-

lerar o culto. Porém com o fracasso do golpe de Estado contra o Diretório, ainda pioraram as condições do clero, que recomeçou a ser executado, ou quando menos deportado para Caiena.

Quem, nestas conjunturas, pouco sofria era o clero juramentado e os protestantes.[20] Voltando inesperadamente à França, Bonaparte se pôs à frente dos conspiradores, exigiu nova constituição e tornou-se o primeiro cônsul com dois colegas (10 de novembro de 1799).

Pio VI[21] morreu prisioneiro na França (agôsto de 1799), por não ter aprovado a situação criada pelos franceses na Itália.

O Consulado. Quase todo o poder executivo pertencia só ao primeiro cônsul. O Conselho de Estado propunha as leis, o tribunado as discutia, o corpo legislativo as votava e o senado aprovava ou rejeitava. Napoleão suprimiu a liberdade de imprensa e a dos prefeitos e juízes. Com a S. Sé (1801) estabeleceu uma concordata. Só então começou o clero a gozar de alguns direitos, e as igrejas e escolas a se reabrirem.

1) Mazas, Histoire de la révolution française; Weiss, Weltgesch. VII; Taine, Origines de la France contemporaine; Hohof, Die Revolution seit dem 16. Jahrh. — 2) Luís XVI era bom, pessoalmente, mas incapaz de reprimir os abusos da côrte. — 3) A Renascença muito contribuiu para tal degenerescência. — 4) Sieyès, Vigário geral de Chartres, escreveu os opúsculos "Qu'est-ce que le tiers état?" fartamente disseminados entre as massas durante os Estados Gerais de 1789. E, na Assembléia, 207 eclesiásticos se reuniram ao terceiro estado, além de outros que eram representantes do clero. Tal exemplo foi seguido por deputados da nobreza. — 5) Walch, La declaration des droits de l'homme et du citoyen et l'Assemblée constituante. — 6) Barruel, Collection ecclesiastique (7 vol.); Barruel, Hist. du clergé en France pendant la revol.; Barruel, Mémoire pour servir à l'histoire du jacobinisme; D'Hesmivy d'Auribeau, Mém. pour servir à la hist. de la persécution française recueillis par les ordres de Pie VI; Jager, Hist. de l'Eglise de France pendant la revolution; Picot, Memoires pour servir à l'hist. ecclés. du XVIIIe. siècle; Jervis (anglicano) The Gallican Church and the Revolution. — 7) O extraordinário orador sacro Pe. Maury defendeu os direitos da Igreja com tal ardor, que a S. Sé o nomeou Cardeal. "Correspondance diplomatique et memoires inédites du Card. Maury". — 8) B. Lacombe, Talleyrand, évêque d'Autun. Paris, 1903. — 9) Sciout, Hist. de la constitution civile du clergé; Schmidt, Pariser Zustände während der Revolutionszeit von 1789-1800. — 10) Pisani, Repertoire biographique de l'épiscopat constitutionel, Paris, 1907. — 11) Plassé, Le clergé français refugié en Angleterre. — 12) Prat, Essai hist. sur la destruction des Ordres religieuses en France au XVIIIe siècle. — 13) Hirschel, Geschichte der Civilehe in Frankreich. — 14) Filipe Egalité, duque de Orleans, que pretendera a coroa, também foi guilhotinado, como Danton e Robespierre. Já havia sido assassinado Marat. — 15) Assim chamados por se reunirem no convento dominicano de S. Jacó. — 16) Carron, Les confesseurs de la foi dans l'Eglise Gallicane; Guillon, Les martyrs de la foi; Winterer, La persécution religieuse en Alsace de 1789-1801. — 17) Schumm, M. Robespierre. — 18) A. Mathiez, Les origines des cultes revolutionaires. — 19) Victor Pierre, La Terreur sous le Directoire; Histoire de la persécution politique et religieuse après le coup d'Etat du 18 fructidor. — 20) Passaram bem os deistas. Cfr. Grégoire, Histoire des Theophiles. — 21) Baldassari, Histoire de la captivité de Pie VI.

§ 221. Napoleão e Pio VII.

Pio VI morreu em 1799, em Valença, no Delfinado. No ano seguinte, os Cardeais dispersos se reuniram para o conclave[1] em Veneza, onde foi eleito o beneditino Chiaramonti, Bispo de Imola, o qual tomou o nome de Pio VII, homem da Providência para as dificuldades que iam surgir. Escolheu o Cardeal Consalvi para seu secretário de Estado.[2]

Napoleão, primeiro cônsul da França, reconheceu que era necessário restabelecer a religião católica no país. Para êsse fim mandou seu embaixador a Roma. Entretanto, punham obstáculos à concordata os inimigos da Igreja e os realistas, aquê-

les por ódio à religião, e êstes para não consolidarem o poder de Napoleão.

As exigências e pressas de Napoleão eram tais que, passados os últimos cinco dias de prazo, o embaixador voltou de Roma, levando consigo o Cardeal Consalvi para fazer as negociações em Paris. Consalvi foi bem acolhido. Com muito afinco e acerto refletiu e trabalhou dia e noite, em circunstâncias dificílimas, longe do Papa e rodeado por conselheiros partidários de Napoleão. No dia em que se devia assinar a concordata, apresentaram-lhe um documento falso. Consalvi não o assinou. Napoleão, que era cúmplice, enfureceu-se; mas a prudência de Consalvi conseguiu que se assinasse a verdadeira concordata (1801).[3]

Na festa da Páscoa do ano seguinte foi ela publicada. Eis alguns de seus pontos: 1) celebração pública do culto católico, autorizada pelo govêrno e de acôrdo com o regulamento da polícia, necessário para a tranqüilidade pública; 2) nova divisão das dioceses na França: dez metrópoles e cinqüenta bispados; 3) autorização para serem demitidos os titulares dos bispados, que fizeram dificuldades ao Papa, não renunciando aos bispados atuais; 11) dispensa ao govêrno de dotar os cabidos das catedrais e os seminários; 13) posse pacífica dos antigos bens eclesiásticos, em favor de seus detentores; 16) nomeação dos Bispos pelo primeiro cônsul, em gôzo dos mesmos direitos que o antigo govêrno; 17) necessidade de nova convenção no caso de não ser católico o cônsul.[4]

Em tal concordata a Igreja fazia muitas concessões, mas Pio VII a ratificou, embora contra os votos de alguns Cardeais. Os inimigos da Igreja não a queriam por causa do artigo I. Maiores dificuldades achou o Papa, quando trinta e seis Bispos se recusaram a resignar como o exigia a diminuição do número de dioceses.[5] Esgotados os avisos paternais, Pio VII os depôs, do que resultou formarem-se dois pequenos cismas.[6] Pior ainda foi que dez Bispos juramentados foram nomeados por Napoleão, sem se retratarem. Ainda mais grave foi ter Napoleão introduzido e proclamado, junto com a concordata, 77 "artigos orgânicos" galicanos, como se fôssem combinados com a Igreja e como se formassem parte da concordata.[7] A S. Sé protestou, mas em vão. Assim é que lá figuravam o "placet", a faculdade concedida ao clero de recorrer ao govêrno contra seus superiores, a divisão dos Padres em duas classes, etc.

Daí se infere que a concordata, que fêz grande bem, apesar de atacada mesmo por bons católicos, não conseguiu repôr a Igreja francesa em seu verdadeiro rumo.

Em 1804 Napoleão quis a sagração de imperador. O Papa não sabia o que fazer: de um lado protestavam as côrtes estrangeiras e os legítimos herdeiros dos Bourbons, e vários Cardeais se manifestavam contra a viagem do S. Padre à França para tal fim; do outro lado, indo a Paris, Pio VII esperava alcançar vários benefícios para a Igreja da França e para o bem da religião. [8]

Decidiu-se a empreender a viagem, sendo bem recebido por tôda parte. Mas, na sagração, Bonaparte fêz o Papa esperar uma hora; depois, sagrado pelo Pontífice, tomou a coroa e a impôs a si próprio e à rainha, mostrando assim quão pequena consideração tinha ao Papa.

Pio VII alcançou de Napoleão muito exíguas concessões, não conseguiu a retirada dos artigos orgânicos, nem a restrição das legações.

Apenas o Pontífice voltara a Roma, Napoleão ocupou Milão para ser coroado rei da Itália. [9] O reduzido bem [10] que à Igreja na França fêz Napoleão foi por demais compensado, a cada passo, com pretender fazer da S. Sé meio para concluir seus altos planos de dominador do mundo.

Atreveu-se a supôr que o S. Padre dissolveria, a mando seu, o matrimônio de seu irmão Jerônimo. Ocupou a fortaleza pontifícia de Ancona (1806), apesar das reclamações do Papa. Pretendeu que o Papa considerasse como inimigos seus os adversários do imperador, e que reconhecesse, contra os direitos da Igreja, seu irmão José Bonaparte como rei de Nápoles. [11]

Como em consciência o Papa não pudesse anuir a tais desejos e exigências [12], Napoleão mandou ocupar Roma, e exilou muitos dos melhores Cardeais, prendeu Consalvi e anexou à França o resto dos Estados pontifícios. [13]

O anátema, que Pio VII lançou então sôbre Napoleão foi vingado com a prisão do Papa e do Cardeal Paca, seu secretário. [14] Os Cardeais restantes foram levados a Paris, onde Napoleão esperava por seu intermédio atrair Pio VII à sua causa. Mas os Cardeais permaneceram fiéis, e com energia treze dêles se recusaram a assistir ao casamento de Napoleão com Maria Luisa.

Quanto à liceidade dêsse casamento não está bem claro o caso: pois se, de um lado, só a S. Sé e não o tribunal metropolitano de Paris, é que podia decidir se era inválido o casamento de Napoleão com Josefina de Beauharnais; do outro, Napoleão aduzia que, pretendendo constituir uma dinastia, nunca tencionara casar com Josefina, se soubesse que era estéril.

Napoleão obrigou os treze Cardeais a deixarem suas insignias e privou-os de seus bens.[15] Entretanto falharam tôdas as tentativas de Napoleão a fim de obter que o Papa cedesse os Estados Pontifícios, e investisse canônicamente os Bispos por êle nomeados.[16] Por isso em 1811 convocou um concílio em Paris.[17]

Logo no comêço os Cardeais juraram fidelidade ao Papa[18], mas Napoleão encarcerou uns, expulsou outros e os demais, afinal, se amoldaram.

Resolveram êstes que, não devendo os bispados continuar vacantes por mais de um ano, nomeasse então os Bispos o próprio imperador, para serem aprovados pelo Papa e logo empossados. Se, depois de seis meses, o Papa não lhes desse investidura, o metropolitano o faria. O decreto devia ser submetido à aprovação do Sumo Pontífice.

Vencido pelas instâncias dos Cardeais vermelhos, Pio VII ratificou as decisões do concílio, mas com a cláusula de o metropolitano, como representante seu, aprovar o Bispo escolhido e comunicar à S. Sé o que houvesse confirmado. Napoleão não quis aceitar a cláusula, mas não foi retirada. Entretanto, Napoleão mandou transferir Pio VII, prêso, a Fontainebleau, enquanto êle próprio fazia a campanha da Rússia.

Na viagem o Romano Pontífice adoeceu e, rodeado só de alguns prelados e dos Cardeais vermelhos, foi sacramentado. Ao regressar da Rússia, vencido, Napoleão recomeçou as negociações com Pio VII, a quem apresentou onze artigos preliminares para uma nova concordata. Por abatimento físico, falta de ânimo e de bons consultores, o S. Padre deu seu consentimento, fazendo-o, porém, depender da aprovação dos Cardeais. Como Di Pietro, Paca, Consalvi e os demais Cardeais negros recuperassem a liberdade, logo o Papa teve bons conselheiros e retirou seu consentimento numa carta a Napoleão, o qual já tinha publicado os onze artigos com fôrça de lei. Entretanto, derrotado na célebre batalha de Waterloo, Napoleão seguiu para o exílio de S. Helena, enquanto o Sumo Pontífice, pôsto em liberdade ainda por Napoleão, entrou triunfante em Roma, onde aproveitou o ensejo de proteger a família do ex-imperador desterrado.

1) Artaud, Hist. du pape Pie VII; Cretineau-Joly, l'Eglise Romaine en face de la revolution; Robiano, Cont. de l'hist. ecclesiast. du Berault-Bercastel. Nuova st. della chiesa de Gesù; Gams, Gesch. der Kirche Christi im 19. Jahrh. — 2) Cretineau-Joly, Mémoires du cardinal Consalvi. — 3) Theiner, Hist. des deux concordats, é contrária às memórias de Consalvi. Mas Cretineau-Joly restabeleceu a verdade no opúsculo "Bonapart, le Concordat de 1801 et Consalvi"; Boulay de la Meurthe, Documents sur la négotiation du Concordat et sur les autres rapports de la France avec le Saint Siège; Caprara, Concordat entre le gouvernement français et le pape. — 4) Mathieu, Le Concordat de 1801. — Sévestre, L'histoire du concordat de 1801. — 5) Barruel, Du Pape

et de ses droits religieux à l'occasion du Concordat. — 6) Os Padres Blanchard e Gaschet se excederam nos ataques à concordata e a Pio VII, a quem chamavam herege e cismático. Cfr. Husenbeth, The life of J. Milner. — 7) Walter, Fontes; Portalis, Les articles organiques; Chamard, La revolution, le concordat et la liberté religieuse. — 8) Cf. Alocução de Pio VII aos Cardeais (Bull. Rom. XII, 244). — 9) Artaud, Hist. du pape Pie VII, II, 45. — 10) Reconheceu congregações missionárias escolares e hospitalares; subsidiou missões estrangeiras; autorizou os sulpicianos a dirigir seminários; proibiu o casamento dos Padres; suprimiu o calendário republicano, etc. — 11) Michel, l'Eglise catholique et l'empereur Napoléon Ier; D'Haussonvile, l'Eglise Romaine et le premier empire. — 12) Allocutio Pii VII habita in consistorio diei 16 martii 1808. Monac. 1871; Mémoires de Consalvi et de Pacca. — 13) Pacca, Memorie Storiche. — 14) Chobard, le Pape Pie VII à Savone. — 15) Foram chamados desde ali "cardeais negros", em contraposição aos cardeais vermelhos. — 16) Maury, o grande defensor da Igreja, passou-se para Napoleão e foi nomeado Arcebispo de Paris, mas Pio VII não o confirmou no cargo. — 17) Collectio Lacensis IV, 1223; Melchers, das Nationalconcil zu Paris, 1811, mit authentischen Actenstücken.

§ 222. Situação religiosa na Alemanha no século XIX. [1]

A história da Alemanha política, no século XIX, está contida no seguinte: 1) Alemanha dividida e repartida; 2) reunida em três zonas: Prússia, Áustria e confederação do Reno; 3) Confederação Geral Germânica sob o domínio da Áustria (1815-1866); 4) Confederação Geral alemã sob a regência da Prússia; 5) Império Germânico desde 1870 até 1918.

A história eclesiástica pode resumir-se nos seguintes pontos:

1) **Secularização.** — Os decretos espoliadores emanados da Assembléia Nacional em 1789 atingiram muitos príncipes alemães, leigos e eclesiásticos, que possuíam terrenos na Alsácia e Lorena. Eis por que em 1792 a Alemanha guerreou a França.

Para compensar essas desapropriações, na Paz de Basiléia entre a república francesa e a Prússia (1795) resolveu esta ceder os territórios que possuía à margem esquerda do Reno, ficando a Alemanha com os da margem direita. Semelhante combinação fêz a Áustria com a França (1797). Ratificando as estipulações anteriores, o tratado de Luneville (1801) estabeleceu uma indenização em território do império aos príncipes espoliados à esquerda do Reno. Para executar êsse acôrdo, lançaram mão dos bens eclesiásticos. A secularização foi completa e legalizada pelo decreto "Reichsdeputationshauptschluss" de Ratisbona (1803) [2], pelo qual se determinava que as abadias e todos os principados eclesiásticos [3] se pusessem à disposição dos príncipes seculares. Assim foi secularizado, legal mas vergonhosamente, um território eclesiástico de 13.500.000 habitantes que rendia 21.000.000 de florins anuais. Aproveitando-se dos vasos sagrados, deram-lhes os piores maus tratos. Venderam-nos aos judeus que dêles abusavam baixamente, depois de atirarem à lama e ao fogo a ss. hóstia. [4] Muitos Bispos não quiseram sujeitar-se a essa espoliação, pelo que se demitiram de seu pôsto, justamente quando mais os rebanhos precisavam de pastor. Outros, morrendo, não tiveram sucessor, pois os cabidos se foram dissolvendo.

Por falta de quem se encarregasse dos bispados, Pio VII, lastimando o caos espiritual da Alemanha, nomeou vigários apostólicos, quase impotentes em tal situação.[5]

2) **Restauração.** — Frustrada a esperança de o Congresso de Viena[6] (1815) pôr têrmo à desorganização religiosa na Alemanha, apesar dos esforços do Cardeal Consalvi, nada mais restava senão tentar concordatas particulares de cada Estado com a Santa Sé. Foi o que se fêz.

1) *A Baviera*[7], cujas condições não eram também das melhores, foi a primeira a encetar as negociações com Roma. Em 1817, a concordata entre o rei Maximiliano I da Baviera e Pio VII garantiu à Igreja todos os direitos e privilégios fundados na lei de Deus e na instituição canônica. O país foi dividido em duas províncias eclesiásticas.

Entre outros itens da concordata[8], estipulou-se que os Bispos seriam nomeados pelo rei, reservando-se ao Papa a instituição canônica, e garantindo-se aos Bispos a livre administração das suas dioceses. Para acalmar os protestantes, assustados com o teor da concordata, Maximiliano publicou, à guisa dos artigos orgânicos de Napoleão, o Edito de Religião em que assegurava a liberdade de consciência, igualdade das religiões, o restabelecimento do "placet", etc.

A S. Sé, admirada, reclamou. O monarca respondeu que os católicos nada precisariam jurar contrário à consciência, e que o edito, puramente civil, não prejudicava a execução da concordata. E assim sucedeu.

Quando se ventilou em tôda a Alemanha a questão dos casamentos mistos, os prelados bávaros deixaram primeiramente o assunto ao critério dos párocos. Da divergência de proceder resultou acharem necessária uma regulamentação uniforme, o que fizeram adotando logo o breve pontifício de 1832, ao qual se submeteu também o govêrno.

Desde o reinado de Luís I (1825-1848) houve paz favorável aos católicos. O príncipe favorecia os religiosos, a instrução, as artes, etc.; deu liberdade aos Bispos para se corresponderem com Roma; chamou Goerres[10] e outros sábios ilustres para a universidade de Munique; construiu templos, restaurou catedrais, escolheu Bispos muito dignos. Houve, entretanto, mais tarde alguns conflitos entre Luís I e os prelados, por ocasião das exéquias da rainha Carolina e sua sogra protestante, e também por influência de uma dançarina, Lola Montes. Daí seguiram-se várias medidas opressoras, que variavam com os ministros, até que Luís I abdicou (1848) em favor de seu filho Maximiliano II.

O novo soberano prestigiou muito os Bispos, e lhes deixou muita liberdade, mas não revogou o Edito de Religião.

Em 1848 os Bispos alemães se reuniram em Würtzburgo (Baviera) sob a presidência do Arcebispo de Colônia, João von Geissler[11], e exigiram dos governos a liberdade para a Igreja.[12] Nem todos a concederam tão pronta e constantemente como a Baviera.[13] Mas os Bispos todos procediam como seguros dos direitos eclesiásticos.

Ainda em 1848 e para os mesmos fins, isto é, favorecer a liberdade da Igreja, fundaram-se várias associações.[14]

Mesmo assim, no reinado de Luís II († 1886) e na regência do príncipe Luitpoldo, o ministro Lutz († 1890) desrespeitou muito a concordata e os direitos eclesiásticos, sempre sob os protestos dos Bispos.

2) A *Prússia*, numa convenção entre Pio VII e Frederico Guilherme III[15], conseguiu um modo de regularizar a situação religiosa. Erigiram-se as províncias eclesiásticas de Colônia e Posen, com sufragâneos, e mais dois bispados em separado, Breslau e Ermland.

Ao cabido competia, desde logo, a eleição do Bispo, mas êste devia ser "persona grata" ao Estado.

Em 1827, por uma bula e um breve, concedia o S. Padre aos cabidos de Osnabrück e Hildesheim, dioceses restabelecidas, apresentar ao govêrno os candidatos ao episcopado, podendo o Estado eliminar certo número de candidatos que não agradassem, desde que ainda ficassem uns três. Infelizmente, mais tarde a pragmática eclesiástica submeteu a Igreja à tutela do Estado, que conseguiu subjugá-la.

Estava pendente uma questão importante: a dos casamentos mistos em cuja realização julgavam desnecessária a interferência da Igreja para sua validade. O Estado é que determinava a religião que deviam abraçar os filhos de casamentos mistos.

Muitos párocos, descontentes, recusavam sua assistência à celebração de tais matrimônios, desde que os nubentes não se comprometessem a educar a prole no catolicismo. Aos que afiançavam a educação católica a S. Sé permitia dar a bênção matrimonial; aos outros, só a assistência passiva do sacerdote. Tal solução desagradou ao rei da Prússia, o qual devolveu o breve ao S. Padre.

O estadista Bunsen preferiu outro caminho: mandou buscar novamente o breve pontifício e mancomunou-se com Ferdinando Spiegel, Arcebispo de Colônia, para aceitar o decreto

do Sumo Pontífice, interpretando-o de tal modo que só em certos casos, raríssimos, fôsse aplicado.

Os sufragâneos submeteram-se a Spiegel e concordaram com êsse "acôrdo secreto".

À Santa Sé Bunsen negou a existência de tal conchavo. Só mais tarde é que se teve ciência certa, quando o Bispo de Tréveris [16], no leito da morte, pediu perdão ao S. Padre por ter concordado com Spiegel.

Entretanto, êste morreu e sucedeu-lhe Clemente Augusto von Droste-Vischering, que, ao ter pleno conhecimento das cláusulas adicionadas, imediatamente se negou a segui-las, pelo que foi encarcerado. Foi então que se levantou um grande movimento católico na Alemanha, na Europa e no mundo inteiro (1837). [17]

Droste-Vischering teve imitadores em seus sufragâneos. Começou pouco depois o reinado de Frederico Guilherme IV, mais favorável aos católicos, de modo que, em 1848, êstes recuperaram todos os direitos que tinham os demais cidadãos e assim permaneceram até 1870.

3) *Província eclesiástica do Alto Reno.* — Würtenberg, Baden, Hesse e Nassau constituíam a província eclesiástica do Alto Reno, zona em que a religião estava decadente, mesmo quando na Prússia a situação já se elevara. [18] Tendências de igrejolas nacionais sufocavam a vida católica. O filosofismo ateu do século XVIII havia penetrado destruidoramente. Celibato e breviário estavam quase abandonados pelo clero.

Em Ratisbona, cujo Arcebispo era Dalberg, chanceler do império, era vigário geral e favorito seu Inácio Henrique Wessenberg, apesar de seu forte racionalismo e servil febronianismo. Pretendia fundar uma igreja nacional. [19] Se não o executou, foi porque nem a Prússia, nem a Áustria, nem o Alto Reno queriam ceder a vaidosa primazia no futuro cisma.

Na província do Alto Reno ficou infrutífero o memorial publicado para exigirem do govêrno o respeito aos direitos da Igreja, conforme ficara determinado na primeira reunião episcopal (Würzburgo, 1848), sob a presidência do Cardeal Geissel, sucessor de Droste-Vischering.

No sínodo provincial em Friburgo, os Bispos do Alto Reno renovaram as mesmas exigências, ainda mais especificadas. Resultado idêntico.

Em 1853 nova conferência, ainda em Friburgo, exprimiu tão enèrgicamente seu voto de ver acatados os direitos eclesiásticos que até avisava estar o episcopado resolvido a agir, por-

quanto, desatendidas as considerações e rejeitada a "via juris", só lhe restava a "via facti". E como assim procedessem os prelados, sérios conflitos surgiram. Foi logo prêso o Arcebispo de Friburgo, mas com a mesma energia trabalharam os demais, de modo que o govêrno percebeu ser tempo de entrar em negociações com a S. Sé.

Por culpa das câmaras não se cumpriram as condições estipuladas em Roma, mas foram tomadas medidas legislativas que melhoraram a situação.

Em Würtenberg, desde 1862, tornou-se próspero o estado da religião. Na Badênia ainda houve conflitos, por morte do Bispo Vicari, de sorte que por 14 anos permaneceu vacante a Sé episcopal. Também no Hesse sofreu o convênio tão graves ataques, que o Bispo de Mogúncia, E. von Ketteler, acabou retirando-se (1866).

4) *Áustria.* [20] O josefismo continuou na Áustria no reinado de Leopoldo II e de Francisco II, ocasionando o desprestígio do clero e a decadência dos estudos teológicos. As medidas do govêrno, a rogo dos Bispos, foram tôdas improfícuas, por inadequadas e independentes dos superiores religiosos.

As observações feitas por Pio VII ao imperador, que visitou Roma em 1819, lhe abriram os olhos, mas os conselheiros opinaram por conservar o "statu quo". De 1822 em diante é que a côrte da Áustria, compreendendo o movimento nos países vizinhos, reconheceu aos Bispos direitos essenciais. Entretanto, começaram a trabalhar com afinco os jesuítas e os redentoristas, auxiliados por sacerdotes seculares e por novas associações religiosas. Da teologia baniram as tendências racionalistas; do direito canônico, as prescrições do josefismo.

A discussão de Colônia sôbre os casamentos mistos teve repercussão na Áustria, de modo que o govêrno em 1843 atendeu às prescrições eclesiásticas em tal assunto.

A verdadeira liberdade religiosa só a obteve a Áustria em 1848 [21], quando Francisco José I, subindo ao trono, suprimiu o "placet" e entregou aos Bispos todo o cuidado do culto católico e da disciplina eclesiástica.

Em 1866 a Áustria deixou de ser potência alemã, pois o tratado de Praga dissolveu a confederação germânica.

3) **Kulturkampf.** [22] — Concluída a guerra com a França (1870), terminou para os católicos alemães a necessária e justa paz.

O govêrno, chefiado por Bismarck, reencetou a luta contra a Igreja, querendo arruiná-la pela formação da Igreja católica nacional.

Começou em 1871 pela supressão da secção católica no ministério dos cultos e pela sujeição completa do ensino ao Estado. Em 1872 expulsou os jesuítas[23]; em 1873 publicou as célebres leis de maio, em que se determinava que o exame de história e filosofia do clero seria no sentido protestante, e que a nomeação dos sacerdotes, para qualquer colocação, seria obtida mediante o "placet".

As mesmas leis regulavam o poder disciplinar da Igreja: quem não fôsse alemão, portanto, o Papa, não poderia intrometer-se na disciplina da Igreja católica alemã. Criaram também o tribunal de apelação para o clero e não dispensavam do serviço militar os clérigos "in sacris".

Para oprimir de tal forma os católicos, foi preciso modificar certos parágrafos da constituição, que garantiam a liberdade da Igreja Católica na Alemanha. Pois não trepidaram em o fazer.[24] Porém os Bispos em nada cederam; sem fazer caso do "placet", continuaram a nomear os sacerdotes para todos os cargos. Daí serem os Bispos e sacerdotes condenados a multas e ao cárcere.

Mais tarde começaram as sentenças de expatriação para os mesmos, desde que se não submetessem. Vagaram assim nove sés episcopais e perto de mil paróquias. O clero e os fiéis não recuaram. Pelo contrário, nas eleições seguintes o Centro Católico[25] elevou de 63 para 91 o número dos deputados católicos, entre os quais alguns houve que, com denodo verdadeiramente assombroso, defenderam os direitos da Igreja perseguida. O govêrno começou então a retroceder, para o que concorreu a mudança de pontífices, pois a liberalidade de Leão XIII, sucessor de Pio IX, facilitou a volta dos mal orientados. Mas o Sumo Pontífice foi enganado por Bismarck, pelo que muito magoado ficou o Centro Católico e Windthorst, visto que, se Bismarck não tivesse negociado diretamente com a S. Sé, mas a ela se dirigisse por meio do Centro, conhecedor da situação do país, não seriam necessárias as concessões que fêz Leão XIII e Bismarck é que recuaria pouco a pouco. Enfim, lentamente, foram caindo alguns parágrafos do Kulturkampf: 1) o dever de os Bispos apresentarem os candidatos às paróquias; 2) direito de reclamarem nestas nomeações; 3) restabelecimento do pará-

grafo 3.º da constituição que garantia a liberdade da Igreja. Em 1890 os Padres ficaram isentos do serviço militar. Aos poucos as congregações religiosas conseguiram voltar à Alemanha, ficando, porém, proibido aos jesuítas exercer suas funções. Tudo se alcançou por meio do partido católico bem organizado.

1) Gaspar Droste-Vichering, entre outros, exigiu antes de mais nada a libertação de Pio VII. — 2) Protokoll der ausserordentlichen Reichsdeputation zu Regensburg. — 3) Dois territórios foram poupados: o da Ordem Teutônica, por ser o grão-mestre um príncipe d'Áustria; e o de Ratisbona, elevado a metrópole, porque o Arcebispo Teodoro Dalberg era favorito de Napoleão. Cf. Beaulieu-Marconnay, Karl v. Dalberg. — 4) Brück, l. c. I, 165-181. — 5) O núncio Della Genga, futuro Leão XII, não encontrava apoio em parte alguma. — 6) Brück, l. c. I, 265; Klueber, Acten des Wiener Congress. — 7) Brück, l. c., 257. Pertencia à seita dos "iluminados" o influente Montgelas, ministro de Maximiliano José, e que se retirou ou foi dispensado só em 1817. — 8) Münich, Vollständige Sammlung aller ältern und neuern Konkordate. — 9) Lerchenfeld, Zur Geschichte des bayerischen Konkordates. — 10) Sicherer (anti-católico), Kirche und Staat in Bayern; Nuss, Conventiones; Walter, Fontes. — 11) Dumont, Schriften und Reden von Joh. v. Geissler. — 12) Sauze, pour la réorganisation catholique; l'assemblée episcopale de Würtzbourg. — 13) Strode, Kirche und Staat in Bayern unter dem Minister Abel und seinen Nachfolgern. — 14) Piusverein, Bonifatiusverein, em diversas zonas alemãs. Os protestantes lhes opuseram "Nationalverein". — 15) Não obstante, continuaram as restrições de liberdade, fiscalizações de pastorais, etc. Só com Frederico Guilherme IV, a liberdade foi real. — 16) Era José de Hommer, que faleceu em 1836. — 17) José de Görres, ilustre defensor da Igreja na Alemanha, escreveu o seu "Athanasius". — 18) Brück, die oberrhein. Kirchenprov. von ihrer Gründung bis zur Gegenwart; Longer, Beiträge zur Gesch. der oberrhein. Kirchenprov. — 19) Foi Wessenberg quem preparou uma concordata, apresentando uma declaração e o Estatuto orgânico. Apesar da rejeição por parte de Roma, a declaração foi transformada no "Fondationsinstrument", e o "Estatuto" na Kirchenpragmatik. Por morte de Dalberg, o cabido nomeou Wessenberg vigário capitular. O Papa anulou a nomeação "ex gravissimis causis". Mais tarde o Grão-Duque de Baden o quis ter como Bispo, mas a S. Sé o recusou. — 20) Beidtel, Untersuchungen über dir kirchl. Zustände in den kaiserl.-österreichischen Staaten; Gams, Gesch. der Kirche Christi im 19. Jahrh. — 21) A abdicação de Fernando I e o afastamento do ministro Metternich favoreceram a elevação de Francisco José. Metternich não compreendia a Igreja. — 22) O movimento anti-católico, rotulado de luta pela cultura, foi nada mais que bem urdida perseguição ao clero. Cf. Brück, Gesch. der kathol. Kirche in Deutschl.; Vehring, Archiv für kath. K. R.; Vehring, Lehrbuch d. kath. u. protest. K. R.; Siegfried, Aktenstücke den preussichen Kulturkampf betreffend; Rintelen, die kirchenpolitischen Gesetze Deutschlands. — 23) Foram expulsos também os redentoristas, os Padres do Sagrado Coração, os Lazaristas, os do Espírito Santo. 24) Majunke, Gesch. des Kulturkampfes in Preussen-Deutschland; Schulte, Gesch. des Kulturkampfes in Preussen; G. Goyau, Les origines du Kulturkampf allemand. — 25) O Centro, excelente organização católica, tinha por chefes os denodados Windthorst e Mallinckrodt; Cf. Pfülf, Hermann von Mallinckrodt; Ludwig Pastor, August Reichensperger; Marx, Generalstatistik der Kathol. Vereine Deutschlands; Kannengieser, Le Correspondant (anos 1898 e seguintes); Martin Spahn, Das Deutsche Centrum; Hüsgen, Ludwig Windhorst.

§ 223. O catolicismo na França moderna.

O período da restauração (1814-1830) começou com a volta dos Bourbons ao trono da França.[1] Apesar de a situação política e religiosa ser difícil após a queda de Napoleão, Luís XVIII favoreceu o restabelecimento da religião católica, oficializando-a como religião do Estado, tolerando embora os demais credos. — Luís XVIII era voltaireano e só se converteu "in extremis", mas fêz bem à Igreja, porquanto aboliu os artigos orgânicos e até negociou uma concordata com Roma (1817). Não obstante, em seu reinado foi grande a propaganda de maus livros.[2]

A reação dos liberais contra os Bourbons se manifestou maior quando Carlos X, irmão e sucessor de Luís XVIII, publicou leis contra os sacrilégios e contra a má imprensa. Alguns revolucionários, com Lafayette e Luis-Filipe à frente, exigiram a extinção dos colégios dos jesuítas, o que alcançaram só quando Carlos X tomou por ministro o liberal Martignac.[3] Como o rei não quisesse transigir em tudo com Martignac, substituiu-o por Polignac, ultra-conservador, cujas medidas enérgicas açularam mais os ânimos dos liberais, apoiados em novos jornais revolucionários[4] e promotores da revolta sob a chefia de Lafayette, insurreição essa que obrigou Carlos X a fugir para a Inglaterra.[5]

A monarquia de julho[6] (1830-1848). — Com a fuga de Carlos X, a coroa passou à casa de Orleans na cabeça do rei-cidadão Luís Filipe, filho de Filipe Egalité. Ao catolicismo substituiu o título de "religião oficial", pelo de "religião dominante". Estabeleceu um govêrno hostil à Igreja, reintroduzindo os artigos orgânicos e permitindo perseguições aos sacerdotes. Depois melhoraram as condições, devido aos esforços dos católicos entusiasmados pelo ardor de Montalembert, Lamennais e Lacordaire, redatores do "l'Avenir".

Pena é que Lamennais avançasse teses[7], que foram condenadas pela Igreja, e que, não se submetendo logo e escrevendo maus livros, morresse descrente, odiando a todos e a si próprio. Seu companheiro Montalembert sujeitou-se imediatamente à condenação de Roma, e escreveu vários livros excelentes.

A ação combinada de tão grandes homens aumentou o espirito de religião na França, que se manifestou nas iniciativas de Frederico Ozanam: "Conferências de S. Vicente de Paulo", na obra da Propagação da Fé, nas conferências apologéticas do Pe. Ravignan, e noutras.

Mas Luís Filipe tornava-se cada dia mais impopular, e ja não podia contar com o apoio dos católicos. Houve debates concernentes ao ensino e à expulsão dos jesuítas e demais religiosos, exigida pelos liberais. Como êstes, chefiados por Thiers[8], minassem o trono de Luís Filipe, veio substituir a monarquia de julho a

Segunda república[9] (1848-1852), de que foi presidente Luís Napoleão. Esta não foi hostil à Igreja, até quis que sua constituição fôsse proclamada com solenidades religiosas. Devido ao prestígio de Napoleão e seu parecer favorável a Pio IX em luta com a revolução romana, depois de alguns anos, em

que foi sempre favorável à Igreja, Napoleão foi declarado imperador.

III período.[10] **II império** (1852-1870). No princípio Napoleão III continuou amigo da Igreja. Após o atentado de Orsini é que o imperador se inclinou para o liberalismo e chegou a ter má vontade para com a Igreja.

Ajudou o Piemonte contra a Áustria. Quando, em 1859, Vítor Emanuel privou a S. Sé de uma parte de seus territórios, Napoleão III se mostrou indiferente.[11] Verdade é que em 1867 auxiliou Pio IX contra Garibaldi, mas fê-lo mais porque o exigia a opinião pública na França. Notando o declínio de sua estrêla, Napoleão III provocou a guerra de 1870 com a Prússia, pretendendo, assim, elevar novamente seu prestígio. Só conseguiu sacrificar o trono e fazer lugar à terceira república.

IV período: A terceira república[12] (1870). — Havia na assembléia uma maioria católica, mesmo sendo Thiers presidente da república. Mac-Mahon, segundo presidente, concedeu a liberdade de ensino superior e a fundação de universidades livres com direito de conferir graus (1875).

O govêrno votou uma expropriação para se construir a basílica de Mont-Martre em homenagem ao Coração de Jesus. Porém os numerosos deputados inimigos seus provocaram sua substituição por Gambetta, cujo lema era: "Le clericalisme, voilà l'ennemi." A reação anti-clerical cortou a colação de graus das universidades católicas, retirou das mãos dos religiosos o ensino secundário, expulsou tôdas as Ordens, exceto Cartuxos e Trapistas, e implantou o ensino primário leigo obrigatório.

Em 1884 se reintroduziu o divórcio. Em 1889 a obrigatoriedade do serviço militar para o clero.[13] A orientação política de Leão XIII fêz os católicos aceitar a constituição, a fim de conseguirem modificar a legislação.

Assim chegaram a formar a maioria ministerial até que as agitações provocadas por Dreyfus e o ministério Waldeck-Rousseau (1901) atacaram novamente a Igreja, que já vinha sendo perseguida desde os ministérios de Combes (1895-96) e Rouvier (1881-82).

Na sexta-feira santa de 1904 Combes expulsou das escolas e do tribunal a imagem do crucificado.[14] Com explicações malévolas de palavras das bulas pontifícias, procuraram os anti-clericais lançar à S. Sé a culpa da ab-rogação, em 1905, da concordata de 1801.

Chamando, a se justificarem em Roma, dois Bispos franceses, e negando audiência ao presidente Loubet (1904), em

visita aos monarcas italianos, Pio X defendeu direitos da Igreja, mas tornou inevitável a ruptura de relações diplomáticas entre a França e a Santa Sé.

A separação entre a Igreja e a França suprimiu as contribuições para o culto, esquecendo-se o govêrno de que elas representavam, não donativos espontâneos, senão pagamento de espoliações oficiais.

Quando Pio X desaprovou as associações, regulamentadas pelo govêrno, para sustentar o culto e seus ministros, o clero francês submeteu-se com grande generosidade. Para as dioceses vacantes Pio X consagrou em Roma, pessoalmente, novos Bispos franceses, votados ao sacrifício. [15]

As missões francesas no Oriente nada sofreram do govêrno que, pelo contrário, desejava conservar seu prestígio nas colônias e territórios de missões. Todavia, a perseguição às Ordens religiosas na França fêz diminuir as vocações missionárias.

Após a conflagração européia (1919), se não caíram as leis contra a Igreja, todavia não se estenderam aos territórios reconquistados. [16]

O govêrno francês restabeleceu as relações diplomáticas com a S. Sé. O clero, sacrificado pela grande guerra e pelas opressões oficiais, não apreciava essas relações, sem uma reforma na legislação. O govêrno contentou-se com mitigar a interpretação e valor das leis, de forma que em 1924 Pio XI sancionou o novo estado de coisas. [17]

Desde 1899, havia em Paris a "l'Action française", fundada por um grupo de monarquistas, que viam no catolicismo a base de grandeza da França, passada e futura. Combatendo as leis anti-clericais, atraíam a admiração e simpatia de muitos. Entretanto, o "Catolicismo tradicional", que êles admitiam, não lhes obstava colaborar ostensiva e intensamente na imprensa incrédula e pornográfica. [18]

Sem repararem na mistura de princípios, muitos católicos e até eclesiásticos se filiaram à "Ação Francesa" após guerra. A intensa propaganda, especialmente entre a juventude, dirigida por Maurras, exigia da S. Sé sérios cuidados, pelo que Pio XI, em 1926, advertiu os católicos franceses do perigo de subordinarem os interêsses religiosos ao partidarismo político. Como pouco fôsse atendido, o Papa mandou publicar o decreto do Santo Ofício, em que condenava algumas obras de Maurras e o jornal da "Ação Francesa".

A submissão foi dificultada com pretexto de estar o S. Padre se imiscuindo em assuntos mèramente políticos. Depois a própria "Action Française" se sujeitou à direção de Roma.

Restabelecida a calma, melhor compreensão dos interêsses religiosos da França reuniu o clero e os católicos em tôrno da Sé de Pedro. Tôda a má interpretação que se tentasse dar às atitudes da S. Sé para com a França perderia a sua fôrça perante as freqüentes e inequívocas atenções dos Soberanos Pontífices na canonização de S. João Batista Vianney, de S. Joana d'Arc, de S. Bernadette Soubirous, de S. Margarida Maria Alacoque, de S. Teresa do Menino Jesus e vários outros, bem como por ocasião do Congresso Eucarístico de Lisieux (1937), em que foi legado pontifício o Cardeal Eugênio Pacelli, hoje Pio XII.

Era então formidável a infiltração comunista na França. Pacelli, entretanto, afirmou desassombradamente sua convicção na fôrça e valor dos católicos franceses. Realmente o gabinete Daladier desvencilhou a França de quase tôdas as maquinações comunistas. Quando a França sofreu a invasão dos alemães nazistas, Pio XII declarou novamente acreditar no ressurgimento da França.

A 5 de setembro de 1940 o Conselho de ministros, presidido pelo marechal Pétain, abolindo a lei (de 1904) de separação entre Igreja e Estado, restabeleceu as escolas religiosas na França.

1) Gams, Gesch. der Kirche Christi im 19 Jahrh.; Nettement, Hist. de la Restauration; Baunard, Un siècle de l'Eglise de France (1800-1900), Paris, 1901. — 2) A Igreja teve bons defensores: José de Maistre, Chateaubriand, de Bonald e outros. Cfr. Lotreille, Joseph de Maistre et la papauté; Biennerhassett, Chateaubriand; Mercier, Lamennais; Boutard, Lamennais, sa vie et ses doctrines. — 3) Thureau-Dangin, le Parti liberal sous la Restauration. — 4) Tais como "le Temps", de Guizot e Périer; le "National", de Thiers e Armand Carrel. — 5) Cretineau-Joly, l'Eglise Romaine en face de la Revolution, II, 1; Artaud, le Pape Léon XII. — 6) Thureau-Dangin, Hist. de la monarchie de Juillet; L'Eglise et l'Etat sous la monarchie de Juillet; Cretineau-Joly, Hist. de Louis Phil.; Nettement, Histoire du gouvern. de Juillet. — 7) Roskovany, Rom. Pontifex IV, 1058. — 8) Thiers pronunciou sua filípica dirigida aos religiosos, em maio de 1845. Montalembert tomou a defesa da Igreja, e publicou "Du dévoir des catholiques dans la question sur la liberté d'enseignement"; Hettinger, die kirchl. und socialen Zustände zu Paris. — 9) Pierre de la Gorce, Histoire de la seconde republique; Histoire du second empire. — 10) Hanotaux, Hist. de la France contemporaine: Le gouvernement de M. Thiers. — 11) Baunard, Vie du cardinal Pie; Napoleão III chegou a afetar que confundia as Conferências vicentinas com agremiações políticas; proibiu a publicação do Syllabus; não impediu a corrução do teatro nem a impiedade dos escritos de Renan, Alexandre Dumas, Eugênio Sue e outros. — 12) Zevort, Hist. de la troisième république; Lecanuet, l'Eglise de France sous la troisième république; De Meaux, Souvenirs politiques. — 13 Georges Goyau, l'Ecole d'aujourd'hui. — 14) Paschini, Lezioni di Storia eccl. III, cap. X. — 15) Vários dentre êles eram franciscanos, dispostos a suportar a penúria. — 16) Alsácia e Lorena. — 17) A. Ottaviani, Institutiones juris publici eccles. Rom. vol. II. — 18) Paschini, l. c. III, cap. XI.

§ 224. Alemanha hodierna.

A Alemanha não podia manter por muito tempo o Kulturkampf: "violenta non durant." Em fevereiro de 1890 o Reichstag votou a isenção de serviço militar ativo, em favor do clero católico, e no mês seguinte Bismarck foi demitido por Guilherme II. Mais um mês, e o Conselho Federal ab-rogou as leis de exílio.

Foram pagas as contribuições retidas (1891). Aos poucos as Ordens religiosas reingressaram no apostolado antigo, sendo que os jesuítas não tiveram logo licença oficial de reabrir casas em território alemão. [1]

Em 1893 Guilherme II da Prússia visitou Leão XIII pela segunda vez, obtendo longa audiência secreta.

Pio X teve que protestar enèrgicamente contra os católicos alemães que interpretaram mal sua encíclica "Editae saepe" (1910) na comemoração do centenário de S. Carlos Borromeu.

Pretendendo certo movimento anti-clerical (los von Rom-Bewegung) [2] reconstituir a união de todos os estados alemães, pretextou encontrar no catolicismo algum obstáculo.

Os protestantes auxiliaram êsse movimento político nacionalista, porém o zêlo dos Bispos e do clero secular e regular não permitiu que tal movimento causasse maiores danos à Igreja, senão que tal ocasião estimulou o aperfeiçoamento de organizações e atividades religiosas.

Os anti-clericais que, em 1919, formaram o govêrno da República Alemã, esforçaram-se por impedir a influência da Igreja na vida pública. Mas no mesmo ano a constituição de Weimar mudou tal orientação.

Bento XV, em 1921, reergueu a diocese de Meissen, na Saxônia. A concordata com a Baviera (1924) não alterou a divisão eclesiástica daquele território. Entre a Prússia e a S. Sé foi concluído um acôrdo (1929), que permitiu criar as dioceses de Berlim e de Aachen (Aix-la-Chapelle), ficando assim o território prussiano com três arcebispados, mais nove bispados, que completam um número de 24 dioceses alemãs.

Reatadas as relações diplomáticas com a S. Sé, a Alemanha recebeu o primeiro núncio apostólico na pessoa de Mons. Eugênio Pacelli, hoje Pio XII.

A formação do partido nazista, chefiado por Adolfo Hitler, provocou desconfianças no episcopado e no Centro Católico, todos prontos a opôr-lhe a máxima resistência moral.

Conseguindo ser admitido como primeiro ministro, nos últimos anos do presidente Hindenburg, esmagou Hitler os comunistas e expulsou os judeus. Para ganhar as boas graças dos católicos, tomou para chanceler o católico von Papen. Deixando êste suas atividades do "Centro", verdadeiro promotor das legítimas reivindicações católicas, traiu, quiçá ingênuamente, os interêsses do mesmo, pois o extinguiu, afiançando que a concordata a firmar-se com a S. Sé supria vantajosamente o papel do Centro Católico na Alemanha.

De fato, o núncio Pacelli assinou com o chanceler von Papen uma concordata, aliás bem elaborada, mas com lacunas de finalidade suspeita. Da alegria dos católicos pela assinatura da concordata zombavam os jornais nazistas, apresentando-a como uma capitulação do S. Padre.

Já no fim de 1933 Pio XI percebeu as nuvens que se acumulavam no horizonte religioso da Alemanha.

Ao mais cínico desrespeito que pela concordata têm mostrado Hitler com seus auxiliares, Rosenberg, Ribbentrop e os demais, juntaram às teorias nazistas a prática da esterilização obrigatória para desenvolver o racismo apurado. Estabeleceu-se o mais abjeto neo-paganismo, a escola única e a formação obrigatória da juventude no hitlerismo. Foi declarada a incompatibilidade entre a Ação Católica e o nazismo. O govêrno suspendeu a imprensa católica, infamou os sacerdotes e religiosos com processos aviltantes que os levaram ao cárcere ou aos campos de concentração.

Apossar-se de conventos e profanar templos é tão lícito como tudo o mais que possa servir ao engrandecimento do Estado.

O episcopado, entretanto, cônscio de sua responsabilidade, não tem cessado de protestar. Na visita que Hitler fêz a Roma, não obteve audiência de Pio XI.

Por ocasião do conclave que elegeu Pio XII (ex-núncio Pacelli), Hitler fêz ameaças indiretas que não foram levadas em conta. Pio XII, que tem sofrido tantas mágoas do govêrno alemão, fêz sérias advertências ao ministro Ribbentrop, quando em Roma, antes da guerra de 1939.

1) Já antes da "Conflagração européia" (1914-1918), os jesuítas tinham estações missionárias na Alemanha inteira, mas só depois da "Grande Guerra" é que lhes foi conferida a existência legal no país. — 2) O movimento "los von Rom" foi iniciado em 1897 e se estendia à Áustria e Boêmia.

§ 225. O catolicismo nos Países Baixos. [1]

A Bélgica, que sacudira o jugo josefista da Áustria, foi unida à Holanda, no Congresso de Viena (1815).

O rei Guilherme I de Orange-Nassau deu-lhe uma constituição, mas a onímoda preponderância da Holanda tratava a nação irmã como terra de conquista, apesar de mais intensa a população desta, o que dava ao território dois têrços de católicos.

Para ver se a Holanda respeitava os direitos religiosos dos belgas, e daí talvez os direitos civis também, a S. Sé procurou uma concordata que chegou a ser assinada em 1827, mas nunca foi executada. Em 1830, a Bélgica, aproveitando a efervescência de

espírito na Europa, emancipou-se e tomou por rei Leopoldo I de Coburgo.

Ressurgiu a vida religiosa. Os liberais deram ocasião a muitas lutas, porém os católicos belgas souberam conquistar a maioria no Parlamento, de modo a fazer valer seus legítimos intentos. O grande número de operários favorecia a aceitação e desenvolvimento do socialismo. Ora, a Igreja se interessou pela questão proletária, dando à classe as merecidas atenções. Hoje a grandiosa obra operária do cônego Cardijn se tornou de projeção mundial.

A Holanda, contendo dois quintos de católicos na população, não os tomara em consideração, principalmente depois de separada a Bélgica. Religiosamente era um país de missões, sem jerarquia formada, mas sob a direção dum internúncio em Haya.

Em 1840, no govêrno de Guilherme II, foram criados os vicariatos apostólicos de Bois-le-Duc, Brabante e Limburgo. Os protestantes, que tanto haviam reclamado contra a ereção dos vicariatos, tornaram-se mais moderados após as revoluções de 1848, de modo que em 1853 Pio XI pôde restabelecer a jerarquia com o arcebispado em Utrecht. As fracas reações protestantes já não impediram o concílio provincial em Bois-le-Duc, nem os sínodos diocesanos.

O ressurgimento católico na Holanda é um fato maravilhoso, já pelo número e qualidade do clero, já pelas vocações religiosas e missionárias de primeira ordem, já pela firmeza dos princípios dos católicos e sua formação intelectual e moral.

1) P. Albers, S. J., Geschiedenis van het herstel der Hierarchie in de Nederlanden; De Gerlache, Histoire du Royaume des Pays-Bas; Terlinden, Guillaume I, roi des Pays-Bas, et l'Eglise catholique en Belgique.

§ 226. Grã-Bretanha religiosa.[1]

I. Embora mitigada, a condição dos católicos ingleses era bem dura ainda no século XVIII, por não se haver modificado a legislação contra êles.

No govêrno de Jorge III foram admitidos os católicos nos corpos de exército, para tomarem parte na guerra da América (1788). Êste início de emancipação se ampliou em 1791, com a abolição de muitíssimas leis penais.

O clero inglês, que tinha seminários, colégios e conventos na França e nos Países-Baixos, constrangidos pela Revolução Francesa a abandonar seus estabelecimentos, regressou à pátria, já tolerante, e até recebeu em suas novas residências o clero francês expatriado.

Outro fator que fêz aumentar a simpatia dos inglêses para o catolicismo foi a resistência de Pio VII a Napoleão.

Notou-se então na Universidade de Oxford a preponderância religiosa regeneradora, contra a forte corrente de cepticismo.

Alguns professôres anglicanos, com João Henrique Newman à frente (1833), se entregaram a breves publicações teológicas, com exposições doutrinárias cada vez mais aproximadas do dogma católico. [2]

Newman converteu-se, foi estudar teologia em Roma, donde voltou como sacerdote, acompanhado de padres oratorianos, que se estabeleceram em Londres e em Birmingham (1847).

Em 1840 havia aportado em Londres, como vigário apostólico, o futuro Cardeal Wiseman, cuja ação e escritos prepararam o restabelecimento da hierarquia católica na Inglaterra.

Pio IX (1850) o escolheu para primeiro Arcebispo de Westminster, dando-lhe 12 sufragâneos. Wiseman convocou concílios nacionais em 1852, 55, e 59.

Morreu Cardeal em 1875. Pio IX nomeou Cardeal o grande convertido Henrique Manning. Leão XIII fêz o mesmo a Newman.

O mesmo Papa, na bula "Apostolicae Curae" (1896), declarou inválidas as ordenações anglicanas. [3]

Em 1928 a Inglaterra contava os quatro arcebispados de Westminster, Birmingham, Liverpool e Cardiff, com 15 bispados.

Os religiosos, de ambos os sexos, se tornaram numerosos e trabalham com grande atividade em todos os setôres da vida católica do país.

São numerosas as conversões na Inglaterra, e existe um grande movimento protestante em favor da união com Roma.

Foi tão grande a imparcialidade da rainha Vitória, em assuntos religiosos, que se julgou estar ela convertida, secretamente, ao catolicismo.

Eduardo VII suprimiu do cerimonial da coroação dos reis tudo quanto pudesse ofender aos católicos.[4] Em 1908 Londres assistiu entusiasmada ao congresso eucarístico, que reuniu muitos Cardeais e centenas de Bispos. De 1920 para cá se tem intensificado o movimento de conversões.

II. A Escócia deixou de perseguir os católicos desde a época de Napoleão. Em 1800 tinha só três Bispos missionários e 40 sacerdotes, para um reduzido grupo de católicos, que em 1827 já eram 70 mil, graças às muitas conversões e à imigração irlandesa.

O primeiro Bill de emancipação religiosa (1829) permitiu aos católicos a ocupação de cargos públicos. Em 1832 erigiu o primeiro convento de religiosas, cuja dedicação fazia pasmar

tôda Edimburgo. Os Cardeais Newman e Manning prepararam o restabelecimento da hierarquia na Escócia, de modo que Leão XIII pôde imediatamente criar os arcebispados de Edimburgo e Glasgow e quatro bispados (1878). A Escócia, que já conta mais de 500.000 católicos, acompanha em tudo o movimento religioso da Inglaterra.

III. A Irlanda começou a respirar desembaraçada de perseguição no reinado de Jorge III, que lhe concedeu o direito de voto ativo (1792).

O ministro Pitt entravou a marcha da emancipação irlandesa, que só pôde avançar quando Daniel O'Connell, chefiando os católicos, alcançou um lugar no Parlamento, onde já durante século e meio nenhum católico se assentara.

Desde então foi a Irlanda reavendo todos os seus direitos, mesmo quando O'Connell estêve prêso e depois de sua morte (1847) [5], pois O'Brien continuou a luta.

A Universidade católica de Dublin, a imprensa e o ensino bem dirigidos têm levantado muito o nível intelectual e moral do povo. Em 1932 realizou-se o Congresso Eucarístico Internacional de Dublin.

1) Thureau-Dangin, La Renaissance catholique en Angleterre au XIXe. siècle; J. Blutzer, Die Katholikenemancipation in Grossbrittanien und Irland; W. Church, The Oxford movement, Twelve years; A. B. Donaldsen, Five great Oxford leaders; Amherst, History of catholic emancipation and the progress of the catholic church in the British Islands; Bellesheim, Gesch. der Kath. Kirche in Island. — 2) Pusey, companheiro de Newmann, não tirou a última conclusão de suas pesquisas teológicas. Entendia que a Igreja inglesa não devia estar sujeita a Roma. — 3) Thureau-Dangin, La renaissance catholique en Angleterre au XIXe. siècle, Paris, 1899. — 4) Paschini, Lezioni di Storia Ecclesiastica, vol. III, cap. VIII. — 5) O'Connell morreu em Gênova, de viagem para Roma.

§ 227. A religião na Escandinávia atual. [1]

O século XIX trouxe ao catolicismo na Escandinávia algum progresso, ocasionado pela abolição das leis opressoras.

A Dinamarca foi a primeira a ab-rogar a legislação vexatória, concedendo a liberdade de cultos em 1849. Criou-se o bispado de Copenhague que hoje conta mais de 5.000 católicos.

Mais custou à Suécia admitir outro culto que não o protestante. Mas, enfim, certa liberdade foi concedida aos católicos em 1873. O bispado de Estocolmo conta cêrca de 1.500 católicos. Embora mais liberal, a Noruega só em 1873 concedeu ao catolicismo relativos direitos e garantias, contanto que lá não penetrassem os jesuítas. E', como os dois outros, terra de missões.

1) Gams, Hist. de la Ing. en el sig. XIX.

§ 228. A Europa oriental e o catolicismo. [1]

A Rússia, religiosamente governada pelo Santo Sínodo (desde 1727), isto é, indiretamente pelo próprio czar, não admitia outra religião que a ortodoxa.

Quando a Polônia, após a tríplice divisão (1772, 1793 e 1795), aumentou o território russo, Catarina II da Rússia não respeitou os direitos de consciência religiosa dos polacos: simplesmente incorporou os Rutenos à Igreja Russa, e aos de rito latino impôs a formação de uma igreja nacional separada de Roma.

As opressões religiosas levaram os polacos a duas sublevações malogradas (1830 e 1863).

Momentâneamente concederam-lhes algum alívio os czares Paulo I (1796-1801), e Alexandre I (1801-1825), tratando-os com mais justiça. Mas Nicolau I (1825 a 1855) e Alexandre II (1855-1881) adotaram os princípios de Catarina II, apesar das combinações de Nicolau I, quando visitou o Papa Gregório XVI (1845). O novo acôrdo celebrado por Alexandre III em 1882 não trouxe vantagens ao catolicismo na Rússia.

Só derrotada pelo Japão (1905) é que a Rússia relaxou a obrigação de se educarem na religião ortodoxa os filhos de casamentos mistos, aboliu os castigos aos convertidos e a quem lhes administrasse sacramentos, e outras limitações da liberdade religiosa. — Muitos voltaram então ao catolicismo.

Mas, depois da guerra européia, as condições religiosas pioraram horrìvelmente na Rússia. A própria igreja ortodoxa que, em 1917, após a queda do czarismo, restabelecera o patriarcado abolido por Pedro o Grande, se viu combatida pelo govêrno bolchevista orientado por Lenine e Trotsky. Os sovietes toleraram as várias seitas novas e seus sínodos, para que se destruissem mùtuamente e então êles conseguiriam sua finalidade: apagar do coração do povo todo vestígio de religião.

Assim, não é para admirar que a Igreja latina partilhasse das perseguições contra a igreja russa, mas até as sofresse em maior escala.

Numerosas vítimas foram sacrificadas: ilustres prelados, centenas de eclesiásticos, fiéis sem conta.

A paternal solicitude de Pio XI, desde 1922, empenhou todos os esforços para minorar a tremenda sorte da igreja russa, não menos que a da latina, sendo radicalmente desprezada sua intervenção junto ao govêrno soviético.

Nem por isso deixou de socorrer aos famintos russos até 1929.

No ano seguinte lançou veemente protesto contra as barbaridades bolchevistas; mas ainda sem resultado. Os desvelos da S. Sé chegaram ao ponto de criar em Roma um seminário russo e uma comissão especial para atender às necessidades religiosas da Rússia. Continua, entretanto, a mais cruel perseguição.

Na reconstituição da Polônia (1918), mesmo antes de terminar a guerra mundial, o S. Padre Bento XV enviou como delegado apostólico Mons. Achilles Ratti, futuro Pio XI.

Em 1925, a nova república celebrava uma concordata com a S. Sé, para garantir as relações diplomáticas, a liberdade dos ritos, a divisão eclesiástica, o ensino religioso obrigatório nas escolas, etc. A invasão nazista alemã estragou quanto pôde o catolicismo na Polônia (1940).

A Lituânia seguiu o exemplo da Polônia em 1927.

A república da Tcheco-Slováquia, formada pela Boêmia, Slováquia e Morávia, após a conflagração européia, conservou os antigos bispados, e, principalmente, estreitou as relações com a S. Sé.

Não obstante, a legislação civil posterior atingiu assuntos eclesiásticos e feriu direitos da Igreja na administração de seus bens, na indissolubilidade matrimonial, e noutros. Os protestantes da Boêmia, que antes culpavam a Igreja de os manter sob o jugo da Áustria, trabalhavam com o clero católico decadente contra os interêsses da religião.

Chegaram a iniciar um cisma, com numerosas reformas, entre as quais a abolição do celibato eclesiástico. Em 1920, o govêrno reconheceu oficialmente a Igreja Nacional Boêmia, que reuniu um sínodo em 1924 com mais de trezentos legados, e formulou seu ridículo credo em 1928.

A S. Sé retirou de Praga seu núncio (1925), quando o govêrno solene e oficialmente celebrou João Huss como herói nacional.

Apesar da má vontade do ministro Benes, a S. Sé alcançou do govêrno tcheco um "modus vivendi", segundo o qual os bens eclesiásticos sequestrados são administrados pela Igreja, e o Papa nomeia os Bispos com notícia prévia ao govêrno; mas não se admitem provinciais religiosos estrangeiros. E' o regime atual, porém sempre de caráter provisório.

O novo reino de Iugo-Slávia (Sérvia, Croácia, Eslovênia, Dalmácia, Bósnia, Herzegóvina e Montenegro) manteve as antigas circunscrições eclesiásticas, sendo Belgrado elevada a Sé Metropolitana em 1924. As relações com a S. Sé, em vez de seguirem a concordata de 1886 com o Montenegro, ressentiram-

se da influência sérvio-cismática, principalmente no ensino religioso.

Elementos ultra-nacionalistas do clero católico apostataram para formar duas igrejas nacionais, nos moldes habituais: divórcio para os leigos, casamento para os clérigos, língua vernácula na liturgia, Bispos independentes do Papa, etc. Mas nada disso atingiu as altas camadas dos católicos.

A Rumânia, aumentada, após a guerra européia, da Transilvânia e da Bucovina, cresceu em população católica, e deu os primeiros passos para uma concordata com a S. Sé (1920), mas a assinou em 1927, firmando a liberdade de culto para os católicos de todos os ritos, formação de um patrimônio sacro, criação de seminários, personalidade jurídica para Ordens religiosas, instrução religiosa nas escolas oficiais.

1) Apollinaris, Commentarium juridico-canonicum: Racolta di concordati; Orientalia christiana III.

§ 229. A religião na Suíça.[1]

O congresso de Viena (1815) concedeu à república Suíça constituir-se de vinte cantões, reincorporando assim no seu território o cantão de Genebra, que, de calvinista que fôra durante séculos, voltara ao catolicismo, quando governado pela França, depois de evangelizado por S. Francisco de Sales.

O tratado federal de 1815 reconheceu igualdade de direitos civis a tôdas as confissões religiosas, mas as instituições católicas, passando à direta garantia da Confederação, sofreram as conseqüências da administração secular.

A luta contra a Igreja começou abertamente em 1830 sob a orientação de protestantes e de liberais radicais, que pretendiam limitar a ação dos Bispos e suprimir as casas religiosas.

Os 14 artigos de Baden (1834), que submetiam a Igreja ao Estado, ocasionaram a desordem no país: exultaram os cantões protestantes e os numerosos radicais de todos os cantões, enquanto os católicos formaram uma confederação à parte (Sonderbund), o que deu origem a uma guerra (1847) prejudicial aos católicos, que viram supressos os mosteiros, fechados os seminários e expulsos os Bispos. No pontificado de Leão XIII é que os Bispos conseguiram retomar a livre administração de suas dioceses. Em 1907 Genebra decretou a separação entre a Igreja e o Estado, apesar dos esforços do calvinismo por conservar sua igreja nacional.[2]

1) Rolfus-Sickinger, Hist. ecl. en série cronológica; Rheinwald, Acta hist. ecl. saec. XIX (1835-37) Kath. Schweitzer Blaetter, 1885. — 2) G. Goyau, Une Ville-Englise, Genève, Paris, 1919, II, pág. 186.

§ 230. A Igreja na Itália.[1]

Após as conquistas de Napoleão, o Piemonte foi anexado à França, e, participando das mesmas condições religiosas, reduziu a oito os dezesseis bispados (1810).

Ainda sob o guante napoleônico, a Lombardia, os Estados Venezianos e Pontifícios formaram a república italiana, e mais tarde o reino italiano, que adotou os artigos orgânicos da França. Também foi incorporada à França a Toscana e o patrimônio de S. Pedro. Em Nápoles tudo governava José Bonaparte, depois substituido por Murat. Apenas a Sardenha e a Sicília podiam dizer-se realmente livres.

Entretanto, por tôda a Itália se alastravam as sociedades secretas: nas províncias do norte a maçonaria, por meio dos oficiais do exército e dos empregados públicos; no sul e no centro, a carbonaria e outras seitas ocultas, entre as quais a "Giovane Itália", de José Mazzini (1831).

As potências européias, assustadas com tal situação, celebravam assembléias internacionais para evitar uma catástrofe. A tendência de unificar a Itália, aproveitada pelo sectarismo, tinha defensores também no campo católico (Rosmini, Manzoni).

As nuvens revolucionárias se encastelaram até 1830, início do pontificado de Gregório XVI, camaldulense douto em assuntos religiosos, mas não nos políticos. Concedeu certas reformas, com a intervenção da Áustria e da França, e morreu em vésperas de grande revolução (1846), que, embora gorada, deixou vivíssimas raízes.

Felizmente, os dotes físicos e morais do novo Pontífice Pio IX (1846) conciliaram imediatamente a popularidade, máxime por ocasião da anistia e da nova constituição, que em 1848 promulgou, à imitação dos reis de Nápoles e Piemonte.

Entretanto, a inexperiência de todos, nessa ordem de idéias, nem pôde impedir as conseqüências das revoluções rebentadas em Paris e Viena (1848), nem opôs barreiras, em Roma, à entrada de todos os elementos avançados das províncias. A situação de Pio IX se tornou insustentável em Roma, quando se recusou a declarar guerra à Áustria, a fim de facilitar a unificação da Itália.

Fugindo Pio IX para Gaeta, Mazzini proclamou a república romana (1849), que o exército francês suplantou, para reintegrar o Pontífice em seus direitos (1850).

Em represália, quase ao mesmo tempo, a Áustria, ocupando Venécia e Lombardia, levou Carlos Alberto, rei do Piemonte, a abdicar em favor de seu filho Vitor Manuel II, após a vitória ganha por Radeszki em Novara (1849).

O Piemonte já em 1848 expulsara os jesuítas e havia proclamado leis contrárias ao ensino religioso nas escolas e ao direito eclesiástico de asilo.

A prisão dos Arcebispos Fransoni e Varesini, bem como a supressão das Ordens religiosas provocou protestos de Pio IX contra tôdas essas manobras anti-católicas, movidas pelo ministro Camilo Cavour.

Piorou a situação religiosa na Itália após a guerra (1859) entre a França e a Áustria, potências que equilibravam a política na península.

Napoleão III, vencendo os austríacos em Montebello e Magenta, entrou em Milão com Vítor Manuel, enquanto José Garibaldi tomava Bérgamo às fôrças austríacas. Todavia, por receio dos alemães, que prometiam auxílio à Áustria, Napoleão pediu uma entrevista com o imperador Francisco José da Áustria, e em Vila Franca determinaram a Confederação Italiana, a criar-se sob a presidência honorária do Papa. Desde então se uniram ao Piemonte a Lombardia, a Toscana, Módena, Parma e outros territórios, instigados secretamente por Vítor Manuel.

Para anexarem a Sicília (1860), os rebeldes da liga pro-Itália una recorreram a Garibaldi, enquanto Vítor Manuel, a pretexto de restabelecer a ordem em Nápoles, invadia os Estados Pontifícios. Na batalha de Castelfidardo, o general Cialdini desbaratou Pimodan e os Pontifícios (1860), e semanas depois era aprisionado Lamoricière, general em chefe das fôrças papais.

Estava constituída a unidade italiana, faltando incorporar só Venécia e o Patrimônio de S. Pedro.

Em março de 1861 o primeiro Parlamento italiano proclamou Vítor Manuel rei da Itália, título reconhecido por todos, paulatinamente, menos por Pio IX.

Aos brados de "Roma ou Morte", Garibaldi pretendeu anexar ao reino o território pontifício. A política de Vítor Manuel o deteve como imprudente e precipitado.

Tratados posteriores entregavam Venécia ao rei da Itália, e desde então Garibaldi desferia seus golpes sôbre Roma, defendida apenas pelos zuavos pontifícios e os romanos fiéis ao Papa.

Napoleão III, em guerra com a Prússia, chemou de Civitá-Vecchia todos os seus soldados, pretextando dever opô-los aos alemães.[2] A verdade é que, para obter o apôio da Itália, prometera deixar livre aos garibaldinos a passagem para Piemonte.

Derrotado Napoleão III, os italianos obtiveram da Prússia licença para ocupar Roma, o que alcançaram com a brecha da Porta Pia, apesar da bravura dos zuavos (20 set. 1870).

Foi ocupado para utilidade do Estado o palácio do Quirinal e grande parte dos conventos. O Parlamento decretou leis de garantia relativamente ao S. Padre e às suas funções, já que era necessário resguardar as aparências de respeito ao catolicismo.

O novo estado de coisas, maquiavelicamente disfarçado por uma legislação imposta à Igreja espoliada, levou o Papa a se considerar prisioneiro e a lançar a excomunhão contra os usurpadores.

Vitor Manuel morreu repentinamente em aflitivas condições [3], deixando o reino a seu filho Umberto I.

O papado nada perdeu de seu prestígio, tão bem representado se viu nos sucessores de Pio IX.

A Itália continuou vítima das maquinações de sociedades secretas, mesmo durante e após a guerra européia.

A situação religiosa permanecia a mesma: povo católico, govêrno hostil, e a Igreja esbulhada, até que os fascistas, guiados por Benito Mussolini, revolucionaram tôda a política e administração. Embora de princípios socialistas, o chefe do fascismo reconheceu o valor do papado, e em seus inteligentes planos não desprezou seu concurso. E' verdade que mais de uma vez pretendeu lesar direitos da Igreja, quanto à educação da juventude e outros assuntos sociais. Respeitava, porém, em geral, os protestos da S. Sé e sabia recuar hàbilmente em meio a situações delicadas.

Permanecia, porém, de pé, a chamada "Questão Romana". Aos 11 de fevereiro de 1929, Benito Mussolini, como plenipotenciário do rei Vítor Manuel III, e o Cardeal Pedro Gasparri, Secretário de Estado de Pio XI, assinaram no Palácio Apostólico o "Pacto Lateranense", tratado político em que a Itália restituiu à Igreja pequena parte do antigo território pontifício e resolveu os demais assuntos ligados aos acontecimentos de 1870.

"A Cidade do Vaticano, assim criada, não é território nacional nem internacional, mas supra-nacional", segundo a expressão de Pio XI.

1) M. Rosi, Il popolo italiano negli ultimi due secole, Roma, 1924; C. Calisse, Diritto Ecclesiastico, Firenze; Margotti, Vittorie della Chiesa; Gams, Geschichte de Kirche Christi; Vehring, Archiv für Kathol. K. R. III. — 2) Nota Rafael Galanti: "Observaram todos que os maiores infortúnios (para a França) começaram no mesmo dia (6 de agôsto) em que as tropas francesas, partindo de Civittà Vecchia, abandonaram o Papa; Compêndio de Hist. Univ. VI ed. —

3) Cfr. Rafael Galanti, l. c. "Quiseram nesta ocasião apresentar, como de costume, uma farsa política, espalhando o boato de que o rei, gravemente enfêrmo, pedia absolvição. O Papa concedeu tôdas as faculdades e se disse que o monarca fechara os olhos reconciliado com a Igreja. Hoje, porém, consta que Vítor Manuel morreu de repente, enquanto praticava um dêsses crimes vergonhosos que foram tão freqüentes em sua vida privada."

§ 231. A Espanha católica.[1]

Desde 1713 reinaram os Bourbons, sob cujo regime se infiltrou o galicanismo e o jansenismo na Espanha. O último Bourbon, Carlos IV, abdicou em 1808, obrigado por Napoleão, cujo irmão José Bonaparte começou então a reinar. Em 1814 os espanhóis, ajudados pelos inglêses, expulsaram da Península os franceses, e reintegraram no trono o rei legítimo Fernando VII. O rei era bom e logo de início tomou louváveis medidas em benefício da Igreja.

Rodeado, porém, de maus conselheiros, e pouco firme nas convicções religiosas, violou depois certos direitos eclesiásticos. Em 1820 rebentou uma revolução que pôs em vigor a constituição de 1812, hostil à Igreja.

Recomeçaram assim as perseguições. Apaziguada a revolta pelo exército francês, enviado por Luís XVIII, novos desastres se verificaram.

Temendo não deixar sucessor varão, D. Fernando mudou a constituição em favor de sua filha Isabel, com prejuízo de seu irmão Carlos, que seria legítimo sucessor. Morreu Fernando VII, deixando o povo dividido em carlistas e cristinos (do nome Cristina, mãe de Isabel e regente da Espanha).

Com a morte de Carlos, Isabel reinou vitoriosa, mas então sucederam-se as revoluções umas às outras, sendo em tôdas espezinhada a Igreja. Sob a regência ou ditadura de Espartero, a Igreja foi igualmente perseguida. Sucedeu-lhe o bom general Narvaez, mas depois de uns anos chamaram novamente ao poder o terrível Espartero, e logo se renovou a perseguição religiosa. Voltou Narvaez ao govêrno e reatou as relações com a S. Sé: Isabel, porém, foi destronada e, durante os dois regimes seguintes, a Igreja foi novamente atacada. No reinado de Afonso XII, filho de Isabel, diminuiu em parte a perseguição. Seu filho, o rei Afonso XIII, ensinado pela triste experiência do vizinho Portugal, república de 1910, afastou do poder os elementos perigosos.

Saindo Canalejas do ministério, a Espanha muito lucrou. E a ditadura militar de Primo de Rivera teria por mais tempo evitado o comunismo que derrubou a monarquia, destronando Afonso XIII (1931).

A república mostrou-se desde logo violenta perseguidora do catolicismo. Elementos conciliadores procuraram minorar os males, introduzindo-se nas eleições. Porém todos os meios brandos e legais tornaram-se improfícuos.

Foi então que o general Francisco Franco, numa contra-revolução popular, em que a fôrça do seu exército foi auxiliada pela Itália e Alemanha contra as infiltrações do bolchevismo russo, conseguiu, após três anos de luta, derrotar por completo as tropas republicanas de Azaña e dar à Espanha um govêrno católico.

1) H. Brück, die Gesch. der Gesellschaften in Spanien und ihre Stellung zur Kirche und Staat; Gams, Gesch. der Kirche in XIX. Jahrh., III; De la Fuente, Hist. eccles. de Esp. VI; Castillo y Avensa, Hist. critica de las negociaciones con Roma des la muerte del-rey D. Fernando VII; Menendez y Pelayo, Hist. de los heterodoxos españoles III.

§ 232. Portugal renovado.

Em 1820 rebentou no Pôrto a revolução que teve por causa: a permanência de D. João VI no Rio de Janeiro, os impostos sôbre o povo e os vexames do govêrno militar entregue aos inglêses. Exigiram nessa revolução uma constituição liberal, o que D. João aceitou mesmo antes de ser elaborada. D. João era bom homem, mas estava rodeado de maus orientadores, que desejavam afastar da côrte D. Miguel, no qual viam um homem de firmeza, capaz de se opôr aos conselheiros, quando oportuno. Mandaram D. Miguel estudar em Viena, e assim lhes era mais fácil governar o pobre D. João.

Por sua morte, devia suceder-lhe no trono de Portugal D. Pedro; mas como êste era imperador do Brasil, não podia ser rei de Portugal, segundo a opinião de alguns. D. João VI já previra a dificuldade, mas não querendo resolvê-la, deixou escrito um documento, segundo o qual a regência (mesmo antes de convocar as côrtes) deveria determinar qual dos dois filhos seria rei.

Concordaram os regentes que seria D. Pedro, o qual aceitou, oferecendo a regência a D. Miguel, seu irmão, e fazendo rainha de Portugal D. Maria da Glória, sua filha, que tencionava dar como espôsa a D. Miguel.

Êste, porém, não aceitou a regência: ou tinha direito exclusivo ao trono de Portugal, e neste caso governaria independente, ou nada aceitaria da realeza.

Reuniram-se os três estados e conferiram a D. Miguel o título de rei único. Quando, em 1831, D. Pedro voltou a Portugal, ajudou os liberais a expulsar D. Miguel, o qual fugiu para Roma, e depois para a Alemanha, onde morreu.

Entretanto, reinou D. Maria da Glória sob a regência do pai.

Breve foram expulsos os jesuítas, confiscados os bens das Ordens religiosas, depostos os prelados, encarcerados Bispos e sacerdotes.

Estabelecida uma comissão para a reforma da Igreja, resolveram expulsar o núncio, confiscar os hospitais e conventos. Tão maçonizado estava o clero como o ministério e a Câmara: parecia iminente um cisma.

Morreu D. Pedro em 1834, mas a perseguição continuou. Depois da morte de D. Maria da Glória reinou seu filho D. Pedro V e depois D. Luís.

O regente Coburgo era menos mau, porém sob seu regime voltou o antigo regalismo. Como amostra da liberdade dos prelados portuguêses, basta o seguinte: numa ocasião, em que todos os Bispos foram chamados a Roma, nenhum dos portuguêses teve licença de lá aparecer. Depois de muito empenho e insistência da S. Sé, compareceram dois ao Concílio Vaticano. Entretanto, deve-se louvar que a universidade de Coimbra estivesse a favor da infalibilidade pontifícia.

D. Carlos aliviou a sorte dos católicos, mas fôi assassinado com o príncipe herdeiro Luís Filipe (1908). D. Manuel, jovem inexperiente, deixou-se guiar por ministros desleais e ímpios. A república, proclamada a 4 de outubro de 1910, começou logo pela perseguição à Igreja, expulsando as Ordens religiosas, obrigando o clero a trajar civilmente, derrubando cruzeiros e altares.

Pouco a pouco, os governos se tornaram moderados, os sacerdotes, mais zelosos, se deram à instrução do povo, e os Bispos conseguiram reformar seus seminários.

A orientação pública do ministro Oliveira Salazar, cooperando com as sábias diretrizes do Cardeal Manuel Cerejeira, elevou Portugal bem alto na ordem política, social e religiosa.

B. Desenvolvimento interior da Igreja.

I. CONSTITUIÇÃO DA IGREJA.

§ 233. Papas anteriores ao Concílio Vaticano.

Pio VII (1800-1823). O Cardeal Gregório Chiaramonti [1], eleito em dificultoso conclave reunido em Veneza (março, 1800), teve por excelente cooperador o Cardeal Consalvi, seu secretário. Restaurou a Companhia de Jesus (1814) e reorganizou os negócios eclesiásticos, muito intricados, aliás, em diversas nações.

Leão XII (1823-29), Cardeal Aníbal della Genga, experimentado na carreira diplomática, e conhecedor das dificuldades da Europa Central, com seus problemas, erros e literatura. Leão XII[2], além de financista e protetor das artes, teve o mérito de haver dado o grito de alarme contra a maçonaria[3] e as sociedades bíblicas protestantes.

Pio VIII (Castiglione) reinou só ano e meio.[4] Ocupou-se com as questões maçônicas e a sorte dos armênios em Constantinopla. Em seu pontificado emanciparam-se os católicos inglêses, e deu-se a revolução de julho na França.

Gregório XVI, ou Cardeal Mauro Capellari, camaldulense[5], teve o desgôsto de ver os preparativos das futuras rebeliões contra o papado. Reformou o código, fêz concessões razoáveis à política de então, mas não conseguiu satisfazer o famoso José Mazzini. Gregório XVI condenou várias doutrinas errôneas e perigosas, impulsionou as missões católicas, protegeu as artes e ciências, deu a púrpura cardinalícia aos sábios Ângelo Mai e Mezzofanti.[6] Aos insurretos tratou com rigor.

1) Pistolesi, Vita del Summo Pontefice Pio VII; Ginci, Storia di Pio VII. — 2) Artaud, Histoire du pape Léon XII; Roskovany, Monumenta Cath. II, 1. — 3) Ketteler, Kann ein gläubiger Christ Freimaurer sein?; Findel, Geschichte der Freimaurer; Allgemeines Handbuch der Freimaurerei. — 4) Artaud, Histoire du Pape Pie VIII. — 5) Wagner, Leben und Pontif. d. P. Gregor XVI; Sylvain, Grégoire XVI et son Pontif.; Roskovany, Roman. Pontif. V, 229; Hergenröther, der Kirchenstaat seit der franz. Revolution. — 6) Bellesheim, Cardinal Mezzofanti.

§ 234. O grande pontificado de Pio IX (1846-78).

Além da revolução contra a Santa Sé, no pontificado de Pio IX[1], ainda são dignos de menção os seguintes fatos:

1) *A definição do dogma da Imaculada Conceição:* Já desde os primeiros tempos do cristianismo era venerada a Imaculada Conceição de Maria. Os Papas aprovaram a devoção, e Sisto IV chegou a marcar-lhe uma festa especial a 8 de dezembro. Porém à piedade dos cristãos ainda não era suficiente.

Enfim, a 8 de dezembro de 1854, Pio IX, em presença de duzentos Bispos, vindos de tôdas as partes do mundo, pela bula "Ineffabilis", promulgou êsse dogma tão grato ao coração dos católicos: a Imaculada Conceição de Maria.

2) *A encíclica "Quanta cura"* e o *"Syllabus"*. Dez anos depois da promulgação do dogma da Imaculada Conceição, Pio IX publicou a encíclica "Quanta cura", na qual chama a atenção do mundo cristão para três pontos donde jorram os males que perturbam a Igreja: a) as pretensões cesarianas do govêrno em querer submeter a Igreja à autoridade civil; b) o liberalismo, que ensina dever a sociedade humana ser constituída

e governada sem religião; c) a revolução, que julga ser a lei suprema e universal ditada pela vontade do povo. Com a encíclica apareceu também o "Syllabus", que é um catálogo de refutações dos erros do panteísmo, do racionalismo e do indiferentismo, quer na exposição dos direitos da Igreja, quer na consideração da sociedade, da moral cristã, do principado civil, do Pontífice Romano, etc.

3) *O concílio do Vaticano (XX ecumênico).*[2] Em 1868 foi publicada a bula "Aeterni Patris", para convocar um concílio no Vaticano. No ano seguinte foi aberto o concílio com a presença de 747 prelados (8 de dezembro de 1869).

Foram condenados os erros dos ateístas, dos panteístas, do naturalismo e do tradicionalismo; foi definido o dogma da infalibilidade pontifícia.

Reduzidíssimo foi o número dos Bispos contrários à declaração dêsse dogma. Demorados estudos e debates mostraram a conveniência da definição, o que se fêz a 18 de julho de 1870, na IV sessão solene.

Todos os prelados aceitaram o dogma definido, apesar das intrigas que forjara contra o concílio a medrosa ou maliciosa diplomacia, com o príncipe Hohenlohe da Baviera à frente, e o escritor Döllinger e muitos outros.

Pela declaração da guerra entre a França e a Prússia (19 de julho), o concílio foi interrompido. E até hoje está suspenso.

1) Riancey, Recueil des actes de Pie IX; Rutjes, Leben, Wirken u. Leiden Seiner Heiligheit des Papstkönigs Pius IX; Hülskamp, Pie IX, sa vie et les actes de son Pontificat. — 2) Mgr. Martin, die Arbeiten des Vatic. Conc.; Cecconi, Storia della constituzione generale della Chiesa, etc.; Olivier, l'Eglise et l'Etat au concile du Vatican; Ferzler, d. Vatic. Concil, dessen auszere Bedeutung und innerer Verlauf.

§ 235. Pontífices posteriores ao Concílio.

Leão XIII (Cardeal Joaquim Pecci)[1], governou a Igreja de 1878 até 1903. Conservou-se prisioneiro, protestando sempre contra a usurpação dos Estados Pontifícios. Propôs soluções cristãs para a questão social; defendeu a santidade do matrimônio e a inviolabilidade dos direitos de propriedade. Melhorou a situação religiosa na Alemanha e reatou as relações diplomáticas com a Inglaterra e a Bélgica. Restabeleceu a hierarquia eclesiástica na Escócia. Aos soberanos lembrou direitos e deveres, mostrando-lhes a necessidade de governar segundo constituições políticas baseadas no cristianismo. Se não aceitou

ser árbitro na questão das ilhas Carolinas, entre a Alemanha e a Espanha, contudo serviu de intermediário, adjudicando-as à Espanha, mediante algumas retribuições à Alemanha. Combateu o falso liberalismo, a escravatura e as sociedades secretas. A cristandade, por ocasião do áureo jubileu de episcopado (1893), de tal maneira manifestou sua estima e entusiasmo por Leão XIII, que parecia declarar ao rei Umberto a pouca durabilidade do seu trono na Itália.

Pio X (Cardeal José Sarto) [2], regeu os destinos da cristandade de 1903 a 1914, unindo a uma paternal bondade indomável energia. Embora se considerasse prisioneiro como os dois predecessores, em certos casos dispensou do "Non expedit" os católicos que precisassem participar das eleições políticas. Denunciando ao mundo a incongruência da visita do presidente da França ao rei da Itália, o que significava ao menos a espoliação sofrida pela Igreja, teve o desgôsto de ver rompidas as relações com a França, com um cortejo de dificuldades decorrentes de tal ato. Para renovar tudo em Cristo, promulgou decretos que favoreceram a comunhão das crianças, bem como a freqüência de todos ao banquete eucarístico. Assim como encorajou os cientistas na pesquisa de resultados certos, dos quais nada têm a temer as doutrinas reveladas, com o mesmo empenho condenou os erros modernistas. [3] Modificou a Cúria Romana, criou o Instituto Bíblico, codificou o direito canônico, ordenou a revisão da Vulgata e reformou o breviário e o missal. Faleceu ao iniciar-se a terrível conflagração européia, que em vão tentou conjurar. E' tido na conta de santo.

Bento XV (Cardeal Giacomo della Chiesa, 1914-22). Seu trabalhoso pontificado absorveu todo o período da conflagração européia e de suas terríveis conseqüências. Empregou seus talentos e experiência na diplomacia, a serviço da religião e da caridade, em impedir represálias cruéis, aliviar feridos e enfermos nos diversos campos, em conseguir troca de prisioneiros, apesar da má vontade dos vários governantes. No inexequível tratado de Versailes e na ridícula e inócua Liga das Nações não foi admitido o Soberano Pontífice, mas a Turquia maometana ergueu um monumento ao benemérito Bento XV. Em seu pontificado se promulgou o Codex Juris Canonici, para cuja autêntica interpretação Bento XV instituiu uma comissão de Cardeais. [4]

Pio XI (Cardeal Aquiles Ratti, 1922-39). Nos 17 anos de pontificado canonizou 34 santos, criou 58 Cardeais, realizou 18

concordatas, escreveu mais de 30 encíclicas e outros documentos apostólicos. Criou a Comissão de Socorros à Rússia, ocupou-se com a questão operária, combateu o comunismo ateu e materialista. Seus maiores cuidados visavam o campo missionário, a formação do clero e a Ação Católica. Acolheu benignamente os israelitas perseguidos na Alemanha e na Itália. Por meio de seus núncios procurou uma solução pacífica para a questão do Chaco, a fim de pôr têrmo à guerra entre Bolívia e Paraguai. Na perseguição religiosa movida pelo govêrno mexicano, tudo empreendeu para minorar a tensão de ânimos e resolver a aflitíssima situação. A política fascista na Itália de tal modo reconheceu a grandeza de Pio XI e o valor moral do papado, que determinou solucionar a Questão Romana, criando a Cidade do Vaticano com território independente e entregue ao Soberano Pontífice. Ofereceu sua vida em holocausto, para evitar uma iminente guerra européia.

Pio XII (Cardeal Eugênio Pacelli). Eleito em março de 1939, teve de apelar para os governos no intuito de pacificar a Europa. Apesar da grande cultura, piedade e experiência na carreira diplomática, se viu impotente ante a catástrofe que se desencadeou em setembro de 1939.

1) O'Reilly-Weinand, Leo XIII; Pasquale de Franciscis, Discorsi del Sommo Pontefice Leone XIII; Vehring, Archiv für Kath. Recht. — 2) A. Hoch, Papst Pius X, ein Bild kirchlicher Reformtätigkeit; Marchesan, Papst Pius X. — 3) Lebreton, L'encyclique Pascendi et le modernisme. — 4) Paschini, Lezioni di Storia Eccles. III, c. XI.

§ 236. Ordens e congregações religiosas.[1]

No século XIX e XX a Igreja mostrou a mesma pujança de sempre, quer na criação de novos institutos religiosos, quer na canonização dos santos.

Em 1814 reapareceu a Companhia de Jesus, restaurada por Pio VII. Se para essa Ordem restauração não significa reforma, outras houve que se transformaram, como a dos trapistas (1892), que são nada mais que cistercienses reformados.

As principais fundações do século XIX são:

A Congregação de Picpus ou dos Sagrados Corações, instituída em Paris pelo Padre José Maria Coudrin (1801) e aprovada por Pio VII. Entregaram-se a missões na América do Sul e na Oceânia.

Os Oblatos de Maria Imaculada, fundados por Eugênio Mazenod, depois Bispo de Marselha (1816). Evangelizam o norte da América.

No mesmo ano de 1816 foram fundados os Padres Maristas ou sacerdotes de Maria pelo Abade Colin, os quais receberam aprovação oficial em 1836. Dirigem colégios e seminários, e também missões na Oceânia.

A Congregação dos Assuncionistas, criada por Mons. d'Alzon, vigário geral de Nimes (1840), recebeu de Leão XIII o encargo de trabalhar pela união das Igrejas Orientais.

Os padres das missões africanas, que se dedicam exclusivamente à evangelização dos negros, têm por fundador Mons. Brèsillac, vigário apostólico de Coimbatour.

Em 1848 fundiu-se numa só a Congregação de Missionários do Espírito Santo com a do Imaculado Coração de Maria.

O Cardeal Vaughan criou, em 1866, a Associação dos Missionários de Mill-Hill, para se dedicarem aos pagãos mais abandonados. Grande número de holandeses têm entrado nessa Congregação.

Os Missionários do Verbo Divino foram instituídos pelo Padre Arnaldo Jansen, em Steyl (Holanda), no ano de 1875.

Os salesianos, filhos de S. João Bosco, iniciando sua existência em Turim em 1855, hoje, numerosíssimos, trabalham no mundo inteiro.

Os irmãos maristas, dedicados à instrução da juventude, foram instituídos pelo Padre Marcelino Champagnat, em 1817.

A Associação das Damas do Sagrado Coração, fundadas (1800) por Santa Madalena Sofia Barat, dedicam-se à educação de moças da alta sociedade.

De 1819 datam as Irmãs de S. José (Cluny).

Em Angers (1829) surge a Congregação do Bom Pastor, para pessoas decaídas, fundada por Santa Maria Eufrásia Pelletier.

As Pequenas Irmãs dos Pobres foram instituídas em 1840.

As Franciscanas Hospitaleiras Portuguêsas devem sua existência ao Padre Raimundo dos Anjos Beirão (Lisboa, 1871). São numerosas e dedicadas.

As Filhas do Amor Divino, Congregação fundada em Viena pela madre Francisca Lechner (1868), dedicam-se à educação de meninas, aos pobres e doentes, e a todo gênero de caridade.

A Congregação das Irmãs da Divina Providência, fundada pelo Padre Eduardo Michelis na Alemanha (Münster, 1842), benemérita como as precedentes.

1) Otto Braunsberger, Rückblick auf das Katholische Ordenswesen in XIX Jahrh.; E. Keller, Les Congrégations religieuses en France; Egremont, L'année de L'Eglise.

II. DESENVOLVIMENTO DA DOUTRINA.

1) CIÊNCIAS ECLESIÁSTICAS.

§ 237. Estudos teológicos do século XIX.

O começo do século XIX, herdeiro do racionalismo, jansenismo, galicanismo, tendências deístas, josefismo, filosofismo e revolução francesa, não podia ser favorável às ciências eclesiásticas. Nas universidades alemãs se professava a filosofia de Kant, Schelling e Hegel. Os demais países sofreram as mesmas conseqüências.

Só pouco a pouco os estudos católicos puderam desenvolver-se, conseguindo elevar-se a bem alto nível só à custa de aproveitar as mais pequeninas condições favoráveis. Para isso concorreram o concílio do Vaticano e os congressos internacionais de cientistas católicos.[1]

Os estudos bíblicos[2] desenvolveram-se, graças ao avanço das ciências auxiliares e ao cultivo esmerado da exegese, sujeita, infelizmente, aos caprichos de certa crítica. Salientaram-se Patrizi, Kaulen, Cornely, Vigouroux, Haneberg, Hug e outros. Os dominicanos abriram em Jerusalém uma escola de estudos bíblicos destinada a todos os interessados. Lagrange fundou a Revista Bíblica, e Leão XIII a Comissão Bíblica em Roma.

A teologia dogmática, sacrificada pela carência de bons estudos filosóficos, voltou ao método escolástico, esplanada por Scheeben, Kleutgen, Franzelin, Tanquerey, Hugon e muitos outros mais recentes, como Billot, Hurter, Pesch, Mannens, Van Noort e Lottini.

No campo da apologética surgiram o Cardeal Gerdil e Pelicani (Itália), Balmes e Donoso Cortes (Espanha); José de Maistre, Chateaubriand, Lamennais, Lacordaire, Ravignan, Monsabré, Dupanloup (França) e muitos outros, como Wiseman, Manning, Newman e Faber (Inglaterra); Hettinger, Weiss, Gutberlet e Schanz (Alemanha).

A teologia moral foi cultivada por Gury, Scavini, Ballerini, Frassinetti, Berardi, Lehmkuhl, Genicot, Vermeersch, e grande número de outros autores de nomeada.

Em direito canônico apresentaram trabalhos de valor: Bargilliat, Aichner, Schulte, Prümmer, Santi, De Angelis, Wernz e Gasparri.

1) Hurter, Nomenclator literarius; Bellamy, La théologie au siècle XIX; Kihn, Methodologie und Encyclopädie der Theologie; Batifol, Questions d'enseignement supérieur ecclésiastique. — 2) Pesch, De inspiratione; Venard, Les études bibliques en France depuis quinze ans.

§ 238. Seminários teológicos.

A Igreja que, pela reforma protestante e a revolução francesa, perdera tantas escolas superiores, empreendeu, logo que possível, a ereção de universidades livres: na Bélgica (Lovaina, 1834), no Canadá (Laval, 1852), na Irlanda (Dublin, 1852), na França (Poitiers, 1875; Lille, Paris, Tolosa e Lião, 1876), nos Estados Unidos (Washington, 1889), na Suíça (Friburgo, 1889), no Brasil (Rio de Janeiro, 1940, conforme um dos últimos desejos manifestados por S. Santidade Pio XI ao Emo. Cardeal D. Sebastião Leme).

Além dêsse grande impulso dado às ciências teológicas, a S. Sé elevou o nível dos estudos de filosofia e teologia nos seminários, uniformizando o ensino e fiscalizando os estabelecimentos por meio de visitadores apostólicos.

Em Roma foram criados novos seminários destinados a determinadas nações: assim o seminário Pio-Latino-Americano, fundado por Pio IX, e o Pontifício Colégio Pio-Brasileiro, por Pio XI (1934).

2) CISMAS E HERESIAS.

§ 239. Modificações no protestantismo. [1]

Aproveitando o tricentenário (1817) do protestantismo, Frederico Guilherme III da Prússia conseguiu a celebração de um sínodo geral protestante, que deu em resultado a união de luteranos e calvinistas.

Entretanto, se originou uma separação muito mais funda, a dos protestantes crentes e dos incrédulos, não só entre os leigos mas também dentre os ministros e teólogos. O espírito de independência entre as várias seitas protestantes de fato as mantém unidas só num ponto: a oposição ao catolicismo.

No campo da teologia protestante, os modernos rejeitam todo o sobrenatural. Os ortodoxos defendem suas tradições, enquanto os mais procuram tomar uma posição intermediária, pelo que são chamados "teólogos do compromisso".

Entre os teólogos protestantes têm fama Straus, Nitzsche, Baur, Schleiermacher, Ullman, Dörner e Harnack.

E' grande a atividade protestante no campo missionário, a ponto de se haver estabelecido sociedades, consagradas exclusivamente às missões protestantes. e à propaganda de suas bíblias.

No Brasil essa propaganda é denunciada periòdicamente pelo Secretariado Nacional de Defesa da Fé, que distribui gratuitamente o boletim "Pro Ecclesia".

1) Hering. Gesch. der Kirchl. Unionversuche; Stahl, die lutheriche Kirche und die Union; Zenker, der Gustav-Adolf-Verein in Haupt und Gliedern; Jorg. Gesch. des Protestantismus in seiner neuesten Eintwicklung; Hettinger, die Krisis des Christentums; Goyau, l'Allemagne religieuse.

§ 240. Os cismáticos do Oriente.[1]

A igreja cismática de Constantinopla marcha para a ruína, pois a maior parte das sés a ela sujeita, como as da Rússia, Grécia, Montenegro, Bulgária e muitas outras se declararam independentes do patriarca constantinopolitano.

Êste quase sempre se empossa no patriarcado por meios simoníacos, e quase nunca se mantém nêle até à morte, pois fàcilmente é deposto pelo sínodo.

O clero inferior é ignorante e fanático.

As apostasias para o islamismo, a fim de agradar ao sultão, têm sido freqüentes e bem demonstram o apoucado conceito em que por lá se tem a fé cristã.

No século XIX o protetorado da França e da Áustria sôbre o Oriente favoreceu a liberdade dos cristãos, principalmente após a derrota da Rússia na guerra da Criméia.[2]

Os Pontífices Romanos desde Pio IX se vêm esforçando para arrancar a igreja oriental a tão vergonhosa situação. Encontram, porém, forte barreira da parte dos patriarcas, que sóem manter-se no mais arraigado ódio à Igreja Romana.

1) Likowski, Gesch. des allmähligen Verfalls der unierten katholischen Kirche im 18. und 19. Jahrh.; Philaret, Gesch. der Kirche Russlands; Diomedes Kyriakos, Gesch. der orientalischen Kirchen von 1453-1898; Knie, die Russische Kirche, ihre Lehre und ihr Cultus. — De La Gorce, Histoire du second empire.

§ 241. Positivismo.[1]

A filosofia positivista é produto do cérebro desequilibrado de Augusto Comte (1857). Seu dogma fundamental consiste em só admitir como real o que é sensível. Entendia Augusto Comte que a humanidade já havia passado do estado teológico (fetichismo, politeísmo e monoteísmo) ao estado metafísico (formas substanciais, faculdades da alma, etc....) e dêste ao terceiro estado e mais perfeito ou positivo, ou seja, do provisório ao transitório e, enfim, ao definitivo.

As contradições do sistema não lhe permitiram estabilidade. Contudo, alguns discípulos de Augusto Comte adotaram o positivismo na íntegra e se professaram ortodoxos, como Lafitte, Harrison e Miguel Lemos.

Outros são positivistas dissidentes como Littré, Taine, Stuart Mill, H. Spencer, Wundt, C. Lombroso, Ferri, Teófilo Braga.

1) Leonel França, Noções de hist. da filosofia. P. V.

§ 242. O comunismo.

Pode-se considerar como precursor do comunismo o monge Campanella, falecido em Paris no correr de 1639, o qual já fantasiava um regime totalitário.

Jean Jacques Rousseau, no "Discurso sôbre a desigualdade", também delineou a questão social.

Durante a revolução francesa, o agitador Babeuf (que se suicidou, quando ia ser guilhotinado), ensinava que, dando a natureza a todos um direito de gozar igualmente de todos os bens, deve a sociedade amparar e defender essa igualdade, e que, portanto, na verdadeira sociedade, gozos e trabalhos devem ser comuns e não pode haver ricos nem pobres.

Tais idéias, em teoria, foram perfilhadas por vários escritores, até Karl Marx lançar seu "Manifesto do Partido Comunista" (1848).

Ao brado de Marx: "Proletários de todos os países, uni-vos!", respondeu em breve a "Associação Internacional de Trabalhadores", que fracassou após os terríveis dias da "Comuna de Paris" (1871).

O desaparecimento de Marx (1883) não impediu que tomassem vulto seus projetos. E assim, em 1889, num congresso internacional de socialistas, fundou-se a "Segunda Internacional".

Desfeita esta no comêço da grande guerra (1914), surgiu no Kremlim (Moscou) a "Terceira Internacional Comunista" (1918), chefiada por Lenine e Trotski.[1]

A direção dêsse partido internacional, chamada Komintern, age de acôrdo com o govêrno soviético e, qual polvo perigosíssimo, estende seus tentáculos agitadores por quase todo o orbe.

O México, a Espanha, e, em menor escala, vários outros países já lhe sentiram as funestas conseqüências.

A Igreja não tem cessado de admoestar os povos, e em especial a classe operária, sôbre as cautelas a adotar e os meios de defesa contra inimigo tão funesto.

Para resolver-se a questão operária não há mister mais do que a execução da encíclica "Rerum Novarum", de Leão XIII, e "Quadragesimo Anno", de Pio XI, isto é, a caridade cristã unida zelosamente à justiça distributiva.

1) Olbiano de Melo, Comunismo ou fascismo; Dionísio Napal, O império soviético; D. João Becker, O comunismo russo e a civilização cristã; Gondim da Fonseca, Bolchevismo; Jorge Le Fèvre, No país dos Soviets; Paulo Marion, O paraíso moscovita.

§ 243. Velhos católicos.[1]

Por ocasião do concílio Vaticano, levantou-se na Alemanha um grupo de adversários da infalibilidade pontifícia. Denominaram-se "Velhos Católicos", e eram orientados por lentes das universidades, a cuja frente se achava Inácio von Döllinger.

Em sinal de protesto contra os atos do Concílio reuniram uma assembléia em Nüremberg (agôsto de 1870). Por sua parte os Bispos alemães se reuniram em Fulda, a fim de, em ação conjunta, impedirem a adesão dos católicos às relutâncias dos professôres universitários, e exigirem dêstes a devida submissão à Igreja. A recusa do famoso Döllinger ocasionou-lhe a excomunhão, como a alguns outros. Vários, porém, se submeteram. Entretanto, não se extinguiram os Velhos Católicos, senão que até celebraram congressos com numerosa assistência. Para obter novos aderentes, uniram-se aos jansenistas e até aos gregos cismáticos, bem que para isso tivessem de sacrificar vários dogmas católicos (1874).

A seita chegou a contar em seu apogeu (1878) 50 mil membros na Alemanha. Na Áustria, Suíça, Itália, Espanha e França os Velhos Católicos eram pouquíssimos. Quando, de tempo em tempo, algum exaltado praticava qualquer desmando mais clamoroso, a S. Sé o punia com a excomunhão. Pràticamente deixaram de existir os Velhos Católicos, a não ser em grupos anônimos.

1) Schulte, der Altkatholicismus; E. Michael, Ignaz von Döllinger, ein Charakterbild; H. Brück, Gesch. der Kath. in Deutschland; Kannengieser, Les origines du vieux-catholiques et les universités allemands.

§ 244. Americanismo.[1]

Pela metade do século XIX apareceram na América, principalmente na Setentrional, uns erros práticos mais do que teóricos, portanto, uma tendência mais do que uma heresia: chamou-se "Americanismo".

Consistia em: 1.º fazer concessões perigosas e reprováveis em consciência, embora com a boa intenção de facilitar conversões. 2.º estender ao domínio das ações como do pensamento uma liberdade individual exagerada, quase independente da orientação da Igreja. 3.º substituir por supostas inspirações do Espírito Santo as diretrizes do magistério eclesiástico. 4.º exaltar as virtudes naturais com detrimento das sobrenaturais e estabelecer oposição entre virtudes ativas e passivas, com desprêzo da oração, vida contemplativa, votos religiosos, etc....

Leão XIII (na carta "Testem benevolentiae", ao Cardeal Gibbons, 22-1-1899) condenou essas tendências, no que foi religiosamente escutado e atendido.

1) Deshayes, Americanisme, dans le Dict. de Theol. cath.

§ 245. Modernismo.[1]

A verdadeira ciência nunca esteve, nem poderá estar, em oposição às verdades reveladas por Deus.

Quando há contradições aparentes, é porque ou o sentido dessas verdades não se acha suficientemente explanado, ou os postulados da ciência carecem de solidez.

Entretanto, exagerando êsses últimos, julgaram alguns pretensiosos e enfatuados ser necessário eliminar os dogmas católicos e até destruir o conceito de dogma, bem como despojar a Igreja de tôdas as prerrogativas, negar a divindade de Cristo e a vida futura, como pontos doutrinários incompatíveis com a ciência moderna.

Loisy foi quem encabeçou êsse movimento na França. Fogazzaro o propagou na Itália. Na Alemanha as doutrinas de Schell favoreceram o modernismo.

Tyrrel na Inglaterra ensinou a evolução dos dogmas. Exegetas incompetentes e medrosos se dispuseram a sacrificar à crítica modernista os livros da Sagrada Escritura.

Bem oportuno foi, portanto, o decreto "Lamentabili" expedido pela Congregação "Do Santo Ofício" (3 de julho de 1907) que reprovou 65 proposições do modernismo. A 8 de setembro do mesmo ano a encíclica "Pascendi", de Pio X, condenou o modernismo, e demonstrou a perfeita irmanação da ciência com a fé.

1) Paschini, Lezione di Storia eccl. III, c. X.

II. CULTO E DISCIPLINA.

§ 246. Festas e devoções.[1]

No século XIX não se introduziram novas festas de preceito, e até no pontificado de Pio X foram supressos alguns dias santos de guarda, em atenção à intensidade da obsorvente atividade moderna.

Entretanto, cresceu extraordinàriamente o número de festas de devoção.

Na missa e breviário romanos foram inseridos inúmeros ofícios novos e muitos outros subiram de categoria.

Vários santos foram declarados doutôres da Igreja; e outros, patronos especiais de várias instituições e coletividades religiosas.

No atinente a devoções especiais, eis algumas generalizadas nos últimos séculos: a exposição do SS. Sacramento, particularmente du-

rante as "Quarenta horas"; o Apostolado do S. Coração de Jesus, com seus derivados, como sejam, Cruzada Eucarística das crianças, Consagração das famílias ao Coração de Jesus, Entronização da imagem em repartições públicas, etc.; Congregações Marianas, Confrarias e Associações para cultuar a SS. Virgem Maria; celebração do mês de Maria (maio) e do mês do Rosário, êste prescrito por Leão XIII; dedicação do mês de março a S. José, e de novembro às almas do purgatório.

1) Pierre Albers, Manuel d'histoire ecclésiastique, II, § 131.

§ 247. Vida cristã. [1]

Após o indiferentismo, natural conseqüência dos erros do século XVIII, foi paulatinamente aumentando o fervor religioso em tôdas as classes sociais, e, principalmente, na gente média, já que tanto o demasiado luxo como a extrema pobreza são muitas vêzes obstáculos à piedade.

A arregimentação dos fiéis em associações piedosas ou dedicadas a fins caridosos (Conferências Vicentinas, iniciadas por Frederico Ozanam) muito concorreu para levantar o nível da vida religiosa.

Com larga visão, Pio X atraiu as crianças à primeira comunhão, logo que tivessem o necessário discernimento; e a todos convidou à comunhão freqüente e até diária, para restaurar tudo em Cristo.

Dificilmente haverá na história da Igreja uma época de maior floração de virtudes, interêsse pelas missões, sêde insaciável de vida interior e dos mais variados campos de apostolado: imprensa, operariado, enfermos, órfãos, mendigos, classes armadas, instrução popular, etc.

A par de grande miséria moral e indiferença religiosa e até do ateismo, regista consoladoramente a história dêste período tão grande número de santos e bem-aventurados como na Igreja dos primeiros séculos. [2]

1) H. Brück, Histoire de l'Eglise (obra alemã), § 237. — 2) Kempf, Santidade da Igreja no século XIX; Pierre Albers, Manuel d'histoire ecclésiastique, II, § 181.

§ 248. Ação Católica. [1]

À perspicácia de Pio XI e ao fecundo zêlo de alma tão apostólica não escapou a visão clara da necessidade de organizar os católicos leigos, para uma propaganda religiosa e moralizadora, sob a orientação das autoridades eclesiásticas. E batizou-a de "Ação Católica".

De modo geral e no sentido lato, a ação católica já existia na Igreja desde os tempos apostólicos. Mas na forma atual, como "participação do laicato no apostolado hierárquico", na

definição dada por Pio XI, é recente e foi criada por Pio XI (encíclica "Ubi arcano"), embora desde Pio IX todos os Pontífices tivessem abordado o assunto.

Numerosos documentos pontifícios, que têm servido de fontes à avantajada literatura acêrca da Ação Católica, vêm estimulando os fiéis no campo do apostolado: cristianização da família e da sociedade, da imprensa e do cinema, do operariado e das classes humildes, etc.

Por sua finalidade e organização, a Ação Católica deverá abranger todos os homens de tôdas as classes e em tôdas as idades e circunstâncias.

Êsse escopo a ser atingido tem encontrado obstáculos na falta de compreensão de muitos e na habitual inércia de quase todos, pois julgam mais fácil deixar exclusivamente aos sacerdotes êsse magno labor, sem atenderem à enorme desproporção numérica entre sacerdotes e leigos.

1) P. Dabin, O apostolado leigo; Civardi, Manual da Ação Católica; L. Sucupira, Curso de Ação Católica; C. Santini, Curso de Ação Católica; Portocarrero Costa, Ação Católica.

§ 249. Arte cristã.[1]

O estilo rococó do século XVIII tornara-se ridículo, e decaiu.

Na falta de novos estilos os artistas voltaram às escolas antigas: romano, bizantino, gótico e até mourisco.

Isso na arquitetura, em que não têm faltado bons mestres, especialmente na Europa. Tem havido esforços de talentosos artistas para inventar algum novo estilo que consulte simultâneamente à estética e às finalidades religiosas dos tempos.

Na escultura, os mestres do século XIX pouco se dedicaram à parte religiosa, ou o que produziram carecia de sentimentos cristãos.

Apenas Achtermann, de Münster, Schwannthaler, de Munique, Dupré de Sienne, Eugênio Oudine, Paulo Dubois e van Hoven têm alguma fama.

A pintura religiosa conseguiu elevar-se altamente. As escolas de Düsseldorf e de Munique produziram hábeis mestres.

A Suíça, França, Itália, Bélgica (escola de Beuron), não têm faltado apreciados pintores.

A música religiosa, reformada já no século XIX e sujeita às regras do Motu Proprio de Pio X, ocupa seu lugar de honra, elevado e digno entre as artes cristãs, particularmente nas escolas de Solesmes, Munique e Aix-la-Chapelle.

O canto gregoriano, mais apreciado do que em épocas anteriores, por eclesiásticos e leigos, tornou-se ensino obrigatório em todos os seminários.

Numerosos compositores se colocam ao lado de Perosi, Gounod, Witt.

1) Atlas Herder, Histoire de l'art, illustrée, 146 planches contenant 1262 gravures avec un précis de l'histoire de l'art, table des gravures détailliée et table des matières; Springer, Geschichte der bildenden Künste im XIX. Jahrhundert; J. Strygowski, Die bildende Künst der Gegenwart; Alphonse Germain, l'art religieux au XIX siècle en France, Le Correspondant, 25 octobre 1907; Montalembert, Du vandalisme et du catholicisme dans l'art; Viollet-le-Duc, Dict. de l'archit. fr., 10 vol.; Ennen, Der Dom zu Köln, Cologne, 1880.

§ 250. Conclusão.

A história da Igreja, mesmo sucintamente analisada, ou estudada em seu todo harmônico, oferece aos bem intencionados, aos que procuram a verdade, seara imensa de ensinamentos úteis e agradáveis.

Há nela sombras? — São tão poucas que só podem salientar as partes luminosas do quadro.

Demais, que há de estranhável em tais sombras, se produzidas pela fraqueza do elemento humano componente dessa mesma Igreja? — Não será, antes, para admirar sua trajetória luminosa através de tôdas as idades, lutando com todos os obstáculos, sempre perseguida e sempre vitoriosa?

Tua é, Senhor, a grandeza, o poder, a glória e a vitória; e a ti é devido o louvor, porque tudo o que há no céu e na terra, é teu; teu é, Senhor, o império, e tu estás acima de todos os príncipes. Tuas são as riquezas, e tua é a glória; tu és o dominador de tudo, na tua mão está a fortaleza e o poder; na tua mão a grandeza e o império de tôdas as coisas.

Agora, pois, ó Deus nosso, nós te engrandecemos, e louvamos o teu nome glorioso. (1 Par 29, 11-13.)

OBRAS CONSULTADAS.

H. Brück, Histoire de l'Église, 3.ª ed. francesa, 2 vol.
P. Pierre Albers, S. J., Manuel d'histoire ecclesiastique, 2 vol.
Pio Paschini, Lezioni di Storia Ecclesiastica, 3 vol.
F. X. Funk, Compêndio de história eclesiástica.
P. Antelmo Goud, Hist. eccl. reduzida a compêndio.
P. Rafael Galanti, S. J., Compêndio de História Universal.
Leonel Franca, S. J., Noções de História da Filosofia.
Olbiano de Melo, Comunismo ou Fascismo?
Dionísio R. Napal, O Império Soviético.
Léon de Poncins, Fôrças secretas da revolução.
Revistas: Vozes de Petrópolis. — Revista de Cultura.

Cronologia dos Pontífices Romanos [1]

SÉCULO I

N.º	Pontífice	Família	Ofício	Pátria	Vacância	Ano da criação	Ano da morte	Duração do Pontificado: anos	meses	dias	Culto
1	Pedro [2]	Filho de Jonas	Pescador	Betsaida (Galiléia)	—	42	67	25	2	7	mártir
2	Lino	F° de Herculano	—	Volterra (Toscana)	—	67	78	11	3	12	mártir
3	Cleto	F° de Emiliano	—	Roma	20 dias	78	90	12	1	11	mártir
4	Clemente	F° de Fausto	—	Romano	21 dias	90	100	10	2	10	mártir
	SÉCULO II										
5	Anacleto [3]	F° de Antíoco	sacerdote (?)	Atenas	13 dias	100	112	12	10	7	mártir
6	Evaristo	F° de sac. judeu	—	Belém	19 dias	112	121	9	7	2	mártir
7	Alexandre I	F° de Alexandre	—	Roma	35 dias	121	132	10	7	3	mártir
8	Xisto I	F° de Pastor	sacerdote	Roma	2 meses	132	142	9	3	21	mártir
9	Telésforo	F° de um grego	anacoreta	Túrio (Itália)	7 dias	142	154	11	3	21	mártir
10	Higino	?	sacerdote	Atenas	3 dias	154	158	4	3	8	mártir
11	Pio I	F° de Rufino	,,	Aquiléia	14 dias	158	167	8	3	3	mártir
12	Aniceto	F° de João	,,	Síria (Eneça)	17 dias	167	175	8	4	20	mártir
13	Sótero	F° de Concórdio	,,	Campanha	21 dias	175	182	7	3	21	mártir
14	Eleutério	F° de Abúndio	,,	Nicópolis	15 dias	182	193	11	4	5	mártir
15	Vítor I	F° de Felix	—	África	12 dias	193	203	10	2	10	mártir
	SÉCULO III										
16	Zeferino	F° de Abúndio	—	Roma	6 dias	203	220	17	2	10	mártir
17	Calisto	F° de Domício	diácono	Roma	16 dias	221	227	5	2	10	,,
	Hipólito					221	236				

18	Urbano I	Fº de Ponciano	——	Roma	30 dias	227	233	6	7	4	,,
19	Ponciano [4]	Fº de Calpúrnio	——	?	10 dias	233	238	5	2	2	,,
20	Antero	Fº de Rômulo	——	Calábria	13 dias	238	239	1	1	10	,,
21	Fabiano	Fº de Fábio	patrício leigo	Roma	14 meses	240	253	13	1	10	,,
22	Cornélio [5]	Fº de Castino	——	,,	35 dias	254	255	1	10	—	,,
	Novaciano					251	258				
23	Lúcio I	Fº de Porfírio	sacerdote	Roma	35 dias	255	257	1	4	12	,,
24	Estêvão I	Fº de Júlio	diácono	,,	22 dias	257	260	3	3	20	,,
25	Sisto II	Fº de Constâncio	——	Atenas	35 dias	260	261	—	11	13	,,
26	Dionísio		monge	Túrio	5 dias	261	272	11	3	14	,,
27	Felix I		——	Roma	8 dias	272	275	2	5	25	,,
28	Eutiquiano	Fº de Marino	sacerdote	Luni (Tosc.)	8 dias	275	283	8	10	3	,,
29	Caio	Fº de Caio	diácono	Salona (Dalm.)	11 dias	283	296	12	4	9	,,
30	Marcelino	Fº de Projeto	——	Roma	2 meses	296	304	7	11	3	,,

SÉCULO IV

31	Marcelo	Fº de Benedito	sacerdote	Romano	20 dias	304	309	4	1	21	,,
32	Eusébio	Fº de um médico	——	Grego	7 dias	309	311	2	1	25	,, (?)
33	Melquíades			Africano	16 dias	311	314	3	7	7	confessor
34	Silvestre	Fº de Rufino	sacerdote	Romano	15 dias	314	337	23	10	27	,,
35	Marcos	Fº de Prisco	víg. de Silvestre I	,,	20 dias	337	340	2	8	21	,,
36	Júlio I	Fº de Rústico	diácono	Romano	25 dias	341	352	11	2	6	,,
37	Libério	Fº de Augusto	,,	Romano	6 dias	352	363	10	7	3	,,
	Felix II [6]					363	365				
38	Dâmaso I	Fº de Antonino	sacerdote	Espanhol	31 dias	366	384	18	2	10	,,
39	Cirício	Fº de Tibúrcio	,,	Romano	20 dias	366	367				
	Ursino					384	398	13	1	10	,,

1) A seguinte "cronologia" foi confeccionada de acôrdo com os livros de H. Brück (Histoire de l'Eglise), Anthelmo Goud (História Eclesiástica), Rafael Galanti (Hist. Universal), Pièrre Albers (Manuel d'histoire ecclésiastique). — 2) Para os primeiros 17 Pontífices, os dados são apenas aproximados, na falta de conhecimentos mais exatos. — Há quem suponha ser Anacleto o mesmo que o sucessor de Lino, isto é, Cleto. Apesar das incertezas, costuma-se não identificar os dois. — 4) A partir de Ponciano os catálogos episcopais marcam os anos, meses e dias da duração de cada pontificado. — 5) E' S. Cipriano quem indica tão longa vacância. O Liber Pontificalis não a menciona. — 6) Felix II, sendo administrador interino, cum concilio Liberii, não deve ser contado, em direito, como Sumo Pontífice.

SÉCULO V

N.º	Pontífice	Família	Ofício	Pátria	Vacância	Ano da criação	Ano da morte	Duração do Pontificado: anos	meses	dias	Culto
40	Anastácio I	F° de Máximo	sacerdote	Romano	21 dias	399	402	2	10	6	confessor
41	Inocêncio I	F° de Inocêncio	diácono	R° (de Albano)	22 dias	402	417	15	2	20	"
42	Zózimo	F° de Abraão	sacerdote	Grego	11 dias	417	418	1	9	9	"
43	Bonifácio I [7]	F° do Pe. Jocundo	"	Romano	9 dias	418	423	4	9	23	"
	Eulálio					418	419	—	—	—	
44	Celestino I	F° de Prisco	diácono	Campania	21 dias	423	432	9	10	9	"
45	Sisto III	F° de Sisto	sacerdote	Romano	22 dias	432	440	8	1	14	"
46	Leão I (o Grande)	F° de Quintiano	arcediago	Toscana	7 dias	440	461	21	1	13	"
47	Hilário	F° de Crispino	arcediago	Cagliari (Sardenha)	10 dias	461	468	6	3	10	"
			——								
48	Simplício	F° de Castino	sacerdote	Romano (Tivoli)	6 dias	468	483	15	—	6	"
49	Felix II (ou III)	F° do Pe. Felix	——	Romano	5 dias	483	492	8	11	18	"
50	Gelásio I	F° de Valério	diácono (?)	Africano ou rom.	7 dias	492	496	4	8	18	"
51	Anastácio II	F° de Pedro	diácono	Romano	4 dias	496	498	1	11	24	"

SÉCULO VI

N.º	Pontífice	Família	Ofício	Pátria	Vacância	Ano da criação	Ano da morte	anos	meses	dias	Culto
52	Símaco [8]	F° de Fortunato	diácono	Romano ou sardo	7 dias	498	514	15	7	27	"
	Lourenço					498	505				
53	Hormisdas	F° de Justo	diácono	Frosinoni (Campania)	6 dias	514	523	9	—	11	"
					58 dias						
54	João I	F° do Pe. Constâncio	arcediago	Toscana		523	526	2	9	5	mártir
55	Felix III (ou IV)	F° de Castório	sacerdote	Benevento	3 dias	526	530	4	2	13	confessor
56	Bonifácio II [9]	F° de Sigibould	arcipreste	Roma	2 meses e 15	530	532	2	—	26	
	Dióscoro					530					
57	João II	F° de Projeto	arcediago	Roma	6 dias	532	535	2	4	25	
58	Agapito	F° do Pe. Pordiano	"	"	1 mês e 28 ds.	535	536	—	10	19	confessor

59	Silvério	Fº do Papa Hormisdas	subdiácono (?)	Frosinoni	——	536	538	2	—	12	mártir
60	Vigílio [10]	Fº do Cônsul João	diácono	Roma	3 meses e 5 d.	538	555	16	—	—	——
61	Pelágio I	Fº de João Vicariano	diácono	„	3 m. e 25 d.	555	560	4	10	18	——
62	João III	Fº de Anastácio	„	„	10 m. e 3 d.	560	573	12	11	26	——
63	Bento I	Fº de Bonifácio	monge	„	3 m. e 10 d.	574	578	4	1	28	——
64	Pelágio II	Fº de Vinigild	„	„	6 m. 25 d.	578	590	11	2	10	——
65	Gregório I (o Grande)	Fº de Gordiano	diácono	„	5 m. 18 d.	590	604	13	6	10	confessor

SÉCULO VII

66	Sabiniano	Fº de Bono	diácono	Volterra	11 m. 26 d.	604	606	1	5	9	——
67	Bonifácio III [11]	Fº de João Catadioco	„	Roma	10 m. 6 d.	607	607	—	8	22	——
68	Bonifácio IV	Fº do médico João	monge	Valéria	6 m. 25 d.	608	615	6	8	22	confessor
69	Adeodato	Fº do subdiácono (?) Estêvão	subdiácono (?)	Roma	1 m. 16 d.	615	619	3	—	20	„
70	Bonifácio V	Fº de João Fummino	arcipreste	Nápoles	13 dias	619	625	5	10	—	——
71	Honório I	Fº do cônsul Petrônio	monge	Campania	19 m. 17 d.	625	638	12	11	17	——
72	Severino	Fº de Abieno	——	Roma	4 m. 24 d.	640	640	—	2	4	——
73	João IV	Fº do escolástico Venâncio	card.-diácono	Dalmácia	1 m. 13 d.	640	642	1	9	18	——
74	Teodoro I	Fº do bispo Teodoro	——	Grécia	1 m. 2 d.	642	649	6	5	19	——
75	Martinho I	Fº de Fabrício	legado pontif.	Todi	28 d.	649	655	6	2	12	mártir
76	Eugênio I	Fº de Rufiniano	arcipreste	Roma	1 m. 28 d.	655	656	1	7	14	confessor
77	Vitaliano	Fº de Anastácio	——	Segni	2 m. 13 d.	657	672	14	5	29	„
78	Adeodato II	Fº de Joviano	monge	Roma	4 m. 15 d.	672	676	4	2	5	——
79	Dono I	Fº de Maurício	——	Roma	2 m. 16 d.	676	678	1	2	10	——
80	Agatão	——	monge	Sicília	19 m. 15 d.	678	682	3	6	14	confessor
81	Leão II	Fº de Paulo	card.-presbitero	„	11 m. 22 d.	682	683	—	10	18	„
82	Bento II [12]	Fº de João	sacerdote	Roma	2 m. 15 d.	684	685	—	10	12	„

— 7) O imperador Honório, em rescrito especial, decidiu o caso da eleição perturbada de Bonifácio I. — 8) Parece ter sido Símaco o primeiro a regulamentar por escrito as condições da eleição pontifícia. — 9) Bonifácio II tomou por coadjutor o diácono Vigílio, mas, perante a oposição do clero e do povo, a nomeação foi revogada, e desde então já nenhum Papa designou de antemão seu sucessor. — 10) As vacâncias mais demoradas, a partir de Vigílio e Pelágio, foram causadas pelas exigências dos imperadores bizantinos, que pretendiam dar aprovação às eleições. Cessou esta dificuldade no período lombardo e carlovíngio. — 11) Bonifácio III renovou os decretos de Símaco sôbre as eleições, proibiu as desavenças oriundas das mesmas, estabeleceu três dias de prazo para a eleição do novo Papa. — 12) Bento obteve de Constantino Pogonato a licença de receber do exarca de Ravena a aprovação da eleição papal, a fim de não demorar tanto. Essa praxe foi seguida até Gregório III.

N.º	Pontífice	Família	Ofício	Pátria	Vacância	Ano da		Duração do Pontificado			
						criação	morte	anos	meses	dias	Culto
83	João V	F° de Ciríaco	arcediago legado	Antioquia	2 m. 18 d.	685	686	1	—	11	——
84	Conon	F° de Benedito	sacerdote	Sicília	2 m. 23 d.	686	687	—	11	—	——
	Teodósio					687					
	Pascal					677	692				
85	Sérgio I	F° de Tibério	sacerdote	Palermo	1 m. 20 d.	687	701	13	8	22	confessor
				SÉCULO VIII							
86	João VI	F° de Petrônio	——	Grécia	1 m. 18 d.	701	705	3	2	12	——
87	João VII	F° de Platão Janidega	diácono	Calábria	3 meses	705	707	2	7	17	——
88	Sisínio	F° de João	——	Síria	1 m. 18 d.	708	708	—	—	20	——
89	Constantino I	F° de João	——	Síria	40 dias	708	715	7	—	15	——
90	Gregório II	F° de Marcelo	monge	Roma	35 dias	715	731	15	8	23	confessor
91	Gregório III	F° de João	sacerdote	Síria	8 dias	731	741	10	8	20	„
92	Zacarias	F° de Policrônio	„	Sicília ou Calábria	18 dias	741	752	10	4	10	„
93	Estêvão II[13]	——	sacerdote	Roma	——	752	752	—	—	3	——
94	Estêvão II ou III	F° de Constantino (Orcini)	diácono	Roma	35 dias	752	757	5	—	29	confessor
95	Paulo I	Irmão do precedente	diácono	Roma	13 meses	757	767	10	1	—	„
	Constantino II					767	768				
	Filipe					768					
96	Estêvão III[14] ou IV	F° de Olívio	sacerdote	Siracusa	9 dias	768	771	3	5	27	——
97	Adriano I	F° do patrício Teodoro (Colona?)	diácono	Roma	——	771	795	23	10	17	confessor
				SÉCULO IX							
98	Leão III	F° de Arúpio	sacerdote	Roma	10 dias	795	816	20	5	16	„
99	Estêvão IV (ou V)	F° do patrício Marino	(diácono?)	„	2 dias	816	817	—	7	—	„
100	Pascal I	F° de Bonósio	monge	„	4 dias	817	824	7	—	17	„

101	Eugênio II [15]	F° de Boemundo	arcipreste	Roma	——	824	827	3	6	—	——
102	Valentino	F° de Pedro (Leôncio?)	arcediago	,,	——	827	827	—	—	42	——
103	Gregório IV	F° de João	monge	,,	——	827	844	16	—	—	——
	João					844					
104	Sérgio II	F° de Sérgio	arcipreste	,,	——	844	847	2	11	26	——
105	Leão IV	F° de Radualdo	sacerdote	,,	——	847	855	8	3	6	confessor
106	Bento III [16]	F.° de Pedro	card.-presbít.	,,	——	855	858	2	6	10	——
	Anastácio					855					
107	Nicolau I	F° do legion. Teodoro	diácono	,,	——	858	867	9	6	20	confessor
108	Adriano II	F° de Taluro	sacerdote	,,	——	867	872	4	10	16	——
109	João VIII	F° de Gundo	arcediago	,,	——	872	882	10	—	1	
110	Marino I	F° do Pe. Palumbo	arced.-leg.		——	882	884	1	5	—	——
111	Adriano III	F° de Bento (Conti di Tusculo?)	——	Montefiascone Roma		884	885	1	4	—	——
112	Estêvão V (ou VI)	F° de Adriano (Colona?	arcipreste	Roma	——	885	891	6	—	9	——
113	Formoso	——	leg. pontif.	Óstia	——	891	896	4	6	—	——
114	Bonifácio VI	——	sacerdote	Roma	——	896	896	—	—	15	——
115	Estêvão VI (ou VII)	F° de João	(bispo de Anagni?)	Roma	——	897	898	1	2	—	——
116	Romano	F° de Constantino	card. presbít.	Gallèse	——	898	898	—	3	21	——
117	Teodoro II	F° de Fócio	——	Roma	——	898	898	—	—	20	——
118	João IX	F° de Randorf	monge e card. diácono	Tivoli	——	898	900	2	—	15	——

SÉCULO X

119	Bento IV	(Conti de Tusculo?)	(sacerdote?)	Roma	——	900	903	3	2	—	——
120	Leão V	——	(mong. bened.?) (diácono?)	Ardea	——	903	903	—	1	26	——
121	Cristóforo	——	card. presbít.	——	——	903	904	—	6	—	——
122	Sérgio III	(Conti de Tusculo)	(diácono?)	Roma	——	904	911	7	3	—	——
123	Anastácio III	F° de Luciano	——	,,	——	911	913	2	2	—	——

13) Estêvão II morreu antes de ser sagrado. — 14) Estêvão III proibiu a intervenção de leigos nas eleições papais e exigiu que o eleito fôsse, ao menos, diácono da Santa Igreja; pois não queria que se reproduzisse o caso de Constantino, leigo imposto violentamente por leigos. — 15) Eugênio concorda com Lotário sôbre a espera de embaixadores imperiais necessários para a sagração do novo Papa. — 16) Entre Leão IV e Bento III colocaram os inimigos da Igreja a papisa Joana, que deveria ter governado com o nome de João VII, durante mais de dois anos. Para refutação da fábula basta verificar a vacância entre Leão e Bento.

N.º	Pontífice	Família	Ofício	Pátria	Vacância	Ano da criação	Ano da morte	Duração do Pontificado anos	meses	dias	Culto
124	Landão	Fº de Trano	(monge?)	Sabina	—	913	914	—	6	10	
125	João X	(Conti de Tusculo?)	arcebispo	Ravena	—	915	928	14	2	3	—
126	Leão VI	Fº de Cristóforo	—	Roma	—	928	929	—	8	5	—
127	Estêvão VII (ou VIII)	Fº de Teudemundo	—	„	—	929	931	2	1	12	—
128	João XI	Fº de Alberico e Marozia (Conti de Tusculo)	—	„	—	931	936	4	10	—	—
129	Leão VII	Fº de Cristóforo	monge benedit.?	„	—	936	939	3	6	10	—
130	Estêvão VIII (ou IX)	—	—	„	—	939	942	3	4	5	—
131	Marino II	—	—	„	—	943	946	3	6	13	
132	Agapito II	—	—	„	—	946	956	10	3	—	—
133	João XII	(Conti de Tusculo)	leigo	„	—	956	964	7	9	—	—
	Leão VIII					963	965				
134	Bento V	—	(card. diác. ou card. presb.)			964	965	1	1	12	—
135	João XIII	Fº do b. João	bispo	(Roma ?)	—	965	972	6	11	5	—
136	Bento VI	Fº de Hildebrando	—	Roma	—	972	973	1	3	—	—
	Bonifácio VII [17]					974					
137	Bento VII	(Conti de Tusculo)	bispo	„	—	975	984	9	5	—	—
138	João XIV	Fº de Pedro Canevanova	„	Pavia	—	984	985	—	8	10	—
139	Bonifácio VII	—	—	—	—	985	985	—	7	15	—
140	João XV	Fº de Roberto	—	—	—	985	996	10	4	12	—
141	Gregório V	—	—	Alemanha	—	996	999	2	8	—	—

SÉCULO XI

N.º	Pontífice	Família	Ofício	Pátria	Vacância	Ano da criação	Ano da morte	anos	meses	dias	Culto
142	Silvestre II	—	arcebispo	França	—	999	1003	4	1	9	—
143	João XVI (ou XVII) [18]	—		Roma	—	1003	1003	—	4	25	—
144	João XVII (XVIII)	—	sacerdote	„	—	1003	1009	5	7	28	—

145	Sérgio IV	——	bispo	Roma	——	1009	1012	2	8	13	——
146	Bento VIII	(Conti de Tusculo)	„	„	——	1012	1024	11	11	11	——
	Gregório					1012					
147	João XVIII (ou XIX ou XX)	(Conti de Tusculo)	leigo? (bispo?)	„	——	1024	1033	9	8	8	——
148	Bento IX [19]	(Conti de Tusculo)	leigo	„	——	1033		11	—	—	——
	Silvestre III					1045	1045	—	—	—	——
	Bento IX					1045	—				
149	Gregório VI	——	arcipreste	„	——	1044	1046	2	8	—	——
150	Clemente II	——	arcebispo	Saxônia	——	1046	1047	—	9	15	——
	Bento IX					1047					
151	Dâmaso II	——	bispo	Baviera	——	1048	1048	—	—	23	——
152	Leão IX	(Contes d'Eguishein)	„	Alsácia	——	1049	1054	5	7	7	confessor
153	Vítor II	——	„	Suábia	——	1055	1057	2	3	15	——
154	Estêvão VIII (ou IX)	Duques de Lorena	abade	Lorena	——	1057	1058	—	7	27	——
	Bento X					1058	1059	—	—		
155	Nicolau II [20]	——	bispo	França	2 m. 3 d.	1059	1061	2	6	25	——
156	Alexandre II	——	„	Milão	1 dia	1061	1073	11	6	21	——
	Honório II					1061	1069				
157	Gregório VII	——	arcediago	Toscana	2 anos	1073	1085	12	1	3	confessor
	Clemente III					1084	1100				
158	Vítor III	——	abade	Benevento	6 meses	1087	1087	—	4	26	——
159	Urbano II	——	bispo	Reims	15 dias	1088	1099	11	4	18	beato

SÉCULO XII

160	Pascoal II	——	monge, card. presb.	Pieda (Toscana)	4 dias	1099	1118	18	5	7	——
	Teodorico					1100	1102				
	Alberto					1102					
	Silvestre IV					1105	1111				
161	Gelásio II	——	cardeal	Gaeta	5 dias	1118	1119	1	—	4	——
	Gregório VIII			——		1118	1121				

17) A insuficiência de dados históricos não permite verificar se na dupla ocupação da sé pontifical por Bonifácio VII foi em ambas intruso, como parece. — 18) A confusão de ordem numérica nos nomes de João XV e seguintes do mesmo nome, está dependendo da questão de identidade de alguns, o que tem sido difícil averiguar. — 19) Bento IX foi legítimo só a primeira vez, pois na segunda já havia abdicado, e Gregório VI eleito canônicamente. — 20) Nicolau II reservou a eleição dos Papas aos votos dos Cardeais Bispos.

N.º	Pontífice	Família	Ofício	Pátria	Vacância	Conclave	Ano da criação	Ano da morte	Duração do Pontificado anos	meses	dias	Culto
162	Calisto II	(Guido de Borgonha)	arcebispo	Borgonha	3 dias		1119	1124	5	10	12	——
163	Honório II	Lamberto Fagnani	bispo	Bolonha	?		1124	1130	5	1	25	——
	Celestino II						1124					
164	Inocêncio II [21]	(Gregório Papareschi)	card. diácono	Roma	2 dias		1130	1143	13	8	9	——
	Anacleto II						1130	1138				
	Vitor IV	——					1138					
165	Celestino II	(Geraldo Caccanemici	card. presbít.	Toscana	1 dia		1143	1144	—	5	13	——
166	Lúcio II	dell Orso)	card. presbít.	Bolonha	?		1144	1145	—	11	14	——
167	Eugênio III	(Bernardo Pagnanelli)	abade	Pisa	2 dias		1145	1153	8	4	10	beato
168	Anastácio IV	(Conrado de Saburra)	cardeal	Roma	2 dias		1153	1154	1	4	24	——
169	Adriano IV	(Nicolau Breakspeare)	monge e card. leg.	Inglaterra	5 dias		1154	1159	4	8	29	——
170	Alexandre III [22]	(Roland Bandinelli)	cardeal	Sena	2 dias	27 cardeais	1159	1181	21	11	22	——
	Vitor IV						1159	1164				
	Pascoal III						1164	1168				
	Calisto III						1168	1179				
	Inocêncio III						1179	1180				
171	Lúcio III	(Ubaldo Allucingoli)	cardeal	Luca	?	27 card.	1181	1185	4	2	18	——
172	Urbano III	(Umberto Crivelli)	arcebispo	Milão	1 dia	23 card.	1185	1187	1	10	25	——
173	Gregório VIII	(Alberto del Morra)	card. presbít.	Benevento	2 dias	22 card.	1187	1187	—	1	27	——
174	Clemente III	(Paulino Scolari)	cardeal	Roma	5 dias	27 card.	1187	1191	3	3	8	——
175	Celestino III	(Bobon Orsini)	card. diác.	"	?	28 card.	1191	1198	6	9	9	——

SÉCULO XIII

N.º	Pontífice	Família	Ofício	Pátria	Vacância	Conclave	Ano da criação	Ano da morte	anos	meses	dias	Culto
176	Inocêncio III	(Lothario dei Conti di Segni)	card. diác. ——	Anagni	2 dias	9 card.	1198	1216	18	6	9	——
177	Honório III	(Cencius Savelli)	card. presbít.	Roma	1 dia	18 card.	1216	1227	10	8	—	——
178	Gregório IX	(Ugulino dei Conti di Segni)	—— cardeal	Anagni	1 m. 5 d.	14 card.	1227	1241	14	5	2	beato

25*

179	Celestino IV	(Jeoffroi Castiglioni)	cardeal	Milão	5 dias	9 card.	1241	1241	—	—	17	——
180	Inocêncio IV	(Sinibaldo Fieschi)	card. presbít.	Gênova	1 a. 6 m. 15 d.	13 card.	1243	1254	11	5	14	——
181	Alexandre IV	(Reginaldo dei Conti di Segni)	cardeal	Anagni	3 m. 4 d.	8 card.	1254	1261	6	5	13	——
182	Urbano IV	(Jacques Pantaleão de Troyes)	bispo, patriarca de Jerusalém	França	4 m. 2 d.	18 card.	1261	1264	3	1	4	——
183	Clemente IV	(Guido de Foulquois) (le Gros de Provence)	cardeal-legado	França	——	17 card.	1265	1269	3	9	—	——
184	Gregório X [23]	(Teobaldo Visconti)	arcediago	Placência	2 a. 10 m.	Duração: 1 dia 20 de jan., 12 c.	1271	1276	4	4	10	beato
185	Inocêncio V	(Pedro de Tarentaise)	arcebispo	França		Duração: 9 dias 2 de julho, 10 c.	1276	1276	—	5	2	
186	Adriano V	(Ottobono Fieschi)	card. diác.	Gênova	21 dias	Fora do concl. 10 card.	1276	1276	—	1	9	——
187	João XIX (XX ou XXI)	(Pedro Juliano)	cardeal	Lisboa	7 m. 5 d.	Fora do concl. 8 card.	1276	1277	2	8	5	——
188	Nicolau III	(Gaetano Orsini)	card. diác.	Roma	6 meses	Fora do concl. 13 card.	1277	1280	2	8	29	——
189	Martinho II	(Simon de Brie de Montpensier)	card. presbít.	França	5 dias	Fora do concl. 18 card.	1281	1285	4	1	7	——
190	Honório IV	(Jacques Savelli)	card. diác.	Roma	10 m. 19 d.	Fora do concl. 10 card.	1285	1287	2	—	1	——
191	Nicolau IV	(Jerônimo Masci)	bispo	Ascoli	2 a. 3 m.	Fora do concl. 11 card.	1288	1292	4	1	14	——
192	Celestino V [24]	(Pedro Murrone)	anacoreta	Isérnia	——	23 de dezembro 22 c. 1 d.	1294	——	—	5	8	confess
193	Bonifácio VIII	(Bento Caetano)	card. presbít.	Anagni	——	21/10.--18 c. 1 d.	1294	1303	8	9	18	——
				SÉCULO XIV								
194	Bento XI	(Nicolau Boccasini)	geral dos dom., card. bispo	Trévio	11 meses	10 ou 17 de julho	1303	1304	—	8	5	beato

21) Inocêncio II, eleito pelos Cardeais Bispos, viu sua eleição contestada, porque os Cardeais diáconos e presbíteros sustentaram Anacleto II (Pierleoni). — 22) Como Alexandre III viu sua eleição contestada, resolveu conceder a todos os Cardeais os mesmos direitos no conclave, porém exigiu os dois têrços dos votos para uma eleição válida. Êsse método foi observado nos conclaves até ao cativeiro de Avinhão. — 23) Gregório X, eleito pelos Cardeais reclusos por imposição do povo de Viterbo, exigiu para as demais eleições a reclusão dos Cardeais e cercou de rigores o conclave. Nem sempre se observou tal conclave em futuras eleições; mas desde Bonifácio VIII as exigências de Gregório foram restabelecidas. — 24) Celestino V não morreu no pontificado, pois abdicou para voltar à vida contemplativa.

Residência em Avinhão

N.º	Pontífice	Família	Ofício	Pátria	Conclave	Ano da criação	Ano da morte	Duração do Pontificado anos	meses	dias	Culto
195	Clemente V	(Bertrand de Got)	arcebispo	França	2 a. 3 m. 7 d. 1 maio, 24-23 c.	1305	1314	8	10	5	—
196	João XX (XXI ou XXII)	(Jacques Duèse)	bispo	Cahors	13 de dezembro 24 card. 7 d.	1316	1334	18	3	28	—
	Nicolau V					1328	1330				
197	Bento XII	(Jacques Fournier)	card. presbít.	Tolosa	5 de maio 18 card. 2 dias	1334	1342	7	4	7	—
198	Clemente VI	(Pedro Roger)	beneditino	Limoges	16 de dezembro 25 card. 2 dias	1342	1352	10	6	28	—
199	Inocêncio VI	(Estêvão Aubert)	bispo	„	22 de setembro 20 c. 1 m. 15 d.	1352	1362	9	8	25	—
200	Urbano V	(Guilherme Grimoard)	abade	Mende	29 de dezembro 1 dia	1362	1370	8	1	22	beato
201	Gregório XI	(Pedro Roger)	card. diác.	Limoges	7 de abril 16 card. 2 dias	1370	1378	7	2	28	„

GRANDE CISMA DO OCIDENTE

1.º Papas obedientes a Roma

202	Urbano VI [25]	(Bartolomeu Brignano)	arcebispo	Nápoles	—	1378	1389	11	6	6	—
203	Bonifácio IX	(Pedro Tomacelli)	—	„	—	1389	1404	14	11	1	—
204	Inocêncio VII	(Cosimato Miliorati)	arcebispo	Sulmona	—	1404	1406	2	—	21	—
205	Gregório XII	(Ângelo Corario)	cardeal	Veneza	—	1406	—	2	6	4	—

2.º Papas obedientes a Avinhão

	Clemente VII [26]	(Roberto)	arcebispo	Genebra	—	1378	1394				
	Bento XIII	(Pedro de Luna)	card. diác.	Espanha	—	1394	—				

3.ª Papas obedientes a Pisa

	Alexandre V	(Pedro Philargi)	franc. arceb.	Ilha Cândia	——	1409	1410	—	10	8	——
	João XXIII	(Baltazar Cossa)	legado de Bonifácio IX	Nápoles	——	1410	—	5	—	13	——

SÉCULO XV

206	Martinho V [27]	(Oton Colonna)	cardeal	Roma	2 de março 14 card. 1 dia	1417	1431	13	3	10	——
	Clemente VIII					1424	1429				
	Bento XIV					1424					
207	Eugênio IV [28]	(Gabriel Condulmero)	bispo	Veneza	4 de março 18 card. 4 dias	1431	1447	15	11	20	——
	Felix V					1439	1149				
208	Nicolau V	(Tomás Parentucelli)	arcebispo	Sarzana	4 de abril 15 card. 4 dias	1447	1455	8	—	20	——
209	Calisto III	(Afonso Borgia)	arcebispo	Valência	16 de agôsto 18 c. 3 dias	1455	1458	3	3	29	——
210	Pio II	(Enéias Piccolomini)	bispo	Sena	28 de agôsto 20 c. 2 dias	1458	1464	5	11	26	——
211	Paulo II	(Pedro Barbo)	——	Veneza	6 de agôsto 17 card. 3 dias	1464	1471	6	10	26	——
212	Sisto IV	(Francisco Rovere)	geral dos franc.	Savona	26 de agôsto 25 card. 3 d.	1471	1484	13	—	4	——
213	Inocêncio VIII	(J. B. Cibo)	bispo	Gênova	6 de agôsto 23 card. 5 d.	1484	1492	7	10	26	——
214	Alexandre VI	(Rodrigo Borgia)	arcebispo	Valência	16 de setembro 36 card. 6 d.	1492	1503	11	—	8	——

25) A eleição de Urbano VI pareceu duvidosa, por ter havido certa perturbação do povo; que exigia um Papa italiano. Mas numa reprovação dos votos dados na primeira apuração verificou-se a confirmação do eleito, de modo que os eleitores lhe prestaram as homenagens habituais e a êle pediram duas faculdades espirituais. — 26) Do precedente se conclui que êste Clemente VII é anti-Papa, e assim é que no século XVI aparece outro Clemente VII, o verdadeiro na ordem numérica. — 27) A eleição de Martinho V se revestiu de circunstâncias extraordinárias, aconselhadas pela situação especial: além dos 23 Cardeais, tomaram parte na eleição os 30 delegados de seis nações representadas no concílio de Constança. — 28) Por haver Eugênio IV transferido de Basiléia para Bolonha o concílio, êste se tornou cismático e elegeu o duque Amadeu de Saboia, isto é, o anti-Papa Felix V, o último dos anti-Papas.

SÉCULO XVI

N.º	Pontífice	Família	Ofício	Pátria	Conclave	Ano da		Duração do Pontificado			
						criação	morte	anos	meses	dias	Culto
215	Pio III	(Franc. Piccolomini)	card. diác.	Sena	31 de outubro 38 card. 1 dia	1503	1503	—	—	16	—
216	Júlio II	(Juliano della Rovere)	card. bispo	Savona	4 de março 25 card. 7 d.	1503	1513	9	3	21	—
217	Leão X	(João de Medicis)	legado ao C. de Bolonha	Florença	27 de dezembro 37 card. 13 dias	1513	1521	8	8	20	—
218	Adriano VI	(Adriano Florêncio Boyers)	bispo	Utrecht	1 de outubro 35-39 c., 1 m. 19 d.	1522	1523	1	8	6	—
219	Clemente VII	(Júlio de Medicis)	arcebispo	Florença	11 de outubro 20 card. 2 d.	1523	1534	10	10	5	—
220	Paulo III	(Alexandre Farnèse)	bispo	Roma	5 de abril 43-49 c. 2 m. 1 d.	1534	1549	15	—	28	—
221	Júlio III	(João Maria Monte)	cardeal	Toscana	29 de novembro 37 card. 6 d.	1550	1555	5	1	16	—
222	Marcelo II	(Marcelo Cervini)	legado ao C. de Trento	Montepulcio	15 de maio 42-45 c. 18 d.	1555	1555	—	—	23	—
223	Paulo IV	(Pedro Carafa)	card. bispo	Nápoles	5 de setembro 43-46 c. 3 m. 21 d.	1555	1559	4	2	27	—
224	Pio IV [29]	(João Angelo Medici)	leg. pontif.	Milão	20 de dezembro 51 card. 19 dias	1559	1565	5	11	15	—
225	Pio V	(Miguel Ghislieri)	bispo	Bosco	12 de maio 2 dias	1566	1572	6	3	24	confessor
226	Gregório XIII	(Hugo Boncompagni)	leg. pontif.	Bolonha	21 de abril 40 card. 3 dias	1572	1585	12	10	28	—
227	Sisto V	(Felix Perretti di Montalto)	bispo	Grottammare	7 de setembro 52 c. 8 dias	1585	1590	5	4	3	—
228	Urbano VII	(J. B. Castagna)	leg. pontif.	Roma	8 de outubro 51 c. 2 m.	1590	1590	—	—	13	—

229	Gregório XIV	(Nicolau Sfondrato)	bispo	Milão	27 de outubro 57 c. 2 dias	1590	1591	—	10	10	—
230	Inocêncio IX	(Antônio Facchinetti)	núncio	Bolonha	10 de janeiro 52 c. 20 d.	1591	1591	—	2	—	—
231	Clemente VIII	(Hipólito Aldobrandini)	penitenciário-mor	Florença	14 de março 60-61 c. 17 d.	1592	1605	13	1	3	—

SÉCULO XVII

232	Leão XI	(Otávio Medicis)	arcebispo	Florença	8 de maio 59 c. 8 d.	1605	1605	—	—	27	—
233	Paulo V	(Camilo Borghese)	legado card. vigário	Roma	8 de fevereiro 58 c. 1 dia	1605	1621	15	8	12	—
234	Gregório XV [30]	(Alexandre Ludovise)	arcebispo	Bolonha	19 de julho 52-54 c. 18 d.	1621	1623	2	5	—	—
235	Urbano VIII	(Maffeo Barberini)	núncio	Florença	9 de agôsto 50-55 c. 1 m. 7 d.	1623	1644	20	11	21	—
236	Inocêncio X	(J. B. Pamphili)	bispo	Roma	18 de janeiro 62-65 c. 2 m. 20	1644	1655	10	3	23	—
237	Alexandre VII	(Fábio Chigi)	núncio-bispo	Sena	2 de junho 60-64 c. 18 dias	1655	1667	12	1	15	—
238	Clemente IX	(Júlio Rospiliosi)	secretário de Estado	Pistoia	20 de dezembro 59-61 c. 4 m. 9 d.	1667	1669	2	5	19	—
239	Clemente X	(Emílio Altieri)	antigo núncio	Roma	2 de outubro 44-66 c. 1 m. 20	1670	1676	6	2	23	—
240	Inocêncio XI	(Bento Odescalchi)	soldado (?) leg. pontif. bispo	Como	23 de agôsto 51-54 c. 1 m. 14	1676	1689	12	10	22	
241	Alexandre VIII	(Pedro Ottoboni)	card. bispo	Veneza	12 de fevereiro 53-63 c. 5 m.	1689	1691	1	3	27	—
242	Inocêncio XII	(Antônio Pignatelli)	arcebispo	Nápoles	9 de outubro 45-58 c. 1 m. 14 d.	1691	1700	9	2	15	—

29) Pio IV reorganizou a legislação do conclave, especialmente no que concerne à reclusão. — 30) Gregório XV fixa definitivamente a legislação do conclave, especialmente a respeito dos escrutínios.

SÉCULO XVIII

N.º	Pontífice	Família	Ofício	Pátria	Conclave	Ano da		Duração do Pontificado			Culto
						criação	morte	anos	meses	dias	
243	Clemente XI	(Francisco Albani)	secretário dos Breves	Urbino	1 de abril 36-55 c. 1 m. 8 d.	1700	1721	20	3	25	——
244	Inocêncio XIII	(Miguel Conti)	núncio-bispo	Roma	20 de março 31-63 c. 2 m. 5 d.	1721	1724	2	9	29	——
245	Bento XIII	(Vicente Orsini)	arcebispo	Roma	3 de março 39-54 c. 4 m. 8 d.	1724	1730	5	8	23	——
246	Clemente XII	(Lourenço Borsini)	card. bispo	Florença	18 de fevereiro 26-54 c. 6 m. 2 d.	1730	1740	9	6	25	——
247	Bento XIV	(Prosper Lambertini)	arcebispo	Bolonha	15 de maio 27-46 c. 1 m. 21 d.	1740	1758	17	8	16	——
248	Clemente XIII	(Carlos Rezzonico)	bispo	Veneza	15 de fevereiro 30-45 c. 3 m. 4 d.	1758	1769	10	6	27	——
249	Clemente XIV	(Lourenço Ganganelli)	franciscano	S. Arcanjo	5 de outubro 27-47 c. 4 m. 10 d.	1769	1774	5	4	3	——
250	Pio VI [31]	(Angelo Braschi)	prelado da Câmara Apostólica	Cesena	Em Veneza 30 de novembro 35 card. 3 m. 14 d.	1775	1799	24	8	14	——

SÉCULO XIX

N.º	Pontífice	Família	Ofício	Pátria	Conclave	criação	morte	anos	meses	dias	Culto
251	Pio VII	(Gregório Chiaramonti)	bispo	Cesena	2 de setembro 37-49 c. 26 d.	1800	1823	23	5	6	——
252	Leão XII	(Aníbal della Genga)	card. vigário núncio	Spoleto	23 de fevereiro 37-50 c. 1 m. 8 d.	1823	1829	5	4	13	——
253	Pio VIII	(Francisco Xavier Castiglioni)	bispo e penitenciário-mor	Cingoli	14 de dezembro 35-45 c. 1 m. 23	1829	1830	1	8	—	——
254	Gregório XVI	(Mauro Capellari)	camaldulense sacerdote	——	14 de junho 31 c. 2 dias	1831	1846	15	3	29	——

255	Pio IX[32]	(João Mastai Ferreti)	bispo	Senigallia	18 de fevereiro 60-61 c. 2 d.	1846	1878	31	7	21	—
256	Leão XIII	(Joaquim Pecci)	arcebispo-camerlengo	Carpineto	1 de agôsto; 62 c. 4 dias	1878	1903	25	4	—	—

SÉCULO XX

257	Pio X[33]	(José Sarto)	patriarca de Veneza	Riese	El. em Roma 31 de julho, 3 dias	1903 4-8	1914 20-8	11	8	20	—
258	Bento XV	(Giacomo della Chiesa)	arcebispo de Bolonha	Gênova	El. em Roma 2-2, 53 c. 3 d.	1914 3-9	1922 22-1	7	4	19	—
259	Pio XI	(Aquiles Ratti)	arcebispo de Milão	Desio (Milão)	El. em Roma 1-3, 62 c., 1 d.	1922 6-2	1939 10-2	17	—	4	—
260	Pio XII	(Eugênio Pacelli)	Secr. de Est. Camerlengo	Roma	El. em Roma 2-3, 53 card. 33 d.	1939 2-3	gloriosamente reinante				

---

31) As circunstâncias em que se via Pio VI, prisioneiro de Napoleão I, obrigaram-no a modificar provisòriamente a legislação do conclave. — 32) Ainda uma vez a legislação do conclave é modificada por Pio IX, sempre em atenção às condições da política externa. — 33) Enfim, Pio X acrescenta às leis do conclave a proibição de qualquer dos Cardeais declarar quem não fôr "persona grata" ao govêrno de uma nação.

ÍNDICE

Segundo período: De Constantino Magno († 337) até ao sexto Concílio Ecumênico (680).

A. Desenvolvimento exterior da Igreja.

I. Difusão do cristianismo.

II. A Igreja e o Estado.

B. Situação interior da Igreja.

I. Constituição da Igreja.

II. Desenvolvimento da doutrina.

III. O culto e a disciplina.

SEGUNDA ÉPOCA: ÉPOCA DOS POVOS GERMÂNICOS E ESLAVOS.

Primeiro período: Da invasão dos bárbaros (376) até ao pontificado de Gregório VII (1073).

I. Difusão do cristianismo.

II. A Igreja e o Estado.

B. Desenvolvimento interior da Igreja.

I. Constituição da Igreja.

II. Desenvolvimento da doutrina.

III. Culto e disciplina.

Segundo período: De S. Gregório VII à pseudo-reforma.

A. Desenvolvimento exterior da Igreja.

I. Difusão do cristianismo.

II. A Igreja e o Estado.

B. Desenvolvimento interior da Igreja.

I. Constituição da Igreja.

II. Desenvolvimento da doutrina.

III. Culto e disciplina.

TERCEIRA ÉPOCA: IDADE MODERNA.

Primeiro período: Da pseudo-reforma até à revolução francesa.

A. Desenvolvimento exterior da Igreja.

I. Difusão do cristianismo.

II. A Igreja e o Estado.

B. Desenvolvimento interior da Igreja.

I. Constituição da Igreja.

II. Desenvolvimento da doutrina.

III. Culto e disciplina.

Segundo período: Da revolução francesa até hoje.

A. Desenvolvimento exterior da Igreja.

I. Difusão do cristianismo.

II. A Igreja e o Estado.

B. Desenvolvimento interior da Igreja.

I. Constituição da Igreja.

II. Desenvolvimento da doutrina.

III. Culto e disciplina.